

O CLERO SECULAR MEDIEVAL E AS SUAS CATEDRAIS

NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS

Coordenação

Anísio Miguel de Sousa Saraiva

Maria do Rosário Barbosa Morujão

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



Ficha Técnica

Título: O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens

Coordenação: Anísio Miguel de Sousa Saraiva; Maria do Rosário Barbosa Morujão

Concepção gráfica: Rita Gaspar

Imagem de capa e contracapa: *Santo Agostinho* (pormenores). Piero della Francesca (1454-1469). Museu Nacional de Arte Antiga © Luís Piorro. DGPC/Divisão de Documentação, Comunicação e Informática. *Reproduzidos outros pormenores do rosto e da capa nas páginas 4, 7, 8, 516 e 532.*

Fotografias: A. Grace Christie; Anísio M. Sousa Saraiva; Archivio di Stato di Bolzano; Arquivo da Sé de Braga; Arquivo da Universidade de Coimbra; Arquivo do Cabido da Sé de Évora; Arquivo do Museu de Grão Vasco; Biblioteca Nacional de Espanha; Biblioteca Nacional de Portugal; Bibliothèque Municipale d'Autun; Bibliothèque Municipale de Reims; Bibliothèque Nationale de France; Carlos Beloto; Caroline Vogt; Catedral de Burgo de Osma; Catedral de Burgos; Courtauld Institute of Art; Collection Gaignières Elne, cathédrale; Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas / Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Direcção-Geral do Património Cultural / Divisão de Conservação e Restauro; Direcção-Geral do Património Cultural / Divisão de Documentação, Comunicação e Informática; Eduardo Carrero Santamaría; Enric Hollas, OSB; FAUP/Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura; Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.; Jean Michaud CIFM/CESCM; LABFOTO-Lamego; Maria Fernanda Barbosa; Maria Leonor Botelho; Mateo Mancini; Musée du Louvre; Museu Nacional de Machado de Castro; Rota das Catedrais; San Isidoro de León; Terceira Dimensão; Teresa Alarcão; The Metropolitan Museum of Art / The Cloisters Collection; Vincent Debais.

Tradução e revisão dos textos em inglês: Sofia Leitão Söndergaard

ISBN: 978-972-8361-59-4

Edição:

Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR)

Faculdade de Teologia | Universidade Católica Portuguesa

Palma de Cima | 1649-023 Lisboa

secretariado.cehr@ft.lisboa.ucp.pt | www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt

Apoios:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Esta edição é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto «PEst-OE-HIS-UI0647»

O CLERO SECULAR MEDIEVAL E AS SUAS CATEDRAIS

NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS

Coordenação

ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA

MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA RELIGIOSA

LISBOA 2014



Apresentação / Presentation

Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO 9

Introdução

Porquê as catedrais? | Anísio Miguel de Sousa SARAIVA 21

Espaços, Símbolos e Poderes

Liturgia e Espaço Religioso

Catedral y liturgia medievales: la definición funcional del espacio y sus usos | Eduardo CARRERO SANTAMARÍA 59

Espaço religioso e transformação: a fundação de capelas na época gótica | Lúcia Maria Cardoso ROSAS 101

Liturgia bracarense: origens, fontes, posteridade | Manuel Pedro FERREIRA 123

Les peignes liturgiques: des objets ecclésiastiques au service de la théologie du rituel | Eric PALAZZO 141

O Património Catedralício Edificado: Funções, Transformações e Restauros

A Sé do Porto e as intervenções da DGEMN (1929-1982) | Maria Leonor BOTELHO 155

Os *Monumentos Nacionais* e a Sé de Viseu: a construção de um desafio para o século XXI | Carlos Filipe ALVES 177

Símbolos e Representações do Poder

O selo: símbolo de representação e de poder no mundo das catedrais portuguesas | Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO e Anísio Miguel de Sousa SARAIVA 205

Collégialité et transcendance du corps épiscopal. La cathédrale et la mémoire épigraphique des évêques en France au XIII^e siècle | Vincent DEBIAIS 265

Heráldica eclesiástica: entre usos concretos e disposições normativas | Miguel Metelo de SEIXAS 297

Culturas

Cultura Material

O fim da linha: legados têxteis nos testamentos do clero catedralício português (1280-1325) | Joana Isabel SEQUEIRA 337

As vestes funerárias episcopais de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga (1348†) | Teresa ALARCÃO 369

O clero secular e a ourivesaria da Sé de Coimbra entre os séculos XIV-XVI | Pedro FERRÃO 387

Cultura Intelectual

La enseñanza en las catedrales hispanas | Susana GUIJARRO GONZÁLEZ 413

Vestígios da cultura na antecâmara da morte. O caso das livrarias de mão do clero medieval português nos testamentos catedralícios | Armando NORTE 439

Os arquivos capitulares. Formas de representação e preservação da memória documental: o caso de Évora no início de Trezentos | Hermínia Vasconcelos VILAR 501

Resumos / Abstracts 517

Biobibliografia dos Autores 533





Apresentação

Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO

Em Outubro de 2010 e em Abril de 2011 realizaram-se na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, por iniciativa do Centro de Estudos de História Religiosa, as duas sessões do Encontro Internacional “O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens”, organizado por Ana Maria Jorge, Anísio Miguel de Sousa Saraiva, Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria do Rosário Barbosa Morujão.

Nesta reunião científica, procurou-se fomentar a criação de um espaço de reflexão para novos temas no campo da história do clero secular medieval e para linhas de estudo interdisciplinares ainda pouco exploradas em Portugal, dando assim continuidade e visibilidade aos trabalhos de investigação sobre este universo que conheceram um amplo desenvolvimento nas últimas décadas. Pretendia-se, também, em paralelo, estreitar os laços de colaboração entre especialistas nacionais e estrangeiros, promovendo os estudos e a discussão acerca destas matérias não apenas junto da comunidade académica, mas também de um público mais alargado.

O nível das intervenções dessas duas sessões, assim como o interesse suscitado pelos temas abordados, levou-nos a organizar este livro, que, tendo embora como génese este encontro científico e tratando as mesmas temáticas, as

retoma e desenvolve de forma renovada e mais ampla. Algumas das intervenções encontram aqui a sua versão escrita e alargada, mas há também contributos novos para um melhor conhecimento da liturgia, da música, da arte e da arquitectura no âmbito das catedrais medievais, bem como da sigilografia, da heráldica e da epigrafia no contexto eclesiástico nacional e internacional, não esquecendo ainda as áreas relacionadas com a materialidade e a mundividência do quotidiano do clero secular medievo, com destaque para a sua vertente cultural e intelectual.

A obra inicia-se com uma introdução, da autoria de Anísio Miguel de Sousa Saraiva, que explica o porquê do papel central das catedrais e do seu clero durante a Idade Média, fazendo uma síntese da produção científica das últimas décadas a este respeito e contextualizando a importância dos novos campos de pesquisa que constituem outros tantos desafios aos investigadores.

Divide-se depois o texto propriamente dito em duas grandes partes, coincidentes com os dois grandes eixos temáticos em torno dos quais se centraram as duas sessões, organizadas, cada uma delas, em vários capítulos que incluem um número variável de estudos, num total de quinze.

A primeira parte da obra é dedicada à ampla temática dos “Espaços, Símbolos e Poderes”. O capítulo inicial aborda o tema da “Liturgia e espaço religioso”, e nele Eduardo Carrero Santamaría (Univ. Autónoma de Barcelona) reflecte acerca das relações entre a arquitectura das catedrais e o seu cerimonial litúrgico; Lúcia Maria Cardoso Rosas (Univ. Porto) analisa a fundação de capelas na época gótica e a forma como alterou a organização topográfica dos complexos catedralícios; Manuel Pedro Ferreira (Univ. Nova de Lisboa) faz um estudo no âmbito da música, estudando o modelo litúrgico-musical bracarense; e Eric Palazzo (Univ. Poitiers) foca a sua atenção num tipo de artefacto em particular, os pentes litúrgicos, e nos rituais a que estavam ligados. O segundo capítulo, intitulado “O património catedralício: funções, transformações e restauros”, inclui os contributos de Maria Leonor Botelho (Univ. Porto) e Carlos Filipe Alves

(Univ. Autónoma de Barcelona), que analisam as intervenções efectuadas pela antiga Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, respectivamente, nas Sés do Porto e de Viseu. Finalmente, o capítulo “Símbolos e Representações do Poder” abrange os estudos de Maria do Rosário Barbosa Morujão e Anísio Miguel de Sousa Saraiva (Univ. Coimbra) sobre os selos no mundo das catedrais portuguesas e a sua importância enquanto símbolos que representam os seus próprios detentores; de Vincent Debiais (Univ. Poitiers) acerca da catedral e da memória epigráfica dos bispos na França medieval; e de Miguel Metelo de Seixas (Univ. Nova de Lisboa), que aborda o inovador campo da heráldica eclesiástica medieval, os seus usos concretos e as disposições normativas.

A segunda parte da obra respeita ao tema genérico e muito lato das “Culturas”, com um capítulo dedicado à “Cultura Material” e outro à “Cultura Intelectual”. No primeiro, incluem-se dois trabalhos centrados em torno dos têxteis: Joana Isabel Sequeira (Univ. Porto e Univ. Nova de Lisboa) aborda o consumo de têxteis no mundo das catedrais, e Teresa Alarcão (Museu Nacional de Arte Antiga) apresenta o caso concreto das vestes funerárias do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira. Ainda no campo da cultura material, Pedro Ferrão (Museu Nacional de Machado de Castro) estuda algumas das peças de ourivesaria do tesouro da Sé de Coimbra. O capítulo relativo à “Cultura Intelectual” contém as reflexões de Susana Guijarro González (Univ. Cantábria) acerca do ensino nas catedrais castelhanas; a análise das livrarias eclesiásticas reveladas através dos testamentos dos clérigos das catedrais portuguesas efectuada por Armando Norte (Univ. Lisboa); e uma abordagem de Hermínia Vasconcelos Vilar (Univ. Évora) relativamente aos arquivos dos cartórios capitulares.

A todos os autores desejamos expressar o nosso reconhecimento por terem aceite o convite para colaborar nesta obra, que se estende a quantos tornaram possível quer a realização do Encontro Internacional, quer a presente publicação. Agradecemos, assim, em primeiro lugar, ao Centro de Estudos de História

Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e à sua direcção, nas pessoas dos directores que o Centro teve desde que este projecto começou a ser pensado: Ana Maria Jorge, António Matos Ferreira e Paulo Fontes, que desde o primeiro momento acreditaram na sua importância e aceitaram incluir o livro na já bem conhecida colecção “Estudos de História Religiosa”, o que muito nos honra. Uma menção especial é devida a José António Rocha, secretário e membro da direcção do CEHR, pela sua preciosa colaboração em todas as fases deste longo processo, assim como a Isabel Costa, membro do Secretariado do Centro, que tratou de toda a logística ligada à realização das duas reuniões científicas. Agradecemos, também, às entidades financiadoras, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Fundação Calouste Gulbenkian. Finalmente, esperamos que a obra cumpra o seu propósito de dar a conhecer novas perspectivas de investigação em torno do clero das catedrais medievais e fazer aumentar o interesse por este universo de estudo e as temáticas com ele relacionadas.

Para terminar, uma breve nota sobre a ilustração da capa e da contracapa deste livro, bem como de alguns dos seus separadores. Foi intencional a escolha do *Santo Agostinho* de Piero della Francesca, uma das mais raras e emblemáticas obras de arte portátil deste pintor italiano do *Quattrocento*, conservada no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa. A pintura deste Padre da Igreja, que pensou e estruturou a concepção teológico-filosófica da catedral, aparece assim fragmentada em vários pormenores, ilustrativos da dupla dimensão, eclesiástica e secular, do clero catedralício. O que, de alguma forma, corresponde ao que procurámos fazer neste livro: ver as várias imagens que existem dentro de um mesmo quadro, desmontar o todo que constitui o mundo do clero secular e das suas catedrais e analisar, através de diferentes perspectivas, a multiplicidade de realidades que formam a sua identidade.

Presentation

Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO

In October 2010 and April 2011, under the initiative of the Centre for Religious History Studies (CEHR), the two-session international meeting “Secular medieval clergy and their cathedrals: new perspectives and approaches” – organised by Ana Maria Jorge, Anísio Miguel de Sousa Saraiva, Hermínia Vasconcelos Vilar, and Maria do Rosário Barbosa Morujão – took place at the Portuguese Catholic University.

This scientific meeting sought to foster the creation of a space for reflection on new topics in the field of secular medieval clergy history, and on lines of interdisciplinary study yet unexplored in Portugal, thus giving continuity and visibility to research in this area which has seen extensive development over the past decades. Also intended in parallel was the further strengthening of co-operation between national and foreign experts, promoting studies and discussion about these matters not only with the academic community but with the wider public as well.

The level of the contributions in those two sessions, as well as the interest sparked by the topics addressed, led us to organise this book, which despite having its genesis in this scientific meeting, as well as the fact that it addresses the same themes, resumes and develops them in a new and broader form. Some of

the papers presented in the meeting are included here in their written and more extensive version. But there are also new contributions for a better understanding of liturgy, music, art and architecture in the context of medieval cathedrals, as well as sigillography, heraldry and epigraphy in the national and international ecclesiastical context. And one should not forget the areas related to the materiality and the everyday worldview of secular medieval clergy, with highlight to its cultural and intellectual aspects.

The book begins with an introduction, written by Anísio Miguel de Sousa Saraiva, which explains the reason for the central role played by cathedrals and their clergy during the Middle Ages, making a synthesis of the scientific production in decades in this regard and contextualising the importance of new fields of research that constitute further challenges to researchers.

The text is then divided into two great parts, coinciding with the two major themes around which both sessions of the scientific meeting were centred. Each part is organised in several chapters that include a variety of studies, totalling fifteen in number.

The first part is dedicated to the broad theme of “Spaces, Symbols and Powers.” The initial chapter approaches the theme of “Liturgy and religious space,” and in it Eduardo Carrero Santamaría (Univ. Autònoma de Barcelona) reflects about the relationship between the architecture of cathedrals and their liturgical rituals. Lúcia Maria Cardoso Rosas (Univ. Porto) analyses the founding of chapels in the Gothic era and the way the topographic organisation of cathedral complexes was changed. Manuel Pedro Ferreira (Univ. Nova de Lisboa) conducts a study within the context of music, studying Braga’s liturgical and musical model. And Eric Palazzo (Univ. Poitiers) focuses his attention on a particular type of artefact – the liturgical combs – and the rituals that they were linked to. The second chapter, under the title “The heritage of cathedrals: functions, transformations and restorations,” includes the contributions of Maria

Leonor Botelho (Univ. Porto) and Carlos Filipe Alves (Univ. Autònoma de Barcelona) who analyse the interventions made by the former Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais in the cathedrals of Porto and Viseu, respectively. Finally, the chapter on “Symbols and Representations of Power” covers the studies of Maria do Rosário Barbosa Morujão and Anísio Miguel de Sousa Saraiva (Univ. Coimbra) on seals in Portuguese cathedrals and their importance as symbols that represent their holders. This chapter also covers the studies of Vincent Debiais (Univ. Poitiers) about the cathedral and the epigraphic memory of bishops in medieval France. And it includes the studies of Miguel Metelo de Seixas (Univ. Nova de Lisboa) who addresses the innovative field of medieval ecclesiastical heraldry, its practical uses and its rules and regulations.

The second part of the book concerns the very broad and generic theme of “Cultures,” with a chapter on “Material Culture” and another one on “Intellectual Culture.” The first chapter of this part includes two contributions focused around textiles: Joana Isabel Sequeira (Univ. Porto and Univ. Nova de Lisboa) addresses the use of textiles in cathedrals, and Teresa Alarcão (National Museum of Ancient Art) presents the case of the funeral vestments of the archbishop of Braga, Gonçalo Pereira. Still in the field of material culture, Pedro Ferrão (National Museum Machado de Castro) studies some pieces of jewellery from the treasure of the Coimbra Cathedral. The chapter regarding “Intellectual Culture” contains the reflections of Susana Guijarro González (Univ. Cantabria) about education in Castilian cathedrals. It also includes Armando Norte’s (Univ. Lisboa) analysis of ecclesiastical libraries revealed through the wills of Portuguese cathedrals’ clerics. And it encloses an approach by Hermínia Vasconcelos Vilar (Univ. Évora) regarding the chapters’ archives.

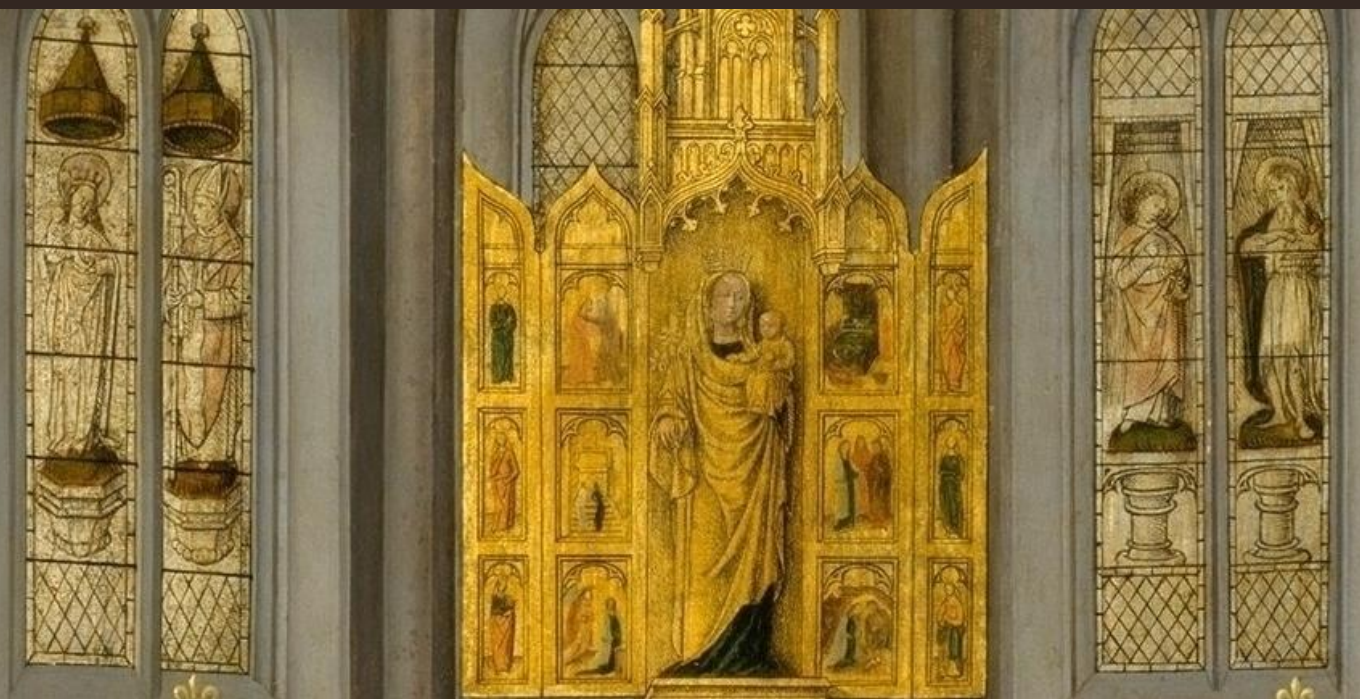
We wish to express our gratitude to all authors for having accepted the invitation to contribute to this work. Our thanks extend to those who have made both the international meeting and this publication possible. We give our thanks

to the Centre for Religious History Studies (CEHR) of the Portuguese Catholic University and its board, namely the directors that the Centre had since this project was first only an idea: Ana Maria Jorge, António Matos Ferreira and Paulo Fontes, who from the first moment believed in this work's importance and agreed to include the book in the well-known collection of "Religious History Studies". This is a great honour for us. A special mention is due to José António Rocha, secretary and board member of the CEHR, for his valuable co-operation in all stages of this long process, as well as to Isabel Costa, member of the Secretariat of the Centre, who handled all the logistics of the two scientific meetings. We also thank the funding entities, the Foundation for Science and Technology and the Calouste Gulbenkian Foundation. Finally, we hope that the book fulfils its purpose to publicise new research perspectives around the clergy of medieval cathedrals, and to increase interest for this area of study, as well as the issues related to it.

Finally, a brief note about the cover and back cover illustration of this book, as well as some of its picture inserts. The choice of *St. Augustine* by Piero della Francesca, one of the rarest and most emblematic works of portable art of this *Quattrocento* Italian painter preserved in the National Museum of Ancient Art in Lisbon, was intentional. The painting of this Church Father, who thought and structured the theological and philosophical conception of cathedrals, comes up fragmented into many details, illustrating the double dimension – ecclesiastical and secular – of cathedral clergy. This somehow matches what we tried to do in this book: look at the several images that exist within the same frame, disassemble the whole constituted by the world of secular clergy and their cathedrals, and analyse through different perspectives the multiplicity of realities that form its identity.



Introdução



Nesta página e na anterior: *Scenes from the Life of Saint Augustine* (pormenor).
 Master of Saint Augustine (Bruges, ca. 1490). The Metropolitan Museum of Art
 © The Cloisters Collection, 1961

Porquê as catedrais?

Anísio Miguel de Sousa SARAIVA

Fundamentos

A chegada de uma nova ordem figurada na cidade santa, a nova Jerusalém, é deste modo anunciada no livro do Apocalipse: *Vi, depois, um novo Céu e uma nova Terra, porque o primeiro Céu e a primeira Terra haviam desaparecido, e o mar já não existia. E vi a cidade santa, a nova Jerusalém que descia do Céu, de junto de Deus, bela como uma esposa que se ataviou para o seu esposo. E ouvi outra grande voz, que saía do trono e que dizia: «Eis aqui o tabernáculo de Deus entre os homens! (21, 1-3). Então um dos sete anjos, que tinham as sete taças cheias dos sete flagelos, veio ter comigo e disse-me «Vem e mostrar-te-ei a noiva, a esposa do Cordeiro». Transportou-me em espírito ao cimo de uma alta montanha e mostrou-me a Cidade Santa, Jerusalém, que descia do Céu, de junto de Deus, resplandecente da [Sua] glória (21, 9-11).*

S. João principia assim o relato da sua última visão, anunciando-nos e descrevendo-nos a cidade, a noiva e a esposa do Cordeiro, numa clara alusão da consagração a Deus da cidade santa, a nova Jerusalém Celeste enviada dos Céus, onde a igreja Catedral vai encontrar a sua mais genuína identificação simbólica, conforme nos é revelado pelo Apóstolo no livro do Apocalipse. Daí que, para compreendermos o seu verdadeiro significado, seja necessário olharmos este templo como a imagem estrutural do universo, modelo do homem cósmico e espaço primordial de glorificação de Cristo Encarnado¹ (Fig. 1). Na verdade, ele é

¹ VALDÉS FERNÁNDEZ, Manuel – La Catedral: cosmos en piedra. In *LA CATEDRAL: símbolo del renacer de Europa*. Coord. Francisco Chacón GÓMEZ MONEDERO, Manuel SALAMANCA LÓPEZ.

o único templo onde são celebrados todos os sacramentos que constituem a fonte da Sua graça e onde, de um modo muito singular, a Sua presença invisível se faz sentir no visível da arquitectura e das demais manifestações artísticas. A inspiração criativa aplicada na realização destes elementos revela, por sua vez, a sofisticação que o discurso litúrgico e catequético foi conhecendo ao longo do tempo, fortemente alicerçado na retórica dos sentidos e na dialéctica entre a matéria e o espírito, onde à Virgem Maria, mãe espiritual da Igreja e de todos os homens, é atribuído um papel central no processo de mediação e intercessão junto de Deus².



Fig. 1 – Igreja Catedral, alegoria da Terra Prometida. Letra D (pormenor). *Tafel van den Kersten ghelove*, de Dirc van Delf (ca. 1400-1404) © Walters Art Museum (Baltimore), W. 171, fl. 117v.

Cuenca: Ed. Alderabán, 2010, p. 203-211; e KURMAM, Peter – L'allégorie de la Jérusalem céleste et le dessin architectural à l'époque du gothique rayonnant. In *L'ALLÉGORIE dans l'art du Moyen Âge: formes et fonctions. Héritages, créations, mutations*. Éd. Christian HECK. Turnhout: Brepols, 2011, p. 67-77.

² WILLIAMSON, Beth – Sensory experience in medieval devotion: sound and vision, invisibility and silence. *Speculum*. 88-1 (2013) 37-43; LAMY, Marielle – La doctrine mariale des maîtres parisiens au tournant des XII^e et XIII^e siècles. In *NOTRE-DAME de Paris: 1163-2013*. Ed. Cédric GIRAUD. Turnhout: Brepols, 2013, p. 97-112; SCHWARZ, Félix F.; BORDES, David – *La symbolique des cathédrales: visages de la Vierge*. Paris: Éd. du Huitième Jour, 2002, p. 32-62; e SÁNCHEZ HERRERO, José – La Catedral, iglesia madre y cabeza de las iglesias del obispado. In *LA CATEDRAL: símbolo del renacer de Europa...*, p. 111-116.

Foi a coberto deste profundo sentido teológico que a Catedral se estruturou e emergiu após a temida passagem do ano mil, como símbolo por excelência do renascimento urbano europeu e expressão de uma nova ordem e mentalidade, que rapidamente se alargou a toda a Europa cristã³. A cidade e a Catedral, enquanto imagens desse novo tempo e materialização da alegoria apocalíptica da Cidade Celeste – da *polis* perfeita e sacralizada –, conquistaram ao isolamento rural do mosteiro e à insegurança do campo a primazia da exaltação da glória divina e do poder da Igreja⁴. Esta apresentava-se, desde então, particularmente fortalecida pelo aumento exponencial dos seus recursos e pelo reforço da sua autoridade espiritual e temporal, resultante da execução da reforma gregoriana e do projecto doutrinar da teocracia pontifícia⁵. Do mesmo modo, embora com contornos diferenciados, a cidade e o seu templo formaram importantes pólos de atracção, quer para as emergentes elites urbanas, quer para as monarquias, também elas empenhadas em construir um projecto político próprio de consolidação das suas prerrogativas de poder, que mais tarde estariam na base da criação do “Estado Moderno”⁶.

Considerando estes e tantos outros aspectos que poderíamos aduzir para explicar e qualificar a Catedral, não será difícil compreender que esta tenha sido

³ BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis; BOONE, Marc – *La ciudad medieval*. In *HISTORIA de la Europa urbana*. Dir. Jean-Luc PINOL. Vol. 2. València: Universitat, 2010, p. 97-157; e LADERO QUESADA, Miguel-Ángel – La dimensión urbana: paisajes e imágenes medievales. Algunos ejemplos y reflexiones. In *MERCADO INMOBILIARIO y paisajes urbanos en el Occidente europeo: siglos XI-XV*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2007 p. 23-63.

⁴ VALDÉS FERNÁNDEZ, Manuel – La Catedral: cosmos en piedra..., p. 208-211 e 214-218; e YARZA LUACES, Joaquín – La Catedral: triunfo plástico de la verdad y proyecto económico. In *LA CATEDRAL: símbolo del renacer de Europa...*, p. 219-240.

⁵ GAUDEMET, Jean – «Quod solus papa...». In *ÉGLISE et cité: histoire du droit canonique*. Paris: Cerf, 1994, p. 300-346; e ULLMANN, Walter – *Il papato nel Medioevo*. Roma: Laterza, 1999, p. 145-175.

⁶ BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis; BOONE, Marc – *La ciudad medieval...*, p. 311-325; TOUBERT, Pierre – Église et État au XI^e siècle: la signification du moment grégorien pour la genèse de l'État moderne. In *ÉTAT ET ÉGLISE dans la genèse de l'État Moderne*. Madrid: Casa de Velázquez, 1986, p. 9-22; e GENET, Jean-Philippe – La genèse de l'État Moderne: genèse d'un programme de recherche. In *A GÊNESE DO ESTADO Moderno no Portugal tardo-medieval: séculos XIII-XV*. Coord. Maria Helena COELHO e Armando L. de Carvalho HOMEM. Lisboa: UAL, 1999, p. 21-51.

uma das principais estruturas de afirmação dos mais destacados sectores da sociedade da Idade Média. Desde logo, e como referimos, por configurar um dos maiores emblemas, senão mesmo o maior, do apogeu das cidades, da competição criada entre elas e das estratégias de domínio que exerceram sobre os seus territórios de influência⁷. Com efeito, o mundo urbano chamara para si o epicentro de todas as transformações decorrentes do optimismo do novo milénio, do florescimento económico e político e da renovação da vida social e religiosa, actuando como veio de transmissão do génio criador de novas correntes artísticas, científicas e filosóficas, muitas das quais formam ainda hoje a matriz da nossa cultura⁸.

Daí que, a partir dos séculos XI e XII e até ao século XIV, o fenómeno catedralício se apresente como ícone identitário desta mudança de página da história do Ocidente e de um novo modo do homem ver e sentir o sagrado, assumindo-se como o espelho do pensamento e da organização sociopolítica medieval. Este protagonismo não deixou de ser reforçado no papel extraordinário que as catedrais tiveram enquanto centros de experimentação e irradiação de uma nova linguagem estética que, a partir do românico e do ambiente estimulante da Île-de-France, atingiu o seu máximo esplendor ao reformular a concepção e a leitura do espaço religioso na Europa, através da celebração da luz, da cor e da elevação da arte gótica⁹. Esta tão surpreendente quanto revolucionária projecção das formas e dos sentidos reflectia, na sua essência, esse programa de renovação

⁷ MENJOT, Denis – La ville et ses territoires dans l'Occident médiéval: un système spatial. État de la question. In *LA CIUDAD MEDIEVAL y su influencia territorial*. Ed. Beatriz ARÍAGA BOLUMBURU, Jesús Á. SOLÓRZANO TELECHEA. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2007, p. 451-492.

⁸ SASTRE MOLL, Jaime – La catedral medieval: una fuente de prosperidad. In *LA CATEDRAL: símbolo del renacer de Europa...*, p. 163-169 e 186-187; e SCHWARZ, Félix F.; BORDES, David – *La symbolique des cathédrales...*, p. 12-15.

⁹ CECCARINI, Patrizio – *Système architectural gothique*. Tome 2: *Théologie, sciences et architecture au XIII^e siècle à Saint-Denis*. Paris: L'Harmattan, 2013; *Les transferts artistiques dans l'Europe gothique: repenser la circulation des artistes, des œuvres, des thèmes et des savoir-faire (XII^e-XVI^e siècle)*. Dir. Jacques DUBOIS, Jean-Marie GUILLOUËT, Benoît VAN DEN BOSSCHE. Paris: Picard, 2014; e ERLANDE-BRANDENBURG, Alain – *La Catedral*. Madrid: Akal, 1993, p. 87-112 e 155-196.

da dialéctica dos elementos e da transcendência da relação entre o Homem e o Sagrado, entre o Céu e a Terra, que de uma forma exemplar sintetizou este novo tempo justamente designado por Georges Duby como “o tempo das catedrais”¹⁰.



Fig. 2 – Imagem da Jerusalém Celeste. [Séc. XV-XVI]. Pormenor de fragmento que serviu de capa ao Liv. 132 da Ordem de Cristo/Convento de Tomar) © Documento cedido pelo ANTT (Fragmentos, cx. 21, nº 33).

Representando a Catedral a “Cidade de Deus”, tal como Santo Agostinho a idealizou na sua teologia da Luz, e sendo ela o templo de referência da “Cidade dos Homens”, a escolha do lugar e o processo da sua edificação obedeciam necessariamente a rigorosos pressupostos simbólicos e a exigentes planos construtivos e artísticos¹¹. Como expressão máxima da consciência cívica dos

¹⁰ DUBY, Georges – *O tempo das catedrais, a arte e a sociedade: 980-1420*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 99-184.

¹¹ LA CATHÉDRALE Saint-Pierre de Poitiers: enquêtes croisées. Dir. Claude ANDRAULT-SCHMITT. Niort: Geste éditions, 2013; ZIMMERMANN, Michel – Les actes de consécration d’églises: construction d’un espace et d’un temps chrétiens dans la Catalogne médiévale (IX^e-XII^e siècle). In *LA RECHERCHE de légitimités chrétiennes: représentations de l’espace et du temps dans l’Espagne médiévale (IX^e-XIII^e siècle)*. Dir. Patrick HENRIET. Paris: ENS, 2003, p. 29-52; SCHWARZ, Félix F.; BORDES, David – *La symbolique des cathédrales...*, p. 20-31 e 70-91; VALDÉS FERNÁNDEZ, Manuel – La Catedral: cosmos en piedra..., p. 211-214; e KURMANN, Peter – A Catedral de Reims. In *HISTÓRIA ARTÍSTICA da*

cidadãos e demonstração inequívoca do seu poder económico e capacidade de realização, a Catedral era concebida como um modelo e, nesse sentido, um projecto catequético destinado a ordenar e a impor-se na paisagem¹². Por essa razão, competia-lhe em primeira instância, e entre outras funções, marcar a cadência da vida quotidiana: assinalar o início e o fim do dia, o tempo de oração e de trabalho, anunciar e acolher as celebrações diárias e festivas ou proteger os fiéis da emergência do perigo, não deixando de moldar por completo o espaço e a malha urbana que à sua volta crescia e se organizava¹³. Por isso, a igreja Catedral, o seu adro, lugar também ele sagrado, e a praça pública, geralmente próxima, senão mesmo confinante, ocupavam e definiam o centro da cidade, o ponto de referência a partir do qual tudo divergia e para onde tudo devia convergir¹⁴. Cumpria-se, desta forma, o *topos*, a ansiada ordem divina da mítica Jerusalém Celeste (Fig. 2), cimentada nesta profunda ligação entre o espírito e a matéria, entre o sagrado e a vida cívica que caracterizou sobremaneira o modo

Europa. Vol. 2: *A Idade Média*. Dir. Georges DUBY e Michel LACLOTTE. Lisboa: Quetzal Editores, 1998, p. 227-237.

¹² IOGNA-PRAT, Dominique – L'Église, la ville et la morphologie de l'espace public (1200-1600): une esquisse programmatique. In *MARQUER LA VILLE: signes, traces, empreintes du pouvoir (XIII^e-XVI^e siècles)*. Dir. Patrick BOUCHERON et Jean-Philippe GENET. Paris: Publications de la Sorbonne/École Française de Rome, 2013, p. 127-162; ERLANDE-BRANDENBURG, Alain – *La Catedral...*, p. 133-154; e CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – *Las catedrales de Galicia durante la Edad Media: claustros y entorno urbano*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2005, p. 59 e ss. e *El conjunto catedralicio de Oviedo durante la Edad Media*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 2003, p. 27-78 e 141-152.

¹³ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Un barrio, un fortín: la segregación del espacio urbano medieval al redor de las catedrales del centro-norte peninsular. In *A GUERRA e a sociedade na Idade Média*. Vol. 1. [Torres Novas]: SPEM, 2009, p. 131-148; e MONSALVO ANTÓN, José María – Los espacios del poder en la ciudad medieval: impresiones a partir de cuatro casos: León, Burgos, Ávila y Salamanca. In *LOS ESPACIOS DE PODER en la España medieval*. Coord. José Ignacio de la IGLESIA DUARTE, José Luis MARTÍN RODRÍGUEZ. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2002, p. 132-143.

¹⁴ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, p. 584-597; GUILLERÉ, Christian – La croissance urbaine de la Catalogne du XI^e à la fin du XIV^e siècle: morphologie urbaine et identité sociale. In *MORPHOLOGIE ET IDENTITÉ sociale dans la ville médiévale hispanique*. Ed. Christian GUILLERÉ, Flocel SABATÉ. Chambéry: Université de Savoie, 2012, p. 13-67; e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego. In *CATEDRAL Y CIUDAD medieval en la Península Ibérica*. Eds. Eduardo CARRERO, Daniel RICO. Murcia: Nausícaá, 2004, p. 243-280.

como o homem da Idade Média concebeu o mundo e nele projectou a sua existência¹⁵.

Aliás, esta estreita relação entre a religião e o século encontra-se inscrita num dos principais atributos da Catedral, que não só esteve na origem do seu nome como lhe atribuía o estatuto de primeiro e mais importante templo da urbe e do seu território de influência. Referimo-nos ao facto de nela ter lugar a *sede*, a cátedra do bispo, símbolo do exercício da sua autoridade espiritual e temporal (Figs. 3 e 4), que ainda hoje, embora limitada à jurisdição eclesiástica, lhe permite exhibir essa condição de primeira de todas as igrejas e mosteiros da diocese¹⁶. E por configurar uma instituição de religião mas também de poder, exercido pelos seus bispos e pelo clero que compunha a sua estrutura funcional, nela se manifestavam diferentes interesses e se promoviam estratégias de afirmação de grupo¹⁷, ao mesmo tempo que, pelo seu simbolismo e prestígio, era o cenário privilegiado para a realização dos mais importantes acontecimentos religiosos, sociais e políticos da cidade, da diocese e do próprio reino¹⁸.

¹⁵ SALVADOR GONZÁLEZ, José María – La ciudad y su (re)creación poética en la pintura de Giotto. In *ACTAS del I Congreso Internacional Ciudades Creativas*. Ed. Francisco GARCÍA GARCÍA. Madrid: ICONO14, 2009, p. 275-294.

¹⁶ GAUDEMET, Jean – À propos de l'épiscopat médiéval : XII^e-XIII^e siècles. In *FORMATION DU DROIT canonique et gouvernement de l'Église de l'Antiquité à l'Âge Classique*. Strasbourg: Presses Universitaires, 2008, p. 359-367; LAUWERS, Michel – *Territorium non facere diocesim...* Conflits, limites et représentation territoriale du diocèse (V^e-XIII^e siècle). In *L'ESPACE DU DIOCÈSE: genèse d'un territoire dans l'Occident médiéval (V^e-XIII^e siècle)*. Dir. Florian MAZEL. Rennes: Presses Universitaires, 2008, p. 23-51; BURGER, Michael – *Bishops, clerks, and diocesan governance in Thirteenth-century England: reward and punishment*. New York: Cambridge Univ. Press, 2012, p. 110-166; SANDRON, Dany – Notre-Dame, une architecture diocésaine et royale. In *NOTRE-DAME de Paris...*, p. 29-35; e PALAZZO, Eric – La liturgie épiscopale au Moyen Âge et sa signification théologique et politique. In *LA IMAGEN del obispo hispano en la Edad Media*. Ed. Martín AURELL, Ángeles GARCÍA DE LA BORBOLLA. Barañáin: Eunsa, 2004, p. 61-73.

¹⁷ GAGLIONE, Mario – La cattedrale e la città: monarchia, episcopato, comunità cittadina nella Napoli angioina. *Studi Storici*. 52 (2011) 195-227; PÉREZ-ALFAR, Cristina Jular – Nuevas cuestiones sobre el clientelismo medieval: introducción. *HISPANIA*. 70/235 (2010) 315-324; e VILAR, Herminia – Canons and cities: cathedral chapters and social composition in the medieval Portugal. *e-Journal of Portuguese History*. 5/2 (2008) 1-19.

¹⁸ NARBONA VIZCAINO, Rafael – Cortejos ceremoniales, funciones religiosas y simbolismos políticos en las ciudades medievales. In *LOS CIMIENTOS del Estado en la Edad Media. Cancillerías, notariado y privilegios reales en la construcción del Estado en la Edad Media*. Alicante: Marfil, 2004, p. 233-248; PIMENTEL, António Filipe – A sagração do reino: em torno do(s) projecto(s) da Sé Velha. In *SÉ*

Com efeito, este perfil eclesial e sociológico da *ecclesia mater* era continuamente vivenciado nas suas variadas celebrações quotidianas, nas comemorações das principais datas do calendário litúrgico, no culto das relíquias dos seus santos, nas missas solenes, nos sermões e nas procissões, na arquitectura e na iconografia dos seus programas decorativos (Fig. 5), ou mesmo nas representações sacras destinadas a transmitir aos fiéis e aos peregrinos o significado dos actos oficiados na tão imprescindível quanto misteriosa língua latina¹⁹. Tratava-se do cumprimento da sua natural dimensão religiosa, que se completava com aquela outra de carácter cívico, resultante desse entendimento da Catedral como centro da *polis* sacralizada. Era, por isso, a casa comum de todos os habitantes da cidade e da diocese, o seu centro de referência devocional, cultural ou institucional, onde também acorriam para, a coberto do sagrado, participarem nos actos mais solenes da comunidade e até mesmo reclamarem justiça, nas mais diversas questões do foro eclesiástico ou civil, fosse diante da autoridade eclesiástica (o bispo ou os seus vigários), fosse diante dos representantes do rei ou dos oficiais do governo da cidade²⁰.

VELHA de Coimbra: *culto e cultura*. Coimbra: Catedral de Santa Maria, 2003, p. 97-145; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Architecture and liturgical space in the Cathedral of Santiago de Compostela: the “Libro de la Coronación de los Reyes de Castilla”. *Hispanic Research Journal*. 13-5 (2012) 468-488; e AURELL, Jaume, SERRANO-COLL, Marta – The Self-Coronation of Peter the Ceremonious, 1336: historical, liturgical, and iconographical representations. *Speculum*. 89-1 (2014) 66-95.

¹⁹ GROSS, Guillaume – L’art virtuose de la louange dans les offices liturgiques des jours de fête sous le ministère d’Eudes de Sully. In *NOTRE-DAME de Paris...*, p. 281-300; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La catedral, el santo y el rey: Alfonso IV de Portugal, San Vicente mártir y la capilla mayor de la Sé de Lisboa. In *HAGIOGRAFÍA peninsular en el siglos medievales*. Eds. F. ESPAÑOL e F. FITÉ. Lérida: Publ. de la Universitat, 2008, p. 73-92 e Le sanctuaire de la Cathédrale de Saint-Jacques-de-Compostelle à l’épreuve de la liturgie. In *SAINT-MARTIAL de Limoges: ambition politique et production culturelle (Xe-XIII^e siècles)*. Dir. Claude ANDRAULT-SCHMITT. Limoges: Pulim, 2006, p. 295-308; BLAAUW, Sible de – Contrasts in processional liturgy: a typology of outdoor processions in twelfth-century Rome. In *ART, CÉRÉMONIAL et liturgie au Moyen Âge*. Dir. Nicolas BOCK [et al.]. Roma: Viella, 2002, p. 357-389; e SÁNCHEZ HERRERO, José – La Catedral, iglesia madre..., p. 110, 116-119 e 138-145.

²⁰ VITÓRIA, André – *Legal culture in Portugal from the twelfth to the fourteenth centuries*. Porto: [Ed. A.], 2013 (tese de doutoramento policopiada); SAYERS, Jane E. – *Papal judges delegate in the province of Canterbury (1198-1254): a study in ecclesiastical jurisdiction and administration*. New York: Oxford Univ. Press, 1997, p. 163-238; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG/FCT, 2010, p. 285-291; VAUCHEZ, André – La Cathédrale. In *LES LIEUX de mémoire*. Vol. 3: *Les France*. Dir. Pierre NORA. Paris: Gallimard, 1992, p. 3109-3140.



Fig. 3 – *Selo de Bruno von Kirchberg, bispo de Bressanone (1264)* © Archivio di Stato di Bolzano (Archivio vescovile, diplomatico, doc. 1374).



Fig. 4 – *Basílica de S. João de Latrão. Cátedra do bispo de Roma* © Eric Hollas, OSB.

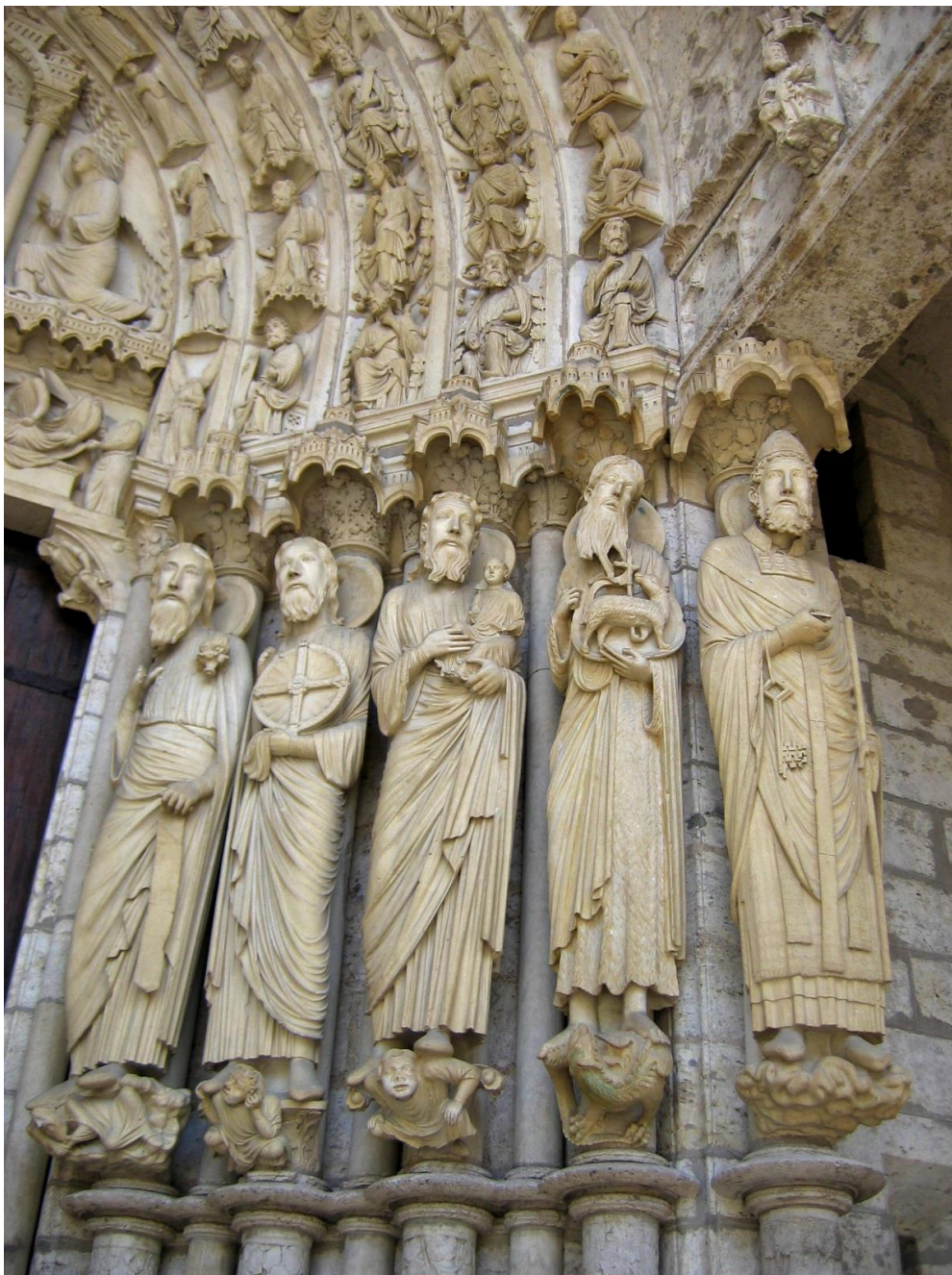


Fig. 5 – Catedral de Notre-Dame de Chartres. *Portal Norte ou Portal da Aliança* (1205-1210).

Associada a este amplo recorte simbólico, religioso e temporal, que justificava e projectava as catedrais e o seu clero, encontrava-se uma outra importante dimensão que, tal como num primeiro momento tiveram os mosteiros, as instituições catedralícias protagonizaram enquanto centros criadores e difusores da arte e da arquitectura, mas também da cultura escrita e da música²¹. Basta para isso recordarmos alguns dos seus bispos, dignitários capitulares e outros clérigos, que se destacaram pela formação recebida nas mais afamadas universidades europeias – sobretudo nas mais antigas (Bolonha, Oxford, Paris, Salamanca e Montpellier) –, também elas fruto do renascimento urbano, ou pelas obras por eles redigidas que se converteram em referências incontornáveis da medicina, da literatura, da filosofia, da teologia e do direito medievais²². Lembremos ainda os mecanismos de aquisição e transmissão ou mesmo a produção de manuscritos nos seus *scriptoria*, onde, por exemplo, eram elaborados os obituários e os cartulários, estes últimos destinados à compilação dos diplomas mais importantes da história da instituição ou à administração do seu património²³. Lembremos também a dotação, a composição e o modo de

²¹ ALTURO I PERUCHO, Jesús – La Catedral, ente creador, productor y difusor de cultura escrita. In *LA CATEDRAL: símbolo del renacer de Europa...*, p. 11-33; LAZZARINI, Isabella – La communication écrite et son rôle dans la société politique de l'Europe méridionale au Moyen Âge. In *ROME et l'État Moderne européen: une comparaison typologique*. Ed. Jean-Philippe GENET. Rome: École Française, 2007, p. 265-285; e FERREIRA, Manuel Pedro – Revisiting the music of medieval France: from Gallican chant to Dufay. Farnham-Burlington: Ashgate, 2012 e S. Geraldo de Braga e o seu culto litúrgico. In *A CATEDRAL de Braga: arte, liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina*. Coord. Ana Maria RODRIGUES e Manuel Pedro FERREIRA. Lisboa: Arte das Musas, 2009, p. 208-236.

²² MEIRINHOS, José Francisco – Intellectual history and the scholars. In *THE HISTORIOGRAPHY of Medieval Portugal: c. 1950-2010*. Dir. José MATTOSO. Lisboa: IEM, 2012, p. 349-379; NORTE, Armando – *Letrados e cultura letrada em Portugal: sécs. XII e XIII*. Lisboa: [Ed. A.], 2013 (tese de doutoramento policopiada); FARELO, Mário – A «Universitas» no labirinto: escolares e redes sociais. In *A UNIVERSIDADE medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Ed. Hermenegildo FERNANDES. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 187-233; GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – *Maestros, escuelas y libros: el universo cultural de las catedrales en la Castilla medieval*. Madrid: Ed. Dickinson, 2004, p. 51-119; BILOTTA, Maria Alessandra – Bologne et ses liens avec Avignon: manuscrits juridiques et liturgiques. In *BOLOGNE et le pontifical d'Autun: chef-d'œuvre inconnu du premier Trecento, 1330-1340*. Coord. François AVRIL, Brigitte MAURICE-CHABARD, Massimo MEDICA. Langres: Éd. Dominique Gueniot, 2012, p. 260-277; e BRUNDAGE, James A. – *The profession and practice of medieval canon law*. Aldershot: Ashgate, 2004.

²³ GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – *Maestros, escuelas y libros...*, p. 190-234; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Working with medieval manuscripts and records: paleography, diplomatics,

funcionamento das suas bibliotecas, tão necessárias à prática quotidiana dos cerimoniais litúrgicos e à não menos essencial tarefa de ensinar o canto e as letras nas escolas catedralícias²⁴. Igual relevo tiveram as suas chancelarias, muitas delas hoje estudadas e entendidas como centros de um dinamismo e de uma importância capitais na redacção e na autenticação de documentos escritos²⁵. Muitos destes ainda hoje se conservam precisamente por terem sido nelas produzidos e guardados nos seus cartórios, fazendo com que os seus fundos documentais hoje constituam repositórios de fontes de primeira linha para a compreensão do papel que o fenómeno catedralício teve neste período crucial da história do Ocidente.

codicology and sigillography. In *THE HISTORIOGRAPHY of Medieval Portugal: c. 1950-2010...*, p. 57-62; SERNA SERNA, Sonia – Obituarios y libros de regla: entre la administración y la devoción. In *LA ESCRITURA de la memoria: libros para la administración*. Ed. José Antonio MUNTA LOINAZ e José Ángel LEMA PUEYO. Bilbao: Univ. del País Vasco, 2012, p. 139-160; e SÁNCHEZ MAIRENA, Alfonso – Propuestas metodológicas para el estudio de los cartularios medievales. In *MUNDOS MEDIEVALES: espacios, sociedades y poder*. Ed. Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURU [et al.]. T. I. Santander: Ed. Univ. Cantabria, 2012, p. 217-230.

²⁴ SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana – Espacios vivos para libros inquietos: ss. XIII-XVI. In *LIBRERÍAS catedralicias: un espacio del saber en la Edad Media y Moderna*. Ed. María Dolores Campos SÁNCHEZ-BORDONA [et al.]. León: Univ., 2013, p. 13-87; LÓPEZ-MAYÁN NAVARRETE, Mercedes – Los libros litúrgicos en la Catedral de Santiago (siglos XI-XV): análisis de su circulación y vicisitudes. In *«MARSUPIIS peregrinorum»: circulación de textos e imágenes alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*. Ed. Esther CORRAL DÍAZ. Firenze: Galuzzo-Sismel, 2010, p. 401-414; BILOTTA, Maria Alessandra – *I libri dei papi: la curia, il Laterano e la produzione manoscritta ad uso del papato nel Medioevo: secoli VI-XIII*. Città del Vaticano: BAV, 2011; GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – *Maestros, escuelas y libros...*, p. 121-189, La escuela catedralicia: germen de la Universidad. In *LA CATEDRAL: símbolo del renacer de Europa...*, p. 43-64; e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Apprendre à écrire dans le Portugal médiéval: bilan des connaissances. In *TEACHING writing, learning to write*. Ed. Pamela ROBINSON. London: Boydell & Brewer, 2010, p. 223-230.

²⁵ TOCK, Benoît-Michel – *Une chancellerie épiscopale au XII^e siècle: le cas d'Arras*. Louvain-la-Neuve: Univ. Catholique, 1991; *DIE DIPLOMATIK der Bischofsurkunde vor 1250: la Diplomatie épiscopale avant 1250*. Ed. Christoph HAIDACHER, Werner KÖFLER. Innsbruck: Tiroler Landesarchiv, 1995; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria...*, p. 293 e seguintes; SILVA, Maria João Oliveira – *A escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: CEHR/CITCEM, 2013, p. 19-182 e 203-229 e «Scriptores et notatores»: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247). Porto: Fio da Palavra, 2008, p. 63-138; e CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A chancelaria arquiépiscopal de Braga: 1071-1244*. Noia: Ed. Toxosoutos, 2005, p. 127 e seguintes.

As Catedrais em Portugal

Se é indiscutível o papel basilar que as igrejas catedrais desempenharam, durante os séculos XII e XIII, no processo de afirmação da matriz civilizacional europeia, elas não foram menos importantes na formação e organização política, administrativa e eclesiástica de Portugal, bem como na construção da sua identidade cultural e artística.

Sabemos que a autonomização do então jovem reino português resultou, sobremaneira, da acção militar, política e diplomática, acompanhada do necessário ordenamento eclesiástico do território, uma vez que a reconquista e a pacificação de novas áreas geográficas permitiram a restauração dos antigos bispados visigóticos, assim como a criação de novas sedes diocesanas. Este processo deu origem a um quadro administrativo e religioso composto por nove dioceses, cujos contornos permaneceram inalteráveis durante grande parte da nossa Idade Média, embora com pontos de diferenciação entre elas²⁶. Na verdade, distinguiram-se nesta rede eclesiástica dois grupos de catedrais: numa primeira linha, as sedes episcopais mais antigas, restauradas ainda no período condal e que, por esse motivo, mais tempo estiveram sob domínio cristão – as de Braga (diocese restaurada em 1071), Coimbra (por volta de 1080) e Porto (em 1112/1114)²⁷ –, mas também as que foram criadas *ex novo* nas principais urbes muçulmanas entretanto conquistadas, como são exemplo os casos de Lisboa e

²⁶ NOGUEIRA, Bernardo de Sá – O espaço eclesiástico em território português (1096-1415). In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira AZEVEDO. Vol. 1: *Formação e Limites da Cristandade*. Coord. Ana Maria JORGE e Ana Maria RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 142-195; e PAIVA, José Pedro – Geografia Eclesiástica: II. Séculos XV-XX. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira AZEVEDO e Coord. Ana Maria JORGE [et al.]. Vol. II. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 294-298.

²⁷ AMARAL, Luís Carlos – A restauração da diocese de Braga no contexto da Igreja Hispânica. In *MUNDOS MEDIEVAIS: espaços, sociedades y poder...* T. I, p. 295-309; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria...*, p. 29-73; e SILVA, Maria João Oliveira e – «*Scriptores et notatores*»: a produção documental da Sé do Porto..., p. 23-28.

Évora, a primeira restaurada em 1147 e a segunda por volta de 1166²⁸. Num outro plano, encontravam-se as dioceses do interior do país, como Lamego e Viseu, ambas restauradas em 1147, Guarda, a partir de 1199²⁹, e por último Silves, criada em 1253, quatro anos após a conquista definitiva do Algarve³⁰.

Este alinhamento das catedrais medievais portuguesas resultava em grande medida do protagonismo que cada uma exercia na geografia urbana e, consequentemente, no xadrez político e eclesiástico do reino. E nesse sentido, podemos afirmar que ao grupo das dioceses mais dinâmicas e ricas, como Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Évora, se contrapunham as suas congéneres de Lamego, Viseu, Guarda e Silves. Pese embora a distinção do seu estatuto, estas quatro dioceses viam o seu potencial de afirmação de alguma forma condicionado pelo menor protagonismo económico e social, não só dos núcleos urbanos onde se localizavam as suas catedrais, como dos territórios por elas governados, com claros indicadores de menor alcance demográfico, comercial e político do que as restantes sedes episcopais fixadas nas principais cidades do país, a maioria das quais situadas ao longo da faixa atlântica³¹.

²⁸ FARELO, Mário Sérgio – *O cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos: 1277-1377*. Lisboa: FLUL, 2003, p. 6-12 (tese de mestrado policopiada); BRANCO, Maria João – Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração. *Lasitania Sacra*. 10 (1998) 55-94; e VILAR, Hermínia – *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999, p. 21-26.

²⁹ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal. In *ESPAÇO, poder e memória: a Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Lisboa: CEHR, 2013, p. 36-45; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu, do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185): a renovação de um perfil urbano. *Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura*. 10-1 (2010) 32-33; e GOMES, J. Pinharanda – Guarda, Diocese da. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal...* Vol. II, p. 309-318.

³⁰ VILAR, Hermínia – Território e poder em espaços de fronteira: a construção das unidades diocesanas no Sul de Portugal no século XIII. In *LA HISTORIA peninsular en los espacios de frontera: las «extremaduras históricas» y la «transierra», siglos XI-XV*. Ed. Francisco GARCIA FITZ e Juan Francisco JIMÉNEZ ALCÁZAR. Cáceres: SEEM, 2012, p. 517-534; e MAGALHÃES, Joaquim Romero – Algarve, Diocese do. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal...* Vol. I, p. 44-45.

³¹ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas..., p. 243-247.

Sabemos também que as estratégias de projecção e consolidação do poder no quadro sociopolítico da Idade Média passavam pelo estabelecimento de laços de proximidade e de promoção por parte da monarquia, da nobreza e das elites urbanas com as instituições religiosas de maior prestígio: sobretudo as igrejas catedrais, além dos mosteiros³². O contexto português, claro está, não foi excepção, tendo esta relação de cumplicidade e de patrocínio do sagrado constituído um mecanismo inequívoco de afirmação de poder, que se materializou de diversas formas. Entre as mais comuns contam-se as dotações e doações patrimoniais, a escolha de determinado instituto religioso para panteão familiar, a fundação de capelas para sufrágio das suas almas, ou ainda o apoio mecénico dado à construção ou enobrecimento arquitectónico e artístico dos respectivos complexos monásticos e catedralícios³³. Isto para não falar ainda da forte influência política e clientelar, sobretudo dos monarcas e da família real, nos jogos de interesses que envolviam a eleição dos bispos e os mecanismos de acesso às corporações de clérigos que compunham estas instituições religiosas seculares,

³² NIETO SORIA, José – ‘Tiempos y lugares de la «realiza sagrada» en la Castilla de los siglos XII al XV. In *À la recherche de légitimités chrétiennes...*, p. 263-284; SERRANO COLL, Marta – Espacios monásticos como «locus sepulturae»: enterramientos nobiliarios en el románico hispano. In *MONASTERIOS y nobles en la España del románico: entre la devoción y la estrategia*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2014, p. 139-175; MORUJÃO, Maria do Rosário – O báculo e a coroa na Coimbra medieval. In *RAÍZES medievais do Brasil moderno*. Lisboa: APH, 2008, p. 45-66; e ANDRADE, Maria Filomena – O poder e o privilégio: o convento de Santa Clara de Coimbra em meados do século XIV. In *OLHARES sobre a história: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Dir. Maria do Rosário T. BARATA e Luís KRUS. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 79-88.

³³ FARELO, Mário – Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental. In *ARQUIVOS de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Org. Maria de Lurdes ROSA. Lisboa: IEM-CHAM, 2012, p. 185-203; RODRIGUES, Jorge Manuel – *Galilea, locus e memória. Panteões, estruturas funerárias e espaços associados em Portugal, do início do século XII a meados do século XIV: da formação do Reino à vitória do Salado*. Lisboa: FCSH-UNL, 2011 (tese de doutoramento policopiada); VILAR, Hermínia – Lineage and territory: royal burial sites in the early Portuguese kingdom. In *DEATH at court*. Ed. Karl-Heinz SPIEB e Immo WARNTJES. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012, p. 159-170; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La catedral, el santo y el rey: Alfonso IV de Portugal, San Vicente..., p. 73-92, La Sé medieval de Lamego: vías de aproximación a un conjunto catedralicio desaparecido. In *ESPAÇO, poder e memória: a Catedral de Lamego...*, p. 47-78; FERNANDES, Carla Varela – *Poder e representação: iconologia da família real portuguesa. Primeira Dinastia, séculos XII a XIV*. Vol. II. Lisboa: FLUL, 2005, p. 323-345 (tese de doutoramento policopiada) e D. Afonso IV e a Sé de Lisboa: a escolha de um lugar de memória. *Arqueologia & História*. 58/59 (2006/2007) 162-163; e FERNANDES, Paulo Almeida – O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura «cheia de imperfeições»? *Murphy*. 1 (2006) 18-69.

que, como já sublinhámos, eram estruturas por excelência de religião mas também de poder³⁴.

Por outro lado, a responsabilidade régia e a natureza política do movimento de restauração diocesana, ocorrido entre os finais do século XI e meados do século XIII, foram de tal forma marcantes em Portugal, que a definição da rede eclesiástica, aliada à Reconquista, constituiu um instrumento essencial da estratégia de afirmação do novo reino independente³⁵. E tanto assim foi que, durante o período condal, ou seja antes da independência em 1128, foram restauradas as dioceses de Braga, Coimbra e Porto, cobrindo o território até à sua fronteira de então³⁶. As restantes catedrais reassumiram ou receberam esse estatuto na sequência do avanço militar e da política de nacionalização diocesana desenvolvida pelo nosso primeiro rei, que restaurou Lamego, Viseu, Lisboa, e, por fim, Évora³⁷. Ao seu sucessor, D. Sancho I, restou devolver o estatuto episcopal a

³⁴ FARELO, Mário – O percurso eclesiástico e político de Afonso Domingues de Linhares, bispo da Guarda (1364-1394) e de Segóvia (1394-1397). *Estudios Segovianos*. 55/122 (2013) 277-323, Les clercs étrangers au Portugal durant la période de la papauté avignonnaise: un aperçu préliminaire. *Lusitania Sacra*. 22 (2010) 85-148 e Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os “Nogueiras”. In *LISBOA medieval: os rostos da cidade*. Ed. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 145-168; RODRIGUES, Ana Maria – O cabido da Sé de Braga das origens ao arquiépiscopado de D. Diogo de Sousa. In *A CATEDRAL de Braga: arte, liturgia e música...*, p. 68-81; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Nepotism, illegitimacy and papal protection in the construction of a career: Rodrigo Pires de Oliveira, bishop of Lamego (1311-1330). *e-Journal of Portuguese History*. 6-1 (2008) e *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349*. Leiria: Magno, 2003, p. 83-92 e 116-178; FARELO, Mário, ROLDÃO, Filipa, MARQUES, André – Les clercs dans l’administration dionysienne: 1279-1352. In *CARREIRAS eclesiásticas no ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: CEHR, 2007, p. 271-313; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – La famille d’Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: CEHR, 2005, p. 75-91; VILAR, Hermínia, BRANCO, Marta Castelo – Servir, gouverner et leguer: l’évêque Geraldo Domingues (1285-1321) In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu...*, p. 93-116; e VILAR, Hermínia – *As dimensões de um poder...*, p. 160-175.

³⁵ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – Do Condado Portucalense à monarquia portuguesa: séculos XI-XII. In *HISTÓRIA de Portugal*. Coord. Rui RAMOS. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p.17-47; e BARROCA, Mário Jorge – Da Reconquista a D. Dinis. In *NOVA HISTÓRIA Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA. Vol. 1. Coord. José MATTOSO. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, p. 22-62.

³⁶ Vid. *supra*, nota 27.

³⁷ Vid. *supra*, notas 28 e 29; e MATTOSO, José – Dois séculos de vicissitudes políticas: a emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139). In *HISTÓRIA de Portugal*.

Idanha, transferindo a sua sede para a cidade da Guarda³⁸, completando-se este processo meio século depois, com a criação efectiva da diocese de Silves, por D. Afonso III³⁹.

Entre as consequências directas que esta política de formação da rede episcopal portuguesa conheceu, salientamos aquela que talvez tenha sido a mais notável e a que mais potencialidades de estudo oferece, que se prende com a forma como os diferentes contextos da nossa história política e eclesiástica ducentista determinaram as características e as etapas da sua concretização. Referimo-nos ao lançamento, de norte a sul do país, de uma ampla campanha de edificação de novas catedrais, adequadas em dignidade e estilo a esta fase inicial de afirmação política do reino, mas também à sua realidade periférica no plano ibérico e europeu. Daí se tratar de construções ainda seguidoras de programas arquitectónicos e decorativos românicos ou tardo-românicos, algumas delas com verdadeiro perfil de Catedral fortaleza imposto pela instabilidade fronteiriça e pela conjuntura militar de um país ainda totalmente centrado no processo de Reconquista. No entanto, e tal como vinha acontecendo nos vizinhos reinos peninsulares e na Europa, estes empreendimentos, pelo seu enorme impacto e prestígio, acabaram por assumir um papel crucial na introdução e difusão de novas formulações estéticas, neste caso, importadas de além-Pirenéus e impostas pela reforma litúrgica gregoriana, adoptada na Península Ibérica desde os finais do século XI⁴⁰.

Dir. José MATTOSO. Vol. 2: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1993, p. 83-86.

³⁸ Vid. *supra*, nota 29.

³⁹ Vid. *supra*, nota 30.

⁴⁰ ROSAS, Lúcia – Arte românica em Portugal: contexto histórico-artístico. In *ARTE românica em Portugal*. Dir. José María PÉREZ GONZÁLEZ. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2012, p. 13-35; MATTOSO, José – Portugal no reino Asturiano-Leonês. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José MATTOSO. Vol. 1: *Antes de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1992, p. 549-554 e Dois séculos de vicissitudes políticas..., p. 28-29.

A maior parte destas novas catedrais, como dissemos ainda essencialmente românicas, como Braga⁴¹, Coimbra⁴², Porto⁴³ e Lamego⁴⁴, resultaram de projectos formulados a partir dos templos pré-românicos da época suévica e visigótica ainda existentes, ao passo que as construções de Lisboa⁴⁵ e, ao que se supõe, de Évora⁴⁶ e de Silves⁴⁷ visaram substituir as mesquitas, que até então tinham marcado o centro religioso destas cidades meridionais. As Sés de Viseu e da Guarda constituem, nesta matéria, dois casos singulares e de particular interesse.

⁴¹ BOTELHO, Maria Leonor – Sé de Braga. In *ARTE românica em Portugal...*, p. 41-52; SILVA, José Custódio Vieira da; AFONSO, Luís – A arquitectura e a produção artística. In *A CATEDRAL de Braga: arte, liturgia e música...*, p. 47-61; FONTES, Luís – Leitura arqueológica da evolução da Sé de Braga. In *A CATEDRAL de Braga: arte, liturgia e música...*, p. 21-25; e REAL, Manuel – O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português. In *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*. Vol. I. Braga: UCP, 1990, p. 435-489.

⁴² BOTELHO, Maria Leonor – Sé-Velha de Coimbra. In *ARTE românica em Portugal...*, p. 79-92; ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 98-120; MACEDO, Francisco Pato de – A Sé Velha na conjugação do românico e do gótico. In *SÉ VELHA de Coimbra: culto e cultura*. Coimbra: Catedral de Santa Maria, 2005, p. 51-62; ROSSA, Walter – *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: FCTUC, 2001, p. 180 (tese de doutoramento policopiada); e REAL, Manuel – *A arte românica de Coimbra: novos dados, novas hipóteses*. 2 Vols. Porto: [Ed. A.], 1974.

⁴³ BOTELHO, Maria Leonor – Sé do Porto. In *ARTE românica em Portugal...*, p. 201-210 e *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 15-25; GOMES, Paulo Dórdio – *A Sé catedral do Porto, estudo histórico e arqueológico: faseamento construtivo do complexo monumental e problematização*. Porto: [s. n.], 2002, capítulos 3, 4, 5.1 a 5.5; REAL, Manuel – A construção medieval no sítio da Sé. *Monumentos*. 14 (2001) 9-19; e VILLAMARIZ, Catarina Madureira – *Claustros góticos portugueses: séculos XIII a XV*. Vol. 1. Lisboa: FCSH-UNL, 1997, p. 132-139 (tese de mestrado policopiada).

⁴⁴ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La Sé medieval de Lamego..., p. 47-78; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas..., p. 249-253, 268-269, nota 42 e *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV...*, p. 95-96, 109, notas 48 a 50, e docs. 135, 177 e 197.

⁴⁵ PICOITO, Pedro – O Rei, o Santo e a Cidade: o culto de São Vicente em Lisboa e o projecto político de Afonso Henriques. In *SÃO VICENTE, Diácono e Mártir. Padroeiro de Lisboa. 1700 anos do martírio de São Vicente*. Lisboa: Centro Cultural de Lisboa Pedro Hispano, 2005, p. 57-68; FERNANDES, Paulo Almeida – O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista. *ARTIS*. 1 (2002) 57-87; e RODRIGUES, Jorge – A arquitectura românica: a diocese de Lisboa e o românico do sul. In *HISTÓRIA da Arte Portuguesa*. Dir. Paulo PEREIRA. Vol. 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1995, p. 257-258.

⁴⁶ VILAR, Hermínia – *As dimensões de um poder...*, p. 23-26; CHICÓ, Mário Tavares – *A catedral de Évora na Idade Média*. Évora: Ed. Nazareth, 1946, p. 9 e seguintes; *A arquitectura gótica em Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 40-50 e 104-121; e JORGE, Virgolino – *Der Dom von Évora. Seine Stellung in der mittelalterlichen Architektur Portugals*. Freiburg: Albert-Ludwigs-Universität, 1984.

⁴⁷ GONÇALVES, Maria José – Novas problemáticas relacionadas com a topografia da cidade islâmica de Silves. *Arqueologia Medieval*. 11 (2010) 130-132; GAMITO, Teresa [et al.] – A Sé de Silves: memória da pedra. *Arqueologia Medieval*. 5 (1997) 277-293; CHICÓ, Mário Tavares – *A arquitectura gótica em Portugal...*, p. 178-186; e PEREIRA, Paulo – A arquitectura: 1250-1450. In *HISTÓRIA da Arte Portuguesa*. Dir. Paulo PEREIRA. Vol. 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1995, p. 392-394.



Fig. 6 – Sé de Viseu. *Vista aérea* © IHRU/SIPA.



Fig. 7 – Sé da Guarda. *Vista aérea* © A Terceira Dimensão.

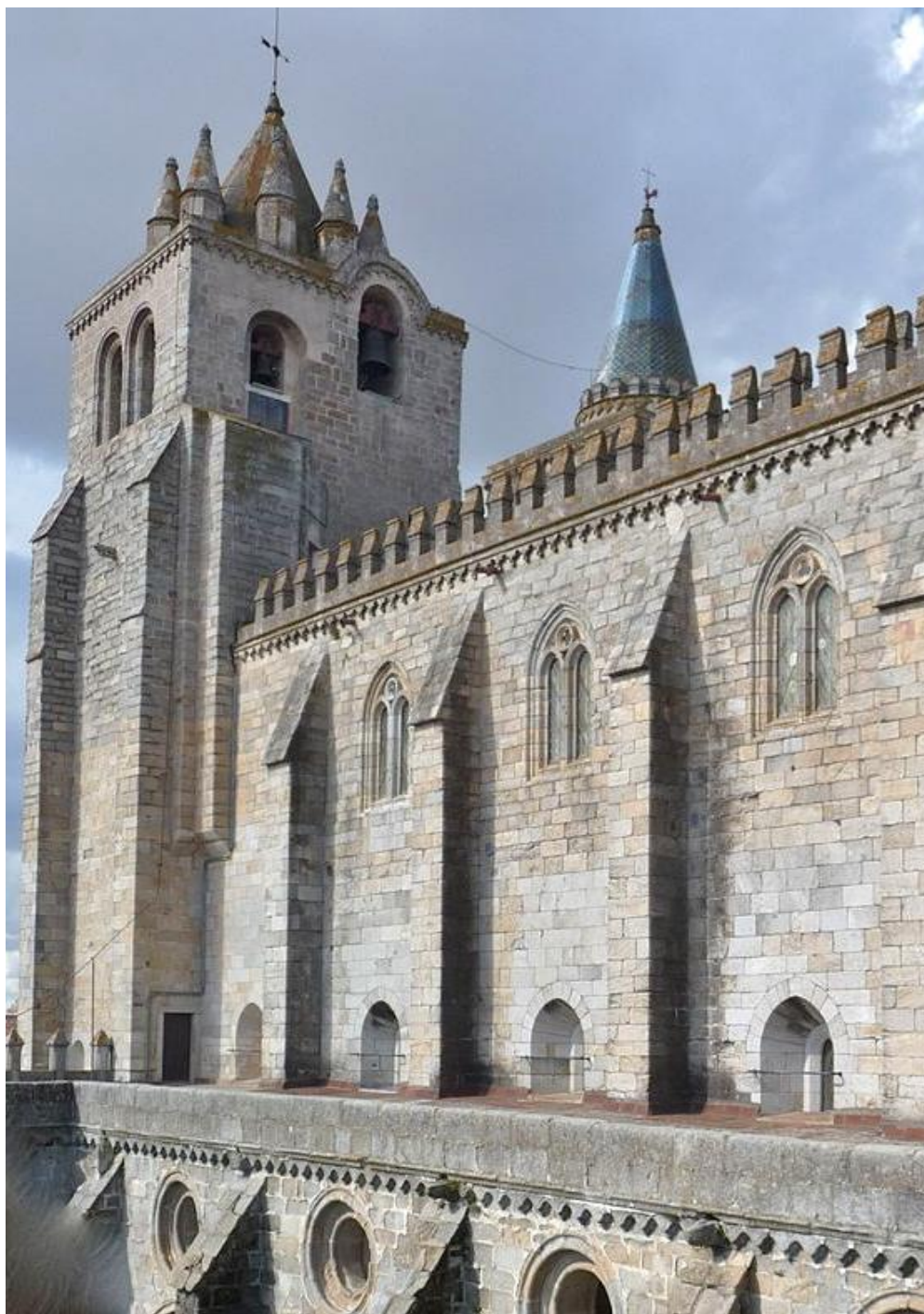


Fig. 8 – Sé de Évora. *Vista do lado sul.*

A igreja tardo-românica viseense é a única catedral portuguesa cuja obra teve início no período de governação dos condes portugalenses e se ergueu *ex novo* dentro de uma fortificação, situada num espaço oposto ao da antiga sede alto-medieval⁴⁸ (Fig. 6); ao passo que a Guarda, herdeira do estatuto episcopal de Idanha, constituiu um outro caso invulgar, por ter conhecido três construções de raiz, todas elas situadas em diferentes locais da cidade (Fig. 7)⁴⁹. Dos dois primeiros projectos, ambos do século XIII e sobre os quais pouco se conhecia, já é possível identificar os seus promotores e datar com mais rigor as suas fábricas, o que aguardamos poder pormenorizar num estudo mais amplo dedicado à construção das catedrais medievais portuguesas⁵⁰.

No âmbito dessa investigação, também temos reunido outros dados que apontam para que a iniciativa do lançamento e financiamento dos estaleiros catedralícios tenha recaído, essencialmente, nos bispos e cabidos, que os tiveram de adaptar à disponibilidade económica das suas dioceses, ainda em fase de definição dos limites territoriais e da rede paroquial, bem como à capacidade nem sempre efectiva de as cidades e as suas elites as poderem patrocinar. Mas a estas circunstâncias acrescem outras, geralmente esquecidas e que são em nosso entender fundamentais para a compreensão da forma pouco linear como se desenvolveram os diferentes projectos. Referimo-nos aos condicionalismos

⁴⁸ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu, do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques..., p. 11-36, Viseu no rasto da guerra: dos conflitos fernandinos à paz definitiva com Castela. In *A GUERRA e a sociedade na Idade Média...* Vol. 1, p. 339-341, A Sé: um templo em transformação. In *Monumentos de escrita: 400 anos de história da Sé e da cidade de Viseu (1230-1639)*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Viseu: IMC, 2008, p. 39-40; UTRERO AGUDO, María de los Ángeles – Análisis arqueológico de la Varanda dos Cônegos, Sé de Viseu, Portugal. *Informes y Trabajos*. 9 (2011) 585-605; e ALVES, Carlos Filipe – *Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da história: a Sé de Viseu*. Viseu: Arqueohoje, 2011, p. 71-84, 99-108, A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: o Alcácer e o castelo de Viseu (século XII-XIV). In *A GUERRA e a sociedade na Idade Média...* Vol. 2, p. 77-91.

⁴⁹ GOMES, Rita Costa – *A Guarda medieval: posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 38-52, 81-85; RODRIGUES, Adriano Vasco – *Monografia artística da cidade da Guarda*. Guarda: [s.n.], 1958, p. 57-92; e CASTRO, José Osório Gama e – *Diocese e distrito da Guarda: série de apontamentos históricos e tradicionais sobre as suas antiguidades*. Porto: Typographia Universal, 1902, p. 302-314.

⁵⁰ Trata-se de um trabalho em preparação com o título “A construção das catedrais medievais portuguesas: contextos, protagonistas e dinâmicas de poder (sécs. XII a XV)”.

impostos pelos sucessivos contextos sociopolíticos e pelas complexas dinâmicas de poder que caracterizaram quase todo o século XIII português. Foi este um longo e conturbado período marcado pela instabilidade política e por convulsões sociais, durante o qual houve uma guerra civil, a deposição de um rei e graves tensões entre o poder régio e a Igreja, com a recorrente aplicação de excomunhões e interditos, que culminou no abandono do país de quase todo o episcopado⁵¹.

A notada dependência dos estaleiros catedralícios em relação ao apoio episcopal e à economia de cada diocese, articulada com esta conjuntura de tensão e de crise, configurou um cenário a todos os níveis adverso à actividade construtiva. O que decerto ajudará a equacionar de forma mais sustentada que a finalização da maioria das nossas catedrais se tivesse prolongado no tempo, até aos séculos XIV e XV, e só tardiamente incorporado as formulações góticas que há muito dominavam a Europa, como é exemplo a edificação dos seus claustros⁵². Houve, porém, três casos a destacar. Numa primeira fase, as catedrais de Coimbra e Lisboa, cujos inovadores projectos de edificação receberam um grande impulso a que não foi alheio o forte patrocínio dispensado pelos monarcas, que as elegeram como instrumentos simbólicos da afirmação do poder real, não fossem eles os templos de referência das duas cidades que, à vez, assumiram a capitalidade do reino⁵³. Num segundo momento, a catedral de Évora (Fig. 8), onde a grande ligação do bispo D. Durão Pais (1267-1283†) ao poder régio, particularmente notada no litígio travado entre D. Afonso III e a Igreja, permitiu

⁵¹ BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I a Afonso II*. 2 vols. Lisboa: Univ. Aberta, 1999 (tese de doutoramento policopiada); FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006; e MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III: 1245-1279*. Coimbra: FLUC, 1990, p. 365-420.

⁵² CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – O claustro das catedrais medievais portuguesas: cenário de enterramentos e procissões. *INVENIRE*. 8 (2014) 6-13; FERNANDES, Paulo Almeida – O claustro da Sé de Lisboa... 18-69; e VILLAMARIZ, Catarina Madureira – *Claustros góticos portugueses: séculos XIII a XV*...

⁵³ Vid. *supra*, notas 42 e 45.

que este prelado, ao contrário dos restantes bispos entretanto exilados das dioceses interditadas, avançasse com um projecto totalmente reformador do templo românico, que resultou na construção de uma nova catedral, a maior e a primeira que o reino conheceu já plenamente inserida na linguagem gótica⁵⁴.

Balço e Novas Perspectivas de Abordagem

Mas importa agora focarmos, mesmo que em traços largos, o estado da questão da moderna historiografia portuguesa quanto ao estudo das nossas catedrais medievais e do seu clero e apontarmos os principais desafios decorrentes do enorme potencial de investigação que nos reservam as suas fontes, infelizmente na sua grande maioria inéditas e ainda pouco exploradas, ao contrário do que ocorre nos restantes países europeus⁵⁵.

Como se procura mostrar pelo elenco dos temas abordados nesta obra, estamos certos que a promoção de novas linhas de trabalho, necessariamente interdisciplinares, não será apenas o garante da manutenção e da projecção dos centros de investigação científica nesta área, como o caminho obrigatório na procura de um conhecimento mais sólido e abrangente sobre o fenómeno catedralício português. O que decerto resultará na elaboração de instrumentos de estudo e de comunicação actualizados que contribuam, efectivamente, para divulgar e valorizar a história, o património e a importância nuclear das nossas catedrais junto da comunidade académica e do público em geral.

Apesar do ciclo que estamos a atravessar não ser de todo favorável ao investimento nas ciências sociais e humanas, não percamos, porém, o optimismo.

⁵⁴ PEREIRA, Paulo – A arquitectura: 1250-1450..., p. 364 e seguintes; CHICÓ, Mário Tavares – *A arquitectura gótica em Portugal...*, p. 40-42, 44-45, 79 e 121; JORGE Virgolino – *Der Dom von Évora ...*; e FRANCISCO, Erede Lopes – O bispo D. Pedro II e o “modo gótico” em Évora de 1322 a 1340. *VIPASCA*. 1 (2006) 69-80.

⁵⁵ GOMES, Saul António – The editions of archival sources and documents. In *THE HISTORIOGRAPHY of Medieval Portugal: c. 1950-2010...*, p. 25-43.

Depois de um período particularmente fértil em trabalhos de investigação ligados à história das nossas instituições monásticas e ordens militares medievais⁵⁶, a comunidade académica portuguesa e estrangeira tem mostrado um interesse crescente pelo estudo das catedrais e do clero secular português. Esse trabalho tem-se materializado em projectos de investigação, uns já concluídos outros ainda em curso, e em dissertações de mestrado e de doutoramento, cujos resultados se traduziram em estudos monográficos para algumas das dioceses e catedrais, vários deles já publicados, onde é dado particular relevo à formação e governo do território diocesano, à análise das biografias e das carreiras dos seus bispos, à composição dos seus cabidos e às relações de cumplicidade e de conflito com outros poderes, privilegiando uma abordagem crítica e comparativa que envolve as vertentes política, religiosa, social, cultural e também arquitectónica e artística.

Tendo como ponto de partida as crónicas, as listas de prelados e as histórias das dioceses elaboradas desde o século XVI (em muitos casos por membros dos próprios cabidos, como Pedro Álvares Nogueira, Rodrigo da Cunha, Gama e Castro, Augusto Ferreira, Miguel Ribeiro de Vasconcelos, António de Vasconcelos e Gonçalves da Costa)⁵⁷, a historiografia mais recente, animada pelo crescente interesse pela história política e pela história social das

⁵⁶ VILAR, Hermínia, ROSA, Maria de Lurdes – The Church and religious practices. In *THE HISTORIOGRAPHY of Medieval Portugal: c. 1950-2010...*, p. 323-330.

⁵⁷ NOGUEIRA, Pedro Álvares – *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*. Ed. Rocha MADAHIL. Coimbra: Universidade, 1942; CUNHA, Rodrigo da – *Catalogo e historia dos bispos do Porto*. No Porto: por João Rodriguez Impressor de sua Senhoria, 1623, *Tractatus de Primatu Bracharensis Ecclesiae in Universa Hispania*. Bracharae: ex officina Joannis Roderici, 1632, *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa*. Em Lisboa: por Manoel da Sylva, 1642, *História eclesiástica dos arcebispos de Braga*. 2 vols. Reprod. fac-similada da edição de 1634. Braga: [s.n.], 1989; CASTRO, José Osório Gama e – *Diocese e districto da Guarda: serie de apontamentos históricos e tradicionaes sobre as suas antiguidades*. Porto: Typographia Universal, 1902; VASCONCELOS, Miguel Ribeiro de – *Noticia historica do mosteiro da Vacariça doado à Sé de Coimbra em 1094 e da serie chronologica dos bispos desta cidade desde 1064 em que foi tomada aos Mouros*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1854; VASCONCELOS, António de – *A Sé-velha de Coimbra: apontamentos para a sua história*. 2 vols. Coimbra: Coimbra Ed., 1930-1935, *Dignidades do cabido de Coimbra: o arcediagado de Vouga*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1940; e COSTA, Manuel Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. 6 vols. Lamego: [s.n.], 1977-1992.

instituições⁵⁸, cimentada em critérios de rigor e na análise crítica ensaiada num primeiro momento por Avelino de Jesus da Costa, António Domingues de Sousa Costa e José Marques⁵⁹, deu lugar a um vasto leque de estudos do comportamento e da composição das sociedades políticas, entre as quais, naturalmente, se destaca o grupo do clero secular⁶⁰. Deste movimento de renovação historiográfica resultaram trabalhos consistentes para cinco das nossas nove dioceses medievais. São elas: Braga, com várias teses de mestrado dirigidas por Ana Maria Rodrigues, centradas na análise do património, da estrutura da comunidade capitular e da morte do clero bracarense, desde o século XIII aos finais do XV⁶¹; Évora, com um estudo sobre a diocese, desde a restauração até 1423, feito por Hermínia Vasconcelos Vilar⁶²; Lamego, com um trabalho de nossa autoria, referente à primeira metade do século XIV⁶³; Lisboa, em tese de mestrado realizada por Mário Sérgio Farelo e dedicada à estrutura e composição social do seu cabido, de finais do século XIII a finais do século XIV⁶⁴; e Coimbra, com o trabalho pioneiro de Maria do Rosário Morujão, por conjugar o estudo da catedral com o da sua chancelaria, desde a restauração da diocese até aos inícios do século

⁵⁸ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Central power: institutional and political history in the thirteenth-fifteenth centuries. In *THE HISTORIOGRAPHY of Medieval Portugal: c. 1950-2010...*, p. 179-207.

⁵⁹ COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo dom Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. 2ª ed. refundida e ampliada. 2 vols. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000; MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: INCM, 1988; e ARAÚJO, António de Sousa – António Domingues de Sousa Costa, 1926-2002: elementos para a sua biobibliografia. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 15 (2003) 331-358.

⁶⁰ VILAR, Hermínia, ROSA, Maria de Lurdes – The Church and religious practices..., p. 331-334; e VILAR, Hermínia – Estruturas e protagonistas religiosos na historiografia medieval portuguesa. *Lusitania Sacra*. 21 (2009) 130-142.

⁶¹ RODRIGUES, Ana Maria [et al.] – *Os capitulares bracarenses, 1245-1374: notícias biográficas*. Lisboa: CEHR, 2005: o elenco das dissertações encontra-se nas p. 12-13, nota 7.

⁶² VILAR, Hermínia – *As dimensões de um poder...*

⁶³ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV...*

⁶⁴ FARELO, Mário – *O cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos...*; parcialmente editada em Organização e composição social do cabido da Sé de Lisboa (1277-1377). *Annuario de Estudios Medievales*. 35-2 (2005) 767-797.

XIV⁶⁵. A este elenco esperamos em breve acrescentar a diocese de Viseu, com a conclusão do estudo desta catedral durante a Idade Média, quer no âmbito do doutoramento que temos vindo a desenvolver, quer do projecto mais alargado de edição da *História da Diocese de Viseu*, que se encontra em curso⁶⁶.

Este interesse demonstrado pela história das catedrais levou ainda a que muitos dos autores agora referidos seguissem o exemplo do que já havia sido feito em Inglaterra e em França e dessem corpo ao projecto de investigação *Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português de 1071 a 1325*. Sediado no Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa e com o patrocínio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, este projecto decorreu entre 2002 e 2005, com o objectivo do estudo conjunto das carreiras do clero catedralício português e a reconstituição da sua dimensão social, económica e cultural⁶⁷. O suporte para essa investigação foi a realização de uma base de dados, que abarca a totalidade das nove dioceses medievais e constitui em si mesma uma ferramenta de trabalho fundamental para todos aqueles que se dediquem ao estudo do clero e das estruturas eclesiais deste período. Dela já resultaram várias publicações com estudos de conjunto⁶⁸, algumas contribuições parcelares e a edição dos *Testamenta Ecclesiae Portugaliae*, que reúne o *corpus* dos testamentos dos bispos e clérigos das catedrais portuguesas até 1325⁶⁹. O projecto dos *Fasti* bem como esta preciosa edição de fontes cobrem o período compreendido entre os finais do século XI e o reinado de D. Dinis, desejando-se

⁶⁵ MORUJÃO; Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria...*

⁶⁶ PAIVA, José Pedro – História da Diocese de Viseu. *INVENIRE*. 3 (2011) 68.

⁶⁷ JORGE, Ana Maria – *Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)*. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 665-666.

⁶⁸ *A IGREJA e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: CEHR-UCP, 2005; e *CARREIRAS eclesiais no Ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: CEHR-UCP, 2007.

⁶⁹ *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*. Coord. Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Lisboa: CEHR-UCP, 2010.

que, num futuro não muito longínquo, seja possível ampliar a sua cronologia até à centúria de Quatrocentos e assim abranger toda a época medieval.

Na verdade, os episcopologios, os percursos e a sociologia de muitos dos seus bispos e os contornos dos respectivos episcopados, mormente para os séculos XIV e XV, são em grande parte ainda desconhecidos, bem como os modelos de funcionamento dos cabidos e de organização das dioceses. As relações estabelecidas, num primeiro plano, com o poder régio e com a cúria pontifícia, no quadro político e diplomático, e, num segundo plano, com as elites urbanas, na estruturação e governação das nossas cidades sedes de bispado, apresentam-se também pouco trabalhadas e a necessitar de estudos parcelares e aprofundados, pelo que muitas são ainda as perguntas que continuam sem resposta no tocante ao clero secular medievo em Portugal.

Com o propósito de preencher algumas destas lacunas e trilhar estes novos caminhos, destacam-se os programas de pós-doutoramento de Mário Sérgio Farelo e de Néstor Vigil Montes. O primeiro é dedicado à análise das relações da monarquia e do clero catedralício português com o papado do período de Avinhão (1305-1377), dando particular ênfase às relações político-diplomáticas com a cúria avinhonense e à política beneficencial e fiscal do intervencionismo pontifício deste período, com resultados inovadores já publicados e que projectam as potencialidades de investigações futuras⁷⁰. O segundo, ainda em fase

⁷⁰ FARELO, Mário – Payer au roi et au pape: les décimes pontificales imposées au clergé portugais pendant l'époque avignonnaise. In *FINANCLAR el reino terrenal: la contribución de la Iglesia a finales de la Edad Media (siglos XIII-XVI)*. Ed. Jordi MORELLÓ BAGET. Barcelona: CSIC, 2013, p. 55-106; Les pouvoirs du parvis: pour une comparaison des élites ecclésiastique et municipale à Lisbonne (1325-1377). In *CENTROS periféricos de poder na Europa do Sul: séculos XII-XVIII*. Ed. Hermínia Vasconcelos VILAR, Mafalda Soares da CUNHA e Fátima FARRICA. Lisboa: Ed. Colibri/CIDEHUS, 2013, p. 115-141; O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição «in diminuendo». *FRAGMENTA HISTORICA*. 1 (2013) 39-107; O percurso eclesiástico e político de Afonso Domingues de Linhares, bispo da Guarda...; «Pro defensione iuris regis»: les relations entre la Couronne portugaise et le pape Clément V à la lumière du procès des Templiers. In *A EXTINÇÃO da Ordem do Templo*. Ed. José Albuquerque CARREIRAS. Tomar: Instituto Politécnico, 2012, p. 63-109; Les clercs étrangers au Portugal durant la période de la papauté avignonnaise...; e La représentation de la Couronne portugaise à Avignon: 1305-1377. *Anuario de Estudios Medievales*. 40/2 (2010) 723-763.

inicial, centra-se no aprofundamento do papel do episcopado nas relações luso-castelhanas do século XV, e integra-se no projecto de investigação *DEGRUPE – A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero na construção política das monarquias peninsulares (sécs. XIII-XV)*⁷¹. Este projecto, que decorre até 2015, é promovido pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora, com o patrocínio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e desenvolve-se em parceria com outros centros de investigação e universidades nacionais e estrangeiros. Nele se congrega uma equipa internacional de investigadores, precisamente com o objectivo de explorar mais uma frente de trabalho na nossa historiografia, ao procurar analisar o papel determinante que o clero secular teve na constituição e definição da monarquia medieval, e em especial das monarquias ibéricas de Portugal, Castela e Aragão, quer no campo jurídico e espiritual, quer no desempenho de funções administrativas e diplomáticas, contribuindo assim para a criação de espaços de mobilidade e de circulação de modelos culturais e políticos⁷².

A par destes contributos, outros se dedicaram ainda ao estudo das chancelarias catedralícias, estruturas responsáveis pela redacção dos documentos necessários ao bispo, ao cabido e à cúria episcopal. Estudar os seus mecanismos de funcionamento, identificar os escribas, os redactores e os seus chanceleres, os documentos por eles elaborados, nas suas características internas e externas, analisar os seus formulários, perceber hábitos de escrita e de validação documental, constitui uma tarefa basilar para um conhecimento mais rigoroso das nossas instituições catedralícias, quer quanto à sua actividade, quer quanto ao seu nível de inserção no território diocesano e de interligação com os diferentes poderes nele instalados. Tarefa a que importa dar continuidade, uma vez que

⁷¹ Sobre este projecto, veja-se a sua página *web*: <http://degrupe.cidehus.uevora.pt/>.

⁷² No cumprimento destes objectivos, teve lugar em Évora, em Junho de 2014, o 1º Encontro Internacional do projecto DEGRUPE subordinado ao tema “Os eclesiásticos e a construção da monarquia medieval: metodologias, experiências e perspectivas”, cujo programa de trabalho se encontra acessível em <http://degrupe.cidehus.uevora.pt/cms/site/info/id/25>.

neste campo contamos apenas com os trabalhos de fundo já publicados para a catedral de Braga, por Maria Cristina Almeida e Cunha, para a catedral de Coimbra, por Maria do Rosário Morujão, para a catedral do Porto, por Maria João Oliveira e Silva, e com algumas breves incursões em torno das práticas de chancelaria das sés de Lamego e de Viseu⁷³.

Se muito há ainda por conhecer sobre as restantes chancelarias, o mesmo sucede, por exemplo, no campo da história cultural, a respeito dos mecanismos de formação do clero, da composição das suas livrarias pessoais e das bibliotecas catedralícias portuguesas. Se bem que, em torno destas matérias, se estejam a reunir importantes contributos, resultantes dos trabalhos de Mário Farelo e dos projectos de doutoramento de Armando Norte e de André Oliveira Leitão – o primeiro já concluído, o segundo ainda em curso e dedicado ao estudo da circulação, das redes e dos percursos dos escolares portugueses, entre os séculos XII e XV⁷⁴. Idêntica situação encontramos no domínio da história da arte e da arquitectura, onde, apesar de avanços posteriores já por nós referidos, continuam a pontificar os trabalhos clássicos de Manuel Real, sobre as catedrais românicas de

⁷³ CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A chancelaria arquiepiscopal de Braga...*; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria...*; SILVA, Maria João Oliveira e – «*Scriptores et notatores*»: a produção documental da Sé do Porto..., *A escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média...*; e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Frontières documentaires: les chartes des chancelleries épiscopales portugaises avant et après le XIII^e siècle: Coimbra et Lamego. In *FRONTIERS in the Middle Ages*. Ed. Outi MERISALO Louvain-la Neuve: Brepols, 2006, p. 441-466; e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Traditionalisme, régionalisme et innovation dans les chancelleries épiscopales portugaises au Moyen Âge: les cas de Lamego et Viseu. In *RÉGIONALISME et internationalisme: problèmes de Paléographie et de Codicologie du Moyen Âge*. Ed. Otto KRESTEN, Franz LACKNER. Wien: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008, p. 304-309.

⁷⁴ FARELO, Mário – On Portuguese medical students and masters travelling abroad: an overview from the Early Modern period to the Enlightenment. In *CENTERS of medical excellence? Medical travel and education in Europe: 1500-1789*. Ed. Ole Peter GRELL, Andrew CUNNINGHAM e Jon ARRIZABALAGA. Farnham: Ashgate, 2010, p. 127-147, La vocation scolaire de la chapelle de maître Pierre de Lisbonne au XIV^e siècle. *Medievalista*. [em linha] 7 (2009) 1-44 [consultado 22.12.2013], Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medieval (sécs. XII-XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 161-196; NORTE, Armando – *Letrados e cultura letrada em Portugal: sécs. XII e XIII...*; e LEITÃO, André Oliveira, Armando – A mobilidade dos escolares portugueses: a «peregrinação académica» entre os séculos XII e XV. *Lusitania Sacra*. 29 (no prelo).

Coimbra e de Braga, e de Mário Chicó, acerca das fábricas góticas de Lisboa e Évora⁷⁵. Incompreensivelmente ignorados ou pouco estudados estiveram até agora os complexos medievais das Sés da Lamego⁷⁶, Viseu⁷⁷, Guarda⁷⁸ e Silves⁷⁹, embora se adivinhem para breve novas e importantes contribuições, sobretudo para Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Guarda e Viseu, decorrentes dos projectos de doutoramento de Paulo Almeida Fernandes e de Carlos Filipe Alves e de pós-doutoramento de Carla Varela Fernandes, mas também dos estudos de Eduardo Carrero Santamaría e de mim próprio⁸⁰. Por ora, algumas destas lacunas têm sido atenuadas pelos trabalhos não menos fundamentais sobre as intervenções de restauro realizadas pela antiga DGEMN nas catedrais do Porto, Lisboa e Viseu, durante a primeira metade do século XX, cujo estudo e sistematização foi exemplarmente realizado por Lúcia Cardoso Rosas, Maria João Baptista Neto, Maria Leonor Botelho e Carlos Filipe Alves⁸¹. Refira-se ainda, quanto a Lamego, a recente edição de uma obra que aborda múltiplas vertentes da história e da construção da sua catedral, desde o século XII até ao século XX⁸².

Continuemos, porém, a olhar para o futuro, apontando outros desafios com que se depara a investigação sobre as nossas mais antigas sedes episcopais. Desde logo afigura-se-nos prioritário dar atenção às dioceses e cabidos da Guarda e de Silves, sobre os quais praticamente nada se sabe, como aos restantes que,

⁷⁵ Vid. *supra* notas 33, 41, 42, 45 e 46.

⁷⁶ Vid. *supra* nota 44.

⁷⁷ Vid. *supra* nota 48.

⁷⁸ Vid. *supra* nota 49.

⁷⁹ Vid. *supra* nota 47.

⁸⁰ Vid. *supra* notas 48 e 50.

⁸¹ ROSAS, Lúcia Cardoso – *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval, património e restauro (1835-1928)*. 2 vols. Porto: [s.n.], 1995 (tese de doutoramento policopiada); NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001; BOTELHO, Maria Leonor – *A Sé do Porto no século XX...*; e ALVES, Carlos Filipe – *Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da história: a Sé de Viseu...*

⁸² *Espaço, poder e memória: a catedral de Lamego: sécs. XII-XX*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Lisboa: CEHR-UCP, 2013.

embora já tendo sido objecto de análises de maior ou menor fôlego, continuam a apresentar falhas no conhecimento da sua organização e gestão, para cronologias diferentes daquelas sobre as quais os estudos já referidos foram elaborados. No entanto, se tomarmos em conta a rapidez imposta pela reforma de Bolonha às actuais teses de mestrado e de doutoramento, de todo incompatíveis com projectos que obriguem a um longo trabalho de pesquisa arquivística, e sob pena de podermos comprometer o sucesso destas e de outras investigações, parece-nos indispensável que historiadores e arquivistas reúnam esforços para que se possa fazer um trabalho de base, competente e útil, no tocante à inventariação, catalogação e digitalização sistemática da documentação catedralícia. Só desse modo se poderá avançar de forma sustentada na investigação, e empreender, com celeridade, a não menos aguardada tarefa de edição crítica das suas principais fontes, uma vez que neste domínio o cenário é francamente confrangedor.

Repare-se que de todas as nove sés medievais, apenas Lamego e agora Viseu têm uma parte dos seus diplomatários publicados⁸³, tendo sido Viseu a primeira e até agora a única a conhecer um catálogo digital de uma parte substantiva, e até então ignorada, da documentação medieval e moderna proveniente do seu cartório capitular, e que hoje constitui o núcleo do acervo do Arquivo do Museu de Grão Vasco⁸⁴. A este trabalho de inventariação, catalogação e digitalização levado a cabo em Viseu, só é ainda possível acrescentar um outro realizado em Évora, entre 2011 e 2012. Trata-se do projecto promovido pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, em parceria com o Cabido da Sé de Évora e com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, que reorganizou e inventariou a vastíssima

⁸³ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV...*, p. 435-1000; e VENTURA, Leontina, MATOS, João da Cunha – *Diplomatário da Sé de Viseu: 1078-1278*. Lisboa: IEM/CHSC/IUC, 2010.

⁸⁴ *Catálogo do Arquivo do Museu de Grão Vasco [I]*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Viseu: IMC, 2007 (em suporte DVD).

documentação do arquivo histórico desta catedral, com vista à disponibilização da sua descrição *online* no repositório FUNDIS (Fundos Documentais de Instituições do Sul)⁸⁵.

Uma vez que a grande maioria dos documentos e dos manuscritos provenientes das nossas primeiras e mais importantes catedrais se encontra nos arquivos da rede pública nacional, parece-nos indispensável que, no quadro dos seus planos de trabalho, os centros de investigação científica desenvolvam parcerias com entidades públicas e privadas, nomeadamente com o Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja e com a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, de forma a promover junto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da rede de arquivos distritais um trabalho análogo ao que foi iniciado para os arquivos e bibliotecas diocesanas, e de que é exemplo o portal CESAREIA, destinado à divulgação dos fundos das bibliotecas eclesiais portuguesas⁸⁶. Investigadores capazes e especializados na história das catedrais existem, bastará para tal que as entidades responsáveis se congreguem em torno da salvaguarda e da inventariação e divulgação competente deste riquíssimo e excepcional património documental.

E entre esse património não podemos deixar de destacar um conjunto de manuscritos únicos e basilares para o estudo das catedrais e para a história nacional, como são os obituários, os cartulários, os censuais, os livros de estatutos capitulares, as constituições diocesanas e uma série de livros de carácter litúrgico, a sua maioria saídos dos *scriptoria* catedralícios, cuja produção é ainda muito pouco conhecida, dada a pulverização que as bibliotecas episcopais e capitulares sofreram ao longo dos tempos. Do seu conjunto apenas se conhece com algum pormenor as bibliotecas medievais de Braga e de Coimbra, graças aos trabalhos de história e codicologia realizados por António de Vasconcelos, Avelino de Jesus da

⁸⁵ Sobre este projecto, veja-se a sua página *web*: <http://fundis.cidehus.uevora.pt/>.

⁸⁶ LOPES, Isa Dora – CESAREIA ou o novo horizonte das bibliotecas eclesiais portuguesas. *INVENIRE*. 2 (2012) 66-67. Sobre este projecto, veja-se a sua página *web*: <http://www.cesareia.com/>.

Costa e, recentemente, por Maria do Rosário Morujão, Maria Cristina Cunha e Maria João Silva, a que se acrescenta o contributo dado para Lamego por Aurélio Henriques Barradas⁸⁷. Mas muito se encontra ainda por fazer; importa para isso resgatar e divulgar estes manuscritos através da sua disponibilização digital, estudo e edição. Repare-se que, dos raríssimos obituários catedralícios que chegaram até nós, só o de Coimbra, conhecido por “Livro das Kalendas”, se encontra publicado⁸⁸; a aguardar estudo e edição estão ainda os das sés de Lamego, Viseu e Évora. Dos vários cartulários já identificados, só o *Liber Fidei* da Sé de Braga, o *Censual do Cabido da Sé do Porto* e o *Livro Preto* da Sé de Coimbra, estão igualmente publicados, em edições que levam já várias décadas⁸⁹; estando ainda inéditos os demais cartulários identificados para as Sés de Braga, Coimbra, Évora e Viseu.

Por seu turno, a numerosa e essencial documentação referente ao clero e às dioceses medievais portuguesas que se encontra no Arquivo Secreto do Vaticano continua, também, a carecer de um levantamento sistemático que dê continuidade ao recenseamento iniciado por Maria de Lurdes Rosa e aos importantíssimos trabalhos de edição crítica empreendidos por António Domingues de Sousa Costa, nos *Monumenta Portugaliae Vaticana*, como em tantos outros da sua autoria onde, além das súplicas, publicou muita outra documentação da chancelaria

⁸⁷ VASCONCELOS, António de – *Fragmento precioso dum códice visigótico*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos, 1929; COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. 38 (1983) 1-224, A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII. Braga: [s.n.], 1985; MORUJÃO, Maria do Rosário – O *Livro Preto* da Sé de Coimbra: estudo do cartulário. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 8 (2008) 7-43, Um outro cartulário da Sé de Coimbra: o Manuscrito Iluminado 98 da Biblioteca Nacional. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 10/1 (2010) 73-96; CUNHA, Maria Cristina Almeida e – Um cartulário bracarense do século XIV: o “Livro das Cadeias”. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*. 11 (2010) 277-292; SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média...*, p. 187-204; e BARRADAS, Aurélio Paulo da Costa – «*Martyrologium*» *Lamecense*. Coimbra: [s. n.], 2013 (tese de doutoramento policopiada).

⁸⁸ *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*. Ed. Pierre DAVID, Torquato de Sousa SOARES. 2 vols. Coimbra: FLUC, 1947-1948.

⁸⁹ *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Ed. Avelino de Jesus da COSTA. 3 vols. Braga: Junta Distrital, 1965-1990; *Censual do cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Ed. João GRAVE. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924; *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Edição crítica. Texto integral*, Dir. Manuel Augusto RODRIGUES, Avelino de Jesus da COSTA. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999.

pontifícia⁹⁰. Mais uma vez, esta tarefa depende da constituição de equipas de trabalho dedicadas em exclusivo ao exigente processo de inventariação e edição das fontes, diocese a diocese, de importância crucial para os novos desafios que a historiografia religiosa medieval portuguesa enfrenta. Lembremos apenas que Portugal continua a ser dos poucos países europeus a não dispor de um centro de investigação em Roma que acolha um programa de trabalho apoiado em equipas de investigadores residentes, dedicado ao estudo das relações entre Portugal e a Cúria Romana e à edição da sua documentação. A investigação no Arquivo do Vaticano sobre o clero e as catedrais medievais portuguesas tem dependido de incursões isoladas, tal como de iniciativas individuais tem partido a edição de algumas das suas fontes por José Luis Martín Martín e por Stéphane Boisselier, no âmbito da fiscalidade apostólica do período do papado de Avinhão⁹¹, por Peter Linehan, no âmbito do seu recente trabalho *Portugalia Pontificia*⁹², e também por nós, a propósito da presença do clero português em Avinhão e da edição e estudo dos processos de inventário dos espólios dos bispos portugueses deste período, trabalho a que desejamos dar continuidade⁹³.

⁹⁰ ROSA, Maria de Lurdes – Notícia sobre fundos do Archivio Segreto Vaticano com interesse para a história medieval de Portugal. *Lusitania Sacra*. 5 (1993) 379-390; *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. I (*Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*); Vol. II (*Súplicas dos pontificados dos papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do papa de Roma Bonifácio IX*). Ed. António Domingues de Sousa COSTA. Roma/Porto: Editorial Franciscana, 1968-1970; e ARAÚJO, António de Sousa – António Domingues de Sousa Costa, 1926-2002: elementos para a sua biobibliografia...

⁹¹ MARTÍN MARTÍN, José Luís – El poblamiento de Portugal según «Collectoriae» Vaticanas del siglo XIV: diócesis de Lisboa y Coimbra. *Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA*. 13 (1996) 123-148; BOISSELIER, Stéphane – *Registres fiscaux et administratifs de bénéfices ecclésiastiques du royaume portugais (XIII-XIV^e siècles): contribution à l'étude du phénomène administratif*. Paris: [s.n.], 2002 (*mémoire d'HDR* policopiada) e *La construction administrative d'un royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIV^e siècles)*. Ed. Stéphane BOISSELIER. Lisboa: CEHR-UCP, 2012, docs. 3 e 6.

⁹² LINEHAN, Peter – *Portugalia Pontificia: materials for the history of Portugal and the papacy (1198-1417)*. 2 vols. Lisboa: FCG, 2013.

⁹³ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – «Clientuli et procuratores» na Avinhão de Clemente VI, segundo as notas de um notário português. In *ESTUDOS em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. I. Porto: FLUP, 2006, p. 227-244; O processo de inquirição dos bens de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372†). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 197-228; O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364†): notas de investigação. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 419-438; e COELHO, Maria Helena da Cruz, SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – D. Vasco Martins,

Como se conclui, o potencial de investigação adivinha-se enorme, tais como grandes são os desafios com que se depara a história das catedrais medievais portuguesas. A urgente catalogação e divulgação das suas fontes e a supressão de lacunas no conhecimento de algumas das nossas principais dioceses, sés, episcopados e cabidos ainda pouco estudados, deverão ser as primeiras prioridades, para podermos abrir então o leque de análise a novas temáticas e procurar respostas a novas perguntas.

Dessa mesma vontade já deu eco o Encontro Internacional subordinado ao tema “O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens”, promovido pelo CEHR e realizado em 2010-2011, com o objectivo de lançar o debate em torno de linhas de investigação ainda poucas exploradas entre nós, designadamente os cerimoniais litúrgicos, a música e o canto, a arte e a arquitectura no contexto catedralício, mas também a simbologia e as representações do poder, através da sigilografia, da tumulária, da heráldica e da epigrafia. Não esquecendo, de igual modo, aspectos sobre os quais pouco sabemos relativos à cultura, à formação intelectual e à materialidade da vida quotidiana do clero secular medieval.

Esta necessária promoção e criação de novas linhas de trabalho, que congreguem saberes interdisciplinares, será, pois, mais um dos vários desafios que enfrentamos e que poderão garantir um conhecimento mais sólido e abrangente sobre o fenómeno catedralício medieval português e, assim, contribuir, efectivamente, para divulgar e valorizar a história, o património e a importância matricial da catedral como símbolo da cidade celeste de que nos fala o Livro do Apocalipse, com que iniciámos esta introdução, símbolo e veículo em si mesmo da perpetuação e transmissão da memória e da identidade histórica e eclesial nacional e europeia.

vescovo di Oporto e di Lisbona: una carriera tra Portogallo ed Avignone durante la prima metà del Trecento. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu...*, p. 117-136.



Espaços, Símbolos e Poderes

Liturgia e Espaço Religioso



Nesta página e na anterior: *Ofício da Missa da Ceia do Senhor*. Letra O historiada (pormenores).
Pontifical de Guillaume Durand, para uso de D. Luís de Acuña, bispo de Burgos (ca. 1480)
© Biblioteca Nacional de España (Madrid), ms. Vitr. 18-9, fl. 235v.

Catedral y liturgia medievales. La definición funcional del espacio y sus usos

Eduardo CARRERO SANTAMARÍA¹

“El año 1598 se trató que se cantase la pasión con los dichos [pasos] que hizo Robledo y las Siete palabras, que es cosa admirable, y se consultó con el Arçobispo y dixo que le parecía bien y entendiendo que se auía de decir assí, vino muchíssima gente y sería bien se continuase desta manera en todas las passiones, porque esta memoria de la Passión de Christo es justo se haga con la autoridad y deuoción que conuiene, y así se ha entendido que, oyendo su Magestad el Rey Don Filippe Nuestro Señor la Passión del Domingo de Ramos a canto de órgano, mandó que no se cantase más sino que se desterrase, y me parece que fue mandato de Príncipe Católico y cristiano”.

MANDURA, Pascual de – *Orden de las festividades que se celebran en el discurso del año por sus meses y también de las fiestas móviles* (Biblioteca Capitular de la Seo de Zaragoza, fl. 56r-56v).

En aquella Semana Santa de 1598, no hacía mucho tiempo que el nuevo misal romano había llegado a Zaragoza, para aplicarse en una de las pocas catedrales peninsulares que aún mantenían en vigor la vida comunitaria en un cabildo bajo una normativa inspirada en la regla de San Agustín². Tras el Concilio de Trento (1545-1563), se estaba a las puertas del más potente movimiento globalizador del ceremonial católico con la imposición de una nueva y renovada liturgia y la obligada colección de libros que la reglamentaran. Trento anunciaba la necesaria reforma de los manuales litúrgicos en función de los nuevos usos generales y unitarios a adoptar por toda la católica cristiandad, pero hubo que

¹ El presente trabajo se inscribe en el marco del proyecto de investigación *Arquitectura y liturgia. El contexto artístico de las consuetas catedralicias en la Corona de Aragón*, Ministerio de Ciencia e Innovación, HAR 2009-09366.

² El cabildo de Zaragoza se secularizó definitivamente por bula papal de Clemente VII en 1604.

esperar algunas décadas, hasta que entre los pontificados de Pío V (1566-1572) y Pablo V (1605-1621) se editaron el *Breviario*, el *Misal*, el *Pontifical*, el *Ceremonial* y el *Ritual* romanos. Mientras tanto, la inquietud sobre la situación de la liturgia ya se había hecho patente en las sedes europeas desde el siglo XV, como indican los sínodos y concilios en los que se manifestaron prelados preocupados por la unificación de calendarios, ritos y ceremonias para cada una de sus diócesis, en un ámbito local y con un marcado carácter simplificador.

En territorio peninsular, la misma preocupación discurrió en paralelo. Durante todo el cuatrocientos es perfectamente perceptible un movimiento reformista al que los historiadores del arte han prestado atención por su repercusión plástica en la iluminación del libro litúrgico³. Efectivamente, asistimos a la multiplicación de los misales recogiendo los usos particulares de las diócesis y catedrales donde se producían, e incluso, como en el caso de Toledo, contemplando los dos ritos en práctica: el toledano de la propia liturgia romana y el mozárabe derivado de la hispánica. Por el contrario, en lo que no se ha insistido por esa secular ingenuidad que nos caracteriza al separar voluntariamente estructuras diferentes pero complementarias, es en la relación entre la proliferación del libro manuscrito en paralelo a la del impreso, y es que esta corriente de realización y puesta en limpio de libros litúrgicos también se valió de la imprenta, como demuestra el importante número de piezas publicadas para las iglesias ibéricas desde el mismo siglo XV y durante todo el XVI⁴. Volviendo a Zaragoza, como bien ha indicado Isidoro Miguel García, es en la figura del arzobispo don Hernando de Aragón (1539-1575†) en la que podemos ver las grandes líneas de un cambio litúrgico que curiosamente comenzó la renovación desde casa y que ya habían iniciado sus predecesores Alonso de

³ VILLASEÑOR SEBASTIÁN, Fernando – *El libro iluminado en Castilla durante la segunda mitad del siglo XV*. Segovia: Diputación, 2009, p. 139-292.

⁴ Es fundamental la obra de ODRIOZOLA, Antonio – *Catálogo de libros litúrgicos, españoles y portugueses, impresos en los siglos XV y XVI*. Ed. Julián MARTÍN ABAD y Francesc Xavier ALTÉS I AGUILÓ. Pontevedra: Museo, 1996.

Aragón con un breviario en 1479 y Juan II de Aragón con el misal que se editaría a finales del siglo XV y que, al igual que el *breviario*, contaría con numerosas reediciones durante las tres primeras décadas del siglo XVI. Lo que separa a don Hernando de su padre y hermano arzobispos es que no sólo ordenó, también reformó, convirtiéndose en uno de los preladados que emprendieron acciones preludio del programa reformador de Trento. Durante su largo pontificado – fue arzobispo zaragozano entre 1539 y 1575 – se revisaron y editaron dos misales (1540 y 1552), tres breviarios (1544, 1547 y 1556), un salterio (1553), un dominical (1554) y un santoral (1555)⁵. No deja de tener su ironía que todo este esfuerzo no sirviera para mucho, ya que la reforma tridentina acabaría con todas las voluntades de cambio a nivel local para converger en un programa litúrgico común para toda la Iglesia Católica y que a Zaragoza llegó tan pronto como el 5 de mayo de 1571, cuando el propio don Hernando impulsó la adopción del nuevo misal romano⁶.

¿Qué es lo que, al fin y al cabo nos interesa de esta fascinante historia quinientista de la liturgia en la archidiócesis de Zaragoza? Ni más ni menos que el problema por el que se atravesaba en las primeras décadas del siglo XVI y que ya venía de largo, como demuestran las numerosas llamadas al orden sinodales y conciliares o la profusión de libros litúrgicos dedicados a restablecer costumbres: la desconcertante variedad de modos de practicar la liturgia católica que traspasaban las fronteras entre archidiócesis y diócesis para afectar incluso a las distintas zonas de un mismo territorio diocesano. El mapa litúrgico de la Europa bajomedieval era el de una Iglesia completamente fragmentada en diferentes usos y modos. Lógicamente, el calendario de celebraciones mayores era el mismo, aunque algunos lugares habían generado su propio ritual con particularidades en

⁵ MIGUEL GARCÍA, Isidoro – Liturgia y ceremonial cesaraugustanos. *Aragonia Sacra*. 16-17 (2001-2003) 247-280.

⁶ COLÁS LATORRE, Gregorio; CRIADO MAINAR, Jesús; MIGUEL GARCÍA, Isidoro – *Don Hernando de Aragón, arzobispo de Zaragoza y virrey de Aragón*. Zaragoza: Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, 1998.

el campo de lo estrictamente textual y musical pero también en la expresión material del rito. Parece lógico pensar que la influencia que la metropolitana tuvo en las restantes sedes de su archidiócesis hizo seguir sus usos y modos entre éstas, pero también estos márgenes geográficos se excedieron y la expansión y difusión de las formas litúrgicas fue absolutamente caprichosa, motivada por cuestiones puramente circunstanciales, coyunturales y hasta casuales. Un caso bien conocido es el de los modos litúrgicos de distintas catedrales francesas – en particular París, Evreux y Bayeux – que se pusieron en práctica en el Santo Sepulcro durante el Reino Latino de Jerusalén⁷. En la Península Ibérica, aunque de cronologías tardías, diversos fragmentos documentales han hecho pensar en un lógico vaivén codicológico que hiciera llegar a sus territorios más occidentales desde fechas tempranas los modos de la liturgia galorromana y las directrices para la organización del clero catedralicio y monástico⁸. Por otro lado sabemos bien que, en las sedes de reconquista y entre los siglos XI y XII, la presencia de obispos y canónigos franceses procedentes de medios cluniacenses fue un ingrediente básico en la aparición en Castilla y Portugal de los usos de sus respectivas sedes de origen, que han sido rastreados a nivel litúrgico y musicológico⁹. Más complejo es

⁷ DONDI, Cristina – *The liturgy of the canons regular of the Holy Sepulchre of Jerusalem: a study and a catalogue of the manuscript sources*. Turnhout: Brepols, 2004.

⁸ Es el caso, por ejemplo, de las alusiones en códices tardíos al Concilio de Aquisgrán o a la regla de Crodegango de las catedrales de Oviedo o León, o de elementos de la llamada liturgia catalano-narbonense en Palencia (CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – *El conjunto catedralicio de Oviedo en la Edad Media: arquitectura, topografía y funciones en la ciudad episcopal*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 2003, p. 13-26; y *Santa María de Regla de León: la catedral medieval y sus alrededores*. León: Universidad, 2004, p. 13-21; RUBIO SADIA, Juan Pablo – La penetración de la tradición litúrgica catalano-narbonense en el obispado de Palencia en el siglo XI. *Miscel·lània Litúrgica Catalana*. 18 (2010) 243-278).

⁹ La influencia francesa en la ordenación de la liturgia bracarense fue estudiada detenidamente por BRAGANÇA, Joaquim de Oliveira, cuyos artículos fueron reeditados en un volumen básico: *Liturgia e espiritualidade na Idade Média*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008. Para las sedes de la reconquista castellana y su clero francés, véase el trabajo de RUBIO SADIA, Juan Pablo – *La recepción del rito francorromano en Castilla (ss. XI-XII): las tradiciones litúrgicas locales a través del Responsorial del Proprium de Tempore*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2011. En el terreno de lo estrictamente musical, la conexión Francia-Portugal-Castilla ha sido subrayada por FERREIRA, Manuel Pedro – Braga, Toledo and Sahagún: the testimony of a sixteenth-century liturgical manuscript. In *FUENTES musicales en la*

el asunto de Lisboa y la importación de los usos de Old Sarum por su primer obispo, el inglés Gilberto de Hastings, tras la reconquista de la ciudad en 1147. No sería extraño. A partir del siglo XIII, los usos “salisburienses” se adoptaron en muchas de las sedes seculares inglesas y dejaron sentir su influencia en otros lugares de la Europa más septentrional¹⁰. De nuevo en los reinos hispánicos, es bien conocido el caso del ceremonial de la catedral de Mallorca, que se dice procedente de los que los conquistadores catalanes llevaron desde la Península o, bien documentado, el de Granada, integrado por un interesantísimo rosario de fuentes en las que pueden seguirse los lugares de procedencia del clero implicado en su complejo proceso de confección¹¹.

En lo relativo a sus relaciones con el arte y la arquitectura, la difusión geográfica de la liturgia es tan fortuita como en lo referente al propio ritual. Pongamos un ejemplo. La catedral de Segovia conserva una sobresaliente pieza de ornamento litúrgico del siglo XV. Se trata de un gran candelabro procesional en el que una serpiente con cabeza femenina se enrosca entorno a un tronco de árbol (Fig. 1).

Una pieza idéntica fue iluminada en una de las miniaturas del *Misal Rico de Cisneros* para la catedral de Toledo. Es la ilustración de la ceremonia de bendición del cirio pascual, cuya procesión es descrita en la rúbrica del texto litúrgico. En la miniatura se recoge un momento en que el arzobispo es asistido por el diácono

península Ibérica (ca. 1250-ca. 1550). Eds. Maricarmen GÓMEZ y Màrius BERNADÓ. [Lleida]: Universitat/Institut d'Estudis Ilerdencs, D. L. 2002, p. 11-34.

¹⁰ MORGAN, Nigel John – The Introduction of the Sarum calendar into the dioceses of England in the thirteenth century. In *THIRTEENTH CENTURY England VIII*. Eds. M. PRESTWICH, Richard BRITNELL y Robin FRAME. Woodbridge: Boydell Press, 2001, p. 179-206; y PFAFF, Richard W. – *The liturgy in medieval England: a history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 350-444.

¹¹ Sobre Mallorca, SEGUÍ I TROBAT, Gabriel – La consuetud de sagristia de la Seu de Mallorca de 1511. In *LA CIUTAT de Mallorca i els segles del gòtic*. Eds. Tina SABATER y Eduardo CARRERO SANTAMARÍA. Palma de Mallorca: Insitut d'Estudis Baleàrics, 2010, p. 351-359; y *La consuetud de sagristia de 1511 de la Seu de Mallorca (Palma, Arxiu Capítular de Mallorca, Ms. 3400). Estudi de les fonts literàries i edició del text*. 2 vols. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, 2011 (tesis doctoral inédita). Sobre el ceremonial de Granada en TORRES FERNÁNDEZ, Milagros de – *El ceremonial de Granada y Guadix y los espectáculos religiosos en Castilla a fines del medievo*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 2006, p. 65-83.

que lleva la cruz procesional con la manga y cuatro acólitos que sostienen el libro, el acetre con el hisopo y nuestro candelabro de la serpiente, ahora alrededor de una columna, rematado por una vela de tres pábilos entrelazados (Fig. 2)¹².

El candelabro de tripe vela, en su forma de reptil y rostro humano, fue descrito también en el misal toledano de 1499, una anotación infrecuente en otros misales y costumbreros litúrgicos¹³. Además, tanto el candelabro real como el iluminado no fueron únicos. En la catedral de Sigüenza y en la cercana localidad de Moratilla se conservan otros dos con largas serpientes enrolladas que, a diferencia de los candelabros de Toledo y Sigüenza, carecen de rostro humano¹⁴. El uso del Tricerio – que es así como se llama el candelabro usado en la bendición del cirio pascual – es documentado por Mario Righetti desde el siglo XIII y parece que en su forma de serpiente fue referido en el *Rationale* de Guillaume Durand, allá por 1286¹⁵. La cuestión tiene su fundamento teológico, como ha indicado Anna Muntada a raíz de su estudio sobre el retablo mayor de la catedral de El Burgo de Osma. En una de las tablas que restan del conjunto gótico precedente hoy en el Museu Marès de Barcelona, la escena del *Tránsito de la Virgen* está presidida por un gran candelabro triple. Su presencia es justificada por la autora mediante dos fuentes distintas: la Leyenda Dorada y el evangelio apócrifo de Juan de Tesalónica. En ambas se identifica la luz del Supremo Hacedor con un candelabro triple para *manifestar la eterna claridad del mundo* y la iluminación interna del hombre, con tres pábilos que simbolizan el cuerpo, el alma y el espíritu: nada más adecuado para el acto simbólico de encender el cirio pascual,

¹² Se trata de una de las dos miniaturas que ilustraban un acto litúrgico en todo el misal. La otra, representando la bendición de los ramos, ha desaparecido; cf. MUNTADA TORRELLAS, Anna – *Misal rico de Cisneros*. Toledo: Real Fundación, 2000, p. 85.

¹³ SIERRA LÓPEZ, Juan Manuel – *El misal toledano de 1499*. Toledo: Instituto Teológico de San Ildefonso, 2005, p. 107-108.

¹⁴ Los candelabros seguntinos han sido dados a conocer por Marcos Nieto a través de su página web: www.histgueb.net/serpiente/index-new.htm [consultada a 3 de febrero de 2012].

¹⁵ RIGHETTI, Mario – *Historia de la liturgia*. Vol. 1. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955, p. 87.



Fig. 1 – *Tricerio de la catedral de Segovia* © Eduardo Carrero.



Fig 2 – *Misal Rico de Cisneros*. T. IV, fl. CXVII (detalle) © Biblioteca Nacional de España.

con la presencia de la serpe y el alegórico árbol de la ciencia, en todo su contenido teológico¹⁶.

La difusión del modelo por la Castilla central podría justificarse mediante el papel jugado por Toledo como metrópoli y en el fenómeno de centro y periferia en la copia de piezas artísticas, al pertenecer Segovia y Sigüenza al territorio archidiocesano toledano. Así, el candelabro segoviano estaría copiando el original de la catedral primada, que sólo ha llegado a nuestros días en la ilustración del *Misal de Cisneros*, mientras en Sigüenza sólo se seguiría la usanza. En contraste, vimos líneas arriba cómo los tricerios de serpiente son conocidos documentalmente en otros lugares y, en la misma Castilla, conservamos el de Sasamón, también con la serpiente enrollada alrededor del astil y el triple pábilo, en el Museo de la Catedral de Granada y en el Museu Marès de Barcelona, según se ha indicado¹⁷. Al mismo tiempo, la tradición no sé si de tricerios, pero sí de cirios en forma de serpiente se debió remontar a tiempos anteriores. En el costumbrero de Sant Cugat del Vallès, redactado en las primeras décadas del siglo XIII, se describe el que era usado el Jueves Santo para iluminar el coro de la iglesia monástica¹⁸. Esto concluye en lo caprichoso y difícil que es establecer geografías litúrgicas y, por descontado, tratar de ver sus huellas en el arte y por extensión en la arquitectura.

Desde una perspectiva social, la liturgia estaba perfectamente incardinada con la vida cotidiana. El calendario giraba en torno al año litúrgico que, a su vez, se asociaba al agrícola; los ritos de nacimiento, pubertad, matrimonio o muerte, la inserción o expulsión de la sociedad, la creación de identidades profesionales o

¹⁶ MUNTADA TORRELLAS, Anna – De la Gloriosísima y Purísima Madre de Dios: claves para una lectura iconográfica del retablo mayor de la S. I. Catedral de El Burgo de Osma. In *LLENA DE GRACIA: iconografía de la Inmaculada en la diócesis de Osma-Soria*. Soria: Ed. Ochoa, 2005, p. 77-119.

¹⁷ ANDRÉS ORDAX, Salvador – *Iconografía cristológica a fines de la Edad Media: el crucero de Sasamón*. Salamanca: S. A. Ordax, 1986, p. 50.

¹⁸ *El costumari del monestir de Sant Cugat del Vallès*. Ed. Efrén E. COMPTE. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Secció Històrico-Arqueològica, 2009, p. 237.

nacionales tenían su correspondencia en la liturgia católica. El propio día se organizaba a partir de la liturgia de las horas y, además, marcaba los espacios de expansión y celebración generales: la Navidad y sus festejos, la Candelaria, la Cuaresma, la Semana Santa, el Corpus Christi eran los hitos a lo largo del año y cualquier acontecimiento entorno a ellos podía suscitar serios problemas sociales. Como simples ejemplos de la importancia que el hecho litúrgico tenía sobre la ciudad y sus habitantes, me gustaría reseñar dos acontecimientos violentos y uno templado ocurridos en momentos históricos diferentes y que, aunque hoy nos parezcan anecdóticos y nos hagan sonreír, son sobre todo explicativos de la importancia de la celebración litúrgica como motor generador. El primero ocurrió en la Semana Santa de 1371, cuando uno de los frecuentes enfrentamientos entre arzobispado y poder civil en la ciudad de Santiago de Compostela llevó a poner la catedral en entredicho y suspender los oficios, entre los que se incluía todo el Triduo Sacro. A pesar de las amenazas recibidas, el cabildo se negó a celebrarlos y el despecho de la ciudad fue tal que tuvieron encerrados nueve días a los capitulares en el tesoro catedralicio, localizado en una de las torres que habían ido fortificando la catedral desde el siglo XIII, en donde, según recoge explícito el cronista de los acontecimientos, tuvieron que *ffazer dentro enno dito thesouro aquello que he necessario et sse non pode escusar*¹⁹. El segundo ocurrió en Zaragoza, en una fecha imprecisa entre 1545 y 1555. En plenas reformas litúrgicas del arzobispo don Hernando de Aragón (1539-1575†), la desnudez de los usos que quiso imponer el prelado no fue del gusto del pueblo de Zaragoza, que invadió el coro de la catedral con no muy buenas intenciones, pensando que su cabido se había hecho luterano. Tomar el coro y obligar a los canónigos a regresar a los antiguos

¹⁹ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La capilla de los arzobispos, el tesoro y la torre de don Gómez Manrique en la catedral de Santiago de Compostela. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte U.A.M.* 9-10 (1997) 35-52. La fortificación de la catedral compostelana ha sido ejemplarmente estudiada por VÁZQUEZ CASTRO, Julio – La Berenguela y la Torre del Reloj de la Catedral de Santiago. *Semata*. 10 (1998) 111-148; y A falta de torres, buenos son campanarios: las desaparecidas Torres del Ángel y del Gallo en la catedral de Santiago de Compostela. *A Quintana*. 6 (2007) 245-266.

modos parecía la solución más apropiada²⁰. El tercero se recoge en la cita con la que comienza este trabajo y, aunque relacionado con la Seo de Zaragoza, finalmente nos remite a un hecho acaecido en El Escorial. El canónigo liturgista Pascual de Mandura narra cómo en la Semana Santa de 1598 se habían interpretado en la catedral los pasos y las Siete palabras que el maestro de capilla Melchor Robledo había compuesto para escenificar la Pasión de Cristo, con toda certeza en canto llano²¹. Y digo en canto llano porque después añade la opinión del rey – cuya política intervencionista en materia litúrgica y musical queda aquí plasmada – según la cual y ante la celebración de un Domingo de Ramos a canto de órgano, *mandó que no se cantase más sino que se desterrase*, opinión que para Mandura fue digna de *Príncipe Católico y cristiano*. Todo esto nos remite a la primera y negativa opinión del monarca sobre la polifonía en la liturgia y que sería recogida en la carta fundacional de El Escorial de 1567, con aquel *expresamente ordenamos que se digan y celebren en canto llano e no haya en ninguna manera, ni en ningún día ni fiesta canto de órgano*. Lo de primera es porque en el mismo lugar y en 1587 ordenó precisamente lo contrario, el uso de la polifonía²². Está claro que en Zaragoza lo que expresan las palabras de Pascual de Mandura es el desagrado ante lo diferente, un distanciamiento parejo al que se producía frente a las novedades en el ritual y la celebración que, además, en este caso

²⁰ MIGUEL GARCÍA, Isidoro – Liturgia y ceremonial cesaraugustanos..., p. 262.

²¹ Los pasos de Melchor Robledo, maestro de capilla de la Seo entre 1569 y 1586, se cantaban intercalados entre los episodios de la Pasión, y eran mejor considerados que las novedades polifónicas. Cf. CALAHORRA MARTÍNEZ, Pedro – *La música en Zaragoza en los siglos XVI y XVII*. Vol. 2: *Polifonistas y ministriles*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1978, p. 41-42; y CANELLAS LÓPEZ, Angel – Melchor Robledo y su época. *Nassarre. Revista aragonesa de musicología*. 4/1-2 (1988) 31-36.

²² Con mi agradecimiento a Pepe Rey, que aclaró mis dudas al interpretar este párrafo de Mandura. Sobre Felipe II, el canto llano y la polifonía, véase la introducción del artículo de SÁNCHEZ LÓPEZ, Gustavo – La música en los Oficios del Viernes Santo escurialense: obra polifónica de fray Manuel de León (†1632). In *LOS CRUCIFICADOS, religiosidad, cofradías y arte*. Coord. Francisco Javier CAMPOS y Fernández de SEVILLA. San Lorenzo del Escorial: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2010, p. 1139-1165; y el panorama general trazado en RUIZ-JIMÉNEZ, Juan – Música sacra: el esplendor de la tradición. In *HISTORIA de la música en España e Hispanoamérica*. Vol. 2: *De los Reyes Católicos a Felipe II*. Ed. Maricarmen GÓMEZ. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 291-395.

contaban con la opinión del rey que, sólo trece años antes, había casado a su hija en la catedral de Zaragoza.

Sobre arquitectura y liturgia. Una necesaria e incompleta aproximación

Esta pequeña digresión viene al caso por la profusión de modos y maneras de entender la historia que refleja la literatura artística de los últimos años. En ningún momento entraré en valoraciones historiográficas ni en interpretaciones de tipo simbólico sobre el uso del espacio²³. Mi aproximación pretende estar más del lado de la que no hace mucho ha realizado Paul Crossley para presentar sus propuestas sobre las relaciones entre espacio e imagen en la catedral de Chartres, pero llamando nuestra atención sobre la importancia de trabajos que tratan el funcionamiento real del edificio religioso en su medio y en su contexto de cara a la reconstrucción de una topografía sacra²⁴. Volveremos varias veces sobre la reflexión de Crossley. Centrándonos en las relaciones entre arquitectura y liturgia, hace algo más de una década Cristopher Wilson dedicó un volumen al estudio de la catedral desde una perspectiva generalista. En la introducción hacía

²³ Léanse aquí CASSIDY-WELCH, M. – *Monastic spaces and their meanings: thirteenth-century english cistercian monasteries*. Turnhout: Brepols, 2001, p. 2-12; RECHT, R. – *Le croire et le voir: l'art des cathédrales (XII^e-XV^e siècle)*. Paris: Gallimard, 1999; Le bossu de Notre-Dame: brèves remarques sur l'historiographie de l'architecture gothique. In PIERRE, *lumière, couleur: études d'histoire de l'art du Moyen Âge en l'honneur d'Anne Prache*. Eds. Fabienne JOUBERT y Dany SANDRON. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1999, p. 513-522; y REVEYRON, Nicolas – Architecture, liturgie et organisation de l'espace ecclésial: essai sur la notion d'espace dans l'architecture religieuse du Moyen Âge. *Les Cahiers de Saint-Michel de Cuxa*. 34 (2003) 161-175. Especialmente interesantes son las valoraciones de Paul Binski sobre los excesos de la liturgia como paradigma en el análisis de la arquitectura y el alcance de su sobreinterpretación simbólica, a través de las catedrales de Canterbury, Lincoln, Ely y Trondheim en el contexto de los usos de Old Sarum: BINSKI, Paul – Liturgy and local knowledge: english perspectives on Trondheim cathedral. In *THE MEDIEVAL cathedral of Trondheim: architectural and ritual constructions in their european context*. Eds. Margrete Syrstad ANDÅS [et al.]. Brepols: Turnhout, 2007, p. 21-46.

²⁴ CROSSLEY, Paul – The integrated cathedral: thoughts on “holism” and gothic architecture. In *THE FOUR modes of seeing: approaches to medieval imagery in honor of Madeline Harrison Caviness*. Eds. Eveline Staudinger LANE, Elisabeth Carson PASTAN y Ellen M. SHORTELL. Aldershot: Ashgate, 2009, p. 157-173.

una defensa de los estudios estilísticos afirmando que la arquitectura medieval y en particular la gótica no estuvo condicionada por la liturgia en lo que diferenció como *liturgical specification*, frente a la *architectural specification*²⁵. Wilson – un excelente conocedor de la historia de las formas – se refería al hecho arquitectónico en sí y no a su uso. En este mismo sentido, la tesis doctoral de Alex Sturgis planteó una hipótesis básica: la liturgia no condicionó la arquitectura, es más, tuvo que adaptarse a ésta²⁶. Efectivamente, como sugería Wilson, la elección de un tipo de abovedamiento, un soporte o un diseño de fachada no estuvieron vinculados a la liturgia; también, según propone Alex Sturgis, una gran fábrica gótica pudo supeditar el desarrollo de la liturgia en su interior, sobre todo en ocasiones en las que el edificio sustituía a uno previo y no a su ceremonial que se adaptaba a las nuevas formas, o cuando llegaban renovaciones litúrgicas, éstas tenían que acomodarse a un edificio antiguo. En este caso es especialmente explicativo cómo la liturgia procesional descrita en los *Ordines* romanos para la ciudad de Roma fue adaptada a las características arquitectónicas y urbanas del resto de las catedrales europeas²⁷. Por el contrario y siguiendo la misma cadena de razonamientos, el espacio interno del edificio religioso y su mobiliario sí estuvieron condicionados por el factor litúrgico y, en muchos sentidos, la elección o modificación de la planta y el trazado general del mismo pudieron hacerse siguiendo un requisito ceremonial. No olvidemos que los actos a realizar en una catedral eran, prácticamente en su totalidad, de tipo litúrgico y el espacio debió concebirse con el fin de favorecer el ritual que iba a

²⁵ WILSON, Christopher – *The gothic cathedral*. London: Thames & Hudson, 1990, p. 9.

²⁶ STURGIS, Alexander – *The liturgy and its relation to gothic cathedral design and ornamentation in late twelfth and early thirteenth-century France* (doctoral dissertation, Courtauld Institute of Art, University of London, 1991). Tomo la nota de BINSKI, P. – Liturgy and local knowledge..., p. 27 y CROSSLEY, Paul – The integrated cathedral...

²⁷ Me ocupé de este asunto para las procesiones de La Seu d'Urgell y su contextualización en otras catedrales catalanas en CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La Seu d'Urgell, el último conjunto de iglesias: liturgia, paisaje urbano y arquitectura. *Anuario de Estudios Medievales*. 40-1 (2010) 251-291.

acoger²⁸. Así parece desprenderse de los problemas de interpretación de las organizaciones planimétricas de Reims, Siena o Toledo, teniendo como telón de fondo las ceremonias de coronación real o el potente culto a la Eucaristía que se impondría desde finales del siglo XII, o las numerosas reformas y alteraciones espaciales que, realizadas en las iglesias catedralicias y monásticas europeas desde las últimas décadas del siglo XVI, actualizaban sus fábricas a las novedades litúrgicas legisladas por la normativa tridentina²⁹. También olvidamos el principio de improvisación que afectó a estos edificios. Cuando distintas obras del siglo XVI comenzaron a alterar el claustro de la Seo de Zaragoza por el que discurrían sus procesiones, éstas empezaron a realizarse alrededor del coro catedralicio: otra estructura cuadrangular cuyos laterales pasaron a denominarse "claustros" por la documentación litúrgica en una evidente acomodación de las expresiones litúrgicas a la arquitectura disponible. Una situación semejante de improvisación y adaptación la encontramos en la procesión mallorquina del Estendard, en origen una fiesta de vencedores y reconquista que discurría por las calles de la ciudad. Cuando un clima adverso lo impedía, la ceremonia se celebraba en el interior de la catedral de Mallorca, que pasaba a reinventarse así como imagen de su propia urbe.

Lejos de querer adoptar una postura conciliadora, creo que debemos ser muy conscientes de la brecha que existe entre ambas posibilidades de aproximación a la arquitectura, la formal y la funcional. Es evidente que los

²⁸ SAUERLANDER, W. – Integration: a closed or open proposal? In *ARTISTIC integration in gothic buildings*. Eds. Virginia Chieffo RAGUIN, Kathryn L. BRUSH y Peter DRAPER. Toronto-Buffalo-London: University of Toronto Press, 1995, p. 3-18. Por esta misma razón no coincido en la interpretación formalista que Pedro Navascués acaba de proponer sobre la elección del singular modelo arquitectónico de la catedral de Toledo en su trabajo: NAVASCUÉS PALACIO, Pedro – Historia breve de la fábrica de la catedral de Toledo. In *LA CATEDRAL de Toledo: obra y fábrica*. Barcelona: Lunwerg, 2011, p. 11-74.

²⁹ PLOEG, Kees van der – *Art, architecture and liturgy: Siena cathedral in the Middle Ages*. Groningen: Forsten, 1993; y CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Presbiterio y coro en la catedral de Toledo: en busca de unas circunstancias. *Hortus Artium Medievalium*, 15/2 (1999) 315-327. Para los efectos de Trento sobre la arquitectura, RODRÍGUEZ G. DE CEBALLOS, Alfonso – Liturgia y configuración del espacio en la arquitectura española y portuguesa a raíz del Concilio de Trento. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*. 3 (1991) 43-52.

estudios estilísticos pueden ser independientes de los funcionales ya que ni el tema de estudio ni los objetivos de éste tienen por qué converger en un análisis, ni participar de unos intereses comunes. Ahora, también creo muy claro que si la *architectural specification* de Wilson no se vio alterada por el uso litúrgico, el desarrollo espacial de la misma arquitectura se proyectó en función de unos denominadores comunes, basados en las necesidades del culto en la propia institución eclesiástica para la que se edificaba. A pesar de todas las variantes planimétricas posibles, la presencia o ausencia de girolas, deambulatorios, formas de los transeptos o disposición de las capillas secundarias no pudo ser casual y, por lógica, la elección de un tipo de iglesia y la disposición espacial de ésta tuvieron que estar marcadas por condiciones litúrgicas, económicas o sociales, muy por encima de los rígidos patrones del estilo.

Como decía, la visión que aquí definiendo poco tiene que ver con el estudio formal de la arquitectura, pero tampoco lo hace con su interpretación simbólica, apostando por una dimensión transversal de la historia del espacio arquitectónico desde su uso y sus transformaciones, a través de las constantes que realmente pudieron determinar la construcción de un edificio: la liturgia, la historia institucional, la ceremonial, las fiestas locales o la vida cotidiana. Es muy difícil entender una iglesia y sus dependencias sin saber qué tipo de institución era, lo que en ella se hacía, si nuestra aproximación es a través de la propia historiografía y no de las fuentes, como elemento aislado de un medio litúrgico-geográfico general o como suma de distintas piezas objeto del estudio histórico-artístico o arqueológico. Es evidente que zonas de los edificios tuvieron una explicación litúrgica, como indica Helen Gittos para la arquitectura altomedieval inglesa³⁰. Contamos con muy remarcables interpretaciones parciales en esta misma clave, como las referentes a las galileas o a las capillas altas en tribunas, que

³⁰ GITTOS, Helen – Architecture and liturgy in England c. 1000: problems and possibilities. In *WHITE MANTLE of churches: architecture, liturgy and art around the Millennium*. Ed. Nigel HISCOCK. Turnhout: Brepols, 2002, p. 91-106.

tan excepcionalmente explicó Arnold Klukas en una tesis ni lo suficientemente valorada ni difundida³¹. Pero si estas clasificaciones tipológicas de sesgo funcional pueden ser útiles en ocasiones, cuando elevamos la vista e intentamos hacer la visión global es cuando el barco hace aguas. Creo que tendemos a crear patrones de interpretación universales que no siempre funcionan y que, lamentablemente, terminan convirtiéndose en lugares comunes para los *mass-media* e incluso para cierto sector del propio medio académico en humanidades, tan adepto al inmovilismo científico. En el caso de la catedral, no hay lugar a dudas. La historiografía del siglo XX ha seguido a la búsqueda del mito romántico de la gran catedral gótica, del edificio que era Biblia y Enciclopedia, que dominaba el perfil del paisaje circundante, que era símbolo opresor de la aristocracia eclesiástica o metáfora en piedra de la fe de los pueblos. Si hemos hablado de *Tiempo de catedrales* para referirnos al gótico y cuando todos los tiempos lo fueron, también hemos intentado aplicar un método de estudio codificado a partir del análisis de las grandes catedrales del dominio real francés y su entorno y que, desde luego, es inviable en lugares donde no existieron los factores programáticos que sí se reunieron en las sedes vinculadas a la monarquía francesa. Es evidente que – trascendiendo los patrones de análisis formal, siempre parejos – las pautas aplicadas para analizar la arquitectura, la escultura y el mobiliario de Reims no son aplicables a Burgos o Toledo por mucho que nos empeñemos. Buscamos ecos temáticos "chartrianos" en las vidrieras de León, nos preguntamos por reyes concretos en las demediadas galerías regias de Burgos y, dejando a un lado la evidente singularidad de las figuras reales del claustro burgalés – que nos encaminan indudablemente a un programa de memoria sobre la familia real castellana vinculado a esquemas semejantes en catedrales alemanas –, las aproximaciones restantes son incompletas por falta de fuentes, falta de ciclos

³¹ KLUKAS, Arnold W. – *Altaria Superioria: the function and significance of the tribune-chapel in Anglo-Norman Romanesque: a problem in the relationship of liturgical requirements and architectural form*. 2 vols. Pittsburgh: University, 1978.

completos, falta de materiales y exceso de paralelos a veces sobre interpretados y que, inevitablemente y en nuestro caso, nos avocan a la novela y a la especulación histórico-artística³².

Desde que hace más de seis décadas Hans Sedlmayr publicara su poliédrica aproximación a la catedral gótica, y obviando su mucho más enriquecedora visión transversal³³, nos hemos afanado en crear un espectro de posibilidades en función de las formas y el estilo: tipos de cabeceras, con o sin girola, una, tres o cinco naves, transepto acusado o inscrito, y así establecer cuadros comparativos y tipológicos entre edificios. No quiero decir que esto no sea legítimo y necesario – siempre en una justa medida –, de hecho, es evidente que nos aporta unos parámetros de aproximación que, por ejemplo, carecíamos para las dependencias claustrales, sobre todo en las catedrales reglares y su posterior secularización³⁴. A lo que me refiero es a si es lícito estudiar la arquitectura de una catedral como se estudia la de un monasterio; ¿podemos crear patrones y aplicar modelos para las catedrales del mismo modo a como Wolfgang Braunfels nos explicó la historia arquitectónica del monacato? Es decir, al igual que para el Císter, la Cartuja y quizás hasta para los benedictinos contamos con prototipos de organización espacial que, aún variando en pequeños detalles, nos hacen saber reconocer sus

³² CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – El confuso recuerdo de la memoria. In *MARAVILLAS de la España medieval: tesoro sagrado y monarquía*. Coord. Isidro BANGO TORVISO. Vol. 1. [Valladolid]: Junta de Castilla y León, 2001, p. 85-93. Las figuras del claustro de Burgos han sido estudiadas por ABEGG, Regine – *Königs- und Bischofsmonumente. Die Skulpturen des 13. Jahrhunderts im Kreuzgang der Kathedrale von Burgos*. Zurich: Zurich Interpublishers, 1999; y ABEGG, Regine, y KARGE, Henrik – Naumburg-Meissen-Burgos. In *DER NAUMBURGER Meister: bildhauer und architekt im Europa der Kathedralen*. Eds. Hartmut KROHM y Holger KUNDE. Vol. 2. Petersberg: Michael Imhof, 2011, p. 1452-1465. La interpretación más reciente del programa en HERNÁNDEZ, Francisco Javier – Two weddings and a funeral: Alfonso X's monuments in Burgos. *Hispanic Research Journal*. 13/5 (2012) 405-431.

³³ SEDLMAYR, Hans – *Die Entstehung der Kathedrale*. Friburg: Herder Spektrum, 1993 (reed. 1950).

³⁴ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La topografía claustral en las catedrales de Sigüenza, el Burgo de Osma y Tarragona en el contexto del tardorrománico hispano. In *LA CABECERA de la catedral calceatense y el tardorrománico hispano*. [Santo Domingo de la Calzada]: Cabildo de la S.M.I., Catedral de Santo Domingo de la Calzada, [2000], p. 389-417; Cathedral cloisters in the kingdoms of León and Galicia. In *DER MITTELALTERLICHE Kreuzgang. The medieval Cloister. Le cloître au Moyen Âge. Architektur, Funktion und Programm*. Ed. P. K. KLEIN. Regensburg: Schnell & Steiner, 2004, p. 89-104; La *vita communis* en las catedrales peninsulares: del registro diplomático a la evidencia arquitectónica. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: CEHR, 2005, p. 171-194.

fábricas en un ejercicio de auténtica “iconografía de la arquitectura”, ¿es posible y válido – en este orden – hacer lo mismo con las catedrales? La simple comparación entre la modesta catedral de Mondoñedo y la de Santiago de Compostela es taxativa: posible, quién sabe, pero válida lo será de forma relativa, permitiéndonos teorizar a partir de elementos de vertebración comunes como la posición del coro o la organización de los altares. Si aquí, además, intentamos introducir una lectura funcional de sus espacios semejante a la que podemos hacer con un monasterio del Císter, también nos encontraremos con numerosas cortapisas. Cada catedral, institucionalmente, es una entidad autónoma que se rige por leyes y estatutos propios que también afectan a la historia arquitectónica y funcional de su conjunto arquitectónico. Tanto es así, que ni siquiera la organización de los altares o la ubicación del coro es siempre la misma. Ojo, con esto no digo que no sea interesante y fundado tender redes de interpretación y de análisis comparativos, de hecho, la comparación es el medio a través del que nos movemos y tratamos de buscar respuestas a problemas concretos, pero no lo será creando una rígida superestructura mediante la cual hablemos de un tipo arquitectónico de catedral perfectamente válido en su definición funcional y aplicable en todo medio y lugar³⁵.

Liturgia, arquitectura y topografía sacra

Teniendo en cuenta estas premisas y el carácter individual de cada edificio catedralicio, por el contrario, sí podemos insistir en la importancia de un buen conocimiento de una “topografía sacra”, no entendida como una expresión airosa para decorar el título de un estudio en clave clásica sino refiriéndonos a lo que

³⁵ Algunas de estas cuestiones intenté plantearlas de cara al estudio de los conjuntos de iglesias y su prácticamente imposible estudio global: CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La arquitectura al servicio de las necesidades litúrgicas. Los conjuntos de iglesias. *Anales de Historia del Arte*. (2009) 61-97.

Paul Crossley ha definido como *the images and installations which form meaningful relations in the cathedral's space*³⁶. Es decir, como bien nos demostraran Carol Heitz y Edgar Lehmann a través de los de Saint-Riquier, de un buen conocimiento sobre la disposición de los altares y otras instalaciones de un edificio concreto podremos extraer conclusiones que nos aportarán coordenadas de interpretación en las que la liturgia juega un rol básico³⁷. Justin Kroesen ha dedicado un pequeño volumen a recoger la información sobre los altares laterales que jalonaban la iglesia, insistiendo en un paisaje interior completamente desconocido tras el proceso de liberación espacial al que se han visto sometidos los edificios medievales tras la Reforma o las disposiciones de Trento y hasta nuestros días³⁸. Estos altares, a veces a partir de decisiones caprichosas o incluso obligados por la propia conformación del templo, podían localizarse en los lugares más insospechados, ocasionando expresiones singulares como los altares abiertos en soportes, articulando el trascoro o situados entre capillas³⁹. De todos modos y frente a la aparente variedad que se extrae de las frases previas, sí existieron topografías básicas y generalizadas como la duplicidad e incluso multiplicidad de altares en presbiterio con un altar mayor y otro matinal sito hacia el Este – que serían unificados en un largo proceso del siglo XV en adelante y en

³⁶ CROSSLEY, Paul – *The integrated cathedral...*, p. 165.

³⁷ Aunque en el medio monástico, ésta era mi intención a la hora de explicar las singularidades del monasterio de Las Huelgas de Burgos y de ciertas constantes en la generación de los conjuntos de iglesias (CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Observaciones sobre la topografía sacra y cementerial de Santa María la Real de Las Huelgas, en Burgos, y su materialización arquitectónica. In *LA CLAUSURA femenina en España*. Ed. F. Javier CAMPOS Y FERNÁNDEZ de SEVILLA. Vol. 2. [San Lorenzo del Escorial]; R.C.U. Escorial-Mª Cristina, Servicio de Publicaciones, [2004], p. 695-715; Monjas y conventos en el siglo XIV. In *EL LIBRO de Buen Amor: texto y contextos*. Eds. Guillermo SERÉS, Daniel RICO y Omar SANZ. Valladolid: Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2008, p. 207-235; La arquitectura al servicio de las necesidades litúrgicas...).

³⁸ KROESEN, Justin E. A. – *Seitenaltäre in mittelalterlichen Kirchen*. Regensburg: Schnell & Steiner, 2010.

³⁹ Así se documenta en Ourense y Pamplona: VÁZQUEZ CASTRO, Julio – Las obras góticas de la catedral de Orense: 1471-1498. *Porta da Aira*. 6 (1994-1995) 37-98; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – De la catedral medieval de Ourense y sus inmediaciones: nuevas hipótesis sobre viejas teorías. *Porta da Aira*. 9 (2002) 9-30; y La cathédrale romane de Pampelune: espaces et fonctions, certitudes et hypothèses. In *L'IMAGE médiévale: fonctions dans l'espace sacré et structuration de l'espace culturel*. Dir. Cécile BOYER y Eric SPARHUBERT. Turnhout: Brepols, 2012, p. 9-40.

función de zonas y países –, o el altar dedicado a la Santa Cruz localizado en el cierre de coro⁴⁰.

Afortunadamente, contamos con notables estudios descriptivos sobre la disposición histórica de las instalaciones litúrgicas en distintas catedrales, asunto del que ya se ocuparon desde el siglo XVI los eruditos que reflejaron la distribución de los altares en la planimetría de un buen número de edificios europeos⁴¹. En cualquier caso, la topografía sacra de un edificio podía cambiar, del mismo modo a como cambiaban sus fundaciones funerarias, se añadían, se transformaban o se eliminaban altares u otros elementos generando el *process of meaning by accumulation* descrito por Paul Crossley, que nos obliga a limitar las líneas de interpretación a tiempos y momentos concretos que luego eran transformados perdiendo el significado original. Si como aludíamos en las páginas anteriores el edificio podía cambiar y la liturgia debía acomodarse a la nueva fábrica o viceversa, algo parecido ocurrió con los altares y su topografía, que podían variar hasta lo indecible a partir de una tanda de nuevas fundaciones o en el momento en el que se llevaba a cabo una reforma litúrgica de las características que fuera⁴².

⁴⁰ Sobre el altar del trascoro y la ordenación de altares que se proyectaban desde el altar matinal hasta la nave, OSWALD, Friedrich – «In medio ecclesiae»: die Deutung der literarischen Zeugnisse im Lichte archäologischer Funde. *Frühmittelalterliche Studien*. 3 (1967) 313-326.

⁴¹ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Retrocapillas, trasaltares y girolas: liturgia, reliquias y enterramientos de prestigio en la arquitectura medieval. In *IMÁGENES del poder en la Edad Media*. T. 2: *Estudios in memoriam del Prof. Dr. Fernando Galván Freile*. [León]: Universidad, imp. 2011, p. 63-81. Citemos los estudios sobre Genève, Lincoln, York, Espira o Siena: BLONDEL, Louis – Autels, chapelles et cloître de St. Pierre, ancienne cathédrale de Genève. *Genava*. 24 (1946) 50-74; BINNALL, Peter B. G. – Notes on the medieval altars and chapels in Lincoln cathedral. *The Antiquaries Journal*. 42 (1962) 68-80; GEE, Eric – The topography of altars, chantries and shrines in York minster. *The Antiquaries Journal*. 64 (1984) 337-350; ODENTHAL, Andreas – Gottesdienst, Sakraltopographie und Saliermemorie: zum Liber Ordinarius des Speyerer Domes aus dem 15. Jahrhundert. *Zeitschrift für Kirchengeschichte*. 122/1 (2011) 20-51; ARONOW, Gail – A description of the altars in Siena cathedral in the 1420s. In *SIENESE Altarpieces: 1215-1460: form, content, function*. Vol. 2: 1344-1460. Groningen: Egbert Forsten Publishing, 1990, p. 225-237.

⁴² Compruébese a través del análisis de la sucesión de advocaciones y consiguiente cambio de instalaciones litúrgicas realizado para Tournai por PYCKE, Jacques, MARIAGE, Florian – *Les appellations actuelles et anciennes des lieux de la cathédrale et du clos capitulaire de Tournai*. 2ª ed. Tournai-Louvain-la-Neuve: Archives du Chapitre Cathédral/Université Catholique de Louvain, 2004.

El olvido que las reformas modernas y contemporáneas trajeron sobre esta topografía sacra del edificio ha llevado a propuestas interesantes pero discutibles. Tal es la de la organización espacial de la capilla mayor de la catedral de Santiago de Compostela, para la que la historiografía más tradicional ha planteado una cripta que, a la manera de la *confessio* de San Pedro del Vaticano, estuviera destinada a honrar los restos del Apóstol por los peregrinos. La hipótesis inicial se ha ido matizando hasta, ahora, proponer un ámbito detrás del altar mayor, por debajo del nivel de suelo del deambulatorio, en el que se encontraría el documentado altar dedicado a la Magdalena y que, según esta interpretación, serviría como *confessio* de los restos apostólicos⁴³. De esta manera, se haría accesible a los visitantes el relicario sobre el que según las fuentes se disponía el altar mayor de la catedral. Hace ya unos años tuve la ocasión de argumentar que no existió cripta románica y que, en realidad, la capilla mayor de Santiago obedecía desde sus inicios a un programa topográfico de altares bien conocido para toda la Europa cristiana del Románico pleno, en el que el presbiterio se organizaba mediante la sucesión de dos espacios de culto: el altar mayor y el altar matinal⁴⁴ (Fig. 3).

En Santiago, la primera cuestión básica es que no existe refrendo arquitectónico o arqueológico de ningún tipo para suponer la existencia de dicha cripta. La segunda es que las fuentes más importantes desde el mismo siglo XII

⁴³ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – Topographie sacrée, liturgie pascale et reliques dans les grands centres de pèlerinage: Saint-Jacques-de-Compostelle, Saint-Isidore-de-Léon et Saint-Étienne-de-Ribas-de-Sil. *Les Cahiers de Saint-Michel de Cuxa*. 34 (2003) 27-49; El altar románico y su mobiliario litúrgico: frontales, vigas y baldaquinos. In *MOBILIARIO y ajuar litúrgico en las iglesias románicas*. Coord. Pedro Luis HUERTA HUERTA. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2011, p. 9-76; Puerta y metas de la peregrinación: Roma, Jerusalén y Santiago hasta el siglo XIII. In *PEREGRINO, ruta y meta en las "peregrinationes maiores"*. Dir. Paolo Caucci von SAUCKEN. Coord. Rosa VÁZQUEZ. [Santiago de Compostela]: S.A. de Xestión do Plan Xacobeo, D. L. 2012, p. 327-377; y HORST, Ronny – *Santiago de Compostela: die Sakraltopographie der romanischen Jakobus-Kathedrale*. Korb: Didymos-Verlag, 2012.

⁴⁴ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Le sanctuaire de la cathédrale de Saint-Jacques-de-Compostelle à l'épreuve de la liturgie. In *SAINT-MARTIAL de Limoges: ambition politique et production culturelle (X^e-XIII^e siècles)*. Éd. Claude ANDRAULT-SCHMITT. Limoges: Presses Universitaires, 2006, p. 295-308.

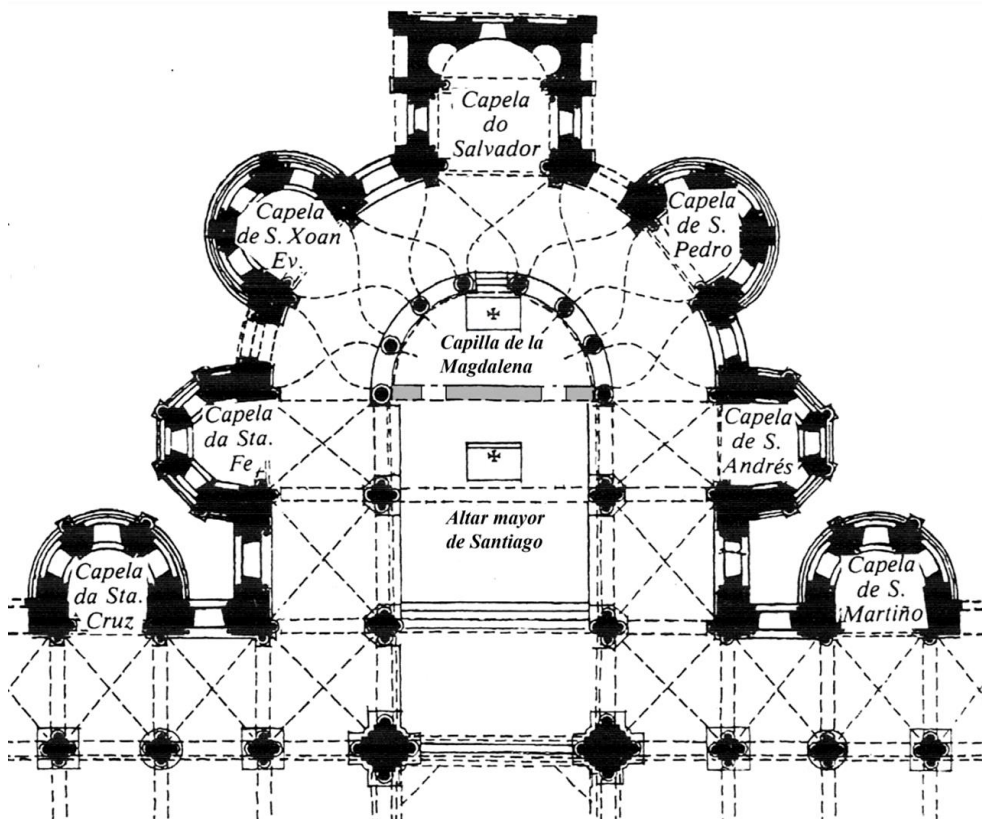


Fig. 3 – Topografía de altares en la capilla mayor de la catedral de Santiago en el siglo XII, sobre la planta de Kenneth J. CONANT.

hablan de dicho altar dedicado a la Magdalena y destinado a las mismas matinales de los peregrinos y no de cripta alguna ni de una liturgia singular que fuera más allá de dichas misas. El *Codex Calixtinus* refiere la capilla de la Magdalena como el lugar donde se celebraban las misas matutinas para los peregrinos desde el siglo XII: *Inter altare Sancti Iacobi et altare Sancti Salvatoris est altare Sancte Marie Magdalene, ubi decantantur misse matutinales peregrinis*⁴⁵. En lo que respecta a la *confessio*, la

⁴⁵ *The pilgrim's guide to Santiago de Compostela: a critical edition*. General Ed. Paula GERSON. Vol. 2: *The Text: annotated english translation*. London: Harvey Miller Publishers, 1998, p. 78. La sacristía se trasladó ya en fechas tardías a una de las dependencias del claustro renacentista, desapareciendo definitivamente en la transformación de la cabecera en el siglo XVII; véase CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – *Las catedrales de Galicia: claustros y entorno urbano*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2005, p. 289-290.

descripción de la Compostelana suscita diversas interpretaciones, al situarla bajo dos columnas del altar mayor que sostenían el ciborio, abriendo el paso a la misma⁴⁶. En mi opinión y por una simple cuestión de lógica, la referencia debe ser en concreto al área del altar, entendido como relicario, a sus soportes como columnas y a su bóveda como ciborio. Tengamos además en cuenta que un altar ya actuaba como una *confessio* y de que el altar mayor de Santiago funcionó como arca relicario del sepulcro apostólico simplemente no hay dudas. Y, desde luego, no fue un *unicum*. Entre un sinnúmero de ejemplos paralelos citemos el *Sancta Sanctorum* lateranense y la propia Arca Santa de la catedral de Oviedo, asunto que además casa a la perfección con el retrato del altar mayor compostelano que realizó en el siglo XV el maestro del *Cartulario de Saint-Jacques de Tournai* y que muestra esta topografía que, válida en uso y función, sólo había cambiado actualizando algunas piezas de mobiliario litúrgico⁴⁷. Desde un punto de vista topográfico, un altar matinal como el que describe el *Calixtino* estaba ubicado en el extremo de la capilla mayor de la iglesia, en un espacio generalmente cerrado por una *retrotabula* o por una estructura de fábrica que favorecía la creación de un ámbito limitado y autónomo, como la representada para Santiago en la citada miniatura de Tournai. El altar compostelano dedicado a la Magdalena no es otra cosa que el *altare matutinale* que acogía las misas diarias – a excepción de sábados, domingos y festivos – y, en los casos en que la ocasión lo requiriera, también podía albergar cuerpos santos en un altar-relicario, tal y como se constata en catedrales de París, Bourges, Macon, Angers, Metz, Chartres, Toul, Lérida, Toledo, Tarragona, Lisboa, o en las abaciales y colegiales de Cluny, Limoges, Claraval, Westminster, Saint-Menoux, Saint-Savin-sur-Gartempe o Saint-Denis, sin tener en cuenta aquí aquéllas en las que se podría investigar la topografía inicial,

⁴⁶ *Quam equidem confessionem infra duas altaris columnas, que ciborium sustinent, quantam uel qualem construxerit, apparet, quando felicem aditum prebet intrantibus*, vid. *Historia Compostellana*. Ed. Emma FALQUE REY. Turnhout: Brepols, 1988, p. 44.

⁴⁷ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Le sanctuaire de la cathédrale de Saint-Jacques-de-Compostelle...

desfigurada por intervenciones tardías, como en Conques o Toulouse⁴⁸. Además, estas retrocapillas solían realizar las funciones de sacristía, como lugar de apoyo litúrgico al altar mayor en el que almacenar los bienes del tesoro sagrado utilizados a diario, según se constata en un buen número de edificios contemporáneos⁴⁹. Ambos factores, altar matinal y sacristía, no hacen más que subrayar la normalidad de la articulación del presbiterio en dos altares y su clara relación con la topografía sacra de los edificios del románico pleno europeo, pero con una instalación y un funcionamiento litúrgicos propios y exclusivos de la catedral de Santiago. Según veíamos, nada menos que Aymeric Picaud en su descripción de la catedral lo califica como tal ya en el siglo XII y algo muy interesante que sin duda sirve como confirmación de lo que aquí planteamos: el clérigo viajero no cita en ningún momento que tras el altar mayor de la catedral de Santiago hubiera un espacio a la manera de una cripta y menos aún que en el altar matinal se adoraran las reliquias del Apóstol, por el contrario, allí se celebraban las misas para los peregrinos. Algo que, dada su insistencia en los lugares donde había reliquias que adorar, no le habría pasado desapercibido y, menos aún, habría sido obviado en un texto dedicado a honrar su culto.

Hecha esta precisión, continuemos insistiendo en que el estudio histórico de la topografía sacra es básico a la hora de entender el espacio del edificio y su funcionamiento. La compleja red de relaciones entre altares y espacio, que tiene los distintos tipos de liturgia como denominador común, nos ayudará a establecer lo que Pamela Graves ha llamado *mapas cognitivos*⁵⁰ que servirán para analizar la interacción entre procesiones, relicarios, dedicaciones, altares y, por descontado,

⁴⁸ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Retrocapillas, trasaltares y girolas... Remito a las palabras al respecto de PERRIN http://www.insitu.culture.fr/article.xsp?numero=1&id_article=jp001-396 [consultada el 02/01/2012].

⁴⁹ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La sacristía catedralicia en los reinos hispanos: evolución topográfica y tipo arquitectónico. *Liño*. 11 (2005) 49-60; y Retrocapillas, trasaltares y girolas...

⁵⁰ GRAVES, Palema – Social space in the English medieval parish church. *Economy and Society*. 18-3 (1989) 297-322.

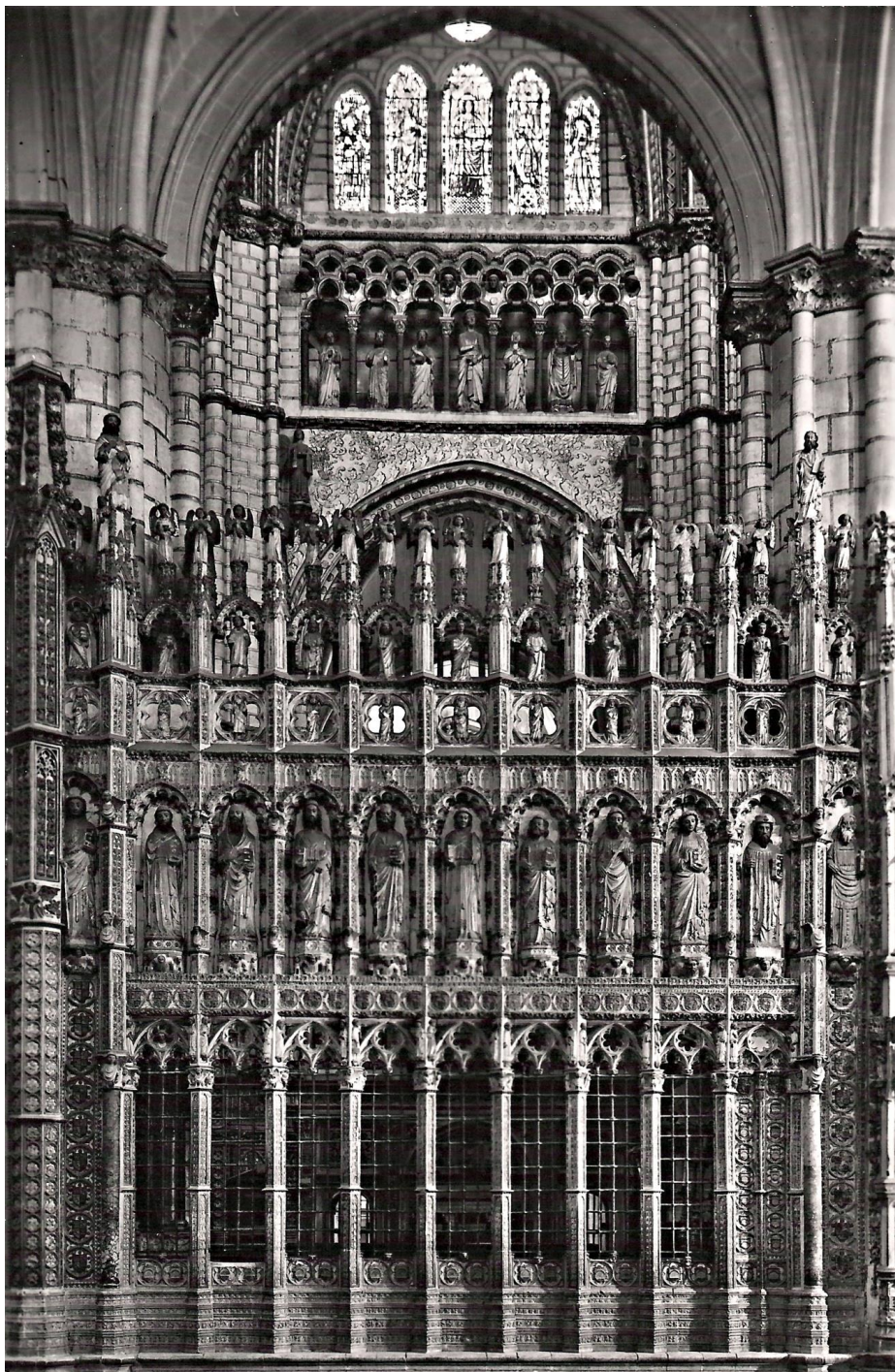


Fig. 4 – Catedral de Toledo. *Cierre sur de la capilla mayor* © Eduardo Carrero.



Fig. 5 – Catedral de León. *Claustrum, vista de dos tramos de pinturas murales* © Eduardo Carrero.

las imágenes que los acompañaban. El análisis de la imagen en función o dependiente de usos litúrgicos o sociales ha sido aplicado por Serafín Moralejo para el Pórtico de la Gloria compostelano, por Fernández de la Cuesta para el tímpano de la iglesia de Silos, por Manuel Castiñeras para la compostelana de Platerías, por Rocío Sánchez Ameijeiras en las portadas de Burgos y León, por Felipe Pereda en Toledo y por Lucía Lahoz para las de Ciudad Rodrigo⁵¹.

⁵¹ MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín – Marco histórico y contexto litúrgico en la obra del Pórtico de la Gloria. In *EL PÓRTICO de la Gloria: música, arte y pensamiento*. Santiago de Compostela: Universidad, 1988, p. 19-36; y El Pórtico de la Gloria. *FMR*. 199 (1993) 28-46; FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, Ismael – Música y liturgia: el tímpano de la iglesia de Silos. *Academia*. 91 (2000) 9-26; SÁNCHEZ AMEJEIRAS, Rocío – La portada del Sarmental de la catedral de Burgos: fuentes y fortuna. *Materia: Revista d'Art*. 1 (2001) 161-198; y Discursos y poéticas en la escultura gótica leonesa del siglo XIII. In *CONGRESO INTERNACIONAL «La catedral de León en la Edad Media»*. Coord. Joaquín YARZA LUACES, María Victoria HERRÁEZ ORTEGA y G. BOTO VARELA. [León]: Universidad, 2004, p. 203-239; PEREDA, Felipe – La Puerta de los Leones de la catedral de Toledo: una interpretación en clave litúrgica y funeraria. In *GRABKUNST und Sepulchralkultur in Spanien und Portugal: Arte funerario y cultura sepulcral en España y Portugal*. Eds. Barbara BORNGÄSSER, Henrik KARGE y Bruno KLEIN. Frankfurt am Main: Vervuert, 2006, p. 155-190; LAHOZ GUTIÉRREZ, María Lucía – Sobre galerías, portadas e imágenes: la escultura monumental en la catedral de Ciudad Rodrigo. In *LA CATEDRAL de*

En paralelo, algo de esto debió haber en lugares donde se empleó una destacada política de la imagen en paralelo a un uso litúrgico importante. Citaré dos casos singulares por su nivel de conservación como el conjunto del trascoro y los cierres del presbiterio de la catedral de Toledo entre los siglos XIII y XIV (Fig. 4) o el ciclo pictórico del claustro de León en el XV (Fig. 5). Las procesiones capitulares discurrían circundando uno y otro espacio, ¿podría plantearse un estudio semejante al que se propone para los trascoros de Estrasburgo y Chartres, con una lectura en la que se aunaran liturgia, recorrido estacional e imágenes, creando una imagen mental del espacio catedralicio⁵²?

La cuestión de la rúbrica

Para nuestros objetivos en la búsqueda de la integración entre arquitectura y liturgia, podemos extraer información de muchas y variadas fuentes litúrgicas, pero me gustaría centrarme en tres particulares: las consuetas, los procesionarios y los libros de aniversarios⁵³. En el siglo XVIII, el dominico valenciano Jaime Villanueva llamó nuestra atención sobre la variedad de consuetas que se conservaban en los archivos de las iglesias de la Corona de

Ciudad Rodrigo a través de los siglos: visiones y revisiones. Coord. Eduardo AZOFRA AGUSTÍN y Joaquín YARZA LUACES. Salamanca: Diputación, 2006, p. 195-252.

⁵² MASSING, Jean Michel – Laurent Fries et son *Ars memorativa*: la cathédrale de Strasbourg comme espace mnémonique. *Bulletin de la Cathédrale de Strasbourg*. 16 (1984) 69-78; y CROSSLEY, Paul – The integrated cathedral: thoughts on “holism” and gothic architecture..., p. 166-169. Una aproximación al ceremonial toledano en LOP OTÍN, María José – La catedral de Toledo, escenario de la fiesta bajomedieval. In *LA FIESTA en el mundo hispánico*. Coord. Palma MARTÍNEZ-BURGOS GARCÍA y Alfredo RODRÍGUEZ GONZÁLEZ. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2004, p. 213-243.

⁵³ Más información sobre libros litúrgicos en FERNÁNDEZ CATÓN, José María – El libro litúrgico hasta el Concilio de Trento. In *HISTORIA ilustrada del libro español*. Vol. 1: *Los manuscritos*. Coord. Hipólito ESCOLAR. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993, p. 401-433; PALAZZO, Eric – *Histoire des livres liturgiques: le Moyen Âge, des origines au XIII^e siècle*. Paris: Beauchesne, 1993; KROCHALIS, Jeanne E. y MATTER, E. Ann – Manuscripts of the liturgy. In *THE LITURGY of the medieval church*. Eds. Thomas J. HEFFERNAN y E. Ann MATTER. Kalamazoo: MI/Western Michigan University Press, 2001, p. 433-472; y LEBIGUE, Jean-Baptiste – *Initiation aux manuscrits liturgiques*. Paris-Orléans: IRHT, 2007.

Aragón⁵⁴. Quedan aún por revisar las conservadas y menos conocidas de la Corona de Castilla y las rúbricas de misales pretridentinos, que todavía reflejan el ceremonial medieval. Una consuetas, un *Liber Consuetudinarium*, un costumbrero, un ordinario o un ceremonial no es otra cosa que el manual utilizado en cada institución con el fin de reglamentar sus costumbres. Ordenado mediante el año litúrgico y conteniendo los textos o las referencias a las oraciones que debían ser cantadas durante la celebración, la consuetas era utilizada para saber qué y cómo debía oficiarse mediante la adición de pasajes explicativos que reciben el nombre de rúbricas y que podían ir escritas en distinto color⁵⁵. Desde el Adviento y la Navidad – otoño e invierno –, a la Cuaresma y la Pascua de Resurrección – invierno y primavera –, más el Tiempo Ordinario que quedaba entre estas celebraciones, cada cabildo catedralicio organizaba el modo de celebrar sus fiestas sin un esquema común y general obligatorio a todas las catedrales como ocurría en los *officia* de las distintas órdenes monásticas⁵⁶. Esta singularidad convierte a sus ceremoniales litúrgicos en una fuente fundamental para nuestro

⁵⁴ VILLANUEVA, Jaime – *Viaje literario a las Iglesias de España*. 22 vols. Madrid: Real Academia de la Historia, 1803-1852; y el básico instrumento de trabajo de PUIG I FERRETÉ, Ignaci M. [et al.] – *Índex codicològic del «Viaje literario» de Jaume Villanueva*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 1998.

⁵⁵ MARTIMORT, Aimé-Georges – *Les «Ordines», les Ordinaires et les cérémoniaux*. Turnhout: Brepols, 1991; y KOHLSCHIEIN, Franz – *Der mittelalterliche Liber Ordinarius in seiner Bedeutung für Liturgie und Kirchbau*. In HEILIGER Raum: *Architektur, Kunst und Liturgie in mittelalterlichen Kathedralen und Stiftskirchen*. Eds. Franz KOHLSCHIEIN y Peter WÜNSCHE. Münster: Aschendorff, cop. 1998, p. 1-24.

⁵⁶ Véanse ALBERS, Bruno – *Consuetudines monasticae*. 5 vols. Stuttgartiae: Typis Montis Cassini, 1900-1912; y los volúmenes editados del *Corpus consuetudium monasticarum*. Ed. Kassius HALLINGER. Sieburg: Verlag Franz Schmitt, 1963 en adelante. A nivel peninsular contamos con las ediciones de los costumbreros de las catedrales de Tarragona, la Seu d'Urgell, Vic, Granada, Valencia y Mallorca: TOMÁS ÁVILA, Andrés – *El culto y la liturgia en la catedral de Tarragona: 1300-1700*. Tarragona: Diputación Provincial, 1963; GROS I PUJOL, Miquel dels Sants – *La Consuetas antigua de la Seu d'Urgell* (Vic, Mus. Episc., Ms. 131). *Urgellia*. 1 (1978) 183-266; y El “Liber consuetudinum Vicensis Ecclesie” del canonge Andreu Salmúnia: Vic, Museu Episcopal, MS. 134 (LXXXIV). *Miscel·lània Litúrgica Catalana*. 7 (1996) 175-294; TORRES FERNÁNDEZ, Milagros de – *El ceremonial de Granada y Guadix...*; MARTI MESTRE, Joaquim y SERRA ESTELLÉS, Xavier – *La consuetas de la Seu de València dels segles XVI-XVII: estudi i edició del ms. 405 de l'ACV*. 2 vols. València: Facultat de Teologia San Vicente Ferrer, 2009; y SEGUÍ I TROBAT, Gabriel – *La consuetas de sagristia de 1511 de la Seu de Mallorca...* En este marco se planteó el proyecto de investigación “Arquitectura y liturgia: el contexto artístico de las consuetas catedralicias de la Corona de Aragón”, cuya intención es dar una nueva visión de la arquitectura de las catedrales a través de fuentes litúrgicas desde una perspectiva innovadora, la de la sua interacción con el espacio arquitectónico.

conocimiento sobre cada catedral, ya que establecieron una clara y particular relación de simbiosis con la propia celebración religiosa: la liturgia determinará los aspectos espaciales de su arquitectura pero, una vez construida, será plasmada fielmente a través de los manuales litúrgicos particulares a cada institución, al reglamentar los actos a celebrar en el edificio. Por otra parte, debemos estar atentos al desarrollo temporal de las propias consuetas. En la mayoría de las ocasiones, cada reforma litúrgica conllevó la destrucción de los manuales previos, entonces inservibles. Por fortuna, en muchas catedrales se guardaron y en los casos más venturosos quedan series de costumbreros de distintas épocas, a través de los cuales podemos seguir el desarrollo y la evolución topográfica de los edificios y su entorno o los cambios y permanencias producidos en la misma liturgia. Me gustaría destacar aquí La Seu d'Urgell, de la que conservamos la consuetas más antigua de la Península Ibérica y una segunda del siglo XV cuyo cotejo con la anterior ayuda a esclarecer algunos problemas en el devenir arquitectónico del conjunto catedralicio⁵⁷.

El segundo tipo de fuente que nos interesa son los procesionarios. Se trata de fuentes que determinan el tipo y la forma de la liturgia estacional que se realizaba por una institución⁵⁸. En consonancia con las consuetas, testimonian las estructuras arquitectónicas de la misma a través de los recorridos procesionales por el edificio y sus inmediaciones y afectan tanto a las instituciones catedralicias

⁵⁷ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La Seu d'Urgell, el último conjunto de iglesias...

⁵⁸ *Les manuscrits du Processional. I: Autriche à Espagne*. Ed. Michel HUGLO. Munich: Henle, 1999; y *Les Manuscrits du Processional. II: France à Afrique du Sud*. Ed. Michel HUGLO Munich: Henle, 2004. Contamos con ediciones recientes de los procesionarios de las catedrales de Tortosa, la Seu d'Urgell y Vic: GROS I PUJOL, Miquel dels Sants – El processoner de la catedral de Vic: Vic, Mus. Episc., MS. 117 (CXXIV). *Miscel·lània Litúrgica Catalana*. 2 (1983) 73-130; y El processoner antic de la catedral de Tortosa (Tortosa, Arx. Cap., ms 267). *Miscel·lània Litúrgica Catalana*. 18 (2010) 279-322; *El processoner de la Seu d'Urgell imprès l'any 1527*. Ed. Francesc Xavier ALTÈS I AGUILÓ. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2007. En Astorga, el Manual de Coro y los Estatutos capitulares conservados en dos textos de los siglos XVIII y XIX reflejan una liturgia estacional desnuda de recorridos complejos, que se limita a las inmediaciones del coro catedralicio y que no ofrece muchas claves de interpretación para su arquitectura (NAVASCUÉS PALACIO, Pedro – Arquitectura y liturgia: la organización procesional en la catedral de Astorga. *Catedral. Revista de los Amigos de la Catedral de Astorga*. 3 (1994) 10-13).

como monásticas. Y es que el asunto de las procesiones es una vía de aproximación básica para el conocimiento de la topografía sagrada del edificio. Como veíamos líneas arriba, el empleo de los ceremoniales romanos supuso la adaptación de actos que tenían como escenario los edificios y el urbanismo de Roma a las particularidades propias de catedrales y ciudades del resto de Europa, generando un tipo de recorrido específico y particular. Las procesiones del Domingo de Ramos, la Candelaria y las Letanías fueron esenciales en este proceso. Junto a éstas, fiestas con un amplio desarrollo bajomedieval como la Semana Santa y el Corpus Christi también imprimieron su particular sello al asunto⁵⁹. Y, por último, también debemos tener en cuenta las procesiones funerarias que, en su discurrir hacia tal o cual enterramiento, describen la zona por la que pasan⁶⁰. Si en el resto de Europa contamos con estudios especialmente reveladores sobre Colonia, Florencia o Salisbury, en los reinos Peninsulares se han trabajado en el aspecto que aquí nos interesa para Sevilla, Gerona, Canarias, Mallorca o La Seu d'Urgell⁶¹.

⁵⁹ De obligada consulta BALDOVIN, John Francis – *The urban character of christian worship: the origins, development and meaning of stational liturgy*. Roma: Pont. Institutum Studiorum Orientalium, 1987. También, DE BRUYNE, D. – L'origine des processions de la chandeleur et des rogations à propos d'un sermon inédit. *Revue Bénédictine*. 34 (1922) 14-26; y HILL, Joyce – The *litaniae maiores* and *minores* in Rome, Francia and Anglo-Saxon England: terminology, texts and traditions. *Early Medieval Europe*. 9-2 (2000) 211-246. La bibliografía sobre la Semana Santa y el Corpus Christi es ingente. Como síntesis, remito a *Rito, música y escena en Semana Santa*. Coord. Norberto A. ALBADALEJO IMBERNÓN. Madrid: Centro de Estudios y Actividades Culturales, D. L. 1994; y *El Corpus: rito, música y escena*. [Madrid]: Dirección General de Promoción Cultural, 2004.

⁶⁰ Así en Zamora o en Ávila. Véase CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – El claustro medieval de la catedral de Zamora: topografía y función. *Anuario Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo*. 13 (1996) 107-121; Arquitectura y espacio funerario entre los siglos XII y XVI: la catedral de Zamora. *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos "Florián de Ocampo"*. 15 (1998) 201-252; y Las oficinas capitulares de la catedral de Ávila. *Cuadernos Abulenses*. 28 (1999) 127-171.

⁶¹ MORÓN DE CASTRO, María Fernanda – Liturgia procesional del siglo XVI en la catedral de Sevilla. *Laboratorio de Arte*. 12 (1999) 57-67; SUREDA I JUBANY, Marc – Dos itineraris litúrgics per la Girona medieval i moderna. *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins*. 42 (2001) 281-304; QUINTANA ANDRÉS, Pedro C. – *A Dios rogando, y con el mazo dando: fe, poder y jerarquía en la Iglesia canaria. El cabildo catedral de Canarias entre 1483-1820*. Las Palmas de Gran Canaria: Ed. del Gran Cabildo, 2003, p. 822-861; SEGUÍ I TROBAT, Gabriel – Itineraris processionalis per la Ciutat de Mallorca tardomedieval: les processons per diverses necessitats. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana*. 64 (2008) 247-254; y CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La Seu d'Urgell, el último conjunto de iglesias...

Por último, la documentación funeraria y, entre ésta, los libros de aniversarios, de capítulo, *Kalendas* o *Pretiosas* constituyen una fuente riquísima y aún poco trabajada⁶². En éstos se recogen las ceremonias fúnebres a realizar a lo largo del año por los benefactores y gentes enterrados en la catedral y su entorno. Al indicar la festividad y recuerdo de tal o cual persona, se señala qué entregó para su aniversario y qué hacía el cabildo en materia litúrgica, indicando dónde se hallaba enterrado o en qué altar del edificio se le recordaba, estableciendo la procesión desde el coro hasta el lugar en el que se realizaba la ceremonia. Aunque no fue así invariablemente y la información de los libros de aniversarios no siempre es tan rica. Para nuestro desconcierto hay ejemplares en los que sólo se recogió la donación realizada para el recuerdo, sin mayores estipulaciones, como ocurre con la vasta colección de aniversarios de la catedral de Lugo⁶³. La importancia de los libros de óbitos para nuestro conocimiento de la arquitectura catedralicia fue puesta de manifiesto por Francisco Castellón Cortada al analizar el de la *Seu vella* de Lérida⁶⁴. A éste, siguieron los estudios sobre los aniversarios de Zamora, Ávila, Ourense, Sevilla, Salamanca o Santiago en los que se podía analizar la topografía funeraria del edificio o las noticias que se extraían de las

⁶² HUYGHEBAERT, N. – *Les documents nécrologiques*. Ed. J.-L. LEMAÎTRE. Turnhout: Brepols, 1972; LEMAÎTRE, J.-L. – *Liber Capituli*: le Livre du Chapitre, des origines au XVI^e siècle. L'exemple français. In *MEMORIA: der geschichtliche Zeugniswert des liturgischen Gedenkens im Mittelalter*. Eds. Karl SCHMID y Joachim WOLLASCH. München: Fink, 1984, p. 635-648; y *Aux origines de l'office du chapitre et de la salle capitulaire*. In *LA NEUSTRIE: les pays au nord de la Loire de 650 à 850*. Ed. Hartmut ATSMÄ. Vol. 2. Sigmaringen: Thierbecke, 1989, p. 365-368.

⁶³ JIMÉNEZ GÓMEZ, Santiago – O “Memorial de Aniversarios” da Catedral de Lugo como fonte para o estudo da sociedade medieval. In *JUBILATIO: homenage de la Facultad de Geografía e Historia a los profesores D. Manuel Lucas Álvarez y D. Ángel Rodríguez González*. Vol. 1. Santiago de Compostela: Universidade, 1987, p.161-227.

⁶⁴ CASTELLÓN CORTADA, Francisco – Liturgia funeral en el claustro de la Seu Vella de Lleida. In *CONGRÉS de la Seu Vella de Lleida*. Lleida: Pagès, 1991, p. 225-232. El estudio de los aniversarios ilerdenses lo continuó, amplió y contextualizó FITÉ, Francesc – Ritual i cerimònia a la Seu Vella de Lleida: les devocions, aniversaris i fundacions. In *IMÁGENES y promotores en el arte medieval: miscelánea en homenage a Joaquín Yarza Luaces*. Eds. de Marisa MELERO MONEO [et al.]. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, Servei de Publicacions, 2001, p. 373-390; y Liturgia i cultura a la Seu Vella de Lleida. In *SEU VELLA, l'esplendor retrobada*. Lleida: Generalitat de Catalunya. Departament de Cultura - Fundació “La Caixa”, 2003, p. 98-129.

celebraciones y que resultaron básicas para reconstruir espacios desaparecidos en la catedral, o los obituarios de Girona para iluminar nuestro conocimiento sobre ceremonias fúnebres en casos concretos⁶⁵. Aún quedan por estudiar muchos otros, entre los que me gustaría destacar el de la catedral de Coímbra, publicado íntegramente en 1948 y todavía esperando un análisis en relación a la fábrica y enterramientos de la catedral⁶⁶.

Costumbreros, procesionales y libros de aniversarios son fuentes esenciales para entender la organización y el desarrollo de la liturgia pero deben ser tratados como fuentes complementarias entre sí. Con esto quiero decir que la información contenida en los mismos debe cruzarse y, además, intentar entretrejerse en la medida de lo posible con otros documentos de tipo indirecto desde una perspectiva exclusivamente litúrgica como los estatutos capitulares, libros de visitas, testamentos o libros de obra y cuentas, que pueden aportarnos la información más jugosa y en donde podemos hallar noticias sobre el funcionamiento del coro, legislaciones varias sobre el trabajo del personal catedralicio y su responsabilidad sobre el edificio y el culto o simples pagos a los

⁶⁵ Sobre el *Manual para el gobierno de los deanes* de la catedral de Zamora, CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – El claustro medieval de la catedral de Zamora: topografía y función ...; y Arquitectura y espacio funerario entre los siglos XII y XVI: la catedral de Zamora... La rica información del Libro Blanco de la catedral de Sevilla fue utilizada por MEDIANERO HERNÁNDEZ, José María – Las pinturas de la antigua mezquita-catedral hispalense: análisis cultural e iconográfico de unas obras desaparecidas. *Archivo Hispalense*. 66/201 (1983) 173-186; y el código fue estudiado en clave arquitectónica y parcialmente editado en JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso – *Cartografía de la montaña hueca: notas sobre los planos históricos de la catedral de Sevilla*. [Sevilla]: Cabildo Metropolitano de la Catedral, 1997. Para los aniversarios de Ávila, CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Las oficinas capitulares de la catedral de Ávila...; y ABAD CASTRO, Concepción – El obispo Sancho Blázquez Dávila (1312-1355) y la capilla de San Blas en la catedral abulense. In *IMÁGENES y promotores en el arte medieval...*, p. 245-254. Los aniversarios de Ourense, Santiago y Salamanca en CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La capilla de los arzobispos, el tesoro y la torre de don Gómez Manrique en la catedral de Santiago de Compostela...; De la catedral medieval de Ourense y sus inmediaciones...; y *La catedral vieja de Salamanca: vida capitular y arquitectura en la Edad Media*. Murcia: Nausicaä, 2005. La lectura litúrgica y artística de varias notas del obituario de Gerona en SUREDA I JUNBANY, Marc – *In memoria eterna erit justus*: art, liturgie et mémoire au tombeau de Guillem de Montgrí (†1273). *Les Cahiers de Saint-Michel de Cuxa*. 42 (2011) 221-232; y, en relación a la epigrafía, SUREDA JUNBANY, Marc – La catedral i les seves sepultures: organització, economia, memoria. Una introducció. In *INSCRIPCIONS i sepultures de la catedral de Girona*. Girona: Diputació, 2009, p. 13-48.

⁶⁶ *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbriensis: Livro das Kalendas*. Eds. Pierre DAVID y Torquato de Sousa SOARES. 2 vols. Coímbra: Faculdade de Letras da Universidade, 1947-1948.

artistas y operarios que se veían comprometidos en la realización de los objetos y ornamentos utilizados para la liturgia. Lérida es de las catedrales ejemplares, con una serie de detalladísimos libros de obra que nos hablan de la confección de distintos artefactos – *ninots* – para procesiones y liturgias dramatizadas, los artistas que se ocupaban de los mismos, la habitación entre las oficinas capitulares que servía para guardarlos o disposiciones varias sobre el espacio de representación, las procesiones, sus recorridos, sus ornamentos, etcétera⁶⁷. Como vimos, en Lérida además conservamos consuetas y libro de óbitos. Cruzar toda esta documentación nos ofrece un panorama fascinante de la historia de la catedral pero, en lugares donde carecemos de consuetas u otros libros, contamos con las fuentes secundarias que citaba. Tal es el caso del *Tumbo Blanco* de la catedral de Zamora, en el que se anotó una preciosa referencia de 1273 sobre la casa a cuyos techos se subían los niños de coro, remedando las murallas de Jerusalén durante el Domingo de Ramos, *para cantar los viessos e fazer representamientos de Nuestro Sennor en día de Ramos*⁶⁸. En la catedral de Murcia, Francisco José García Pérez ha trazado un interesante paisaje litúrgico y funcional utilizando como fuente libros de obra y estatutos capitulares⁶⁹. En otros lugares con aún menos suerte documental, como en Santo Domingo de la Calzada, tenemos que contentarnos con la simple alusión recogida entre las responsabilidades del tesorero durante las primeras décadas del siglo XIV. En éstas se le encarga que, en la fiesta del propio patrón de la catedral

⁶⁷ RUBIO GARCÍA, Luis – Las representaciones sacras en Lérida. In *ESTUDIOS sobre la Edad Media española*. Murcia: Universidad, 1973, p. 17-91; y BERLABÉ, Carmen y FITÉ, Francesc – El misteri de la Colometa a la Lleida del segle XV. In *MANUEL de Montsnar: degà de Lleida i president de la Generalitat de Catalunya: societat, política i mecenatge cultural a la Catalunya del segle XV*. Eds. Joan Josep BUSQUETA RIU y M. Esther BALASCH. Lleida: Amics de la Seu Vella, 1994, p. 69-120.

⁶⁸ *Tumbo Blanco de Zamora*. Ed. Marciano SÁNCHEZ RODRÍGUEZ. Salamanca: [s.n.], 1985, p. CXXXVII-CXXXVIII; FERRERO FERRERO, Florián – In *Civitas. MC aniversario de la ciudad de Zamora*. [Zamora]: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo: Caja España, Obra Cultural, D. L. 1993, p. 181; y CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – El Santo Sepulcro: imagen y funcionalidad espacial en la capilla de la iglesia de San Justo (Segovia). *Anuario de Estudios Medievales*. 27/1 (1997) 461-478.

⁶⁹ GARCÍA PÉREZ, Francisco José – Rituales y organización en la catedral de Murcia. siglo XV. In *LITTERA Scripta in honorem Prof. Lope Pascual Martínez*. Coord. Francisco MARSILLA DE PASCUAL. Vol. 1. Murcia: Universidad, 2002, p. 379-392.

y en la del Pentecostés, debía responsabilizarse de la decoración del coro y la iglesia con hinojo y rosas pero, sobre todo, proveer las *obleas, ave y polvos* para los relámpagos y truenos con los que se pondrían en escena algunos momentos de las liturgias teatrales. En este caso, alguna vida – hoy perdida – de Santo Domingo de la Calzada y, lógicamente, la bajada de las lenguas de fuego y la paloma del Espíritu Santo durante el Pentecostés⁷⁰. Por último, citaré tres textos cronísticos muy ilustrativos. El primero es el *Codex Calixtinus* que, a mediados del siglo XII, recoge las noticias más tempranas sobre procesiones en la Plena Edad Media. El relato sigue un detallado orden de preferencia en el séquito que partía de la catedral compostelana con músicos y cantores, gentes vestidas de pieles, sedas y brocados, portando piedras preciosas, y acompañados por ciriales, incensarios y relicarios e, incluso, unos carretones de plata con bandejas para colocar los cirios⁷¹. El segundo es una fuente singular, el *Libre de Antiquitats* de la catedral de Valencia – una suerte de crónica sobre la historia de la ciudad en pleno siglo XV – que nos ofrece una soberbia narración sobre todo tipo de acontecimientos ceremoniales en la catedral y su entorno. El último es la *Crónica del Condestable Miguel Lucas de Iranzo*, en la que se reseñan puntualmente las festividades a las que éste asistía en la mezquita-catedral de Jaén, con importantes alusiones a su arquitectura, que ayudan a nuestra comprensión sobre un edificio hoy desaparecido⁷².

⁷⁰ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La difusión de las formas tardorrománicas en el entorno de la Vía de la Plata: el caso de los cimborrios del grupo zamorano. In *LAS VÍAS de comunicación en el noroeste ibérico: Benavente encrucijada de caminos*. Coord. Rafael GONZÁLEZ RODRÍGUEZ. Benavente: Centro de Estudios Benaventanos “Ledo del Pozo”, 2004, p. 205-256.

⁷¹ DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – Descripción en el siglo XII de una procesión en Compostela: algunos de sus problemas. In *STUDIA graecolatina Carmen Sanmillán in memoriam dicata*. Eds. Jesús GARCÍA GONZÁLEZ y Andrés POCINA PÉREZ. Granada: Universidad, 1988, p. 79-89.

⁷² El “*Libre de antiquitats*” de la *Seu de València*. Ed. Joaquim MARTÍ MESTRE. 2 vols. Valencia: Institut Universitari de Filologia Valenciana, 1994; MORALES GILA, Paula – La catedral de Jaén en época del condestable don Miguel Lucas de Iranzo: 1460-1473. In *CORRESPONDENCIA e integración de las Artes. 14º Congreso Nacional de Historia del Arte*. Eds. Isidoro COLOMA MARTÍN y Juan Antonio SÁNCHEZ LÓPEZ. Vol. 1. Málaga: Universidad, 2003, p. 337-344; y CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo –

Un tema de moda

A día de hoy, la liturgia medieval se ha convertido en un tema de moda. Una buena muestra de lo que quiero decir la encontramos en la remarcable cantidad de obras científicas publicadas en los últimos cinco años que tienen lo litúrgico como punto de partida o simplemente incluido en su título⁷³. No deja de ser sorprendente que quienes no hace mucho tiempo criticaban o rechazaban los planteamientos litúrgicos como elemento interpretativo de la arquitectura y sus funciones, hayan después abrazado sin condiciones el tema de la liturgia y el arte. Parece que en cuestión de pocos años la comunidad científica se ha dado cuenta de que, además de toda las interpretaciones iconológicas, simbólicas y metafísicas que queramos hacer, la arquitectura religiosa estuvo subordinada al uso litúrgico de la misma, algo que ahora parece obvio, pero que hace poco y según en qué medio no lo fue tanto. Insisto en que, hasta fechas muy recientes y con excepciones notables, no ha existido un interés real por parte de los historiadores del arte en las posibilidades que la liturgia ofrece. Es imposible teorizar, interpretar o reconstruir algo que no se conoce. De este modo, nuestro saber sobre el propio rito, su evolución, su cronología, su desarrollo temporal y sobre el mobiliario y ornamentos que lo acompañaban es absolutamente básico. Uno puede decir que colocar un coro en medio de la nave es una característica netamente hispana de la disposición medieval de las iglesias cuando desconoce la evolución funcional de este tipo de espacios en el resto de Europa y obvia los

Entre almúedanos y campanas: constantes sobre la conversión de aljamas en catedrales. *Hortus Artium Medievalium*. 17 (2011) 185-199.

⁷³ Sin referencia alguna a la historiografía española, puede consultarse el catálogo de publicaciones recogido hasta 1998 por KOSCH, Clemens – Auswahlbibliographie zur Liturgie und bildenden Kunst/Architektur im Mittelalter. In *HEILIGER Raum: Architektur, Kunst und Liturgie...*, p. 243-377; y, restringido a la francesa, el de PHALIP, Bruno – L'espace ecclésial: les aménagements liturgiques et la question iconographique. In *ESPACE ecclésial et liturgie au Moyen Âge*. Dir. Anne BAUD. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée, 2010 p. 135-152. También son interesantes las aportaciones reunidas en *L'arte medievale nel contesto 300-1300: funzioni, iconografia, tecnica*. A cura di Paolo PIVA. Milano: Jaca Books, 2006.

problemas teológicos a los que el desplazamiento del coro dio efectiva respuesta a partir del siglo XIII.

En algún caso, la aproximación litúrgica se ha realizado con los ojos velados por los lugares comunes de la historiografía artística más tradicional, tratando de justificar lo que precisamente la liturgia desdice. Pongamos un ejemplo preciso, el de la exclusiva funcionalidad de las girolas como espacio de recepción y tránsito de peregrinos en un ceremonial de culto a reliquias. Como bien sabemos, buena parte de esta propuesta se basa en la creación de un prototipo de “iglesia de peregrinación” en el Camino de Santiago. Desde sus orígenes, el planteamiento ya era perverso: cuatro iglesias elegidas entre muchas otras en los llamados cuatro ramales del Camino en territorio francés y que desembocaban en Compostela con la quinta iglesia, producto de las experiencias de las cuatro anteriores. Las características comunes eran los grandes transeptos de tres naves, los templos de tres o cinco y las girolas con capillas radiales. Digamos que edificios de esas características hubo más en el mismo marco geográfico o fuera de éste y que, curiosamente, en lo que no coincidían por encima de características formales era en las diferentes soluciones con que los cinco edificios fueron dotados para favorecer el culto a las reliquias y que iban, indistintamente y sin ser una requisito de las otras, desde criptas a retrocapillas y altares matinales. La base teórica del asunto se halló en un texto medieval redactado con una clara intencionalidad como es el recorrido de Aymeric Picaud por el propio camino jacobeo y que, por lo tanto, parece que nos encontramos ante una de tantas ‘imposturas intelectuales’ generadas desde el estudio de las formas y su empeño en crear categorías tipológicas y trazar justificaciones a través de vínculos institucionales o supraestructuras interpretativas como el Camino de Santiago, a pesar de visiones críticas, razonadas y coherentes del asunto, como la realizada hace no mucho tiempo por Isidro G. Bango y que no ha recibido la

atención debida⁷⁴. En todo este asunto lo que realmente me interesa es la funcionalidad de la girola y su relación con las reliquias. Hace muy escasas fechas, Paolo Piva ha dedicado un largo capítulo a las girolas románicas y góticas, planteándolas bajo el exclusivo prisma del culto a las reliquias y la circulación de los romeros, llegando a buscar los orígenes de este tipo de tránsitos peregrinatorios en las rotondas de la Antigüedad Tardía (*v. gr.* el Santo Sepulcro) y aplicando el modelo a todos los edificios posibles, imaginando recorridos que circundaban el deambulatorio en un piadoso microviaje alrededor del santuario⁷⁵. La equiparación entre girolas medievales y rotondas clásicas no es nueva. Peter Fergusson por un lado y Paul Binski por otro evocaron Santa Constanza de Roma y su anillo de circunvalación de doble columnata para explicar las girolas de Claraval y de la catedral de Canterbury respectivamente. Lo mismo podría haberse planteado relacionando las dobles columnatas de los deambulatorios románicos del Santo Sepulcro y de Saint-Gilles-du-Gard, pero está claro que la relación no transpone los límites de lo simplemente formal⁷⁶. En los dos casos que nos ocupan, Claraval y Canterbury, se inquiría la cita arquitectónica e ideológica al mundo clásico como refrendo de una premeditada búsqueda de prestigio para el culto a las reliquias de San Bernardo y de Santo Tomás Beckett, pero, cuidado, esta cita ¿era cierta o sólo se trataba de un juego de semejanzas planteado por el ojo, cultura visual y capacidad de relación del propio historiador? Al fin y al cabo, un espacio de tránsito con una trayectoria curva siempre será eso, en Roma,

⁷⁴ El catálogo de las cinco iglesias tildadas de peregrinación fue terminado de definir por MÂLE, E. – *L'art religieux du XII^e siècle en France: étude sur les origines de l'iconographie du Moyen Âge*. Paris: Armand Colin, 1966, p. 297-298. La historia y desarrollo del problema, con la citada visión crítica en BANGO TORVISO, Isidro Gonzalo – Las llamadas “iglesias de peregrinación” o el arquetipo de un estilo. In *EL CAMINO de Santiago: camino de las estrellas*. [Santiago de Compostela: Fundación Caixa Galicia], D. L. 1994, p. 11-75.

⁷⁵ PIVA, Paolo – Le déambulatoire et les *parcours* de pèlerinage dans les églises d'Occident (X^e-XIII^e siècles). In *ART médiéval: les voies de l'espace liturgique*. Ed. Paolo PIVA. Paris: Picard, 2010, p. 81-129.

⁷⁶ FREIGANG, Christian – Jerusalem und Saint-Gilles-du-Gard: das Heilige Land in der Provence. In *ARCHITEKTUR und Monumentalskulptur des 12.-14. Jahrhunderts: Produktion und Rezeption. Festschrift für Peter Kurmann zum 65. Geburtstag*. Eds. Stephan GASSER, Christian FREIGANG y Bruno BOERNER. Bern: Peter Lang, 2006, p. 43-62.

Jerusalén, Claraval o Canterbury, a pesar de que queramos buscar paralelos de todo tipo y, además, seamos realistas, un área de circulación con columnata – por mucho que ésta fuera doble – era algo bien conocido desde la arquitectura más antigua, aplicable a distintos contextos y, por lo tanto, no requiere buscar leyes de dependencia o argumentos ideológicos sobre su origen y conformación o en su uso en épocas aún más tardías⁷⁷. Volviendo al trabajo de Piva, a pesar de tener en cuenta que no todos los cultos a reliquias tuvieron como solución arquitectónica una girola, es la única explicación que es capaz de dar a la aparición de un deambulatorio, cuestión a la que debiéramos añadir un axioma: ni por asomo la construcción de todos los edificios con girola estuvo motivada por el culto a las reliquias. Para no detenernos más en este asunto que sólo pretende ser un ejemplo de lo paradójico de nuestro propio medio historiográfico, destacaré además que la girola de los edificios no era un lugar por el que pudiera pasearse cualquiera y hacerlo en masa, como parece extraerse de algunos estudios; por el contrario, los excesos cometidos por los peregrinos y laicos que habitualmente encontramos detallados en la literatura hagiográfica hicieron de la girola – y por extensión la cabecera del edificio ya tuviera deambulatorio o no – un lugar regulado por normas, dotado de sus propias rejas de cierre y con un protocolo de acceso determinado en el que no primaban los peregrinos y sus circulaciones, si no la propia festividad litúrgica y, en particular, la estacionalidad de la misma⁷⁸. Baste

⁷⁷ FERGUSSON, Peter – Programmatic factors in the East extension of Clairvaux. *Arte Medievale*. 8/1 (1994) 87-101; y BINSKI, Paul – *Becket's crown: art and imagination in gothic England: 1170-1300*. New Haven, Conn., and London: Yale University Press for the Paul Mellon Centre for Studies in British Art, 2004, p. 23-27. Además, la girola de Claraval no tuvo en su origen el culto a las reliquias de Bernardo y sí en solucionar un problema litúrgico básico que afectaba a la enorme comunidad del monasterio: CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – En torno a San Bernardo: trama y consecuencias de la retrocapilla de Clairvaux y el culto a las reliquias. In *LOS CAMINOS de Santiago y la vida monástica cisterciense. Actas del IV Congreso Internacional Cister en Portugal y en Galicia*. T. 2. Org. Miguel Ángel GONZÁLEZ GARCÍA y José Luís Albuquerque CARREIRAS. Braga-Oseira: Associação Portuguesa de Cister, 2009, p. 931-951.

⁷⁸ Véase CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – Retrocapillas, trasaltares y girolas: liturgia, reliquias y enterramientos de prestigio... Los problemas motivados por la presencia de fieles en los deambulatorios y sus posibles soluciones han sido destacados por BROOKE, C. N. L. – Religious sentiment and church

este ejemplo para subrayar que, como siempre que un tema de investigación se pone de moda, no todas las aproximaciones al mismo van por los mismos derroteros metodológicos, intencionales y, por descontado, conceptuales. Incluso se ha generado una terminología algo malévola (habida cuenta de la apropiación por lo arqueológico de cualquier ámbito de investigación que se precie), como la de *Archaeology of Ritual*, que apuesta por el estudio de la arquitectura desde una perspectiva litúrgica, en tanto en cuanto el edificio dependía de una vida cotidiana en la que la liturgia jugaba un papel básico⁷⁹. Lo mismo que sin tanta recarga metodológica ya realizaban Edgar Lehmann, Jean Hubert o Carol Heitz. Lo sugestivo de todo este asunto es que, según suele ocurrir con todos los temas de moda como la propia catedral, la perspectiva de género, el paisaje, el encastillamiento, la vida cotidiana, etcétera, la liturgia ha terminado incorporándose como un enunciado más en visiones parciales y generales de la cultura medieval.

Punto y seguido

Llegados a este lugar, querría detenerme en un asunto que considero crucial para entender el edificio catedralicio desde la perspectiva transversal que nos ofrece el ceremonial litúrgico. Hace ya décadas que jugamos con una teoría de la percepción aplicada al arte y ésta se ha ido haciendo cada vez más ambiciosa, obligándonos a replantear nuestras propuestas de investigación sobre lo sensorial y la cultura material. Cuando Jacques Pycke titulaba su edición de la consuetudine

design in the Later Middle Ages. *Bulletin of the John Rylands Library*. 50-1 (1967) 13-33; y BLAAUW, S. de – Deambulatori e transetti: i casi di S. Maria Maggiore e del Laterano. *Pontificia Accademia Romana di Archeologia*. 59 (1986-1987) 93-110. Varias noticias sobre la circulación limitada en las girolas en DRAPER, PETER – Enclosures and entrances in medieval cathedrals: access and security. In *THE MEDIEVAL english cathedral: papers in honour of Pamela Tudor-Craig*. Ed. Janet BACKHOUSE. Donington: Shaun Tyas, 2003, p. 76-79.

⁷⁹ *Saint-Jean-des-Vignes in Soissons: approaches to its architecture, archeology and history*. Eds. Sheila BLONDE y Clark MAINES. Turnhout: Brepols, 2003, p. 255-261.

Tournai como “Sonidos, olores, colores” lo hacía con la intención de proponernos oír, oler, ver la catedral, es decir, explorar la capacidad de evocación de nuestros sentidos frente a un edificio y su historia. Esta propuesta se hacía a través del estudio de la liturgia entendida como parte de un análisis multidisciplinar. No sé si será posible recuperar una conciencia sobre estímulos sensoriales que pudieran generarse en los siglos XIII o XV, pero sólo el paisaje sonoro producido por las campanas cuando éste se ha tratado de recuperar es tan sugerente que hace muy atractiva la propuesta, aunque quede limitada a un planteamiento teórico y casi poético. Ahora sí, esta “experiencia útil” en la que la percepción se transforma siguiendo los principios de la *Gestalt* y que pudo tener un hombre al acercarse a una catedral, obviando la personalidad, cultura y medio del personaje en particular, debe restringirse a un templo concreto en un determinado momento del año litúrgico, en una fecha precisa de la historia material del edificio, en consonancia al desarrollo de un rito determinado. Sólo en lo referente al discurrir de las festividades anuales, la catedral se vestía y desnudaba; cambiaban sus tapices y sus ornamentos, se hacían accesibles o se cerraban zonas de su espacio que variaban así su funcionalidad, se alteraban circulaciones y se modificaba la disposición de su mobiliario y sus imágenes móviles. Si, ante varios estratos de pintura aplicados sobre un mismo soporte, los restauradores se preguntan cuál de éstos deben sacar a la luz, el historiador del arte y de la liturgia tendrá que enfrentarse a una metáfora semejante de capas y contenidos: ¿qué catedral estudiar?, ¿la previa o la posterior a tal normativa o a tal cambio en los modos de celebrar que, en tales fechas, tenía tales características? Por el contrario, ha seguido prevaleciendo el ascendente estilístico y por encima de todo. De este modo, estudiamos la catedral prerrománica, la románica, la gótica, la renacentista..., representadas por tipos de cabeceras, de soportes, de abovedamientos... La novedad podría estar en seguir una misma perspectiva diacrónica pero en función de necesidades litúrgicas de un edificio marcado por el



Fig. 6 – El Concilio de Trento, *murales*, anónimo veneciano (1563) © Museo del Louvre.

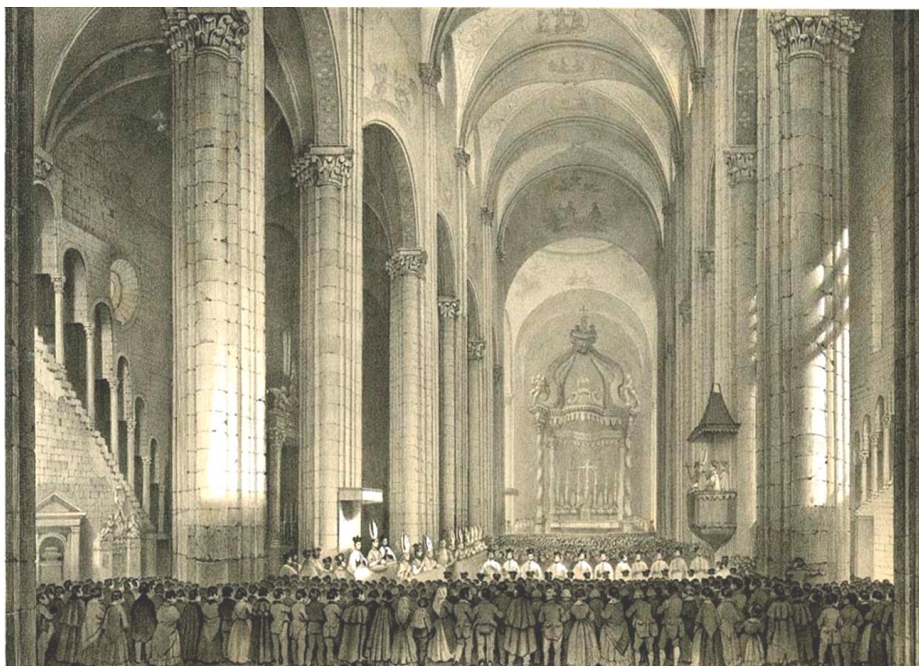


Fig. 7 – *Profesión de fe en la Catedral de Trento el 14 de diciembre de 1845*. Basilio Arman © Colección particular.

paso del tiempo: trabajar la catedral de las liturgias altomedievales, la catedral de la liturgia romana unificada, la catedral entre finales del siglo XII y comienzos del XVI, la catedral en el entorno de Trento, la catedral post-Trento, las catedrales restauradas, es decir, las de Pío IX, y por fin las catedrales post-Vaticano II. ¿Qué nos queda al final? Otra tremenda impostura intelectual en la que llevamos insistiendo en estas páginas. La realidad exige una perspectiva de análisis multidiacrónica ante edificios que son resultado de un cúmulo de acciones durante hasta diez siglos de historia. Si tanto hablamos del Concilio de Trento y sus repercusiones sobre la liturgia y su arquitectura, echemos un vistazo a su catedral que, del edificio de tradición medieval con su coro elevado en el presbiterio, sus altares laterales y enjaezados para el evento, que fuera retratado en 1563 (Fig. 6), pasó a un espacio desnudo, desprovisto del coro y de todos sus ornamentos, como podemos verlo hoy (Fig. 7). Al igual que no existe un modelo concreto e inalterable de edificio catedralicio desde una perspectiva tipológica ni funcional, tampoco hay un patrón para su comprensión global como estructura holística en las relaciones entre liturgia y arquitectura y menos aún en la propuesta teoría de la percepción de la que hablábamos antes. Contamos con patrones comunes de estudio – procesiones, topografía de altares, restricción de ámbitos para el clero y los fieles –, pero aunque utilicemos un método comparativo entre catedrales y ritos que nos permita aseverar propuestas e hipótesis generales, como Crossley ha indicado para las dificultades que plantea la integración entre arquitectura, usos e imágenes, éste siempre será relativo y referente a *una* catedral y no a *la* catedral.

Espaço religioso e transformação. A fundação de capelas na época gótica

Lúcia Maria Cardoso ROSAS

A criação de espaços privados no interior das igrejas, ou a elas contíguos, tem fundas motivações de carácter devocional e funerário. Sendo esta temática muito cara à investigação recente, tanto na produção da historiografia medieval como nas áreas da História da Arte e da Antropologia, e considerando a investigação realizada até agora dentro destas áreas científicas, apresentamos um balanço acerca dos estudos sobre a questão, no caso concreto das catedrais portuguesas.

Como referiu Isidro Bango Troviso, num artigo fundador datado de 1992¹, a criação de um espaço privilegiado para sepultura de notáveis e poderosos foi um dos factores que mais contribuiu para a existência de obras de arquitectura excepcionais, verdadeiros símbolos da sua época, ao mesmo tempo que contribuiu decisivamente para a contínua transformação da topografia dos templos, fazendo com que os projectos perdessem a sua homogeneidade original e adquirissem, por vezes, formas labirínticas de confusa articulação.

É exactamente esta realidade que patenteia a documentação dos séculos XIV, XV e XVI e é este o ambiente que apenas entrevemos nas raras igrejas que não foram alvo de grandes transformações ou restauros. O espaço interno do templo medieval apresenta-se como um lugar compartimentado e fraccionado,

¹ BANGO TORVISO, Isidro G. – El espacio para enterramientos privilegiados en la arquitectura medieval española. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*. 4 (1992) 93-132.

ora pela prolixa existência de altares e capelas, ora pela presença de monumentos funerários encaixados em arcosólios ou expostos nas naves, transepto e capelas, ora ainda pelo arranjo que cobria as pias baptismas.

Durante longo tempo a Igreja foi impondo a proibição de enterramentos no interior dos edifícios religiosos com exceção dos corpos ou relíquias de santos, reservando-se o espaço das criptas, construídas sob o altar-mor, para aí os colocar. No entanto, como refere José Custódio Vieira da Silva, a pressão exercida tanto pelos leigos como pelos membros do clero acabou por conduzir à autorização da tumulação no interior dos templos. Segundo o mesmo autor, esta procura de aproximação ao espaço sagrado começa pela colocação das sepulturas à porta dos templos e logo depois no seu interior, fenómeno que deve ser relacionado com o aparecimento de arcos funerárias esculpidas². No exterior dos templos, José Custódio Vieira da Silva regista três soluções para a tumulação: os arcosólios abertos nas superfícies murárias, que tantas igrejas românicas conservam; a construção de capelas funerárias adossadas aos templos, como o panteão dos Resendes em Santa Maria de Cárquere (Lamego), a Capela dos Ferreiros em Oliveira do Hospital, a que devemos acrescentar a desaparecida Capela de Santa Maria da igreja de São Pedro de Roriz (Santo Tirso), entre outros casos; e a construção de galilés, ou seja, pórticos colocados à entrada das igrejas monásticas, de que a documentada galilé de Santa Maria de Pombeiro seria um exemplo.

Estas práticas acabariam por levar à colocação de arcos ou tampas sepulcrais dentro dos próprios templos.

Os membros do clero, particularmente os bispos, permitiram-se usufruir mais cedo deste privilégio. Contudo, tanto a nobreza como os monarcas só nos inícios do século XIV lograram impor à Igreja essa prerrogativa, tendo

² SILVA, José Custódio Vieira da – Memória e imagem: reflexões sobre a escultura tumular portuguesa (séculos XIII e XIV). *Revista de História da Arte*. 1 (2005) 47-81.

D. Dinis (1325†) e a rainha Santa Isabel (1336†) sido os primeiros a serem tumulados no interior das igrejas de S. Dinis de Odivelas e de Santa Clara-a-Velha de Coimbra.

Muitos dos autores que se dedicaram a este assunto consideram que o momento dessa mudança está consagrado na carta de fundação do convento de Santa Clara de Vila do Conde de 1316, cujo fundador foi Afonso Sanches, filho de D. Dinis, documento ao qual voltaremos.

Os estudos sobre a tumulária gótica portuguesa que abordam o tema no contexto da localização original dos túmulos devem-se, fundamentalmente, aos trabalhos de José Custódio Vieira da Silva³; de Carla Varela Fernandes⁴; e de Luís Urbano Afonso⁵. Sobre a tumulária medieval são ainda de registar as contribuições de Mário Barroca⁶.

Pensamos, contudo, que há ainda muito a estudar sobre esta questão já que a documentação é por vezes tão ou mais eloquente do que as próprias arcas e jacentes. Os programas iconográficos dos túmulos podem fazer mais sentido quando se relacionam com os espaços para os quais foram originalmente pensados, como é o caso dos túmulos de D. Pedro I e D. Inês de Castro e do túmulo e capela do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira. É certo que, na sua maioria, as arcas tumulares se encontram deslocadas do local original, o que

³ SILVA, José Custódio Vieira da – Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa. In *O FASCÍNIO do fim: viagens pelo final da Idade Média*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997, p. 45-59; *O panteão régio do mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003; e *Memória e imagem...*

⁴ FERNANDES, Carla Varela – *Memórias de pedra: escultura tumular medieval da Sé de Lisboa*. Lisboa: IPPAR, 2001; D. Afonso IV e a Sé de Lisboa: a escolha de um lugar de memória. *Arqueologia & História*. 58-59 (2006-2007) 143-166; e *A imagem de um rei: análise do túmulo de D. Fernando*. Lisboa: MAC/AAP, 2009.

⁵ AFONSO, Luís Urbano – *O ser e o tempo: as idades do homem no gótico português*. Lisboa: Caledoscópio, 2003.

⁶ BARROCA, Mário Jorge – Cenas de passamento e de lamentação na escultura medieval portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras. História*. 14 (1997) 655-684; Escultura funerária. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *HISTÓRIA da Arte em Portugal: o Gótico*. Lisboa: Presença, 2002, p. 207-246. Na sua tese de doutoramento *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. 4 vols. Lisboa: FCG/FCT, 2000, este autor estuda uma série de túmulos medievais epigrafados e de epígrafes funerárias.

impede o seu melhor entendimento. Contudo, considerada a investigação sobre a fundação de capelas fúnebres realizada no âmbito da historiografia medieval nos últimos vinte anos, parece-nos que é o momento de serem revistas algumas ideias sobre as práticas de tumulação dentro das igrejas, assim como a cronologia deste fenómeno.

À conquista do interior dos templos está implícita uma hierarquização dos espaços, havendo maior relevância de uns frente a outros, chegando a localização a ter mais importância do que a própria monumentalização do espaço e do sepulcro⁷. *De esta manera surgen las capillas funerarias propiamente dichas. En ese afán de preeminencia los notables buscarán colocar su capilla en una parte bien visible del templo, rompiendo de esta manera la planimetría del mismo. Los edificios románicos carecían de espacios que pudiesen ser destinados a la creación de capillas privadas, por lo que bien se creaban de nueva planta, o bien para su ubicación recurrían a ocupar partes del templo que carecían en principio de funcionalidad funeraria*⁸.

Dentro da historiografia medieval são vários os autores que se têm dedicado ao estudo da fundação de capelas funerárias, no sentido medieval de *capela*, isto é, uma instituição de sufrágios perpétuos por alma do instituidor, que obriga parte do seu património à igreja onde funda a capela, podendo, em alguns casos, ser acompanhada da edificação de um altar ou capela onde sejam celebrados os sufrágios⁹, correspondendo então a um programa arquitectónico e/ou artístico¹⁰.

⁷ MORAIS PUCHE, Carmen – La evolución de los ámbitos funerarios: de San Isidoro de León al Monasterio de las Huelgas. *Miscelánea Medieval Murciana*. 32 (2008) 110.

⁸ MORAIS PUCHE, Carmen – La evolución de los ámbitos funerarios..., 111.

⁹ BEIRANTE, Maria Ângela – Salvação e memória de três donas coruchenses do século XIV. In *ESTUDOS de homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 3. Porto: FLUP, 2006, p. 245.

¹⁰ Não incluímos aqui outros trabalhos sobre a morte e temas correlacionados levados a cabo pelos historiadores da Idade Média, já que o seu tratamento ultrapassa os objectivos deste estudo. Sobre o assunto vid. ROSA, Maria de Lurdes – *«As almas berdeiras»: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2005, p. 238-248 (dissertação de doutoramento policopiada).

Como consequência desta investigação, sabemos hoje muito mais sobre as formas e práticas de sepultura, os rituais funerários e, no que diz mais directamente respeito à História da Arte, acerca da tipologia de túmulos e tampas sepulcrais, sobre os locais de tumulação no interior das igrejas, ora junto a capelas já existentes, ora em capelas de novo fundadas, ou sobre as capelas adjacentes a templos, fundadas com expressa intenção funerária. A documentação publicada é igualmente muito rica no que se refere aos altares e ao seu arranjo e às alfaias litúrgicas para serviço de capelas e/ou sufrágios.

No que diz respeito à fundação de capelas funerárias pelo clero catedralício destacamos os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho sobre o arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira (1326-1348†)¹¹ e de José Marques relativamente a outro prelado bracarense, D. Lourenço Vicente (1374-1397†), e às suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã¹².

A fundação de capelas autónomas, situadas no espaço catedralício, foi pouco habitual tanto na catedral de Braga como nas suas congéneres. Contudo, conhecemos bem o documento da fundação da Capela da Glória por D. Gonçalo Pereira, datado de 27 de Abril de 1334¹³ (Fig. 1), bem como o documento de encomenda do seu túmulo e respectivo jacente. Provida de quatro altares, o principal em honra da Gloriosa Virgem, outro à de Santo André, o terceiro sob a evocação de Santa Maria Madalena e um outro dedicado aos santos Lourenço e Vicente¹⁴, a capela e o túmulo constituem um programa artístico e devocional antecipadamente pensado. No documento da fundação, o arcebispo deixa bem claro que no espaço da sua capela poderiam unicamente ser sepultados os

¹¹ COELHO, Maria Helena da Cruz – D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional*. Actas. Vol. 2. Braga: UCP-FTB-CMPB, 1990, p. 389-462.

¹² MARQUES, José – O testamento de D. Lourenço Vicente e as suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã. In *HOMENAGEM à arquidiocese primaz nos 900 anos da dedicação da catedral*. Lisboa: APH, 1993, p. 183-240.

¹³ COELHO, Maria Helena da Cruz – D. Gonçalo Pereira...

¹⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz – D. Gonçalo Pereira..., p. 409.

prelados que lhe sucedessem. Notando que o lugar onde a dita capela estava construída era pequeno, pelo que se outros aí se sepultassem a capela ficaria tão impedida e ocupada que não haveria espaço para a celebração dos ofícios que nela instituíra.



Fig. 1 – Sé de Braga. *Capela funerária de D. Gonçalo Pereira* (1334) © Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja / Terra das Ideias.

Entre 1385 e 1391, o arcebispo D. Lourenço Vicente manda edificar uma capela funerária na Sé de Braga para albergar o seu túmulo hoje já desaparecido (Fig. 2). A capela foi dedicada à *Senhora da Anunciação de Dezembro* ou seja, à *Senhora do Ó*, posteriormente designada *Nossa Senhora do Livramento*¹⁵. A sua instituição, registada em documento de 1404, incluiu a dotação de um valioso conjunto de livros litúrgicos, alfaia e outros objectos de culto, dos quais destacamos um cálice dourado, uma cruz de prata e dois castiçais também de prata, uma vez que estes quatro exemplares eram ricamente esmaltados.

¹⁵ MARQUES, José – O testamento de D. Lourenço Vicente..., p. 189.



Fig. 2 – Sé de Braga. Capela funerária de D. Lourenço Vicente (1385-1391)
 © Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja / Terra das Ideias.

Há, contudo, uma parte do testamento de D. Lourenço Vicente que não nos parece completamente clara, quando o arcebispo refere: *Em premeiramente mando sepultar e soterrar o [fl. 2] meu corpo na capela minha que ordeney de consentimento do Cabido da dita Igreja de Braga junto com as paredes da dita Igreja Catedrall e aly omde jaz*

*enterrada a rainha dona Tareyja e o comde Dom Anrrique*¹⁶. Corresponderá a capela de D. Lourenço Vicente a uma reformulação de uma capela anterior? Causa alguma estranheza que o arcebispo tenha querido sepultar-se juntamente com os condes portugalenses, reformando para tal um edifício anterior. Onde ficavam então os túmulos do arcebispo e os dos condes? Qual a relação entre os três? A planta da capela de D. Lourenço tem hesitações na sua construção e uma forma peculiar que talvez possa ser uma manifestação da vontade de ter uma capela centralizada que, assim sendo, teria dificuldades em implantar-se no local. Contudo, como escreveu Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a planimetria naviforme da capela está carregada de intenções¹⁷.

No tocante à instituição de capelas pelo clero catedralício, referimos ainda os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho e Maria do Rosário Barbosa Morujão¹⁸ e de Elisa Maria Domingues da Costa Carvalho¹⁹.

No que diz respeito à Sé de Coimbra, dos 57 testamentos analisados, provenientes do clero da catedral e produzidos entre 1104 e 1324, Maria Helena Coelho e Maria do Rosário Morujão concluem que entre os finais do século XII e o último quartel do século XIII os testamentos se tornam cada vez mais complexos, enumerando um número cada vez maior de cláusulas relacionadas com o destino do corpo, as cerimónias fúnebres e os sufrágios²⁰. Quase todos os testadores, desde bispos a porcionários, manifestam a vontade de se fazerem

¹⁶ MARQUES, José – O testamento de D. Lourenço Vicente..., p. 203.

¹⁷ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal...*, p. 60-61.

¹⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Les testaments du clergé de Coimbra: des individus aux réseaux sociaux. In *CARREIRAS eclesiásticas no Ocidente Cristão (séc. XII-XIV)*. Lisboa: CEHR, 2007, p. 121-138.

¹⁹ CARVALHO, Elisa Maria Domingues da Costa – *A morte do alto clero bracarense (séculos XII a XV)*. Braga: Universidade do Minho, 1999 (dissertação de mestrado policopiada); e A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignitários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 15-40.

²⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Les testaments du clergé de Coimbra..., p. 125.

tumular na sua Sé. Alguns escolhem espaços privilegiados no interior da igreja, cuja localização se relaciona, por vezes, com o culto de um santo de devoção particular, como S. Geraldo, S. Miguel, S. Sebastião, Santa Cecília ou Santa Clara. Ao bispo D. Egas Fafes (1247-1267†), instituidor da capela de Santa Clara e aí tumulado (Fig. 3), se associa o seu sobrinho, o deão Fernando Soeiro, que escolhe



Fig. 3 – Sé Velha de Coimbra. *Capela funerária de D. Egas Fafes* (1267) © Anísio M. Sousa Saraiva.

ser sepultado junto do seu tio e protector²¹. São vários os exemplos semelhantes que indicam, sobretudo a partir de meados do século XIII, que o sentimento da linhagem e dos laços de consanguinidade se impõem também na morte e que as afinidades de percurso, desde a amizade à relação mestre e discípulo, são igualmente seguidas na escolha do lugar de sepultura²². Esta cadeia de relações,

²¹ COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Les testaments du clergé de Coimbra..., p. 131.

²² COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Les testaments du clergé de Coimbra..., p. 131-132.

familiares ou não, é um dado fundamental para o estudo das práticas de tumulação, já que poderá permitir relacionar inscrições funerárias e túmulos cuja localização original se alterou, na maior parte dos casos.

O corpo documental constituído por 28 testamentos, 2 instituições de capelas e 2 verbas testamentárias relativos à Sé de Braga e analisados por Elisa Carvalho indica que, num total de 33 membros da comunidade catedralícia, 21 escolheram a Sé de Braga para a sua derradeira morada. Em princípio, o espaço no interior do templo estava apenas reservado aos arcebispos (Fig. 4).



Fig. 4 – Sé de Braga. *Interior da igreja* © Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja / Terra das Ideias.

O enterramento na igreja ou no claustro para as outras dignidades só era possível com o consentimento do cabido que, por vezes, decidia mesmo o local de enterramento. A maioria dos testadores indicou com exactidão o sítio que lhe tinha sido destinado: junto da pia baptismal, diante do altar de Santo Anastácio, entre o altar-mor e o coro, diante do altar de S. Bartolomeu, entre a porta do

tesouro e o altar de Santa Maria Madalena ou no claustro. É também conhecida a documentação da catedral de Lérida que nos mostra a hierarquização dos espaços de enterramento de acordo com o perfil social do morto²³: o interior do templo estava reservado aos prelados, aos elementos da família real e, em casos excepcionais, a cônegos ou nobres, o que requeria uma autorização do cabido; no claustro, o número crescente de enterramentos levou o bispo de Lérida a definir em 1343 regras muito claras, hierarquizando a utilização das diferentes alas claustrais.

Regressando à Sé de Braga, o tipo mais frequente de sepultura era uma campa rasa com uma lápide que não se elevasse do pavimento, túmulo também escolhido por alguns dos seus arcebispos. Entre eles, D. João Egas (1245-1255†) escolheu ser inumado numa campa rasa, com uma lápide que tivesse a sua efigie de arcebispo esculpida e o seu nome inscrito²⁴; e D. Fernando da Guerra (1417-1467†) escolheu a capela de S. Geraldo e S. Nicolau, onde quis ser enterrado em campa rasa, para não ocupar espaço necessário aos vivos (Fig. 5)²⁵.

Esta preocupação com o preenchimento do espaço catedralício por monumentos funerários é comum a vários cabidos de outras regiões europeias. Nos reinos hispânicos, entre os séculos XIII e XVI, assiste-se a uma progressiva ocupação do interior dos templos, o que criava obstáculos ao funcionamento dos actos litúrgicos. A constante reiteração das proibições denuncia um claro incumprimento das normas. No Sínodo de Oviedo, celebrado em 1377, ordena-se que as sepulturas situadas dentro dos templos sejam rasas, uma vez que a altura dos túmulos faz grande fealdade às igrejas e embarga os servidores e os fiéis²⁶.

²³ Cf. BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa...* Vol. 1, p. 298.

²⁴ CARVALHO, Elsa Maria Domingues da Costa – A fortuna ao serviço da salvação da alma...

²⁵ MARQUES, José – O testamento de D. Fernando da Guerra. *Bracara Augusta*. 33/75-76 (1979) 8.

²⁶ BANGO TORVISO, Isidro G. – El espacio para enterramientos privilegiados..., 115.

Em França, na catedral de Saint Lazare de Autun²⁷, a política do cabido é deliberadamente restritiva em matéria de sepultamentos. Com excepção dos bispos, só em finais do século XIV é que o espaço de tumulação no interior da igreja é permitido, sendo então ocupados os primeiros tramos das naves e os braços do transepto junto dos portais.



Fig. 5 – Sé de Braga. *Lápide tumular de D. Fernando da Guerra (1467)*
© Anísio M. Sousa Saraiva.

²⁷ KRÜGER, Kristina – Les fondations d'autels et de chapelles à la Cathédrale d'Autun. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*. 7 (2003) 8-9.

Nas Sés de Braga, Coimbra e Lamego, como nas outras igrejas catedrais, os testadores preocupam-se com o provimento de alfaia da capela e/ou altar, por vezes enumeradas com grande detalhe, o que faz desta documentação uma fonte de grande importância para a História da Arte, tanto mais que os exemplares de ourivesaria e torêutica da época medieval que chegaram até nós são assaz escassos.

As referências a este tipo de objectos não se prendem unicamente com o provimento e embelezamento de capelas. Das doações testamentárias consta uma larga quantidade de jóias e objectos raros e, mais interessante ainda, são fornecidas indicações acerca dos seus usos e práticas rituais e/ou supersticiosas. A título de exemplo, mencionamos os dois anéis com propriedades curativas que o bispo de Coimbra D. Egas Fafes (1247-1267†) testou à Sé e que, por sua vontade, podiam ser emprestados a pobres e doentes, e um anel com a capacidade de estancar as hemorragias que D. Pedro Martins (1296-1301†), igualmente bispo de Coimbra, legou à sua irmã²⁸.

Os trabalhos de Filipe Calvão e Teresa Costa²⁹, de Maria Ângela Beirante³⁰ e, com outra dimensão, a tese de doutoramento de Maria de Lurdes Rosa³¹, não se centrando embora no clero catedralício, devem ser elencados neste balanço, tanto pela revelação de acervos documentais quase inexplorados como pela novidade das interpretações.

Segundo Maria de Lurdes Rosa, que estudou a instituição de capelas fúnebres em Lisboa entre 1400-1521, a grande maioria das escolhas para lugar de sepultura em mosteiros e conventos está relacionada com a pré-existência de sepulturas familiares. Contudo, e logo em segundo lugar, essa escolha deve-se à

²⁸ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG/FCT, 2010, p. 135 e 162.

²⁹ CALVÃO, Filipe; COSTA, Teresa – Fundação de capelas na Lisboa quatrocentista: da morte à vida eterna. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 337-368.

³⁰ BEIRANTE, Maria Ângela – Salvação e memória...

³¹ ROSA, Maria de Lurdes – *As almas berdeiras...*

pertença a confrarias, irmandades e ordens terceiras, embora também tenha motivações devocionais³².

No caso de Lisboa, é o mosteiro de S. Francisco que agrega um maior número de confrarias e de confrades. D. Lourenço Rodrigues, bispo desta diocese (1359-1364†), fez-se tumular neste cenóbio, como veremos.

Parecem-nos particularmente importantes as informações contidas no testamento de Maria Raimundo, datado de 1339, que Maria Ângela Beirante publicou e estudou. Maria Raimundo fez-se sepultar na igreja de S. João de Coruche: *Primeiramente dou alma a deos e a Sancta Maria sua madre e mando que me soterrem ante o altar de Sancta Clara que esta na Igreja de Sam Joam da dicta villa sob hum pedra que eu hy tenbo ante o dito altar de Santa clara a qual eu mandey trager de Frandes na qual cappella eu mandey meter dous caualeiros com que fuy cazada em dous moymentos de pedra alsados a qual cappella eu mandei uirdelizar (sic) de ferro e mandey em ella por hum altar de pedra e hum calis de pratta com sua patena na qual Igreja eu pugi huma pia de baptizar os mininos*³³.

Apesar de não podermos saber se esta capela se situava exactamente no interior da igreja ou se a ela seria anexa, o facto de este documento referir claramente a colocação de túmulos alçados, o que deverá significar arcos tumulares, numa capela situada no interior de uma igreja (S. João de Coruche) – demolida na primeira metade do século XIX – em data anterior a 1339, aproxima esta cronologia da prática de tumulação de D. Dinis (1325†) e da rainha Santa Isabel (1336†), considerados como os primeiros reis a serem tumulados no interior de templos.

Data de 16 de Fevereiro de 1307 a doação, à Confraria dos Sapateiros do Porto, de um hospital fundado e construído por Martim Vicente Barreiros e sua mulher Joana Martins e por João Vicente, irmão do primeiro. Os confrades

³² ROSA, Maria de Lurdes – *As almas berdeiras...*, p. 265-266.

³³ BEIRANTE, Maria Ângela – *Salvação e memória...*, p. 270-271.

ficavam obrigados a reunirem-se para sempre no Convento de S. Domingos no dia 24 de Maio, e aí deveriam *deitar um pano de peso em cima da cova que se no dito moesteyro de frente da capella-mor a parte esquerda entrando pelo moesteyro e tem por deuyza duas palmeiras aspidas e ponhao sobre ella quatro syrys muito bons de cera dous a cabeçeyra e dous aos pees dessa cova que arção (sic) abi e que fação dizer hua miça officiada de requyem em ho alltar mayor do dito moesteyro pellas almas dos ditos Martim Vycente e sua molher*³⁴.

Neste caso, não parecem restar dúvidas que os doadores da confraria estavam sepultados no espaço interior da igreja, o que levanta novas interrogações relativamente a uma prática que parecia ter sido iniciada pelos reis.

A investigação sobre a fundação de capelas fúnebres realizada no âmbito da História tem assim revelado o hábito de sepultamento dentro das igrejas, por parte dos leigos, em data mais recuada do que até agora era de supor.

Como dissemos acima, o documento de fundação do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (1316) por Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, e por sua mulher D. Teresa Martins, tem sido considerado como a consagração do momento de mudança relativamente à prática de sepultamento no interior das igrejas. Tanto a nobreza como os monarcas só lograram impor à Igreja essa situação nos inícios do século XIV.

Nesse acto, os instituidores expressam claramente: *porque a sepultura de dentro das Igrejas nos semelha que non era senom pera homens santos ou muito chegados a Deus E por nom serem os nossos moymentos a par dos altares nem tam altos como elles nom nos quisemos mandar deitar dentro na Igreja nem poer hi nossos moymentos mais mandamus llos poer hi fora a par da igreja em hua galilee que hi mandamus fazer pera sepultura de nos e dos de nossa linhagem e dos outros que hi ouuerem de deitar. E porem defendemos que nembuu nom deite dentro na Igreja em nembuu lugar em terra nem em moymento alçado ca pois nos teemos por razão que a Igreja e o moysteiro fundado de nos nom deitar em ella Razom he que hi nom*

³⁴ MELO, Arnaldo Sousa; DIAS, Henrique; SILVA, Maria João Oliveira e – *Palmeiros e Sapateiros: a Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano no Porto (séculos XIV a XVI)*. Porto: Fio da Palavra, 2008, p. 34-37.

*façam os outros que vierem depois como quer que nos afomso sanchez e terija marjinz esta bordenaçam façamos*³⁵.

Se a intenção aqui plasmada aparenta, por um lado, uma atitude de humildade relativamente ao seu lugar de tumulação, por outro parece pretender assegurar que o espaço da igreja seja para sempre negado à prática da sepultura. Não configura este documento a constatação de uma prática habitual, da qual o bastardo régio Afonso Sanches e Teresa Martins se quiseram destacar?

Nos últimos anos, outros trabalhos de investigação, não tendo propriamente como objectivo o estudo da fundação de capelas funerárias ou dos locais e formas de sepultamento, revelam importante documentação sobre o assunto, como é o caso da dissertação de mestrado de Anísio Miguel de Sousa Saraiva³⁶. No mesmo sentido e do mesmo autor, a publicação de um trabalho sobre o quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364†)³⁷, fornece também importantes dados sobre a questão.

No caso deste prelado, ficamos a saber que o local escolhido para sepultura foi o mosteiro de S. Francisco de Lisboa, como já vimos acima. O custo do *muimento* orçou em 200 libras, pagas aos pedreiros que o levaram para os franciscanos e nele trabalharam durante sete semanas e seis dias³⁸. Recordemos que o túmulo de D. Gonçalo Pereira (Capela da Glória da Sé de Braga) foi executado entre Julho de 1334 e meados de 1335³⁹ e que aos mestres Pero e Telo Garcia pagou o arcebispo de Braga igualmente 200 libras, embora a distância cronológica (30 anos) entre as duas peças não permita aferir se o custo real foi o mesmo. Na centúria seguinte, uma epígrafe que faz parte do túmulo de Fernão

³⁵ Cf. *Chancelarias Portuguesas*. D. Duarte. Org. de João José Alves DIAS. Lisboa: CEH-UNL, 1998, p. 139.

³⁶ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Magno Edições, 2003.

³⁷ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364†): notas de investigação. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 419-438.

³⁸ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues..., 437-438.

³⁹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal...*, p. 227.

Gomes de Góis (na igreja matriz de Oliveira do Conde) dá conta da sua execução por João Afonso, que demorou doze meses a lavrá-lo⁴⁰.

Publicado por Maria do Rosário Barbosa Morujão e Anísio Miguel de Sousa Saraiva, um artigo acerca do chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318†)⁴¹ informa-nos sobre o local de sepultura deste eclesiástico, que se fez tumular na Sé de Coimbra, junto dos seus tios Martim e Pedro Eanes, ao pé do altar de Santa Clara, na capela fundada pelo bispo D. Egas Fafes e dedicada àquela Santa.

A documentação da Sé de Lamego (Fig. 6) relativamente à primeira metade do século XIV, estudada e publicada por Anísio Miguel de Sousa Saraiva, revela interessantes elementos sobre o tema em análise.



Fig. 6 – Sé de Lamego. *Vista da fachada ocidental* © LABFOTO.

⁴⁰ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal...*, p. 244-255.

⁴¹ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318†): uma abordagem prosopográfica. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 75-137.

No testamento de Nicolau Peres, deão de Lamego, datado de 21 de Setembro de 1299, é bem expresso que não é só aquele membro do cabido que se faz sepultar dentro da igreja catedral, mas igualmente a sua mãe: *faço e ordino hũa capela na eigreja da See de Lamego na onrra de Santa Marinha e ao serviço de Santa Maria e pola alma minha e de meu padre dom Pero Dominguez e da dicta mha madre e eu e a dita mha madre elegemos sepultura nessa capela convem a saber que dous capelães cantem (...) e mando que pera meus beens dem caleç de prata e livro e ornamentos d'altar dessa capela e que a façam d'arco e de gradizelba e ponham hi bua lanpada*⁴².

Neste exemplo parece não haver dúvida de que o sentido medieval de capela, instituição de sufrágios perpétuos por alma do instituidor, que obriga parte do seu património à igreja onde funda a capela, é acompanhado de uma edificação, ou do arranjo de uma capela anterior, uma vez que o testador explicita que a capela seja feita de arco e que esteja protegida por uma grade. Parece-nos precoce este exemplo de 1299, pelo facto de a mãe de Nicolau Peres ser tumulada no interior da igreja. Curiosamente, na catedral de Saint Lazare de Autun, que, como vimos acima, foi muito restritiva relativamente ao sepultamento de laicos dentro do espaço do templo, Isabel de Capis, mãe de dois cónegos que viriam a ocupar sucessivamente o lugar de deão, é inumada em 1273 diante do jubeu onde, em 1298, o seu filho mais novo fundaria um altar dedicado aos apóstolos, com quatro capelanias. Tratar-se-á de um caso fortuito já que no exemplo da catedral de Autun se configura uma excepção⁴³, uma vez que só em finais do século XIV é que o espaço de enterramento no interior da igreja é permitido aos membros do cabido e aos leigos.

Já num outro caso da instituição de uma capela na Sé de Lamego, desta feita pelo cónego Pedro Peres de Távora, a 3 de Maio de 1300, não é certo que esta fundação tivesse implicado uma construção ou um novo arranjo, uma vez

⁴² SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 451-452.

⁴³ KRÜGER, Kristina – *Les fondations d'autels...*, 9.

que no documento é dito: *ordinho e faço hua capella dentro na See de Lamego ha qual chamam Sancta Maria Madalena*⁴⁴, o que sugere a pré-existência da capela dedicada àquela santa.

Exactamente no mesmo dia, Pedro Peres de Távora institui também a capela de S. Pedro em Távora (c. Tabuaço): *considerando prol de minha alma stabelesço e faço e ordinho hua capella en Tavora a qual capella ha nume Sam Pedro por minha alma*, parecendo configurar a instituição de uma nova capela. Tal como no caso anterior, o cônego de Lamego explicita que, no caso de haver algum clérigo da sua linhagem que pretenda tumular-se nessa capela, será mais conveniente que lhe seja permitido a ele do que a outrem⁴⁵, garantindo assim a permanência da capela na sua família.

No tocante à Sé do Porto (Fig. 7), a dissertação de mestrado de Maria João Oliveira e Silva⁴⁶ informa-nos que D. Pedro Sênior (1154-1174†), o primeiro bispo de que se conserva uma doação, feita em 1158 aos cônegos da Sé, impõe a condição de estes, *in singulis annis in aniversario meorum predecessorum et maxime in die mei obitus in aniversarium memorie mee*, fazerem orações diante do altar de Santa Maria, não especificando o local de tumulação⁴⁷.

Já no testamento de D. Pedro Salvadores (1235-1247†), anterior a 1247, é referido o altar de S. Pedro onde habitualmente eram tumulados os bispos, indicação preciosa para o entendimento da hierarquia tumular no espaço catedralício: *trium lampadarum una lanpadem constitui ante Altare dominij Saluatoris Et aliam ante altare sanctæ Mariæ. Tertiam ante altari santi Petri ut corpora Episcoporum ibi iacentia habent inde limen*⁴⁸. No transepto havia dois altares colaterais à capela-mor:

⁴⁴ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 455.

⁴⁵ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 457-459.

⁴⁶ SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008.

⁴⁷ SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores...*, p. 28.

⁴⁸ *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto: Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Ed. de João GRAVE. Porto: BPMP, 1924, p. 293.

o de S. Pedro e o do Santíssimo Sacramento. O testamento do bispo do Porto D. Vicente Mendes (1261-1296†) testemunha aquela prática, já que o seu sepulcro deveria ficar *ante altare apostolorum Petri e Pauli*⁴⁹. D. Vicente Mendes institui ainda duas capelas perpétuas pela sua alma e dos seus parentes nos altares de



Fig. 7 – Sé do Porto. *Vista do lado sul* © Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja / Terra das Ideias.

⁴⁹ *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto...*, p. 418-419.

S. Nicolau e de Santa Catarina, indicando uma topografia *pro anima* além do lugar de tumulação.

Segundo os Datários do Cabido dos séculos XV e XVI⁵⁰, havia, no interior da Sé do Porto, numerosas campas rasas, com pedras lavradas, e alguns *moimentos* altos que certamente faziam desta igreja românica um espaço simultaneamente enriquecido e labiríntico, desarticulando a sua ar-quitectura original, como referiu Bango Torviso, que citámos no início deste trabalho.

O entendimento da tumulária nas suas expressões artísticas e iconográficas, na sua localização nos templos ou em espaços a eles adjacentes, fará muito mais sentido quando conjugado com a interpretação do fenómeno da morte e dos seus rituais, através de uma abordagem interdisciplinar de diversas fontes, que associe aos testemunhos materiais a documentação testamentária e de instituição de capelas funerárias. Esta perspectiva de análise, inovadora no contexto da historiografia medieval portuguesa, teve já, aliás, um primeiro ensaio bem sucedido, levado a cabo por Anísio Miguel de Sousa Saraiva, Carla Varela Fernandes e Maria do Rosário Barbosa Morujão, num trabalho feito em colaboração entre a História e a História da Arte⁵¹, sustentado no cruzamento e análise de diversas fontes documentais e materiais, numa perspectiva de inter-relação e de integração interpretativa entre a História Religiosa, a História da Arte, a Heráldica e até a própria Sigilografia. Deste ensaio resultou, além de uma abordagem de conjunto sobre a morte e a tumulária episcopal medieval portuguesa, a identificação segura de um túmulo até hoje anónimo e a noção da

⁵⁰ BASTO, Artur de Magalhães – A Sé do Porto: documentos inéditos relativos à sua igreja. *Boletim Cultural*. 3/2 (1940) 225.

⁵¹ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, FERNANDES, Carla Varela, MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Mémoire au-delà de la mort: les évêques portugais et leurs monuments tumulaires au Moyen Âge. In *IDENTITÉ et mémoire: l'évêque, l'image et la mort: de l'époque paléochrétienne jusqu'à la fin du Moyen Âge*. Dir. Nicolas BOCK [et al.] Roma: Viella, 2014 (no prelo).

existência da instituição de mais uma capela fúnebre a acrescentar ao elenco daquelas que até agora se conheciam para o episcopado português. Feito que revela, uma vez mais, a aposta que deve ser feita na interdisciplinaridade e na experimentação de abordagens de análise colaborativas.

Liturgia bracarense. Origens, fontes, posteridade

Manuel Pedro FERREIRA

1. Origens: natureza do rito

É sabido que o metropolitano de Braga, Profuturo, contemporâneo da supremacia dos Suevos na antiga Galécia, se correspondeu com o papa em 538 sobre matérias atinentes ao culto; a referência ou hipotética adesão a algumas práticas romanas terá permitido a Profuturo reforçar a autoridade da liturgia cristã tal como era praticada em Braga, justificando a sua eventual diferença perante individualismos clericais ou tradições hispânicas próximas. Tal diferença, e tal autoridade, reafirmadas no Concílio provincial de 561, desvaneceram-se com a derrota dos Suevos pelos Visigodos em 585, a conversão destes ao catolicismo, e a política de unificação litúrgica que se seguiu. A invasão muçulmana de 711 levou à interrupção do culto catedralício em Braga até 1071, ano da sua restauração. Poucos anos depois, em 1080, o Concílio de Burgos impôs o rito romano-franco a toda a Península; Braga não foi exceção. Após um período de consolidação das práticas regionais, no século XIII surgiu a consciência de que na catedral bracarense a celebração litúrgica se regia por um costume próprio¹.

¹ ROCHA, Pedro Romano – *L'Office Divin au Moyen Âge dans l'Église de Braga: originalité et dépendances d'une liturgie particulière au Moyen Âge*. Paris: FCG, 1980; O Ofício Divino na tradição bracarense. In *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional*. Actas. Vol. 3. Braga: UCP-FTB-CMPB, 1990, p. 81-102; Semana Santa em Braga. In *A catedral de Braga: arte, liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina*. Ed. Manuel Pedro FERREIRA e Ana Maria RODRIGUES. Lisboa: Arte das Musas / CESEM, 2009, p. 82-91. BRAGANÇA, Joaquim Oliveira – *Liturgia e espiritualidade na Idade Média*. Lisboa: UCP, 2008; e FERREIRA, Manuel Pedro – *Aspectos da música medieval no Ocidente Peninsular*. Vol. 2: *Música eclesíastica*. Lisboa: INCM/ FCG, 2010.

Nos inícios do século XVI, esse costume passou a ter um forte concorrente: a tradição litúrgica da cúria romana, agora recolhida em livros impressos, de ampla circulação, abrangendo todos os textos e indicações práticas para a celebração da Missa e do Ofício. A romanização do culto na diocese de Braga foi abertamente admitida a partir de 1537, desde que praticada fora do coro da catedral e das igrejas colegiadas. A aproximação entre os dois costumes prosseguiu depois com as inovações romanizadoras do Missal de 1558, com a reforma do Breviário no século XVII e com as pressões do arcebispo Gaspar de Bragança (1758-1789†) sobre o cabido da catedral em finais do século XVIII². No século XIX, a influência dos livros romanos acentuou-se, provocando na viragem do século uma reacção nacionalista a favor da liturgia tradicional, reacção que se prolongou no tempo, marcando a época da 1ª República; datam da década de 1920 a reedição do Missal e do Breviário bracarenses e a reafirmação da sua autoridade na diocese. No rescaldo do Concílio Vaticano II (1962-1965), uma apressada proposta de reforma litúrgica foi recusada pela Congregação dos Ritos; ao mesmo tempo que reafirmou a validade do antigo costume, Roma abriu a porta para a sua aniquilação ao autorizar o uso indiscriminado dos livros de tipo romano em todas as igrejas diocesanas, incluindo a Sé Catedral³.

Eis, em poucas linhas, a história da vida e da agonia de uma tradição que marcou não só a identidade local e regional durante séculos, mas também a própria identidade nacional, já que Braga influenciou as práticas litúrgicas de muitas outras dioceses, de norte a sul, desde o tempo de D. Afonso Henriques até ao termo da Reconquista. Resta estabelecer o que é, em concreto, o chamado rito bracarense.

² MARQUES, José – O Canto Gregoriano na Sé de Braga, nos finais do século XVIII. In *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga...* Vol. 3, p. 299-317.

³ Documentos reproduzidos in *Rito Bracarense: relatório apresentado à S. Congregação para o Culto Divino*. Braga: Secretaria Arquiepiscopal, 1971; *Missal Bracarense: Ordinário da Missa*. Braga: Secretaria Arquiepiscopal, 1972. O diagnóstico da situação e a resolução oficial quanto ao rito forem resumidamente descritos no seguinte artigo: S. B. – Il rito bracarense e la riforma litúrgica. *Notitiae: Commentarii*. 8 (1972) 145-150.

No século XVIII, o padre oratoriano António Pereira de Figueiredo escreveu uma *Dissertação*, na qual defendeu que a tradição bracarense radica nos costumes monásticos beneditinos de tipo cluniacense trazidos do sul de França pelo arcebispo S. Geraldo (1096-1108†)⁴. Segundo este autor, S. Geraldo teria restabelecido o culto na Sé, tendo com esse fim reformado previamente o Calendário, o Breviário e o Missal bracarenses, aos quais deu os traços distintivos observáveis nos manuscritos do século XV e nas suas primeiras versões impressas. O Calendário contempla largamente *os santos Bispos de França e os da Ordem de S. Bento, e entre estes os de determinada filiação, quaes forão os de Cluni*⁵. O papel de S. Geraldo seria confirmado pelo facto de *acharemse os antigos Breviarios e Missaes Bracarenses cheos de Ritos e Costumes da Ordem de S. Bento e das Igrejas de França*⁶. Esta afirmação é sustentada por uma profusão de exemplos, a saber, a escolha do Evangelho para o 1º domingo do Advento e da homilia para a Vigília de Natal; a escolha das lições do Ofício entre o domingo da Septuagésima e o domingo da Paixão; a conclusão das lições retiradas dos livros proféticos; o costume de desnudar o altar em certo ponto da narrativa da Paixão, na Sexta-feira Santa; a limitação a quatro das Profecias lidas no Sábado Santo; o rito e as rubricas para a segunda-feira das Rogações, tal como o modo de começar as ladainhas; o rito da absolvição pública dos penitentes na Quinta-feira Santa e a bênção das uvas a 6 de Agosto; as duas Missas no dia de S. João Baptista e a Comemoração de todos os cônegos e benfeitores da Igreja de Braga a 8 de Dezembro; e diversas particularidades da liturgia do Natal, incluindo a presença do Canto da Sibila. Os paralelos aduzidos apontam ora para costumes partilhados por muitas igrejas

⁴ FIGUEIREDO, António Pereira de – *Dissertação Crítica sobre o antigo e moderno Calendário Bracarense, para servir de Plano à emenda e reformação que no Breviário e Missal da mesma Santa Igreja medita fazer o Sereníssimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo Primaz*. Lisboa, 1770, inédito (Lisboa, Academia das Ciências, ms. 259 azul [rascunho autógrafa revisto em 1781]); há cópia limpa na Biblioteca Pública de Évora (mss. CXI/2-14 — CXII/2-16).

⁵ FIGUEIREDO, António Pereira de – *Dissertação Crítica...*, fl. 197v.

⁶ FIGUEIREDO, António Pereira de – *Dissertação Crítica...*, fl. 198.

francesas, ora para tradições monásticas mais ou menos disseminadas, incluindo por vezes a de Cluny ou a de mosteiros associados à sua Ordem⁷.

Em alternativa à opinião defendida por Pereira de Figueiredo, havia a convicção, partilhada por alguns cónegos, de que a tradição bracarense representava a liturgia visigótico-moçárabe, anterior a S. Geraldo. A defesa desta posição defrontava-se com duas dificuldades. A descontinuidade do culto provocada pela ocupação islâmica e a implementação obrigatória do rito romano-franco poucos anos depois da restauração pareciam excluir que Braga pudesse, a partir daí, ter conservado uma tradição moçárabe. Em segundo lugar, a estrutura da Missa bracarense era reconhecidamente de tipo romano e muito diferente da que se podia encontrar nos livros de tradição hispânica.

No início da década de 1920, Monsenhor José Augusto Ferreira criticou Pereira de Figueiredo por desvalorizar o papel do bispo D. Pedro (1071-1091†), verdadeiro restaurador do culto em Braga, e por insistir que a liturgia promovida por S. Geraldo seria a base da posterior identidade litúrgica bracarense. Consciente da indefensabilidade de uma “continuidade moçárabe”, recuperou a ideia de que o rito suévico teria tido um fundo romano (no qual teriam assentado alguns desenvolvimentos, indígenas ou importados da liturgia hispânica) e propôs conjecturalmente que o rito bracarense repousaria numa recriação do século XIII realizada a partir de manuscritos da época suévica, de S. Martinho de Dume, restauração essa motivada pelo despique com Toledo a propósito da primazia da Sé⁸.

António Ribeiro de Vasconcelos pôs detalhadamente em causa o fundamento desta tese: a existência de um rito suévico suficientemente

⁷ FIGUEIREDO, António Pereira de – *Dissertação Crítica...*, cap. XVIII, fls. 197-201bis [198-200v]; veja-se também a transcrição parcial e resumo do mesmo capítulo in FERREIRA, José Augusto – *Estudos histórico-litúrgicos. Os ritos particulares das Igrejas de Braga e Toledo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1924, p. 105-109.

⁸ FERREIRA, José Augusto – *Estudos histórico-litúrgicos...*, p. 105-142, 329-336. Para caracterizar o rito suévico, o autor apoiou-se em DUCHESNE, Louis – *Origines du culte chrétien: étude sur la liturgie latine avant Charlemagne*. Paris: Thorin, 1889, p. 98-99.

diferenciado do rito hispânico e substancialmente devedor do romano⁹. Pouco depois, no II Congresso Litúrgico Português, realizado em Junho de 1928, Monsenhor Pereira dos Reis apresentou o Missal medieval de Mateus como sendo o mais antigo testemunho do culto na diocese de Braga, deixando a todos convencidos, segundo o relator, *de que o fundo da liturgia bracarense é romano ou se se quizer, galo-romano; e que sobre ele vieram assentar influências beneditinas e moçárabes*¹⁰. Esta conclusão, apesar da formulação ambígua, é compatível com a opinião de que os tipismos locais correspondem a um costume medieval desenvolvido no quadro do rito romano-franco. O posterior desenvolvimento em Portugal dos estudos histórico-litúrgicos, impulsionados por Pierre David nos anos quarenta do século XX, permitiu confirmar que a tradição cultual de Braga é uma variante particular do rito romano-franco tal como se constituiu e desenvolveu na época carolíngia e pós-carolíngia e foi imposto entre nós no final do século XI¹¹.

No rito romano-franco, uma estrutura-base invariável convivía com a multiplicidade na selecção de textos de leituras, cânticos e orações e na ordenação e formalização dos actos litúrgicos. Nesta perspectiva, a posição de Pereira de Figueiredo viu-se reforçada face a hipóteses especulativas, sem qualquer base documental. De facto, a consciência de uma diferença no costume local face a outros costumes é necessariamente tardia; sendo fruto dos processos históricos de implementação, consolidação e reprodução do novo rito que se produziram de forma diversa em cada região, não pode surgir senão depois de atingida uma

⁹ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de – Notas litúrgico-bracarenses, II: O suposto rito suévico. *Opus Dei*. 2 (1927-1928) 184-191, 218-227. Sobre a carta de Profuturo, veja-se o estudo de BRAGANÇA, Joaquim de Oliveira – *Liturgia e espiritualidade na Idade Média*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008, p. 31-55.

¹⁰ Notícia não assinada: *Opus Dei*. 2 (1927-1928) 293. Sobre o Missal de Mateus, datável entre 1130 e 1150, veja-se a edição crítica de BRAGANÇA, Joaquim de Oliveira – *Missal de Mateus: Manuscrito 1000 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. Lisboa: FCG, 1975; e ainda, sobre a sua origem, FERREIRA, Manuel Pedro – *Aspectos da música medieval no Ocidente peninsular*. Vol. 2: *Música eclesiástica*. Lisboa: INCM/FCG, 2010, p. 130-33.

¹¹ DAVID, Pierre – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Lisboa: Portugalíia, 1947; os trabalhos reunidos neste livro encontraram eco imediato em CORBIN, Solange – *Essai sur la musique religieuse portugaise au Moyen Âge (1100-1385)*. Paris: Les Belles Lettres, 1952.

situação de estabilidade em todas essas regiões. A ligação dos livros de Braga ao monaquismo cluniacense e à região aquitana viria a ser confirmada, nas décadas de sessenta a oitenta, pelos trabalhos de Joaquim de Oliveira Bragança e de Pedro Romano Rocha¹².

2. Origens: papel de S. Geraldo

José Augusto Ferreira tinha contudo alguma razão ao criticar o erudito setecentista por colocar a responsabilidade primeira da formação do costume bracarense nas mãos de S. Geraldo. Os contributos de José Mattoso e de Avelino de Jesus da Costa permitem hoje afirmar sem margem para dúvidas que a introdução do rito romano-franco em Braga, em substituição do rito visigótico-moçárabe, precede de mais de uma década a eleição de S. Geraldo como arcebispo¹³. As recentes investigações históricas reforçam essa conclusão, ao evidenciarem a continuidade do clero catedralício antes e após a chegada de S. Geraldo¹⁴. O carácter monástico e cluniacense do costume local é perfeitamente compatível com uma data de adopção pouco posterior a 1080, pois foram monges beneditinos, influenciados por Cluny, que introduziram e divulgaram o novo rito no norte e noroeste da Península; isto, mais de uma

¹² As principais obras de Joaquim Oliveira Bragança foram citadas nas notas 6 e 7. Da produção científica de Pedro Romano ROCHA sobre a liturgia bracarense, pelo menos quatro são incontornáveis: As Vésperas Pascas na liturgia bracarense. *Theológica*. 11 (1976) 61-79; *L'Office Divin au Moyen Âge dans l'Église de Braga: originalité et dépendances d'une liturgie particulière au Moyen Âge*. Paris: FCG, 1980; Les sources languedociennes du Bréviaire de Braga. In *LITURGIE et musique (IX^e-XIV^e s.)*. Toulouse: Privat, 1982, p. 185-207; e O Ofício Divino na tradição bracarense. *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga*...Vol. 3, p. 81-102.

¹³ MATTOSO, José – Data da introdução da liturgia romana na diocese de Braga. *Ora et labora*. 10 (1963) 135-144, reimpresso in *RELIGIÃO e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1997 (1^a ed.: 1982), p. 91-102; COSTA, Avelino de Jesus da – O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga. Vol. 1. 2^a ed. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997 e O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga. In *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga*...Vol. 1, p. 379-434.

¹⁴ Cf. CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071-1244)*. Noia: Toxosoutos, 2005.

década antes de S. Geraldo, em 1095, ter saído de Toulouse, e mais de quinze anos antes de ter chegado, em 1099, a Braga, onde viria a pontificar até 1108¹⁵.

Será, porém, que S. Geraldo, uma vez em Braga, se limitou a subscrever a reforma litúrgica efectuada pelo seu predecessor, o bispo D. Pedro? Isso teria sido estranho em alguém que na maior parte da sua vida activa, do mosteiro de Moissac à catedral de Toledo, tinha sido responsável pelos livros litúrgicos e pelo ensino e prática do canto gregoriano. José Augusto Ferreira e Archdale King reconhecem que ele procurou obter livros para servir o culto na Sé bracarense, e concedem a possibilidade de que ele tenha também aí introduzido certas fórmulas, costumes e comemorações cluniacenses¹⁶. Ora, pode demonstrar-se, e creio tê-lo feito, que S. Geraldo teve, de facto, um papel activo na formatação da prática litúrgica local.

A prova é fornecida pelos primeiros Missais impressos e pelo mais antigo Gradual conservado, oriundo da capela do arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532†)¹⁷. Na ordenação dos textos da Missa, há certos dias ou épocas do ano litúrgico para os quais Roma não dispunha de formulários próprios. Na sua versão romano-franca, o rito foi, por conseguinte, completado por selecções avulsas de textos, muitos deles oriundos do universo galicano; mas mesmo assim, foi por vezes deixada alguma margem de liberdade ao chantre no que respeita à escolha de cânticos.

O ano litúrgico, no que se refere à sua base “temporal”, surge da combinação do ciclo pascal, móvel, com o ciclo natalício, fixo no calendário. Entre o fim de um – a oitava de Pentecostes – e o começo do outro – no 1º domingo do Advento – decorrem mais de vinte semanas abarcando o Verão e

¹⁵ Datas estabelecidas em COSTA, Avelino de Jesus da – *A vacância da Sé de Braga e o episcopado de São Geraldo (1092-1108)*. Braga: Ed. Autor, 1991.

¹⁶ FERREIRA, José Augusto – *Estudos histórico-litúrgicos...*, p. 100-101 e 110; KING, Archdale A. – *Liturgies of the Primatial Sees*. London: Longmans, 1957, p. 194.

¹⁷ FERREIRA, Manuel Pedro – *Aspectos da música medieval...* Vol. 2, p. 119-160.

parte do Outono, em cujos domingos o Aleluia se canta com um versículo de Salmo cuja escolha se deixava, em época primitiva, ao critério do director coral.

Mas já no século XI se tinham fixado, em cada igreja, a selecção e ordem dos versículos para os sucessivos domingos de pós-Pentecostes. Esta selecção e esta ordem espelhavam afinidades regionais ou obediências institucionais, mas também particularidades locais. Assim, quando os monges aquitanos introduziram na Península os seus livros, a origem destes era denunciada pela listagem, pré-estabelecida, de versículos aleluiáticos para a época estival. Nos países ocidentais da Europa, esta listagem seguia a ordem pela qual se encontravam os Salmos na Bíblia. Começava-se por um Salmo com um número baixo, normalmente o quinto ou o sétimo, e terminava-se num Salmo com um número alto, o mais próximo possível de 150, que era o limite. Havendo que escolher só 23 ou 24 versículos, num universo de 150 Salmos, as possibilidades de selecção permitiam que se chegasse a uma grande variedade de listas. Abaixo apresenta-se a lista tradicional da Catedral de Braga.

1. Deus iudex iustus
Verba mea auribus[†]
2. Diligam te domine
Conserva me Domine
3. Domine in virtute
4. Omnes gentes plaudite †
Celi enarrant
5. Te decet hymnus
Benedicam Dominum
Beati quorum †
6. In te domine speravi
7. Attendite popule
Magnus dominus
Deus in nomine tuo †
8. Exultate deo
Eripe me

9. Domine Deus salutis
10. Domine refugium
11. At te domine clamavi †
Venite exultemus
12. Quoniam Deus magnus
13. Cantate domino
Misericordias domini
14. Confitemini domino
15. Paratum cor
16. Dixit dominus
Qui timent dominum †
Timebunt gentes*
17. Redemptionem
Notum fecit
18. In exitu Israel
19. Laudate dominum
Confitebor tibi
20. Quoniam confirmata
21. Qui confidunt
Qui timent
22. De profundis clamavi
Lauda Hierusalem
Lauda anima mea †
23. Qui sanat contritos

† Em 1º lugar no Gradual † Só no Missal (1498, 1512, 1538) * Só no Gradual

Tabela 1 – Lista de versículos aleluiáticos para as Missas dominicais na catedral de Braga em tempo pós-Pentecostes (domingos 1 a 23), nas fontes completas mais antigas.

Ora, o que sucede em Braga é que temos uma lista com muito mais versículos do que os necessários: há 40, em vez dos 23 normalmente encontrados nos manuscritos. Isto faz-nos suspeitar de que nesta lista se tenham sobreposto duas escolhas independentes, entre as quais houvesse meia dúzia de coincidências.

E de facto, se identificarmos os versículos pelo número do Salmo a que pertencem, verificamos que há duas selecções paralelas:

Domingos	Lista A	Lista B (um versículo por domingo)	Alternativas e outros versículos	
I	7.12	5.2		
II	17.2	15.1		
III	20.2, 31.1			
IV	46.2	18.2		
V	64.2	33.2		
VI	70.1			
VII	77.1	53.3	47.2	
VIII	80.2	58.2		
IX	87.2			
X	89.1			
XI	94.1	87.14		
XII	94.3			
XIII	97.1	88.2		
XIV	104.1			
XV	107.2			
XVI	109.1	101.16	113.19	97.2
XVII	110.9			
XVIII	113.1			
XIX	116.1		137.1	
XX	116.2			
XXI	124.1	113.19		
XXII	129.1	145.2	147.12	
XXIII	146.3			

Tabela 2 – Decomposição analítica da lista bracarense de versículos aleluiáticos atrás reproduzida.

Quando a uma selecção primitiva se sobrepõe uma nova selecção, a regra é que a nova selecção ocupe o primeiro lugar, ficando a primitiva como segunda escolha, válida para missas adicionais ou feriais. A lista adicional é, portanto, a que colocou os seus versículos em primeiro lugar para cada domingo. Acontece que a lista adicional de Braga coincide com a lista de Toledo; e coincide também com a lista de Moissac.

Podemos perguntar-nos como é que a lista de Moissac poderá ter sido adoptada em Toledo e surgir também como primeira escolha em Braga; isto teria

decorrido da acção de alguém, oriundo de Moissac, que tivesse tido autoridade para tal nos primeiros tempos de implementação e consolidação do rito romano-franco em ambas as catedrais. Este alguém tem um nome: Geraldo de Moissac, chantre em Toledo, depois arcebispo em Braga. A “lista A” de versículos aleluiáticos remete para a introdução do rito, ainda na década de 1080, em Braga ou Toledo. A “lista B”, de alguns anos depois, é a marca pessoal de S. Geraldo.

Infelizmente, não temos maneira de saber se a sua intervenção se terá estendido ao canto e às suas melodias; podemos somente supor que aquilo que então ficou, ou se plasmou, nos códices manuscritos da Sé teve a sua aprovação. Isto inclui os antifonários do Ofício, que correspondem claramente a uma tradição aquitana cluniacense próxima dos livros de Moissac, mas que não foi exactamente decalcada sobre estes. De facto, mesmo quando os livros de coro contêm peças raras encontradas em Moissac, como os responsórios para São Brício ou as antífonas de Matinas para a Natividade da Virgem, Moissac aparece acompanhado pelo antifonário Toledo 44.2, com o qual Braga coincide sozinho muito mais vezes. As fontes que serviram de modelo para os antifonários bracarenses, muito marcadas pelo exemplo cluniacense, inspiraram igualmente os manuscritos de Segóvia, na arquidiocese de Toledo¹⁸; é tentador pensar que se encontrassem em Toledo em finais do século XI e que S. Geraldo deles tenha obtido cópia, fazendo depois com que o Ofício de Braga a eles ficasse conforme.

3. Fontes

Falámos de códices; mas os livros que, no seu uso ou na sua confecção, podemos certamente situar na Sé de Braga, são todos bem tardios. Sem notação musical, temos vários breviários manuscritos do século XV, a começar pelo

¹⁸ RUBIO SADIA, Juan Pablo – *La recepción del rito francorromano en Castilla (ss. XI-XII): las tradiciones litúrgicas locales a través del Responsorial del Proprium de Tempore*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2011, p. 316-318.

Breviário de Soeiro, que reflecte um estágio litúrgico um pouco anterior (em torno de 1340). O Missal bracarense mais antigo é já um impresso de 1498. O Manual bracarense de 1538, também impresso, inclui alguma música. Os livros de canto datam todos já do século XVI. Apesar disso, o estudo dos livros de coro da Sé catedral, anteriores ao século XVII, permitiu concluir que eles conservam, substancialmente inalterada, uma tradição medieval com características que remontam aos séculos X e XI.

O repertório litúrgico só ganha sentido histórico pleno quando abordado no seu contexto ritual. Para além das rubricas latinas disseminadas no Breviário e no Missal, há que ter em conta o cerimonial inédito do Breviário bracarense “de Valasco”, que se considerava perdido, mas pode ser identificado com o que hoje se conserva em Oxford¹⁹. Trata-se do texto normativo (sobre as diversas categorias de festas, a ocorrência de procissões, a execução de responsórios e de hinos, etc) que serviu de base às “regras gerais” que fecham o Breviário impresso de 1494; os dois testemunhos completam-se, pois o manuscrito contém uma secção inicial ausente do impresso, tal como este fornece a parte final, que se

¹⁹ Oxford, Bodleian Library, MS. Lat. Liturg. e. 12 (Catálogo: n.º 35185), fls. 479/590-483/594. O códice reúne dois manuscritos complementares mas originalmente com foliação independente: Calendário, seguido de Hinário/Saltério, até ao fl. 116; Breviário com suplementos, fls. 117-594 (ou: 1-483). A existência deste códice, adquirido em 1910 em Lisboa, foi assinalada de passagem por KING, Archdale A. – *Liturgies of the Primatial Sees...*, p. 196. Pude examiná-lo, muito brevemente, em Novembro de 2011; trata-se de um manuscrito escrito nas décadas de 1430 ou 1440, representando um estágio intermédio entre o Breviário de Soeiro e o do Duque de Palmela. Contém o Ofício próprio para a comemoração da batalha do Salado (depois esquecido), o Ofício de Santa Iria e o Ofício de Nossa Senhora *in sabbato*, “Cantica canticorum”, transcrito com a rubrica de 1431 que o tornou obrigatório em toda a diocese, pelo que o códice foi escrito depois dessa data; mas o Ofício de S. Geraldo de Braga depende ainda do Comum dos Santos, o que sugere uma factura anterior a meados do século. Uma adição no fl. 130v/14 incorpora a data de 1455, que fornece um *terminus ante quem*. No fl. 231/344v, no final da secção que contém o novo Ofício de Nossa Senhora e antes do Próprio dos Santos, o rubricador assinou usando a forma latina do nome, *Valascus*. É possível que se trate do presbítero Vasco Gomes, criado e capelão do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra, entre 1429 e 1444 (cf. MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: INCM, 1988, p. 186). O conteúdo do códice coincide com o registado no século XVIII por António Pereira de Figueiredo relativamente a um Breviário anterior a 1457 que ele apelidou de “Valasco”, considerado perdido depois do incêndio do Palácio Episcopal de Braga em 1866 (cf. FIGUEIREDO, António Pereira de – *Dissertação Crítica...*, fls. 29v-32r e FERREIRA, José Augusto – *Estudos histórico-litúrgicos...*, p. 276-278).

perdeu no primeiro²⁰. Em português, dispomos dos Estatutos do Cabido de Braga de 1506, copiados juntamente com os estatutos complementares datados de 1516; estas constituições incluem um Regimento do Coro²¹.

Por aqui se pode fazer uma ideia do canto, do movimento e do burburinho existentes na Sé. Na verdade, de acordo com o capítulo 17, D. Diogo de Sousa ordenou que:

[Fl. 42] *o dicto cabiudoo aallem das missas cantadas que dizem assy de prima como de terça em cada hũu dia. E aalem de cento e trinta e oyto misas cantadas de anniversarios que sam obrigados ao presente dizer. E de dozentas que* / [Fl. 42v] *se dizem aa terça feyra quinta e sexta e sabado de cada somana, que se chamam de capellas. E allem de outras oytenta e çinco missas que tam bem cada hũu anno dizem cantadas as quaaes se chamam missas de livro. Seja obrigado o dicto cabiudoo de mandar dizer mill missas, em cada hũu anno, pollas almas dos finados por que em algũa maneyra sam obrigados. E estas missas se diram pollos clerigos do choro e nam por outros algũus como em cima dicto he. E seram dictas nos altares de sanctiago da See. E de sam pedro. E no altar de sancta maria de graça. E em cada hũua somana se dira hũua no altar de sancta barbora que esta na crasta polla alma del rey dom (...)*²². *E a estes clerigos do choro seram dadas candeas para estas missas segundo custume.*

Ordena-se igualmente (capítulo 16) que, daí em diante, haja em cada ano doze clérigos do coro:

[Fl. 40v] *E sejam clerigos de missa, que saybam cantar. E nam sejam beneficiados nem capellãaes das capellas dos arçebispos dom gonçallo e dom lourenço [...].*

²⁰ Cf. *Breviário bracarense de 1494. Reprodução em fac-símile do exemplar da Biblioteca Nacional*. Introd. Pedro Romano ROCHA. Lisboa: INCM, 1987, p. 679-687.

²¹ Arquivo Distrital de Braga (ADB), Gaveta do Cabido e seus oficiais, Caixa 2, nº 12: *Estatutos antigos do Cabido de Braga feitos pello Arcebispo D. Diogo de Souza*, fls. 27-45. A datação depreende-se dos fls. 24r e 37v. O aditamento de 1516 encontra-se nos fls. 24v-25v.

²² No original, *denis* e *Imº silvestre* foram introduzidos por uma segunda mão, sobre espaço deixado em branco, não existindo sinais de rasura prévia.

As suas funções são assim definidas no mesmo lugar:

por giro tres delles cada somana, viiram sempre aas matinas, e diram / [Fl. 41] o invitatorio das ferias. E nas festas de nove lições. E estaram aas matinas todas. E estes tres estaram sempre presentes aos domingos e festas de proçiões. E andaram em ellas, e estaram aa missa. E assy a todallas vespervas de domingos, e vespervas sollemnes, e dobrizes, para darem as capas, e toribollos e fazerem as outras cousas acustumadas. E estes diram as epistolas e evangelhos aas missas dos tercenayros. E trazeram as cruizes, e toribolos nas proçiões [...].

Estabelece-se ainda, no capítulo 3, que:

[Fl. 32] da parte do choro que tener carrego de servir a somana estem quatro conegos aa estante ao tempo do offiçar das missas. E com eles estaram assy mesmo os tercenayros, salvo ao offiçar das missas de rrequiem, que todos sabem de cor.

Dos tercenários, ao menos seis deverão participar nos officios divinos; segundo se lê no capítulo 15, estes,

[Fl. 40] aalem de sempre rrezarem em yqual voz as oras com os outros conegos assi nocturnâaes como diurnâaes teeram special carrego de com os quatro conegos que de cada hñ dos choros alternatim a somanas ham de estar a astante principal, e offiçar as missas cantadas estaram aa dicta estante e cantar com elles dando o logar dianteyro aos conegos [...].

No capítulo 19, são também mencionados os meninos de coro:

[Fl. 43] Item mandamos que sempre hi aja seis moços de choro pequenos [...] E asy viiram aas matinas [...] E estes ajudaram aas missas que os clerigos do choro diserem das que o cabiúdo he obrigado dizer [...].



Fig. 1 – Responsório “Beati Geraldi”, do Ofício comemorativo do arcebispo S. Geraldo de Braga (5 de Dezembro), transcrito no Gradual da Capela de D. Diogo de Sousa © Arquivo da Sé de Braga, Livro de Coro, nº 34, fl. 143.

Duas fontes impressas até agora pouco utilizadas também fornecem elementos importantes de contextualização. Trata-se da *Arte de rezar as horas canonicas: ordenada segundo as regras e costume Bracharense: com outras cousas muytas que geeralmente som necessarias pera o rezar das dictas horas per qualquer costume que se reze. Dirigida ao reuerendissimo senhor o senhor dom Dioguo de sousa Arcebispo et Senhor da Cidade de Bragua primas das spanhas etcetera. nouamente feita por Sisto figueira Bacharel em canones residente em o studo de Salamanca. E por mandado de sua Senhoria impressa* em 1521. E também do Cerimonial da Missa, do cónego Arias da Costa, mandado imprimir pelo arcebispo Manuel de Sousa em 1548, cuja primeira parte é apresentada como um *Cerimonial e ordinario do modo em que os clerigos sacerdotes do arcebispado de Braga hã de celebrar has missas e de como os fiees christãos as ham de ouuir*²³.

Na verdade, uma catedral não era um mero edifício, mas a casa e carapaça de um fervilhar litúrgico, que ocupava o dia e a noite, e era a obrigação principal da conezia, responsabilidade depois transferida, em parte, para os tercenários e para o coro. As tarefas de administração económica e controle jurídico que os cónegos assumiram justificavam-se precisamente porque havia uma actividade litúrgica incessante, de carácter vincadamente musical, que requeria um importante suporte financeiro. As rendas, vendas ou doações, as múltiplas acções legais, que justamente ocupam tanto historiador moderno, pagavam as velas, os óleos, os livros sagrados, os paramentos; alimentavam e vestiam o clero; albergavam a comunidade reunida em louvor de Deus, mantendo-a unida no caminho da salvação; e permitiam ainda sustentar funções com um impacto social mais vasto, como o ensino e a redistribuição caritativa de alimentos. Neste contexto, a música era o sinal mais audível da função redentora da Igreja. Por isso, a *Arte de Rezar* começa por nos dizer:

²³ FIGUEIRA, Sisto – *Arte de rezar as horas canonicas, ordenada segundo as regras e costume bracharense...* Salamanca, 1521 (único exemplar em Portugal: Bibl. Públ. Évora, Incunábulo, 226). COSTA, Arias da – *Cerimonial e ordinario do modo em que os clerigos sacerdotes do arcebispado de Braga hã de celebrar has missas...* Lisboa, 1548.

[Fl. 1] *Por que a primeira dificuldade em qualquer sciencia: consiste em saber e cognhecer os termos della: ante de todo he neçessario dizer delles. Os quaeens en esta arte som os seguintes*
[.] *conven a saber [.] invitatorio, himnus, psalmus, antiphona, canticum: versiculus, benedictio, lectio, responsorium, noturnus, capitulum, preces, oratio, commemoratio, responsorium breve.*

E passa a explicar cada um destes termos. Na segunda parte do livro, o autor trata do temporal litúrgico ao longo do ano; na terceira parte, da comemoração dos santos, mas também das ocasiões especiais e da devoção mariana; só na quarta parte, depois de tudo o que respeita ao ofício coral, é que Sixto Figueira se debruça sobre as orações.

4. Posteridade

Para terminar, gostaria de lembrar que o costume bracarense, para além da descaracterização tardia derivada da imposição de modelos romanos, não se manteve absolutamente inalterado desde a Idade Média. Na verdade, dois dos seus elementos mais típicos, e que mais tempo sobreviveram à influência de Roma, são relativamente tardios: o Ofício mariano de sábado, dito *Cantica canticorum*, e a cerimónia do enterro do Senhor na Sexta-Feira Santa. O primeiro, de raiz francesa, foi oficialmente imposto em Braga (numa forma devedora da tradição aquitana) em 1431; o segundo, derivado da sobreposição de um costume de Salisbúria com as práticas do Veneto italiano, parece lá ter chegado só na primeira metade do século XVI, apesar de introduzido em Portugal em 1467 (no mosteiro de Paço de Sousa) e 1471 (na Ordem dos Lóios)²⁴. Tanto o Ofício como

²⁴ CORBIN, Solange – *La déposition liturgique du Christ au Vendredi Saint: sa place dans l'histoire des rites et du théâtre religieux (analyse de documents portugais)*. Paris-Lisboa: Les Belles Lettres/Bertrand, 1960, p. 141, 154-155, 260-261; a data de adopção da procissão do Enterro entre os Lóios foi revista tendo em conta a cronologia estabelecida por Cristina Sobral na sua edição crítica da obra de PORTALEGRE, Paulo de – *Novo Memorial do Estado Apostólico (Primeira Crónica dos Lóios)*. Lisboa: Roma Editora, 2007.

a cerimónia litúrgica do enterro têm múltiplas ramificações europeias, mas tomaram uma forma particular em Portugal e foram praticados e conservados com especial fervor na capital do Minho.

Na verdade, quaisquer que tenham sido as origens e datas de adopção dos repertórios litúrgicos, se há uma espiritualidade e uma ambiência melódica que tenham marcado o clero secular e o seu rebanho em Portugal até ao século XVI, e mesmo em séculos posteriores, é nos livros de Braga que, desde logo, se devem procurar.

Les peignes liturgiques. Des objets ecclésiastiques au service de la théologie du rituel

Eric PALAZZO

Depuis peu, les historiens et les historiens de l'art du Moyen Âge s'intéressent aux objets liturgiques et à leur matérialité en considérant notamment la question de leur activation durant la performance liturgique et ce qu'elle permet du point de vue de la signification théologique de chacun d'eux. Du côté des historiens de l'art, je pense, entre autres, aux travaux de Herbert Kessler dont l'ouvrage *Seeing Medieval Art* a ouvert la voie d'une nouvelle approche de la matérialité de l'art médiéval ainsi qu'à deux de ses récents articles traitant de l'objet comme sujet de l'histoire de l'art médiéval et un autre sur le *speculum*¹. Pour l'art byzantin, je mentionnerai les travaux récents de Bissera Pentcheva sur les icônes ainsi que son livre récent sur les *sensual icons* qui permettent de réapprécier la dimension active des icônes dans la liturgie². Carolyn Bynum a quant à elle étudié de façon nouvelle la notion de matérialité appliquée aux objets du culte dans la seconde moitié du Moyen Âge, en particulier les reliquaires mais pas seulement, en insistant sur le fait que la présence de certains objets dans la liturgie rendait réellement présente des concepts théologiques liés à la signification du rituel³. Depuis quelques années, je mène une recherche de fond sur les cinq sens

¹ KESSLER, Herbert Leon – *Seeing Medieval Art*. Petersborough: [s.n.], 2004; et *Speculum. Speculum*. 86/1 (2011) 1-41.

² PENTCHEVA, Bissera – The performative icons. *The Art Bulletin*. 88 (2006) 631-655; et *The sensual icon: space, ritual and the senses in Byzantium*. [University Park]: Pennsylvania State University Press, 2010.

³ BYNUM, Carolyn Walker – *Christian materiality: an essay on religion in Late Medieval Europe*. New York: Zone Books, 2011.

dans la culture chrétienne de l'Antiquité et du Moyen Âge dont j'ai déjà donné des résultats partiels dans des articles et qui fera l'objet d'un livre⁴. Mon approche permet de mieux comprendre la place centrale occupée par les cinq sens dans la liturgie chrétienne et sa signification théologique. Pour ce faire, je considère l'art dans la liturgie, et plus particulièrement les objets liturgiques, comme des éléments essentiels du rituel dont le but premier est d'être activé par les cinq sens dans la liturgie afin de rendre réellement présente et de faire vivre, au moment même de la performance liturgique, les différents aspects de leur signification théologique. Dans cette perspective, je m'éloigne de l'approche strictement fonctionnelle ou «fonctionnaliste» de l'art dans la liturgie sans pour autant rejeter les différentes significations politiques, sociales, culturelles véhiculées par certains objets du culte, notamment à travers l'iconographie des images qu'ils contiennent. En disant cela, je pense notamment aux livres et à leurs illustrations dont j'ai pu montrer qu'ils incarnaient véritablement, au moment de leur utilisation dans le rituel, le message dont ils sont porteurs grâce à l'activation sensorielle de leur matérialité.

Dans les différentes phases des rituels, la messe mais pas seulement, on fait intervenir de nombreux objets dont certains, comme les livres, le calice, la patène ou bien encore l'encensoir, sont très sollicités par une activation sensorielle presque permanente, tandis que d'autres, comme les peignes liturgiques, ne le sont que très peu. Cette faible activation rituelle et sensorielle de certains objets par

⁴ PALAZZO, Eric – Visions and liturgical experience in the Early Middle Ages. In *LOOKING beyond. Visions, dreams and insights in medieval art and history*. [Princeton-University Park]: Princeton University/Pennsylvania State University Press, 2010, p. 15-29; Art, liturgy and the five senses in the Early Middle Ages. *Viator*. 41 (2010) 25-56; Art et liturgie au Moyen Âge: nouvelles approches anthropologique et épistémologique. *Anales de Historia del Arte*. Vol. extr. (2010) 31-74; *Le livre-corps à l'époque carolingienne et son rôle dans la liturgie de la messe et sa théologie. Quaestiones Medii Aevi Novae*. 15 (2010) 31-63; *Les cinq sens dans la liturgie monastique du haut Moyen Âge* (Borchard's Publication, 2013; sous presse); La dimension sonore de la liturgie dans l'Antiquité chrétienne et au Moyen Âge. In *ARCHÉOLOGIE du son: les dispositifs de pots acoustiques dans les édifices anciens*. Dir. Bénédicte PALAZZO-BERTHOLON et Jean-Christophe VALLIÈRE. Paris: Société Française d'Archéologie, 2012, p. 51-58; Le visible et l'invisible, les sens et l'art dans le Moyen Âge: à propos de l'iconographie de l'ivoire de Francfort. In *MATÉRIALITÉ et immatérialité dans l'Église au Moyen Âge*. Dir. Stéphanie Diane DAUSSY [et al.]. Bucarest: Editura Universitatii, 2012, p. 11-38; Les cinq sens au Moyen Âge: état de la question et perspectives de recherche. *Cahiers de Civilisation Médiévale*. 55 (2012) 339-366.

rapport à d'autres n'exclut pas cependant l'activation de leurs significations théologiques dans le déroulement de la liturgie de manière à rendre réellement présentes et actives ces significations *au moment* voulu du rituel.

Telle est la situation pour les peignes liturgiques, des objets du rituel fort peu étudiés par les historiens de l'art et les historiens de la liturgie autrement que pour leur aspect formel et leur typologie dont l'essentiel est issu de la tradition de l'Antiquité⁵. Contrairement au sens dont les peignes liturgiques sont porteurs, ces objets, ainsi que d'autres des *realia* de la liturgie médiévale, sont aujourd'hui présentés dans les vitrines des musées comme des «objets d'art», inactifs, sans aucune indication sur leur usage liturgique et leur signification théologique activée au moment de leur utilisation dans le rituel. Les peignes liturgiques servent avant tout à remplir une fonction liée à la toilette pour démêler et lisser la chevelure. En premier lieu instrument de toilette, le peigne liturgique utilisé principalement dans la célébration de la messe puis, à la fin du Moyen Âge, lors du rituel de la consécration des évêques, est aussi porteur d'une puissante signification théologique qui est activée durant la liturgie par l'usage de l'objet. Nous conservons aujourd'hui un nombre significatif de peignes liturgiques du Moyen Âge réalisés entre le IX^e et le XII^e siècle principalement. La forme du peigne liturgique a relativement peu changé à travers les siècles: de forme rectangulaire, l'objet est orné de dents sur ses deux côtés sauf lorsqu'il prend une forme circulaire. Le décor se déploie sur les parties pleines du peigne, faisant alterner ou combinant des motifs strictement ornementaux et des thèmes iconographiques porteurs de significations théologiques. La matière utilisée pour fabriquer les peignes liturgiques est généralement l'ivoire ou l'os mais on sait qu'il existait également des peignes confectionnés dans du bois, notamment dans l'Antiquité. Parmi les thèmes iconographiques représentés sur les peignes liturgiques, on

⁵ À ma connaissance, il n'existe à ce jour aucun travail d'ensemble sur les peignes liturgiques, en dehors des publications anciennes du *Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie*, T. XIII/2, et d'un article de BRETAGNE, M. – Recherche sur les peignes liturgiques. *Bulletin Monumental*. 7 (1861) 273-283.

trouve des motifs végétaux et animaliers combinés à des représentations d'objets liturgiques tel que le calice, ou bien encore à des représentations de l'arbre de vie. De façon plus fréquente, on a représenté des scènes de la vie du Christ, principalement la Cène et la crucifixion, le combat entre Samson (ou David) et le lion (Fig. 1) ou bien encore des thèmes directement en relation avec la théologie de l'eucharistie, comme l'agneau, le Christ dans la mandorle soutenue par des anges, destinés en quelque sorte à anticiper sur l'effet sacramentel de la célébration. Le thème du combat entre Samson (ou David) et le lion s'explique par l'une des significations théologiques accordées aux peignes liturgiques dont l'usage par le prêtre avant de célébrer la messe lui permet, entre autres, de purifier son âme ainsi que l'atteste une inscription placée sur un peigne liturgique du IX^e siècle conservé aujourd'hui à Bruxelles: *Quisquis ex me suum planaverit quoque caput ipse vivat felix feliciter semper annis*⁶. L'ensemble de ces éléments iconographiques des peignes liturgiques correspond d'une part aux principaux thèmes de la liturgie de la messe et souligne d'autre part la dimension sacrée de ces objets. Dans ce sens, il est révélateur de constater que de nombreux peignes liturgiques médiévaux étaient conservés dans les trésors d'églises (monastères, cathédrales...) où ils étaient arrivés après avoir fait l'objet d'une donation de type mémorielle par un haut dignitaire ecclésiastique. Pour se faire une idée de l'importance accordée aux peignes liturgiques dans les trésors d'églises, il suffit de consulter le recueil des inventaires de trésors d'églises édité par Bernhard Bischoff pour l'espace germanique entre le VIII^e et le XIII^e siècle. À titre d'exemple, je cite la mention extraite du testament de l'évêque d'Elne, Riculf, datant de 915, énumérant les différents objets donnés par le clerc à sa cathédrale afin d'y être entreposés dans le trésor, construisant ainsi la mémoire du lieu et celle du donateur: *Pectenem eburneam unam*. Dans cette mention du peigne liturgique donné par Riculf à son église,

⁶ GABORIT-CHOPIN, Danielle – *Ivoires du Moyen Âge*. Fribourg: Office du Livre, 1978, p. 191.



Fig. 1 – *Peigne liturgique: Samson (ou David) déchirant le lion* (Metz, IX^e siècle). Musée du Louvre © RMN-Grand Palais, Musée du Louvre.

on peut noter la précision de la matière dans laquelle l'objet a été fabriqué: l'ivoire⁷. Je reviendrai dans un instant sur le rôle de l'ivoire dans la signification théologique des peignes liturgiques. Au sujet de la présence des peignes liturgiques dans les trésors d'église, je ferai observer que cela renforce le caractère sacré de l'objet qui, d'une certaine manière, peut être assimilé à une relique, au même titre que d'autres objets déposés dans le trésor à côté des reliques corporelles ou matérielles des saints.

Dans la liturgie de la messe, le peigne liturgique est activé par le célébrant principal avant qu'il ne consacre les hosties et le vin. Ce geste préliminaire à la consécration a directement à voir avec deux aspects essentiels de la signification théologique des peignes liturgiques dans le déroulement du rituel. En premier lieu, il s'agit d'exprimer la nécessité pour le prêtre de se purifier l'âme avant de consacrer. En second lieu, ce geste souligne l'un des rôles majeurs du prêtre dans la liturgie et dans la définition de sa fonction au sein de l'Église: mettre de l'ordre et faire régner l'harmonie, comme si sa chevelure était l'image de son Église. Il est à noter que ce geste effectué par le prêtre est accompagné d'une prière prononcée par le célébrant. L'autre usage essentiel du peigne dans la liturgie concerne le rituel de la célébration de la messe pontificale, ainsi qu'en témoigne l'*ordo* décrit à la fin du XIII^e siècle dans le pontifical de Guillaume Durand. À un certain moment, le rituel prévoit que le pape devant célébrer une messe solennelle s'avance vers son siège et que le diacre, après lui avoir entouré le cou d'un peignoir, le peigne respectueusement et avec légèreté: *Et tunc, eo iterum super faldistorium residente, diaconus, toballia circa eius collum circumdata, pectit decenter et leviter caput eius, vel, si necesse sit, capellanus eius vice hec agat*⁸.

⁷ PALAZZO, Eric – Arts somptuaires et liturgie: le testament de l'évêque d'Elne, Riculf (915). In *RETOUR aux sources: textes, études et documents d'histoire médiévale offerts à Michel Parisse*. Dir. Sylvain GOUGUENHEIM. Paris: Picard, 2004, p. 711-717.

⁸ ANDRIEU, Michel – *Le pontifical romain au Moyen Âge*. T. III: *Le pontifical de Guillaume Durand*. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1940, p. 633.

Intéressons nous à présent à certains aspects essentiels de la signification théologique des peignes liturgiques dont l'activation est nécessaire au moment de leur usage dans le rituel. Ces aspects touchent à la fois la fonction sacerdotale au sein de l'Église et l'importance de la matière principale, l'ivoire, employée pour la fabrication des peignes liturgiques. Pour traiter ces thèmes, je vais m'appuyer sur deux extraits de textes fondamentaux pour la compréhension des peignes liturgiques et leur signification théologique en rapport avec leur activation liturgique. Comme je l'ai mentionné précédemment, il n'est pas rare que le don d'objets liturgiques par un abbé ou un évêque à son monastère ou à sa cathédrale fasse doublement œuvre de mémoire: il construit celle de l'Église qui reçoit les dons et celle du dignitaire ecclésiastique. Cette dimension mémoriale attachée à certains objets liturgiques se double parfois d'une valeur symbolique de nature théologique et ecclésiologique en même temps directement liée à l'activation de l'objet dans la liturgie. Il en est ainsi des peignes liturgiques. Par exemple, en réponse à un certain Gérard qui lui avait offert un peigne liturgique à l'occasion de son accession au trône épiscopal, l'évêque Yves de Chartres au XI^e siècle exprime en ces termes ses idées sur la signification symbolique de cet objet liturgique: «Ce peigne m'a été agréable. Il me plaît surtout à cause de l'élévation intérieure du beau symbole qu'il constitue. Car on peut comparer le désordre de la chevelure aux mœurs désordonnées du peuple et je crois que ta prudence, par ce petit cadeau, a voulu, comme par un monitoire, réveiller ma vigilance afin que je m'étudie à réformer, par diverses sortes d'exhortations, les mœurs désordonnées des peuples et à rappeler à ceux-ci, avec modération et discrétion, à l'ordre qu'ils doivent observer»⁹. Dans ce passage, l'auteur met clairement en évidence la principale signification théologique du peigne liturgique destiné en quelque sorte à servir de miroir à l'action ecclésiale de l'évêque au sein de son diocèse afin d'y faire régner l'ordre et l'harmonie, à l'image de sa chevelure ordonnée par l'action

⁹ Yves de Chartres, *Correspondance*, lettre 6, cf. PALAZZO, Eric – Arts somptuaires et liturgie..., p. 712.

du peigne liturgique. De telle sorte que l'activation réelle du peigne par l'évêque dans la liturgie, avant la consécration de l'eucharistie, puisse être un geste destiné à refléter, comme un miroir, l'effet recherché par la liturgie: la mise en place de l'ordre ecclésial et de l'harmonie spirituelle. Dans la même direction, on notera que, dans l'Antiquité et au Moyen Âge, il n'est pas rare de voir des critiques adressées par des dignitaires ecclésiastiques aux moines et aux prêtres sales et mal peignés¹⁰. Par exemple, dans la vie de saint Martin de Sulpice Sévère, certains évêques lui reprochent ses vêtements sales et ses cheveux en désordre. Ceci montre bien que, dans l'Église, le désordre de la chevelure est un défaut lié à l'absence de pureté du clerc, devant être corrigée afin d'exercer, notamment dans la liturgie, des fonctions pastorales destinées à créer l'ordre et l'harmonie.

Cette dimension ecclésiologique associée à la signification théologique du peigne liturgique destinée à être activée à la fois réellement et symboliquement par le célébrant au moment de la liturgie va parfois de paire avec le plaisir d'offrir un bel objet à un ami comme en témoigne un extrait d'une lettre adressée au IX^e siècle par Loup de Ferrières à son ami évêque, Ebroin: «Je vous ai envoyé un peigne en ivoire, que je vous prie de garder pour votre usage, afin qu'en vous peignant vous pensiez plus fortement à moi. Je vous souhaite bonne santé» (*Misi vobis eburneum pectinem...*)¹¹. Comme dans le testament de l'évêque Riculf cité précédemment, la précision de la matière du peigne envoyé par Loup de Ferrières à Ebroin me paraît essentielle au regard de la signification théologique des peignes liturgiques destinée à être activée dans la liturgie. En effet, dans un cas comme dans l'autre, je ne crois nullement qu'il s'agisse seulement de mentionner, de façon anecdotique, la matière précieuse dans laquelle a été réalisé l'objet. Je crois qu'il

¹⁰ Voir, de façon générale, SATRAN, David – Fingernails and hair: anatomy and exegesis in Tertullian. *The Journal of Theological Studies*. 40 (1989) 116-120. Sur la symbolique des cheveux dans le haut Moyen Âge, R. BARTLETT – Symbolic meaning of hair in the Middle Ages. *Transactions of the Royal Historical Society*. 4 (1994) 43-60.

¹¹ FERRIÈRES, Loup de – *Correspondance*. Éd. Louis LEVILLAIN. Paris: Les Belles Lettres, 1964, p. 114-115, n° 23.

souligne le rôle de l'ivoire dans la signification théologique de l'objet en relation avec l'action de l'évêque au sein de son Église, œuvrant pour l'établissement de l'ordre dont l'image est l'ordre de sa chevelure. Dans ce sens, on peut considérer que le choix de l'ivoire exprime l'idée du miroir, du *speculum*, que doit représenter le peigne liturgique qui est ainsi censé refléter l'action de l'évêque au sein de son Église et qu'il doit activer par l'usage du peigne dans le cadre de la célébration sacramentelle de l'eucharistie.

En conclusion, la rapide présentation que je viens de faire des peignes liturgiques montre bien que ces objets, apparemment anodins dans la typologie des objets liturgiques médiévaux et aujourd'hui considérés, à tort, comme de simples «objets d'art», sont en réalité porteurs d'une puissante signification théologique destinée à être réellement activée dans le cadre de la performance rituelle. On l'a vu, cette signification théologique concerne en premier lieu la notion d'ordre ecclésial dont le prêtre ou l'évêque sont responsables par leur action pastorale. Cette notion d'ordre doit se refléter dans la chevelure purifiée du célébrant au moment de la liturgie, tel un miroir qui doit agir comme celui décrit dans la première épître aux Corinthiens: *À présent, nous voyons dans un miroir et de façon confuse, mais alors, ce sera face à face. À présent ma connaissance est limitée, alors, je connaîtrai comme je suis connu* (I Cor. 13, 12-13). L'établissement de cet ordre ecclésial par l'évêque ou le prêtre dans son diocèse trouve d'une certaine manière son anticipation active et efficace dans l'activation réelle du peigne liturgique dans le rituel, au moment de la consécration de l'eucharistie renforçant ainsi le caractère sacrée de l'action recherchée et destinée à œuvrer pour le rétablissement de l'harmonie initiale et universelle.

Pour achever ce rapide survol sur les peignes liturgiques, je vais présenter succinctement un exemple de mise en perspective de l'iconographie de ces objets en relation avec leur activation rituelle dans le déroulement de la célébration de la

liturgie afin de rendre présents certains aspects essentiels de la théologie sacramentelle. Parmi tous les peignes liturgiques médiévaux parvenus jusqu'à nous, celui conservé au Musée du Louvre (Fig. 1) présente plusieurs particularités liées notamment à l'originalité du thème iconographique représenté. Ce peigne liturgique en ivoire a sans doute été réalisé au sein de l'école artistique de Metz entre le IX^e et le X^e siècle. Il mesure 19,5 cm sur 10,5 cm. Il est composé de deux parties faites, pour l'une, de grosses dents dont deux sont abîmées et, pour l'autre, de dents plus fines. La partie centrale a reçu, comme c'est l'habitude, le décor historié. Sur l'une des faces, l'artiste a sculpté des motifs végétaux ornementaux. Sur l'autre face, on trouve la représentation inédite sur ce type d'objet de Samson ou de David combattant le lion. La tradition iconographique de cette scène renvoie, de façon générale, à ce que l'on connaît de certaines représentations antiques d'Héraclès combattant le lion de Némée et l'iconographie mithraïque. Sur le peigne liturgique du Louvre, les détails de l'iconographie de la scène ne permettent cependant pas de trancher en faveur de l'identification de Samson (Juges XIV, 6) ou de David (I Samuel XVII, 34-36). On doit cependant faire remarquer que l'identification du personnage avec Samson ou avec David ne modifie pas la compréhension et la signification globales du thème en relation, selon nombre d'exégètes chrétiens de l'Antiquité et du Moyen Âge, avec la préfiguration du Christ dans son combat contre la mort lors de la descente aux limbes. Parmi les éléments iconographiques qui pourraient permettre d'identifier le personnage de notre peigne liturgique en train de combattre le lion avec Samson, il faut souligner l'importance de la chevelure chez ce dernier. En effet, l'histoire du personnage révèle que sa force lui venait de sa chevelure de Nazir car il est dévoué et consacré à Dieu. La représentation du personnage de Samson, s'il s'agit bien de lui, sur la scène figurant sur le peigne liturgique montre une chevelure longue et abondante qui pourrait être destinée à distinguer ce trait physique particulier de Samson. Dans ce cas, on aurait affaire à la représentation

du thème iconographique de Samson combattant le lion et pour lequel l'artiste aurait volontairement mis l'accent sur la chevelure. Cette interprétation conviendrait bien avec l'emplacement de l'image sur un peigne liturgique. En effet, le choix de Samson, pour qui la chevelure est un trait physique distinctif en relation avec sa force et son dévouement à Dieu, se justifie pleinement sur un objet liturgique destiné à mettre de l'ordre dans la chevelure du célébrant afin que celui-ci tire en quelque sorte sa force de sa chevelure ordonnée qui doit être le reflet de son action ecclésiale et pastorale. Ajoutons à cela, que le thème de la descente du Christ aux limbes associé à celui de Samson combattant le lion insiste sur la libération des défunts et leur accès au paradis, au même titre que cela doit être rendu possible par la célébration de l'eucharistie au cours duquel le célébrant fait usage du peigne liturgique.



Espaços, Símbolos e Poderes

O Património Catedralício Edificado:
Funções, Transformações e Restauros



Nesta página e na anterior: *A construção do Templo de Jerusalém* (pormenores).
Guyart des Moulins, *Bible historiale* (Paris 1º quartel do séc. XV)
© British Library (London), Royal 15 D III, fl. 138v.

A Sé do Porto e as intervenções da DGEMN (1929-1982)

Maria Leonor BOTELHO

Entendemos ser essencial, ao abordarmos um qualquer edifício, a realização do seu estudo histórico-artístico, mas também uma profunda avaliação crítica das intervenções de conservação e restauro de que este foi sendo alvo ao longo dos tempos, porque estas intervenções, além de deixarem marcas profundas no edifício, por vezes transformando-o radicalmente, concorreram ainda para que este viesse a sofrer alterações estruturais que geralmente não são visíveis a olho nu. É, pois, fundamental a integração da História da Conservação e Restauro no âmbito da História da Arte, com vista a um entendimento global e ao alcance de uma maior legibilidade do nosso objecto de trabalho. Foi nosso propósito, ao abordarmos a Sé do Porto ao longo do século XX, realizar um estudo multidisciplinar das intervenções da responsabilidade da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), avaliando as perspectivas culturais, políticas e artísticas que influíram nas transformações que este monumento sofreu entre 1929 e 1982¹, para daí averiguar até que ponto a imagem que dele temos hoje resulta dessas transformações.

¹ De facto, o ano de 1929 corresponde ao ano da criação da DGEMN e o de 1982 à criação do Instituto Português do Património Cultural. Todavia, e muito embora se encontrem intervenções posteriores a esta data da responsabilidade da DGEMN, num claro colaboracionismo que manteve com o IPPC, optámos por usar o ano de 1982 como baliza cronológica por esta data marcar uma nova era, na medida em que a partir de então a Sé do Porto, assim como todo um conjunto de monumentos nacionais, passa a estar afectada a outra entidade, também ela estatal, numa clara transferência e sobreposição de responsabilidades e tutelas.

Procurando sempre uma abordagem multidisciplinar e globalizante, cruzando fontes documentais e iconográficas, dados bibliográficos e informações facultadas pelo próprio edifício, tivemos como principais objectivos: 1) avaliar a materialização dos conceitos e metodologias de intervenção num monumento nacional específico e a sua evolução ao longo do século XX, valorizando a importância do estudo do “caso a caso”; 2) apurar em que medida os critérios materializados nas intervenções da Sé do Porto vão ao encontro, ou não, das práticas de restauro e de conservação desenvolvidas pela DGEMN ao longo do século XX, essencialmente em edifícios românicos; 3) verificar em que medida as transformações sofridas pela Sé do Porto, no século XX, foram significativas para a legibilidade e memória atual do monumento.

É, pois, neste sentido que a Sé do Porto surge no panorama da História do Restauro e da Conservação do Património Edificado Português como sendo um exemplo significativo da materialização de dois modos distintos de actuar no património edificado com vista à sua salvaguarda. Mais, podemos mesmo registar uma clara mudança conceptual ao nível da intervenção realizada sob a alçada da DGEMN, cerca de 1946. Senão vejamos².

A construção da atual catedral portuense teve início na segunda metade do século XII, surgindo no panorama da História da Arte portuguesa como sendo um edifício com incontestáveis raízes medievais. São facilmente identificáveis elementos característicos do românico português (e particularmente daqueles que são conotados com o dialecto da região do Porto, fortemente marcada pelas influências do *limousin* francês, *escola* do Sul e Este do Loire³) – de que é exemplo a adopção dos toros diédricos e de capitéis sem imposta a decorar as frestas que

² Tendo o presente estudo por base a nossa dissertação de mestrado, remetemos para a mesma sempre que necessário e pertinente, por uma questão de economia e espaço, além de que optámos por aqui realizar um pequeno trabalho de síntese e de reflexão feita *a posteriori*.

³ Para um maior desenvolvimento deste assunto, ver o que escrevemos em BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal (1870-2010)*. Vol. 1. Porto: FLUP, 2010, p. 442 e ss. (tese de doutoramento policopiada).

iluminam as naves –, ou elementos já anunciadores do gótico, como os arcobotantes (que, a par dos de Alcobaça, foram dos primeiros exemplares nacionais), a rosácea ou as ogivas que já surgem nas abóbadas das naves do claustro desta igreja catedralícia. A presença quase simultânea de dois momentos artísticos num mesmo edifício não deve ser aqui questionada, tanto mais se tivermos presente que, durante a Idade Média, de um modo especial, a edificação de um qualquer monumento se arrastava no tempo, o que permitia a introdução de novos gostos e o ensaio de outros elementos estruturais, de que aqui são exemplo os arcobotantes.

A estes factos artísticos, acresce que a construção da Sé do Porto foi sendo, até cerca de meados do século XX, conotada com lendas que atribuíram à condessa D. Teresa a colocação da primeira pedra da catedral e à sua nora, a rainha D. Mafalda, a colocação da última⁴. Citando o Dr. João de Barros [1459], *a see foi começada pella Rainha Dona Tareia, molher do Conde Dom Anrique e que depois, a rainha Dona Mafaldrá (sic), sua nora, molher del rey Dom Afonso Anrriques, acabou aquella see*⁵. Este aspecto é facilmente desmentido pela data de conclusão da construção da igreja, nomeadamente a que se refere à terminação do zimbório a 5 de Junho de 1557⁶. Todavia, não fica posta de parte a ideia da construção deste templo dever muito aos auspícios da mulher do *Conquistador*⁷, cuja actuação terá sido

⁴ Não cabe aqui explicar estas lendas, na medida em que não é esse o âmbito do nosso estudo. Ver o que escrevemos sobre o assunto em BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 37-43.

⁵ BARROS, João de – *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1919, p. 29.

⁶ BASTO, A. de Magalhães – *A Sé do Porto: novos dados documentais relativos à sua igreja*. Porto: Edições Marânus, 1946, p. 11.

⁷ Na verdade, esta tradição é, a nosso ver uma das mais arreigadas. Conta-se que a rainha D. Mafalda se tornou grande devota da imagem de Nossa Senhora que, por ter sido achada entre uns silvados, aquando da abertura dos alicerces da catedral, se veio a chamar da Silva. Vários cronistas, como João de Barros ou Rebelo da Costa, contam que por isso, a rainha *lhe fizera por seu respeito várias devoções, conservando-se ainda entre as jóias do tesouro algumas que a rainha lhe deixou assim como toucados, lenços, camisas*; cf. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*. 3ª ed. Lisboa: Frenesi, 2001, p. 73; BARROS, João de – *Geographia...*, p. 29. A força desta tradição está ainda hoje presente na toponímia urbana imediata, nas chamadas *Escadas da Rainha* (que descem até à Rua de S. Sebastião), tal como apurou

continuada por este monarca (rei entre 1143-1185), concorrendo para o seguimento das obras da catedral após a sua vida⁸, assim como o terá feito seu filho D. Sancho I (rei entre 1185-1211)⁹.

E esta conotação lendária interessa-nos tanto mais pelo facto do Estado Novo (1926-1974), regime nacionalista por excelência, ter procurado valorizar os Monumentos que se ligaram a momentos gloriosos ou a personagens ilustres da história da Nação, numa clara exaltação dos seus valores de ancestralidade¹⁰. Neste contexto, foram particularmente valorizados os monumentos medievais, com particular destaque para os de origem românica, porque coevos da Formação da Nacionalidade, onde se enquadra naturalmente a Sé do Porto. Recorde-se aqui o episódio associado à Carta do Cruzado Osberno, em que se descreve o apelo realizado pelo bispo do Porto, D. Pedro Pitões (1146-1152†), aos cruzados do Norte para que fossem em auxílio de D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa, que veio a acontecer em 1147¹¹. Este acontecimento foi recriado com toda a pompa e circunstância por ocasião das Duplas Comemorações Centenárias de 1940, exaltação da *Formação* e da *Independência* pátrias, realizadas no terreiro da Sé, logo após a conclusão desta primeira fase de intervenções¹².

Mais, podemos encontrar para este período uma pretensa homogeneidade

BASTO, A. de Magalhães – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto*. Porto: Livraria Progredior, 1942, p. 31.

⁸ No seu testamento (1179) destina “Para a obra da Sé do Porto 500 moravidis”. Cf. MONTEIRO, Manuel – *Igrejas medievais do Porto (obra póstuma)*. Porto: Marques de Abreu Editor, 1954, p. 19.

⁹ Este monarca contemplou a construção desta catedral com um legado de 1000 moravidis. Cf. MONTEIRO, Manuel – *Igrejas medievais...*, p. 20.

¹⁰ Sobre o restauro dos monumentos nacionais ao tempo do Estado Novo, cf. NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais*. Porto: FAUP, 2001.

¹¹ Osberno integrava um conjunto de 13000 cruzados do Norte (ingleses, flamengos e franceses), cuja armada de 164 navios participava na II Cruzada, comandada por Arnulfo d’Areschot, rumo à Síria. Cf. ALVES, José Felicidade – *A conquista de Lisboa aos mouros em 1147: carta de um cruzado inglês*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

¹² Sobre este assunto ver o que escrevemos em BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 150-152.

nas intervenções realizadas ao nível dos mais variados monumentos¹³, tendo estas alcançado uma escala interventiva nunca antes vista, um pouco por todo o país¹⁴. Assim, o Estado Novo, através da acção institucional da DGEMN, sua representante legítima na obra de *restauração material* da Pátria, vai reintegrar os monumentos da Nação naquilo que acreditava ser a sua *traça primitiva*, procedendo para tal à eliminação dos elementos que considerava descaracterizarem as origens e a identificação da sua origem remota. São precisamente aqueles conotados do período barroco as principais “vítimas” das limpezas realizadas por ocasião dos *restausos*. Disto foi exemplo a Sé do Porto.

O complexo catedralício portuense foi alvo de uma profunda campanha de restauro, entre 1927 e 1946, com vista à sua reintegração estilística¹⁵. Refira-se o caso da substituição dos grandes janelões de origem barroca, que iluminavam o interior das naves, por frestas dentro de uma linguagem românica: as frestas foram aqui reconstruídas, parcial ou totalmente, de harmonia com os elementos primitivos que se descobriram e com as características da época¹⁶. Aliás, para o Eng. Henrique Gomes da Silva (1890-1969), então Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a seriedade colocada na obra de reintegração¹⁷ é uma das premissas que os técnicos da Direcção-Geral procuraram seguir. Um outro exemplo de reconstituição que poderemos aqui mencionar é o da transformação

¹³ Sobre as práticas de restauro desenvolvidas particularmente nos monumentos do Norte e Centro de Portugal ao longo do século XX, ver TOMÉ, Miguel Ferreira – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP, 2002.

¹⁴ Os *Boletins da DGEMN* surgiram como o maior veículo de divulgação da acção que o Estado Novo desenvolveu em prol dos monumentos nacionais, testemunhando o espírito patriótico que presidiu às intervenções realizadas sob a alçada da Direcção de Monumentos. Deste modo, entre 1935 e 1966, foram publicados 126 boletins, sendo os nºs 40 a 43 dedicados exclusivamente à catedral do Porto.

¹⁵ Não cabe aqui inventariar as acções de restauro realizadas, com vista à reintegração da catedral portuense, daí resultando uma clara transformação da sua fisionomia. Ver o que escrevemos sobre o assunto em BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 123-157.

¹⁶ Cf. *Boletim da DGEMN*. 40 a 43 (1945 a 1946) [Sé do Porto] 37.

¹⁷ SILVA, Henrique Gomes da – A reintegração dos monumentos. *Boletim da DGEMN*. 24 (1941) [Igreja Matriz de Atalaia] XIII.



Figs. 1 e 2 – Sé do Porto. Reintegração dos antigos arcos abatidos do claustro gótico – reposição dos colonelos e arquivoltas © IHRU/SIPA. Aspecto dos mesmos arcos na actualidade © Maria Leonor Botelho (2003).

dos dois arcos abatidos que ligavam a ala Norte do chamado claustro gótico com o seu pátio central: e porque se acreditava que tinham *sido grosseiramente mutilados*, foram repostos os *respectivos colonelos e arquivoltas*, restabelecendo-se assim *a perdida harmonia do conjunto*, beneficiando-se e reintegrando-se também os restantes pilares¹⁸.

As intervenções realizadas na catedral portuense atingiram nesta época um carácter muito particular, não só pelas transformações nela ocorridas, pelas personagens que nela actuaram, pela dimensão alcançada pelo seu estaleiro, como pelo reflexo alcançado ao nível da projecção da Direcção-Geral, decorrente da sua exemplaridade.

Durante o período da Sé vacante de 1717-1741, o complexo catedralício portuense foi alvo de uma grande transformação que o converteu num complexo estaleiro de obras com vista à sua transformação dentro de uma linguagem barroca¹⁹. Foram então rasgados seis vãos nos paramentos das naves laterais e aí introduzidos altares de talha dourada dentro do estilo joanino. Assim, fruto dos ideais de intervenção em prática na década de 1930, foram estes altares apeados e consequentemente cedidos a outras igrejas da região do Porto: dois deles encontram-se na igreja paroquial de Santa Maria de Lamas e um outro na capela do Monte da Assunção, em Santo Tirso. De facto, embora seja extremamente importante a identificação destas peças da talha joanina portuguesa, esta intervenção surge no contexto do restauro da Sé do Porto como sendo uma das mais significativas, pelas ilações que nos permite aferir. A retirada dos altares constitui um exemplo significativo do carácter laico do *restauro* desenvolvido pela DGEMN²⁰, na medida em que sabemos que o cabido não foi então questionado

¹⁸ *Boletim da DGEMN*. 40 a 43 (1945 a 1946) [Sé do Porto] 39.

¹⁹ Para nos relatar as opções então tomadas e as intervenções realizadas, deixaram-nos os cónegos uma descrição pormenorizada sob a forma de memória descritiva. Cf. Extracto das obras que se fizeram na Sé do Porto e das mais a ella pertencentes. In BASTO, A. de Magalhães – *A Sé do Porto...*, p. 37-55.

²⁰ A maioria dos restauros das igrejas era então feita sem acautelar as vivências religiosas dos edifícios, para além de que o culto de uma dada igreja era interrompido na maior parte dos casos durante vários

relativamente à opção tomada, embora não tenha deixado de afirmar a importância do culto que estes altares tinham para os fiéis²¹.

Esta intervenção dos altares das naves laterais foi talvez o pretexto para que surgisse um apelo dirigido ao Dr. José de Figueiredo (1872-1932), por parte do pintor portuense, Alberto Ayres de Gouveia (1867-1941), que a pôde presenciar. Dirigindo uma missiva ao amigo²², fez um forte apelo para que *o maior peso em questões de arte* ainda pudesse salvar o que fosse possível dessa *febre de pôr tudo na primitiva pureza tão iconoclasta – tão desapiedada*. Pretendia que fossem poupados elementos de inegável valor artístico: referia-se aos altares do transepto, à capela-mor, à sacristia, ao claustro gótico com seus azulejos e capelas posteriores, uma vez que pelos altares das naves laterais nada havia a fazer, pois *tiraram-nos todos!*; todavia, não deixou de aprovar o trabalho feito nas naves, nomeadamente a extracção do estuque que as revestia e a reposição dos arcos do claustro no seu primitivo aspecto. Esta missiva torna-se muito importante para a compreensão da intervenção realizada porque foi escrita por alguém que presenciou o *restauro*. Apela o artista portuense à manutenção de diversos elementos não medievais e o mais significativo é que o seu apelo foi satisfeito. Podemos, pois, dizer seguramente que o nome destes dois ilustres portuenses ficou ligado ao *restauro* realizado pela DGEMN na Sé do Porto.

No nosso entender, são extremamente significativos os relatos daqueles que presenciaram as obras e que as descrevem na primeira pessoa. Artur de Magalhães Basto (1894-1960) dá-nos a conhecer o alcance do estaleiro de restauro quando descreve que *duzentos anos depois* [das obras de 1717-1741] *erguem-se outra igual “mánica” de andaimes, escoras, mastros, cabos e escadas, justamente para se desfazer o que*

anos. Veja-se o que escrevemos sobre o assunto em BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 176-178.

²¹ BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 139.

²² Esta carta foi publicada em LOPES, Carlos da Silva – Uma carta de Alberto Ayres de Gouveia a José de Figueiredo. *Museu*. 13 (1971) 65-73. Ver também BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 2: *Anexo Documental*, doc. 35.

*êses desastrados senhores cônegos fizeram, certamente com a melhor das intenções, e se restituir, quanto possível, a Igreja ao seu primitivo Estado*²³. De facto, a Sé do Porto viu-se totalmente transformada num verdadeiro estaleiro *por motivo da barafunda das obras*²⁴.

A *manifesta* preferência que a DGEMN mostrava pelos elementos medievais das construções em que intervinha, em detrimento dos testemunhos da época moderna, em particular os barrocos, acabou por ser de tal forma evidente que alguns autores se insurgiram contra esta situação.

Bernardo Xavier Coutinho (1909-1987) comenta a remoção dos capitéis de talha dourada, barrocos, que ornavam as naves da Sé do Porto, e que foram vistos *a cair em pedaços, a golpes de picareta*, fazendo estrondo ao caírem *desfeitos em cavacos* – *não se salvou um único, para amostra* para que se pudesse formar um «Museu» da *Talha barroca portuguesa*²⁵. Deles, apenas nos restam atualmente memórias fotográficas. Este testemunho é por demais elucidativo de que a procura do estado primitivo de um dado monumento, por parte das equipas de intervenção, foi por vezes tão forte que enquanto decorriam os próprios restauros houve mesmo quem tivesse já perceção da perda irremediável de peças artísticas, não medievais.

Embora em 1926, Carlos de Passos (1890-1958) tenha lembrado *quanto há a fazer na Sé [do Porto], tanto em obras de conservação, de acorrimento a danos graves, como de necessárias e possíveis restaurações!*²⁶, numa clara crítica aos *mais barbaros vandalismos* surgidos através de uma *desemxabida renascença* numa *suprema e estupenda affronta!*²⁷,

²³ BASTO, A. de Magalhães – *Silva de história e arte (notícias portuenses)*. Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 133.

²⁴ PASSOS, Carlos de – *Guia histórica e artística do Porto*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1935, p. 21.

²⁵ COUTINHO, Bernardo Xavier – *Nótulas para a história da Sé do Porto*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1965, p. 41.

²⁶ PASSOS, Carlos de – Sé Cathedral. In *ILUSTRACÃO Moderna*. Vol. 1. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 1926-1927, p. 257.

²⁷ PASSOS, Carlos de – *Porto: notícia histórico-arqueológica e artística da cathedral e das egrejas de Cedofeita e S. Francisco*. Porto: Litografia Nacional Editora, 1929, p. 25.

anos mais tarde vemos este autor a mudar publicamente de ideias. Face àquilo que pôde observar do *restauro* que se estava a iniciar, em 1929 altera visivelmente o seu discurso quando afirma que, *...com as actuais obras de pseudo-restauração (eis um vocábulo sonóro, geitoso para estarrecer o povoado!) foram já destruídos o frontão e o entablamento, ignorando-se até onde irá a fogosidade destrutiva-restauradora. Foi acertada a de Viollet-le-Duc e, mesmo assim, não conseguiu plena absolvição. Ressuscita o seu espírito? Não é nem fácil nem crível. E será justo clamar contra Almansor, que não deixou pedra sobre pedra no velho burgo?*²⁸.



Figs. 3 e 4 – Retábulo de Nossa Senhora da Conceição da igreja paroquial de Santa Maria de Lamas (Santa Maria da Feira) e retábulo barroco joanino da capela do Monte da Assunção (Santo Tirso) © Maria Leonor Botelho (2003).

O mesmo autor vai lamentar, face à capacidade deveras transformadora da fisionomia do monumento que este *restauro* vinha demonstrando, a perda dos elementos definidores deste período vivido pela catedral, o que considera um *facto*

²⁸ PASSOS, Carlos de – *Porto: notícia histórico-arqueológica...*, p. 20, nota 4.

*inadmissível e lamentável, no pedante e absurdo empenho de repôr as formas primitivas da igreja*²⁹. Numa forte crítica às reconstituições feitas pela DGEMN neste monumento, afirma resultar daí o *gôço de admirar o patusco estilo românico (sic) do século XX*³⁰.

Um outro nome que ficou seguramente ligado à história da Sé do Porto é o de Baltazar da Silva Castro (1891-1967). Entre 1927 e 1946 terá dirigido a intervenção realizada sob a alçada da DGEMN, instituição que serviu na Direcção dos Monumentos do Norte até 1936, passando nessa data a exercer em Lisboa o cargo de Director dos Monumentos Nacionais. E embora à data da realização deste estudo não tenhamos encontrado qualquer dado concreto, nomeadamente uma prova documental, que nos informasse que se devera a Baltazar de Castro a responsabilidade directa pelas opções tomadas durante o *restauro* realizado na Sé do Porto, tudo indicava que assim teria sido de facto, quanto mais não seja devido aos cargos que ocupou no seio da DGEMN. De acordo com a *Ilustração Moderna*, Baltazar de Castro veio a revelar-se um “incansável trabalhador” que desempenhou a sua missão de forma honrosa e inteligente, “com sacrifício de saúde e de dinheiro”³¹. Confirmámos, anos mais tarde, que de facto foi sob a sua direcção que foram realizados os trabalhos de restauro e conservação da Sé do Porto, da Colegiada e da igreja de São Miguel do Castelo de Guimarães, de Paço de Sousa ou da matriz de Barcelos, entre muitos outros³².

²⁹ PASSOS, Carlos de – *Guia histórica e artística...*, p. 13.

³⁰ PASSOS, Carlos de – *Guia histórica e artística...*, p. 14. Ressalve-se que este autor também manifestou uma opinião semelhante relativamente àquilo que pôde observar no *restauro* da Colegiada de Cedofeita (Porto), escrevendo que a igreja se tornou num “exemplar do fenomenal e picaresco neo-românico do século XX”. Cf. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *A colegiada de S. Martinho de Cedofeita do Porto*. Porto: [s.n., 1988], p. 42, citando PASSOS, Carlos de – *Guia histórica e artística...*, p. 147.

³¹ Monumentos nacionais: uma visita ao mosteiro de Cête. In *ILUSTRAÇÃO moderna*. Dir. Marques ABREU. Vol. 2. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 1929, p. 477.

³² A arte em Portugal. Monumentos românicos. Escavações reveladoras. Uma zona rica de arte românica. Restauro e reintegração de monumentos. Ouvindo Marques Abreu. *Diário de Notícias*, 18 de Setembro de 1927. Cf. BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura...* Vol. I, p. 332.

Apelidado por João Medina de *pequeno ditador do restauracionismo medievo*³³, o nome de Baltazar de Castro surge de forma carismática associado às intervenções realizadas nesta época nos monumentos medievais, apesar de não nos ter deixado projectos de restauro assinados – conta-se que costumava desenhar com a biqueira do sapato ou com a ponta da bengala na poeira do próprio estaleiro de restauro. Para o caso particular da Sé do Porto, existem *Memórias Justificativas*³⁴ assinadas por Baltazar de Castro. Estas informam-nos relativamente à natureza e objectivos gerais da intervenção, centradas num discurso reintegrador da beleza primitiva do monumento e que procura justificar as acções realizadas. Além disso, pela avaliação do espólio documental da DGEMN³⁵, verificamos que é este arquiteto quem toma as decisões mais importantes relativamente à encomenda de alguns elementos que passam então a integrar a Sé do Porto – de que é exemplo significativo todo o processo em torno da encomenda dos azulejos para a galilé a João Alves da Sá (1878-1982) em 1933³⁶ –, ou é ele que recomenda qual o tafeiro que irá ajustar a obra encomendada pela DGEMN. Muito embora não tenhamos encontrado qualquer projecto prévio que indiciasse as linhas a seguir, podemos afirmar que as decisões vinham sendo, certamente, tomadas à medida que as necessidades assim o iam exigindo, sendo que o principal objectivo estabelecido *a priori* fosse o de reintegrar todo o conjunto catedralício na sua feição primitiva, ou seja, dentro do estilo românico. Em última análise, encontramos aqui os pressupostos

³³ MEDINA, João – Deus, pátria e família: ideologias e mentalidade do salazarismo. In *HISTÓRIA de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Dir. João MEDINA. Vol. 12. Amadora: Ediclube, 1998, p. 34.

³⁴ DGEMN-DREM: *Processo Administrativo da Sé do Porto*; N° IPAC: 131214001 (P.2) – Anos de: 1938-1946; Cota 275, Memórias de 23 de Agosto de 1927, de 15 de Janeiro de 1930, de 12 de Agosto de 1930 e de 27 de Julho de 1933.

³⁵ Cf. DGEMN-DREM: Arquivo da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Norte, *Processo Administrativo da Sé do Porto*, N° IPAC: 131214001, Cotas 274 a 279; DGEMN/DSID: *Processo de Obras e Processo Administrativo da Sé do Porto*, Cotas 1854 a 1858.

³⁶ Ver o que escrevemos sobre o assunto em BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 134-135.



Fig. 5 – Sé do Porto. *Perspectiva actual da nave central e da capela-mor, numa manifestação do culto do granito*
© Maria Leonor Botelho (2005).

restauracionistas definidos por Viollet-le-Duc (1814-1879), radicados na unidade de estilo: *ce n'est pas l'entretenir, le réparer ou le refaire, c'est le rétablir dans un état complet qui peut n'avoir jamais existé à un moment donné*³⁷.

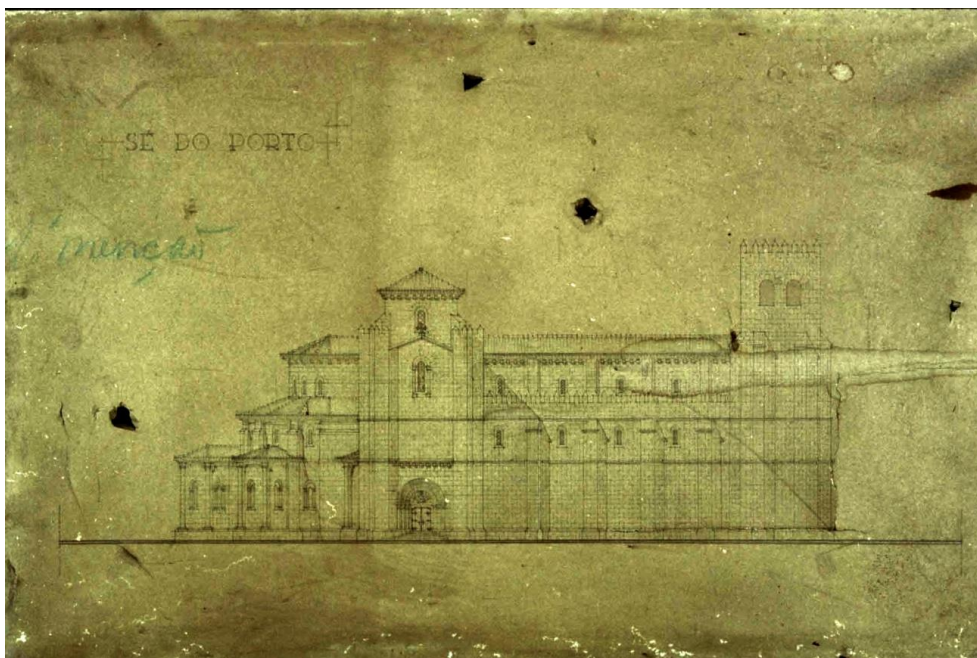


Fig. 6 – Sé do Porto. *Fachada Norte segundo um estudo de António Filomeno da Rocha Carneiro* (Julho de 1943). Desenho de [António Filomeno da] Rocha Carneiro © FAUP/Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura.

Características bem diferentes apresentam a proposta académica realizada por António Filomeno da Rocha Carneiro (1919-2002), no âmbito do Concurso de Projecto de Arqueologia do Curso Superior de Arquitectura da Escola de Belas-Artes do Porto em “Julho de 943”, conforme data inscrita no desenho original. São da sua autoria cinco estudos que procuram demonstrar iconograficamente aquilo que seria a Sé do Porto na sua forma primitiva e que foram publicados por Aarão Lacerda (1890-1947) na monumental *História da Arte*

³⁷ Cf. VIOLETT-LE-DUC, Eugène – *Restauration*. In *DICTIONNAIRE raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle*. Vol. 3. Paris: Bibliothèque de l'Image, 1997, p. 14.

em Portugal, da Portucalense Editora³⁸, no seguimento das revelações documentais feitas por Artur de Magalhães Basto relativamente à constituição da primitiva charola românica da catedral³⁹ e do aparecimento, durante as obras de *restauro*, dos arcos entaipados que ladeiam o arco triunfal. Destes estudos apenas pudemos encontrar um dos originais, que é precisamente a proposta para a fachada lateral norte⁴⁰, a partir de cujos alçados podemos aferir a primitiva planta.

Este estudo não só reflecte o culto do desenho arquitectónico e do desenho histórico que então existia nas Belas-Artes do Porto⁴¹, como também acusa um outro modo de ver a intervenção no património edificado. Reflecte-se nesta proposta o conceito de *restauro histórico* preconizado pelo italiano Luca Beltrami (1854-1933)⁴². De facto, parte de dados concretos, não propondo apenas que se restaure o monumento procurando dar-lhe um aspecto que ele talvez nunca terá tido. Entendido como sendo uma rectificação daquilo que foi o *restauro estilístico*, o *restauro histórico* não deixa contudo de derivar do mesmo, na medida em que trava a especulação inventiva, sujeitando-se à veracidade da documentação histórica⁴³. Mas esta proposta surgiu fora do âmbito institucional da DGEMN,

³⁸ Cf. LACERDA, Aarão – *História da Arte em Portugal*. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 189-192.

³⁹ BASTO, A. de Magalhães – *A Sé do Porto...*, p. 5-12.

⁴⁰ Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). Desenho de [António Filomeno da] Rocha Carneiro, assinado e datado de “Julho 943”.

⁴¹ Sobre a Escola de Belas Artes do Porto na primeira metade do século XX, as suas reformas curriculares, docentes responsáveis e sua sobreposição com a Academia de Belas Artes do Porto, ver CARDOSO, António – *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura do Norte do país na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP, 1997, p. 151-217.

⁴² Entre os principais seguidores deste tipo de *restauro* encontramos, além de Beltrami, o português Alfredo d’Andrade (1839-1915). Actuando o primeiro em Milão, as suas intervenções testemunham a assunção da investigação histórica como premissa do *restauro*, destacando-se a intervenção no castelo dos Sforza de Milão, na qual procurou integrar a fortaleza na sua imagem originária. O restaurador português desenvolveu a sua actividade também em Itália, nomeadamente em Ligúrio e Piemonte; embora tenha realizado “reintegrações estilísticas”, afastou-se das invenções arbitrárias, pois considerava que o *restauro* resulta de uma profunda atenção à história artística e construtiva da fábrica do edifício no qual actua. Cf. GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – *Conservación de bienes culturales. teoría, historia, principios y normas*. 2ª ed. Madrid: Ed. Cátedra, 2000, p. 218-225.

⁴³ Cf. GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – *Conservación de bienes culturales...*, p. 218-225.

não sendo talvez por isso concretizada, tanto mais que dava resposta a objectivos de outra natureza.

Não menos significativa para a nova legibilidade do monumento, durante este período do Estado Novo, foi a transformação urbanística na sua envolvente verificada por ocasião das Duplas Comemorações Centenárias. A abertura do Terreiro de D. Afonso Henriques, pela criação da esplanada no espaço fronteiro ao edifício catedralício, conferiu-lhe uma outra monumentalidade, claramente distinta daquela que se percepcionava quando estava ainda a Sé envolta e afogada na malha urbana primitiva, de forte cariz medieval. Assim, contribuiu significativamente este arranjo urbanístico, da responsabilidade do arquiteto Arménio Rosa (1908-1988)⁴⁴, para um novo modo de ver um monumento que por si só já se apresentava com uma outra fisionomia, deveras transformada.

O ano de 1946 surge como uma data de viragem no contexto das intervenções realizadas pela DGEMN na Sé do Porto, marcando a passagem do *Restauro* à *Conservação*. De facto, a edição do *Boletim* da DGEMN relativo ao *restauro da Sé Catedral do Porto*, a nosso ver, surge como uma baliza cronológica desta primeira grande fase de intervenções. Podemos aqui encontrar uma compilação (indirecta) das principais opções tomadas (ou daquelas que foram consideradas as principais), dos ideais e das teorias nelas materializadas, delimitando por isso uma etapa da intervenção que então termina.

A fase seguinte procura *conservar* a imagem da Sé do Porto e prolonga-se até 1982, data em que este monumento nacional passa a estar afecto ao IPPC⁴⁵. A aparente simplicidade deste período, procurando a manutenção da imagem e das características definidoras do monumento no seu todo, serve para justificar a

⁴⁴ Para um maior desenvolvimento desta temática, veja-se o que escrevemos sobre o assunto em BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 188-194.

⁴⁵ Segundo o Decreto-Lei nº318/82 de 11 de Agosto, diversos monumentos nacionais passam a estar afectos ao recém-criado Instituto Português do Património Cultural.

exemplaridade dos conceitos de *restauro* desenvolvidos entre 1927-1946, pelas diferenças e rupturas verificadas.

Sedimentado já, o *Estado Novo* procura agora a manutenção e a *conservação* do seu poder político. Paralelamente, nos recentemente edifícios *restaurados* (e consequentemente já muito transformados), importa agora a manutenção da sua imagem, a sua *conservação*. Vários factores internos e externos contribuíram para esta mudança⁴⁶. Lembre-se a realização do XVI Congresso Internacional de História da Arte em 1949, onde surgem as primeiras manifestações de valorização pública do maneirismo e barroco nacionais. Este aspecto é reforçado anos mais tarde, em 1958, no Colóquio Internacional de Arte realizado em Coimbra, onde se afirma a singularidade do barroco português. Também não podemos deixar de referir as críticas que foram surgindo, particularmente na década de 1940, relativamente ao modo de intervir da DGEMN, protagonizadas pelas figuras de Raul Lino (1879-1974) ou de Adriano de Gusmão (1908-1989)⁴⁷. A Carta de Veneza de 1964, que procura aplicar os conceitos do *restauro científico* e do *restauro crítico*, também teve uma forte influência na criação de novas ideias sobre o modo de intervir no património edificado, tanto mais que se registou uma participação portuguesa no congresso que, em Veneza, acompanhou a elaboração da respetiva Carta. Um outro aspecto que importa aqui salientar prende-se com a viragem verificada ao nível dos interesses governamentais da Pátria no Além-Mar, fruto do despertar da questão colonial na década de 1950: a Guerra Colonial vai naturalmente canalizar governo e verbas para outros interesses, que não propriamente os monumentos nacionais. Mais, a *conservação* dos imóveis obriga a intervenções menos dispendiosas, para além de que estes tinham sido,

⁴⁶ Por uma questão de economia de espaço, iremos apenas assinalá-los de forma sumária. Ver o que escrevemos sobre o assunto em BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 196-202.

⁴⁷ Refira-se aqui que as críticas assumiram também, em ano de eleições presidenciais, um carácter de oposição política, incidindo sobre a forma como o Estado Novo se apoiou nos monumentos nacionais para servir a ideologia do regime. Sobre este assunto ver NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder...*, p. 215-216 e 262 e ss.

na sua maior parte, alvo de transformações profundas num passado ainda muito recente.

Esta conjuntura reflectiu-se na Sé do Porto, muito embora já em 1942 se comecem aqui a sentir as primeiras mudanças no modo de intervir, de que é exemplo a obra realizada na casa do cabido (1942-1943)⁴⁸. A casa do cabido não é mais do que uma construção barroca de raiz enquadrada por uma construção anterior, o claustro gótico, mas também, enquadrando ela própria uma construção mais antiga, a capela funerária, gótica, de João Gordo. Daí que se note por parte da DGEMN a adopção de diferentes critérios de intervenção, reflexo de uma revisão paulatina dos mesmos e do aparecimento de uma sensibilidade voltada para a salvaguarda dos elementos barrocos em construções anteriores e de raiz. Por um lado, sente-se um cuidado dado à conservação de um edifício barroco, procurando preservar o seu património integrado numa leitura mais ou menos próxima do seu estado original. Por outro lado, detecta-se uma actuação realizada numa construção feita sobre outras anteriores, procurando-se restituir-lhes um estado o mais próximo possível do seu original, recorrendo a transformações de ordem estrutural, de que é exemplo a reabertura de vãos que tinham sido encerrados, como os de acesso à capela funerária gótica de João Gordo.

Ao longo da segunda metade do século XX inventariam-se uma série de intervenções⁴⁹, com uma regularidade quase anual, que procuram responder a *uma permanente e atenta vigilância capaz de garantir a indispensável conservação dos elementos construtivos de maior fragilidade e mais expostos aos efeitos destruidores*

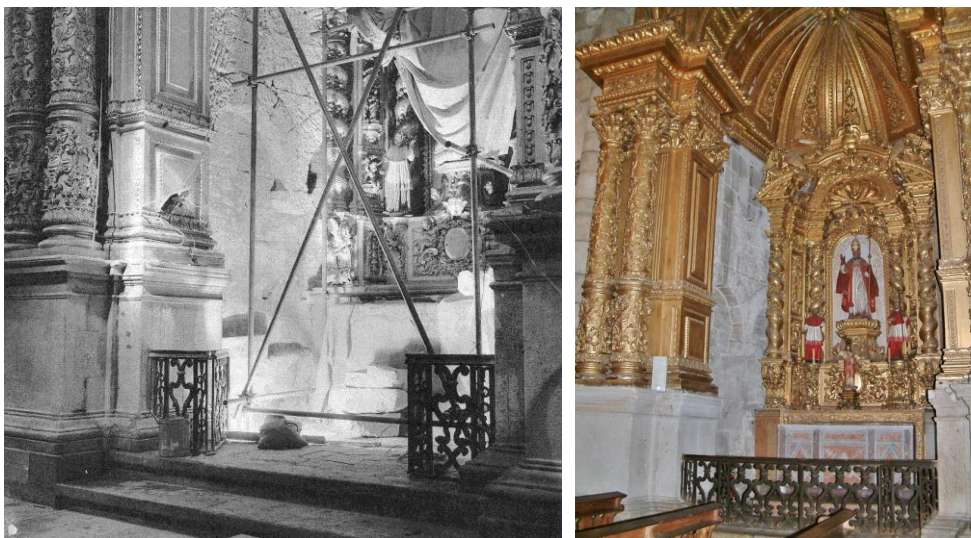
⁴⁸ Não vamos aqui analisar a intervenção realizada na casa do cabido entre 1942-1946, mas sim os seus ideais. Ver BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 153-155; A casa do cabido da Sé do Porto: as transformações do século XX. In *ACTAS do I Congresso Ibérico de casas solariengas*. Vigo: Asociación Amigos de Los Pazos, 2004, p. 273-284; e A casa do cabido da Sé do Porto: o século XX e uma nova leitura espacial. *Museu*. 13 (2004) 225-246.

⁴⁹ Cf. BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 2: *Catálogo Analítico – Fichas de Empreitadas*, Ficha nº 52 e ss.



Figs. 7 e 8 – Sé do Porto. *Portas falsas da sala do capítulo (casa do cabido) durante a intervenção* © IHRU/SIPA. *A mesma perspectiva da sala do capítulo na actualidade, com o retábulo a ocultar uma das portas falsas (opção tomada durante o restauro)* © Maria Leonor Botelho (2002).

*do tempo*⁵⁰. De facto, verificamos aqui uma significativa viragem conceptual, ao nível da prática de intervenção. Todavia, não deixamos por isso de destacar uma ou outra intervenção que se tornou mais significativa, devido ao alcance que teve ao nível da compreensão do monumento em estudo. Foi o caso das obras para resolução dos danos provocados pela faísca em 1951⁵¹ ou o restauro dos órgãos históricos da capela-mor por uma empresa holandesa em finais da década de 1960⁵², sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian. Destaquem-se, ainda, as descobertas feitas em 1964, por ocasião de uma limpeza realizada sob o patrocínio do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes (1952-1982)⁵³. Após uma lavagem dos elementos de cantaria e mármore que revestem



Figs. 9 e 10 – Sé do Porto. *Pormenor da arcada cega do interior da capela de S. Pedro (transepto, lado da Epístola), colocada a descoberto em 1964* © IHRU/SIPA. *Aspecto actual da capela de S. Pedro, vendo-se o nítido contraste entre a talha dourada do retábulo e a arcada cega românica de granito* © Maria Leonor Botelho (2003).

⁵⁰ DGEMN-DREM: *Processo Administrativo da Sé do Porto*; N° IPAC: 131214001 (P. 3) - Anos de: 1961-1973; Cota: 277; “Memória” do Concurso de 17 de Maio de 1968.

⁵¹ Cf. BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 204-205.

⁵² BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 209-210.

⁵³ BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações...* Vol. 1, p. 207-208.

os paramentos do interior da capela-mor, pôs-se a descoberto a pintura de perspectiva da autoria de Nicolau Nasoni (1691-1773) que decora os vãos, enquanto que uma reparação dos rebocos nos paramentos da capela de S. Pedro revelou a sua arcada cega românica, que agora apenas está oculta em parte pelo retábulo. Temos, assim, aqui um exemplo da pertinência do contributo que a História da Conservação e do Restauro pode dar à História da Arte, através da revelação de elementos que dão uma outra legibilidade aos monumentos.

Em suma, a Sé do Porto surge no panorama da História do Restauro e da Conservação do Património Edificado como um exemplo significativo da evolução da materialização dos conceitos e teorias de restauro que se foram afirmando no panorama nacional ao longo do século XX sob a alçada de uma mesma instituição. Na Sé do Porto houve, de facto, uma passagem do *restauro* à *conservação*.

A realização de estudos monográficos relativos às intervenções de que os monumentos foram sendo alvo ao longo da sua vivência surgem na actualidade como uma necessidade cada vez maior, vendo a sua importância paulatinamente acrescida. Estes têm-se revelado uma ferramenta da maior utilidade para as acções e práticas que se realizam nos monumentos já muito transformados pelas acções de *restauro* e de *conservação*. De facto, as transformações sofridas pela Sé do Porto no século XX são tão profundas, que daí resulta aquilo que conhecemos como sendo hoje a Sé do Porto. E é precisamente sobre este monumento muito transformado num passado ainda recente que vão incidir as acções, actuais e futuras, com vista à sua salvaguarda e valorização patrimonial. Além disso, o conhecimento profundo desta vertente da história mais recente de um edifício

que integra a tão jovem Rota das Catedrais⁵⁴ vem demonstrar a importância do cruzamento do mais variado tipo de conhecimentos, que se querem cada vez mais multidisciplinares e especializados. Pois só a compreensão e o estudo científico do que foi feito em tempos passados ajuda a actuar melhor hoje e amanhã.

⁵⁴ Ver <http://www.rotadascatedrais.com/> [consultado a 3 de Outubro de 2012].

Os *Monumentos Nacionais* e a Sé de Viseu: a construção de um desafio para o século XXI

Carlos Filipe Pereira ALVES

A dissertação de mestrado *Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da História: a Sé de Viseu*, por nós apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no ano de 2010¹, revelou uma oportunidade única para, numa primeira fase, elaborarmos uma síntese historiográfica sobre o complexo catedralício viseense e, num segundo momento, tirarmos partido de um nicho que se encontra em plena expansão no domínio da História da Arte e que se traduz no estudo das intervenções da DGEMN no património português para, deste modo, revelarmos as operações levadas a cabo por este organismo estatal na catedral de Viseu².

A investigação abordou a acção de restauro no templo viseense entre 1921 e 2001 e as vicissitudes decorrentes da intervenção. Porém, a actividade de restauro, ou de reparação, como foi inicialmente designada, começou ainda no último quartel do século XIX³.

¹ Entretanto publicada com o mesmo título: ALVES, Carlos Filipe Pereira – *Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da História: a Sé de Viseu*. Viseu: Arqueohoje/Projecto Património, 2011.

² Sobre a historiografia da DGEMN e estudos particulares de intervenções no património português, cf. ALVES, Carlos Filipe Pereira – *Os Monumentos Nacionais...*; BOTELHO, Maria Leonor – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006; NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001; ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos Pátreos. A arquitectura religiosa medieval: património e restauro, 1835-1928*. Porto: FLUP, 1995 (dissertação de doutoramento policopiada); TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP, 2002.

³ Embora não tenhamos encontrado qualquer documento que atestasse as intervenções de restauro na catedral no último quartel do século XIX, foi através dos escritos de Maximiano de Aragão, porventura coetâneo das obras realizadas, que nos chegaram os únicos registos dessa operação. Cf. ARAGÃO,

Os trabalhos desenvolvidos a partir de 1875 abriram o caminho para aquele que viria a ser o derradeiro trabalho de restauro protagonizado pela DGEMN, anos mais tarde. Enquanto isso, surgiu uma figura de proeminente destaque no desenvolvimento cultural viseense dos inícios do século XX, acerca de quem ainda muito pouco se conhece: o capitão Francisco de Almeida Moreira⁴. O seu incansável interesse pela descoberta da história da catedral fez com que, em 1919, na sequência da remoção da cal das paredes do templo, se descobrisse o portal gótico de acesso ao claustro.

Na prossecução dos trabalhos que conduziram à descoberta do portal, a Direcção-Geral de Belas Artes, a 8 de Janeiro de 1921, por intermédio do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscrição em Viseu, solicitou ao Ministério das Obras Públicas a elaboração de um orçamento para a conclusão das obras de desobstrução do *pórtico românico ogival descoberto pelo director do Museu de Grão Vasco numa parede da Sé de Viseu* (Fig. 1), justificando que estas obras foram inspeccionadas, a pedido do Conselho de Arte e Arqueologia, pelo arquitecto Silva Pinto, que emitiu um parecer positivo à continuidade das mesmas por tal constituir um benefício para a igreja⁵.

A catedral revelava, porém, outras debilidades físicas que necessitavam de urgente reparação, como era o caso do estado de conservação dos telhados que

Maximiano – *Viseu: instituições religiosas*. Porto: Tip. Sequeira, 1928, p. 473. Neste relato ficamos a saber que o deputado viseense Luís de Barros Coelho e Campos permitiu a disponibilização de uma verba de três contos de réis para a realização de reparações, sobretudo nas casas do tesouro *velho e novo*, na sacristia, na sala capitular, no arquivo do cabido, no órgão da Sé, nas portas e ameias, no telhado e respectivas armações; por sua vez, a abóbada de nós foi desentulhada, e por fim, o claustro ladrilhado com granito.

⁴ Fundador e primeiro director do Museu de Grão Vasco, o capitão Francisco de Almeida Moreira nasceu em Viseu em 1873 e faleceu em 1939 na sua casa do Soar de Cima, onde reuniu um extraordinário espólio de obras de arte, fruto da sua paixão pelo coleccionismo. Seguiu a carreira militar, que rapidamente terminou devido aos seus problemas de saúde. Foi um dos fundadores do Instituto Etnológico da Beira e sócio da Academia de Belas Artes de Madrid. Foi também responsável pela secção artística dos pavilhões portugueses na Exposição do Rio de Janeiro e o delegado ao congresso internacional de História da Arte, que se realizou em Paris em 1921, assim como ao Congresso Americanista de Roma, em 1926.

⁵ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936: Cx. 2981: Pasta 335; Ofício n° 249 de 8-1-1921.



Fig. 1 – Sé de Viseu. *Portal sul de acesso ao claustro da catedral* © IHRU/SIPA.

colocava em risco iminente o tecto da capela-mor, o cadeiral com os painéis de talha que o coroavam, assim como as respectivas capelas laterais de S. Pedro e de Santa Isabel.

Entretanto, nos alvares de 1927, a Sé de Viseu conheceria, no seu conjunto, as primeiras obras de restauro programáticas, colocando de lado a política de reparações pontuais que se verificavam até ao momento. Deste modo, o mestre pedreiro Manuel Barros, sob a aprovação do arquitecto Adães Bermudes, comprometeu-se a executar o enchimento em cantaria do vão localizado na parede da nave do lado do Evangelho, a desobstruir uma rosácea e a proceder à reparação da parte superior, que se encontrava mutilada. Realizaram-se igualmente obras na capela do Senhor dos Passos, no sentido de desimpedir um portal e rasgar uma janela para uma melhor acessibilidade e luminosidade da capela. A concluir este ciclo de obras, executaram-se trabalhos de restauro no fecho da abóbada em granito⁶.

Em 1929, foi fundada a DGEMN, sob a dependência do Ministério do Comércio e Comunicações. Este organismo surge no preciso momento em que o Estado Novo tem o cuidado de definir com clareza e objectividade uma tipologia de nacionalismo, capaz de promover uma nova ordem, onde a identidade nacional aparece fortalecida e assume o lugar de chefe de fila de um grupo que não possuía espaço para o individualismo liberal, onde a célula familiar seria a matriz para a solidificação do Estado⁷. A imagem do poder foi o alicerce para fazer transparecer um correcto funcionamento do país, e encontrava no catolicismo os princípios catequizadores de uma ética e obediência exigidas aos cidadãos por parte do Estado. Por conseguinte, na lógica do pensamento *Estadonovista*, tornava-se necessário encontrar na arte uma filiação, elegendo o período artístico que melhor

⁶ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N.º IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936: Cx. 2981: Pasta 335; contrato de execução de obra; 22-12-1926.

⁷ Cf. NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder...*, p. 140.

ilustrava o espírito corporativo pretendido pelo governo para incutir na sociedade. A escolha recaiu na arte medieval, fundadora do glorioso passado da nação, espelhado nos castelos e nas catedrais dispersas pelo território, sendo estes conjuntos arquitectónicos o alvo de todo o processo de reintegração arquitectónica com base no princípio da pureza de estilo, com o sacrifício de elementos de outras épocas, considerados como atentados estéticos à harmonia dos edifícios.

Os monumentos foram então intervencionados por representarem marcos significativos da história portuguesa, em prejuízo do seu valor artístico, e principalmente, da sua funcionalidade litúrgica. O regime político pretendia favorecer essa filosofia de actuação, de maneira a exhibir os testemunhos do passado de acordo com perspectivas históricas criteriosamente gizadas para servir a propaganda ideológica do Estado Novo.

Portanto, a actividade de restauro arquitectónico neste período revestir-se-ia de num processo que podemos hoje considerar prejudicial para o edifício, depurando-o da maior parte dos elementos artísticos e arquitectónicos que o caracterizavam e que não se adequavam à política restauracionista.

A catedral de Viseu entra na órbita da DGEMN em 1930, quando Almeida Moreira endereçou uma carta a esta Direcção-Geral, na qual noticia a descoberta de um portal que garantia a comunicação entre a Praça Camões (actualmente Praça D. Duarte) e o adro da Sé, no pequeno troço de muralha entre a antiga cadeia civil e o claustro da catedral (Fig. 2). O capitão fazia questão de salientar o mau estado de conservação do portal, uma vez que ao proceder à sua desobstrução se deparara com a destruição do abobadamento, restando apenas algumas aduelas pertencentes às paredes laterais da mesma.

Porém, o astucioso director do Museu de Grão Vasco, consciente da riqueza patrimonial do edifício que coroa a colina da Sé, e ao mesmo tempo em tom de crítica ao insucesso dos trabalhos de conservação anteriormente



Fig. 2 – Adro da Sé de Viseu. Portal de comunicação entre o adro e a Praça D. Duarte © IHRU/SIPA.

desenvolvidos pela 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas Artes, apelava à urgente intervenção na catedral, *tanto mais que o vetusto monumento tem estado ultimamente votado ao mais desolador ostracismo, chovendo nele como na rua*⁸.

O apelo de Almeida Moreira surtiu efeito, a ponto de pouco menos de um mês volvido sobre a elaboração da sua carta, o Director dos Monumentos do Norte, Baltazar de Castro, providenciar a elaboração de um orçamento relativo às obras de pedreiro, carpinteiro e pintor para o edifício viseense.

Logo em 1931, o toque da DGEMN fazia-se sentir no restauro da Sé, com a formulação do projecto para derrubar a casa da Guarda Republicana e uma outra estrutura que servia de arrecadação, sem utilização e sem qualquer valor apreciável, segundo os registos dos *Monumentos Nacionais*⁹. Mas os projectos para a

⁸ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*, N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981; Pasta 335; expediente n° 497; 26-06-1930.

⁹ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*, N° IPA: 021823240002 – Ano de 1931; Cx. 2981; Pasta 336; Memória descritiva: 27-12-1931.

antiga torre de menagem do castelo de Viseu não ficavam por ali, e em 1932 tratou-se de projectar a instalação do arquivo distrital naquele local. Para isso, foi necessário corrigir o estado ruinoso da torre, procedendo ao arranjo dos pavimentos, portadas, telhados e rebocos que apresentavam graves problemas, à semelhança de toda a catedral (Fig. 3). O arquitecto responsável foi Luís Amoroso Lopes, que gizou o espaço com cinco salas para arquivo, uma espaçosa caixa-forte, sala de consulta, gabinete do arquivista e instalações sanitárias.



Fig. 3 – Adro da Sé de Viseu. *Restauro da torre sudoeste* © IHRU/SIPA.

No desenrolar dos trabalhos de adaptação da torre, os responsáveis da DGEMN depararam-se com a porta de acesso à galeria e, no momento de a desentaipar, verificaram que esta pertencia à primitiva torre, procedendo à reparação de alguma da cantaria mutilada.

Dada a crescente influência que Almeida Moreira tinha adquirido em todo este processo de restauro, o arquitecto Baltazar de Castro encarregou o capitão de fiscalizar as obras do edifício, e em simultâneo, do Museu de Grão Vasco¹⁰.

Almeida Moreira não tardou a manifestar o seu desagrado em relação ao decurso das obras, principalmente quanto à maneira como os trabalhadores estavam a interferir negativamente na conservação da catedral¹¹.

Em 1950, começou-se a traçar um novo projecto para a torre sudoeste que servia a cidade como arquivo distrital, transferindo-o para a sua actual localização, no Largo de Santa Cristina, transformando a torre numa residência paroquial. Porém, as restrições económicas e as singularidades arquitectónicas do edifício adiaram a concretização do projecto para o ano de 1962. As adaptações arquitectónicas necessárias para a fruição do espaço como residência paroquial iriam acarretar despesas avultadas e onerar os respectivos orçamentos, sobretudo numa época classificada pelo Estado Novo como um período em que era necessário ter a *maior restrição económica*. possível¹². Por outro lado, uma preocupação especial recaía sobre a porta de acesso ao chamado Passeio dos Cónegos, localizado na vertente sul da catedral, devido às suas características ogivais. Para os técnicos dos *Monumentos Nacionais*, a porta seria a entrada original da torre que outrora ali existira, que se ligava histórica e arqueologicamente às próprias muralhas e às torres medievais de Viseu, não sendo prudente o seu

¹⁰ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo de Adaptação da Cadeia Civil em Arquivo*; N° IPA: 021823240002; Cx. 3019; Pasta 468; Ofício n° 1851; 8-03-1932.

¹¹ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981; Pasta 335; Ofício n° 516; 1-09-1933. O ofício redigido por Almeida Moreira descreve a forma como os trabalhadores utilizaram uma escavação no pavimento térreo da torre para nele depositarem os seus dejectos e o cheiro pestilento ali presente que ficara “misturado ao pó dos arquivos”. Com um total desrespeito pela catedral, os operários instalaram uma cozinha junto da muralha que suporta a galeria superior virada para a praça e, a partir de determinada altura, a muralha começou a denotar sujidade e mudança de cor provocada pelo fumo da referida cozinha. A acrescentar a tudo isto, o capitão em boa hora impediu a construção de uma instalação sanitária em cimento armado do lado direito da fachada do templo viseense.

¹² Cf. DGEMN-DREMCentro: *Projecto de adaptação a residência paroquial*; Ano 1962; Cx. 3020; Pasta 492; ofício 722; 24-10-1962.

alargamento, equacionando-se a hipótese de a substituir por outra, capaz de garantir a segurança e o escoamento das pessoas que utilizassem esta comunicação.

A obra de adaptação do arquivo a residência paroquial foi adjudicada a Cândido Patuleia, mas inusitados contratempos relacionados com a especificidade do lugar contribuíram para retardar a sua execução. A necessidade de efectuar uma intervenção capaz de harmonizar o restante conjunto da Sé foi um dos objectivos e também um dos motivos do atraso do projecto. As características históricas presentes na *galeria seiscentista que se sobrepõe a um dos troços das antigas muralhas da antiga Alcáçova* condicionaram sobremaneira o bom funcionamento das obras¹³.

O período em que esta obra se inicia coincide com o despertar das revoltas nas colónias ultramarinas, obrigando o Estado Novo a canalizar os recursos económicos do país para estes focos de conflito, reduzindo desta forma o orçamento destinado ao restauro dos monumentos. Assim se explica que a construção da residência paroquial e, posteriormente, as obras que iriam decorrer na restante catedral se fossem prolongando no tempo.

Porém, a inexistência de uma zona de protecção da Sé de Viseu criava problemas para a Direcção dos Monumentos do Norte, porque nas imediações da catedral o município pretendia construir uma estação dos bombeiros. Isso só não se verificou graças à intervenção de Baltazar de Castro, por considerar que a construção do edifício dos bombeiros ia contra a legislação em vigor referente à protecção dos monumentos nacionais¹⁴.

No dia 14 de Maio de 1935, um violento temporal abatera-se sobre a cidade, causando sérios danos na catedral. Perante o sucedido, Almeida Moreira

¹³ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Projecto de adaptação a residência paroquial*; Ano 1962; Cx. 3020; Pasta 492; memória descritiva; 14-07-1965.

¹⁴ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N.º IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981; Pasta 335; ofício n.º 3266: 7-09-1933.

não tardou a redigir uma carta aos Monumentos do Norte a informar sobre o prejuízo provocado pela intempérie, que danificou os vidros do óculo da parede do transepto, correspondente à nave central, fazendo com que chovesse em algumas partes do interior do templo. Do mesmo modo, o tecto do claustro superior apresentava graves falhas na sua estrutura, ameaçando desabar¹⁵. Perante o alerta do Capitão Almeida Moreira, podemos concluir que pouco ou nada tinha mudado no que dizia respeito à conservação do templo, quando o comparamos com os relatos dos inícios dos anos vinte, altura em que pela primeira vez se arrolaram os problemas estruturais da catedral. Os impasses administrativos e o abuso por parte de outras autoridades oficiais impediam e adiavam o começo das obras de conservação, com nítido prejuízo para o edifício.

No Verão de 1935, e perante o cenário catastrófico descrito por Almeida Moreira, foi elaborado um novo orçamento, com o objectivo de iniciar com urgência as obras de conservação da Sé¹⁶. A sua execução não foi imediata, tendo as obras começado apenas no Outono desse ano, com a recuperação da armação e da cobertura dos telhados da galeria superior do claustro e a reparação das portas exteriores.

O início dos trabalhos de restauro permitiu que a antiguidade do templo se comesçasse a vislumbrar, através do aparecimento dos modilhões no braço norte do transepto, suscitando o entusiasmo de Almeida Moreira, que prontamente noticiou o sucedido à Direcção dos Monumentos do Norte. A carta por ele enviada assume especial importância, não só pela descoberta escultórica em si, mas também por atestar um dado importante: a orientação e comando das obras por Baltazar de Castro.

¹⁵ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N.º IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981: Pasta 335; expediente n.º 420; 18-5-1935.

¹⁶ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N.º IPA: 021823240002 – Anos de 1921-1936; Cx. 2981: Pasta 335; ofício n.º 486; 20-07-1935.

Em 1936, a DGEMN elaborou um balanço das obras realizadas desde 1910 até àquela data, registando várias demolições sem o devido entendimento dos responsáveis eclesiásticos, com manifesto prejuízo para o edifício, onde podemos incluir o exemplo da destruição da sacristia dos pontificais. O mesmo organismo imputou, inclusive, ao regime republicano a falta de responsabilidade e respeito pela arte, quando foi demolido um alpendre que cobria um terraço e, como consequência, as chuvas invadiram as paredes e danificaram a abóbada e o retábulo de Nossa Senhora do Rosário, tendo assim ficado expostos às intempéries durante uma década, até os *Monumentos Nacionais* decidirem iniciar o programa de restauro. Também a sacristia da Sé sofreu danos assinaláveis devido às infiltrações da chuva, principalmente nos estuques e na pintura¹⁷.

Pelo exposto, podemos considerar este memorial como um manifesto contra a política de restauro levada a cabo e uma denúncia do desrespeito do regime republicano pelos monumentos e pela Igreja.

Após a realização do memorando, podemos afirmar que o ritmo das obras teve um grande desenvolvimento, com a reparação dos telhados a tornar-se prioritária, para neutralizar os danos da última década, que provocavam graves prejuízos à estrutura da catedral. Nesse sentido, proceder-se-ia ao arranjo dos parapeitos em cantaria e à remoção da armação do telhado, para ali serem colocadas ameias ao longo do corpo do templo, um trabalho que, como veremos adiante, foi um erro crasso.

Certo é que, a partir deste momento, a catedral transformar-se-ia num verdadeiro estaleiro de obras, com o arranque da reparação da escada que garante a comunicação entre o corpo da igreja e o coro alto, localizada na torre norte do templo. Os *Monumentos Nacionais* procederam também à tentativa de demolição da escada de pedra que ligava a sacristia e o coro, para libertar a parede exterior da

¹⁷ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2981. Pasta 338; Anos de 1936-1944; memória descritiva, 22-05-1936.

catedral, assim como a tentativa de destruição do telhado sobre a sacristia, substituindo-o por um terraço inclinado¹⁸.

Em 1937, foi tomada uma decisão distinta, pela sua particularidade e racionalidade, em relação à história do templo e ao modo de actuação da DGEMN. A política de restauro conducente à pureza primitiva do edifício, definida desde o início por aquela instituição, foi colocada em causa no momento de intervir na catedral de Viseu, e a partir daqui, todo o processo foi realizado com uma cautela acrescida, tendo em atenção o benefício estrutural do templo em detrimento da conquista de um imaginado traço original. Os objectivos dos *Monumentos Nacionais* no que diz respeito à reestruturação da catedral acabariam por ser megalómanos e adquirir contornos financeiros excessivamente avultados.

Desde logo, a intenção da DGEMN passava pela construção de um terraço no topo norte do edifício, na confrontação da sacristia da Sé com o Museu de Grão Vasco, com o fito de possibilitar ao visitante desfrutar de uma paisagem bucólica, à semelhança de algumas das obras que os grandes mestres da pintura tinham expostas nas galerias do museu. A execução de tamanha empreitada assumiria custos muito elevados e seria um *desabono do bom gosto – que deve presidir não só no interior como também no exterior dum edifício destes*¹⁹. Todavia, a tentativa de eliminar a escadaria seiscentista de ligação ao coro alto foi considerada *inconveniente e perigosa*, por a escada estar apoiada numa parede mestra do templo, que inicialmente teve como principal função garantir a sustentabilidade da catedral e das abóbadas, e mais tarde permitir a comunicação com o coro alto. No entanto, a caixa de escada não era suficiente para suportar o peso do templo, pelo que seria

¹⁸ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N.º IPA: 021823240002 – Cx. 2981. Pasta 338; Anos de 1936-1944; expediente n.º 650; 15-09-1937.

¹⁹ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N.º IPA: 021823240002 – Cx. 2981. Pasta 338; Anos de 1936-1944; ofício n.º 735; 16-11-1937.

ainda necessário acrescentar um contraforte à parede exterior para garantir a segurança de ambas, devido às fendas que começavam a surgir.

Contudo, a principal resolução do processo de intervenção da DGEMN na catedral esteve directamente relacionada com a não restituição do templo à sua essência primitiva, até porque, segundo os técnicos, esse trabalho *implicaria o arrasamento das abóbadas, a transformação da fachada, apeamento das torres*, tarefa de difícil execução porque *nalgumas partes nem as fundações devem ser as primitivas*, e concluem, portanto, que *a substituição de um mal por outro pior é cair duas vezes no mesmo erro e daí ser de bom conselho escolher-se o mal menor*²⁰.

A partir deste momento, as obras prosseguiram o seu curso e cingiram-se, desta vez, a pontuais intervenções no interior da igreja, com o objectivo de reparar algumas das patologias mais urgentes.

No entanto, na entrada na década de 40, e após a morte do capitão Almeida Moreira, surge uma nova voz activa no que respeita às intervenções no edifício, desta feita através da Junta de Província da Beira Alta. As obras concentravam-se então no braço sul do transepto, delas resultando a remoção do retábulo da capela do Santíssimo Sacramento e a adaptação da capela fúnebre do bispo D. João Vicente (1444-1463†) a baptistério (Fig. 4), a que se seguiu o desmantelamento do órgão e a sua transferência para o Seminário Maior da cidade, onde hoje se encontra.

Para surpresa dos técnicos da DGEMN, a desagregação daquele retábulo colocou à vista uma série de arcos ogivais que garantiam outrora a comunicação entre a capela fúnebre e o corpo da catedral. O túmulo de D. João Vicente foi transferido para o claustro, enquanto o sarcófago do cônego Pedro Gomes de Abreu foi deslocado para a capela de Tércia.

²⁰ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N.º IPA: 021823240002 – Cx. 2981. Pasta 338; Anos de 1936-1944; ofício n.º 735; 16-11-1937.



Fig. 4 – Sé de Viseu. *Portal de acesso à capela fúnebre do bispo D. João Vicente*
© IHRU/SIPA.

Contrariando a decisão da DGEMN, a Junta de Província da Beira Alta requereu a transferência de todo este conjunto tumular para a capela de Tércia, no topo sudeste do claustro, e a desobstrução, acompanhada do respectivo restauro, do portal românico, colocado à vista pelas obras da capela funerária. Para terminar, pediu à DGEMN a reposição da torre sudeste na sua feição primitiva, através do coroamento com ameias. Porém, a indisponibilidade orçamental e a exclusão da catedral do plano de obras para o ano de 1949 fizeram com que estas solicitações da Junta de Província não fossem concretizadas.

No decurso desta obra de adaptação da capela fúnebre do bispo D. João Vicente a baptistério, foi desencadeado um processo que, no início, jamais se pensaria vir a resultar na descoberta do claustro gótico da catedral viseense. As sondagens realizadas na parede exterior da capela revelaram a existência de

elementos arquitectónicos, nomeadamente uma porta com características ogivais, e, para os técnicos responsáveis pela sondagem, a confirmar-se a existência da porta, o *restauro integral obrigaria a alterações profundas no claustro, porquanto o pavimento teria que ser rebaixado e retirados os azulejos que cobrem as paredes*²¹. No momento de decidir quais as medidas a tomar para efectuar o restauro da porta, optaram pela conservação à vista dos elementos arquitectónicos constituintes do portal, assim como dos colunelos recém-descobertos, para proveito dos estudiosos. Porém, a porta só seria alvo de reconstituição caso fosse provada a urgente necessidade de restauro, ou ainda se se tratasse de uma obra de fácil execução. Por outro lado, a tentativa de modificar o pavimento do claustro parecia inviável, devido à desproporção causada entre os dois planos e pelo facto de se tornar uma obra dispendiosa para os cofres do Estado.

A dirigir o restauro do claustro encontrava-se o arquitecto Luís Amoroso Lopes, que se deparou com as características ogivais presentes na porta, passível de datar do século XIV, assim como com uma série de aparelhos siglados que destacaram o aparecimento de nervuras na imediação da porta, que entendeu serem do século XI. A partir do momento da descoberta de novos elementos que não correspondiam à mesma linguagem arquitectónica do portal, o arquitecto ordenou a paragem das obras para procederem a sondagens no sentido de obter resultados concretos para dar continuidade ao restauro²². Estava dado o primeiro passo no sentido de colocar à vista o claustro gótico da catedral.

As sondagens que pontualmente se foram realizando ao longo da parede do claustro revelaram um arcosólio em perfeito estado de conservação, com uma arca tumular na qual ainda se encontrava, intacto, o esqueleto do sepultado. Todo o local fora desentaipado e o túmulo aberto, na presença de um responsável do

²¹ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA. 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 341, anos 1953-1955; expediente (sem número) – 1953.

²² Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA. 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 341, Anos 1953-1955; relatório de obras da Sé de Viseu; 18-06-1953.

cabido e do arquitecto da DGEMN, não tendo sido encontrado nada de relevante no seu interior²³ (Fig. 5).



Fig. 5 – Sé de Viseu. Momento da abertura do túmulo existente no claustro
© IHRU/SIPA.

Os trabalhos de restauro desenvolver-se-iam agora até ao extremo sudeste do claustro, próximo da capela de Tércia, onde apareceram vestígios do arranque de um arco (Fig. 6). Perante a descoberta, o arquitecto concluiu que o local onde se vinham a realizar as obras de restauro seria o *claustro ogival de proporções grandiosas, possivelmente do século XIV*²⁴.

Na Primavera de 1954, a Junta de Província da Beira Alta propôs um conjunto de medidas aos *Monumentos Nacionais* com o objectivo de restituir à

²³ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA. 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 341, Anos 1953-1955; relatório de obras da Sé de Viseu; 30-06-1953.

²⁴ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA. 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 341, Anos 1953-1955; relatório de obras da Sé de Viseu; 24-07-1953.

catedral de Viseu o carácter primitivo que, a muito custo, esta vinha ganhando ao longo das intervenções elaboradas pelo organismo estatal.



Fig. 6 – Sé de Viseu. *Extremo sul do claustro gótico* © IHRU/SIPA.

Na missiva dirigida ao Ministro das Obras Públicas, a Junta de Província, na pessoa do seu presidente, Alexandre de Lucena e Vale, começou por invocar a realidade histórica do edifício e a tradição secular do complexo catedralício. A Junta de Província reiterou a proposta de libertar a torre sudeste da anacrónica reforma do século XVIII, que escondia os vestígios medievais do conjunto arquitectónico. Por outro lado, quanto à torre sudoeste, onde esteve instalado o arquivo distrital, a Junta de Província faz alusão a duas partes distintas: a que está voltada para o adro da Sé, considerada erradamente por Lucena e Vale como sendo a face primitiva, quando afinal se trata de uma obra do

século XVIII²⁵, e o alçado voltado para a praça D. Duarte, pertencente à antiga torre de menagem do castelo e ao aljube eclesiástico.

Além destas propostas, foi solicitada à DGEMN a restituição do pano de muralha compreendido entre as torres sudeste e sudoeste à sua feição primitiva, mediante a demolição do Passeio dos Cónegos e a colocação, ao longo de todo o traçado, de uma fileira de ameias, que em tempos atribuiu a toponímia à rua que circunda o pano de muralha. Foi ainda pedida a reposição do túmulo do bispo D. João Vicente no seu local de origem, alegando a sua importância na arte nacional, sobretudo por ser um dos raros exemplos tumulares esculpidos em granito existentes no nosso país.

A coroar o rol de sugestões apresentadas por Lucena e Vale ao Ministério das Obras Públicas, acrescentou-se a lembrança de concretizar um projecto antigo, que implicava o desafrontamento da parte posterior da catedral, através da demolição do casario existente na vertente entre a Sé e a Rua Direita, procurando com isso favorecer o enobrecimento da catedral e a valorização turística da cidade no seu conjunto.

A posição da DGEMN face a estas propostas revelar-se-ia contrária ao pensamento construído pelo engenheiro Henrique Gomes da Silva como linhas estruturantes daquele organismo, aquando da sua formação²⁶. O parecer redigido pela 4ª Secção da DGEMN sediada em Coimbra determinou a catedral de Viseu como um caso particular dentro da política de intervenções de restauro empreendida por este organismo, pela dificuldade em encontrar um ponto que se pudesse coadunar com o espírito da intervenção, dada a diversidade estilística que

²⁵ Cf. ALVES, Alexandre – Elementos para um inventário artístico da cidade de Viseu: as grandes obras da Sé nos sécs. XVII e XVIII. *Beira Alta*. 20/1 (1961) 57-100.

²⁶ O engenheiro Henrique Gomes da Silva, na qualidade de director da DGEMN, pretendeu que a política de restauro a levar a cabo nos monumentos portugueses fosse realizada com *verdadeira devoção patriótica* para que esses edifícios *possam influir na educação das gerações futuras*. Além disso, *o restauro deve ser feito de modo a integrar o monumento na sua beleza primitiva expurgando-o de excrescências posteriores, e por fim, serão mantidas as construções de um estilo diferente desde que o seu valor artístico assim o justifique*. Cf. Igreja de Leça do Bailio. *Boletim da DGEMN*. 1 (1935).

apresentava. Os *Monumentos Nacionais* reconheceram que seguir as propostas apresentadas pela Junta de Província da Beira Alta seria uma solução *desastrosa e merecedora das mais profundas e acertadas críticas*²⁷.

Quanto às demolições propostas pela Junta, a DGEMN torna clara a sua postura em relação a essa matéria, sublinhando a necessidade de reconsiderar e ponderar muito bem essa questão. Os resultados finais são aqueles que hoje verificamos: a manutenção de todo o casario devido à sua importância histórica na formação da cidade (Fig. 7).



Fig. 7 – Sé de Viseu. *Envolvente urbana da catedral* © IHRU/SIPA.

Contudo, ao findar a década de 50, a envolvimento da catedral não deixou de merecer especial atenção, desta vez da Câmara Municipal de Viseu, através da

²⁷ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA. 021823240002 – Cx. 2982; Pasta 341, Anos 1953-1955; ofício n° 518; 20-08-1954.

regularização urbanística que aí efectuou com o derrube de dois prédios na vertente norte da catedral, devido ao seu estado ruinoso, o que permitiu a libertação dos panos de muralha existentes na sua proximidade²⁸. Ainda neste período, também o adro da Sé foi reordenado através da centralização do cruzeiro, da colocação de calçada à portuguesa, da demolição do casario contíguo à igreja da Misericórdia e do consequente calcetamento do piso.

A década de 60 avizinhava-se problemática para o país: com o começo da Guerra Colonial, todos os esforços financeiros, como dissemos, concentraram-se nos encargos da defesa do território ultramarino. As obras empreendidas durante este período visaram sobretudo melhorar as condições do alçado sul voltado para a Praça D. Duarte, através da consolidação do reboco, beneficiando a passagem do claustro superior para uma arrecadação junto do Museu de Arte Sacra. Ao mesmo tempo, realizaram-se os trabalhos de vedação das abóbadas, procedeu-se à limpeza e reparação dos telhados e preparou-se a mudança do altar do Santíssimo para o de S. Pedro, havendo ainda a registar o retorno do baptistério às suas funções litúrgicas. Os restantes trabalhos de conservação a decorrer na Sé neste período corresponderam à reparação de telhados pertencentes à catedral e ao Museu de Arte Sacra, que apresentavam debilidades na correcção das infiltrações.

Em 1968, a DGEMN realizou um ponto de situação das obras que caracterizaram todos estes anos de intervenções na Sé, explicando a forma como este exemplar da arquitectura religiosa em Portugal, depois do longo processo de restauro, se *apresenta liberto das alterações a que foi sujeito nos tempos mais modernos e que por completo descaracterizavam as duas grandes reformas arquitectónicas que a partir do século XII lhe foram introduzidas – as de quinhentos e a do século XVIII, sem contudo lhe quebrar a*

²⁸ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2983; Pasta 343; Anos de 1955-1957; ofício nº 376; 5-06-1957.

*profunda harmonia do seu conjunto e até o cunho de reduto fortificado, a que também teria servido*²⁹.

A partir dos finais da década de 60, as obras tenderam a diminuir, provocando reacções negativas, principalmente na Junta de Província da Beira Alta. Esta instituição, que no seu início fora cooperante com a DGEMN, surgia agora como a principal denunciante dos atrasos nos trabalhos de restauro, sobretudo quanto à forma como fora levantado o pavimento da capela-mor, de onde se tinham removido algumas sepulturas, para posteriormente serem colocadas no claustro³⁰. Dirigiram também duras críticas relativamente ao estado de conservação dos painéis de azulejos do claustro e à tardia resposta da DGEMN para os salvar.

Com o fim do Estado Novo, assistiu-se a um retrocesso na conservação da Sé, que apenas voltou a ter verbas para esse fim a partir de 1977. Enquanto isso, agravaram-se os problemas de infiltrações das águas pluviais, danificando com nítido prejuízo as pinturas de grotresco da abóbada da capela-mor. Na sequência de uma série de artigos publicados em 1985 em periódicos locais e nacionais, tornou-se público o alerta para a negligência a que estava votado o edifício da catedral, em iminente risco de derrocada³¹.

Após um tão prolongado período de restauro e reabilitação arquitectónica levados a cabo pela DGEMN, era admirável como em tão pouco tempo a catedral conseguira chegar a um estado de conservação de tal forma precário.

²⁹ Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2983; Pasta 343; Anos de 1955-1957; memória descritiva; 21-10-1968.

³⁰ Nos registos da DGEMN ignoram-se quais os túmulos removidos, bem como as motivações para o levantamento e a consequente transferência das sepulturas para o claustro da catedral.

³¹ Os artigos publicados na imprensa, sem inidação de autor, foram os seguintes: Nave esquerda da catedral cesto roto de infiltrações. *Comércio do Porto*. 22-01 (1985); É preciso olhar para a Sé. *Primeiro de Janeiro*. 21 Jan. (1985); Infiltração de águas ameaça segurança da Sé. *Diário de Coimbra*. 25 Jan. (1985); As brechas na Catedral exigem acção imediata. *Comércio do Porto*. 27 Jan. (1985); Problemas da nossa catedral. *Jornal da Beira*. 8 Ago. (1985); Porque esperam os responsáveis? Abóbada da catedral esburacada põe em perigo o próprio templo. *Comércio do Porto*. 1 Set. (1985).

Os problemas foram pontualmente resolvidos até à última grande campanha de obras, realizada no início de 2001, que incidiram sobretudo na recuperação das coberturas do claustro, no Museu de Arte Sacra, no corredor de acesso à sacristia e na capela-mor e capelas laterais da Sé³².

Por tudo o que foi exposto, parece-nos claro que a queda do Estado Novo e a inoperância de grande parte das estruturas governamentais durante a década de 70 provocaram sérias dificuldades em gerir e solucionar todos os problemas evidenciados pela catedral viseense. Por outro lado, e neste caso concreto, não houve um objectivo preciso a alcançar, desde que perceberam as singularidades arquitectónicas da catedral e a dificuldade em restituí-la à sua pureza primitiva; daí podermos considerar a Sé de Viseu como um caso atípico dentro da actuação dos *Monumentos Nacionais*.

Uma vez provada a impossibilidade das intervenções da DGEMN nos darem resultados seguros sobre as origens da Sé de Viseu, dada a complexidade e miscelânea artística que moldou este edifício ao longo dos séculos, impõe-se recolocarmos a premissa inicial: quais foram então as circunstâncias que permitiram o desenvolvimento arquitectónico desta catedral?

Seguramente esta é uma questão presente na mente dos investigadores que pretendem estudar tão enigmático edifício, questão que permite a construção de um desafio para o século em que vivemos. Tal desafio passa por reunir especialistas das diversas áreas das ciências humanas e conjugar esforços no sentido de chegarmos um pouco mais longe do que os investigadores que nos antecederam, no que diz respeito ao conhecimento histórico-artístico deste monumento.

Para atingirmos esse objectivo, é necessário recorrer a um conjunto de métodos capazes de validar as hipóteses sobre a evolução da catedral de Viseu

³² Cf. DGEMN-DREMCentro: *Processo Geral da Sé de Viseu*; N° IPA: 021823240002 – Cx. 2991, Pasta 374; Sé de Viseu – obras de recuperação de coberturas; 22-02-2001.

que têm sido formuladas nestas primeiras décadas do século XXI³³. Uma das ferramentas fundamentais para corroborar as fontes documentais e esclarecer os nossos propósitos é, sem dúvida, o contributo da arqueologia. A Sé de Viseu carece de uma minuciosa campanha arqueológica, crucial para dar resposta às questões que têm sido colocadas. Temos consciência que seria uma campanha bastante morosa e dispendiosa, quer em termos financeiros, quer de recursos humanos. Estamos, contudo, igualmente seguros de que os resultados seriam surpreendentes para a compreensão da evolução artística deste complexo catedralício, e uma oportunidade para o desenvolvimento de várias investigações no domínio da história, história da arte, arqueologia e antropologia, capaz de catapultar a história da cidade de Viseu e da sua catedral para um nível que pudesse ombrear com as suas congéneres nacionais e internacionais³⁴.

Porém, uma vez que as intervenções arqueológicas dificilmente chegarão ao adro da Sé, talvez seja necessário procurarmos alternativas exequíveis que nos permitam começar a escrever a história dos primórdios da catedral. Uma das soluções pode passar pela arqueologia da arquitectura.

A aplicação dos métodos arqueológicos à arquitectura remonta aos anos 70 do século XX, em Itália, disseminando-se nos anos 80 em Espanha. Em meados da década de 90 esta metodologia de investigação, que permite fazer uma análise dos alçados e dos elementos arquitectónicos envolventes, é começada a aplicar em

³³ Sobre os trabalhos acerca da catedral de Viseu que surgiram na transição da primeira para a segunda década deste século devemos destacar os seguintes: ALVES, Carlos Filipe Pereira – A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: o alcácer e o castelo de Viseu (séculos XII- XIV). In *A GUERRA e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. [Torres Novas]: SPEM, 2009, p. 77-91 e *Os Monumentos Nacionais...*; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Viseu no rasto da guerra: dos conflitos fernandinos à paz definitiva com Castela. In *A GUERRA e a sociedade...* Vol. 1, p. 323-358 e Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185): a renovação de um perfil urbano. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 10 (2010) 11-36; e VAZ, João Luís Inês – A arquitectura paleocristã na Lusitânia Norte. *Máthesis*. 20 (2011) 99-128.

³⁴ Podemos ver alguns exemplos disto mesmo nos trabalhos de CRITES, Dyana Alexandra – *From mosque to cathedral: the social and political significations of mudejar architecture in late medieval Seville*. Iowa: University, 2010; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – La Ciudad Santa de Oviedo: un conjunto de Iglesias para la memoria del Rey. *Hortus*. 13/2 (2007) 375-390; ERLANDE-BRANDENBURG, Alain – *Amiens*. Paris: Éditions Jean-Paul Gisserot, 2002

Portugal³⁵. A arqueologia da arquitectura pauta-se por ser uma técnica não destrutiva, considerando o alçado como um documento histórico sujeito a uma análise diversificada e que, conjugado com outras fontes, se pode converter numa preciosa ajuda na explicação do processo construtivo de um edifício. A par da análise estratigráfica, é possível analisarmos a distribuição das marcas de canteiro, procurando apurar o processo de construção, os seus elementos decorativos e as características das oficinas de trabalho. Este método permite igualmente elaborar catálogos e reportórios territoriais de técnicas construtivas e, portanto, elucidar o investigador acerca da sequência de construção e destruição do edifício, para proceder à reconstituição do seu historial³⁶.

Podemos entender também a arqueologia da arquitectura como uma forma de gerir, estudar e conservar uma parte da cultura material das sociedades passadas. As estruturas murais constituem o património material herdado mais notável e destacado, tanto pelo seu volume e significado como pela sua funcionalidade. Contudo, esta metodologia carece de um aperfeiçoamento no que diz respeito à distinção das sequências estratigráficas nas distintas fases cronológicas, devido *a los replantos de obra, la torpeza de los ejecutantes o la simple necesidad de resolver situaciones imprevistas*, como demonstra Quirós Castillo³⁷.

Numa visão mais abrangente, a arqueologia da arquitectura pode ser aplicada no âmbito das intervenções de reabilitação e restauro do património edificado, crucial para determinar, por parte de arquitectos e engenheiros, as patologias dos edifícios e, por conseguinte, proceder a uma intervenção mais criteriosa e até menos onerosa. Podemos, pois, encontrar na análise da

³⁵ Cf. CABALLERO ZOREDA, Luís, ARCE, Fernando, UTRERO AGUDO, Maria de los Angeles – São João da Nazaré (Portugal): un tipo original de Iglesia. *Arqueología de la Arquitectura*. 2 (2003) 75-79.

³⁶ Cf. UTRERO AGUDO, Maria de los Angeles – Late antique and early medieval hispanic churches and the archaeology of architecture: revisions and reinterpretations of constructions, chronologies and contexts. *Medieval Archaeology*. 54 (2010) 1-33.

³⁷ QUIRÓS CASTILLO, Juan António – Arqueología de la arquitectura en España. *Arqueología de la arquitectura*. 1 (2002) 27-38.

estratigrafia uma ferramenta para resolver as questões mais prementes relativas à Sé de Viseu, e em simultâneo criar uma base para consolidar uma estrutura de defesa e conservação deste património, num momento em que a catedral de viseense integra o programa “Rota das Catedrais”, que pretende devolver esses edifícios à comunidade provendo a sua protecção e valorização.



Espaços, Símbolos e Poderes

Símbolos e Representações de Poder



Nesta página e na anterior: *Bispos Cromácio de Aquileia e Heliodoro de Altino*.
Letra C historiada (pormenores). *Bíblia de Souvigny* (finais do séc. XII)
© Médiathèque Moulins Communauté (Auvergne), MS 1, fl. 288.

O selo: símbolo de representação e de poder no mundo das catedrais portuguesas

Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO

Anísio Miguel de Sousa SARAIVA

Principal forma de autenticação documental utilizada na Idade Média, o selo tem vindo a merecer cada vez mais atenção por parte dos medievalistas nas últimas décadas, fenómeno que pode, sem dúvida, associar-se ao crescente interesse suscitado pela Diplomática e, mais amplamente, pelo estudo da importância da escrita, da simbologia e da emblemática na cultura visual da sociedade medieva, em estreita ligação com os mais recentes campos de análise desenvolvidos pela História da Cultura, das Mentalidades e da Arte da Idade Média¹. Em Portugal, esse maior interesse pelo selo e pela metaforização das imagens sigilares tem também sido notado; mas o número de investigadores portugueses nesta área é, na melhor das hipóteses, proporcional à pequena dimensão do país. São, efectivamente, poucos os que têm estudado os selos entre nós; foram sempre poucos, aliás². E, no entanto, os nossos arquivos conservam

¹ Sobre o desenvolvimento e a renovação da sigilografia, do entendimento do selo enquanto forma jurídica de validação e garante do direito, mas também objecto antropológico e de criação artística essencial para uma história geral da arte e das suas ligações com as diferentes áreas do saber, leia-se a obra basilar de PASTOUREAU, Michel – *Les sceaux*. Turnhout: Brepols, 1981 e as sínteses mais actualizadas apresentadas por GIL, Marc e CHASSEL, Jean-Luc na introdução à obra *POURQUOI les sceaux? La sigillographie, nouvel enjeu de l'histoire de l'art*. Éd. Marc GIL, Jean-Luc CHASSEL. Lille: IRHIS/CEGES, 2011, p. 5-26; e por BAUDIN, Arnaud – *Emblématique et pouvoir en Champagne: les sceaux des comtes de Champagne et de leur entourage: fin XI^e-début XIV^e siècle*. Langres: Éd. Dominique Guéniot, 2012, p. 31-37.

² Uma síntese recente sobre os trabalhos realizados no domínio da sigilografia portuguesa encontra-se em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Working with medieval manuscripts and records: paleography, diplomatics, codicology and sigillography. In *THE HISTORIOGRAPHY of medieval Portugal*

uma notável riqueza sigilográfica, à qual urge dar atenção, sob pena de ela se perder sem ter chegado sequer a ser estudada, na sequência do mau estado em que muitos dos selos se encontram e das condições adversas em que, infelizmente, continuam a ser conservados na maior parte dos nossos arquivos, bibliotecas e museus³.

O clero das catedrais conheceu desde cedo o selo como forma jurídica de validar os seus documentos. Já na Antiguidade Tardia os bispos usavam, seguindo os costumes de Roma, anéis sigilares com os quais autenticavam os diplomas que outorgavam⁴. É conhecido o exemplo excepcional da carta de Santo Avito de Viena ao seu irmão Apolinário, datada de 490, onde se descreve com todo o pormenor um anel episcopal belamente decorado, cujo centro, de esmeralda, tinha gravado um monograma acompanhado, em redor, pelo nome do prelado escrito por extenso⁵.

Esses selos serviam para fechar os documentos, ou então eram embutidos neles, à semelhança do que sucedia com os selos dos monarcas merovíngios e

(c. 1950-2010). Dir. José MATTOSO. Lisboa: IEM, 2012, p. 45-65. A bibliografia portuguesa desta área é mais exaustivamente apresentada em GOMES, Saul António – *Introdução à Sigilografia portuguesa: guia de estudo*. 2ª ed. Coimbra: FLUC, 2012. Este mesmo autor fornece uma visão sobre a evolução desta disciplina em Portugal ao longo dos tempos em: Percursos antigos e recentes da sigilografia em Portugal. In *COLEÇÃO esfragística da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* [catálogo da exposição]. Coimbra: Reitoria da Universidade, 2003, p. 39-59.

³ Já TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1983, p. 63-71 chama a atenção para este problema, que o correr do tempo mais agudiza. Um diagnóstico preliminar ao estado de conservação dos selos de um dos fundos mais importantes do ponto de vista sigilográfico conservado em Portugal, proveniente do cabido da Sé de Coimbra, foi apresentado por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – The seals from the fund of the Coimbra See chapter at the Torre do Tombo National Archive. In *PRESERVING documents: science and restoration* [Seminário Internacional, Arquivo da Universidade de Coimbra, Junho de 2010 – comunicação inédita].

⁴ Vid. BAUTIER, Robert-Henri – Apparition, diffusion et évolution typologique du sceau épiscopal au Moyen Âge. In *DIE DIPLOMATIK der Bischofsurkunde vor 1250*. Herausgegeben von Christoph HAIDACHER und Werner KÖFLER. Innsbruck: Tiroler Landesarchiv, 1995, p. 225 e RIESCO TERRERO, Ángel – El sello episcopal hasta el Renacimiento: valoración jurídico-diplomática y artística del mismo. In *XV CONGRESO Internacional de las Ciencias Genealógica y Heraldica*. T. 3. Madrid: Instituto Salazar y Castro, 1983, p. 367-370.

⁵ Exemplo mencionado por RIESCO TERRERO, Ángel – El sello episcopal..., p. 369-370, assim como por BAUTIER, Robert-Henri – Le cheminement du sceau et de la bulle des origines mésopotamiennes au XIII^e siècle occidental. In *CHARTES, sceaux et chancelleries: études de diplomatique et de sigillographie médiévales*. Vol. 1. Paris: École des Chartes, 1990, p. 123-166.

carolíngios⁶. O retrocesso desta forma de validação na Alta Idade Média, fruto do recuo da cultura escrita e do predomínio de outros processos de autenticação, como a apresentação de listas de testemunhas e confirmantes, levou a que o selo ficasse reservado ao uso real ou imperial, até que, por meados do século X, primeiro de forma esporádica, depois regular, os bispos da Renânia começaram a utilizá-lo, difundindo-se a partir daí o seu uso pelas dioceses da Lotaríngia e da Germânia antes ainda do ano 1000, pelo norte francês durante o século XI e na restante França e na Inglaterra ao longo de Undecentos, de acordo com as conclusões a que chegou Robert-Henri Bautier⁷.

Este autor verifica, ao elencar as datas das notícias acerca dos mais antigos selos episcopais de Portugal e Castela, que neste extremo ocidental da Europa, em geral último ponto a receber as novidades aos mais diversos níveis, devido a esta sua posição excêntrica, a prática sigilográfica parece ter chegado mais cedo aqui do que ao reino vizinho⁸. Bautier menciona como primeiro exemplo conhecido do uso do selo pelos prelados castelhanos, o arcebispo de Toledo D. Juan de Segovia, em 1159; e refere diversas dioceses onde a prática de selar os documentos emanados da autoridade episcopal só foi efectivamente iniciada a partir das décadas de 1210, 1220 ou 1230⁹. Em Portugal, pelo contrário, temos notícias de selos episcopais desde a década de 40 do século XII. Bautier aventa como explicação para a primazia portuguesa uma influência mais directa de França¹⁰, hipótese que nos parece perfeitamente plausível, tendo em conta dois factores: por um lado, as raízes borgonhesas do conde D. Henrique, que no

⁶ Sobre as várias formas de aposição dos selos, veja-se, por exemplo, PASTOUREAU, Michel – *Les sceaux...*, p. 40-42.

⁷ Vid. BAUTIER, Robert-Henri – *Apparition, diffusion et évolution...*, p. 225-230. Sobre a difusão do uso do selo em geral ao longo do século XII, vid. CHASSEL, Jean-Luc – *L'usage du sceau au XII^e siècle*. In *LE XII^e SIECLE: mutations et renouveau en France dans la première moitié du XII^e siècle*. Dir. Françoise GASPARRI. Paris: Le Léopard d'Or, 1994, p. 61-102.

⁸ Vid. BAUTIER, Robert-Henri – *Apparition, diffusion et évolution...*, p. 230-231.

⁹ Vid. BAUTIER, Robert-Henri – *Apparition, diffusion et évolution...*, p. 230.

¹⁰ Vid. BAUTIER, Robert-Henri – *Apparition, diffusion et évolution...*, p. 231.

Condado Portucalense se rodeou de contrerrâneos seus; por outro, as deslocações político-diplomáticas no estrangeiro dos primeiros prelados portugueses a validar desta forma os seus documentos.

Efectivamente, essas notícias mais antigas dizem respeito aos selos do bispo do Porto D. Pedro Rabaldes (1138-1145†), filho de um dos companheiros borgonheses do conde D. Henrique (selo referido em documento de Junho de 1144 de que só se conhece uma cópia)¹¹; ao famoso arcebispo de Braga D. João Peculiar (1138-1175†), que viajou amiúde para além dos Pirenéus (selo mencionado e descrito em cópia trecentista de original perdido de 1145)¹²; e ao primeiro bispo de Lisboa, o cruzado inglês D. Gilberto de Hastings (1147-1163†) (selo que terá eventualmente existido em documento de Fevereiro de 1159, que subsiste mas apenas conserva os furos de suspensão)¹³. Todos três, pelos seus contactos com outros espaços onde as práticas sigilares já se tinham difundido por essa altura, podem muito bem ter sido influenciados por elas, assim se justificando o seu uso precoce e não continuado pelos seus sucessores¹⁴.

Para todas as outras dioceses portuguesas existentes à época, à excepção de

¹¹ A família de D. Pedro Rabaldes foi estudada por VENTURA, Leontina – O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 36/1 (2002-2003) 89-114; a sua actuação como bispo do Porto encontra-se sintetizada em SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008, p. 26-27. Sobre o seu selo, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A sigilografia portuguesa em tempos de Afonso Henriques. *Medievalista* [Em linha]. 11 (2012). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11/morujao1103.html>. [Consultado a 21.04.2013].

¹² Uma síntese da acção de D. João Peculiar é-nos apresentada por COSTA, Avelino de Jesus da – D. João Peculiar, co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In *SANTA CRUZ de Coimbra do século XI ao século XX. Estudos*. Coimbra: [s.n.], 1984, p. 59-83. Acerca do seu selo, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A sigilografia portuguesa...

¹³ Relativamente a D. Gilberto, vid. BRANCO, Maria João – Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração. *Lusitania Sacra*. 10 (1998) 57-64; sobre o seu hipotético selo, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A sigilografia portuguesa... Informações sobre a introdução e difusão dos selos episcopais em Inglaterra encontram-se em CHENEY, C. R. – *English bishops' chanceries*. Manchester: University Press, 1950, p. 46-51; HARVEY, P. D. A.; MCGUINNESS, Andrew – *A guide to British medieval seals*. London: British Library / Public Record Office, 1996, p. 63-75; BAUTIER, Robert-Henri – Apparition, diffusion et évolution..., p. 229.

¹⁴ Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A sigilografia portuguesa...

Évora¹⁵, encontramos referências a selos durante a segunda metade do século XII, as quais não se relacionam já com bispos de origem estrangeira ou conhecidos por manterem contactos frequentes com outros espaços europeus. D. Miguel Salomão, em Coimbra (1162-1176), usou selo provavelmente logo no início do seu episcopado¹⁶; D. Mendo, primeiro bispo de Lamego (1147-1173), recorreu também à selagem, atestada em diploma de 1164¹⁷; e D. João Peres, prelado de Viseu (1179-1192†), fê-lo em documento datado criticamente de [1187-88]¹⁸. Nenhum destes selos chegou até nós: do de D. Miguel resta, quando muito, um fragmento muito mutilado e quase delido¹⁹; do de D. João de Viseu nada sabemos; e do de D. Mendo de Lamego temos a descrição oitocentista de João Pedro Ribeiro, que nos diz ser feito de cera e apresentar a imagem de um bispo com vestes pontificais lançando a benção, circundada pela legenda: *Sig. Menendi Lamecensis episcopi*²⁰.

¹⁵ Os selos apresentados por TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, n.º 84 e 85 como sendo do bispo de Évora D. Soeiro (1166-1176/80†) pertencem, na verdade, ao seu homónimo que ocupou essa catedral entre 1206 e 1229†, como já foi analisado em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A sigilografia portuguesa...*

¹⁶ Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria: 1080-1318*. Lisboa: FCG/FCT, 2010, p. 107-112 (sobre o episcopado de D. Miguel Salomão) e 638 (onde o seu hipotético selo é estudado e reproduzido). Vid. também GOMES, Saul António – In *limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Viseu: Palimage, 2007, p. 849 e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A sigilografia portuguesa...*, onde o selo em causa é igualmente publicado.

¹⁷ Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A sigilografia portuguesa...* Sobre D. Mendo e o seu governo à frente da diocese de Lamego, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal*. In *Espaço, poder e memória: a catedral de Lamego, sécs. XII-XX*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Lisboa: CEHR, 2013, p. 15-45. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/12795>. [Consultado a 30.09.2013].

¹⁸ A respeito deste selo, vid. CUNHA, Maria Cristina Almeida e; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Traditionalisme, régionalisme et innovation dans les chancelleries épiscopales portugaises au Moyen Âge*. In *RÉGIONALISME et internationalisme: problèmes de paléographie et de codicologie du Moyen Âge*. Éd. Otto KRESTEN, Franz LACKNER. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008, p. 308 e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A sigilografia portuguesa...*

¹⁹ Sobre as dúvidas que a identificação deste selo coloca, vid. a bibliografia citada *supra*, nota 16.

²⁰ RIBEIRO, João Pedro – *Observações históricas e críticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica portugueza oferecidas ao serenissimo Príncipe do Brazil*. Lisboa: Tip. Academia Real das Ciências, 1798, p. 143 (citado por COSTA, Avelino de Jesus – *Sigilografia*, p. 564).

Exactamente do mesmo tipo deste são os mais antigos exemplares sigilográficos de bispos portugueses conservados, ambos apenas a um diploma datado criticamente de [1187-88] e respeitante à Sé de Coimbra²¹. Ao lado do selo do rei D. Sancho I, surgem-nos os do bispo de Coimbra D. Martinho Gonçalves (1183-1191†) e do arcebispo de Braga D. Godinho Soares (1176-1188†)²² (Fig. 1).

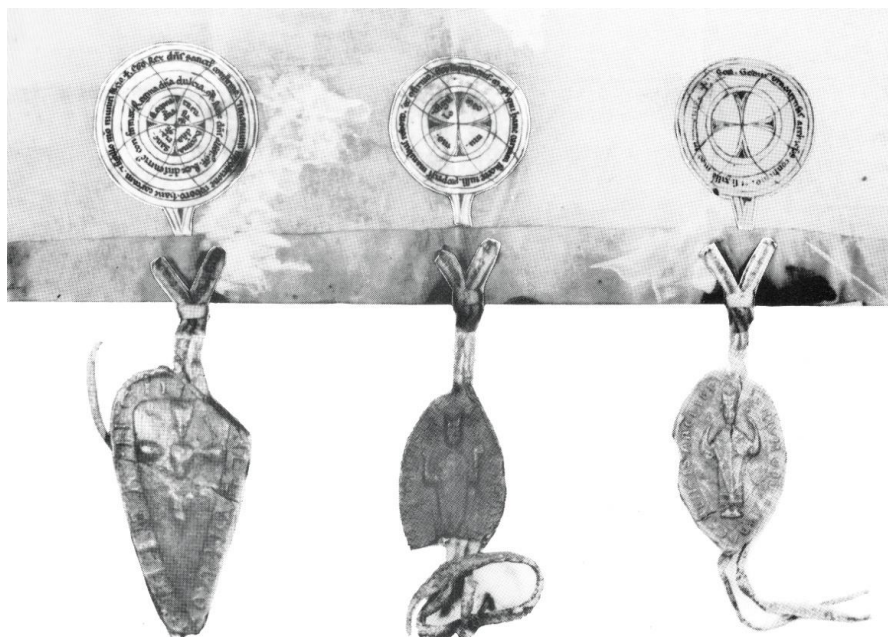


Fig. 1 – Selos de D. Sancho I, D. Martinho Gonçalves, bispo de Coimbra, e D. Godinho, arcebispo de Braga [1187, Setembro-1188, Julho], ANTT (Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 8, nº 39) © COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*. 5ª ed. Coimbra: FLUC, 1990, estampa 55.

Vemos, assim, que os primeiros selos dos bispos portugueses correspondiam às figurações mais usuais patentes nas matrizes episcopais da

²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 8, nº 39 (reproduzido, com má qualidade, em COSTA, Avelino de Jesus da – *Álbum de paleografia e diplomática portuguesas: estampas*. 6ª ed. Coimbra: IPD-FLUC, 1997, doc. 55); sobre a sua data crítica, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 116, nota 197.

²² Ambos os selos foram publicados e estudados em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A sigilografia portuguesa...*; o de D. Martinho Gonçalves foi analisado com mais pormenor em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 639-640.

época²³; e que todos eles eram já selos pendentes, e não embutidos ou apostos directamente sobre o documento a partir de anéis sigilares. Aliás, se Ángel Riesco Terrero dá conta, no seu trabalho sobre sigilografia episcopal²⁴, do recurso na Península Ibérica a matrizes anelares durante este período, não conhecemos nenhum caso do género para o território português, onde o que se sabe sobre os bispos do tempo de domínio muçulmano é demasiado pouco, nem sequer se conhecendo com rigor os seus nomes ou as datas certas dos seus episcopados, na maior parte das vezes vividos fora das dioceses de que eram titulares²⁵. Os primeiros selos episcopais portugueses, como acabámos de ver, datam de meados do século XII, e são selos pendentes feitos de cera, o material por excelência para a sua execução e único ao alcance dos prelados, dado que o chumbo apenas foi utilizado, entre nós, nos selos régios, a partir do reinado de D. Afonso II²⁶.

A cera era então vista como sendo dotada de características simbólicas, e associada à ideia de segredo, memória e conservação²⁷. Como Michel Pastoureau evidenciou, era uma matéria que os homens medievais consideravam viva, por ser *produzida por um ser vivo*, e que mantinha uma *relação estreita com a memória, com o escrito* [pensemos nas tabuinhas enceradas] *e, sobretudo, com as práticas de figuração e*

²³ Vid. LA MARCHE, Lecoy de – *Les sceaux*. Paris: Maison Quantin, 1889, p. 254-259; COULON, Auguste – Éléments de sigillographie ecclésiastique française. *Revue d'histoire de l'Église de France*. 78/18 (1932) 30-59; BAUTIER, Robert-Henri – Apparition, diffusion et évolution..., p. 233-236.

²⁴ RIESCO TERRERO, Ángel – El sello episcopal..., p. 372.

²⁵ A este respeito, vid. CARRIEDO TEJEDO, Manuel – Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X: a través de dos bispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI. *Bracara Augusta*. 48/101-102 (1998-99) 311-401; JORGE, Ana Maria – Episcopologio. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira AZEVEDO. Vol. C-I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 131-133; MARQUES, José – As dioceses portuguesas até 1150. *Biblos*. 78/3 (2002) 7-59.

²⁶ Vid. COSTA, Avelino de Jesus da – La chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIII^e siècle. In *ESTUDOS de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos*. Porto: SPEM, 1992, p. 147; SANTOS, Maria José Azevedo – A chancelaria de D. Afonso II (1211-1223): teorias e práticas. In *LER e compreender a escrita na Idade Média*. Lisboa: Colibri-FLUC, 2000, p. 26; GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa...*, p. 90-91.

²⁷ SUCHAUX, Gaston Duchet; PASTOUREAU, Michel – *Le bestiaire médiéval: dictionnaire historique et bibliographique*. Paris: Le Léopard d'Or, 2002, p. 17.

representação²⁸. Viam-na, também, como *a mais pura das matérias de origem animal, por ser produzida por um animal que é, ele próprio, símbolo de pureza*²⁹. Era, enfim, um material com qualidades excepcionais para ser moldado e nele se imprimir com grande fidelidade uma matriz³⁰, portadora de uma imagem que é, sempre e necessariamente, um símbolo referencial da identidade de uma pessoa ou de um grupo; que o representa, permite identificar e pode mesmo substituir. O mesmo autor ilustra esta capacidade de identificação total entre o *sigillum* e o sigilante com o exemplo da França quatrocentista, onde, em certas entradas régias, a matriz do selo grande de alguns monarcas era colocada na sela de um cavalo branco, substituindo a pessoa do rei, como que encarnando ela própria a autoridade régia³¹.

Essa identificação entre selo e sigilante só pode, naturalmente, ser conseguida se a representação gravada no primeiro corresponder à imagem que a sociedade tem do segundo. Como nos diz Brigitte Bedos-Rezak, a *imago* sigilar é regida por um código de uma *extraordinária rigidez*³²; o que se representa não é um retrato, mas um modelo, um estereótipo, profundamente ligado ao estatuto, ao cargo, à função social ou à instituição a que se reporta³³.

²⁸ PASTOUREAU, Michel – Les sceaux et la fonction sociale des images. In *Symboles du Moyen Âge: animaux, végétaux, couleurs, objets*. Paris: Le Léopard d'Or, 2012, p. 376-377. Sobre a cera em Portugal, vid. PEREIRA, Maria Teresa Lopes – O mel e a cera em Portugal, na Idade Média. In *OLHARES sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Dir. Maria do Rosário Themudo BARATA e Luís KRUS. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 447-467.

²⁹ PASTOUREAU, Michel – Les sceaux et la fonction sociale..., p. 376-377.

³⁰ Vid. BECCHETTI, Luca – *I sigilli: orientamenti e metodologie di conservazione e restauro*. Padova: Il Prato, 2011, p. 21-26 e 36-37. Essas qualidades da cera que permitem ao selo nela impresso ser extremamente fiel à matriz que o originou deram lugar a múltiplas metáforas em torno dos selos, estudadas em várias obras de Brigitte BEDOS-REZAK, de que destacamos: *Le sceau et l'art de penser au XII^e siècle*. In *POURQUOI les sceaux?...*, p. 153-176.

³¹ PASTOUREAU, Michel – Les sceaux et la fonction sociale..., p. 372.

³² BEDOS-REZAK, Brigitte – Signes d'identité et principes d'altérité au XII^e siècle: l'individu, c'est l'autre. In *L'INDIVIDU au Moyen Âge*. Dir. Brigitte BEDOS-REZAK, Dominique IOGNA-PRAT. Paris: Aubier, 2005, p. 54.

³³ Citando de novo BEDOS-REZAK, Brigitte – *When Ego was Imago: signs of identity in the Middle Ages*. Leiden-Boston: Brill, 2011, p. 29: *For these social categories, the underlying convention dictated that seal owners be represented as categories and not as individuals. The seal's iconography thus fostered a symbology of power and articulated*

Este facto explica que os selos de reis, senhores, damas, bispos ou abades sejam, sempre, muito semelhantes entre si. Justifica, também, a permanência destes símbolos na longa duração e relaciona-se, sem dúvida, com o facto de o selo não se destinar apenas a ser identificado por quem lia o documento a que ele estava apenso, mas também por quem não sabia ler e reconhecia não a mensagem escrita, mas aquela que era transmitida pela imagem sigilar, também ela um poderoso veículo de criação artística, alicerçada em fórmulas iconográficas e estratégias emblemáticas precisas.

O caso de maior permanência da figuração de um selo é o da bula papal, que desde o pontificado de Pascoal II (1099-1118†) até aos nossos dias se mantém praticamente imutável, sendo portanto facilmente identificado como o selo do chefe da Igreja, e mostrando, em simultâneo, por esta via, a perenidade e a continuidade da instituição eclesial³⁴. O poder que advém daquele de que foram investidos os apóstolos Pedro e Paulo (o primeiro escolhido pelo próprio Cristo como chefe da Igreja, o segundo o que difundiu a palavra cristã pelo mundo romano) encontra-se representado no mais solene selo papal através das efígies dos dois santos³⁵.

Mas os selos régios ou dos membros da família real, dos nobres e dos eclesiásticos têm, igualmente, as suas fórmulas iconográficas próprias, repetidas

organizing principles of society, while the personal identification of its individual owner was totally dependent upon an inscription. Ver também, sobre esta temática, BEDOS-REZAK, Brigitte – Medieval identity: a sign and a concept. *American Historical Review*. 105/5 (2000) 1489-1533 e Une image ontologique: sceau et ressemblance en France précolastique (1000-1200). In *ÉTUDES d'histoire de l'art offertes à Jacques Thirion: des premiers temps chrétiens au XX^e siècle*. Éd. Alain ERLANDE-BRANDENBURG, Jean-Michel LENIAUD. Paris: École Nationale des Chartes, 2001, p. 39-50.

³⁴ Sobre a evolução da bula papal, vid. BECCHETTI, Luca – Elementi araldici nei sigilli plumbei pontifici. In *ATTI della Società Italiana di Studi Araldici: 23^o e 24^o Convivio*. [S.l.]: SISA, 2007, p. 357-380; e Appunti di sfragistica pontificia savonese. *Atti e Memorie*. 43 (2007) 69-88; FRENZ, Thomas – *I documenti pontifici nel Medioevo e nell'Età Moderna*. 2^a ed. italiana a cura di Sergio PAGANO. Città del Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 1998, p. 48-51; ROMANELLI, Francesca Cavazzana – Il settimo sigillo: figure e simboli della sfragistica ecclesiastica. In *IL SIGILLO nella storia e nella cultura: mostra documentaria*. A cura di Stefania RICCI. Roma: Jouvence, 1985, p.149-198.

³⁵ Vejam-se exemplos de bulas papais nas obras indicadas na nota anterior.

ou actualizadas ao longo de gerações³⁶. Também eles são símbolos fáceis de reconhecer por quem os vê; transmitem estereótipos, uma ideia precisa da sociedade e da hierarquia nela presente, assim como das funções que cabia a cada um desempenhar e que eram por todos reconhecidas. O que significa, necessariamente, que neles está também contida uma concepção do poder de que a pessoa, grupo ou instituição que o possuía era detentora. Na maioria dos reinos medievais, o poder encontra a sua expressão nos selos de majestade, onde o rei ou o príncipe soberanos surgem, imponentes, sentados no trono, exibindo os atributos alegóricos da sua autoridade sobre os homens³⁷.

No mundo das catedrais, a simbologia e o poder estão também intrinsicamente unidos nas representações sigilares, como procuraremos ilustrar com exemplos de selos medievais portugueses ligados às nossas Sés, datados dos séculos XII a XV. É necessário, porém, antes de avançarmos, ter em conta que o levantamento destes selos está longe de se encontrar realizado. O pioneiro trabalho levado a cabo pelo Marquês de Abrantes³⁸ refere e descreve um grande número de espécimes sigilares provenientes deste universo eclesial português, que por vezes reproduz; mas não se trata de um inventário completo e contém

³⁶ NIEUS, Jean- François – L'hérédité des matrices de sceaux princiers au XII^e siècle: entre conscience lignagère et discours politique. In *POURQUOI les sceaux?*..., p. 217-239.

³⁷ Sobre este tipo de selos, que os reis portugueses nunca utilizaram, vejamos as seguintes obras: BAUTIER, Robert-Henri – Échanges d'influences dans les chancelleries souveraines du Moyen Âge, d'après les types des sceaux de majesté. In *CHARTES: sceaux et chancelleries*... Vol. 1, p. 192-220; BEDOS-REZAK, Brigitte – Signes et insignes du pouvoir royal et seigneurial au Moyen Âge: le témoignage des sceaux. In *FORM and order in Medieval France: studies in social and quantitative sigillography*. Aldershot: Variorum reprints, 1993, p. 47-62; The king enthroned, a new theme in anglo-saxon royal iconography: the seal of Edward the Confessor and its political implications. In *FORM and order*..., p. 53-90; Idéologie royale, ambitions princières et rivalités politiques d'après le témoignage des sceaux: France, 1380-1461. In *FORM and order*..., p. 483-511; CHERRY, John – Heads, arms and badges: royal representations on seals. In *GOOD impressions: image and authority in medieval seals*. Ed. Noël ADAMS, John CHERRY, James ROBINSON. London: British Museum, 2008, p. 12-16; DALAS, Martine – *Corpus des sceaux français du Moyen Âge*. T. 2: *Les sceaux des rois et de régence*. Paris: Archives Nationales, 1991; HARVEY, P. D. A.; MCGUINNESS, Andrew – *A guide to British medieval seals*..., p. 27-42; RUIZ, Teófilo F. – L'image du pouvoir à travers les sceaux de la monarchie castillane. In *GÉNESIS medieval del Estado moderno: Castilla y Navarra: 1250-1370*. Valladolid: Ambito Ed., 1987, p. 217-227; SERRANO COLL, Marta – *La imagen figurativa del rey en la Edad Media: estudio*. Tarragona: Universidad Rovira i Virgili, 2005, p. 105-246 (tese de doutoramento policopiada).

³⁸ TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia*...

múltiplos erros. A pesquisa documental levada a cabo no âmbito do projecto dos *Fasti Ecclesiae Portugaliae*³⁹ previu, desde o início, o tratamento das referências documentais que incluem a presença de selos; esses dados, infelizmente, ainda não puderam ser sistematizados. Baseia-se, assim, este nosso ensaio nas informações colhidas na obra datada de Luís Gonzaga de Lancastre e Távora e em diversos estudos que dão atenção à temática da sigilografia das nossas catedrais⁴⁰; no levantamento que um de nós realizou no âmbito dos seus trabalhos relativos à Sé de Coimbra⁴¹; e ainda nos resultados das pesquisas exploratórias por ambos levadas a cabo em diversos arquivos portugueses e estrangeiros, com vista à preparação do projecto “SIGILLVM – *Corpus* dos Selos Portugueses”, cuja primeira fase, financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do programa de apoio à recuperação, tratamento e organização de acervos documentais, se dedica à inventariação, catalogação e digitalização dos selos do clero secular medieval português⁴².

³⁹ Sobre este projecto, vid. JORGE, Ana Maria – *Fasti Ecclesiae Portugaliae*: prosopografia do clero catedralício português (1071-1325). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 665-666.

⁴⁰ Para o caso português, contamos essencialmente com MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *Frontières documentaires: les chartes des chancelleries épiscopales portugaises avant et après le XIII^e siècle: Coimbra et Lamego*. In *FRONTIERS in the Middle Ages*. Ed. Outi MERISALO. Louvain-la-Neuve: Brepols, 2006, p. 441-466; CUNHA, Maria Cristina Almeida; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Traditionalisme, régionalisme et innovation...*; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 609-669, *A sigilografia portuguesa...* e *Bispos em tempos de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV*. In *A GUERRA e a sociedade na Idade Média*. Vol. 1. [Torres Novas]: SPEM, 2009, p. 539-550; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Sigilografia heráldica eclesiástica medieval portuguesa no Arquivo Histórico Nacional de Espanha*. In *ESTUDOS de heráldica medieval*. Dir. Miguel Metelo de SEIXAS e Maria de Lurdes ROSA. Lisboa: IEM, 2012, p. 93-122; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux du clergé séculier portugais: XIII^e-XV^e siècles*. In *HÉRALDIQUE et Numismatique, Moyen Âge - Temps Modernes II*. Dir. Yvan LOSKOUTOFF. Le Havre: Presses des Universités de Rouen et du Havre, 2014, p. 165-193; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349*. Leiria: Ed. Magno, 2003; SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores...*, p. 125-127 e *A escrita na catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média: estudo diplomático e paleográfico*. Porto: FLUP, 2010, p. 155-172 (tese de doutoramento policopiada); GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia...*

⁴¹ Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 609-669; *Bispos em tempos de guerra...*

⁴² Sobre este projecto em curso, a levar a cabo durante o ano 2014-2015, veja-se a sua página web: <http://portugal-sigillvm.net>.

1. Selos Episcopais

Começemos pelos selos episcopais. Falámos já na mais frequente imagética que apresentam, e que predomina desde a sua difusão a partir dos séculos XI-XII⁴³: é aquela que o diplomata João Pedro Ribeiro descreve em relação ao desaparecido selo de D. Mendo de Lamego⁴⁴, ou seja, a imagem de um prelado com vestes pontificais lançando a benção, circundada por uma legenda que indica ser o selo de X, bispo de Y. A representação do bispo investido das insígnias simbolizadoras do seu poder é, aliás, a mais habitual, não ocorrendo apenas nas matrizes sigilográficas, mas também na escultura e na pintura. O bispo enverga os paramentos próprios da sua condição pontifical, ostenta na cabeça a mitra e na mão esquerda o báculo. São estes dois dos principais atributos do poder episcopal, a mitra servindo como distintivo daquele que detém o grau mais elevado das ordens sacras, e o báculo simbolizando o cajado de pastor que apascenta e guarda as suas ovelhas e, ao mesmo tempo, a vara da justiça de que ele é garante, ao julgar as causas do foro eclesiástico⁴⁵. Por as imagens sigilares terem dimensões muito reduzidas, e dada a posição erguida da mão direita, em gesto de abençoar, não é possível ver o anel que nela traria, e que constitui o terceiro grande símbolo próprio do poder episcopal, representativo do seu compromisso para com a Igreja, bem visível, por exemplo, em muitos jacentes funerários de prelados⁴⁶.

⁴³ Sobre a evolução da figuração dos selos episcopais, vid. BAUTIER, Robert-Henri – *Apparition, diffusion et évolution...*, p. 233-235 e 237-238; BEDOS-REZAK, Brigitte – *The bishop makes an impression: seals, authority and episcopal identity*. In *THE BISHOP: power and piety at the first millennium*. Ed. F. Sean GILSDOR. Münster: LIT Verlag, 2004, p. 137-154; COULON, Auguste – *Éléments de sigillographie ecclésiastique...*, 44-53; HARVEY, P. D. A.; MCGUINNESS, Andrew – *A guide to British medieval seals...*, p. 63-76; LA MARCHE, Lecoy de – *Les sceaux...*, p. 254-259.

⁴⁴ Vid. *supra*, nota 20.

⁴⁵ Relativamente aos símbolos do poder episcopal, veja-se o clássico estudo de GAUDEMET, Jean – *Le gouvernement de l'Église à l'époque classique*. II^e partie: *Le gouvernement local*. Paris: Cujas, 1979, p. 119-121.

⁴⁶ Para não referir mais do que dois exemplos portugueses em que o anel é bem visível na representação escultórica, vejamos os jacentes de D. Estêvão Eanes Brochardo, bispo de Coimbra de 1303 a 1318, na Sé Velha dessa cidade, e de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga de 1326 a 1348, situado na Capela da

Num primeiro tempo, os selos episcopais tenderam a ser circulares e a apresentar o bispo sentado na sua cátedra. A difusão do formato sigilar em dupla ogiva, porém, cedo se impôs, correspondendo à incorporação das formas quebradas e longilíneas típicas da arquitectura gótica, e oferecendo um campo verticalizado que podia ser preenchido com a representação em pé do sigilante⁴⁷. A figuração do bispo *stante* e o formato da dupla ogiva serão os mais comuns a partir do século XII, e são eles os que nos surgem nos exemplares sigilográficos do Portugal medieval. Efectivamente, nesse *corpus* ainda incompleto que usamos como base, os exemplos, para os séculos XII a XIV, de selos episcopais com diferente formato ou com outro tipo de figuração são muito raros.

No estudo dedicado aos selos da Sé de Coimbra, Maria do Rosário Morujão pensou ver no selo de D. Tibúrcio (1234-1246†) uma imagem do bispo sentado⁴⁸; o melhor exemplar que chegou até nós está, porém, em tão mau estado, que seria tão fácil sustentar esta afirmação como a contrária. Depois de muitas comparações com outros selos em que os bispos se representam sentados, parece-nos agora possível que o que foi interpretado como os braços de um cadeiral ou a posição flectida dos joelhos não seja mais do que as mangas curtas da dalmática envergada pelo prelado. Apresentando o bispo sentado só conhecemos, por ora, com toda a certeza, o selo de D. Vasco Martins de Alvelos enquanto bispo da Guarda (1302-1313†), exemplo algo tardio deste tipo de figuração e que difere da que o mesmo eclesiástico usara na década de 90 do

Glória da Sé de Braga. Acerca do simbolismo do anel episcopal, vid. GAUDEMET, Jean – Le symbolisme du mariage entre l'évêque et son église et ses conséquences juridiques. In *DROIT de l'Église et vie sociale au Moyen Âge*. Northampton: Variorum reprints, 1989 e PALAZZO, Eric – *L'évêque et son image: l'illustration du Pontifical au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 1999, p. 25-26.

⁴⁷ Vid. BAUTIER, Robert-Henri – Apparition, diffusion et évolution..., p. 232-233.

⁴⁸ ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 14, n.º 12, de 2 de Abril de 1246, reproduzido e estudado por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 644-645; sobre este prelado da diocese conimbricense, vejam-se, na mesma obra, as p. 124-129.

século XIII, quando se encontrava à frente da cátedra de Lamego, em que se fez representar de pé⁴⁹.



Fig. 2 – Selo de D. Martinho Gonçalves, bispo de Coimbra (1187-1188)
© Documento cedido pelo ANTT (Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 8, nº 39).

Os selos analisados permitem observar a evolução da iconografia episcopal neles utilizada ao longo da cronologia em estudo. Nos mais antigos, vê-se ainda a mitra bicórnica, patente nos selos undecentistas já referidos de D. Godinho Soares de Braga e D. Martinho Gonçalves de Coimbra (Fig. 2), mas também no de D. Soeiro Eanes de Lisboa (1185-1209/10†), do início de Duzentos, mais especificamente de 1206⁵⁰. Passados cinco anos, em 1211,

⁴⁹ Sobre este bispo e o seu percurso, vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 34-45. O seu selo como bispo da Guarda tem a cota ANTT, Ordem de Santiago, D.P., M. 1, nº 14, sem data, pelo que indicamos como data crítica o tempo que durou o episcopado deste bispo, de 1302 até à sua morte, ocorrida em 1313. O selo de D. Vasco enquanto bispo de Lamego que apresentamos (na Fig. 7) encontra-se em ANTT, Most. Arouca, Gav. 6, M. 4, nº 36, de 9 de Junho de 1297; um outro exemplar, datado de Outubro do mesmo ano, é reproduzido por SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 385, gravura 1.

⁵⁰ ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 9, nº 21, de Abril de 1206. Sobre D. Soeiro como bispo de Lisboa, vid. BRANCO, Maria João – *Reis, bispos e cabidos...* 67-70.

D. Paio de Lamego (1211-1246)⁵¹ faz-se representar no seu selo com a mitra colocada com as pontas de frente, replicando a mudança na forma de a envergarg daí em diante generalizada⁵².

No que diz respeito ao báculo, o seu formato variou também ao longo dos tempos. Nos selos mais antigos, encontramos báculos muito simples, com uma crossa que se destaca do resto do báculo a partir de um nó, e que termina numa voluta simples, sem ornamentos (Fig. 3). Assim vemos no exemplar undecentista de D. Godinho de Braga ou nos de D. Soeiro de Lisboa e D. Paio de Lamego, dos inícios de Duzentos, já referidos. Em contraponto, e avançando para o final do século XIII, a crossa gravada no selo do bispo de Coimbra D. Aimerico d'Ébrard (1279-1295†)⁵³ apresenta uma forma diferente, parecendo que entre as volutas existem elementos decorativos, à semelhança do que sucede em muitos báculos dos séculos XIII e XIV provenientes de Limoges, ou influenciados pelas obras da ourivesaria limosina⁵⁴. Outros selos, posteriores, mostram o processo de sofisticação que o báculo gótico continuou a sofrer, com crossas

⁵¹ ANTT, Most. Lervão, ACE, M. 10, nº 21, de Julho de 1211. Acerca deste bispo, vid. COSTA, Manuel Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. 1: *Idade Média: a mitra e o município*. Lamego: [s.n.], 1977, p. 140-141; e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 34.

⁵² Esta evolução da forma da mitra é mostrada por BAUTIER, Robert-Henri – *Apparition, diffusion et évolution...*, p. 235, que dá exemplos de uma mudança mais precoce em algumas dioceses francesas (nos anos 40 a 60 do século XII), mas também da sua persistência até à década de 20 do século XIII em outros espaços. Esta manutenção das mitras bicórnica até datas mais tardias é também referida por COULON, Auguste – *Éléments de sigillographie ecclésiastique...*, 46-47.

⁵³ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 64, nº 2630, de 20 de Abril de 1290. Sobre este bispo de origem francesa, cuja importância no desenvolvimento dos selos episcopais portugueses será referida mais adiante, veja-se MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 140-154 e *La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles*. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: CEHR, 2005, p. 77-91; o seu selo é estudado na primeira obra citada, nas p. 649-653, e reproduzido na p. 651.

⁵⁴ Compare-se, por exemplo, com as crossas de alguns báculos deste tipo existentes em Portugal, conservados no Museu Nacional de Arte Antiga (nº inventário 39821, datado dos séculos XIII-XIV; fotografia disponível em <http://www.matrizpix.imc-ip.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPEQ=2&NUNPAG=1®PAG=50&CRITERIO=b%C3%A1culo&IDFOTO=82332> [consultado a 27.04.2013]) ou no Museu Nacional de Machado de Castro (nº inventário 04061.01, datado do século XIV; fotografia disponível em <http://www.matrizpix.imc-ip.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPEQ=2&NUNPAG=1®PAG=50&CRITERIO=b%C3%A1culo&IDFOTO=17676> [consultado a 27.04.2013]).



Fig. 3 – *Crossas de báculos*: selos de D. Godinho de Braga [1187-88], D. Soeiro de Lisboa (1206), D. Paio de Lamego (1211), D. Aimerico de Coimbra (1290), D. Bartolomeu da Guarda (1330), D. João Homem I de Viseu (1334), D. Jorge Eanes (1353) e D. Vasco Rodrigues de Coimbra (1367) © Documentos cedidos pelo ANTT (Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 8, nº 39; M. 9, nº 21; Most. Lorvão, ACE, M. 10, nº 21; Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 68, nº 2507; M. 53, nº 2083; M. 43, nº 1751; M. 57, nº 2130; Most. Lorvão, Gav. 3, M. 11, nº 27).

cada vez mais elaboradas tanto no interior das volutas como no seu exterior⁵⁵, como se vê nos casos de D. Bartolomeu da Guarda (1326-1345†)⁵⁶, de D. João Homem I de Viseu (1333-1349†)⁵⁷, de D. Jorge Eanes de Coimbra (1338-1356†)⁵⁸ e de D. Vasco Rodrigues desta mesma diocese (1364-1371)⁵⁹.

A evolução do uso das vestes episcopais também se evidencia através da iconografia dos selos⁶⁰; aliás, a sigilografia em geral (e não apenas a eclesiástica) permite a realização de estudos de grande interesse e novidade sobre o vestuário, como demonstra a obra de Germain Demay, *Le costume au Moyen Âge d'après les sceaux*, publicada há mais de um século e que permanece ainda como principal referência nesta matéria⁶¹. Não nos alongaremos sobre este tema, chamando apenas a atenção para alguns selos em particular bom estado que permitem observar os paramentos dos bispos portugueses da Idade Média (Fig. 4): a primeira matriz de D. Aires Vasques de Lisboa (1241-1258†)⁶²; a segunda matriz

⁵⁵ Acerca da evolução das crossas dos báculos nos selos, vid. COULON, Auguste – *Éléments de sigillographie ecclésiastique...*, 47-48.

⁵⁶ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 53, nº 2083, de 30 de Março de 1330.

⁵⁷ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 43, nº 1751, de 29 de Fevereiro de 1334; publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique...*

⁵⁸ Neste caso, patente quer na primeira matriz usada por este prelado, ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 58, nº 2164, de 6 de Setembro de 1344, quer na segunda, de que se pode ver um exemplar em bom estado de conservação em ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 57, nº 2130, de 21 de Dezembro de 1353; publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique...* Sobre a carreira deste bispo, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Bispos em tempos de guerra...*, p. 540-542.

⁵⁹ ANTT, Most. Lrvão, Gav. 3, M. 11, nº 27, de 28 de Maio de 1367; publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, FERNANDES, Carla Varela, MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Mémoire au-delà de la mort: les évêques portugais et leurs monuments tumulaires au Moyen Âge*. In *IDENTITÉ et mémoire: l'évêque, l'image et la mort: de l'époque paléochrétienne jusqu'à la fin du Moyen Âge*. Dir. Nicolas BOCK [et al.] Roma: Viella, 2014 (no prelo). Sobre a carreira deste bispo, que durante séculos esteve mal identificado pela nossa historiografia, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Bispos em tempos de guerra...*, p. 543-544.

⁶⁰ Vid COULON, Auguste – *Éléments de sigillographie ecclésiastique...*, 48-49. Veja-se também a aplicação didáctica que apresenta as vestes episcopais a partir de um selo, na página da internet dos Archives Départementales de l'Aube, em França: <http://www.archives-aube.fr/jeux/sceaux/index.php> [consultado a 27.04.2013].

⁶¹ DEMAY, Germain – *Le costume au Moyen Âge d'après les sceaux*. Paris: D. Demoulin, 1880.

⁶² ANTT, Most. S. Vicente de Fora, 1ª inc., M. 3, nº 6, de 25 de Março de 1245.

usada como bispo consagrado por D. Egas Fafes de Coimbra (1247-1267)⁶³; o selo, de excepcional qualidade de execução, do arcebispo D. Martinho Pires de Oliveira (1295-1313†), do primeiro ano em que ocupou a cátedra bracarense⁶⁴; e o selo de D. Estêvão Eanes Brochar do de Coimbra (1303-1318†), dos inícios de Trezentos⁶⁵. Nos dois primeiros, vê-se um amito de tecido mole, criando como que uma gola que, nos dois outros selos, já se apresenta alterada, com uma forma claramente rígida, sendo ainda ornamentado como um verdadeiro colarinho largo. A alva é visível nos punhos de todos, a não ser nos de D. Aires Vasques, notando-se o seu pregueado junto aos pés dos prelados, excepto também no caso deste bispo de Lisboa. As mangas da dalmática estão especialmente em evidência no selo de D. Martinho, mostrando ser de tecido decorado. Por cima, todos envergam a casula; a de D. Egas apresenta no centro uma larga tira, o sebasto, que nos selos de D. Aires e de D. Martinho é acrescentado de uma outra parte, contornando os ombros. Refira-se, ainda, o manípulo que D. Estêvão tem sobre o braço esquerdo, que parece franjado. Servem estes exemplos para mostrar um pouco do muito que se pode saber relativamente à paramentaria medieval a partir do estudo atento destes selos.

A partir de meados do século XIII, as representações sigilográficas

⁶³ ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 15, n.º 18, de 12 de Novembro de 1254; selo estudado e reproduzido em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 648-649; nessa mesma obra, nas p. 130-138, encontram-se os dados biográficos deste prelado e uma síntese acerca da sua actuação.

⁶⁴ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 86, n.º 3999, de 4 de Agosto de 1295. Este selo foi já reproduzido e estudado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Sigilografia heráldica eclesiástica...*, p. 97-98. Acerca deste arcebispo, vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *Nepotism, illegitimacy and papal protection in the construction of a career: Rodrigo Pires de Oliveira, bishop of Lamego: 1311-1330†. E-Journal of Portuguese History*. [Em linha]. 6-1 (2008), nota 21 [Consultado a 7.05.2013]. Disponível em http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Summer08.html

⁶⁵ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 12, n.º 576, de 25 de Junho de 1304; selo estudado e reproduzido em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 656-657; nesta mesma obra, encontram-se nas p. 170-181 os principais dados sobre este bispo de Coimbra que foi, igualmente, chanceler do rei D. Dinis.



Fig. 4 – Selos de D. Aires Vasques de Lisboa (1ª matriz, 1245), D. Egas Fafes de Coimbra (2ª matriz, 1254), D. Martinho Pires de Oliveira de Braga (1295) e D. Estêvão Eanes de Coimbra (1304)
 © Documentos cedidos pelo ANTT (Most. S. Vicente de Fora, 1ª inc., M. 3, nº 6; Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 15, nº 18; 2ª inc., M. 86, nº 3999 e M. 12, nº 576).

episcopais conhecem uma nova fase⁶⁶. Essa nova figuração incorpora como modelo a ideia do nicho central, uma das últimas inovações do gótico, reveladora de uma clara integração do vocabulário arquitectural contemporâneo na estruturação da imagem sigilar, que nos aparece agora dividida em dois ou mais planos, enquadrados, as mais das vezes, entre pináculos, arcos e outros elementos típicos do estilo gótico, numa verdadeira microarquitectura mais ou menos realista de elementos que, no seu conjunto, compõem uma narrativa⁶⁷. Em múltiplos casos, a secção ou secções superiores apresentam imagens de carácter hagiográfico-devocional, sendo a figuração do bispo remetida para o plano inferior, e inserida também num nicho. Noutros casos, a representação do prelado, em pé e, tal como até então, com as vestes pontificais e as insígnias do seu poder, continua a ocupar a posição central, mas integra-se num nicho de maiores dimensões, sendo por vezes ladeada ou encimada por figuras de santos e símbolos vários intencionalmente escolhidos pelo sigilante como elementos iconográficos identificadores da sua pessoa, do seu estatuto social e do seu perfil devocional⁶⁸.

Este novo modelo de selo hagiográfico entra em Portugal, de acordo com o que os dados de que dispomos, através de um prelado francês, D. Aimerico d'Ébrard, que governou o bispado de Coimbra de 1279 a 1295⁶⁹. Originário de Cahors, que tantos clérigos deu à hierarquia da Igreja, fruto da sua ligação ao papado de Avinhão e, em especial, a Jacques Duèze, também de Cahors e pontífice com o nome de João XXII. Na verdade, tudo indica ter sido

⁶⁶ BAUTIER, Robert-Henri – Apparition, diffusion et évolution..., p. 237-238; COULON, Auguste – Éléments de sigillographie ecclésiastique..., 50-53.

⁶⁷ GIL, Marc – L'enlumineur Jean Pucelle et les graveurs de sceaux parisiens: l'exemple du sceau de Jeanne de France, reine de Navarre: 1329-1349. In *POURQUOI les sceaux?*..., p. 421-435.

⁶⁸ BECCHETTI, Luca – *Sigilli ecclesiastici dalla Collezione Corvisieri Italiana*. Roma: ARACNE, 2012, p. 29-33; GARDNER, Julian – The architecture of cardinal's seals: c. 1244-1304. In *POURQUOI les sceaux?*..., p. 437-450.

⁶⁹ A seu respeito, vid. bibliografia indicada na nota 53.

D. Aimerico o introdutor entre nós deste novo modelo sigilográfico, dado que não encontramos, até agora, nenhum selo desta tipologia anterior ao seu, do qual conhecemos uma primeira referência de Dezembro de 1281⁷⁰, datando o mais antigo exemplar conservado, porém, apenas de Janeiro de 1283⁷¹. O campo apresenta no plano central uma cena pormenorizada da Adoração dos Reis Magos, encimado por torres e pináculos, e, por baixo, sob um arco gótico lobado, o prelado, com a mitra e o báculo, ajoelhado em atitude de veneração (Fig. 5)⁷².



Fig. 5 – Selo de D. Aimerico d'Ébrard, bispo de Coimbra (1290) © Documento cedido pelo ANTT (Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 64, nº 2360).

⁷⁰ ANTT, Most. Lorrão, Gav. 3, M. 7, nº 2, de 3 de Dezembro de 1281.

⁷¹ ANTT, Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra, M. 1, nº 13, de 16 de Janeiro de 1283.

⁷² ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 64, nº 2360 e M. 68, nº 2507, de 20 e 23 de Abril de 1290. O tema da Adoração dos Magos é pouco comum nas representações sigilográficas, como nos indica BASCAPÉ, Giacomo C. – *Sigillografia: il sigillo nella diplomatica, nel diritto, nella storia, nell'arte*. Vol. 1. Milano: Giuffrè, 1969, p. 65; e mais recentemente NEW, Elisabeth A. – Biblical imagery on seals in medieval England and Wales. In *POURQUOI les sceaux?*..., p. 455.

As matrizes sigilares episcopais portuguesas que surgem logo a seguir com este tipo de composição iconográfica correspondem ao selo de D. Egas Viegas, bispo de Viseu (1288-1313†) – de que se conhece até agora um único exemplar completo, destacado do documento original de 1291, e que nos permite identificar uma singular representação de Maria com o Menino, no centro, entre duas árvores, alegoria do ciclo da vida bem como da verticalidade, reforçando neste contexto o papel mediador da Virgem entre a terra e o céu, ladeados ainda por dois santos da devoção do prelado, cuja imagem, ajoelhada, surge num plano inferior⁷³; ao de D. Fernando Martins, bispo de Évora (1297-1310/11†), de 1297, que exhibe a todo o espaço do campo uma estrutura retabular gótica dividida em dois planos, onde se apresenta, no plano principal, a primeira figuração do Calvário que se conhece na sigilografia episcopal medieval portuguesa, seguida, em baixo, pela figura do bispo ajoelhado em oração⁷⁴; ao de D. Fernando, bispo de Coimbra (1302-1303†), de 1303, que apresenta no plano superior a coroação da Virgem; no meio, S. Pedro e S. Paulo; em baixo, o bispo orante⁷⁵; ao de

⁷³ Arquivo Distrital de Viseu (ADVIS), Pergaminhos, M. 50, n° 4, de 23 de Dezembro de 1291. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, n° 510 apresenta, sem no entanto o reproduzir, outro exemplar do selo deste prelado, de 1295, que diz pertencer a uma colecção particular. Sabemos tratar-se de um exemplar com contra-selo, datado de 1295, existente no arquivo documental da Casa dos Morgados de S. João da Madeira, que pelo menos ainda aí existia em 1938, quando dele deu notícia CAMPO BELO, Conde de – *Dois selos medievais*. Porto: [s.n.], 1938. Sobre o significado alegórico da árvore no mundo medieval, vid. DROBINSKY, Julia – *L'amour dans l'arbre et l'Amour au coeur ouvert: deux allégories sous influence visuelle dans les manuscrits de Guillaume de Machaut*. In *L'ALLÉGORIE dans l'art du Moyen Âge: formes et fonctions. Héritages, créations, mutations*. Éd. Christian HECK. Turnhout : Brepols, 2011, p. 276-277; CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos símbolos*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1997, p. 89-92. Quanto à figura de D. Egas Viegas, bispo de Viseu, vid. VILAR, Hermínia Vasconcelos – In defence of episcopal power: the case of bishop Egas of Viseu. In *CARREIRAS eclesiásticas no Ocidente cristão (séc. XII-XIV)*. Lisboa: CEHR-UCP, 2007, p. 221-241; e SOUZA, José António – Dom Dinis, Dom Egas de Viseu e a *Suma* sobre a liberdade eclesiástica. *Itinerarium*. 58 (2012) 373-425.

⁷⁴ Archivo Historico Nacional, Madrid (AHN), Sigil-Sellos, C. 77, n° 5, de 1297; estudado e publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Sigilografia heráldica eclesiástica...*, p. 98-101, onde também se reúnem os dados mais recentes sobre o percurso deste prelado eborense, p. 95, nota 7.

⁷⁵ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 63, n° 2305, de 3 de Agosto de 1303; selo estudado e reproduzido por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 654-656, que, nas p. 166-169, apresenta os poucos dados biográficos que se conhecem a respeito deste prelado.



Fig. 6 – Selos de D. Egas Viegas, bispo de Viseu (1291), D. Fernando, bispo de Coimbra (1303), D. Geraldo Domingues, bispo do Porto (1305), e D. João de Soalhães, bispo de Lisboa (1306)
 © Documentos cedidos pelo ADVIS (Pergaminhos, M. 50, nº 4), ANTT (Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 63, nº 2305) e AUC (Pergaminhos, Gav. 23, nº 4); TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancaster e – O estudo da sigilografia..., nº 323.

D. Geraldo Domingues, bispo do Porto (1305), com a Virgem com o Menino enquadrada num nicho gótico a ocupar praticamente todo o campo, secundada, no plano inferior, pela figura do bispo em oração⁷⁶; e ao de D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa (1306), com a representação do *Agnus Dei* no plano superior, no do meio a Virgem com o Menino e, no plano inferior, o bispo em oração⁷⁷ (Fig. 6).

Ao mesmo tempo, porém, continuam a ser utilizados selos com a figuração tradicional, como é o caso do bispo de Coimbra D. Estêvão Eanes Brochardo (1303-1318†), que já referimos. No entanto, neste selo encontra-se uma importante e singular inovação: um escudo de armas é apresentado à direita do prelado⁷⁸ (Fig. 4). Os elementos heráldicos, em outros países, já se encontravam nos selos episcopais desde o século XIII; em Portugal, pelo que os dados disponíveis nos permitem concluir, só surge no início do século XIV, passando, no decurso desta centúria, a constituir um sinal identitário que se associa com muita frequência aos selos episcopais, até vir a ocupar toda a composição iconográfica do campo já durante o século XV⁷⁹.

⁷⁶ Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Pergaminhos, Gav. 23, nº 2, de 27 de Junho de 1304 e nº 4, de 1 de Dezembro de 1305, respectivamente; ambos descritos e reproduzidos por SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 161-162. Sobre o percurso de D. Geraldo Domingues, vid. VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Marta Castelo – Servir, gouverner et légier: l'évêque Geraldo Domingues (1285-1321). In *A IGREJA e o clero português...*, p. 95-116.

⁷⁷ ANTT, Gaveta 1, M. 5, nº 12 de 7 de Outubro de 1306; elencado por TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 323 com a cota errada. Desta matriz conhecemos mais três exemplares, todos com contra-selo, sendo o que nos chegou em melhor estado, datado de 25 de Junho de 1304, pertence a um arquivo particular e foi publicado por CAMPO BELO, Conde de – *Dois selos medievais...*

⁷⁸ Neste caso particular, o escudo de armas que acompanha o bispo não é o da sua família, mas sim, segundo tudo indica, o da diocese de Coimbra, conforme já foi aventado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* e, especialmente, em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Sigilografia heráldica eclesiástica...*, p. 114 e nota 69.

⁷⁹ Note-se que os primeiros elementos heráldicos surgem desde meados do século XIII nos selos de outros clérigos das catedrais portuguesas; nos selos episcopais, porém, o primeiro caso que conhecemos até ao momento é precisamente este de D. Estêvão Eanes Brochardo, de acordo com as conclusões a que chegaram SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...*



Fig. 7 – Selos dos bispos de Lamego D. João Fernandes (1290), e D. Vasco Martins de Alvelos (1297)
 © Documentos cedidos pelo ANTT (Sé de Lamego, Autos cíveis, M. 1, nº 5; e Most. Arouca, Gav. 2, M. 2, nº 4).

Noutros casos, um pouco anteriores, aliás, em lugar dos motivos heráldicos surgem elementos de cariz devocional, que decoram as partes não preenchidas do selo. Assim se passa com o exemplar de D. João Fernandes, de Lamego (1285-1296†), onde, de cada lado da figura do prelado, representado *stante* de acordo com os cânones tradicionais, se vê uma cabeça, correspondendo às efigies de S. Pedro e de S. Paulo⁸⁰, decalcando, por exemplo, e apenas com pequenas diferenças, o modelo presente nos selos do abade de Westminster Richard de Crokesley, de 1255, e do bispo Tommaso Andrei de Pistóia, de 1291⁸¹. Esta

⁸⁰ ANTT, Sé de Lamego, Autos cíveis, M. 1, nº 5, de 10 de Agosto de 1290.

⁸¹ Veja-se a reprodução do selo do abade de Westminster em SELLA, Pietro – *I sigilli dell'Archivio Vaticano*. T. I. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1937, p. 178, nº 609; e o exemplar do bispo de Pistóia publicado e disponível em http://expo.khi.fi.it/galleria/sigilli/pietro-e-paolo/view?set_language=it [Consultado a 15.05.2013]. Esta representação no campo sigilar das efigies de S. Pedro e S. Paulo foi, aliás, uma prática com alguma difusão durante o século XIII, como forma de deferência para com a Santa Sé, tal como nos diz BECCHETTI, Luca – *Sigilli ecclesiastici...*, p. 30.

mesma composição iconográfica foi adoptada por D. Vasco Martins de Alvelos (1297-1302), quer enquanto bispo de Lamego quer depois como bispo da Guarda, no que constitui o primeiro caso detectado em Portugal de manifesta imitação da matriz de outro prelado, neste caso do seu antecessor na diocese lamecense (Fig. 7)⁸². Os elementos de tipo hagiográfico que associam estes bispos aos dois santos, com uma justificação talvez mais institucional que devocional, podem ser aproximados dos atributos iconográficos marianos que surgem em outros selos, como é o caso da matriz usada por D. Egas Fafes de Coimbra, já apresentada (Fig. 4), que contém um crescente e uma estrela, conhecidos elementos cosmológicos associados também a Nossa Senhora, denotando aqui de forma clara a devoção de D. Egas à Virgem, bem patente, aliás, na instituição que fez do canto solene quotidiano da *Salve Rainha* na Sé conimbricense⁸³.

Regressando à evolução das representações inscritas no campo dos selos episcopais a partir do último quartel do século XIII, vimos que, além dos selos de tipo hagiográfico, também se procedeu a uma aproximação aos modelos entretanto tornados comuns na Europa daqueles em que a primazia continuou a ser dada à imagem do prelado, através da integração de elementos arquitectónicos góticos, como ocorre nos selos dos bispos do Porto D. Vicente Mendes (1285 e 1294) e D. Sancho Pires (1299)⁸⁴, ou ainda de cenas hagiográficas em torno da sua figura. É disso um claro exemplo o selo adoptado pelo arcebispo de Braga D. Martinho de Oliveira (1295), atrás referido a propósito dos paramentos

⁸² Sobre este prelado e o selo que usou enquanto bispo da Guarda, vid. *supra*, nota 49.

⁸³ A instituição desta prática é referida por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 143. Sobre a presença destes elementos simbólicos nos selos episcopais, vid. COULON, Auguste – *Éléments de sigillographie ecclésiastique...*, 50.

⁸⁴ ANTT, Most. S. Salvador de Moreira, M. 9, n.º 33, de 8 de Julho de 1285; Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Pergaminhos, n.º 34P, de 1 de Abril de 1294; e AUC, Pergaminhos, Gav. 23, n.º 1, de 13 de Setembro de 1294, correspondem às impressões conhecidas do selo de D. Vicente Mendes; e ANTT, Most. S. Salvador de Vairão, M. 6, n.º 6, de 29 de Janeiro de 1299, à única impressão que se conhece do selo de D. Sancho Pires; ambos descritos e reproduzidos por SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 158- 161. Sobre o percurso de D. Vicente Mendes, vid. CUNHA, Maria Cristina, SILVA, Maria João Oliveira – *The king's service and God's service: attitudes of the prelate from Porto: D. Vicente Mendes (1260-1296)*. In *CARREIRAS eclesiásticas no Ocidente cristão...*, p. 259-267.

litúrgicos (Fig. 4), onde nos dois planos em que o campo do selo se divide, o destaque principal cabe ao prelado, de pé, a abençoar, figurando sobre a sua imagem, em menores dimensões, a Virgem sentada no trono com o Menino ao colo.

São seguidores desta gramática figurativa os selos do bispo de Coimbra D. Jorge Eanes (1338-1356†), de que conhecemos duas matrizes diferentes, ambas com o campo dividido em várias secções⁸⁵. O lugar principal é deixado ao bispo *stante*, sendo a parte superior ocupada com a imagem a três quartos da Virgem com o Menino ao colo. Nestes selos armoriados, os escudos de armas estão também presentes, embora bastante delidos (Fig. 8).



Fig. 8 – Selos do bispo de Coimbra D. Jorge Eanes (1ª matriz, 1344, e 2ª matriz, 1353) © Documentos cedidos pelo ANTT (Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 58, nº 2164 e M. 57, nº 2130).

⁸⁵ A mais recente, que usava em 1353, foi já referida *supra*, nota 58, onde se indica também bibliografia sobre este bispo. Da matriz anterior faz prova o selo de 6 de Setembro de 1344 conservado em ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 58, nº 2164, reproduzido em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Bispos em tempos de guerra..., p. 541.

A heráldica, de facto, emerge em grande força nos selos do século XIV. Assim vemos, entre outros, no caso de outro bispo da mesma diocese, D. Martinho Afonso de Miranda (1385-1398), que posteriormente foi arcebispo de Braga (1398-1416†)⁸⁶. Enquanto prelado de Coimbra, usou dois selos diferentes, um de maiores dimensões, designado por *selo pontifical*, outro menor, chamado *selo de camafeu*⁸⁷. O primeiro corresponde a um exímio trabalho de gravação, que apresenta na parte central do campo um retábulo ricamente decorado, onde a Virgem, de pé, com o Menino nos braços, surge ladeada por dois santos mártires que, por ora, ainda não pudemos identificar. Na parte inferior, D. Martinho parece estar ajoelhado, sendo ladeado por dois escudos com as suas armas. São esses símbolos heráldicos, encimados por um elmo, o único motivo do *selo de camafeu*; as menores dimensões deste selo permitem-nos aventar a possibilidade que a sua matriz estivesse encaστοada num anel ou fosse um sinete (Fig. 9).

Gravados também a partir de sinetes ou de matrizes anelares seriam, decerto, os contra-selos que alguns bispos utilizaram para reforçar a validade aos diplomas onde os apuseram, acrescentando assim à dupla linguagem (imagem/legenda) a dupla face (anverso-reverso/selo-contra-selo). Nas dioceses de outros reinos, os primeiros contra-selos datam da segunda metade do século XII⁸⁸. Em Portugal, porém, a sua introdução nos selos episcopais parece mais

⁸⁶ A seu respeito, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Bispos em tempos de guerra..., p. 546-549.

⁸⁷ Respectivamente, ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 12, nº 554, de 17 de Julho de 1391 e ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 65, nº 2384, de 15 de Setembro de 1393; reproduzidos em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Bispos em tempos de guerra..., p. 548; reproduzidos e estudados em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – L'héraldique dans les sceaux... Neste último trabalho é também analisado e reproduzido um selo de 1412 usado por D. Martinho quando era arcebispo de Braga, com formato redondo e o campo totalmente preenchido pelos seus elementos heráldicos.

⁸⁸ Vid. BAUTIER, Robert-Henri – Apparition, diffusion et évolution..., p. 236-237. Sobre o sentido exacto do contra-selo e a sua evolução, vid. BEDOS, Brigitte – L'emploi du contre-sceau au Moyen Âge: l'exemple de la sigillographie urbaine. *Bibliothèque de l'École des Chartes*. 138/2 (1980) 161-178.



Fig. 9 – *Selo pontifical* (1391) e *selo de camafeu* (1393) de D. Martinho Afonso de Miranda, bispo de Coimbra © Documentos cedidos pelo ANTT (Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 12, nº 554 e M. 65, nº 2384).

uma vez coincidir com a vinda para Coimbra do francês D. Aimerico d'Ébrard, em 1279⁸⁹, pois não conhecemos qualquer selo episcopal anterior ao seu que tenha, no verso, a impressão do selo secreto do prelado⁹⁰. No entanto, encontramos um exemplo de contra-selo de 1278, usado por mestre João Soares, que exerceu funções de deão da Sé do Porto entre 1262 e 1283⁹¹; o selo que usou é também muito pouco vulgar para a época, como veremos.

Porém, entre o elenco do episcopado português, e tal como afirmámos, a primazia na utilização do contra-selo parece ter pertencido a D. Aimerico

⁸⁹ Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 651-653.

⁹⁰ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 64, nº 2630, de 20 de Abril de 1290.

⁹¹ ANTT, Colegiada de S. Martinho de Cedofeita, M. 1, nº 1, de 7 de Abril de 1278. As datas do deado de mestre João Soares são indicadas por SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 317.



Fig. 10 – *Contra-selos de D. Frei Telo de Braga (1284), D. João Fernandes de Lamego (1290), D. Egas Viegas de Viseu [1289-1313], D. Vasco Martins de Alvelos de Lamego (1297), D. Fernando de Coimbra (1303) e D. João Martins de Soalhães de Lisboa (1306)* © Documentos cedidos pelo ANTT (Colegiada de Sta. Maria de Guimarães, D.E., M. 2, nº 12; Sé de Lamego, Autos Cíveis, M. 1 nº5), AMGV (Selos Soltos, nº 1) e ANTT (Most. Arouca, Gav. 2, M. 2, nº 4; Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 63, nº 2305); TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 325.

d'Ébrard, sendo pouco depois seguido por diversos outros prelados, como D. Frei Telo, arcebispo de Braga (1279-1292†), de quem se conhece um selo com contra-selo de 1284⁹², e os já referidos D. João Fernandes de Lamego (1290)⁹³,

⁹² ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, D.E., M. 2, nº 12, de 6 de Dezembro de 1284.

⁹³ Vid. *supra*, nota 80; reproduzido em CUNHA, Maria Cristina Almeida; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Traditionalisme, régionalisme et innovation...*, p. 315.

D. Egas Viegas de Viseu (1291)⁹⁴, D. Vasco Martins de Alvelos de Lamego (1297)⁹⁵, D. Fernando de Coimbra (1303)⁹⁶, D. João Martins de Soalhães de Lisboa (1304)⁹⁷ e D. Afonso de Lamego (1305)⁹⁸ (Fig. 10). Todos seguem um de dois modelos figurativos: ou um busto de prelado mitrado, com a legenda que indica tratar-se do seu selo secreto, ou o bispo representado até à cintura, com o báculo na mão esquerda, estando a direita erguida, abençoando. Em qualquer dos casos, a escolha recai, uma vez mais, sobre a representação do bispo e dos símbolos do exercício do seu poder⁹⁹. Apenas encontrámos três curiosas exceções relativas a três prelados do Porto, D. Vicente Mendes (1260-1296†), D. Geraldo Domingues (1300-1307) e D. Afonso Pires (1359-1372†). Os dois primeiros usaram contra-selos cujos campos reproduzem antigas gemas gravadas com figuras da mitologia greco-romana, muito apreciadas durante a Idade Média e cuja significação alegórica clássica era bem conhecida, tendo a sua utilização sigilar alcançado uma importante difusão entre as elites mais esclarecidas e “estrangeiradas” da época, a que pertenceram, precisamente, estes dois bispos portugueses¹⁰⁰ (Fig. 11). No caso de D. Afonso Pires, a singularidade destaca-se

⁹⁴ Vid. *supra*, nota 73. Sobre o contra-selo usado por este bispo, vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Uma identidade em construção: 1230-1500. In *MONUMENTOS de escrita: 400 anos da história da Sé e da cidade de Viseu: 1230-1639*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Viseu: IMC, 2007, p. 47 (na p. 34 publica-se uma fotografia ampliada de um exemplar desse contra-selo).

⁹⁵ ANTT, Most. Arouca, Gav. 2, M. 2, n.º 4, de 26 de Outubro de 1297; reproduzido em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 385, grav. 1 e CUNHA, Maria Cristina Almeida; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Traditionalisme, régionalisme et innovation...*, p. 315.

⁹⁶ Vid. *supra*, nota 75.

⁹⁷ Vid. *supra*, nota 77 e TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, n.º 325.

⁹⁸ ANTT, Sé de Lamego, Doações, M. 2, n.º 9, de 8 de Outubro de 1305. Este exemplar de selo com contra-selo, único que se conhece para este prelado que foi bispo de Lamego entre 1302 e 1306, é reproduzido por SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 386, gravura 2.

⁹⁹ Sobre as figuras presentes habitualmente nos contra-selos, vid. BAUTIER, Robert-Henri – *Apparition, diffusion et évolution...*, p. 236-237.

¹⁰⁰ AUC, Pergaminhos, Gav. 23, n.º 1, de Setembro de 1294 e n.º 2, de 27 de Junho de 1304, respectivamente; ambos descritos e reproduzidos por SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 158-159 e 161-162. Estes dois contra-selos tinham já há um século sido referidos por VASCONCELOS, António de – Um documento precioso. *Revista da Universidade de Coimbra*. 1 (1912) 390, que os examinou atentamente e considera terem ambos usado a mesma pedra antiga, gravada com

pela utilização de um contra-selo composto pelo seu escudo de armas, o que constitui o único exemplo até ao momento conhecido de tipo armorial¹⁰¹.



Fig. 11 – Contra-selo do bispo do Porto D. Vicente Mendes (1294)
© Documento cedido pelo AUC (Pergaminhos, Gav. 23, nº 1).

uma formosa cabeça de mulher. Note-se que D. Geraldo Domingues, em documento de 1305, sendo ainda bispo do Porto, não usou o contra-selo (vid SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 162), nem o utilizou também em documento de 1 de Outubro de 1318 (ANTT, Gavetas, Gav. 12, M. 5, nº 1), quando era já bispo de Évora (1313/14-1321†). O uso de gemas antigas gravadas nas matrizes de contra-selos encontra-se amplamente documentado, tanto para França como para Inglaterra, por GIL, Marc – *L'art sigillaire se prête-t-il à la production d'images allégoriques?* In *L'ALLÉGORIE dans l'art du Moyen Âge...*, p. 208-211; BAUTIER, Robert-Henri – *Apparition, diffusion et évolution...*, p. 236-237; CHENEY, C. R. – *English bishops' chanceries...*, p. 50-51. Sobre o reaproveitamento destas pedras antigas na feitura de matrizes sigilares, vid. CHASSEL, Jean-Luc – *De la diplomatie à la glyptique: notes sur l'usage des intailles sigillaires au Moyen Âge*. In *RETOUR aux sources: textes, études et documents d'histoire médiévale offerts à Michel Parisse*. Éd. Sylvain GOUGUENHEIM. Paris: Picard, 2004, p. 43-53; BAUDIN, Arnaud – *Les intailles dans les sceaux de la maison de Blois-Champagne aux XII^e et XIII^e siècles: raffinement des élites et phénomène de mode*. In *LES SCEAUX: sources de l'histoire médiévale en Champagne*. Dir. Jean-Luc CHASSEL. Paris: SFHS, 2007, p. 117-123; e BLOCHE, Michaël – *Les sceaux des abbés et du convent de la Trinité de Fécamp, XII^e - début du XIV^e siècle*. *Tabularia*. 13 (2013) 27-64. Acerca de D. Vicente Mendes e D. Geraldo Domingues, vid. *supra* notas 84 e 76, respectivamente.

¹⁰¹ ANTT, Gavetas, 13, M. 5, nº 4, de 17 Junho de 1361. SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 164-165 descreve e reproduz outra impressão do selo e contra-selo deste prelado, mas, no desconhecimento desta impressão do contra-selo que agora publicamos, nada registou acerca da sua particularidade. Sobre a figura e o percurso de D. Afonso Pires, vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *O processo de inquirição dos bens de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372)*. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 197-228.

Estas são as exceções no que toca aos contra-selos; quanto aos selos, referimos já existir uma figuração diferente, aliás muito precoce. Diz respeito ao bispo de Coimbra, D. Pedro Soares, que, durante o seu longuíssimo episcopado decorrido entre 1192 e 1232, utilizou duas matrizes sigilares diferentes, mas com a mesma imagem gravada no campo (Fig. 12)¹⁰². Maria do Rosário Morujão, ao estudá-la para a sua tese de doutoramento, interpretou-a, com o contributo de Eduardo Carrero Santamaría, como uma Anunciação, com o Anjo Gabriel, aureolado e de joelhos flectidos, diante da Virgem, que segura um livro na mão esquerda¹⁰³. Hoje, dispondo de novos exemplares de selos deste bispo,



Fig. 12 – Selo de D. Pedro Soares, bispo de Coimbra (1ª matriz, 1205-1206)
© Documento cedido pelo ANTT (Most. Lervão, M. 7, nº 35).

¹⁰² Sobre D. Pedro Soares, o seu governo e a sua importância nas práticas de escrita da catedral de Coimbra, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 118-124 e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *Frontières documentaires: les chartes des chancelleries épiscopales portugaises...*, p. 441-466.

¹⁰³ Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 640-642, onde são reproduzidos dois exemplares da primeira matriz usada por este bispo; uma boa impressão da segunda encontra-se em ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 10, nº 25, de Janeiro de 1220.

temos grandes dúvidas de que a figura à qual o anjo da Anunciação se dirige seja Nossa Senhora, parecendo antes um bispo, talvez o próprio sigilante, se bem que a sua identificação ainda não esteja completamente esclarecida. Seja esta qual for, certo é que estamos na presença de um selo muito diferente dos que à época eram usados pelos prelados diocesanos portugueses, o que sem dúvida reflecte a originalidade e o espírito inovador que caracterizou o episcopado de D. Pedro Soares em Coimbra.

Para concluir esta perspectiva global sobre os selos episcopais, falta mencionar os modelos sigilares usados pelos prelados eleitos, isto é, antes de receberem a consagração do seu múnus. A figuração tradicional nestes casos é a de um eclesiástico envergando a dalmática, mas não a casula, sem mitra nem báculo, e segurando um livro com ambas as mãos¹⁰⁴. Assim aparecem representados D. Tibúrcio (1240) e D. Egas Fafes (1247/48), ambos à frente da diocese de Coimbra durante vários anos antes da consagração¹⁰⁵, e D. Mateus, eleito de Lisboa (1259-1260) e bispo consagrado desta diocese entre 1260/61 e 1282†¹⁰⁶.

2. Selos dos Cabidos

Voltemos agora a nossa atenção para os selos capitulares. Das nove canónicas catedralícias medievais portuguesas apenas ainda não conhecemos o selo usado pela canónica da Guarda. Sabemos que a grande maioria dos cabidos usou matrizes de tipo hagiográfico, representando no campo o seu símbolo por excelência, a padroeira das catedrais, Nossa Senhora. A Mãe de Deus, principal

¹⁰⁴ Assim nos diz COULON, Auguste – *Éléments de sigillographie ecclésiastique...*, 49.

¹⁰⁵ Os seus selos como bispos eleitos foram estudados e reproduzidos em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 643-644 e 645-647, respectivamente.

¹⁰⁶ ANTT, Most. Alcobaça, 1ª inc., M. 9, nº 36, exemplar mutilado na secção superior e já destacado do documento original de Junho de 1259.

mediadora entre o Céu e a Terra, escolhida para proteger e dar o nome à principal igreja da diocese, tornava-se desse modo a imagem do próprio templo, sede da corporação capitular, sendo representada, com o Filho nos braços, no selo da respectiva formação canonical¹⁰⁷.

Assim sucedeu em Braga¹⁰⁸, Coimbra¹⁰⁹, Lamego¹¹⁰, Viseu¹¹¹ e Silves¹¹². O selo do cabido de Lisboa, que até aos inícios do século XIV conheceu três matrizes diferentes, apresenta a Virgem, mas associou-lhe, desde 1247, com a segunda matriz, o santo patrono da cidade, S. Vicente, cujas relíquias se conservavam na Sé desde o tempo do rei fundador¹¹³ (Fig. 13).

Totalmente diferentes são os selos das canónicas das Sés do Porto e de Évora. Do selo capitular do Porto apenas conhecemos, por ora, descrições

¹⁰⁷ Vid. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancaster e – O culto mariano na sigilografia medieval portuguesa. In *CONGRESSO histórico de Guimarães e sua colegiada*. Actas. Vol. 4. Guimarães: [s. n.], 1981, p. 435-467; para o caso francês, e partindo do selo do cabido da catedral de Chartres, vid. os vários exemplos de representações da Virgem em matrizes capitulares apresentados por BEDOS, Brigitte – Le sceau du chapitre de Notre Dame de Chartres: témoin d'une antique tradition mariale. *Le Club Français de la Médaille*. 64 (1979) 132-135.

¹⁰⁸ ANTT, Gavetas, Gav. 7, M. 12, n° 13, de Fevereiro de 1227; pelas características formais que este exemplar apresenta pensamos poder corresponder ao primeiro selo usado pelo cabido bracarense, descrito e reproduzido em TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancaster e – *O estudo da sigilografia...*, n° 136.

¹⁰⁹ Os selos usados pelo cabido de Coimbra até 1318 são estudados e reproduzidos em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 657-666.

¹¹⁰ Nas três matrizes até agora apuradas: a primeira, de que existe um exemplar de 25 de Novembro de 1276 (ANTT, Sé de Lamego, Compras, M. 1, n° 11); a segunda usada a 3 de Novembro de 1322 (ANTT, Sé de Lamego, Autos cíveis, M. 1, n° 25); e a terceira, já quatrocentista, usada a 11 de Janeiro de 1442 (ANTT, Sé de Lamego, Doações, M. 4, n° 29). O exemplar de 1322 ilustra a capa de SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*

¹¹¹ Pode-se ver a reprodução de um exemplar do selo quatrocentista do cabido de Viseu, assim como a descrição das matrizes anteriormente usadas por essa canónica, em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Uma identidade em construção..., p. 42.

¹¹² Do cabido de Silves conhecemos até ao momento um único exemplar, muito mutilado, de 20 de Junho de 1373 (ANTT, Ordem de Avis, M. 5, n° 480). TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancaster e – *O estudo da sigilografia...*, n° 406, apresenta (sem reproduzir) um selo com esta cota que indica ser do cabido de Silves; contudo, a descrição que dele faz corresponde não ao selo capitular, mas ao da cúria episcopal desta diocese, que se encontra apostado nesse mesmo documento.

¹¹³ Vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Sigilografia heráldica eclesiástica...*, p. 112-113. Sobre o culto de S. Vicente, vid. NASCIMENTO, Aires Augusto do – *S. Vicente de Lisboa: legendas, milagres e culto litúrgico (testemunhos latinomedievais)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2011.



Fig. 13 – Selos do cabido da Sé de Braga (1227), da Sé de Coimbra (5ª matriz, 1252), da Sé de Lisboa (2ª matriz, 1255), da Sé de Évora (1ª matriz, 1259) e da Sé de Lamego (2ª matriz, 1322) © TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 136; documentos cedidos pelo ANTT (Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 15, nº 6) e Universidade do Minho/ADB (Gav. Propriedades Particulares, nº 534); TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 86; e documento cedido pelo ANTT (Sé de Lamego, Autos Cíveis, M. 1, nº 25).

trecentistas, de que esta, de 1354, é uma das mais completas: *pequeno redondo e tinha em sy hua figura de angio com suas asas e aos pes del jazia hua figura de serpe pela boca da qual serpe tinha o dito angio metuda hua lança*¹¹⁴, que nos leva a concluir sobre a adopção do arcanjo S. Miguel como emblema devocional do cabido portuense¹¹⁵.

Já o cabido da Sé de Évora adoptou e manteve o *Agnus Dei* ou Cordeiro Pascal nas duas primeiras matrizes que usou, pelo menos até finais do século XIII¹¹⁶ (Fig. 13). Tudo leva a crer que esta opção se deva à importante influência que durante este período tiveram no território português as chancelarias da Ordem do Templo e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de onde inclusive foram originários os primeiros prelados desta diocese alentejana¹¹⁷. Com efeito, os conventos dos cavaleiros templários e dos monges crúzios de Coimbra adoptaram desde sempre nos seus selos em forma circular este tema devocional, um dos mais antigos símbolos cristológicos do sacrifício do Salvador na cruz, com a diferença de que esses incluíam na figuração do *Agnus Dei* e do pendão alusivo ao mistério da ressurreição de Cristo uma bandeira ondulante, que o cabido eborense apenas acrescentou aquando da gravação da sua segunda matriz, entre o terceiro e o último quartel do século XIII¹¹⁸. Estes selos dos cabidos das Sés do Porto e de Évora, tal como a terceira matriz do selo do cabido de Lisboa, contrastam também relativamente aos das outras canónicas

¹¹⁴ Descrição publicada por SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 169.

¹¹⁵ A figura de S. Miguel não é incomum em selos, como se pode ver em BASCAPÉ, Giacomo C. – *Sigillografia...* Vol. 1, p. 59.

¹¹⁶ O exemplo mais antigo corresponde a um selo de 1211 (ANTT, Most. S. Vicente de Fora, 1ª inc., M. 1, nº 41). Note-se que TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 86, descreve este selo, atribuindo-lhe, no entanto, data e cota erradas.

¹¹⁷ Vid. GOMES, Saul António – In limine conscriptionis..., p. 873; e Observações em torno da chancelaria da Ordem do Templo em Portugal. In *AS ORDENS militares de cavalaria entre o Ocidente e o oriente*. Coord. Isabel Cristina FERNANDES. Palmela: Câmara Municipal-GESOS, 2009, p. 121-139; e VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999, p. 29-31.

¹¹⁸ O último exemplo da primeira matriz corresponde a um selo de 1259 (ANTT, Gavetas, 1, M. 4, nº 6) e o primeiro da segunda a um selo de 16 de Junho de 1279 (ANTT, Gavetas, 17, M. 5, nº 12). TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 195, descreve o selo de 1259, atribuindo-lhe, no entanto, data e cota erradas.

catedralícias no que diz respeito ao formato, pois são redondos, e não em dupla ogiva¹¹⁹.

Estas matrizes foram sendo substituídas ao longo do tempo, mantendo ou não os mesmos formatos e iconografia, ou interpretando e actualizando esta de novas formas, mais consentâneas com os modelos culturais e artísticos de cada época. A evolução dos selos capitulares na longa duração constitui matéria de investigação de particular interesse e novidade que desejamos explorar em breve, sobretudo atendendo às alterações que se verificaram na reformulação estética e iconográfica das suas matrizes logo no início ou durante o reinado de D. Afonso III, ou seja, entre 1248 e 1279, e às práticas sigilares dos cabidos *Sede vacante*. Até ao momento, este tema ainda só foi estudado de forma pormenorizada no caso da Sé de Coimbra, para a qual se conhece uma única matriz do selo do cabido usada em tempo de Sé vacante e seis matrizes utilizadas pelo cabido desde 1205 ou 1206 até cerca de 1318, todas estas representando a Virgem com o Menino¹²⁰. Durante menos de meio século, os selos desta canónica foram sendo substituídos com frequência, não sendo usados por mais de uma década; a quinta matriz, porém, de que conhecemos uma primeira impressão datada de 1252, conheceu uma longa vida, já que foi utilizada até ao início de Trezentos (Fig. 13)¹²¹. Nessa altura foi substituído, mas de forma ocasional, voltando a ser usado durante a primeira metade do século XIV, até que a nova matriz, surgida pela primeira vez em 1301, e com uma gramática decorativa marcadamente gótica, passou a ser a preferida. Talvez a razão para a reposição da matriz ducentista se relacione com o facto de

¹¹⁹ Refira-se que o cabido de Lisboa passou de um selo em forma de dupla ogiva para outro circular, que usava já, pelo menos, em 1295; um exemplar desse selo redondo encontra-se reproduzido em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Sigilografia heráldica eclesiástica...*, p. 113. Ao contrário, a canónica de Viseu começou por usar um selo redondo, de que se conhece um exemplar de 1226, mas em 1285 já tinha adoptado a forma verticalizada da dupla ogiva, como indica SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *Uma identidade em construção...*, p. 42.

¹²⁰ Vid. *supra*, nota 107.

¹²¹ ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 15, nº 6, de 19 de Março de 1252. Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 663-665.

ser há já tantos anos conhecida como a imagem emblemática do antigo e influente cabido da Sé; se esta for a explicação, temos aqui uma vez mais demonstrado o valor do selo como elemento basilar de identificação da entidade que o possuía, assim como o papel simbólico que desempenhava e que por todos era reconhecido.

3. Selos das Cúrias Episcopais

Outros selos directamente ligados ao mundo das catedrais eram os da cúria episcopal. À medida que, ao longo do século XIII, este órgão se foi constituindo, ganhando autonomia e tornando-se uma verdadeira instância de governo das dioceses, adquiriu também o direito de ter um selo próprio¹²². De novo, a primazia parece ter pertencido a Coimbra e à iniciativa de D. Aimerico d'Ébrard: foi ele quem, copiando práticas já há muito presentes, por exemplo, em algumas chancelarias de dioceses francesas e italianas¹²³, introduziu o selo da cúria, iniciativa, aliás, muito contestada pelos cônegos, por considerarem que apenas ia servir para extorquir dinheiro, através dos emolumentos que passariam a ser cobrados pela sua utilização¹²⁴. Certo é que a vontade do bispo imperou, e a partir de 1283 encontramos múltiplos exemplares de documentos provenientes da audiência episcopal que já não eram, como antes, selados com os selos dos juízes que a ela presidiam, mas sim com um novo selo, circular, em cujo campo estavam

¹²² Sobre as cúrias diocesanas, vid. GUYOTJEANNIN, Olivier – Jurisdiction gracieuse ecclésiastique et naissance de l'officialité à Beauvais: 1175-1220. In *À PROPOS des actes d'évêques: hommage à Lucie Fossier*. Dir. Michel PARISSE. Nancy: Presses Universitaires, 1991, p. 295-310 e, para o caso português, MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 285-291 e SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 16-18.

¹²³ Vid. CHASSEL, Jean-Luc – Note sur l'iconographie et la légende des sceaux d'officialités épiscopales au Moyen Âge. In *SIXIÈME CONGRÈS de l'Association des cercles francophones d'Histoire et d'Archéologie de Belgique et LIII^e Congrès de la Fédération des cercles d'Archéologie et d'Histoire de Belgique*. T. 4. Mons: Société d'Histoire et d'Archéologie de Mons-Centre Hannonia, 2004, p. 1073-1084; e o selo da cúria episcopal de Siena, do primeiro terço do século XIV, reproduzido no *catálogo Sigilli ecclesiastici dalle collezioni Strozzi*. A cura di Bruna TOMASELLO. Firenze: Museo Nazionale del Bargello, 1989, p. 105.

¹²⁴ Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 148 e 667-669.

representados os três símbolos por excelência do poder episcopal, a que estava submetido este tribunal: a mitra, o anel e o báculo (Fig. 14)¹²⁵. Este selo, notável pela qualidade de execução da sua matriz e pela estratégia de organização dos elementos iconográficos que apresenta, dispensando a figura humana para dar lugar, apenas, aos símbolos, estava destinado a uma longuíssima utilização, que



Fig. 14 – Selo da cúria episcopal de Coimbra (1292)
© Documento cedido pelo ANTT (Sé de Coimbra, 2ª inc.,
M. 2, nº 91).

perdurou até à Época Moderna; as matrizes foram sendo substituídas, como sucedeu por volta de 1338¹²⁶, e depois cerca de 1400¹²⁷, mantendo porém o essencial, ou seja, os mesmos atributos, com pequenas actualizações. Na

¹²⁵ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 2, nº 91, de 5 de Maio de 1292; selo reproduzido e estudado em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 667-669; reproduzido também em CUNHA, Maria Cristina Almeida e; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Traditionalisme, régionalisme et innovation...*, p. 316.

¹²⁶ Com essa nova matriz foi selado, a 28 de Novembro de 1338, o documento com a cota ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 64, nº 2346.

¹²⁷ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 8, nº 391, de 26 de Outubro de 1400. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 437 apresenta uma outra impressão gravada com esta mesma matriz, datada de 1427, que identifica como pertencendo ao cabido, erro em que incorre também nos selos nº 167, 201, 258, 293, 398 e 454.

primeira matriz, a crossa do báculo termina com uma flor-de-lis, símbolo mariano¹²⁸; por baixo do anel e à direita da mitra, surge um crescente de lua, sendo o anel encimado por uma estrela – provas da devoção à Virgem de D. Aimerico, que escolhera, recorde-se, uma inusitada cena do Presépio para o seu selo pessoal, e que concretizara a instituição da recitação diária da *Salve Rainha* na Sé, feita, como foi já referido, por D. Egas Fafes¹²⁹. Além disso, na sua legenda existe um espaçamento excessivo das letras da palavra *curie*; na segunda matriz, esse defeito foi corrigido, a estrela de oito pontas passou a ter apenas seis e retirou-se um dos crescentes, sendo actualizados os outros elementos; na terceira, mantêm-se os mesmos elementos, mas o crescente de lua passou a ter as pontas viradas para cima e o fundo do selo deixou de ser liso, como era até então¹³⁰.

Com o correr do tempo, as outras cúrias episcopais foram igualmente dotadas de selos próprios, também circulares. Vejamos, desde logo, o caso de Lisboa, igualmente digno de nota pela sua singularidade no contexto catedralício nacional. Pelo menos a partir dos finais do reinado de D. Afonso IV, o motivo escolhido para o campo sigilar é de carácter marcadamente simbólico e, tal como se verifica nos selos dos bispos, do clero e também do concelho da cidade, relaciona-se directamente com o culto das relíquias do mártir S. Vicente, que, como sabemos, recebeu um forte patrocínio na catedral lisboeta durante o reinado deste monarca. Com efeito, tanto quanto nos é possível

¹²⁸ Sobre a simbologia da flor-de-lis, vid. PASTOUREAU, Michel – *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*. Paris: Seuil, 2004, p. 101-103.

¹²⁹ Vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 154.

¹³⁰ É muito interessante verificar que a imagética do selo da cúria episcopal de Coimbra foi imitada pelo mosteiro de Santa Cruz para criar a matriz da audiência do seu prior. Assim se vê em ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 78, nº 3305, de 14 de Abril de 1382, documento autenticado com o *seello da audiencia do dicto senhor prior de Sancta Cruz*, redondo, apresentando, invertida, a figuração da matriz da Sé, ou seja, com o anel à direita, a mitra à esquerda e no centro o báculo, com a crossa virada para a esquerda, ao contrário do que sucedia no selo da cúria episcopal. O crescente e a lua, de inspiração mariana, foram eliminados e substituídos por uma cruz de pontas floreadas sobre o báculo, que faz a clara ligação com a invocação do mosteiro. Vid. GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis...*, p. 1012, nº 27, com reprodução na imagem S23.

perceber das impressões que pudemos observar, resultantes das três matrizes por nós inventariadas, entre 1356 e 1400, e de algumas descrições feitas pelo Marquês de Abrantes¹³¹, o selo da audiência episcopal da cidade que D. Afonso IV também elevou a capital do reino apresenta uma mitra na parte superior, encimada por uma cruz e ladeada por dois anjos com turíbulos que incensam esta insígnia do poder episcopal¹³²; os anjos e a mitra assentam, por sua vez, sobre uma estrutura que em tudo parece simbolizar a arca das relíquias de S. Vicente, sobre a qual pende um pano drapeado, cuja forma côncava lembra a barca em que foram transportadas as relíquias do santo mártir até Lisboa¹³³ (Fig. 15).



Fig. 15 – Selo da audiência episcopal de Lisboa (2ª matriz, 1381)
© TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 427.

¹³¹ Vid. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 426/ 427, que apresenta, erradamente, como sendo do cabido da Sé de Lisboa.

¹³² ANTT, Most. S. Vicente de Fora, 1ª inc., M. 12, nº 35, de 24 de Fevereiro de 1356.

¹³³ Vid. nota anterior e os selos de 5 de Junho de 1381 e de 6 de Setembro de 1400 em ANTT, Most. S. Vicente de Fora, 1ª inc., M. 18, nº 8 e M. 21, nº 39, respectivamente.

Nos selos das audiências das Sés do Porto¹³⁴, Viseu¹³⁵, Lamego¹³⁶, Guarda¹³⁷, Évora¹³⁸ e Silves¹³⁹, a representação do poder episcopal não dispensou a figuração humana, surgindo-nos um busto do bispo, no caso de Viseu, inserido num baldaquino gótico; são estes exemplares quase semelhantes às matrizes dos contra-selos usados por alguns prelados a que há pouco fizemos menção. Em Braga, porém, a iconografia adoptada foi completamente diferente (Fig. 16)¹⁴⁰: o seu selo apresenta Nossa Senhora coroada, sentada, com o Menino à sua esquerda (junto ao qual se contam quatro estrelas), segurando na mão direita uma cruz com pé alto. Ou seja, quem se invoca para dar autoridade aos actos emanados da audiência arquiépiscopal não é a pessoa do arcebispo, mas Santa Maria, a padroeira da Sé, aquela que presidia à catedral bracarense, como protectora e intercessora. À partida pode-nos parecer estranho que esta matriz, com características técnicas e formais muito semelhantes aos selos portugueses da primeira metade do século XIII, tenha sido mantida até ao século XV; talvez a

¹³⁴ Vejam-se as referências indicadas e o exemplar de Julho de 1304 reproduzido por SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral ...*, p. 171-172, bem como uma outra matriz quatrocentista em ANTT, Arquivos Particulares, Família Alão de Morais, nº 4, de 29 de Fevereiro de 1435.

¹³⁵ Vejam-se as referências a diferentes impressões datadas entre 1331 e 1456 e a reprodução de um exemplar de 28 de Fevereiro de 1386 em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *Uma identidade em construção...*, p. 37.

¹³⁶ Vejam-se os exemplos de três matrizes do selo da audiência episcopal de Lamego em ANTT, Sé de Lamego, Sentenças, M. 1, nº 9, M. 3, nº 10 e AUC, Pergaminhos, Gav. 23A-N19, de 3 de Julho de 1359, 6 de Novembro de 1432 e 6 de Dezembro de 1477, respectivamente.

¹³⁷ O único exemplar que conhecemos do selo da audiência episcopal da Guarda encontra-se em ANTT, Most. Santa Cruz de Coimbra, 1ª inc., M. 18, nº 39, e data de 10 de Abril de 1348.

¹³⁸ O único exemplar que conhecemos do selo da audiência episcopal de Évora encontra-se no Arquivo do Cabido da Sé de Portalegre, s.n., e data de 11 de Março de 1400. Agradecemos esta preciosa informação ao nosso colega e amigo Pedro Pinto.

¹³⁹ O único exemplar que conhecemos do selo da audiência episcopal de Silves encontra-se em ANTT, Ordem de Avis, M. 5, nº 480, e data de 20 de Junho de 1373 (vid. *supra*, nota 112).

¹⁴⁰ *Catálogo do Arquivo do Museu de Grão Vasco I*. Coord. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA. Viseu: IMC, 2007 – Selos Avulsos, nº 2, sem data [sécs. XIII-XV]; ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, D.E., M. 3, nº 49, de 9 de Maio de 1398 e Most. S. Miguel de Vilarinho, M. 5, nº 20, de 22 de Junho de 1417. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 78-80 elenca três selos da cúria bracarense, um de 1394 e os outros dois da primeira década do século XV, que diz ter encontrado no Arquivo Distrital de Braga e que identifica, erradamente, como sendo do cabido.

razão esteja, uma vez mais, na força do símbolo e no peso da tradição da audiência arquiépiscopal de Braga, a única existente em território nacional até à promoção de Lisboa ao estatuto de arquidiocese, em 1394. Neste selo de Braga, a Virgem coroada apresenta aspectos formais muito semelhantes aos daquela que encontramos no selo do próprio cabido bracarense de 1227¹⁴¹ (Fig. 13), pormenor que reforça a nossa hipótese de se poder tratar de uma matriz com origem muito recuada e, por conseguinte, aquela que teve um uso mais prolongado – por mais de dois séculos – no contexto da sigilografia das catedrais medievais portuguesas.



Fig. 16 – *Selo da audiência arquiépiscopal de Braga* [sécs. XIII-XV]
© Documento cedido pelo AMGV (Selos Avulsos, nº 2).

4. Selos das Dignidades

Os selos que já analisámos pertenciam a personalidades dotadas de poder próprio ou a entidades colectivas. Será que os selos das dignidades, que

¹⁴¹ Vid. *supra*, nota 108.

abordaremos em seguida, e para concluir, espelham também o seu cargo, e podem, portanto, ser considerados como símbolos e representações do seu poder enquanto dignitários da Sé, ou, pelo contrário são meramente pessoais?

Em primeiro lugar, renovamos a ressalva que dispomos ainda de um levantamento incompleto a este respeito, o que é importante salientar dado o elevadíssimo número de pessoas que ocuparam dignidades nas diversas catedrais nos séculos XII a XV. Importa, igualmente, podermos verificar se a mudança de estatuto, à medida que um clérigo ascendia na hierarquia capitular ou era provido noutra catedral, acarretou alterações nos selos utilizados, para além da actualização indispensável da legenda, que devia identificar correctamente o nome e a função ou cargo exercidos pelo seu titular.

Em França, de acordo com Auguste Coulon¹⁴², existiam tipos de selos próprios para cada dignidade. O arcediogo, por exemplo, era geralmente representado de pé, com um livro fechado numa ou nas duas mãos, ou então empunhando uma vara que simbolizava a sua autoridade e o direito de corrigir que dela derivava. O deão, em pé também, e igualmente com um livro, não era fácil de distinguir de outros eclesiásticos, a não ser pela legenda do selo. O tesoureiro tinha como atributo as chaves, colocadas na mão ou ao seu lado, podendo estar também representado na matriz o tesouro ou o armário onde este era guardado. O chantre aparecia frequentemente de perfil, com um bastão terminando em forma arredondada, podendo ter um livro diante de si, colocado num púlpito ou nas mãos de um acólito¹⁴³. Sobre os mestres-escola, Coulon nada diz, mas faz uma descrição muito interessante da imagética patente nas matrizes usadas pelos chanceleres, que eram representados com os selos que tinham à sua

¹⁴² COULON, Auguste – *Éléments de sigillographie ecclésiastique...*, 53-55.

¹⁴³ Vid. igualmente sobre os selos dos chantres CHASSEL, Jean-Luc – *Effigie et fonction: à propos des sceaux de chantres capitulaires au XIII^e siècle. Revue Française d'Héraldique et de Sigillographie*. 65 (1995) 163-165.

guarda. A dignidade de chanceler, porém, apenas existiu em Lisboa, numa fase inicial, por influência inglesa¹⁴⁴.

Comparando estas descrições com a realidade patente nos diversos exemplos que já conhecemos de selos de dignidades das nossas catedrais, podemos afirmar que a diferença é total. Não encontramos, de facto, a não ser num único caso, selos de um cargo, mas sim selos pessoais.

4.1 Selos dos Deões

Os selos de treze deões até agora inventariados, datados de 1210 até meados do século XV (três de Lisboa, dois do Porto, Coimbra, Viseu e Évora, e um de Braga e Lamego, respectivamente), mostram-nos como estes dignitários capitulares escolheram para as suas representações sigilares programas iconográficos completamente diferentes. A título de exemplo, vejam-se os selos pertencentes aos deões da canónica lisboeta Egas Lourenço Magro (1304)¹⁴⁵, Dinis Eanes (1370) e João Gonçalves (1458): os dois primeiros recorreram aos motivos de devoção vicentina, identificadores dessa catedral; o último, porém, seguindo a tendência quatrocentista, já tinha um selo totalmente heráldico (Fig. 17)¹⁴⁶. As matrizes dos deões do Porto mestre Vicente (1260)¹⁴⁷ e mestre

¹⁴⁴ Vid. FARELO, Mário – *O cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos: 1277-1377*. Vol. 1. Lisboa: FLUL, 2003, p. 14-16 (tese de mestrado policopiada).

¹⁴⁵ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 22, nº 960, de 10 de Outubro de 1304; publicado e estudado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Sigilografia heráldica eclesiástica...*, p. 112-113. Atente-se ao facto de que TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 269 apresenta um exemplar deste selo como se pertencesse ao cabido da Sé de Lisboa. Egas Lourenço Magro foi deão de Lisboa de 1296 a 1338, como nos dizem FARELO, Mário – *O Cabido da Sé de Lisboa...* Vol. 2, p. 31-39 e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 166-168.

¹⁴⁶ ANTT, Colegiada de Santo Estêvão de Alfama, M. 6, nº 118 e M. 9, nº 175, de 30 de Julho de 1370 (selo do deão Dinis Eanes) e de 10 de Fevereiro de 1458 (selo do deão João Gonçalves); ambos são apresentados por TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 403 e 463, respectivamente, porém o primeiro com a cota incompleta e o segundo com a data errada.

¹⁴⁷ ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 16, nº 25, de Março de 1260; selo descrito e reproduzido por SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 167-168.



Fig. 17 – Selos do deão da Sé de Évora, Fernando (1210), da Sé de Coimbra, Fernando Soares (1292), da Sé do Porto, mestre Vicente (1260) e da Sé de Lisboa, Egas Lourenço Magro (1304) e João Gonçalves (1458) © Documentos cedidos pelo ANTT (Most. S. Vicente de Fora, 1ª inc., M. 1, nº 40; Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 86, nº 3989; Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 16, nº 25; Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 22, nº 960); TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 463.

João Soares (1278)¹⁴⁸ apresentam uma divisão do campo em partes distintas. No primeiro caso, o plano superior é ocupado pela representação da Virgem com o Menino e o inferior com o que nos parece ser a imagem do próprio sigilante, sentado, a escrever ou a ler. Esta figuração corresponde, em parte, à enunciada por Coulon como sendo própria dos deões, visto mostrá-lo com um livro, mas o clérigo representado não se encontra de pé, ao contrário do modelo proposto por este autor. O selo de mestre João Soares é mais complexo: organizado em três planos, o superior é ocupado com a representação da Virgem com o Menino e o central com a cena da decapitação de um santo que o estado fragmentado deste exemplar não nos permite identificar, tal como sucede também com a leitura do plano inferior. Finalmente, destacamos o selo do deão de Évora Fernando (1210), o mais antigo que conhecemos de um membro de um cabido catedralício, que fez gravar no campo o símbolo mariano da flor-de-lis (Fig. 17)¹⁴⁹; e o de Fernão Soares, deão de Coimbra (1292)¹⁵⁰, que parece ter sido impresso a partir de uma matriz pouco conseguida, dando origem a uma formulação iconográfica algo desorganizada em que coexistem quatro elementos: a Virgem no topo; no plano intermédio, um castelo à direita e, à esquerda, o escudo veirado ou com faixas ondadas que tudo indica ser da própria Sé de Coimbra¹⁵¹; finalmente, em baixo, uma figura humana, talvez o sigilante, cuja representação se compreende mal, dado o estado de conservação em que este espécime se encontra (Fig. 17).

¹⁴⁸ O selo deste deão foi já mencionado, a propósito do contra-selo que apresenta; a sua cota e data completa encontram-se *supra*, nota 91.

¹⁴⁹ ANTT, Most. S. Vicente de Fora, 1ª inc., M. 1, nº 40, de Agosto de 1210. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 84, descreve este selo atribuindo-o, no entanto, ao bispo de Évora D. Soeiro, e dando a data errada. Sobre a simbologia da flor-de-lis, vid. *supra*, nota 128.

¹⁵⁰ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 86, nº 3989, de 14 de Dezembro de 1292; selo publicado e parcialmente analisado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* Sobre Fernão Soares e o seu deado, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 216.

¹⁵¹ Vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Sigilografia heráldica eclesiástica...*, p. 114, nota 69.

4.2 Selos dos Chantres

No que toca aos chantres, as seis representações que encontrámos nos selos provenientes das nossas catedrais, datados entre 1252 e 1315, também nada têm a ver com o modelo descrito para França e difundido nos demais reinos europeus. Os exemplos conhecidos dos chantres de Coimbra, Porto, Viseu, Lamego e Évora mostram-nos dois tipos sigilográficos diferenciados (Fig. 18). O tipo emblemático encontra-se bem patente no símbolo mariano da flor-de-lis que ocupa o campo do selo de Pedro Rodrigues, chantre de Coimbra (1252)¹⁵²; no pelicano em piedade, símbolo da Paixão de Cristo e da eucaristia, do selo de Mem Peres, chantre de Viseu (1263)¹⁵³; no *Agnus Dei*, símbolo de Cristo imolado e ressuscitado, do selo de mestre Vicente Domingues, chantre do Porto (1297)¹⁵⁴; e na figuração da cruz do selo, de formato losangular, do chantre do Porto Gonçalo Gonçalves (1260)¹⁵⁵. O outro tipo é o hagiográfico, patente na Virgem

¹⁵² ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 15, nº 8, de 19 de Março de 1252 e Most. Santa Cruz de Coimbra, 1ª inc., M. 19, nº 10, de 22 de Março de 1252; a primeira impressão está publicada em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* Na parte inferior deste selo vê-se uma ave, que TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 175-176, indica ser muito comum nos selos de chantres, sem explicar porquê nem onde se apoia para fazer tal afirmação. Sobre Pedro Rodrigues, que antes fora tesoureiro na Sé de Coimbra, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 221 e 229.

¹⁵³ ANTT, Sé de Viseu, D.P., M. 8, nº 39, de 23 de Junho de 1263. Sobre o significado do pelicano místico na iconografia cristã e a sua frequente utilização na iconografia sigilar do clero, vid. CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos símbolos...*, p. 516-517; SUCHAUX, Gaston Duchet; PASTOUREAU, Michel – *Le bestiaire médiéval...*, p. 106-108; e CORDONNIER, Rémy – «Interpicturalité» des bestiaires manuscrits et de l'iconographie sigillaire: résultats d'une première enquête. In *POURQUOI les sceaux?*..., p. 491-494.

¹⁵⁴ ANTT, Most. S. Salvador de Moreira, M. 9, nº 51, de Agosto de 1297, publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...*; e SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 168-169.

¹⁵⁵ ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 16, nº 25, de Março de 1260; publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* e SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 168 (a autora indica a cronologia do chantrado no cabido do Porto deste eclesiástico na p. 317). TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 125, interpreta erradamente as bolotas que pendem das extremidades superiores do losango como pássaros toscamente gravados (assim associando, de novo, as aves a um selo de chantre). Também sobre Gonçalo Gonçalves, que veio anos mais tarde a acumular o chantrado do Porto com o de Coimbra, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 221.



Fig. 18 – Selos do chantry da Sé de Coimbra, Pedro Rodrigues (1252), dos chantres da Sé do Porto, Gonçalo Gonçalves (1260) e mestre Vicente Domingues (1297), da Sé de Lamego, Francisco Domingues (1310), e da Sé de Évora, João Martins (1315) © Documentos cedidos pelo ANTT (Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 15, nº 8; Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 16, nº 25; Most. S. Salvador de Moreira, M. 9, nº 51; Most. Arouca, Gav. 2, M. 3, nº 2; e Gavetas, 12, M. 5, nº 1).

que ocupa o plano principal dos selos de Francisco Domingues, chantre de Lamego (1310)¹⁵⁶ e de João Martins, chantre de Évora (1315)¹⁵⁷. Em complemento destes elementos iconográficos, as matrizes de mestre Vicente do Porto e de Francisco Domingues de Lamego incluem no plano inferior, como importante inovação no que toca à afirmação emblemática da identidade dos seus possuidores, um escudo de armas, que ainda não aparece no selo de João Martins de Évora, surgindo em seu lugar a figuração, mais comum à época, do sigilante ajoelhado em oração.

4.3 Selos dos Tesoureiros

De tesoureiros são também poucos os exemplos de que dispomos. Até ao momento apenas conhecemos seis selos, referentes ao período cronológico entre 1229 e 1459 e relativos a tesoureiros dos cabidos das Sés de Coimbra, Viseu, Lamego e Porto. Dois dos mais antigos, o de João Domingues e o de João Martins, de Coimbra (1244 e 1251)¹⁵⁸, seguem respectivamente uma tipologia

¹⁵⁶ ANTT, Most. Arouca, Gav. 2, M. 3, nº 2, de 30 de Maio de 1310, publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 389, grav. 5. Nesta mesma obra, pode-se ver o percurso deste eclesiástico, nas p. 138-140 e 217-221.

¹⁵⁷ ANTT, Gavetas, Gav. 12, M. 5, nº 1, de 1 de Outubro de [1315]. TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da sigilografia...*, nº 343 descreve este selo atribuindo-lhe, sem justificação, a data crítica de 1 de Outubro de [1314-1319], errada desde logo atendendo ao facto de nesse documento surgir a subscrição e o selo do bispo de Coimbra D. Estêvão Eanes Brochardo, falecido a 9 de Setembro de 1318 (vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 172). É possível, porém, estabelecer uma data crítica muito mais precisa, pois a 10 de Outubro de 1315 encerrou o processo de demanda entre o rei D. Dinis e a sobrinha D. Isabel Afonso sobre o senhorio das vilas de Sintra, Ourém e Armamar em que se inclui esta sentença, e que foi subscrito e selado pelos mesmos intervenientes e juízes; vid. *O Livro das Lezírias d'El-rei Dom Dinis*. Ed. Bernardo de Sá NOGUEIRA. Lisboa: Centro de História, 2003, p. 201-219. Este documento deverá, pois, ter sido lavrado nesse mesmo ano de 1315, o que corrige e amplia, por sua vez, a cronologia e o percurso não só do chantre João Martins, mas também do cônego João Peres de Évora apresentados por VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder...*, p. 148, 325-326 e 373.

¹⁵⁸ ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 13, nº 38, de 30 de Junho de 1244; e ANTT, Colegiada de S. João de Almedina de Coimbra, M. 6, nº 15, de Junho de 1251, publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* Sobre os tesoureiros João Domingues, que veio mais tarde a ser dominicano, e João Martins, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 229-230.

hagiográfica mariana e emblemática. O primeiro apresenta um busto de Nossa Senhora com o Menino no plano superior e o desenho de um elemento arquitectónico mais abaixo, sem se perceber o que se representava neste plano inferior; o segundo exhibe um leão rampante em todo o espaço do campo, que poderá ser interpretado para esta cronologia como um sinal para-heráldico (Fig. 19). O selo de mestre Gonçalo de Viseu (1315), de que nos chegou apenas um fragmento muito delido, parece replicar a opção frequente pela iconografia devocional mariana, com a representação da Virgem e do Menino¹⁵⁹. Já as matrizes escolhidas por Vasco Eanes de Lamego (1360) e João Álvares do Porto, esta bem mais tardia (1459), destacam-se pela particularidade dos seus formatos. A do tesoureiro de Lamego em triângulo lobado, tem o campo preenchido por uma composição emblemática para-heráldica com uma árvore, ladeada por duas flores-de-lis (Fig. 19)¹⁶⁰; e na do tesoureiro do Porto, de forma circular, o campo é talvez composto pelo escudo de armas deste dignitário, seguindo o modelo totalmente heráldico que se impôs durante o século XV¹⁶¹.

Como é fácil inferir, todos estes espécimes são também selos pessoais, e não relacionados com o cargo desempenhado pelos seus titulares. Mas, nas primeiras décadas do século XIII, um outro tesoureiro de Coimbra, o mesmo Pedro Rodrigues que veio a ser chantre desta catedral e cuja matriz flor-de-lisada já referimos (Fig. 18), tinha um selo, por sinal o mais antigo que até agora se conhece para esta dignidade, que corresponde ao modelo proposto por

¹⁵⁹ ADVIS, Pergaminhos, M. 29, n° 55, de 23 de Agosto de 1315.

¹⁶⁰ ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, D.E., M. 3, n° 29A, de 5 de Outubro de 1360; publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux... TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – O estudo da sigilografia...*, n° 394 viu erradamente, em lugar da árvore representada ao centro, uma vieira posta em pala sobre uma composição monogramática. Sobre este tesoureiro, vid. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego...*, p. 247-249.

¹⁶¹ ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, D.E., M. 5, n° 8, de 28 de Fevereiro de 1459. Sendo esta a única impressão conhecida e estando ela coberta por um pedaço de obreia, não nos é possível aferir com exactidão a iconografia presente na gravação, que cremos corresponder a um escudo de armas.



Fig. 19 – Selo do tesoureiro da Sé de Coimbra, João Martins (1251), e do tesoureiro da Sé de Lamego, Vasco Eanes (1360) © Documentos cedidos pelo ANTT (Colegiada de S. João de Almedina, M. 6, nº 15; Colegiada de Sta. Maria de Guimarães, D.E., M. 3, nº 29A).

Auguste Coulon, em dupla ogiva, representando o eclesiástico com chaves na mão direita¹⁶². Apesar de não ter sido essa a regra, este exemplo inicial do tesoureiro da Sé de Coimbra permite-nos saber que, entre nós, não foi totalmente desconhecida a formulação iconográfica sigilar usada além-Pirenéus ligada ao desempenho de um cargo.

4.4 Selos dos Mestres-Escola

No que toca aos mestres-escola, dos seis selos até agora reunidos, com datas compreendidas entre 1248 e 1464, a emblemática mariana foi uma vez mais a opção dominante. Assim aconteceu no selo usado por Pedro Martins (1248), mestre-escola da canónica conimbricense durante longas décadas, de 1229 a

¹⁶² ANTT, Colegiada de S. João de Almedina de Coimbra, M. 6, nº 10, de [1229]. Sobre Pedro Rodrigues, vid. *supra*, nota 152.

1281¹⁶³, que apresenta no campo um lírio ladeado por duas aves afrontadas, símbolos do amor puro e virginal e intimamente ligado ao episódio da Anunciação¹⁶⁴; no selo que pertenceu a mestre Mateus de Lisboa, de meados do século XIII, em cujo campo surge Nossa Senhora com o Menino no colo¹⁶⁵; no selo do mestre-escola de Lamego João Martins (1459), composto por uma árvore encimada por uma ave ladeada por um crescente de lua e uma estrela, conhecidos atributos iconográficos de Nossa Senhora¹⁶⁶; e no selo do primeiro mestre-escola de Viseu, Bartolomeu Fernandes (1464), que apesar de tardio replica, numa matriz de execução muito pouco cuidada, a figuração hagiográfica gótica mariana comum no século XIV, com a Virgem sentada no trono com o Menino ao colo, dentro de um nicho, secundada no plano inferior do campo pelo sigilante em oração¹⁶⁷.

Outros dois selos, onde a heráldica, como já era então comum, constitui o elemento identitário central, pertencentes aos mestres-escola Pedro Cavaleiro de Lisboa (1373)¹⁶⁸ e Mem Martins de Coimbra (1427)¹⁶⁹ (Fig. 20), não esquecem, no entanto, a representação da Virgem. A sua imagem coroadada, com o Menino ao colo, encima o escudo de armas do dignitário conimbricense. Esta está também

¹⁶³ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 2, nº 54, de 30 de Setembro de 1248. Sobre este mestre-escola, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 225-226.

¹⁶⁴ CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos símbolos...*, p. 413; e ZUFFI, Stefano – *Episodi e personaggi del Vangelo*. Milano: Electa, 2002, p. 54-61.

¹⁶⁵ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 86, nº 4013, de [1248-1258].

¹⁶⁶ ANTT, Sé de Lamego, Prazos, M. 11, nº 33, de 17 de Janeiro de 1459.

¹⁶⁷ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 94, nº 4561, de 21 de Maio de 1464.

¹⁶⁸ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 90, nº 4316, de 27 de Junho de 1373; reproduzido por SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Sigilografia heráldica eclesiástica...*, p. 112-113. Sobre este clérigo de origem francesa que deteve numerosos benefícios em Portugal, onde foi núncio e colector apostólico, e veio a ser bispo de Silves, vid. FARELO, Mário – *O cabido da Sé de Lisboa...* Vol. 2, p. 108-115 e *Les clercs étrangers au Portugal durant la période de la papauté avignonnaise: un aperçu préliminaire. Lusitania Sacra*. 22 (2010) 138, assim como MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *L'épiscopat étranger au Portugal pendant la période avignonnaise* [trabalho inédito, apresentado no seminário internacional *La papauté d'Avignon et les royaumes de la chrétienté occidentale*, realizado no LAMOP, Paris, em Setembro de 2011].

¹⁶⁹ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M 39, nº 1655, de 11 de Junho de 1427; selo reproduzido por SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...*

presente no topo da matriz de Pedro Cavaleiro, sobre a figuração vicentina que mais uma vez não deixa de marcar presença na iconografia devocional dos selos dos membros ligados ao cabido da Sé de Lisboa.



Fig. 20 – Selos dos mestres-escola da Sé de Lisboa, Pedro Cavaleiro (1373), e da Sé de Coimbra, Mem Martins (1427) © Documentos cedidos pelo ANTT (Sé de Coimbra, 2^a inc., M. 90, n^o 4316; M. 39, n^o 1655).

4.5 Selos dos Arcediagos

Resta-nos mencionar os espécimes sigilares usados pelos arcediagos. Os poucos exemplos até agora conhecidos chegam-nos de Coimbra, Viseu, Lisboa e Porto, desde o início do segundo quartel do século XIII até meados do século XV. No seu conjunto, reiteram a tendência para a utilização de selos pessoais sem qualquer relação com o exercício do cargo, bem como a vincada devoção mariana dos clérigos das nossas catedrais.

O exemplar mais antigo, provavelmente de 1229, pertenceu a João *Sendini*, arcediago da Sé de Coimbra, e apresenta no campo uma flor-de-lis¹⁷⁰. Este como outros símbolos relacionados com ao culto da Virgem estão igualmente presentes

¹⁷⁰ ANTT, Colegiada de S. João de Almedina de Coimbra, M. 6, n^o 10, de [1229]. Sobre João *Sendini*, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 239.

nos programas iconográficos selos dos arcediagos do Vouga, também da diocese coimbrã, como se verifica na matriz usada por João António (1298), que apresenta um lírio estilizado com uma estrela de oito pontas e um crescente de lua no seu interior¹⁷¹ (Fig. 21); e no selo quadrilobado de Estêvão Gomes (1307), onde sobressai a imagem de Nossa Senhora com o Menino no plano superior, a que se associa, no inferior, a figura do sigilante em oração, ladeado por uma serpente ou dragão à esquerda, um leão à direita e em baixo uma cabeça feminina coroadada, que nos fazem relacionar o seu selo com a heráldica do concelho de Coimbra¹⁷² (Fig. 21). Encontramos ainda a Virgem, secundada pela figura do clérigo em oração, nos selos góticos de tipo hagiográfico dos arcediagos de Viseu Lourenço Esteves (1282)¹⁷³ e Pedro Sánchez de Montalbán (1328)¹⁷⁴.

Contrariando esta regra do protagonismo dado a Nossa Senhora no quadro identitário e devocional dos clérigos das nossas catedrais medievais, registamos três excepções de particular interesse, dada a iconografia escolhida, também de carácter exclusivamente religioso, mas denunciadora de uma espiritualidade mais personalizada e de uma narrativa teológica mais metaforizada. Um deles é o selo do célebre mestre João de Deus, arcediago de Lisboa (1260), que apresenta uma

¹⁷¹ ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 2, nº 103, de 13 de Março de 1298. Acerca deste clérigo, que foi reitor da igreja de S. Salvador de Maiorca (dioc. Coimbra) antes de ascender à dignidade arquiidiaconal, que ocupou entre 1287 e 1298, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 241.

¹⁷² ANTT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 61, nº 2273, de 18 de Janeiro de 1307; publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* Sobre Estêvão Gomes, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 241; acerca das armas municipais de Coimbra, veja-se, como síntese mais actualizada, o que escreve GOMES, Saul António – Ideologia e representação nas práticas das chancelarias concelhias medievais portuguesas. In *O PODER local em tempo de globalização: uma história e um futuro*. Coord. Fernando Taveira da FONSECA. Viseu: Palimage, 2005, p. 469-471.

¹⁷³ ANTT, Gaveta 3, M. 7, nº 5, de 12 de Fevereiro de 1282. Sobre o perfil e o percurso eclesiásticos de Lourenço Esteves nas catedrais de Viseu e Coimbra, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A clergyman's career in late medieval Portugal: a prosopographical approach. *Medieval Prosopography: History and Collective Biography*. 25 (2004) 114-144.

¹⁷⁴ AHN, Sigil-Sellos, C. 88, nº 1, de 28 de Julho de 1328; publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Sigilografia heráldica eclesiástica..., p. 102-103 e p. 95, nota 11.



Fig. 21 – Selos do arcediogo da Sé de Lisboa, mestre João de Deus (1260), do arcediogo de Penela e dos arcediagos do Vouga da Sé de Coimbra, João Vicente (1288), João António (1298) e Estêvão Gomes (1307) © Documentos cedidos pelo ANTT (Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 16, nº 34; M. 18, nº 4; 2ª inc., M. 2, nº 103; M. 61, nº 2273).

água com um peixe nas garras, símbolo do evangelista S. João, homónimo do sigilante, que sobreviveu em Patmos alimentado pelos víveres que a ave lhe trazia¹⁷⁵ (Fig. 21). Outro exemplo pertence a João Vicente, arcediogo de Penela, da diocese de Coimbra (1288)¹⁷⁶, cuja imagem sigilar mostra é composta por uma pomba segurando no bico um ramo de oliveira, símbolos universais da paz, através dos quais, segundo o Livro do Génesis, foi anunciado a Noé o fim do Dilúvio (Fig. 21). Nesta matriz, a pomba foi gravada em cima de uma árvore, decerto também uma oliveira, representativa do Paraíso dos eleitos e símbolo dos bem-aventurados, o que configura nesta composição alegórica um claro testemunho individual de fé na paz de Deus e na esperança da Ressurreição¹⁷⁷. Mencione-se, por fim, o selo gótico quatrocentista de Rui Dias, arcediogo da Régua, da diocese do Porto (1467)¹⁷⁸, onde o campo é organizado segundo a já tradicional hierarquização de planos, com o espaço central dedicado à representação do episódio matricial da hagiografia de S. Martinho de Tours, em que este corta com a espada o seu manto de cavaleiro e o divide com um mendigo, aqui intencionalmente inscrito como exemplo narrativo da conversão pela prática da caridade cristã e marca de identidade do nível teológico do sigilante¹⁷⁹.

¹⁷⁵ ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 16, nº 34, de Julho de 1260; publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* Sobre este famoso canonista, vid. COSTA, António Domingues de Sousa – *Um mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus: vida e obra*. Braga: Ed. Franciscana, 1957.

¹⁷⁶ ANTT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 18, nº 4, de Abril de 1288; publicado em SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – *L'héraldique dans les sceaux...* Sobre a figura deste clérigo, vid. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra...*, p. 240.

¹⁷⁷ CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos símbolos...*, p. 486-487 e 533.

¹⁷⁸ ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, D.E., M. 5, nº 26, de 8 de Outubro de 1467.

¹⁷⁹ DAUZET, Dominique-Marie – Martin de Tours. In *DICTIONNAIRE des miracles et de l'extraordinaire chrétiens*. Dir. Patrick SBALCHIERO. Paris: Fayard, 2002, p. 512-513.

Conclusão

Estudámos um conjunto de selos do mundo das catedrais portuguesas, usados por bispos e arcebispos, cabidos, cúrias episcopais e dignidades, em busca de elementos simbólicos e representativos do poder exercido pela pessoa ou entidade que os utilizou. Encontrámos neles essas características, com a excepção significativa das dignidades capitulares, que escolheram, de um modo geral, e tanto quanto podemos afirmar no actual estado dos conhecimentos, representações sigilares pessoais da sua autoridade e da sua individualidade, dissociadas do cargo que desempenhavam nos respectivos cabidos catedralícios. Em todos os outros selos, no entanto, as formulações iconográficas relacionadas com o poder detido pelos sigilantes estão presentes.

Encontramo-las claramente nos selos dos prelados, sempre representados com os atributos identificativos da sua autoridade espiritual e temporal, que os tornavam reconhecíveis por todos, e expressa também nos selos da audiência, que se socorreram desses mesmos símbolos do poder para constituir a imagética das suas matrizes sigilares, dando a conhecer, sem margem para dúvida, a entidade da qual dependiam: o bispo. A única excepção é o selo da cúria de Braga, que não utiliza os atributos da autoridade arquiépiscopal, mas a representação da própria Virgem, padroeira desta que é também a mais antiga catedral portuguesa.

Nos selos dos cabidos, a simbologia do poder está também presente, dado que recorreram, quase sempre, à figuração do santo titular da respectiva catedral, seu protector e patrono, que dava o nome à Sé e em função do qual o grupo canonical existia e em cujo louvor celebrava, a cada dia, os ofícios litúrgicos. Quando assim não fizeram, como sucedeu nos casos do Porto e de Évora, escolheram outras representações de tipo devocional que, no imaginário de quem as via, fariam igualmente a ligação entre o selo e a instituição capitular.

Imagens representativas, metafóricas e até substitutivas dos sigilantes, os selos do mundo do clero das catedrais portuguesas constituem, pois, como ficou demonstrado, muito mais do que um mero processo jurídico de validação documental. São, também, e pela sua própria natureza, objectos identificadores de uma cultura visual complexa, símbolos e representações do poder de cada uma das instâncias desse universo eclesiástico e social. São, sem margem para dúvida, fontes iconográficas de primeira importância, que como tal devem ser estudadas, em ordem a permitir uma melhor compreensão do modo como o clero secular se via a si próprio e como a identidade das suas funções e dos seus membros nas suas múltiplas vertentes se foi forjando e percebendo, ao longo dos séculos medievais.

Collégialité et transcendance du corps épiscopal. La cathédrale et la mémoire épigraphique des évêques en France au XIII^e siècle

Vincent DEBIAIS

Introduction

La sacralité de l'édifice ecclésial dépasse très largement le cadre de la pratique rituelle, comme l'ont montré les nombreux travaux effectués depuis une dizaine d'années sur l'espace sacré au Moyen Âge¹. Si l'église est bien le lieu des cérémonies liturgiques, elle est aussi l'endroit de ce que Dominique Iogna-Prat a appelé la *cène sociale*, le théâtre de la construction de la communauté *Ecclesia*, à la fois condition de son existence et toile de fond de ses manifestations publiques². Cette dimension structurante est particulièrement sensible dans la définition de la paroisse, dès sa création, et encore davantage lors de la fixation du réseau paroissial, en milieu rural comme dans la ville. Le bâtiment église, point d'ancrage de la communauté, devient le centre de relations complexes de solidarité ou de rapports de force qui s'expriment à l'intérieur et à l'extérieur de l'édifice par un système normé de prérogatives, d'interdits, de prééminences³. Même si la paroisse constitue le terrain privilégié sur lequel se donne à voir avec le plus de netteté sans

¹ Pour une vue d'ensemble de la bibliographie sur le sujet, on verra l'introduction de Didier Méhu dans le volume qu'il a dirigé et fait paraître récemment: *MISES en scène et mémoires de la consécration de l'église dans l'Occident médiéval*. Éd. Didier MEHU. Turnhout: Brepols, 2007, p. 15-48.

² IOGNA-PRAT, Dominique – *La Maison-Dieu: une histoire monumentale de l'église au Moyen Âge (800-1200)*. Paris: Seuil, 2006.

³ LETURCQ, Samuel – *La vie rurale en France au Moyen Âge*. Paris: Armand Colin, 2004, p. 110-131.

doute la fonction sociale de l'église⁴, celle-ci ne saurait pourtant en aucun cas s'y limiter. Elle concerne en effet tous les types d'édifices ecclésiaux qui, par la cérémonie de la consécration, possèdent une même dimension structurante.

Tête du diocèse et point de convergence du maillage paroissial, la cathédrale témoigne de façon systématique de la dimension communautaire de l'*Ecclesia*. Installée d'abord dans les anciennes cités de l'Antiquité tardive, implantées ensuite dans les nouveaux bourgs, monastiques ou castraux, puis définitivement associée à la ville et à ses fonctions à partir de la fin du XII^e siècle, la cathédrale, en tant que bâtiment, marque le paysage par son architecture, son décor et les cérémonies qui s'y déroulent⁵. Avec le basculement de la suprématie monastique à l'hégémonie du chapitre cathédral, la marque de l'église se fait dans la ville grâce aux clercs qu'elle accueille en nombre. Aux nécessités de la célébration liturgique s'ajoutent les besoins d'enseignement, de gestion et d'administration qui convoquent dans et autour de la cathédrale un nombre toujours croissant de clercs séculiers dont les maisons, bâties à l'ombre des tours gothiques, donnent à la ville une structure et une couleur particulière. C'est d'abord pour ce clergé réuni autour de l'évêque que la cathédrale va se faire lieu de la *cène sociale* et support des représentations et ambitions de chacun.

Les bâtiments et l'urbanisme qui les met en forme dans le tissu urbain sont les premiers témoins dans la ville du XIII^e siècle de l'influence du clergé cathédral. L'iconographie de l'architecture chère à Richard Krautheimer, cette *sémantique de la silhouette*, est en soi une forme de représentation, celle d'un pouvoir (spirituel avant d'être temporel) qui s'impose sur la ville et sa région⁶. La cathédrale doit ensuite être perçue comme un support, doté d'une certaine profondeur parce que sacré,

⁴ SORIA, Myriam; TREFFORT, Cécile – *Pouvoirs, Église, société: conflits d'intérêts et convergence sacrée (IX^e-XI^e siècle)*. Rennes: PUR, 2008.

⁵ MAZEL, Florian – *L'espace du diocèse: genèse d'un territoire dans l'Occident médiéval (V^e-XIII^e siècles)*. Rennes: PUR, 2008.

⁶ KRAUTHEIMER, Richard – *Rome, portrait d'une ville (312-1308)*. Paris: Seuil, 1999.

pour des images ou des textes monumentaux qui mettent en scène le contenu du rituel et ses acteurs. C'est sur cet écran que les clercs vont projeter leur image individuelle ou collective, à travers les vitraux ou la sculpture, notamment dans le monde funéraire, mais aussi dans le cadre des inscriptions tracées sur métal ou sur pierre chargées, au sein de la cathédrale, de rappeler et diffuser leur mémoire et celle de leurs faits. C'est en feuilletant les *livres de pierre* écrits au XIII^e siècle sur les murs des cathédrales de France que ce travail entend analyser le rôle de l'écriture épigraphique dans la définition et la mise en scène du clergé séculier, en s'arrêtant en particulier sur la figure bien documentée de l'évêque⁷. Plus qu'une étude exhaustive – qui manque encore à ce jour –, on cherchera à mettre en avant quelques spécificités documentaires de ce groupe, notamment dans le cadre de la spatialisation des inscriptions au sein de la cathédrale.

État documentaire

Une évidence documentaire pour commencer. Les inscriptions par leur nombre, leur localisation et leur contenu reflètent les évolutions de la société qui les produit. Aussi n'est-il pas surprenant que le clergé séculier y soit plus représenté après 1200 que dans la première partie du Moyen Âge. De même est-il parfaitement compréhensible qu'un grand nombre des textes produits entre 1180 et 1300 pour des évêques ou des membres du chapitre soient localisés dans les cathédrales, construites ou reconstruites pour la plupart entre ces deux dates. La réduction des inscriptions funéraires à destination des membres du clergé régulier ne signifie évidemment pas qu'il meurt moins de religieux ou d'abbés après 1180 (!)

⁷ L'expression "livres de pierre" est empruntée à TREFFORT, Cécile – Espace ecclésial et paysage mémoriel (IX^e-XIII^e siècle). In *ESPACE ECCLÉSIAL et liturgie au Moyen Âge*. Coord. Anne BAUD. Lyon: CMO, 2010, p. 239-252, p. 240. Sur l'évêque et son image, voir PALAZZO, Eric – *L'évêque et son image: l'illustration du pontifical au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 1999; et *La imagen del obispo hispano en la Edad Media*. Ed. Martín AURELL et Ángeles GARCÍA DE LA BORBOILLA. Pamplona: EUNSA, 2004.

mais que la pratique épigraphique recule au sein des institutions monastiques où elle avait été pourtant florissante autour de l'an mil. La réalisation d'inscriptions doit donc être envisagée comme le signe d'une vitalité culturelle que l'on peut associer, au gré des circonstances, au dynamisme d'un groupe, à une volonté d'affirmation ou à l'expression d'un rayonnement intellectuel.

Continuons avec les évidences. Il ne semble pas possible de dessiner les contours d'une "épigraphie séculière". Si certaines caractéristiques communes peuvent être retrouvées dans les inscriptions destinées aux membres du clergé séculier, ces singularités doivent être attribuées au type de textes rencontrés (funéraires, commémoratifs, dédicatoires, etc) plutôt qu'à une quelconque spécificité sociale de l'écriture épigraphique. D'autre part, notons que la plupart des textes où l'on mentionne les évêques au XIII^e siècle appartient au domaine funéraire, ce qui, une nouvelle fois, ne constitue pas une originalité au sein de la documentation épigraphique de la seconde moitié du Moyen Âge, au cours de laquelle près de 80% des inscriptions connues possèdent un lien avec la mort d'un personnage ou sa commémoration. Avant 1200, ce lot important était complété par des inscriptions en lien avec les rituels que célèbre spécifiquement l'évêque (la consécration de l'autel ou la dédicace de l'église⁸) auxquelles on ajoutera les textes mentionnant des fondations ou des donations épiscopales. Ce type de documents diminue très fortement, sans pour autant disparaître, à partir de 1180 en raison du ralentissement des fondations de nouvelles églises et du recours plus ponctuel à l'écriture dans la commémoration de la consécration.

⁸ Sur la question de l'inscription de consécration, voir MICHAUD, Jean – *Les inscriptions de consécration d'autel et de dédicace d'église en France (VIII^e-XIII^e siècle): épigraphie et liturgie*. Poitiers: CESC, 1978; TREFFORT, Cécile – Une consécration à la lettre: place, rôle et autorité des textes inscrits dans la sacralisation de l'édifice. In *MISES en scène...*, p. 219-251; GAGNE, Annick – *Iste locus fulget: les inscriptions d'autel en France (XI^e-XIII^e siècle)*. Poitiers: CESC, 2010.

Lieux et formes

L'inscription funéraire constitue ainsi pour le XIII^e siècle la principale manifestation épigraphique de l'évêque, très souvent inhumé au cœur de sa cathédrale⁹. Placé près de la tombe, sur la sépulture ou complètement indépendant de l'inhumation, le souvenir écrit du prélat est de la sorte inséré dans l'édifice dans lequel il exerça sa charge de son vivant. Il s'agit là d'une spécificité de l'écriture épigraphique, celle d'assurer la permanence d'un message dans un contexte déterminé¹⁰, qui explique sans doute en partie le recours fréquent à l'inscription pour fixer la mémoire de l'évêque défunt.

Les textes mentionnent d'ailleurs fréquemment que le défunt repose là où il a célébré la messe et dirigé son diocèse. L'épithaphe pour Raoul de Beaumont¹¹, évêque d'Angers entre 1177 et 1197, placée autrefois sur son tombeau dans la nef de la cathédrale de la ville, précise que c'est ici qu'il *conduisit les Angevins pendant dix fois deux ans de charge*; l'adverbe de lieu *hic* répond à l'expression *sub lapide jaceo* qui localise dans la cathédrale la tombe de Raoul. Par son caractère durable, l'inscription localise de façon monumentale la mémoire de l'évêque dans l'espace ecclésial. C'est en raison de cette relation particulière entre contenu du texte et lieu d'exposition (relation qui ne se pose pas seulement en termes topographiques mais également sémantiques¹²) que les inscriptions funéraires destinées aux

⁹ Sur la question de la mort de l'évêque et des conditions d'inhumation, voir BOYER-GARDNER, Delphine – Une mémoire enfouie: réflexion autour du dépôt des *pontificalia* et d'inscriptions nominales dans les tombes d'évêques aux XI^e et XII^e siècles: l'exemple de l'Aquitaine. *Cahiers de Saint-Michel de Cuxa*. 42 (2011) 195-205.

¹⁰ DEBIAIS, Vincent – *Messages de pierre: la lecture des inscriptions dans la communication médiévale*. Turnhout: Brepols, 2009, p. 327-361.

¹¹ *Corpus des inscriptions de la France médiévale* [dorénavant CIFM]. T. 24: *Maine-et-Loire, Mayenne, Sarthe*. Paris: CNRS, 2010, 7, p. 25-26: *Hic, bis dum denis praelati rexit habenis annis Andegavum*.

¹² DEBIAIS, Vincent – Le corpus épigraphique (XI^e-XIII^e s.): les inscriptions dans l'organisation architecturale. In *SAINT-MARTIAL de Limoges: ambition politique et production culturelle*. Actes du colloque de Poitiers et de Limoges (mai 2005). Coord. Claude ANDRAULT-SCHMITT. Limoges: PULIM, 2006, p. 373-390.

évêques jouent un rôle dans l'affirmation d'un statut, d'une ambition, d'une renommée, etc.

Le choix de la cathédrale

Sans doute convient-il d'évoquer rapidement les épitaphes d'évêques placées en dehors du contexte cathédral, accompagnant ou non la sépulture du prélat. Si elles sont encore peu fréquentes dans la première moitié du Moyen Âge, les inhumations d'évêques en dehors de la cathédrale deviennent de plus en plus nombreuses à partir du XII^e siècle (dans les fondations monastiques) et surtout au XIII^e siècle (dans les couvents des Ordres mendiants). Les motivations de cette élection de sépulture sont diverses: stratégies familiales, retour à l'ancienne institution monastique, inscription dans un établissement fondé ou doté par l'évêque, etc. Michel de Villoiseau, évêque d'Angers entre 1240 et 1260, fut ainsi inhumé dans le couvent des Dominicains dont il avait encouragé la construction¹³; une inscription funéraire fut tracée autour de la plate-tombe couvrant sa sépulture et le présentant coiffé de la mitre et portant la crosse, allongé sur un lit funèbre d'un grand luxe¹⁴. C'est bien l'image de l'évêque que l'on a placée dans le couvent, et pas seulement celle d'un fondateur ou d'un bienfaiteur. L'épitaphe est tout aussi explicite puisqu'elle identifie par deux fois la charge épiscopale: autour de la dalle d'abord (*et dedit Andegavis Dominus sibi pontificatum*); dans le cartouche placé sous la tête du défunt ensuite, sans doute réalisé plus tardivement (*Michael quondam episcopus Andegavensis*).

L'évêque du Mans Guillaume Rolland (1256-1258) avait quant à lui été inhumé dans le chœur de l'église de l'abbaye cistercienne de Champagne¹⁵

¹³ *CIFM* 24, 29, p. 51-53.

¹⁴ Dessin de la collection Gaignières: Paris, BnF, ms. lat. 17030, fl. 103.

¹⁵ *CIFM* 24, 230, p. 235-236.

(commune de Rouez, Sarthe); à la différence des liens évidents qui unissaient Michel de Villoiseau et le couvent des Dominicains d'Angers, on explique assez mal l'élection de sépulture dans cette abbaye qui accueillait, il est vrai, plusieurs tombeaux de grands personnages du Maine. Comme pour l'évêque d'Angers, le tombeau fait clairement le choix de la représentation d'un évêque mitré, portant un livre¹⁶; le contenu de l'inscription est en revanche moins explicite, l'épithaphe se contentant de dresser un portrait très impersonnel d'un grand prélat que seul le vers 5 permet d'identifier comme Guillaume Rolland: *Praesul Guillelmus Rolland jacet hic tumulatus*.

Dans tous les cas, le recours à l'écriture épigraphique permet de matérialiser de façon monumentale le souvenir du prélat en dehors de la cathédrale, dans laquelle il est déjà assuré de bénéficier d'une forme solennelle de commémoration, en présence ou non de son corps. La mise en place d'une inscription funéraire mentionnant l'évêque en dehors de la cathédrale constitue ainsi un moyen de multiplier les occasions de célébration de sa mémoire. Pierre II, évêque de Poitiers entre 1087 et 1115, fut inhumé dans l'abbaye Saint-Cyprien¹⁷, près de la porte menant au cloître, avec une épithaphe métrique précisant la durée de son épiscopat (*qui sedit in episcopatu 29 annis et unum mensem*). Deux ans après sa mort environ, on transporta à l'abbaye de Fontevraud, aux confins de son diocèse, les restes de son corps que l'on plaça dans le chœur de l'église abbatiale avec une nouvelle épithaphe, attribuée à Hildebert de Lavardin¹⁸. Il n'est pas du tout certain que le déplacement des cendres de Pierre II de Poitiers à Fontevraud ait entraîné la destruction de l'inscription à Saint-Cyprien. Malgré la présence unique du corps en Anjou, le souvenir de l'évêque existait de façon épigraphique dans deux lieux distincts; sa commémoration trouvait un écho dans trois lieux

¹⁶ Dessin de la collection Gaignières: Paris, BnF, Est. Rés. Pe 1g, fl. 219.

¹⁷ *CIFM* 1, 27, p. 29-30.

¹⁸ *CIFM* 24, 131, p. 146-147.

différentes (la cathédrale Saint-Pierre, l'abbaye Saint-Cyprien à Poitiers et l'abbaye de Fontevraud).

Les exemples d'une telle multiplication des lieux du corps et des lieux du texte sont nombreux à partir de la seconde moitié du XII^e siècle et concernent l'ensemble des personnages de haut rang dont le rayonnement, qu'il soit politique, économique ou spirituel, se cristallise à leur décès dans la commémoration et ses manifestations épigraphiques¹⁹. Les évêques sont particulièrement touchés par cette pratique. Gilbert de la Porrée par exemple, évêque de Poitiers entre 1142 et 1154, fut inhumé à Saint-Hilaire-le-Grand avec une belle épitaphe métrique chantant les mérites intellectuels du prélat²⁰. C'est *Poitiers qui lui donna et jour et le choisit comme évêque* et c'est là qu'il *a le repos éternel*. Dans le nécrologe de la cathédrale du Mans, on trouve également, au jour de son décès, quatre vers qui, s'ils ne furent sans doute jamais gravés dans la pierre ou le métal, exportent la mémoire textuelle du défunt en dehors de sa cathédrale et garantissent ainsi les occasions de commémoration, liturgique ou non²¹.

Projections

La mise en scène de l'écriture funéraire dans la cathédrale peut prendre des formes diverses, dépendant, en partie au moins, des modalités d'inhumation et de l'organisation pratique et symbolique de l'espace intérieur²². L'accumulation des

¹⁹ DEBIAIS, Vincent – Épitaphes, inscriptions et textes funéraires pour la famille ducal de Normandie (de Rollon à Mathilde): une nécropole sans corps. In *FÉCAMP et les sépultures des ducs de Normandie*. Actes du colloque de Fécamp (novembre 2007). Texte disponible en ligne: http://www.academia.edu/1804131/Epitaphes_inscriptions_et_textes_funeraires_pour_la_famille_ducale_de_Normandie_de_Rollon_a_Mathilde_une_necropole_sans_corps.

²⁰ *CIFM* 1, 69, p. 74-75. Sur Gilbert de la Porrée, voir l'ouvrage très récent de LESIEUR, Thierry; PON, Georges; SORIA, Myriam – *Gilbert de la Porrée: un théologien, évêque de Poitiers: 1142-1154*. Poitiers: CESC, 2010.

²¹ *CIFM* 24, 185, p. 196.

²² DEBIAIS, Vincent – Écrire sur, écrire dans, écrire près de la tombe: les aspects topographiques de l'inscription funéraire (IX^e-XII^e siècle). *Cahiers de Saint-Michel-de-Cuxa*. 42 (2011) 17-28.

tombeaux autour du sanctuaire ou dans les chapelles construit l'image d'une communauté épiscopale dans le lieu même d'exercice de la charge. Le monument funéraire, signe de la permanence de l'évêque, est l'une des manifestations privilégiées de la relation essentielle entre le prélat et son diocèse, réduit dans le bâtiment-cathédrale.

De forme, de richesse et de complexité variables, le tombeau est toujours le moyen d'une affirmation du souvenir de l'évêque; le système de signe rend présente la mémoire du prélat au centre de son diocèse. L'écriture, sans être indispensable à cette manifestation, est très fréquente dans la construction du monument. À la mort de Bertrand de Miremont (Fig. 1 et 2), évêque de Saint-Bertrand-de-Comminges entre 1263 et 1286, on édifia dans la deuxième chapelle du mur sud de l'église un sarcophage de marbre sous un enfeu pour accueillir sa sépulture²³. Sur le tombeau, une effigie funéraire montre l'évêque mitré et portant la crosse; sur la face avant, une Crucifixion très simple est flanquée par des anges. Au-dessus, une longue inscription funéraire très élégamment tracée rappelle la date de la mort de l'évêque et ses mérites; elle identifie également le lieu d'inhumation (*corpus ejus in hoc sepulcro requiescit*).

La première ligne de l'inscription mesure plus de 2,15m de long; il faut donc parler ici d'écriture monumentale affichée dans la cathédrale. À l'ouverture du sarcophage, en 1857, on a trouvé le sceau et la crosse de l'évêque, deux éléments qui apparaissent également dans la sculpture funéraire au-dessus de la tombe. L'image (et par conséquent l'écriture qui l'accompagne) constitue une projection sur l'écran de la cathédrale du contenu invisible de la sépulture. L'écriture assure en partie cette médiation en rendant explicites les éléments indispensables à la commémoration: nom du défunt, date de son décès, etc. Le tombeau de Bertrand de Miremont n'est pas un cas isolé dans les cathédrales

²³ CIFM 8, HG 27, p. 63-64, fig. 53-55.

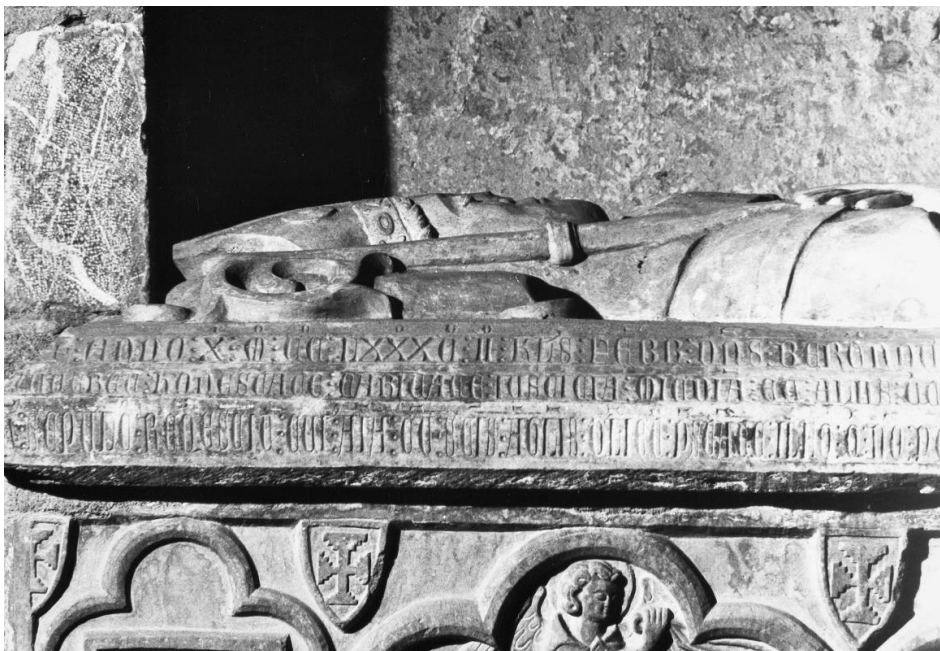


Fig. 1 – Saint-Bertrand-de-Comminges, cathédrale. Tombeau de l'évêque Bertrand de Miremont, mort en 1286 © Jean Michaud CIFM/CESCM.

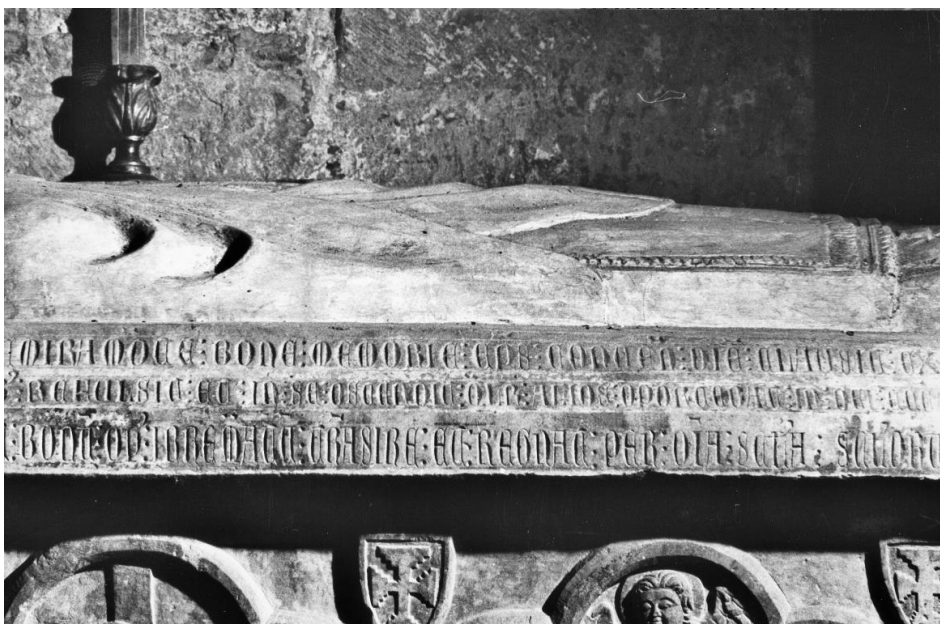


Fig. 2 – Saint-Bertrand-de-Comminges, cathédrale. Tombeau de l'évêque Bertrand de Miremont, mort en 1286 © Jean Michaud CIFM/CESCM.

françaises et les inscriptions placées sur les tombeaux monumentaux d'évêques seront particulièrement abondantes à partir de 1280, avec des constructions funéraires de plus en plus complexes.



Fig. 3 – Périgueux, cathédrale. *Inscription funéraire pour l'évêque Pierre Mimet, mort en 1189* © Jean Michaud CIFM/CESCM.

L'intermédiaire de la tombe n'est pourtant pas indispensable. Beaucoup d'inscriptions se présentent en effet sur les murs de la cathédrale, tracées directement sur les assises, comme c'est le cas pour le texte relatif à Pierre Mimet (Fig. 3), évêque de Périgueux mort en 1189, gravé sur le mur nord du chœur²⁴, ou placées sur une plaque de pierre encastrée dans le mur, comme l'inscription pour Robert de La Tour du Pin (Fig. 4), archevêque de Vienne mort en 1195, inscrite sur une plaque de marbre de 105x54 cm²⁵. Dans ces deux cas, on peut dire que ce n'est pas la pierre en tant que matière qui porte l'inscription mais plutôt la pierre en tant que matériau de construction de l'édifice ecclésial qui reçoit le texte et qui en projette le contenu. L'inscription pour l'archevêque de Vienne est d'ailleurs tout à fait intéressante à ce sujet puisqu'elle déclare que *cette maison* [c'est-à-dire la cathédrale Saint-Maurice] *se réjouit de voir ici enseveli celui dont elle eut longtemps la joie de profiter de son vivant*²⁶. Une telle participation du mort (nouvelle pierre vivante de la

²⁴ CIFM 5, D 21, p. 35-36, fig. 14.

²⁵ CIFM 15, 12, p. 14-15, fig. 10.

²⁶ *Felix quod fruitur saltem domus ista sepulto quod vivente frui gauderet tempore multo.*

communauté des défunts²⁷) au bâtiment est d'autant plus importante dans le cas de Robert de La Tour du Pin que celui-ci fut le premier archevêque de Vienne à être inhumé dans son église, ses prédécesseurs ayant leur sépulture en dehors des murs de la ville.



Fig. 4 – Vienne, cathédrale. *Inscription funéraire pour Robert de la Tour du Pin, mort en 1195* © Jean Michaud CIFM/CESCM.

La réalisation d'inscriptions funéraires sur des supports plus ou moins indépendants de l'inhumation proprement dite est d'autant plus utilisée par les commanditaires des programmes funéraires qu'une telle mise en œuvre permet l'accumulation, le regroupement et l'organisation des textes au sein d'espaces d'inhumation clairement identifiés comme tels à l'intérieur du complexe cathédral. L'exemple de la galerie sud du cloître de l'ancienne cathédrale d'Elne est tout à fait significatif à cet égard (Fig. 5). On y trouve un très grand nombre d'inscriptions funéraires, obituaires et tumulaires (parfois pour des sépultures secondaires dans le mur séparant l'église du cloître), destinées au clergé séculier de

²⁷ TREFFORT, Cécile – Inscrire son nom dans l'espace liturgique à l'époque romane. *Cahiers de Saint-Michel de Cuxa*, 34 (2003) 147-160.

la cathédrale²⁸. Trois d'entre elles concernent des évêques: Guillaume Jordan²⁹ (mort en 1186), Artaud IV³⁰ (inhumé en 1201) et Guillaume d'Ortaffa³¹ (décédé en 1207). La forme des plaques sculptées varient d'une inscription à l'autre, tout comme le contenu et la construction des textes. Cependant, la mise en série des inscriptions sur le même mur du cloître crée *de facto* une communauté, épigraphique d'abord, commémorative ensuite. Il s'instaure visuellement une



Fig. 5 – Elne, cathédrale. *Vue de la galerie sud du cloître* © Vincent Debais.

forme de collégialité dans la célébration du souvenir au cœur de la cathédrale et ce malgré l'absence des corps pour certains défunts. Comme ils l'étaient de leur vivant dans le sanctuaire pour la célébration liturgique, les évêques sont entourés dans le mur du cloître par les membres du chapitre et les clercs desservant la cathédrale: archidiaques, préchantres, chanoines et prêtres participent ainsi à la

²⁸ *CIFM* 11, 47-61, p. 58-75.

²⁹ *CIFM* 11, 49, p. 60-61, fig. 43-44.

³⁰ *CIFM* 11, 51, p. 63-64, fig. 47.

³¹ *CIFM* 11, 54, p. 67-68, fig. 51.

permanence de la communauté du chapitre autour de l'évêque au-delà des limites de l'exercice de leur charge.

Collégialité

Ce qui pourrait ressembler dans une certaine mesure à une “fixation par l'écriture” du groupe séculier autour de l'évêque est particulièrement sensible dans un monument dont on ne conserve malheureusement plus que des fragments. Il s'agit du tombeau de l'évêque d'Angers Ulger (1125-1153) placé à l'origine dans la nef de la cathédrale, près de la porte menant au cloître³². La tombe était recouverte d'une structure de bois en avant du mur de l'église dans lequel elle était encastrée. Reprenant la forme d'une châsse à un seul versant (Fig. 6), l'appareillage de bois était recouvert d'une plaque de cuivre formant 24 arcades sur la face supérieure et 24 de plus sur la face avant³³. Au centre de chacune des faces, on avait apposé une plaque émaillée: la plaque avant représentait l'effigie funéraire de l'évêque (mitré, portant la crosse et bénissant), la plaque supérieure le Christ en majesté. On lisait trois inscriptions: deux textes funéraires pour Ulger, l'un autour de la plaque émaillée³⁴, l'autre sur la face avant, entre les deux séries d'arcade³⁵; une série de noms identifiant les personnages représentés sous les arcades de la face avant et entourant l'image de l'évêque³⁶. Celui-ci y est représenté en vie et l'inscription autour de la plaque renvoie effectivement aux

³² *CIFM* 24, 4, p. 20-23.

³³ Dessin de la collection Gaignières: Paris, BnF, Est., Rés. Pe 1g, fol. 190.

³⁴ *Hic jacet Eulgerius teneris consuetus ab annis lingua mente manu fructificare Deo. Huius opus multis prodesse, monere, docere; Extirpare scelus, consolidare fidem, flentem solari, nudum vestire, superbum frangere, nec quemquam ledere, recte sequi.*

³⁵ *Hic jacet Eulgerius qui presul nomine quidquid dura potest sors dare sustinuit. Gaudia nulla dies dedit illi, nec loca pacem, solamenque tulit nullus amicus ei. Post res ablatas propria, de sede fugatus, hospes erat mundi, certa statione carebat.*

³⁶ *Paganus Engela(us); Gaufrid(us) Bejul; Valet(us) magist(er) sc[ol]larum; Normand(us) archid(iac)o(nus); Ruam[endus...]; Gaufridu(s) Pota; Radulf(us) archid(iaconus); Hugo de Sablencia(co); Guillelm(us) Pota; Guido de Prisciniac(o).*

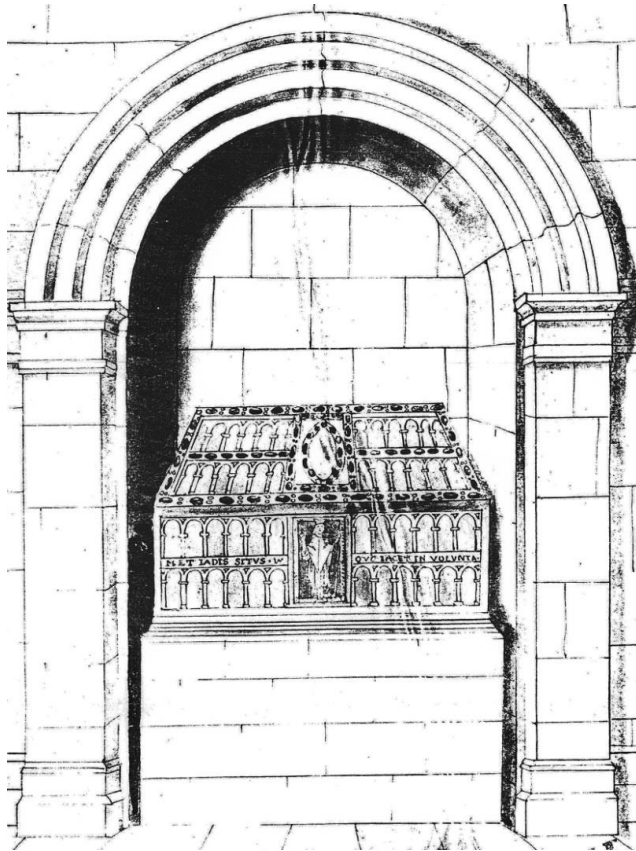


Fig. 6 – Angers, cathédrale. *Tombeau de l'évêque Ulger, mort en 1153* © Dessin de la collection Gaignières
Elne, cathédrale.



Fig. 7 – Angers, cathédrale. *Fragment du tombeau de l'évêque Ulger, mort en 1153* © Jean Michaud
CIFM/CESCM.

actions accomplies durant l'exercice de la charge alors que l'autre texte insiste sur le décès d'Ulger. Il fut inhumé dans la cathédrale sur décision du chapitre; le rôle de ses membres est rappelé sur la châsse puisque les personnages identifiés sont des contemporains d'Ulger, chanoines et archidiaques vivants ou morts au moment de la réalisation du tombeau (Fig. 7). Ils apparaissent suivant l'ordre dans lequel ils se présentaient autour d'Ulger dans le chœur de la cathédrale d'Angers. Dans le cas de ce monument, unique sans doute, on peut évoquer une dimension *séculière* pour le message épigraphique dans la mesure où l'on n'affiche pas simplement la mémoire de l'évêque à l'intérieur de la cathédrale mais parce que l'on manifeste de façon étincelante le principe d'une collégialité autour du prélat, le tombeau devenant le *monumentum* du chapitre dans son ensemble. L'idée de collégialité, signe dans l'ecclésiologie occidentale de l'apostolicité transcendante de l'*Ecclesia*³⁷, trouve son anticipation sur la face supérieure du tombeau où l'image du Christ en majesté est flanquée de la représentation des prophètes et des apôtres au même nombre que les membres du chapitre.

L'écriture associée ou non à l'image participe fréquemment à l'insertion de l'évêque au sein d'une série de dignitaires dans la cathédrale, que ce soit sur les vitraux, sur le mobilier liturgique, dans la statuaire monumentale. Restons à Angers et jetons un regard à la baie au nord de la fenêtre axiale³⁸. Au premier registre de la lancette droite, on voit un évêque en position d'orant; il est identifié par une double signature: héraldique d'abord, avec la présence des armes de la famille de Beaumont; épigraphique ensuite, avec une inscription très simple donnant son prénom. Il s'agit de Guillaume de Beaumont, évêque d'Angers de 1202 à 1240, qui dirigea les travaux de la cathédrale à partir de 1210. Au Mans, l'évêque Guillaume Rolland, évoqué précédemment, est identifié dans la verrière

³⁷ Sur l'idée de collégialité, voir DESWARTÉ, Thomas – *Une chrétienté romaine sans pape: l'Espagne et Rome (586-1085)*. Paris: Classiques Garnier, 2010.

³⁸ *CIFM* 24, 15, p. 36-37.

de la vie de saint Pierre³⁹. Dans les vitraux de la cathédrale de Tours, ce sont deux évêques de Nantes, d'abord chanoines à Tours, qui sont mentionnés par une inscription nominative⁴⁰. La mise en scène de leur nom sur les vitraux (lieu hautement symbolique car ils permettent le passage de la lumière) place les évêques au contact des autres dignitaires, donateurs d'une ou plusieurs verrières (abbés, corporations, chapitres), mais également au contact des saints, des apôtres, des prophètes représentés sur les baies. À Bourges, dans le chœur, les évêques cités sur les vitraux participent ainsi à la communauté de l'église locale au niveau intermédiaire, et à celui de l'église universelle au niveau supérieur⁴¹. La cathédrale joue alors pleinement son rôle de toile de fond pour l'*Ecclesia* en marche; elle est le cadre de sa manifestation non seulement au niveau liturgique mais également dans le cadre d'une représentation *poétique* de sa propre existence.

Contenu

Un prélat idéal

Le contenu des inscriptions funéraires destinées à orner les tombeaux des évêques ou à être affichées dans leur cathédrale ne peut, lui non plus, être isolé en tant que type épigraphique particulier. Il reflète le contenu de l'ensemble des textes funéraires produits à la même époque, qu'ils concernent des laïcs ou des ecclésiastiques. Signalons cependant que les épitaphes d'évêques appartiennent à une production de premier plan qui se doit de témoigner, dans son contenu comme dans sa forme, de l'importance sociale du défunt. Les textes en vers de longueur importante sont ainsi spécialement représentés dans le *corpus* des

³⁹ CIFI 24, 208, p. 215.

⁴⁰ CIFI 25, 85 et 87.

⁴¹ DEBIAIS, Vincent – *Messages de pierre...*, p. 362-365; CHRISTE, Yves; BRUGGER, Laurence – *Bourges, la cathédrale*. Saint-Léger-Vauban: Zodiaque, 2000, p. 350-352.

épitaphes d'évêque, notamment pour le XIII^e siècle. Leur composition est proche de ce que l'on peut lire dans les textes destinés aux grands laïcs (seigneurs, rois, donateurs ou fondateurs importants) ou aux ecclésiastiques de haut rang (cardinaux, grands abbés). Ces inscriptions se caractérisent par le recours à l'éloge funèbre au cours duquel la carrière de l'évêque met en lumière l'abondance de ses qualités morales et religieuses, plus rarement intellectuelles ou politiques⁴². On assiste ainsi fréquemment à l'élaboration d'un portrait moral du prélat idéal dans lequel les références personnelles (permettant de déceler derrière les *topoi* les singularités de l'individu) sont rares.

Portrait

Dans bien des cas, il ne s'agit pas de la description d'un évêque particulier mais de la fonction épiscopale elle-même. C'est ce que l'on constate par exemple dans l'épitaphe de Robert, archevêque de Gap mort en 1251/52⁴³ (Fig. 8); le texte, formé de dix hexamètres, se compose de formules ou d'expressions très courantes dans les inscriptions funéraires et pouvant s'appliquer à tout ecclésiastique méritant. Robert est ainsi dit *médecin des âmes, véritable ami de la justice, médecin sobre, chaste et pudique*. Ce dernier enchaînement d'épithètes se retrouvent à l'identique dans plusieurs épitaphes d'évêques depuis le X^e siècle. On trouvait dans l'inscription funéraire d'Ebrard, évêque d'Uzès entre 1139 et 1150 inhumé dans la cathédrale⁴⁴, les adjectifs *rectus, prudens, honestus*. Conformément à sa fonction, il donna "à son troupeau les nourritures matérielles et spirituelles"⁴⁵, pratiquant

⁴² FAVREAU, Robert – Épitaphes et biographie de l'éloge religieux à la glorification de l'état social. In *LAS INSCRIPCIONES góticas. Actas del segundo coloquio internacional de epigrafía medieval*. Coord. de María Encarnación MARTÍN LÓPEZ et Vicente GARCÍA LOBO. León: Universidad de León, 2010, p. 367-404; TREFFORT, Cécile – Les inscriptions funéraires des XII^e et XIII^e siècles en France. In *LAS INSCRIPCIONES góticas...*, p. 161-184.

⁴³ CIFM 16, HA 5, p. 34-36, fig. 16.

⁴⁴ CIFM 13, G 77, p. 85-86.

⁴⁵ *Corporis et mentis qui parvit oves alimentis*.

l'aumône et la pastorale. L'építaphe de l'évêque d'Avignon Benoît⁴⁶ accumule les adjectifs *castus*, *perfectus*, *modestus*, *mitis*, *tacitus*, *splendidus* et *placidus*. La première építaphe pour saint Anselme, archevêque de Cantorbéry, se compose de 20 vers



Fig. 8 – Gap, cathédrale. *Inscription funéraire pour l'archevêque Robert, mort en 1251/52* © Jean Michaud CIFM/CESCM.

qui pourraient s'appliquer à la fonction épiscopale de façon générique (à l'exception du vers 2, donnant l'origine géographique d'Anselme, et des vers 19-20, donnant le nom et la date du décès du défunt)⁴⁷. Elle proclame tour à tour l'intelligence et le savoir d'Anselme, son souci de la vérité, la pertinence de ses conseils, son amour de Dieu, sa sensibilité, sa bonté, sa générosité, mais aussi sa droiture, sa sévérité, son activité sans mesure au service des autres, son dévouement pour sa communauté. Hugues de Merville, évêque de Coutances

⁴⁶ *CIFM* 13, V 16, p. 125-126.

⁴⁷ *CIFM* 22, 66, p. 117-118.

entre 1207 et 1238⁴⁸, possède à la fois le zèle de Marthe et la quiétude de Marie, l'intelligence de Caton et le verbe de Cicéron; la mention de figures antiques ou bibliques constitue un *topos* de l'épigraphie funéraire qui montre que les auteurs des inscriptions cherchent avant tout à inscrire le défunt dans une série de références communes⁴⁹, identifiables pour ce qu'elles incarnent sur le plan moral ou spirituel. La dimension accumulative de telles énumérations témoigne ainsi des procédés de composition en œuvre dans la production de ces textes: reprises et emprunts façonnent un texte (au sens étymologique du terme), un tissage dans lequel la trame signifie tout autant que le contenu. L'accumulation des adjectifs est ainsi le signe d'une personnalité morale exceptionnelle, l'ordre et le choix des termes appartenant davantage à des contraintes prosodiques qu'à une volonté d'accorder le portrait ainsi réalisé avec la personnalité du défunt. Il s'agit avant tout pour les auteurs de fixer par l'écriture épigraphique le détenteur d'une fonction et d'un pouvoir spirituel particuliers. C'est pourquoi l'épitaphe de Geoffroi de Garosse, évêque de Carpentras mort en 1211 ou 1220⁵⁰, décrit le défunt comme la *religion, la force de l'Église, le respect du clergé, égal ou supérieur aux autres, jamais second, illustre sur terre*.

Fonctions

Les vers 5 à 7 de l'épitaphe de Robert, évêque de Gap, rappellent les principales fonctions de l'évêque au sein de la communauté⁵¹: le contrôle, la pastorale, l'édification. La forme du bâton pastoral est, selon le *Pontifical romano-germanique*, le symbole du gouvernement du prélat au sein de sa communauté qui

⁴⁸ CIRM 22, 112, p. 181-182.

⁴⁹ FAVREAU, Robert – *Épigraphie médiévale*. Turnhout: Brepols, 1997, p. 193-195.

⁵⁰ CIRM 13, V 34, p. 143-145

⁵¹ *Virtutis baculo revocator ovīs moribunde. Commisso populo dat verba salutis habunde. Fecit quod docuit pauci licet inveniantur.*

permet de rassembler, de corriger, d'instruire⁵². Les commentateurs de la liturgie associent, surtout à partir du XII^e siècle, les trois fonctions de l'évêque aux trois parties de la crosse: la courbe pour reprendre et réunir, le bâton pour diriger, la pointe pour exhorter⁵³. Des textes reprenant la teneur de cette interprétation se retrouvent souvent sur des crosses épiscopales. Sur une virole de cuivre doré autrefois conservée au Palais archiépiscopal de Sens, on lisait: *La première partie attire les doux, la partie aiguë pique les rebelles. Cette dernière condamne ceux qu'elle frappe, la première rend heureux ceux qu'elle attire*⁵⁴. Sur la plaque d'argent du bâton pastoral de l'évêque d'Hildesheim Othon I^{er}, élu en 1274 sont gravés trois vers très explicites quant à la signification du bâton, signe de la fonction épiscopale⁵⁵: *Collige, sustenta, stimula: vaga, morbida, lenta. Attrahere per primum, medio rege, punge per imum. Pasce gregem, norma, doce, serva, corrige, forma*. Dans l'épithèque composée par saint Anselme pour Lanfranc, archevêque de Cantorbéry mort en 1089⁵⁶, la fonction épiscopale se décline entre l'enseignement (*cujus doctrinam pars maxima senserat orbis*), la consolation (*levamen*) et l'exhortation (*exhortamen*).

L'évêque possède ainsi une influence tout à fait considérable sur la communauté, investi d'une puissance qui lui permet de diriger les fidèles à l'image du Christ (les inscriptions funéraires emploient d'ailleurs fréquemment le verbe *rexit* pour annoncer la durée de l'épiscopat). Sur une plaque de gant liturgique retrouvée dans la sépulture de l'archevêque de Sens Pierre de Corbeil (mort en 1222), on lit ainsi que "la droite du Seigneur a fait la puissance"⁵⁷. Sur une autre

⁵² FAVREAU, Robert – *Épigraphie médiévale...*, p. 230-233.

⁵³ DURAND, Guillaume – *Rationale des divins offices*. Éd. Charles BARTHELENY. Livre II, chap. XV, t. I. Paris: Vivès, 1854, p. 264-267.

⁵⁴ CIFM 21, 152, p. 172-173: *Prima trahit placidos pars; pungit acuta rebelles; quos ferit haec damnat; quos trahit illa beat*.

⁵⁵ *Die Inschriften der Stadt Hildesheim*. Coord. Christine WULF. Wiesbaden: Ludwig Reichert Verlag, 2003, p. 303-304, n° 69.

⁵⁶ CIFM 22, 65, p. 115-117.

⁵⁷ CIFM 21, 156, p. 175: *Dextera Domini fecit virtutem*.

plaque également conservée à Sens⁵⁸, on lit *manus Domini*; sur une plaque découverte dans la tombe de l'archevêque Pierre de Charny⁵⁹ (mort en 1274), on lit *dextera Domini* (Fig. 9). N'oublions pas que lors du rituel de consécration, l'évêque frappe de son bâton la porte de l'église et répond au diacre qui lui demande de s'identifier⁶⁰: *Dominus virtutum et Rex gloriae*. Pour exercer de telles fonctions, les inscriptions rappellent que le prélat doit être humble et conscient de sa responsabilité; il exerce ainsi sa mission avec justesse, magnanimité et empathie. La troisième épitaphe de saint Anselme affirme que *gloire, honneur du monde déplurent à cet homme* et que *tout ce qui succombe avec le temps, il décide de le rejeter*⁶¹.

La description des fonctions de l'évêque, si elle est fréquente dans les épitaphes, reste cependant toujours très générale. Les mentions d'ordre liturgique sont ainsi fort rares et concernent principalement les cérémonies en lien avec la consécration, prérogative épiscopale s'il en est. L'épitaphe de Maurille, évêque de Rouen à partir de 1055⁶², rappelle ainsi qu'il *conduisit à son terme l'édification de ce temple et en fit avec grande joie la dédicace*. Pour le reste, la place de l'évêque dans la liturgie n'est que très peu évoquée. L'inscription funéraire pour l'évêque du Mans Guillaume Rolland⁶³ (1256-1258) rapportait certes que le prélat *versait des larmes abondantes lorsque, pleurant, il célébrait les mystères des messes sacrées* mais ces précisions prennent place au cœur d'un texte par ailleurs très conventionnel dressant le portrait d'un évêque idéal, paré de toutes les qualités morales propres à son rang. On peut s'étonner de cette faible représentation de l'évêque célébrant dans les

⁵⁸ CIFM 21, 153, p. 173.

⁵⁹ CIFM 21, 159, p. 177, fig. 89-90.

⁶⁰ MICHAUD, Jean – *Les inscriptions de consécration d'autel et de dédicace d'église en France (VIII^e-XIII^e siècle): épigraphie et liturgie*. Poitiers: CESC, 1978, p. 54, citant le *Pontifical romano-germanique du X^e siècle*. Ed. Cyrille VOGEL. T. I. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1963, p. 82-83.

⁶¹ CIFM 22, 66, p. 117-121, n° 3, v. 9-10: *Doxa decus mundi subito casu coelica captandi displicuere viro*.

⁶² CIFM 22, 189, p. 282-283, v. 5-6: *Vobis hanc aedem copetam perduxit ad unguem; laetitia magna fecit et enenia*.

⁶³ CIFM 24, 230, p. 235-236, v. 8-9: *Copia multarum quas fundebat lachrymarum, dum flens missarum tractaret sancta sacramentum*.



Fig. 9 – Sens, Palais archiépiscope. *Plaque de gant liturgique pour l'archevêque Pierre de Charny*
© Jean Michaud CIFM/CESCM.

inscriptions alors que les images, notamment dans les manuscrits, sont fréquentes (il suffit d'évoquer les miniatures représentant justement les scènes de la consécration ou les lettrines ornées de motifs eucharistiques⁶⁴). Cet écart est d'autant plus surprenant que les inscriptions que l'on évoque ici sont placées pour la plupart à l'endroit même des célébrations dirigées par l'évêque.

La présence dans la cathédrale du successeur de l'évêque défunt qui incarne, sans solution de continuité, l'efficacité liturgique, constitue sans doute l'explication du silence des sources à ce sujet. La collégialité et la permanence de la figure épiscopale jouent ici pleinement leur rôle. L'évêque que l'on décrit dans

⁶⁴ PALAZZO, Eric – L'évêque et son image...

l'építaphe est un individu unique qui, s'il appartient effectivement au groupe défini par les *topoi* funéraires, occupe la charge épiscopale pour un temps donné; la cathédrale dans sa dimension monumentale mais aussi liturgique est le signe de la stabilité et de la succession des prélats. Point besoin dès lors de commémorer la fonction liturgique de l'évêque puisque, par sa transcendance, elle est exclue du temps du décès mais passe directement au successeur du défunt.

Ruptures et continuité

Si l'assassinat de Thomas Becket est un acte aussi marquant, c'est non seulement parce qu'il interrompt un rituel en marche mais également parce qu'il se passe dans la cathédrale et que la disparition de l'évêque perturbe l'imperturbable, à savoir la cathédrale comme permanence de l'exercice épiscopal⁶⁵. La mort violente de l'évêque n'est donc pas une mort ordinaire parce qu'elle bouleverse la succession de la charge. C'est pourquoi les építaphes destinées aux prélats qui ont souffert de ces violences sont aussi promptes à faire par le menu le récit de la mort de l'évêque et à créer une victime idéale, interrompue dans le déroulement de ses responsabilités. On possède quelques inscriptions de ce type pour le Moyen Âge central, très bien étudiées par M. Soria-Audebert⁶⁶. L'építaphe de Guillaume de Rocozeis, évêque de Béziers mort en 1205⁶⁷, rapportait que c'est la "ruse de ses serviteurs" qui mit fin à son "pontificat résolu"; ce crime fait de l'évêque un martyr et un prophète, et les coupables mettent en péril l'ordre, social et judiciaire d'abord, ecclésiologique ensuite. L'építaphe de l'évêque Ébroïn mort en 858⁶⁸ et inhumé à Saint-Cyprien de Poitiers insiste en ce sens sur le fait que c'est la ville (donc la cathédrale, tête du

⁶⁵ Sur le meurtre de Thomas Becket et ses conséquences, voir AURELL, Martin – *L'empire des Plantagenêt (1154-1224)*. Paris: Perrin, 2002.

⁶⁶ SORIA-AUDEBERT, Myriam – *La crosse brisée: des évêques agressés dans une Église en conflits*. Turnhout: Brepols, 2005, p. 273-280.

⁶⁷ *CIFM* 12, H 49, p. 153-154.

⁶⁸ *CIFM* 1, 25, p. 26-27.

diocèse) qui perd son évêque (d'où la mention des charges que le défunt a exercées dans d'autres lieux).

La continuité ne saurait ainsi être mise en péril par les perturbations temporelles (difficultés dans l'élection d'un évêque, vacance d'un siège, etc). Pour y remédier, les inscriptions funéraires font appel à deux artifices, l'un littéraire, l'autre documentaire. L'emploi de formules (définies comme telle par une certaine fixité, une récurrence et un fonctionnement en système⁶⁹) permet d'abord de créer une communauté textuelle d'une inscription à l'autre. On a longtemps vu dans la présence de ces expressions répétitives ou bien le témoin d'une certaine indigence littéraire, ou bien le signe d'un recours à des recueils de formules pour la composition des épitaphes; dans tous les cas, ce ne pouvait être que la conséquence d'un procédé d'écriture. Il faudrait sans doute davantage y voir un choix *a priori* de la part des rédacteurs, signe de la volonté de créer des harmoniques entre les inscriptions et des phénomènes d'intertextualité significatifs. Il ne faut donc pas penser l'emprunt ou la reprise en termes de modèles ou d'influences mais plutôt y voir un procédé discursif chargé de rendre lisible la collégialité rendue inamovible et pleine d'autorité par le recours à l'écriture épigraphique. Le lieu commun de la ville qui pleure pour son évêque, que nous avons déjà rencontré pour Ébroin à l'époque carolingienne, fait partie de cet arsenal de formules à disposition des auteurs. On le retrouvera dans les deux compositions de Baudri de Bourgueil destinées à Hoël⁷⁰, évêque du Mans mort en 1096, dans l'épitaphe de Guillaume de Beaumont, évêque d'Angers mort en 1240⁷¹, ou encore dans le texte pour Nicolas Gellent, lui aussi évêque d'Angers mort en 1291⁷².

⁶⁹ INGRAND-VARENNE, Estelle – Formule épigraphique et langue: le cas de hic jacet. In *LA FORMULE au Moyen Âge*. Actes du colloque international de Nancy (5-6 novembre 2010). Nancy: ARTEM, 2012, p. 171-190.

⁷⁰ *CIFM* 24, 225-226, p. 230-232.

⁷¹ *CIFM* 24, 10, p. 28-30.

⁷² *CIFM* 24, 12, p. 32-34.

L'autre moyen mis en œuvre dans la pratique des inscriptions concerne le regroupement dans la cathédrale des textes funéraires relatifs aux évêques, indépendamment de la présence de leur corps. Comme pour l'emploi des formules, il s'agit de créer une communauté virtuelle réunie dans le lieu d'exercice de la charge épiscopale, la présence du texte suffisant – grâce à l'efficacité de l'écriture médiévale – à rendre présent le défunt et son souvenir. On connaît ainsi plusieurs cas de mentions obituaires tracés sur les murs des cathédrales ou dans les livres nécrologiques pour des évêques inhumés ailleurs, dans un monastère qu'ils ont restauré ou doté financièrement, comme dans la cathédrale de Bourges ou celle de Noyon par exemple. La cathédrale devient ainsi l'écrin de la fonction épiscopale, garantie de la commémoration et de la promotion du souvenir de ses évêques; la réalisation des grands programmes funéraires *a posteriori*, comme celui que l'on voyait encore au XVII^e siècle dans l'abbaye de Fontaine-Chaalis⁷³ pour les évêques de Senlis, traduit la même préoccupation de mettre en signe la continuité épiscopale, y compris à l'extérieur de la cathédrale (les tombeaux et les inscriptions qui les complètent ont certainement tous été réalisés un siècle après la mort des prélats).

Un évêque en son église

Les inscriptions funéraires ne sont pas toujours aussi génériques et un nombre important d'entre elles s'adresse effectivement à un défunt particulier, le décrivant comme tel et pas seulement comme le représentant temporaire de la dignité épiscopale. Les inscriptions peuvent dès lors être très courtes et se contenter d'évoquer certains aspects, parfois précis, de la vie d'un évêque. Il n'est plus question de portrait idéal du défunt, mais de la mention d'informations factuelles chargées de garantir le succès de la commémoration épigraphique. Dans

⁷³ Voir ADHEMAR, Jean; DORDOR, Gertrude – Les tombeaux de la collection Gaignières: dessins d'archéologie du XVII^e siècle. *Gazette des Beaux-Arts*. 116 (1974) 264 et 328, n° 115 et 118.

la chapelle latérale sud de la cathédrale de Maguelonne, on peut encore lire aujourd'hui, sur la face est du pilier soutenant l'arc, une inscription tracée sur une pierre de 65x38 cm donnant la date du décès de l'évêque Arbert ou Aribert⁷⁴: *7 idus marcii obiit Arbertus Avinionensis episcopus*. La concision de cette inscription obituaire est caractéristique des textes insérés, comme c'est le cas à Maguelonne, dans ce qui constitue par accumulation un obituaire lapidaire, c'est-à-dire une série de mentions de décès, organisées ou non en fonction du calendrier liturgique, sans lien avec une forme quelconque d'inhumation. Il s'agit toutefois d'un exemple caricatural dans la mesure où les inscriptions funéraires destinées aux évêques sont rarement aussi courtes et où les mentions personnelles sont en générale plus détaillées.

Singularités

À la mort de Guillaume Raoul⁷⁵, évêque de Carcassonne mort en 1266, on a placé sur son sarcophage, entre la cuve et le couvercle, une inscription de trois lignes qui identifie le tombeau, son occupant (*Titulus monumenti venerabilis patris Guillelmi Radulphi*) et le lieu de l'inhumation (*qui presentem capellam construxit*); elle donne la durée de l'épiscopat de l'évêque et précise simplement l'âge avancé du défunt (*in senectute bona*, expression d'origine biblique jouant ici le rôle d'un *topos*). Dans la cathédrale de Narbonne, on voit encastrée dans le mur sud-est de la chapelle Saint-Michel, une plaque de marbre sur laquelle on a tracé l'inscription funéraire relative à Guillaume de Broue (Fig. 10), trente-huitième archevêque de Narbonne, mort en 1257⁷⁶. Dans ce cas, les données fournies par le texte sont plus nombreuses mais se réfèrent sans exception à cet évêque en particulier dans la mesure où la plus longue partie de l'inscription constitue le rappel d'une

⁷⁴ CIFM 12, H 75, p. 185-186, fig. 129-130.

⁷⁵ CIFM 12, H 6, p. 13-14.

⁷⁶ CIFM 12, H 26, p. 40-41, fig. 21.

fondation d'anniversaire pour la mémoire du défunt; les lecteurs de la plaque prieront ainsi *pro anima ipsius*. Dans l'építaphe de l'archevêque de Vienne Humbert⁷⁷, mort en 1215, on apprend que le prélat fut d'abord prieur à la Chartreuse de Seillon (commune de Péronnas), “de telle sorte qu'il observa



Fig. 10 – Narbonne, cathédrale. *Inscription funéraire pour l'évêque Guillaume de Brune, mort en 1257* © Jean Michaud CIFM/CESCM.

en même temps la conduite du pasteur et celle de son premier vœu, sans faillir ni à l'une ni à l'autre”. La plate-tombe d'Eudes Lallemand, évêque de Meaux inhumé en 1274 dans le couvent des Dominicains de Dijon⁷⁸, porte une inscription informant que le défunt avait d'abord été chevalier, puis frère dominicain avant d'occuper la fonction épiscopale. L'építaphe de l'évêque de Langres Gauthier (mort en 1179 et inhumé à la chartreuse de Lugny à Leuglay) précise quant à elle

⁷⁷ CIFM 15, 23, p. 25-26, fig. 18: *Sic curiam pontificatus gessit pastoris simul ut votique prioris formam servaret nec in alterutro titubaret.*

⁷⁸ CIFM 20, 17, p. 21-22.

qu'il revêtit l'habit monastique à la fin de sa vie, qu'il fonda le couvent dans lequel il fut inhumé et qu'il procéda à la consécration de son église⁷⁹.

À la tête du diocèse

Une telle personnalisation de l'inscription n'empêche cependant pas l'idée d'une collégialité affirmée dans la mort de l'évêque; on lit dans l'épithaphe de Guillaume de Broue que "furent institués sur ses biens à perpétuité quatre prêtres qui sont tenus de célébrer dans la présente chapelle sept anniversaires à l'occasion desquels tous ceux qui de quelque manière sont incardinés en l'église de Narbonne, ainsi que les chapelains des chapelles de la cité de Narbonne, sont rétribués"⁸⁰. Les dispositions testamentaires de l'évêque permettent en effet, à l'instar de ce que l'on a pu analyser dans le monument funéraire de l'évêque Ulger à Angers, de figer le clergé cathédral dans une communauté virtuelle au-delà de la mort de l'évêque qui la dirigeait. Les précisions quant à la localisation de ce clergé (*in presenti capella, in ecclesia Narbone, civitatis Narbone*) sont très nombreuses et ne sont pas anodines; dans son épithaphe, l'évêque s'affirme plus que jamais à la tête du diocèse qu'il "gouverna sagement, dans la paix et la tranquillité" (*gubernavit salubriter in pace et quiete*). L'insertion de la mémoire du défunt à la tête de son diocèse occupe dans certains cas une part importante de l'épithaphe de l'évêque. Le poème funéraire rédigé à la mort de Burchard, archevêque de Vienne entre l'an mil et 1030⁸¹, donnait ainsi la première place à la ville de Vienne *sans cesse triomphante, vigoureuse nourricière de rois illustres* qui associe également aux cieux Burchard, *illustre par l'éclat de ses vertus*. Inhumé en dehors du contexte cathédral, Burchard n'occupe pas moins de façon pérenne la tête de la province ecclésiastique dans le poème qui lui est consacré et qui fut également inscrit dans un nécrologe lu au

⁷⁹ CIFM 21, 65, p. 64-65, v. 6-7: *Noster et inde fuit factus terrestria sprevit ac habitum tenuit in quo cum pace quievit.*

⁸⁰ CIFM 12, H 26, p. 40-41, fig. 21.

⁸¹ CIFM 15, 131, p. 135-137.

moment de la célébration de son souvenir. En affirmant le rôle et la force de Vienne dans l'inscription funéraire d'un évêque, on célèbre tout autant la fonction archiépiscopale que les mérites de l'évêque défunt, par ailleurs évoqués de façon très impersonnelle dans le texte.

La collégialité apparaît également dans certains textes par la mention de l'évêque qui succède au défunt, figeant ainsi dans le monument le cycle ininterrompu de l'épiscopat apostolique. En 1191 mourut Jean de Montlaur, évêque de Maguelonne entre 1158 et 1190⁸². On inhuma son corps sous une dalle dans la cathédrale où elle est toujours conservée aujourd'hui (remployée comme table d'autel). On apprend dans le texte que Jean de Montlaur lui-même avait choisi *entre mille* son successeur, le sacriste Bernard; c'est ce dernier qui *le mit en terre, comme il put alors*. Robert de La Tour du Pin choisit lui-même son successeur en la personne d'Ainard; c'est lui qui composa l'épithaphe toujours lisible dans la cathédrale Saint-Maurice⁸³: *Celui à qui seule la grâce du Christ donna de te succéder, ton Ainard, te pleure en cette triste épithaphe*. L'épithaphe de l'évêque Bérenger⁸⁴ présente un système complexe en ce sens. Dans le texte pour cet évêque, légat du pape en Terre Sainte, on apprend que le prélat *poursuivit l'action de son prédécesseur Guillaume*. On lit aussi, aux vers 11-12, que c'est *Guillaume troisième évêque après lui q'i fit ce poème et ordonna de l'écrire sur cette pierre*. Renforcée par la récurrence onomastique, la collégialité s'affirme très explicitement par la réunion de trois évêques sur un même objet épigraphique qui s'inscrit également dans une église que l'évêque Bérenger *s'employa à magnifier par les ornements qu'il rapporta de Jérusalem*.

⁸² CIFM 12, H 74, p. 183-185, fig. 125-128.

⁸³ CIFM 15, 12, p. 14-15, fig. 10, v. 11-12: *Quem tibi sola dedit succedere gratia Christi, te tuus Aynardus gemis hoc epigramate tristi*.

⁸⁴ CIFM 13, V 58, p. 172-173, fig. 123, v. 11-12: *Hoc carmen fecit Wilelmus presul ab illo / tercius et scribi jussit in hoc lapide*.

L'écriture de soi

Peut-on dès lors saisir dans ce large *corpus* les signes d'individualités fortes, qui existent incontestablement d'après le témoignage des autres sources écrites? Débarrassées des *topoi* funéraires, les inscriptions donnent-elles à voir l'image d'un évêque en particulier ou une représentation de sa fonction? En d'autres termes, on doit s'interroger sur la capacité de l'inscription à proposer une *écriture de soi*, individuelle ou collective. Il semble que les textes les plus explicites quant à la personnalité de l'évêque, donnant des détails empiriques sur son existence, sa carrière, ses réalisations, son caractère, concernent des prélats ayant été reconnus très tôt comme saints; les textes pour Anselme de Cantorbéry⁸⁵ sont particulièrement évocateurs à ce sujet et montrent que l'épithaphe abandonne alors le domaine épigraphique pour pénétrer la sphère hagiographique, troquant les lieux communs funéraires pour ceux propres aux vies de saints. La cathédrale, très souvent citée dans ces textes, devient le théâtre d'actions remarquables et le lieu de manifestation privilégié de la grâce accordée à l'évêque. À partir de la fin du XIII^e siècle cependant, les épithaphe d'évêques suivent la même tendance que les autres inscriptions funéraires et accordent une place de plus en plus importante à la description des charges et des données biographiques, dans ce que R. Favreau appelle une "glorification de l'état social"⁸⁶. Absent des textes avant 1280, le service du prince devient très présent dans les épithaphe d'évêques: Jean de Blois, évêque de Dol de Bretagne, mort en 1324 était ainsi avocat du roi au parlement; Louis Raguier fut conseiller de Charles VI; Jean d'Amboise, évêque de Langres inhumé en 1487 aux Cordeliers de Dijon, fut quant à lui pair de France, lieutenant général en Bourgogne sous Louis XI, Charles VIII et Louis XII. La fonction épiscopale, évoquée jusqu'alors dans une dimension ecclésiologique, devient un

⁸⁵ CIRM 22, 66, p. 117-121.

⁸⁶ FAVREAU, Robert – Épithaphe et biographie de l'éloge religieux à la glorification de l'état social. In *LAS INSCRIPCIONES góticas...*, p. 367-404; les exemples suivants sont tirés de cette synthèse.

élément parmi d'autres de la carrière des grands ecclésiastiques. Le pasteur devient officier, conseiller, gouverneur et perd l'envergure spirituelle que lui prêtaient volontiers les poèmes du Moyen Âge central.

Conclusion

Face à ce changement important dans les pratiques documentaires, les manifestations funéraires relatives aux évêques dans la cathédrale vont être, à la fin du Moyen Âge, affectées de changements substantiels qui tendront d'une part à désolidariser encore davantage l'écriture épigraphique du tombeau, et d'autre part à lui octroyer un contenu commémoratif exclusivement comptable. Les inscriptions, évoquant à peine le défunt, dressent désormais la liste des célébrations mémorielles pour lesquelles il a laissé de l'argent, détaillent la nature des messes à prononcer, établissent leur fréquence et le nombre de prêtres mobilisés pour l'occasion. La cathédrale est une église; elle est nécessairement le lieu de la commémoration des défunts. Cette fonction n'est donc pas nouvelle aux XIV^e-XV^e siècles; elle acquiert toutefois une ampleur particulière qui la met en rivalité (chose nouvelle s'il en est) avec les autres institutions urbaines que sont les couvents des frères mineurs pour la célébration du souvenir des défunts. Aussi l'écriture épigraphique doit-elle être considérée comme un révélateur de ces nouvelles pratiques et des relations originales qui s'instaurent entre le clergé séculier et la cathédrale, notamment au niveau funéraire.

Heráldica eclesiástica. Entre usos concretos e disposições normativas

Miguel Metelo de SEIXAS

A iniciar um artigo sobre a heráldica pontifícia, Édouard Bouyé salientava o carácter das armas dos papas enquanto *imagem transparente*, que todos vêem mas ninguém observa: *Ces images transparentes, que tout le monde voit mais que personne ne regarde, semblent être des étiquettes flottant à côté des souverains pontifes depuis toujours; leur utilité paraît cantonnée à l'identification des personnages ou à la datation des œuvres d'art*¹.

Tal observação lança as bases para algumas questões fundamentais para a clarificação da natureza epistemológica do saber heráldico e para o esclarecimento da relação deste com os demais ramos da historiografia. Sobretudo porque, como nota aquele autor, a heráldica parece padecer de uma certa opacidade aos olhos dos observadores que não se dedicam especificamente ao seu estudo.

Um estado da questão dos estudos de heráldica eclesiástica releva, por isso, de uma dimensão comum à heráldica em geral, e só depois de algumas facetas específicas da vertente eclesiástica. Podem delimitar-se três entendimentos do conhecimento heráldico ao longo da história:

- 1) Como ciência dos arautos, ou seja armaria, a heráldica assumiu-se como conhecimento técnico – o brasão, conjunto de normas e de nomenclatura –, prática, teórica, mítica, ligada ao uso da

¹ BOUYÉ, Édouard – Les armoiries pontificales à la fin du XIII^e siècle: construction d'une campagne de communication. *Médiévales*. 44 (2003) 173-198, disponível em <http://medievales.revues.org/document938.html> [consultado a 10 de Outubro de 2007].

heráldica como forma de diferenciação de uma determinada camada social, a nobreza, e da hierarquia instituída ou reconhecida pela coroa. Neste sentido, a ciência heráldica surgiu no século XIII, desenvolveu-se nos dois seguintes e consagrou-se durante todo o Antigo Regime, perpetuando-se, como reminiscência, até aos nossos dias.

2) Como ciência auxiliar da história, transmutação que se operou quando a heráldica perdeu a sua função essencial de representação da ordem social baseada na desigualdade e no privilégio, passando a estar pronta para ser entendida como instrumento ao serviço do conhecimento do passado, como parte do saber *arqueológico*. Neste sentido, a heráldica *ciência auxiliar*, cujas bases foram lançadas nos séculos XVII-XVIII, desenvolveu-se no século XIX, em estreita ligação com um entendimento da história romântica e positivista, centrando-se pois na sistematização e publicação de fontes (cartas de brasão de armas, selos, armoriais).

3) Como ramo da historiografia, a heráldica foi-se assumindo, ao longo sobretudo da segunda metade do século XX, como uma forma de fazer e escrever história, dotada de objecto específico (as armas e o saber criado em redor delas, a armaria), linguagem e gramática próprias (o brasão) e método historiográfico. As armas remetem para as questões de representação e auto-representação das sociedades em que são geradas: forma de história cultural, das mentalidades, social, política, além de contacto com outros ramos do saber, quer histórico (sigilografia, numismática, genealogia), quer de ciências sociais (antropologia, etnologia, sociologia). Esta nova dimensão da heráldica tem como ponto de referência o *Traité d'héraldique* de Michel Pastoureau, obra já clássica quer pela sua

abrangência, quer pelas problemáticas e pelas questões metodológicas que levanta².

Os estudos de heráldica eclesiástica não fogem do panorama geral acima traçado, do qual apenas diferem pelo seu relativo atraso. Em relação à integração da heráldica eclesiástica no saber da armaria, haverá ocasião de avaliar tal matéria ao longo do presente texto. No que se refere à heráldica eclesiástica enquanto ciência auxiliar da história, coloca-se antes de mais a questão da definição do seu campo epistemológico como ramo específico da heráldica.

A definição de heráldica eclesiástica é, aparentemente, simples: consiste no ramo que estuda as armas de religiosos e de instituições da Igreja. Justifica-se o facto de tais armas constituírem um ramo autónomo dos estudos heráldicos por apresentarem uma série de características próprias, que as diferenciam nitidamente dos demais tipos de heráldica, como adiante se verá. Existe, no entanto, uma certa polémica acerca da definição do objecto de estudo da heráldica eclesiástica, no sentido de saber se esta tratará dos brasões considerados no seu todo, ou apenas dos ornamentos exteriores ao escudo³. Tal polémica radica numa das peculiaridades das armas eclesiásticas: o facto de serem pessoais e não hereditárias⁴. Nesse sentido, as armas dos religiosos funcionam sempre com uma dupla função: identificar um indivíduo e explicitar a sua dignidade ou função no seio da Igreja, daí advindo a dualidade de existência de regras estritas para os ornamentos exteriores (denotativos da dignidade ou função) e de generalizada liberdade na escolha do próprio escudo (identificativo do indivíduo).

² PASTOUREAU, Michel – *Traité d'héraldique*. Paris: Picard, 1979. Esta obra foi sucessivamente reeditada em 1993 (revista e acrescentada), 1997, 2003 e 2008.

³ SAMEIRO, Pedro de Sá Alves – L'héraldique ecclésiastique au Portugal. In *GENEALOGICA & Heraldica. Report of the 16th International Congress of Genealogical and Heraldic Sciences*. Helsinki: The Finnish National Committee for Genealogy and Heraldry, 1986, p. 466.

⁴ SÃO ROQUE, Manuel Artur Norton, Barão de – *A heráldica em Portugal: raízes, simbologias e expressões histórico-culturais*. Vol. I. Lisboa: Dislivro Histórica, 2004, p. 555.

Por isso, quando se procura definir aquilo que constitui a essência da heráldica eclesiástica, isto é, aquilo que a torna diferente dos restantes tipos de heráldica, verifica-se que as directrizes da Igreja reportam-se, fundamentalmente, a tudo quanto extravasa do escudo, sendo omissas no que respeita ao conteúdo deste. Pareceria justificável, portanto, que este ramo da heráldica se limitasse ao estudo daquilo que lhe é inegavelmente específico, ou seja, os ornamentos exteriores. Mas, por outro lado, existem determinados costumes peculiares, por vezes transmutados em normas de aplicação recorrente, acerca da organização do escudo de armas dos eclesiásticos; como, por exemplo, o uso de armas de fé, adiante explicado, ou o recurso a armas de instituições religiosas (sejam elas seculares ou regulares) na composição das armas de certos eclesiásticos. É certo que nem sempre tais costumes são seguidos pelos religiosos que tomam armas: eles podem, simplesmente, fazer uso de um escudo de armas de família. Mas, de qualquer modo, o critério de restringir a heráldica eclesiástica aos seus ornamentos exteriores excluiria os supracitados casos de escudos de armas que correspondem a uma criação própria e a usos específicos da Igreja. Por isso, seguir-se-á o entendimento de que a heráldica eclesiástica tem por objecto de estudo os brasões de pessoas e instituições da Igreja, quer no que se refere ao campo do escudo, quer aos ornamentos exteriores.

Os estudos de heráldica eclesiástica existentes, neste contexto de ciência auxiliar da História, referem-se tanto às armas dos indivíduos, como às das instituições que compõem a Igreja. A heráldica dos religiosos tem sido objecto de algumas sínteses, as primeiras das quais vieram a lume na transição do século XIX para o XX⁵; tratava-se, porém, de obras incipientes e parcelares. Em meados deste último século, foi publicado por Bruno Bernard Heim um primeiro trabalho de arrolamento e análise dos usos heráldicos dos membros da

⁵ WOODWARD, John – *A treatise on ecclesiastical heraldry*. Edinburgh: W. & A. K. Johnston, 1894; DU ROURE DE PAULIN, Baron – *L'héraldique ecclésiastique*. Paris: H. Daragon Libraire-Éditeur, 1911.

Igreja Católica⁶. Tal autor veio a tornar-se no principal responsável quer pela investigação deste ramo da armaria, quer pela sua aplicação prática aos prelados da segunda metade do século XX, sobretudo na cúria romana. Do trabalho longo, aturado e diversificado que foi desenvolvendo ao longo da sua vida, resultou, em 1981, a publicação de um livro que constitui marco incontestável e obra de referência sobre o assunto⁷. Dentro da mesma linha de investigação e de reflexão, existem estudos de outros autores, porém, de uma forma geral, menos vastos e menos eruditos que os de Bruno Heim⁸. E mais presos aos aspectos normativos⁹.

Para além desta visão de conjunto, a heráldica de religiosos tem suscitado diversos estudos específicos, como por exemplo o das armas pontifícias¹⁰, cardinalícias¹¹, episcopais¹², de religiosos regulares¹³, ou o inventário heráldico da

⁶ HEIM, Bruno Bernard – *Coutumes et droit héraldique de l'Église*. Paris: Beauchesne, 1949.

⁷ HEIM, Bruno Bernard – *Heraldry in the Catholic Church: its origin, customs and laws*. Gerrards Cross: Van Duren, 1981. A acção de Monsenhor Heim como reformador da heráldica eclesiástica foi analisada em VAN DUREN, Peter Bander – The renaissance of catholic heraldry: 1945-1980. *The Coat of Arms*. 3 (1978-1979) 205-213.

⁸ Veja-se, por exemplo, CADENAS Y VICENT, Vicente de – *Heráldica de la Iglesia*. Madrid: Hidalguía, 1962; ou, mais recentemente, MCCARTHY, Michael Francis – *Manual of ecclesiastical heraldry: catholic, lutheran, presbyterian and orthodox*. Darlington: Thylacine Press, 2005.

⁹ Alguns incidem mesmo em exclusivo sobre aspectos normativos, considerados em geral ou referentes a casos particulares. Vid., respectivamente, CADENAS Y VICENT, Vicente de – Disposiciones de la Santa Sede referentes a la heráldica eclesiástica. *Hidalguía*. 104 (1971) 19-22; Las armas y los símbolos de los obispos y abades que renuncian al gobierno de su diócesis o abadía. *Hidalguía*. 139 (1976) 817-842.

¹⁰ A obra de referência a respeito da heráldica pontifícia é de GALBREATH, Donald Lindsay – *Papal heraldry*. London: Heraldry Today, 1972. Em Portugal, algumas armas pontifícias foram estudadas por AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – Temas de heráldica estatal - IX - Duzentos e cinquenta anos de heráldica papal. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*. 86 (1985) 13-18; e por SEIXAS, Miguel Metelo de – Peregrinação heráldica ao túmulo de Cecília Metela na Via Ápia. In *Estudos comemorativos dos quinze anos da licenciatura em relações internacionais*. Coord. Carlos César MOTA e José de Matos CORREIA. Vol. 2. Lisboa: Univ. Lusíada, 2004, p. 101-124 (sobre a heráldica de Bonifácio VIII); e Noticiário heráldico: as armas do Papa Bento XVI. *Tabardo*. 3 (2006) 343-352.

¹¹ ELVINS, Mark Turnham – *Cardinals and heraldry*. London: Buckland Publications, 1988; MCCARTHY, Michael Francis – *Heraldica Collegii Cardinalium: a roll of arms of the College of Cardinals. 1800-2000*. Darlington: Thylacine Press, 2000.

¹² Para uma visão geral da sigilografia episcopal, veja-se RIESCO TERRERO, Angel – El sello episcopal hasta el Renacimiento: valoración jurídico-diplomática y artística del mismo. In *XV CONGRESO de las Ciencias genealógica y heráldica*. T. III. Madrid: Instituto Salazar y Castro, 1983, p. 365-390; e sobre o uso de chapéu episcopal, BOUYÉ, Édouard – Ces évêques au chapeau vert... *Arma et Sigilla*. 1 (1997) 15-18.

¹³ Vejam-se em particular as obras de ROUSSEAU-LEFEBVRE, Christophe – Le blason des oblats de Saint François de Sales. *Revue Française d'Héraldique et de Sigillographie*. 51-53 (1981-1983) 35-36; Chronique

Cidade-Estado do Vaticano¹⁴. Apenas em raros casos surgiram inventários com pretensão de abranger todos os prelados de determinada unidade histórico-geográfica maior¹⁵. Em Portugal, a heráldica eclesiástica foi tratada de forma panorâmica em publicações autónomas de António Pedro Sameiro¹⁶ e Miguel Metelo de Seixas¹⁷, sendo outrossim objecto de capítulos de obras mais gerais, como as de Franz-Paul de Almeida Langhans¹⁸, Gastão de Melo de Matos¹⁹ e Manuel Artur Norton²⁰. Mais propriamente sobre os bispos portugueses, existem algumas obras que abordam a heráldica da sequência de titulares de determinadas dioceses²¹, ou do conjunto de prelados coexistentes num determinado período²²,

héraldique et sigillographique des évêques et abbés de France (1989-1990). *Revue Française d'Héraldique et de Sigillographie*. 60-61 (1990-1991) 197-211; Chronique héraldique et sigillographique des évêques et abbés de France (1991-1992). *Revue Française d'Héraldique et de Sigillographie*. 62-63 (1992-1993) 145-157; Essai d'un armorial ecclésiastique: la congrégation bénédictine de France. Armoiries et sceaux des origines (1837) à nos jours. *Revue Française d'Héraldique et de Sigillographie*. 60-61 (1990-1991) 173-196 e 62-63 (1992-1993) 137-144.

¹⁴ MARTIN, Jacques – *Heraldry in the Vatican*. Gerrards Cross: Van Duren, 1987.

¹⁵ Em França, tal ideia consubstanciou-se na obra de MEURGEY, Jacques – *Armorial de l'Église de France: évêchés, chapitres, paroisses, abbayes, prieurés, couvents, corporations et communautés religieuses*. Macon: Imp. Protat Frères, 1938. Mais recentemente, Christophe Rousseau-Lefebvre veio propor um outro projecto de armorial episcopal francês, com características metodológicas aplicáveis a outras realidades territoriais: ROUSSEAU-LEFEBVRE, Christophe – *Projet d'un armorial ecclésiastique: problèmes rencontrés et méthode de recherche*. In *L'HÉRALDIQUE Religieuse*. Actes du X^e Colloque International d'Héraldique. Ed. Claus D. BLEISTEINER. München: Académie Internationale d'Héraldique, 1999, p. 54-74.

¹⁶ SAMEIRO, Pedro de Sá Alves – *L'héraldique ecclésiastique...*

¹⁷ SEIXAS, Miguel Metelo de – Os ornamentos exteriores na heráldica eclesiástica como representação da hierarquia da Igreja Católica. *Lusitana. Revista de Ciência e Cultura. Série de História*. 2/1 (2004) 55-72; Heráldica eclesiástica na porcelana oriental de importação portuguesa. In *PORTUGAL na Porcelana da China. 500 Anos de Comércio*. Coord. A. Varela SANTOS. Vol. 2. Lisboa: Artemágica, 2008, p. 415-480.

¹⁸ LANGHANS, F. P. de Almeida – *Heráldica: ciência de temas vivos*. Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1966, p. 391-420, útil sobretudo para se compreender o ordenamento das armas do episcopado português na altura da publicação do livro.

¹⁹ MATOS, Gastão de Mello de; BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha Monteiro – *Heráldica*. [Lisboa]: Verbo, 1969, p. 37-44.

²⁰ SÃO ROQUE, Manuel Artur Norton, Barão de – *A heráldica em Portugal...* Vol. 1, p. 555-570.

²¹ AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – Alguns aspectos da heráldica arquiépiscopal bracarense nos séculos XIV-XX. In *I COLÓQUIO Galaico-Minhoto*. Vol. 1. Ponte de Lima: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, 1981, p. 249-258; LARANJO, F. J. Cordeiro – *Escudos de armas dos bispos de Lamego (1492-1976)*. Viseu: Junta Distrital, 1977; MATTOS, Armando de – Tríptico de heráldica eclesiástica. *Brotéria*. 21/6 (1935) 347-354; e SOUZA, José de Campos e – *Cinco brasões de armas eclesiásticas*. Lisboa: [s.n.], 1970. Mais recentemente, a heráldica dos bispos-condes de Coimbra foi objecto de uma dissertação de mestrado, que se espera venha a ser publicada: SANTOS, Marta Manuel Gomes dos –

ou ainda estudos referentes a indivíduos específicos²³. De um modo geral, tanto no panorama português como europeu, verifica-se que os estudos que incidem sobre determinados personagens ou sobre determinados grupos de personagens, usualmente relacionados entre si pela detenção duma mesma dignidade ou pelo desempenho de cargos semelhantes, são muito mais correntes que as análises gerais ou abstractas.

Em contrapartida, a heráldica das instituições religiosas não tem atraído tanto a atenção dos estudiosos, sendo de assinalar que a única obra inteiramente dedicada a esta temática, constituindo pois o primeiro armorial deste género, foi publicada em 2003 por Giulio Zamagni²⁴. Este autor chama a atenção para a escassez bibliográfica que envolve a heráldica de instituições religiosas: com efeito, se existem tantas obras acerca da heráldica de família, de soberania, corporativa, ou mesmo, no que toca à Igreja, da heráldica de eclesiásticos, já no capítulo da heráldica de congregações religiosas esbarramos com uma confrangedora ausência de obras gerais. Parece que os heraldistas só por alto

Heráldica eclesiástica: brasões de armas de bispos-condes. Coimbra: FLUC, 2010 (dissertação de mestrado policopiada). Por vezes, tais sequências heráldicas inserem-se em obras genéricas sobre os sucessores em determinadas circunscrições religiosas (e respectivos títulos), sem porém formar um capítulo ou estudo específico. Vid., por exemplo, sobre os patriarcas de Lisboa, *OS PATRIARCAS de Lisboa*. Coord. Carlos Moreira AZEVEDO, António Boto de OLIVEIRA, Sandra Costa SALDANHA. Lisboa: Alêtheia, 2009. Saliente-se, por fim, o armorial coligido por Luís Gardel para o conjunto dos prelados que exerceram o seu *munus* no Brasil, universo constituído na sua maior parte, durante o período colonial, por portugueses: GARDEL, Luís D. – *Les armoiries des ecclésiastiques au Brésil (1551-1962)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1953.

²² MOSER, Jorge Alberto Hofacker de – *Brasões eclesiásticos fielmente copiados dos originais do último decénio do século XVIII, que possve o Dr. Luís Keil Director do Museu Nacional de Arte Antiga*. Monte Estoril: 1945. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Colecção Jorge de Moser*, nº 105.

²³ Como, por exemplo, SOUSA, José de Campos e – O brasão de armas do Ilustríssimo Senhor Dom Frei Gonçalo de Morais, pela mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica bispo da cidade e do bispado do Porto, do conselho de Sua Majestade, &c. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 30/3-4 (1967) 601-620; BAPTISTA, Joaquim Ramos – Dom Diogo de Sousa na heráldica bracarense. *Tabardo*. 1 (2002) 105-112, e Dom Rodrigo de Moura Teles na heráldica bracarense. *Tabardo*. 3 (2006) 187-198; ou SALGADO, José Bénard Guedes – D. Frei Luís de Santa Teresa, D. Frei João da Cruz, irmãos no sangue, na ordem e no *munus* episcopal, diferenciados na heráldica. *Armas e Troféus*. 9 (2004) 27-38.

²⁴ ZAMAGNI, Giulio – *Il valore del simbolo. Stemm, simboli, insegne e imprese degli ordini religiosi, delle congregazioni e degli altri istituti di perfezione*. Cesena: Società Editrice “Il Ponte Vecchio”, 2003 e respectiva revisão em SEIXAS, Miguel Metelo de – Revisão crítica. *Tabardo*. 3 (2006) 335-336. Ressalve-se, contudo, a obra prévia de COELLO, M. – *Heráldica religiosa y hagiografía*. Madrid: [s.n.], 1964.

abordaram o tema²⁵. Existem, decerto, estudos sobre os brasões das várias ordens religiosas, mas encontram-se dispersos por publicações próprias destas instituições, geralmente inseridos em obras mais vastas acerca da sua história, das quais constituem um pequeno apontamento quase a título de curiosidade. Acresce que tais impressos são por vezes difíceis de encontrar e de consultar, por serem amiúde publicações de tiragem escassa e circulação restrita. Dentro das ordens religiosas, as ordens militares têm atraído uma maior curiosidade e dado lugar a publicações autónomas²⁶. Ainda mais raros são os estudos sobre as armas de instituições religiosas não-regulares, como os arquiépiscopados, episcopados, priorados, vigararias, paróquias, cabidos, irmandades, entre outras. Exceptuam-se deste rol casos específicos como as armas da Igreja²⁷, do colégio cardinalício²⁸, do tribunal do Santo Ofício da Inquisição²⁹, já objecto de estudos mais sistemáticos.

Quando posta em relação com a história da arte, a heráldica repertoriada em conformidade com estes estudos pode ser usada como forma de identificar comanditários, produtores, destinatários, permitindo identificações e datações mais ou menos precisas. Estas análises, contudo, continuam a prestar mais atenção aos aspectos normativos do que à realidade dos usos heráldicos. Era pois desejável, dir-se-ia quase necessária, uma renovação metodológica, quando não epistemológica, da investigação em heráldica eclesiástica³⁰.

²⁵ Por exemplo, PASTOUREAU, Michel – *Traité d'héraldique...*, p. 55, dedica apenas um parágrafo à heráldica religiosa. Das obras gerais, aquela que mais desenvolve o tema é BASCAPÈ, Giacomo; DEL PIAZZO, Marcello – *Insegne e simboli: araldica pubblica e privata medievale e moderna*. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1983, p. 353-395.

²⁶ Para o caso português, veja-se PINTO, Augusto Cardoso – *Subsídios para o estudo das signas portuguesas*. Vol. 1: *As bandeiras das três Ordens Militares*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1929.

²⁷ BAGLIANI, Agostino Paravicini – *Le chiavi e la tiara: immagini e simboli del papato medievale*. Roma: Viella, 1998.

²⁸ Ver nota 11.

²⁹ PINTO, Segismundo – Insígnias de familiares do Santo Ofício: um estudo de falerística. In *GENEALOGIA & Heraldica*. Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1989, p. 443-448.

³⁰ Para uma reflexão genérica sobre a relação entre heráldica e história da arte, cf. SAVORELLI, Alessandro – *Piero della Francesca e l'ultima crociata: araldica, storia e arte tra gotico e Rinascimento*. Firenze: Le Lettere, 1999, p. 5-27.

Em 1997, ocorreram dois factos que vieram ilustrar o desejo de renovação dos estudos de heráldica eclesiástica. Em primeiro lugar, a *Académie Internationale d'Héraldique* organizou em Rothenburg ob der Tauber, no norte da Baviera, um colóquio internacional sobre heráldica eclesiástica³¹, que decorreu de 22 a 27 de Setembro de 1997. Em segundo lugar, criou-se em Paris um grupo de estudo de heráldica eclesiástica, o *Consortium ad Res Heraldicas et Sigillographicas Ecclesiasticas Studendas*, que veio a publicar um boletim, intitulado *Arma et Sigilla*, pelo menos até ao ano de 1999³². Logo no editorial do primeiro número desta publicação, sob o significativo título de *Pour une nouvelle héraldique ecclésiastique*, Michel Pastoureau advogava a necessidade de renovação dos estudos de heráldica eclesiástica, salientando quer a importância do clero enquanto grande criador, requerente e *consumidor* de armas, quer o contraste entre o peso histórico da heráldica eclesiástica e o seu estatuto de *parente pobre* no seio dos estudos heráldicos. Apontava este heraldista a emergência de novas problemáticas tendentes a renovar o conhecimento da heráldica eclesiástica, nomeadamente a adopção progressiva do uso de armas pelo clero; a escolha, difusão e significado dos esmaltes e figuras que compõem as armas eclesiásticas; o papel mais ou menos importante dos ornamentos exteriores que rodeiam o escudo; as diferenças entre as armas de seculares e regulares; a relação entre as armas de família e as de benefícios, entre as armas de uma ordem ou de uma comunidade e as de uma determinada casa ou instituição; a especificidade da heráldica pontifícia; entre outras formas de abordagem sintetizadas por um significativo *etc.* Concluía Pastoureau que os problemas levantados pela heráldica eclesiástica podiam ser definidos como numerosos, complexos e peculiares³³.

³¹ *L'HÉRALDIQUE Religieuse...*

³² O consórcio teve como presidente de honra o cardeal Luigi Poggi, como presidente e director da publicação Michel Pastoureau e como secretário-geral Christophe Rousseau-Lefebvre.

³³ PASTOUREAU, Michel – Pour une nouvelle héraldique ecclésiastique. *Arma et Sigilla*. 1 (1997) 4-5.

A abordagem de cariz histórico-positivista, conforme ao modelo oitocentista e tendente a editar fontes, coligir armoriais ou produzir textos descritivos e normativos, ganha em ser hoje cotejada com diversos tipos de problematização. Esse tem sido, na verdade, o rumo assumido por alguns autores. Com resultados por vezes inovadores, que permitem uma compreensão mais lata e contextualizada da heráldica eclesiástica. Deste modo, o tema das armas pontifícias, por exemplo, recebeu contributos significativos, que vieram alterar por completo o entendimento da heráldica dos chefes da Igreja³⁴. Édouard Bouyé analisou outrossim as condições em que a heráldica episcopal aparece, salientando as reticências e dificuldades da adesão dos prelados e apresentando esta como uma forma de aculturação do espírito nobiliárquico³⁵. O mesmo autor procurou, em seguida, alargar os seus estudos ao conjunto da heráldica eclesiástica, produzindo a esse respeito um texto que se pode considerar como referência para a compreensão do surgimento e difusão do uso de armas por parte das instituições e dos indivíduos que compunham a Igreja³⁶.

Claire Boudreau, por seu turno, analisou a teorização existente sobre a heráldica em autores medievais ou do princípio da Idade Moderna³⁷. Esta autora colocou uma série de questões primordiais para o estudo da relação que se estabeleceu, neste âmbito, entre práticas e normas, começando por salientar que,

³⁴ Michel PASTOUREAU fez um ponto de situação sobre a heráldica pontifícia, retomando a obra clássica de Galbreath e apontando novas achegas e problemáticas, no verbete: *Armoiries pontificales*. In *DICTIONNAIRE historique de la papauté*. Dir. Philippe LEVILLAIN. Paris: Fayard, 1994, p. 151-154. Essenciais são também os estudos de GARDNER, J. – *The tomb and the tiara: curial tomb sculpture in Rome and Avignon in the Later Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 1992, e BAGLIANI, Agostino Paravicini – *Le chiavi e la tiara...* Por fim, Édouard Bouyé dedicou a sua atenção ao estudo das armas pontifícias como instrumento privilegiado de construção da “campanha comunicacional” da Santa Sé no final da Idade Média: BOUYÉ, Édouard – *Les armoiries pontificales...*

³⁵ BOUYÉ, Édouard – *Héraldique médiévale des évêques de la France du Nord*. In *L'HÉRALDIQUE Religieuse...*, p. 123-152.

³⁶ BOUYÉ, Édouard – *L'Église médiévale et les armoiries: histoire d'une acculturation*. *Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge*. 113/1 (2001) 493-542.

³⁷ Seguir-se-á de perto o texto desta autora, não só pelo seu manifesto domínio do assunto, baseado na conjugação de erudição com capacidade analítica, como também pela dificuldade em aceder a tal documento: BOUDREAU, Claire – *L'héraldique ecclésiastique théorique de Bartolo de Sassoferrato (1355) à Jean Scohier (1607†)*. In *L'HÉRALDIQUE Religieuse...*, p. 29-52.

embora unidos pela cultura religiosa cristã, os autores de tratados de armaria não se preocuparam com a caracterização da heráldica eclesiástica. Até ao princípio do século XVI, na verdade, estes apenas dedicaram escassas palavras a tal tema, o que obriga o estudioso de hoje a colocar uma série de reservas e a proceder com a maior prudência quanto à caracterização de tal heráldica: *La pauvreté des règles annoncées ne reflète que très imparfaitement la réalité et l'étendue de la pratique armoriale du temps. La prudence est de rigueur, comme toujours, lorsqu'on aborde un thème négligé des traités de blason*³⁸.

O aparente desinteresse dos heraldistas pela armaria eclesiástica reveste-se do maior interesse para a história da mentalidade heráldica: tanto o conteúdo como as omissões dos tratados produzidos nos finais da Idade Média ilustram a existência de diferentes tradições na percepção do fenómeno heráldico. Assim, no que respeita à heráldica eclesiástica, distinguem-se duas linhas entre os séculos XIV e XVI: a que parte de Bartolo da Sassoferrato, que forma cerca de um quarto do total das obras e se concentra sobretudo entre os autores ingleses, de forte componente jurídica; e a dos teóricos franceses, claramente mais ligada ao ofício de armas. Ao todo, são cerca de 40 obras, quer em latim quer em vernáculo, dedicadas neste período ao ensino da armaria, das quais apenas uma consiste num tratado dedicado em exclusivo à heráldica eclesiástica³⁹.

Segundo Claire Boudreau, Bartolo da Sassoferrato foi o primeiro a propor, por volta de 1355, uma classificação das armas segundo os seus diferentes estatutos: armas de dignidade, trazidas por reis, imperadores ou grandes senhores; armas de ofício, ligadas a determinados cargos; armas pessoais e familiares. Embora não tratasse especificamente da heráldica eclesiástica, Bartolo descrevia a essência das armas como sendo o instrumento por via do qual se tornava possível definir a função do indivíduo na sociedade, em similitude com a onomástica.

³⁸ BOUDREAU, Claire – L'héraldique ecclésiastique..., p. 29.

³⁹ BOUDREAU, Claire – L'héraldique ecclésiastique..., p. 30.

Desta forma, Bartolo definia o papel identificativo das armas, o que se revelaria essencial para aqueles que, depois dele, se interessaram pela heráldica eclesiástica⁴⁰. Bartolo punha em igualdade de circunstâncias, perante a lei, as armas pessoais ou familiares e aquelas que caracterizavam socialmente os seus detentores por via da sua dignidade, papel ou ofício. Também advertia que as armas derivadas de concessão régia eram mais estimáveis que as demais; e que, no caso de armas de igual antiguidade, as que tivessem sido concedidas precediam em dignidade as assumidas. Mas isso não significava que, para o autor, o uso de armas constituísse um privilégio reservado à nobreza ou às camadas mais altas da sociedade, nem tampouco aos combatentes em desprimor dos não-guerreiros. Na verdade, Bartolo defendia de maneira clara o princípio da capacidade heráldica universal: qualquer um podia usar armas, desde que não usurpasse as alheias. Na prática, ele condenava a usurpação das armas de ofício, que comparava aos sinais tabeliônicos; os culpados desta infracção deviam ser julgados como falsários e, como tal, condenados a penas pesadas. Assim, as armas de dignidade ou de ofício apenas deviam ser usadas pelos detentores dessas dignidades ou ofícios. Os casos de contencioso deviam ser julgados pelas instâncias comuns; Bartolo não se referia jamais aos arautos nem ao seu eventual trabalho de especialistas, emissores de pareceres ou responsáveis por processos em matéria heráldica⁴¹.

Bartolo distinguiu-se dos autores que lhe sucederam por se interessar principalmente pelo uso que era dado às armas na sua época; não se limitava a discorrer sobre a origem delas. Tampouco se referia aos aspectos simbólicos, embora cuidasse de estabelecer uma hierarquia das cores e os espaços mais nobres no que respeitava aos suportes materiais das armas e à localização das figuras. Os ensinamentos heráldicos de Bartolo conheceram ampla difusão, que por vezes

⁴⁰ BOUDREAU, Claire – *L'héraldique ecclésiastique...*, p. 30-31. Para uma recente edição do texto de Bartolo, veja-se SASSOFERRATO, Bartolo da – *De Insigniis et Armis*. A cura di Mario CIGNONI. Firenze: Giampiero Pagnini Editore, 1998.

⁴¹ BOUDREAU, Claire – *L'héraldique ecclésiastique...*, p. 31.

não excluía uma certa distorção e, até ao final do século XVI, primaram pela ausência nos tratados de armaria franceses⁴². Os tópicos bartolianos foram amplamente retomados, traduzidos e glosados em obras de natureza diversificada, que Claire Boudreau dividiu em três categorias⁴³:

1) Nos séculos XIV e XV, os ensinamentos de Bartolo foram retomados em diversas obras redigidas em francês, como o *Songe du Verger* de Évrart de Trémaugon (1376), a *Arbre des Batailles* de Honoré Bouvet (1390) e o *Livre des faits d'armes et de chevalerie* de Christine de Pisan (1410). Estes autores integravam os ensinamentos de Bartolo em temas mais vastos, como a sociedade, a guerra, a cavalaria.

2) Um segundo grupo é constituído por obras exclusivamente heráldicas ou que inserem, numa estrutura mais vasta, um capítulo substancial dedicado às armas e à sua linguagem. Contam-se entre eles o *Tractatus de Armis* de Johannes de Bado Aureo (1394) e os tratados que deste derivam: o *De Officio Militari* de Nicolas Upton (1446), o *Boke of St. Albans* impresso em 1486, o *Packenham Tract* e o tratado galês *Llyr Arfau*. Contrariamente ao texto de Bartolo, estes tratados conferem alguma atenção ao simbolismo das figuras, sobretudo no que respeita aos animais. *Ces auteurs, de nationalité anglaise pour la plupart, consacrent quelques courts paragraphes aux armoiries personnelles et de fonction des membres de l'Église. Ce sont les premiers balbutiements de la théorisation des armoiries cléricales*⁴⁴. Segundo estes tratadistas, os membros do clero podem usar as armas da sua família,

⁴² RODRÍGUEZ VELASCO, Jesús D. – El *Tractatus de Insigniis et Armis* de Bartolo y su influencia en Europa (com la edición de una traducción castellana cuatrocentista). *Emblemata*. 2 (1996) 35-70.

⁴³ BOUDREAU, Claire – L'héraldique ecclésiastique..., p. 32-36.

⁴⁴ BOUDREAU, Claire – L'héraldique ecclésiastique..., p. 33.

caso as possuam; em alternativa, poderão obter a concessão de armas novas por um rei de armas. Os clérigos, tanto seculares como regulares, podem ser dispensados do uso de qualquer tipo de diferença, desde que sejam filhos legítimos. As suas armas extinguem-se quando eles morrem. Ao contrário, as armas de ofício pertencem de direito à Igreja, sendo transmitidas sem qualquer diferenciação de um a outro detentor do cargo. Em suma, os eclesiásticos podem usar as armas dos seus antepassados ou armas novas, pessoais, que eles podem diferenciar se quiserem, para assinalar, por exemplo, a aquisição ou a perda de determinada posse. Os bispos e os abades podem usar as armas das sés ou abadias respectivas, que permanecem imutáveis. Em qualquer dos casos, a transmissão das armas garantia a autenticidade da identidade. O ensinamento destes autores vem, assim, completar o de Bartolo, mas sem aduzir grandes novidades. Na categoria das obras propriamente heráldicas, deve reservar-se um lugar à parte para o *Liber Armorum* de Bernard De Rosier (1475†), cuja obra se inscreve na tradição bartoliana. De Rosier revelou uma assinalável erudição e uma notória capacidade de sistematização: retomou a obra de Bartolo, acrescentando-a, e aduzindo-lhe uma tradução latina do *Traité de blason en forme de questionnaire* de Jean Courtois, arauto Sicília (1437†). No que toca à heráldica eclesiástica, De Rosier foi o primeiro a enumerar os ornamentos para-heráldicos associados aos diversos cargos da Igreja e às dignidades temporais: a tiara para o papa; o diadema imperial para o imperador; a coroa régia para o rei; o chapéu vermelho com cordões para os cardeais; a cruz dupla para os patriarcas; a cruz simples para os arcebispos; o báculo e a mitra para os bispos e para certos abades; o bastão pastoral para as demais

dignidades clericais⁴⁵. Depois dele, seria preciso esperar mais de um século para reencontrar uma enumeração semelhante nos tratados de armaria, que preferiram concentrar as suas interpretações simbólicas no interior dos escudos, e não nos elementos exteriores.

3) Um terceiro grupo era constituído pelos cadernos de apontamentos de estudantes de direito, designados pelos nomes de *Strangways'Book* (c. 1454), *Patrick's Book*, *Heralds'Tract*, *Poveys'Tract*, *Kimbeys'Tract*, *Extraits de John Wrythe's Garter Book* e *Peter le Neve's Shields*. Estas obras eram amiúde confusas na exposição da matéria, primando pela atenção dedicada à nomenclatura, bastante complexa e específica. O *Strangways'Book* distinguia as “marks”, compostas sem metal e reservada aos comerciantes, das verdadeiras armas, compostas por metais e cores: *Anyone, he says, may take a mark, but no one may take arms without the intervention of a competent authority, that is either the prince or a herald or a poursuivant*. Desta forma, acabava por negar a capacidade heráldica universal que havia sido advogada por Bartolo.

Em contraposição aos ensinamentos de Bartolo da Sassoferrato e dos autores que se inserem na sua esteira, a tradição dos tratados de armaria franceses formou um conjunto distanciado, revelando um entendimento muito diferente da heráldica eclesiástica. Os autores heráldicos de tradição francesa não falavam, com efeito, do que respeita ao direito e às práticas jurídicas ligadas às armas, ou seja: das jurisdições competentes em caso de contencioso; da transmissão de armas; da capacidade heráldica dos indivíduos. Mostravam também absoluto desinteresse pela heráldica feminina e eclesiástica, mas também pela municipal, corporativa, universitária: *Pour ces auteurs, ces questions ne se posent pas en ces termes puisqu'ils*

⁴⁵ BOUDREAU, Claire – L'héraldique ecclésiastique..., p. 35.

*considèrent que seuls les nobles d'épée possèdent, de droit, la capacité de porter les armoiries qu'ils ont hérité de leurs ancêtres*⁴⁶.

Os arautos, ademais, apresentam-se como únicos juizes em matéria de armaria, agindo naturalmente em nome do rei. O conjunto de práticas heráldicas medievais era concebido pelos arautos como um somatório de abusos e usurpações. Para estes autores, a origem das armas era remotíssima, uma vez que remontava à Antiguidade, geralmente a Alexandre Magno. Elas serviam para recompensar os melhores guerreiros. As suas figuras obedeciam a uma hierarquia e relembavam os feitos e os méritos do armígero. Assim dotadas de um carácter guerreiro, as armas tinham sempre um significado e definiam a identidade, tanto social como moral, dos homens. Eram hereditárias desde que haviam sido criadas, e era por isso que se desvalorizavam as armas novas. Só os nobres combatentes tinham inteiro direito a elas, conquistado na ponta da espada e ao serviço do rei. Os tratados desta tradição francesa caracterizavam-se também pela sua organização sequencial: antes de mais, vinha a parte referente às origens troianas, gregas, romanas ou egípcias; em seguida, o simbolismo primeiro de metais e cores, depois as figuras apresentadas segundo uma ordem hierárquica (partições, peças de primeira e de segunda ordem, móveis). Claire Boudreau contabilizou nesta escola o tratado *De Heraudie*, dezanove tratados redigidos em francês e cinco em inglês, nos quais a heráldica eclesiástica era omissa. Apenas aparecia, por vezes, menção do facto de os eclesiásticos que usavam armas de família não terem necessidade de as diferenciar⁴⁷.

O único tratado exclusivamente dedicado às armas eclesiásticas apresentava uma teoria marcada em simultâneo pela concepção jurídica de Bartolo e pela concepção militar e nobiliárquica de tradição francesa. Trata-se de um texto anónimo inserido por vezes no tratado de armaria de Roland Bournel, senhor de

⁴⁶ BOUDREAU, Claire – *L'héraldique ecclésiastique...*, p. 37.

⁴⁷ BOUDREAU, Claire – *L'héraldique ecclésiastique...*, p. 38.

Boncourt, Mammet e Auxí († antes de 1537), que poderá ser o seu autor: *La manière comment les nobles et gentilzhommes d'Eglise pevent et doivent porter leurs armes et blasons que l'on dist estre armes clericalles*, de que se conhecem sete versões manuscritas entre os séculos XVI e XVII⁴⁸. Marcado pela ideologia francesa, o autor começava por advertir que os nobres tinham a obrigação de se inspirar nas virtudes dos seus avoengos e que a melhor maneira de atingir tal fim, mesmo para um clérigo, consistia em usar as armas da respectiva família. Citava como única autoridade a *Árvore das Batalhas* de Honoré Bouvet e por esta via explicava que os eclesiásticos tinham, em certas circunstâncias, o direito de combater e de entrar em batalhas, e por essa via adquiriam o direito de usar insígnias heráldicas. Mas as armas dos prelados deviam figurar em escudo de formatos específicos, redondo ou em forma de pião, porque o tradicional devia permanecer reservado aos combatentes. Sempre com recurso ao argumento militar, o autor negava aos religiosos o direito ao uso de timbre, uma vez que este se encontrava associado à participação em torneios, actividade vedada aos eclesiásticos sob pena de excomunhão. O texto compreendia ainda a justificação para os eclesiásticos terem armas de ofício, mesmo que eles não fossem de origem nobre: os benefícios e cargos eclesiásticos traziam ao seu detentor uma nobreza teológica ou *sobrenatural* e, com ela, advinha-lhes o direito de usar emblemas heráldicos. Mas, em dois outros trechos, o autor desvalorizava as armas novas e aconselhava aos titulares de ofícios que assumissem as respectivas insígnias, plenas, em vez de as misturar com aquelas. A obra era, de resto, percorrida por um certo tom nostálgico. O autor falava de *verdadeiro conhecimento* e de *antigos e verdadeiros estatutos* esquecidos na sua época, e a que seria bom regressar. Esta era, aliás, uma espécie de *topos* das obras heráldicas da escola francesa⁴⁹. Apesar de abordar a questão das armas

⁴⁸ BOUDREAU, Claire – L'héraldique ecclésiastique..., p. 39.

⁴⁹ Cf. BOUDREAU, Claire – Traités de blason et armoriaux: pédagogie et mémoire. In *LES ARMORLAUX médiévaux*. Actes du colloque international «Les armoriaux médiévaux». Dir. Louis HOLTZ, Michel PASTOUREAU, Hélène LOYAU. Paris: Le Léopard d'Or, 1997, p. 383-393.

eclesiásticas sob o prisma militar e nobiliárquico, o autor tecia, por outro lado, um quadro bastante mais crítico e mais realista do que os seus demais contemporâneos que haviam tratado do assunto. Expunha alguns costumes e regras heráldicas relativas às armas eclesiásticas tanto de família como de ofício, seguindo nisso a tradição bartoliana: antes de mais, retomava a ideia de que os clérigos não precisavam de diferenciar as suas armas, mesmo que não passassem de secundogénitos, desde que fossem legítimos. Era-lhes facultado, portanto, o uso das armas de família plenas, mas também as podiam combinar com as do seu cargo, se estas existissem. O autor referia o costume que permitia ao detentor de um cargo usar as armas do fundador da respectiva igreja ou cenóbio, por vezes numa forma diferenciada. Indicava ainda que as armas de ofício deviam situar-se de preferência à dextra, quer se tratasse de um partido, quer de um esquartelado; ou seja, no lugar mais honroso, a menos que elas fossem menos nobres que as armas do próprio armígero⁵⁰. Especificava ainda que os religiosos pertencentes a ordens mendicantes, como os cartuxos e os celestinos, não deviam usar armas, pois ao ingressar na ordem haviam morrido para o mundo e nada deviam possuir como próprio. O argumento tinha interesse, uma vez que uma das funções das armas era efectivamente a de assinalar a posse de objectos de toda a natureza. Ainda em relação às armas de ofício, o autor concedia aos eclesiásticos o direito de usar, em vez dos timbres, ornamentos próprios do seu cargo, colocados no exterior do escudo.

Em conclusão, e continuando a retomar a análise de Claire Boudreau, os autores de tradição francesa e, com o tempo, os autores de tradição bartoliana comungaram de uma concepção altamente idealizada do carácter militar das armas. Esta ideologia, predominante, favoreceu o seu desinteresse pelas armas dos não-combatentes, como as mulheres ou os eclesiásticos, os burgueses, as corporações. Os tratados de heráldica eram, antes de mais, concebidos como

⁵⁰ BOUDREAU, Claire – *L'héraldique ecclésiastique...*, p. 40.

obras destinadas aos colegas e sucessores. Progressivamente, tais tratados foram sendo dedicados à nobreza antiga e de espada, meio à volta do qual os autores – juristas, eruditos ou oficiais de armas – gravitavam. Estes diferentes tipos de público influenciaram e justificaram o discurso dos tratadistas. Nota-se, por isso, uma assinalável independência dos autores heráldicos em relação à Igreja⁵¹.

Seguindo o desafio lançado por Michel Pastoureau, tanto Édouard Bouyé como Claire Boudreau propõem, assim, novas abordagens da heráldica eclesiástica. Embora se definam em campos e com objectivos diferentes, ambos os autores acabam por evidenciar o sentido de estabelecer a relação dos emblemas heráldicos como forma comunicacional inserida na sociedade em que são gerados. As armas aparecem, deste modo, em ligação indissociável com as condições culturais da sua época e do seu meio, patente no respectivo enquadramento mental quer de concepção, quer de recepção pelos observadores⁵². O fito do heraldista consiste em compreender os objectivos e as condicionantes do acto de comunicação por via destas imagens ritualizadas, para lá da aparência (porventura enganadora) de continuidade e de estabilidade que é transmitida pelo sistema heráldico.

Realizado este ponto de situação dos estudos de heráldica eclesiástica e observados os novos desafios lançados para a renovação desta área do saber, coloca-se a questão de saber em que sentidos poderão avançar tais estudos no que se refere ao caso português.

Uma questão primordial que se aplica a quem queira estudar a heráldica eclesiástica portuguesa diz respeito ao conhecimento das fontes. Para ter uma visão geral, e dentro ainda do entendimento *oitocentista* ou arqueológico, seria

⁵¹ BOUDREAU, Claire – L'héraldique ecclésiastique..., p. 41.

⁵² Esta noção geral foi desenvolvida por MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos: una interpretación histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993, embora sem referência específica à heráldica eclesiástica.

necessário proceder à inventariação de tais fontes. Trabalho de larga envergadura, tanto pelo número de manifestações como pela sua dispersão, e só muito parcialmente facilitado por alguns estudos já existentes. Um breve rol das principais fontes servirá para se compreender a extensão do trabalho feito e por fazer:

- **Selos** (Fig. 1): o levantamento realizado pelo marquês de Abrantes⁵³ constitui um bom ponto de partida, embora se tenha que ter em conta que ele não é completo, na medida em que deixou de fora muitos arquivos e núcleos, e que, por ser uma obra pioneira, carece de amplas revisões à luz de dados entretanto vindos a lume⁵⁴; além do mais, cobre apenas a Idade Média: para a Idade Moderna, não existe qualquer repertório geral de selos. A bibliografia sigilográfica, que comporta artigos dedicados quer ao estudo dos selos específicos, quer ao seu levantamento em determinados núcleos⁵⁵, revela-se dispersa. A renovação epistemológica e metodológica dos estudos sigilográficos deve-se aos trabalhos de Saul António Gomes que, contudo, não denotam atenção específica à dimensão heráldica⁵⁶. Mais recentemente, Anísio Miguel de Sousa Saraiva, Maria do Rosário Barbosa Morujão e Miguel Metelo de Seixas avançaram para o estudo da heráldica eclesiástica com base,

⁵³ ABRANTES, D. Luiz de Lancastre e Távora, Marquês de – *O estudo da Sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1983. Para uma consulta mais facilitada desta obra, convém usar os respectivos índices, editados separadamente: ABRANTES, D. Luiz de Lancastre e Távora, Marquês de – *O estudo da Sigilografia medieval portuguesa: índices esfragísticos*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1990.

⁵⁴ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Working with medieval manuscripts and records: palaeography, diplomatics, codicology and sigillography. In *THE HISTORIOGRAPHY of Medieval Portugal: c. 1950-2010*. Dir. José MATTOSO. Lisboa: IEM, 2011, p. 45-66.

⁵⁵ Como por exemplo SANTOS, Marta Manuel Gomes dos – Selos de chapa heráldicos no convento de Santa Ana em Coimbra. *Armas e Troféus*. 9 (2008) 393-402.

⁵⁶ Abordagem condensada em GOMES, Saul António – *Introdução à Sigilografia portuguesa: guia de estudo*. 2ª ed. Coimbra: FLUC, 2012.

precisamente, no conhecimento das fontes de natureza sigilar⁵⁷.
Reitere-se, porém, a extrema dispersão das fontes sigilográficas, uma vez que o período abrangido é vastíssimo e os objectos de estudo se



Fig. 1 - Selo heráldico de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa [1424-1452]
© Documento cedido pelo ANTT (Colecção Selos Soltos, Cx. 1, Saco nº 77 – NAF 10619).

encontram disseminados por maços de documentação de todo o tipo, em arquivos públicos, eclesiásticos e privados, e também em museus, com colecções documentais e de matrizes;

⁵⁷ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SEIXAS, Miguel Metelo de – L'héraldique dans les sceaux du clergé séculier portugais (XIII^e-XV^e siècles). In *HÉRALDIQUE et Numismatique, Moyen Âge - Temps Modernes II*. Dir. Yvan LOSKOUTOFF. Le Havre: Presses des Universités de Rouen et du Havre, 2014, p. 165-193; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A sigilografia eclesiástica medieval portuguesa no *Arquivo Histórico Nacional* de Espanha. In *ESTUDOS de Heráldica Medieval*. Coord. Miguel Metelo de SEIXAS e Maria de Lurdes ROSA. Lisboa: IEM, 2012, p. 93-122.

- **Tumulária** (Fig. 2): o trabalho de levantamento da heráldica eclesiástica funerária encontra-se facilitado pelo inventário epigráfico de Mário Barroca⁵⁸, porém com duas limitações: mais uma vez, o período abrangido cinge-se à Idade Média, não avançando para a Moderna; e o trabalho não abrange lápides anepígrafas;

- **Património edificado** (Fig. 3): é notável a profusão de manifestações de heráldica eclesiástica presentes em património edificado, quer pela variedade dos materiais em que se inscrevem as armas (pedras de armas, estuques, pinturas, madeiras esculpidas, vitrais, etc.), quer pela tipologia dos edifícios (naturalmente o de natureza religiosa, como catedrais, igrejas, capelas, ermidas, mosteiros, conventos, mas também o de foro civil, como paços, casas de habitação, pelourinhos, portais, marcos de propriedade, chafarizes, pontes, etc.). Os inventários patrimoniais raramente prestam atenção e registam, na totalidade, as manifestações heráldicas; os inventários heráldicos, por seu turno, são amiúde decepcionantes pois limitam-se à heráldica de família, e mesmo esta é costumeiramente considerada apenas sob o aspecto identificativo;

- **Artes decorativas** (Figs. 4 e 5): se as manifestações em património edificado se afiguram diversificadas, o que dizer das que se exprimem nas artes decorativas? Todo um mundo de possibilidades se abre, por vezes insuspeito: naturalmente, os paramentos e objectos litúrgicos, mas também a ourivesaria, a prataria, o mobiliário, a porcelana e faiança, o azulejo, a medalhística, a glíptica, etc. A relação entre heráldica e artes decorativas em Portugal (ou, mais genericamente,

⁵⁸ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*. 4 vols. Lisboa: FCG/FCT, 2000.



Fig. 2 – Túmulo armoriado de D. Rodrigo Dias do Rego, *bispo de Silves* [c. 1449]. Sé de Silves
© Anísio M. S. Saraiva.

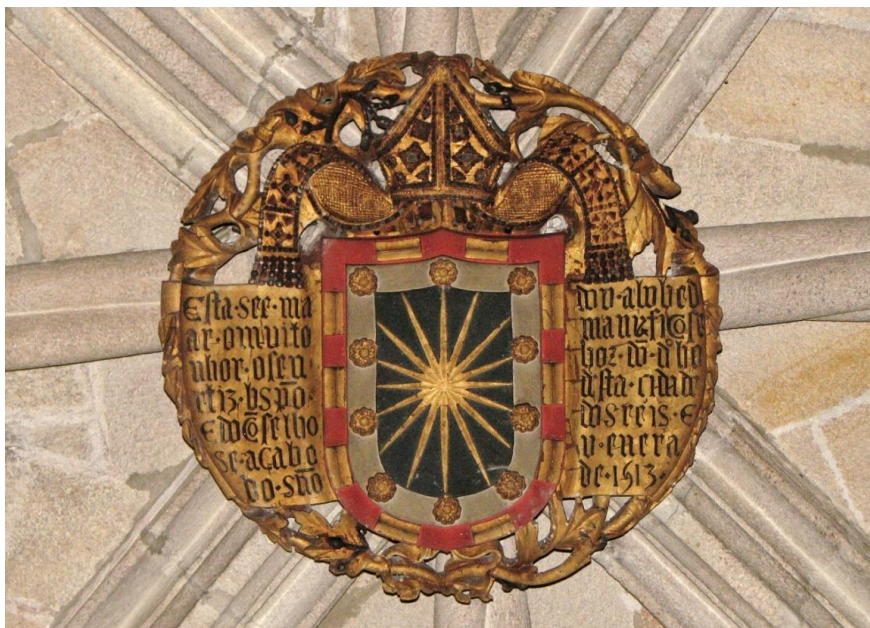


Fig. 3 – Pedra de armas de D. Diogo Ortiz de Villegas, *bispo de Viseu* (1513). Sé de Viseu
© Anísio M. S. Saraiva.

entre heráldica e património) já foi objecto de reflexão metodológica própria⁵⁹. Mais uma vez, a dispersão das fontes é norma, dificultando o trabalho de recolha e estudo;

- **Manuscritos** (Fig. 6): abundam as manifestações heráldicas em manuscritos, quer se trate de iluminuras em obras de natureza variada (crónicas, missais, livros de horas, etc.), apostas no intuito de identificar o comanditário, possuidor ou destinatário, ou no intuito de mostrar as armas de determinados personagens mencionados no texto; quer em obras de natureza propriamente heráldica, como armoriais e tratados de armaria;

- **Impressos** (Fig. 7): a presença de elementos heráldicos em obras impressas constitui um rol praticamente infindável. De uma forma geral, a heráldica pode estar presente na encadernação (*super-libros*), na marca de posse (*ex-libris*), na dedicatória, na marca autoral, e, obviamente, em gravuras intercaladas no texto ou a abrirem os capítulos. A relação entre a heráldica e o livro já foi objecto de reflexão específica, que procurou abordar as suas variadas modalidades⁶⁰; e os *ex-libris* heráldicos portugueses foram arrolados por Sérgio Avelar Duarte⁶¹. No caso da heráldica eclesiástica, é de salientar o carácter costumeiro das folhas de rosto armoriadas em certo tipo de impressos, como as cartas pastorais ou as crónicas religiosas.

⁵⁹ SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II: subsídios para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas. In *AS ARTES Decorativas e a Expansão Portuguesa: imaginário e viagem*. Coord. Isabel M. Godinho MENDONÇA e Ana Paula CORREIA. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Centro Cultural e Científico de Macau/Escola Superior de Artes Decorativas, 2010, p. 46-82.

⁶⁰ Cf. *L'HÉRALDIQUE et le livre*. Dir. Matthieu DESACHY. Paris: Somogy Éditions d'Art, 2002.

⁶¹ DUARTE, Sérgio Avelar – *Ex-libris portugueses heráldicos*. Porto: Livraria Civilização, 1990.



Fig. 4 – *Azulejo armoriado de D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra*. Fernand Martínez Quijarro [1503]. Museu Nacional de Machado de Castro © Francisco Matias. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.



Fig. 5 – *Fundo de cálice armoriado de D. Frei João Soares, bispo-conde de Coimbra* [1550-1600]. Museu Nacional de Machado de Castro © José Pessoa. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.



Fig. 6 – Inicial *S* com as armas de D. Miguel de Castro, bispo de Viseu. Antifonário da Sé de Viseu, João Escalante [1583-1585] © Arquivo do Museu de Grão Vasco, Liv. 14, fl. 76.

O levantamento das fontes da heráldica eclesiástica serviria de base para as pesquisas nesta área. Desde logo, permitiria definir e editar um armorial eclesiástico português, de manifesta utilidade para os investigadores em história e em história da arte, como instrumento de auxílio na identificação e datação de peças. A partir deste levantamento poder-se-ia colher, também, uma visão geral da história e das características da heráldica eclesiástica em Portugal, permitindo avaliar, completar e corrigir os estudos até agora existentes, baseados em dados escassos e truncados.

Mas o levantamento das fontes forneceria, também, condições para a compreensão da heráldica eclesiástica portuguesa no seio das problemáticas que procuram explicá-la no contexto histórico. A questão do surgimento, antes de mais: quando terão as instituições e os indivíduos religiosos começado a ostentar



Fig. 7 – Escudo de armas de D. Pedro Gavião, bispo da Guarda (1500) © Biblioteca Nacional de Portugal, *Constituições e estatutos do bispado da Guarda*. Salamanca: [Impr. de Nebrissensis, Gramatica], 1500.

emblemas heráldicos, e em que condições e porque o fizeram? Ter-se-ão verificado, no caso português, os fenómenos de atraso em relação a outros tipos de heráldica, e de aculturação nobiliárquica? De que modo se disseminaram as armas pelo clero? Como se articularam os elementos heráldicos com a emblemática devocional? Até que ponto existiu uma transferência de signos religiosos para um ambiente heráldico, o que se poderia chamar de *heraldização*? Que importância desempenhou a dimensão guerreira de uma parte do clero regular (e secular também, porventura) na criação e uso de emblemas heráldicos? Verificar-se-á no clero um fenómeno similar ao das *famílias heráldicas* da nobreza⁶², como forma de representação das estruturas hierárquicas do clero secular ou das estruturas de filiação do clero regular, como parece ser o caso, à partida, das ordens beneditina e cisterciense? Muitas das questões colocadas em relação à heráldica medieval podem, naturalmente, prolongar-se pela Idade Moderna ou mesmo Contemporânea.

Em todas as épocas, na verdade, uma problemática subjacente ao trabalho do heraldista reside na indagação acerca da relação da heráldica eclesiástica com a cultura coeva. Não apenas com os textos de natureza religiosa, entenda-se, mas com o conjunto da produção intelectual e com a dimensão literária e espiritual. Partindo do estudo da obra de um jesuíta francês, Yvan Loskoutoff mostrou, nesse âmbito, as potencialidades de relacionamento profundo entre a cultura heráldica e as formas de espiritualidade e de literatura seiscentistas⁶³. Deste modo, a heráldica eclesiástica apresenta-se como um fenómeno complexo, que merece ser estudado à luz da história cultural, social, política, institucional, religiosa, militar e das mentalidades.

⁶² Sobre o conceito de *família heráldica*, veja-se o estado da questão em SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Em redor das armas dos Ataídes: a problemática da «família heráldica» das bandas. *Armas e Troféus*. 9 (2008) 53-95.

⁶³ LOSKOUTOFF, Yvan – *L'Armorial de Calliope: l'oeuvre du Père Le Moyne S. J. (1602-1671): littérature, héraldique, spiritualité*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2000.

No âmbito da história cultural, o tema da heráldica eclesiástica está associado a uma série de questões da maior relevância. Antes de mais, é necessário compreender como se insere a heráldica eclesiástica no seio da cultura heráldica⁶⁴. Para esse efeito, deve verificar-se a presença das armas eclesiásticas nas obras heráldicas. À partida, pode colocar-se a hipótese de que a presença deste tipo de heráldica apresente semelhanças em relação ao que se passa com a heráldica municipal⁶⁵, ou seja, que sofra de um fenómeno de marcada marginalização.

Nos primeiros armoriais e tratados de armaria, com efeito, a heráldica eclesiástica prima pela ausência. O mais antigo deles, o *De Ministerio Armorum* coligido pelo arauto Constantinopla, apesar de resultar de uma ida deste oficial de armas ao concílio de Constança, não traz menção alguma a insígnias clericais⁶⁶. Nos armoriais monumentais produzidos na transição do século XV para o XVI⁶⁷, a presença da heráldica eclesiástica restringe-se a séries iconográfico-heráldicas conhecidas e de que fazem parte certos prelados (como os eleitores do Império ou os pares de França)⁶⁸; deve notar-se, contudo, a ausência de armas de prelados,

⁶⁴ Para a noção de *cultura heráldica* e sua inserção na sociedade portuguesa do Antigo Regime, cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – Qual pedra íman: a matéria heráldica na produção cultural do Antigo Regime. *Lusiada. Série de História*. 2/7 (2010) 357-413.

⁶⁵ Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência. *Ler História*. 58 (2010) 155-179.

⁶⁶ Este tratado foi traduzido e editado por Aires Augusto Nascimento, porém sem a totalidade das suas iluminuras heráldicas: NASCIMENTO, Aires Augusto – *Livro de Aautos: De Ministerio Armorum*. Estudo codicológico, histórico, literário e linguístico: texto crítico e tradução. Lisboa: FLUL, 1977; mais recentemente, foram-lhe dedicados dois estudos que o relacionam com a cultura heráldica coeva: PARAVICINI, Werner – Signes et couleurs au Concile de Constance: le témoignage d'un héraut d'armes portugais. In *SIGNES et couleurs des identités politiques: du Moyen Âge à nos jours*. Rennes: PUR, 2008, p. 155-188; SANTOS, Maria Alice Pereira dos – *O olhar ibérico sobre a Europa quatrocentista no Livro de Aautos*. Lagos: Câmara Municipal, 2008.

⁶⁷ *LIVRO do Armeiro-mor, organizado e iluminado por Jean du Cros*. Estudo de António Machado de FARIA. Lisboa: APH, 1956; *LIVRO do Armeiro-mor*. Estudo de José Calvão BORGES. Lisboa: APH/Ed. Inapa, 2000; GODINHO, António – *Livro da nobreza e perfeição das armas*. Introd. notas, dir. artística e gráfica de Martim de ALBUQUERQUE e João Paulo de Abreu e LIMA. Lisboa: Ed. Inapa, 1987.

⁶⁸ Dado já observado e analisado por AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – *Uma interpretação histórico-cultural do Livro do Armeiro-mor: factos significativos da história da Europa reflectidos num armorial português do séc. XVI*. Lisboa: [Ed. A.], 1966.

sejam eles titulares de cargos de direcção da Igreja (papas, cardeais) ou de circunscrições do reino (arcebispos, bispos), bem como de entidades religiosas (ordens conventuais, cabidos, irmandades, etc.). No *Livro do Armeiro-Mor*, verifica-se a existência de duas excepções: as armas de D. João Lobo, bispo de Tânger (1500-1521), e as de D. Frei Henrique, bispo de Ceuta (1505-1532)⁶⁹. Em ambos os casos, o registo no armorial prendia-se com a excepcional intervenção da Coroa na organização das armas destes prelados: às primeiras, D. Afonso V concedera um acrescentamento honroso; ao passo que as segundas constituíam armas novas. Excepção bem significativa, na medida em que por ela se marcava a intervenção da Coroa, por via dos oficiais de armas, nos usos heráldicos de um membro do clero – interferência absolutamente inédita, uma vez que até então as armas dos prelados eram, como continuaram a ser, assumidas pelos próprios sem qualquer tipo de interferência, registo ou autorização alheia. Além de assinalar, assim, uma primeira tentativa de a Coroa chamar a si a autoridade heráldica fora do âmbito das armas de família, a excepção dos bispos de Tânger e de Ceuta poderia também servir para representar a vinculação mútua entre Coroa e Igreja na epopeia de expansão no norte de África, tão importante para D. Afonso V e para os seus sucessores imediatos.

No *Tratado Geral de Nobreza*, coligido em princípios do século XVI por António Rodrigues, rei de armas Portugal, que retomava basicamente o texto de Pedro de Gracia Dei, o autor parecia vincular-se à tradição bartoliana quando declarava que *As jmsinias são em huma de quatro maneiras .S. por geneollogia denidade merçe ou nobresa*⁷⁰. Mas, apesar de abrir teoricamente a porta a uma heráldica de dignidades ou funções, em que se poderiam inscrever as armas eclesiásticas, o rei de armas Portugal apenas dedicava escassa atenção às insígnias clericais: na versão da Biblioteca Pública Municipal do Porto, o manuscrito apresentava um conjunto

⁶⁹ *LIVRO do Armeiro-Mor*. Estudo de José Calvão BORGES..., p. 124-125.

⁷⁰ RODRIGUES, António – *Tratado Geral de Nobreza*. Apresentação de Afonso de DORNELAS. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1931, p. 97.

de iluminuras com a tiara pontifícia e os chapéus cardinalício e episcopal, a que correspondia um trecho explicativo de natureza simbólica: *O Escudo do capello colorado he de cardeal Em memoria da vimdade E payxão de noso snor que muyto lledo E por sua vomtade nos Remio o capello negro forrado Em verde he de arcebispo bispos por honestidade E esperança*⁷¹.

Desta forma, António Rodrigues situava-se na esteira da escola francesa, o que parece aliás natural quando se atenta no ofício de armas de que ele era detentor. Impunha-se assim, de forma predominante, uma visão que dava preferência aos temas míticos, simbólicos, místicos, nobiliárquicos e ormativos; as obras de armaria surgiam como um instrumento ao serviço da centralização de poder pela Coroa e de justificação da ordem política e social⁷². A heráldica eclesiástica aparecia tão-somente como um prolongamento da heráldica das famílias nobres, e limitava-se a um ensinamento teórico acerca das insígnias que representavam e transmitiam determinadas dignidades.

Nos séculos XVII e XVIII, a situação manteve-se, embora com algumas modificações. A heráldica eclesiástica era omitida ou ocupava uma presença secundária nos armoriais, e apenas era mencionada nos tratados quando se tratava de revelar as insígnias que representavam a hierarquia da Igreja. Assim, a presença da heráldica eclesiástica nos armoriais era ligeiramente alargada, mas em exclusivo naqueles que pretendiam atingir um valor *universal*. Com o padre António Soares de Albergaria⁷³, com efeito, surgiu a ideia de um armorial que condensasse, do ponto de vista simbólico, todas as componentes da monarquia portuguesa, todos os signos dos *corpos* que a compunham historicamente. Neste sentido, cada

⁷¹ RODRIGUES, António – *Tratado Geral de Nobreza*..., p. 89. Note-se que seria proveitoso realizar uma nova edição crítica deste tratado, que tivesse em conta as produções de Pedro de Gracia Dei, as demais cópias existentes e que apresentasse leitura paleográfica corrigida e atualizada.

⁷² Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses...

⁷³ Sobre o autor e a obra, veja-se o estudo de CABRAL, A. Machado de Faria de Pinna – *António Soares de Albergaria heráldista do século XVII: subsídios para a história da heráldica portuguesa*. Lisboa: Tipografia do Tombo Histórico, 1929.

emblema heráldico devia ser lido de duas formas: do ponto de vista interno, ele remetia para as origens e a história da entidade representada; do ponto de vista externo, ele relacionava-se com os outros signos presentes no armorial, compondo o conjunto de entidades variadas que, todas, prestavam o seu contributo para a construção do edifício da monarquia. Entre as quais figurava, naturalmente, a Igreja. Assim, nos *Tropheos Lusitanos*, o autor incluiu, entre as gravuras iniciais, as armas imaginárias atribuídas a Santo António, e as insígnias exteriores próprias dos arcebispos primazes de Braga e dos bispos-condes de Coimbra⁷⁴. O rascunho da obra continha ainda referências às armas de todas as ordens religiosas presentes em Portugal (militares ou não)⁷⁵. No opúsculo que editou em 1634, em resposta a umas supostas objecções levantadas pelos *Tropheos Lusitanos*, Soares de Albergaria incluiu dois temas de heráldica eclesiástica. Ambos relativos a ornamentos exteriores⁷⁶. O esquema do padre Soares de Albergaria foi igualmente seguido por António Coelho, rei de armas Portugal, na sua compilação intitulada *Livro em que se trata da origem dos reis e quantos houve em Portugal e como sucederam*⁷⁷. Da mesma forma, Francisco Coelho, rei de armas Índia e filho do anterior, incluiu também as ordens religiosas no seu armorial⁷⁸ e perorou sobre as insígnias distintivas das dignidades eclesiásticas nas suas obras teóricas⁷⁹.

⁷⁴ ALBERGARIA, Antonio Soares – *Tropheos Lusitanos*. Lisboa: por Iorge Rodrigues, 1632.

⁷⁵ ALBERGARIA, António Soares – *Armaria*. BNP, Cód. 1118, fls. 291-296.

⁷⁶ ALBERGARIA, António Soares – *Resposta a certas Obieções sobre os Tropheos Lusitanos*. Lisboa: Por Iorge Rodriguez, 1634, fls. 8v-10, objecções 11^a e 12^a.

⁷⁷ Recentemente publicada por SÃO ROQUE, Manuel Artur Norton, Barão de – *A Heráldica em Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Dislivro Histórica, 2006.

⁷⁸ COELHO, Francisco – *Tombo das Armas dos Reis e Titulares e de todas as Famílias Nobres do Reino de Portugal intitulado cõ o nome de Thesouro da Nobreza por Francisco Coelho Rey de Armas Índia*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Casa Forte, nº 169; e *Famílias de Portugal e suas Armas, Origem e descendencias, e se mostra os grandes servisos que fizeram a este Reyno e as grandes Merces com que foram Remuneradas. E esta colesam fes Francico Coelho Mendes, Rey de Armas India, que foi Autor das Advertencias sobre os descudos que o Autor do livro intitulado Nobiliarchia Portugueza imprimio em Lisboa*. ANTT, Genealogias Manuscritas, Ms. 21, fl. 15.

⁷⁹ De que só restam hoje, tanto quanto se saiba, as considerações elaboradas em crítica à obra do padre Soares de Albergaria: COELHO, Francisco – *Advertencias feitas ao livro Nobiliarchia Portugueza*, no que toca às Armas das Famílias. *Apud* SOUSA, D. Antonio Caetano de – *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo, da Serenissima Casa de Bragança, de diversas Cathedraes, Mosteiros, e outros particulares deste Reyno, por D. Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular,*

Os numerosos armoriais e tratados de armaria, manuscritos ou impressos, compilados em Portugal nos séculos XVII e XVIII retomaram as fórmulas lançadas por António Soares de Albergaria e António e Francisco Coelho. A heráldica eclesiástica constituía sempre uma parcela diminuta e marginal das obras, restrita ao arrolamento dos elementos exteriores ao escudo⁸⁰, das armas das ordens⁸¹, e por vezes de ambas as realidades⁸². A única excepção conhecida no sentido da inclusão de armas efectivamente usadas por eclesiásticos reside num códice hoje conservado em Madrid, na Biblioteca Nacional de España, que, sob a designação genérica de *Armas gentílicas de príncipes eclesiásticos*, exhibia as armas de diversos prelados em iluminuras toscas, completadas por alguns apontamentos biográficos⁸³. Note-se que dois heraldistas do século XVIII, Pedro de Sousa de Castelo Branco e Luís António Xavier Giraldes, incluíram nas suas obras a descrição de uma dimensão exclusivamente portuguesa dos ornamentos exteriores

Deputado da Junta da Bulla da Cruzada, e Censor da Academia Real. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1748, p. 662-703, de que existem também diversas cópias manuscritas.

⁸⁰ Cf. CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Espelbo da nobreza do Reyno de Portugal*. BNP, Cód. 963, fls. 312-312v; VALLEMONT, Abade de – *Elementos da Historia, ou o que he necessário saberse da Chronologia, a Geografia, do Brazão, da Historia universal, da Igreja do Testamento velho, das Monarchias antigas, da Igreja do Testamento Novo, e das Monarchias novas*. Trad. Pedro de Sousa de CASTELLO BRANCO. T. 2. Lisboa Occidental: Officina de Miguel Rodrigues, 1741, p. 113-116; CASTRO, Damião António de Lemos Faria e – *Política Moral, e Civil, Aula da Nobreza Lusitana, Autorizada com todo o género de erudição sagrada, e profana para a doutrina, e direcção dos Príncipes, e mais Politicos*. T. V. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1754, p. 382-383; GIRALDES, Luiz Antonio Xavier – *Thezouro da Nobreza das Familias Gentílicas do Reyno de Portugal*. Biblioteca da Ajuda, 50-V-18, fls. 41-42.

⁸¹ Cf. CASTRO, Manoel de Araújo e – *Nobiliario de Braçoens de Reinos e Familias*. In *APPARATO Genealogico Uniuersal, ou Collecção de Memorias para a Genealogia Geral das Familias deste Reino*. ANTT, Genealogias Manuscritas, Ms. 21 e 17, fls. 340-246; *Regra de Armario na perfeição dos escudos, e forma das pinturas*. BNP, Cód. 1337, fls. 143-156; *Livro de Brazões*, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 432, fls. 268-274.

⁸² Cf. SANT'ANNA, Frei Domingos de – *Abecedario de seis centos, e trinta e tres escudos de varias armas, e braçoens da nobreza das mais illustres familias e Das cores com que se esmaltão segundo as leis e normas da Armario [...]*. BNP, Il. 224, fls. 140v, 264-269; ARAÚJO, João Salgado de – *Armas e Timbres dos reinos, cidades, villas, casas illustres, solares, e gerações de Hespanha e de muitos reinos, e partes do Mundo*. BNP, Cód. 13176, fls. 34-35; *MAPA das coroas de que usão os grandes & titulos, deste Reyno, conforme o Regimento da Armario*. BNP, Cód. 1153, fls. 1v-2; CARVALHO, Frei Manuel de Santa Maria – *Arte da Nobreza*. BNP, Cód. 1316, fls. 1-3; PACHECO, Frei João – *Divertimento Erudito para os Curiosos de Noticias Historicas, Escolasticas, Politicas, Naturaes, Sagradas, e Profanas*. T. IV. Lisboa: Officina de Domingos Gonçalves, 1744, p. 190-191 e 254-258.

⁸³ *Livro de todas as Armas das gerações de Portugal, e outras de diuersas partes do Mundo*. Biblioteca Nacional de España, MSS/11609, *passim*.

da heráldica eclesiástica, representativos das dignidades da Igreja Patriarcal de Lisboa⁸⁴. Quer o carácter marginal, quer uma certa dificuldade em inserir a matéria eclesiástica em obras que privilegiavam os aspectos nobiliárquicos da heráldica, ficaram patentes na perplexidade demonstrada por outro destes autores, o franciscano frei Domingos de Sant'Anna: *Depois de ter escripto o que prometi ao principio se me offerecerão as armas dos bispados, e habitos das religioens deste reino. E por me parecerem bem addicionadas aqui; me rezolvi debuxalas nas paginas seguintes por não terem outro melhor Lugar neste abecedario*⁸⁵.

Salientava-se, portanto, o peso diminuto que a heráldica eclesiástica ocupava no seio das colectâneas de armas e das dissertações teóricas em matéria de armaria. Em nítido contraste com a quantidade assinalável de religiosos, tanto regulares como seculares, que durante o Antigo Regime se dedicaram a este saber⁸⁶. Aponte-se também a ausência de armoriais exclusivamente eclesiásticos, com algumas excepções: assim, a arquidiocese de Braga possui um código iniciado no século XVI e completado até ao século XX, com as armas dos sucessivos primazes, aliás igualmente pintadas num tecto do respectivo paço, sendo de crer que existam obras similares noutras dioceses; um erudito carmelita setecentista compilou um armorial dos prelados pertencentes à sua ordem⁸⁷; e conhece-se uma cópia do armorial dos prelados titulares de arquidioceses e dioceses do território português no final do século XVIII⁸⁸. Tais excepções, contudo, contrastam com a costumeira ausência

⁸⁴ VALLEMONT, Abade de – *Elementos da Historia...*, p. 113-116; GIRALDES, Luiz Antonio Xavier – *Thezouro da Nobreza...*, fls. 41-42. O segundo contém uma descrição mais pormenorizada do sistema de representação das dignidades da Patriarcal.

⁸⁵ SANT'ANNA, Frei Domingos de – *Abecedario...*, fl. 254.

⁸⁶ Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – *Qual pedra íman...*

⁸⁷ SÁ, Frei Manoel de – *Memorias Historicas dos Illustrissimos Arcebispos, Bispos, e Escritores Portuguezes da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, reduzidas a Catalogo Alfabético*. Lisboa Oriental: Officina Ferreyriana, 1724.

⁸⁸ MOSER, Jorge Alberto Hofacker de – *Brasões Eclesiásticos fielmente copiados dos originais do último decénio do século XVIII, que possui o Dr. Luís Keil Director do Museu Nacional de Arte Antiga*. BNP, Coleção Jorge de Moser, nº 105.

ou marginalidade das armas eclesiásticas no seio da cultura heráldica do Antigo Regime.

Assim, os ensinamentos teóricos ou normativos sobre heráldica eclesiástica foram incorporados nos tratados de armaria, porém de forma claramente subalterna. Fica patente a insistência nos aspectos normativos referentes aos ornamentos exteriores, denotativos da hierarquia da Igreja, o que se prendia com o *topos* de afirmação geral da heráldica como representação da ordem social. Tal ideia acabou por influenciar, mais tarde, alguns heraldistas, que emitiram o entendimento de que o estudo da heráldica eclesiástica poderia limitar-se ao que lhe era específico, ou seja, os ornamentos exteriores.

Deverá, contudo, procurar evitar-se que a perspectiva criada pelos tratadistas da Idade Moderna induza em erro o estudioso desta matéria: a realidade revela-se muito mais diversificada que as normas; e, além disso, a heráldica eclesiástica constitui um conjunto mais vasto de realidades por estudar: organização das armas dos prelados e das instituições, suas variações, filiações e divergências, alterações individuais e de conjunto da heráldica eclesiástica ao longo dos tempos. As normas não traduzem, na verdade, a complexidade da heráldica eclesiástica. Mas é significativo que tal visão se tenha querido impor e que, na verdade, tenha sobrevivido até aos nossos dias. Além do impacto que a visão dos tratadistas possa ter alcançado, não será de desprezar a possibilidade de que tal conceito apresentava conveniência, por igual, para a Igreja, no sentido de contribuir para a imagem da sua permanência e perpetuação. Ao mesmo tempo que, por parte do poder político, se realçava o distanciamento em relação a um fenómeno que escapava do seu controlo. No domínio da heráldica eclesiástica, com efeito, o único controlo efectivo pertencia à Santa Sé, que emitia (e continua a emitir) normativas e zelava, de forma mais ou menos cuidada, pela sua aplicação, criando concomitantemente o que se poderia chamar de “jurisprudência heráldica”.

A heráldica eclesiástica, contudo, sempre existiu – e continua a existir – em parte dentro e em parte fora dessas normas. E relaciona-se de forma mais ou menos intrincada com os demais tipos de heráldica e com os demais sistemas emblemáticos ou iconográficos. Daí a importância de se compreender a heráldica eclesiástica como forma de cultura visual, sempre inserida e em ligação com a sociedade que a gera e para a qual se destina. Isso significa que é fundamental completar a dimensão abstracta com o estudo do uso concreto das armas: perceber como foram criadas e em que circunstâncias foram usadas, em que género de manifestações, para que destinatários, com que meios, com que objectivos.

Os estudiosos desconhecedores de heráldica passam amiúde por cima (ou dever-se-ia dizer ao lado?) das armas, quando as encontram. Os estudiosos com alguns conhecimentos de heráldica fazem pior: *corrigem* as armas, mostrando o quanto elas se afastam da norma. Mas entenda-se que tal norma é geralmente posterior ou emitida por indivíduos ou entidades que não detêm autoridade alguma sobre a heráldica da Igreja. Basta lembrar que a primeira disposição normativa da Santa Sé data do início do século XVII, e que só no século XIX a mesma entidade emitiu normas gerais para uso dos eclesiásticos⁸⁹. O resto é um fenómeno consuetudinário e, na verdade, riquíssimo em informações sobre a história cultural, religiosa, social, política, das mentalidades, da arte.

A renovação do estudo da heráldica eclesiástica passa portanto pelo estabelecimento de um *corpus* que não tenha apenas em consideração o ordenamento abstracto das armas, mas também outros factores, nomeadamente:

- As variações na representação, incluindo alterações no ordenamento do escudo e na definição e representação dos ornamentos exteriores, com o objectivo de compreender a

⁸⁹ Cf. HEIM, Bruno Bernard – *Heraldry in the Catholic Church...*, especialmente p. 23-34 e 42-45.

mensagem que o detentor quis transmitir por via das armas; mas também tudo quanto ele comunicou sem intervenção de sua vontade directa, ou seja, o cadinho cultural e artístico em que elas foram fundidas;

- A diversidade das manifestações patrimoniais, tanto no que respeita ao tipo de suporte patrimonial, como à quantidade, à localização, ao uso e aos destinatários. Torna-se essencial definir o público destinatário das armas: galerias de retratos armoriados; serviços de porcelana; tumulária; sinete; papel timbrado; monumentos inseridos ou não em templos. É possível (e desejável) que surjam monografias dedicadas aos usos heráldicos de um prelado: e que estes retratem, de forma visual, a sua biografia, não só pela composição propriamente dita, mas pelas necessidades ou opções de manifestação das suas armas.

Por via destes estudos circunstanciados e de um entendimento contextualizado da heráldica eclesiástica, será possível ultrapassar o entendimento *arqueológico* (no sentido que lhe dava o século XIX) e passar para o histórico. Será igualmente possível extrapolar do normativo – ou melhor, compreendê-lo como forma cultural de representação de um universo emblemático mais complexo do que parece à partida.

Sobre um tema em que costumam imperar certezas, delineiam-se assim muitas dúvidas. Para responder às quais se augura árduo, mas insubstituível, o trabalho de consulta e sistematização de fontes; mas não menos o de formulação de problemáticas actualizadas e que se prendem, sobretudo, com o entendimento da heráldica enquanto cultura visual. Em ambos os sentidos, é preciso avançar: para poder chegar a outro tipo de compreensão de um fenómeno afinal diversificado e complexo como é a heráldica eclesiástica.



Culturas

Cultura Material



Nesta página e na anterior: *Políptico da Vida da Virgem* (pormenor das mãos do sacerdote).
Círculo de Gerard David (ca. 1490-1500). Museu de Évora
© José Pessoa. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

O fim da linha.

Legados têxteis nos testamentos do clero catedralício português (1280-1325)

Joana Isabel SEQUEIRA

A 28 de Fevereiro de 1291, Paio Rodrigues, deão de Lamego, temendo o dia da sua morte, fazia registar em testamento as suas últimas vontades. Começava por encomendar a sua alma a Deus e a Santa Maria e determinava que o seu corpo fosse sepultado na catedral, levando consigo um leito com uma cócedra, um chumaço, uma almocela, uma colcha e um faceiró¹. Um a um, foi dispondo os seus bens, sem esquecer as vestes: ao sobrinho, Miguel Peres, para além de uma vinha e de alguns moios de trigo, deixava a sua saia de sarja; para Tomé Lourenço reservava um manto novo e um pelote; a sua capa ficava para Antão Mendes e a Ermígio Eanes destinava o seu tabardo. Deixava ainda uma colcha ao capelão e mandava que fosse dada almáfega aos seus homens que a quisessem vestir².

O deão faleceu no dia seguinte a ter feito o seu testamento³. Para ele, este era o fim da linha, mas para as suas vestes não: Paio Rodrigues tinha acabado de urdir para elas novos destinos, enredando-as na teia das suas relações sociais.

¹ A definição destes e de outros termos têxteis é apresentada nas notas relativas às Tabelas 3 a 8.

² Testamento de Paio Rodrigues, deão de Lamego, de 1291, publicado em *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Coord. Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Lisboa: CEHR, 2010 (doravante designado *TEP*), p. 509-511.

³ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – The Viseu and Lamego clergy: clerical wills and social ties. In *CARREIRAS eclesiásticas no Ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: CEHR, 2007, p. 144, nota 14.

O exemplo apresentado corresponde a um dos vários documentos que servem de base a este estudo. Partindo do trabalho inspirador desenvolvido por Maria da Conceição Falcão Ferreira sobre roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães⁴, experimentou-se submeter a um inquérito semelhante os testamentos do clero catedralício português, recentemente publicados pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa⁵. O acesso à transcrição de uma série documental com tais características permitiu abordar esta temática com enfoque num grupo social específico.

A amostragem é composta por todos os testamentos conhecidos do clero catedralício no período compreendido entre 1280 e 1325, relativos a 59 indivíduos⁶. Desses, apenas 38, ou seja, 63% do total, fazem legados têxteis e é sobre eles que incide grande parte deste estudo. No entanto, a ausência de legados têxteis é, em si, um importante vector de análise⁷. Um dos aspectos que se tentou perceber foi a possível existência de uma correlação entre a categoria eclesiástica do clérigo (tomando-a também como indicador de maior ou menor prestígio

⁴ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães: 1250-1300. *Revista da Faculdade de Letras. História*. 14 (1997) 33-63.

⁵ TEP, cit. *supra*, nota 2. Destaca-se também a recente edição dos registos testamentários do episcopado inglês e galês: *Testamentary records of the English and Welsh episcopate (1200-1413): wills, executors' accounts and inventories, and the probate process*. Ed. Christopher WOOLGAR. Suffolk: The Canterbury and York Society and The Boydell Press, 2011.

⁶ Em rigor, trata-se de um conjunto de 61 documentos, composto por 60 testamentos e um codicilo. A discrepância entre o número de documentos e o número de indivíduos deve-se ao facto de serem conhecidas duas versões diferentes dos testamentos de Rodrigo Esteves, cônego de Braga (uma de 1307 e outra de 1315) e de Lourenço Esteves, chantre de Viseu e cônego de Coimbra, ambas de 1318 (a segunda versão é composta apenas por algumas cláusulas testamentárias). Para efeitos de contabilidade, entendeu-se que faria mais sentido considerar o número de indivíduos em detrimento do número de documentos, uma vez que, no caso das versões múltiplas, estas não se contradizem no que respeita aos legados têxteis.

⁷ Testamentos sem legados têxteis: Fernando Miguéis (p. 620-624); Fernão Soares (p. 340-341); Paio Fernandes (p. 624-628); João Martins de Soalhães (p. 342-348); Lourenço Mendes (p. 628-630); Domingos Martins (p. 385-387); D. Fernando Martins (p. 480-484); Domingos Eanes *Terrom* (p. 581-583); Pedro Viegas (p. 191-195); D. Martinho Pires de Oliveira (p. 194-203); Rui Domingues (p. 387-390); Aimerico de Crégol (p. 390-394); Rodrigo Esteves (p. 203-205); Francisco Eanes do Rio (p. 205-208); Francisco Peres (p. 398-401); Rodrigo Esteves - outra versão (p. 209-210); Pero Peres da Porta (p. 575-577); Martinho Rodrigues (p. 210-211); D. Estêvão Eanes Brochardo (p. 401-408); D. Beltrão de Crégol (p. 415-417); D. Aimerico de Crégol (p. 418-419); João Peres (p. 459-466).

social) e o facto de este legar ou não roupas em testamento; verificou-se que tal relação parece não existir (Tabela 1).

Tabela 1 – Categoria eclesiástica e presença de legados têxteis no testamento

Categoria eclesiástica	C/ legado têxtil	S/ legado têxtil
Arcebispo	0	1
Bispo	5	2
Deão	4	2
Chantre	4	1
Tesoureiro	1	0
Mestre-escola	3	0
Arcediago	2	1
Cónego	14	11
Raçoeiro	4	2
Coreiro	1	0
Clérigo	0	1
Total	38	21

Se alguns bispos deixam roupas em herança, outros há que não o fazem. O mesmo sucede com deões, chantres, cónegos ou raçoeiros. A decisão de doar este tipo de bem parece mais depender das características e dimensão do património disponível e, sobretudo, da opção pessoal. Fazer a escolha deliberada de não mencionar as próprias roupas em testamento ou simplesmente destiná-las à venda, alienando-as, pode também ser visto como uma forma de manifestar o despojamento material e o desejo de um apagamento total, impedindo a perpetuação da imagem através dos objectos pessoais. Talvez tenha sido assim que pensou o cónego de Coimbra e Lisboa, João Martins de Soalhães, quando determinou que, após a sua morte, os seus panos fossem vendidos e o valor da venda revertsse a favor dos pobres⁸.

⁸ Testamento de João Martins Soalhães, futuro bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, de 1293 (*TEP*, p. 342-348).

Esta investigação não tem a pretensão de dar a conhecer exaustivamente o universo têxtil quotidiano dos clérigos, até porque os objectos pessoais referidos em testamento representam somente uma ínfima parte daquela que seria a sua totalidade. Cerca de metade dos testadores lega apenas entre um a cinco artigos têxteis e só em seis casos se encontram listas com mais de quinze itens desta natureza⁹. Ora o guarda-roupa destes homens contaria decerto muito mais peças do que aquelas que eles decidem deixar em herança. Prova disso é o exemplo de Lourenço Esteves, chantre de Viseu e cónego de Coimbra, que lega apenas algumas roupas de cama¹⁰, embora se saiba, através do inventário dos bens da sua casa realizado após a sua morte, que não só possuía mais roupas de cama do que aquelas que legara, como era ainda detentor de um variado e rico conjunto de vestes, do qual o seu testamento não faz qualquer eco¹¹. O estudo da indumentária civil e litúrgica do clero secular implica, pois, compulsar informações provenientes de fontes diversas, como as disposições regulamentares da Igreja¹², os inventários de espólio¹³, os vestígios arqueológicos, as colecções museológicas¹⁴ e, claro, a iconografia. Mas se tais fontes nos oferecem um maior e

⁹ Neste caso, consideram-se apenas os 38 indivíduos que fazem legados têxteis.

¹⁰ Testamento de Lourenço Esteves, chantre de Viseu e cónego de Coimbra e cláusulas do testamento de Lourenço Esteves – outra versão, de 1318 (*TEP*, p. 643-656).

¹¹ MORUJÃO, Maria do Rosário e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318†): uma abordagem prosopográfica. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 91-94.

¹² De que é exemplo o trabalho de TRICHET, Louis – *Le costume du clergé: ses origines et son évolution en France d'après les règlements de l'Église*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1986.

¹³ Para além do já citado estudo sobre Lourenço Esteves, vejam-se os trabalhos de Anísio Miguel de Sousa Saraiva acerca dos inventários de espólio de prelados portugueses: SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O processo de inquirição do espólio de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 197-228; e O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364): notas de investigação. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 419-438. Veja-se ainda o trabalho não sobre o espólio, mas em torno do espólio do bispo do Porto e depois de Lisboa, D. Vasco Martins: COELHO, Maria Helena da Cruz e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – D. Vasco Martins, vescovo di Oporto e di Lisbonna: una carriera tra Portogallo ed Avignone durante la prima metà del Trecento. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: CEHR, 2005, p. 117-136.

¹⁴ Veja-se, a este título, o excelente trabalho sobre paramentos existentes em museus portugueses: ALARCÃO, Teresa e CARVALHO, José Alberto – *Imagens em paramentos bordados: séculos XIV a XVI*. Lisboa: IPM, 1993.

mais rico grau de detalhe técnico, nenhuma nos diz tanto da forma como um indivíduo se relaciona com as suas roupas como o testamento. Ao contrário dos bens imóveis, como casas e terras, cuja disposição obedecia a leis de herança mais ou menos definidas¹⁵, os bens móveis tinham a possibilidade de ser distribuídos de acordo com o desejo do testador. Como nota Kristen Burkholder, é legítimo considerar que, quando um artigo têxtil é mencionado num testamento, é porque a pessoa que testa tem uma razão especial para o fazer¹⁶. Perante o aproximar da morte, de todas as roupas que um homem possuía em vida, escolhe apenas algumas e resolve distribuí-las por diferentes pessoas e instituições, segundo diversos propósitos e motivações. São precisamente essas escolhas que aqui serão perscrutadas.

Os têxteis no conjunto dos bens legados

Tentou-se perceber qual o peso relativo dos têxteis no total dos bens deixados em testamento, de modo a avaliar a sua importância. Na impossibilidade de tratar exaustivamente os dados referentes a todos os indivíduos em estudo, seleccionaram-se seis considerados representativos da amostra (Gráfico 1).

Uma leitura dos dados aqui representados permite perceber, desde logo, que dinheiro e bens imóveis correspondem claramente ao tipo de legado preferencial. Esta era, aliás, uma tendência comum à testamentaria geral da época¹⁷.

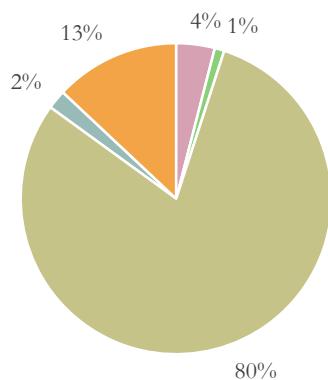
¹⁵ Sobre os constrangimentos legais impostos aos legados de bens de raiz, vid. DURÃES, Margarida e RODRIGUES, Ana Maria – Família, Igreja e Estado: a salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes. In *JORNADAS sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul (séculos XIII-XVIII)*. Vol. 1. Lisboa: História & Crítica, 1988, p. 817-836.

¹⁶ BURKHOLDER, Kristen – Threads bared: dress and textiles in late medieval English wills. *Medieval Clothing and Textiles*. 1 (2005) 134.

¹⁷ SILVA, Maria João Marques da e VILAR, Hermínia Vasconcelos – Morrer e testar na Idade Média: alguns aspectos da testamentaria dos séculos XIV e XV. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 48-49; e VILAR,

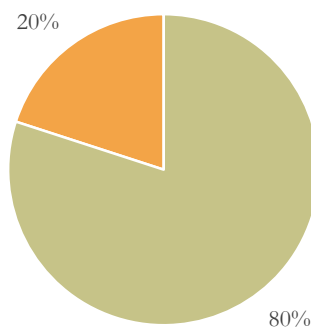
Gráfico 1 – Distribuição dos diferentes tipos de bens legados

1284. Testamento de João Gonçalves Chancinho, cônego de Coimbra

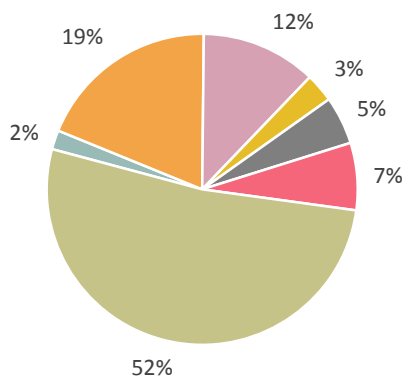


■ Livros
 ■ Bens Imóveis
 ■ Têxteis
 ■ Jóias
 ■ Dinheiro

1306. Testamento de D. Martinho Pires de Oliveira, arcebispo de Braga

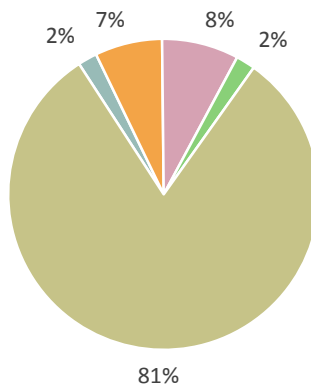


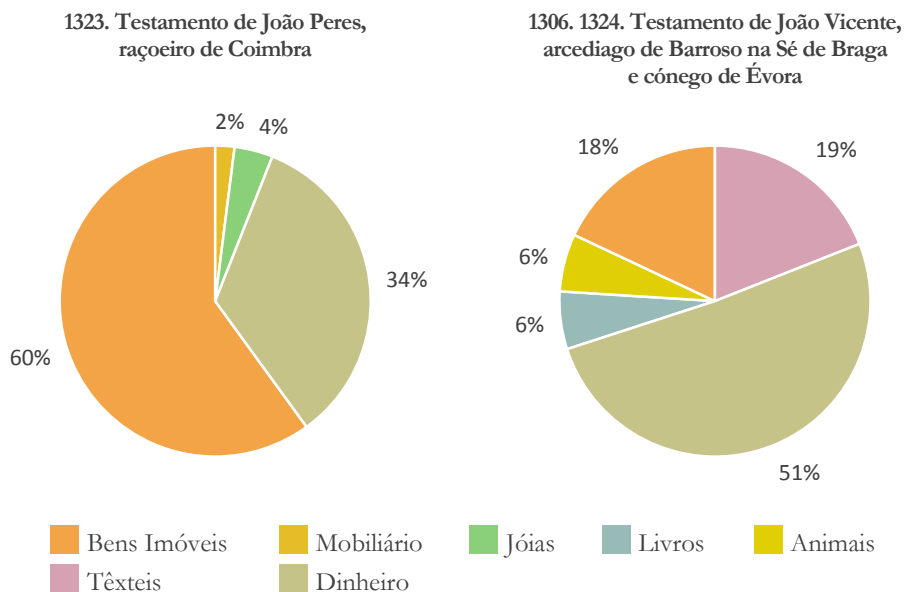
1311. Testamento de Mestre Martinho, cônego de Viseu e reitor da Igreja de Santa Maria de Vouzela



■ Livros
 ■ Bens Imóveis
 ■ Têxteis
 ■ Móveliário
 ■ Utensílios domésticos
 ■ Gêneros
 ■ Jóias
 ■ Dinheiro

1318. Testamento de Geraldo Pais, deão de Silves





Nos casos em que aparecem, os têxteis surgem na terceira posição¹⁸, logo a seguir aos bens imóveis e ao dinheiro, e ocupam o primeiro lugar no conjunto dos bens móveis não pecuniários, superando os livros, as jóias, o mobiliário ou os animais. Esta relevância dos têxteis no conjunto dos bens legados atesta a sua importância e justifica uma análise particularizada.

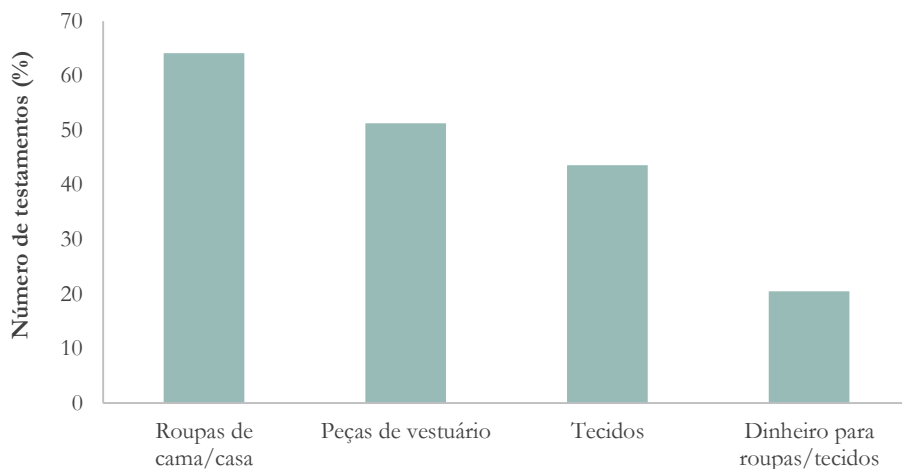
Tipos de legado têxtil

De modo a organizar a informação para construir interpretações mais aprofundadas, estabeleceram-se quatro categorias de legados têxteis (Gráfico 2). Nas *roupas de cama/casa* incluem-se todos os têxteis de uso doméstico, como lençóis, cobertores, colchas, tapetes, etc. Este é o tipo de legado têxtil preferencial na amostra em estudo, surgindo em 25 casos. Ao contrário das vestes, as roupas

¹⁸ No testamento de João Vicente é o segundo tipo de legado preferencial. *TEP*, p. 215-224.

de cama não tinham características vincadamente pessoais que impedissem ou limitassem a sua reutilização por outra pessoa, sendo por isso mais facilmente doadas.

Gráfico 2 – Tipos de legado têxtil



Os legados de *peças de vestuário* são referidos nos testamentos de 20 indivíduos. Por vezes, não é claro que a peça legada fosse de uso pessoal do testador. Se, por exemplo, Mestre Martinho, cónego de Viseu, faz menção expressa ao *meu pelote do cendal*¹⁹, não deixando dúvidas quanto à origem da veste, já no caso de Martim Peres, também cónego de Viseu, que lega a Maria, sua manceba, *huum pelote de sex covados de statame* (estamete)²⁰, não fica claro se o testador possuía a peça que legava ou se a mandava adquirir propositadamente para cumprir o disposto no testamento. O mesmo é válido para os *tecidos*, que aparecem nos testamentos de 17 indivíduos. Sabe-se que, por vezes, o testador

¹⁹ Codicilo de Mestre Martinho, cónego de Viseu e reitor da igreja de Santa Maria de Vouzela, de 1311 (*TEP*, p. 637-642).

²⁰ Testamento de Martim Peres, cónego de Viseu e abade de Burgães, de 1309 (*TEP*, p. 634-637).

conservava em casa peças de tecido por talhar, como se de uma espécie de aforro se tratasse²¹; são disso exemplo os *sex cubitos de valencina* (Valenciennes) *viada que sunt in domo* de Pedro Martins, chantre de Coimbra²².

Na falta de qualquer um destes artigos, o testador podia ainda fazer um legado têxtil sob a forma de dinheiro, isto é, deixar uma determinada quantia, especificando que a mesma deveria ser aplicada na compra de roupa ou de tecido (*dinheiro para roupas/tecidos*). Essa é uma opção a que recorrem oito testadores. Assim, o bispo do Porto, D. Sancho Peres (1296-1300†), deixa oito libras a frei Geraldo para a compra de dez côvados e meio de *valencina* (Valenciennes)²³ e Fernando Martins, tesoureiro de Évora, determina que metade do dinheiro resultante da venda das suas vacas seja aplicada na compra de roupa para pobres²⁴.

Excluem-se da análise as referências a têxteis que o testador destina à venda, usando depois a respectiva quantia para os mais diversos fins, nomeadamente para pagar as despesas com a execução do testamento. É o que faz João Esteves de Arouca, clérigo de missa e coreiro da Sé de Viseu, quando decide mandar vender uma cócedra, uma colcha, um cobertor e o seu melhor chumaço para fazer cumprir o seu testamento²⁵. Uma vez que nestes casos o artigo têxtil é visto apenas pelo seu equivalente monetário e não pelo seu valor intrínseco, considerou-se não serem enquadráveis no conceito de legado têxtil, resultando assim menos relevantes para o estudo em causa.

²¹ Muitas vezes comprava-se um tecido, sobretudo importado, apenas por ele estar disponível no mercado e não com vista ao seu aproveitamento imediato. Comprar tecidos caros poderia ser também uma forma de investimento.

²² Testamento de Pedro Martins, chantre de Coimbra, de 1322 (*TEP*, p. 420-438).

²³ Testamento de D. Sancho Peres, bispo do Porto, de 1298 (*TEP*, p. 557-566).

²⁴ Testamento de Fernando Martins, tesoureiro de Évora, de 1296 (*TEP*, p. 477-479).

²⁵ Testamento de João Esteves de Arouca, clérigo de missa e coreiro da Sé de Viseu, de 1319 (*TEP*, p. 656-660).

Beneficiários

Os beneficiários podem dividir-se em três grandes categorias (Tabela 2): *instituições religiosas*, *caridade* e *particulares*. As *instituições religiosas* subdividem-se em *seculares* e *regulares*. A categoria *caridade* engloba as *instituições* de assistência (hospitais, albergarias e confrarias) e as designações *genéricas* que correspondem àqueles legados destinados aos *pobres*, sem que seja indicada uma pessoa ou instituição específica. Por fim, na categoria dos *particulares*, incluem-se *familiares*, *criados e serventes*, *testamenteiros*, *clérigos* e outras pessoas *sem qualificativo*. Os *clérigos* subdividem-se ainda entre *grupo*, quando a designação é relativa a um conjunto não individualizado (exemplo: coreiros da Sé) e *individual*, quando se especifica o nome do clérigo em questão. Na subcategoria *sem qualificativo* incluem-se todas as pessoas cuja relação com o testador não é indicada de forma clara no documento, mas que possivelmente corresponderá a uma relação de amizade ou, pelo menos, de uma proximidade suficiente que justifique a sua inclusão no testamento. Este grupo de indivíduos é precisamente o que mais é beneficiado com doações têxteis. Enquanto os bens de mais valor, nomeadamente casas, terras ou grandes somas de dinheiro, são prioritariamente legados às instituições religiosas e aos familiares mais directos, para as outras pessoas próximas do testador, mas sem vínculo familiar, restam muitas vezes apenas bens de menor dimensão, como módicas somas de dinheiro, livros, móveis, jóias ou peças de roupa e de tecido²⁶. Não é por acaso que um testador resolve deixar uma das suas roupas a alguém que lhe é próximo, por exemplo um amigo. Ao fazê-lo, está a legar um objecto que comporta um significado especial por estar associado ao próprio doador,

²⁶ A propósito da distribuição dos bens de acordo com as diferentes categorias sociais dos beneficiários, veja-se CARVALHO, Elisa Maria Domingues – A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 15-40. Sobre os legados aos não familiares veja-se ainda VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte...*, p. 125-128.

selando assim a sua ligação ao receptor²⁷. Por exemplo, Domingos Peres Vinagre, mestre-escola de Braga, escolhe dois objectos requintados, uma cinta de seda e uma esmoleira, para deixar em testamento a Domingos Pais, advogado, *in signum amicitie*, reconhecendo dessa forma o laço de amizade que os unia²⁸. Por vezes, a doação servia também como forma de retribuição por um favor ou serviço prestado e, ao mesmo tempo, revelava a consciência do menor desafogo económico do outro, como no caso de Pedro *Burserii*, cónego de Coimbra, que doa um pelote de Valenciennes a Domingas Giraldez *por servyço que m'ha feyto* e outro à mãe da mesma *por amor de Deus e por servyço que m'ha feyto*²⁹.

Naturalmente, muitos dos elementos das relações de proximidade destes testadores eram também eles clérigos, sendo por isso com frequência agraciados com doações de roupas de cama, peças de vestuário e tecidos. D. Raimundo I d'Ébrard, bispo de Coimbra (1319-1324†), faz questão de deixar uma peça de bifa, que tinha mandado comprar na Guarda, a Beltrão, prior da colegiada coimbrã de São João de Almedina, ao porcionário Sancho Peres e ao seu clérigo Cipriano Lourenço, para que a dividissem em partes iguais entre si³⁰. As vestes de tipo litúrgico, quando não eram legadas às instituições religiosas, tinham como destino óbvio outros clérigos. A capa de cor e a sobrepeliz de Fernando Eanes, cónego de Braga, são deixadas em testamento a Afonso Eanes, seu clérigo³¹. O testador podia ainda fazer um legado a um conjunto específico de clérigos, nomeadamente como forma de pagamento de um serviço religioso. Vicente Martins, raçoeiro de Lamego, deixa um número considerável de peças de

²⁷ HOWELL, Martha – *Commerce before capitalism in Europe: 1300-1600*. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 154.

²⁸ Testamento de Domingos Peres Vinagre, mestre-escola de Braga, de 1281 (*TEP*, p. 164-170).

²⁹ Testamento de Pedro *Burserii*, prior da colegiada de S. João de Almedina e cónego da Sé de Coimbra, de 1319 (*TEP*, p. 408-411).

³⁰ Testamento de Raimundo I d'Ébrard, bispo de Coimbra, de 1324 (*TEP*, p. 466-469).

³¹ Testamento de Fernando Eanes, cónego de Braga, de 1318 (*TEP*, p. 212-215).

vestuário aos coreiros da Sé para que estes participem na celebração da missa pelo trigésimo dia da sua morte³².

Tabela 2 – Distribuição dos legados têxteis³³

Tipo de legado têxtil	CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS																
	Instituições Religiosas		Caridade		Particulares												
	Seculares	Regulares	Instituições	Genérico	Clérigos			Familiares			Criados e Serventes			Testamenteiros	Sem qualificativo		
					Grupo	Individual	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total		Mulher	Homem	Total
Roupas de cama/casa	11	0	5	1	3	5	8	5	3	8	4	0	4	2	3	2	5
Peças de vestuário	13	0	0	0	4	5	9	4	6	10	2	3	5	1	8	11	19
Tecidos	0	0	0	5	0	6	6	3	3	6	0	3	3	1	2	12	14
Dinheiro p/ roupa/tecidos	1	2	5	5	0	3	3	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1
Total	25	2	10	11	7	19	26	12	12	24	7	6	13	4	12	26	38
%	6,3	1,3	6,5	7,1			16,9			15,6			8,4	2,6			24,8

Os criados e serventes destes religiosos não são esquecidos na hora de repartir os bens³⁴. Reconhecendo o serviço prestado ao longo dos anos, o

³² Testamento de Vicente Martins, raçoeiro de Lamego e reitor de Valdigem, de 1288 (*TEP*, p. 507-508).

³³ Os dados apresentados na Tabela 2 correspondem ao tipo e número de legados têxteis por categoria de beneficiários. O legado pode ser composto por mais do que um artigo têxtil da mesma tipologia e um beneficiário pode receber vários legados provenientes de um mesmo testador ou de testadores diferentes.

³⁴ A condição de criado é ambígua, podendo aplicar-se ora a simples serventes ora a pessoas que cresceram e foram educadas na casa do testador, sob a sua protecção, sem que por isso tivessem de prestar algum serviço em troca. Nem sempre é clara esta distinção nos documentos. É possível também que a designação de “criado” ou “criada” servisse para encobrir a condição de filho(a) ilegítimo(a) ou de barregã.

testador compensa-os com pequenas propriedades, dinheiro, móveis e utensílios e, às vezes, com algumas roupas. Recorde-se, aliás, que um dos componentes do pagamento devido a este tipo de trabalhadores era o vestuário³⁵.

Não é de estranhar que objectos de uso doméstico fossem muitas vezes destinados aos criados, tendo em conta que eram eles quem mais de perto lidava com o universo material das habitações. Catarina, criada de Domingos Martins, raçoeiro de Coimbra, recebe dele uma ucha (pequena arca), um escano (espécie de banco), uma mesa e ainda uma cama com as suas respectivas roupas³⁶.

Para assegurar a execução das disposições testamentárias, o testador escolhia pessoas da sua confiança, que podiam ser familiares, clérigos ou simples amigos. Em retribuição, os testamenteiros poderiam receber dinheiro ou algum objecto de valor. Mestre Martinho, cónego de Viseu, nomeia como seu testamenteiro o capelão Domingos Martins, deixando-lhe em herança a sua melhor taça e um pelote de pena genovesa³⁷.

Como não poderia deixar de ser, os familiares são também beneficiários preferenciais das roupas de cama e das vestes. É para eles que o testador reserva muitas vezes as suas melhores peças. Ao longo do testamento, vão sendo distribuídas as casas, as terras e algumas quantias em dinheiro pelos sobrinhos, irmãos e primos. Frequentemente, acrescenta-se uma ou mais peças de roupa a este rol. Afinal, elas constituem talvez o objecto que melhor identifica o seu possuidor, sendo, por isso, uma boa escolha para quem pretendia deixar de si uma recordação a um ente querido. Por outro lado, manter as vestes na posse de parentes directos é uma maneira de fomentar a perpetuação do nome e do

³⁵ Num capítulo especial sobre os serventes da casa senhorial, Christopher Woolgar destaca as vantagens e privilégios destes trabalhadores, que se evidenciam não apenas nos pagamentos que recebem, mas também nos legados testamentários de que são beneficiários e nas condições de vida e protecção que lhes são proporcionadas (WOOLGAR, Christopher – *The Great Household in Late Medieval England*. New Haven: Yale University Press, 1999, p. 30-45).

³⁶ Testamento de Domingos Martins, raçoeiro de Coimbra, de 1297 (*TEP*, p. 361-365).

³⁷ Codicilo de Mestre Martinho, cónego de Viseu e reitor da igreja de Santa Maria de Vouzela, de 1311 (*TEP*, p. 637-642).

prestígio da família. As duas saias de João Esteves de Arouca, coreiro da Sé de Viseu, são deixadas aos seus primos e é para o seu tio que ficam o pelote de bifa e um capeirão com pena³⁸. Gonçalo Fernandes, sobrinho de João Gonçalves Chancinho, cónego de Coimbra³⁹, herda dele o equipamento de cavalaria, composto pelo perponto⁴⁰, a loriga⁴¹, a chapelina⁴² e as brafoneiras⁴³. Como afirma Armindo de Sousa, *de certa maneira, os vestidos ficavam após a morte como sinal de que o defunto não morreu de todo para a sociedade; desde que, obviamente, se mantivessem na posse e uso de herdeiros directos*⁴⁴.

Nos testamentos vimaranenses analisados por Maria da Conceição Falcão Ferreira, as mulheres surgem claramente como beneficiárias preferenciais das roupas de cama, cabendo aos homens apenas uma parte residual da totalidade deste tipo de legado⁴⁵. Quanto aos testamentos do clero catedralício, verifica-se que a distribuição das roupas de cama é feita de forma relativamente equilibrada, registando-se uma ligeira vantagem para o elemento feminino (55% para as mulheres e 45% para os homens)⁴⁶. No caso de Guimarães, a autora ressalva que uma parte significativa dos legados a mulheres é feita por outras mulheres. Ora, na presente investigação, tal situação não é observável, pois estamos perante um grupo de testadores que tem na condição masculina o seu denominador comum; condição reforçada ainda pelo estatuto eclesiástico, que determina o condicionamento destes indivíduos a um *mundo de homens*. Parece ser, portanto,

³⁸ Testamento de João Esteves de Arouca, clérigo de missa e coreiro da Sé de Viseu, de 1319 (TEP, p. 656-660).

³⁹ Testamento de João Gonçalves Chancinho, cónego da Sé de Coimbra, de 1284 (TEP, p. 330-336).

⁴⁰ Espécie de gibão acolchoado usado pelos guerreiros; cf. MARTINS, Maria Otília – *Elementos para o estudo do vestuário nos séculos XIII-XIV e XV*. Lisboa: FLUL, 1959, p. 47 (tese de licenciatura policopiada).

⁴¹ Couraça, antiga saia de malha com lâminas de metal (MARTINS, Maria Otília – *Elementos...*, p. 45).

⁴² Capacete de armadura, espécie de elmo leve (MARTINS, Maria Otília – *Elementos...*, p. 39-40).

⁴³ Peça de armadura que cobria as pernas e os braços (MARTINS, Maria Otília – *Elementos...*, p. 37-38).

⁴⁴ SOUSA, Armindo de – Conflitos entre o bispo e a câmara do Porto nos meados do século XV. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 1 (1983) 38.

⁴⁵ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Roupas... 35-46.

⁴⁶ No grupo masculino incluem-se também os clérigos a título individual.

a especificidade do grupo social em questão que dita o carácter particular destes resultados.

As instituições religiosas seculares, sobretudo aquelas às quais estes clérigos estavam vinculados, eram, de longe, as entidades mais beneficiadas por todo o tipo de legados. Os têxteis não escapavam. Serviam muitas vezes como pagamento pelos serviços fúnebres e pelas missas por alma. Um aspecto curioso protagonizado por sete clérigos (das Sés de Coimbra, Lamego e Viseu, apenas) é o de deixar à catedral onde eram sepultados o leito que os acompanhava no dia do seu enterro. O leito incluía também as respectivas roupas, que por vezes são discriminadas, como elucida o exemplo de Paio Rodrigues referido na introdução⁴⁷.

Já às instituições religiosas regulares não cabia tanto em sorte. No que respeita aos legados têxteis, as únicas ocorrências que se registam são relativas a Estêvão, deão de Coimbra, que se limita a deixar duas libras e meia para roupa aos Dominicanos e outro tanto aos Franciscanos⁴⁸. Os legados às instituições e/ou clérigos regulares, fossem roupa ou outros, pareciam assumir mais o carácter de esmola do que de o de uma verdadeira dádiva. Na verdade, nota-se um claro favorecimento das instituições seculares em detrimento das regulares. Mais uma vez, a especificidade do grupo social de pertença parece ser determinante na escolha da atribuição dos legados testamentários.

As doações para obras de caridade estão também presentes e obedecem a motivações bem distintas daquelas que eram feitas a particulares. Ao legar bens às instituições de assistência e aos desfavorecidos em geral (fossem eles pobres, doentes ou presos), o testador fazia-o em prol da salvação da sua alma, esperando

⁴⁷ Procuraram-se, em vão, ocorrências semelhantes noutras séries documentais. Não se regista, por exemplo, um hábito análogo em qualquer um dos testamentos dos bispos ingleses e galeses (*TESTAMENTARY records...*, p. 73-276). A falta de outros dados comparativos impede que no actual estado dos conhecimentos seja possível avançar com explicações sobre a origem e significado de tal prática.

⁴⁸ Testamento de Estêvão, deão de Coimbra, de 1285 (*TEP*, p. 336-340).

obter intercessões no Além. O hábito de legar esmolas a pobres desenvolve-se sobretudo a partir do século XI⁴⁹. Normalmente eram feitas em espécie, mas podiam ser atribuídas sob forma de roupa, cumprindo assim uma função social. Na amostra em estudo, os testadores não optam por legar aos pobres as suas próprias vestes, preferindo antes deixar-lhes tecidos (quase sempre bragal ou burel) ou dinheiro para a sua compra. No século XIII, com o surgimento dos hospitais e albergarias, as doações para efeitos de caridade passam cada vez mais a ser canalizadas para estas instituições⁵⁰. Alguns clérigos eram fundadores deste tipo de casas e destinavam-lhes, por isso, uma parte significativa dos seus bens. A doação de roupas de cama é feita na perspectiva de dotar estes edifícios de meios próprios, adequados à sua função. Mestre Martinho, cónego de Viseu, teve a preocupação de reservar todas as suas roupas de cama para a albergaria que tinha fundado⁵¹. João Vicente, arcediogo de Barroso e cónego de Évora, foi mais longe e, no seu testamento, mandou que fosse feito um hospital nas casas que tinham sido do seu pai, determinando que aí fossem instalados oito leitos com tudo a que tinham direito: almadraques, cócedras de pena, cobertas de burel e respectivas colchas. E acrescentava: *quando estos forem velhos ponham outros assy*⁵². Um zelo que só pode ser explicado à luz de uma lógica de *reciprocidade compulsiva*, na definição de Marcel Mauss⁵³. A gratuidade destes donativos é apenas aparente, pois, em troca, o doador esperava obter a remissão dos seus pecados ou a vida eterna. Eram doações em benefício próprio, portanto⁵⁴. Mas o investimento não

⁴⁹ TAVARES, Maria José Ferro – *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Presença, 1989, p. 84-90.

⁵⁰ TAVARES, Maria José Ferro – *Pobreza e morte...*, p. 91.

⁵¹ Testamento de Mestre Martinho, cónego de Viseu e reitor da igreja de Santa Maria de Vouzela, de 1311 (*TEP*, p. 637-642).

⁵² Testamento de João Vicente, arcediogo de Barroso na Sé de Braga e cónego de Évora, de 1324 (*TEP*, p. 215-223).

⁵³ MAUSS, Marcel – *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.

⁵⁴ Veja-se ainda a propósito dos legados a título de caridade CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'Âu-delà*. Roma: EFR, 1980, p. 302-321.

se ficava pelo Além: fundar ou beneficiar uma instituição de assistência era também uma forma de promover e eternizar a imagem de cristão misericordioso, colhendo assim o prestígio e o reconhecimento na comunidade terrena.

Roupas de cama e de casa

A análise das numerosas referências a roupas de cama permite conhecer um pouco do universo material destes homens, nomeadamente a composição e o nível de conforto das suas camas (Tabelas 3 e 4). Em alguns testamentos, as peças são descritas em conjunto e não individualmente. Encontram-se assim as designações genéricas como *leito com roupa* ou *liteira e superliteira* – vocábulos que correspondem, grosso modo, ao conjunto de roupas que se colocam sobre o leito⁵⁵. Quando as peças são discriminadas, é possível perceber como se compõe o conjunto. No total, foi possível obter informações detalhadas relativas a cerca de 15 leitos. É curioso verificar que a descrição parece seguir quase sempre a mesma ordem: enumeram-se as peças da base para o topo. Assim, pode-se perceber que, nos documentos em estudo, *cócedra* assume sempre a acepção de colchão e não o de colcha⁵⁶, enquanto os vocábulos *plumário* e *chumaço* parecem aqui designar almofadas e não colchões⁵⁷, como alguns autores sugerem⁵⁸.

⁵⁵ Veja-se a reflexão pormenorizada que Conceição Falcão Ferreira faz em torno das diferentes propostas de definição destes vocábulos (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Roupas... 35-40).

⁵⁶ Esta afirmação baseia-se nas seguintes constatações: a *cócedra* é sempre o primeiro elemento enunciado quando se descreve o conjunto de roupa; em vários casos, refere-se simultaneamente a existência de uma *cócedra* e de uma colcha no conjunto, pelo que se deduz que não designam o mesmo tipo de peça; registam-se duas *cócedras* de frouxel (penas de aves) – material utilizado no enchimento de colchões.

⁵⁷ Esta afirmação baseia-se nas seguintes constatações: plumários e chumaços são muitas vezes referidos aos pares – condição que faz mais sentido no caso de almofadas do que no de colchões; quando estas peças são mencionadas num conjunto de roupas de cama não se encontram referências a outras almofadas com igual função (exemplo: cabeçais).

⁵⁸ Veja-se, por todos, a discussão das várias propostas de definição de cada um destes termos apresentada por FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Roupas... 40-46.

Tabelas 3 e 4 – Número de peças de roupa de cama/casa

<i>Conjuntos não detalhados</i>		<i>Cobertores e Colchas</i>	
Leito com roupa	6	Almocela ⁵⁹	17
Litaria ⁶⁰	4	Colcha	16
Superliteira ⁶²	4	Cobertor	1
“Roupa”	1	Coberta /Cobertal	1
<i>Base do leito (colchões)</i>		Alfâmbar ⁶¹	1
Cócedra ⁶⁵	16	<i>Almofadas</i>	
Almadraque ⁶⁷	6	Chumaço ⁶³	19
<i>Lençóis</i>		Plumário ⁶⁴	11
Lençol	12 (6 pares)	Faceiró ⁶⁶	9
		Cabeçal ⁶⁸	2
		<i>Outras peças</i>	
		Manta	3
		Tapete	2
		Savã ⁶⁹	1

⁵⁹ Cobertor; cf. MENDES, Noémia da Conceição – *Palavras concretas de um inventário do século XIV*. Coimbra: FLUC, 1961, p. 383-386 (tese de licenciatura policopiada). Optou-se por seguir os trabalhos de Noémia Mendes, Maria Otilia Martins e Maria del Carmen Martínez na definição da maior parte dos termos têxteis, por se considerar serem trabalhos de filologia de grande rigor, que contemplam as propostas de vários dicionários, confrontando-os com exemplos retirados de documentos medievais; evita-se assim a repetição desnecessária de discussões de carácter mais erudito.

⁶⁰ Conjunto de roupas de cama (vid. nota 55).

⁶¹ Cobertor de papa (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. 5ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 77).

⁶² Conjunto de roupas de cama (vid. nota 55).

⁶³ Almofada, travesseiro (MENDES, N. da Conceição – *Palavras concretas...*, p. 380-391). Vid. notas 57 e 58.

⁶⁴ Almofada ou colchão (vid. notas 57 e 58).

⁶⁵ Espécie de colchão (vid. notas 56 e 70).

⁶⁶ Almofada pequena (MENDES, Noémia da Conceição – *Palavras concretas...*, p. 385-386).

⁶⁷ Enxerga ou manta grossa (veja-se, por todos, MENDES, Noémia da Conceição – *Palavras concretas...*, p. 380-383).

⁶⁸ Almofada para a cabeça (MENDES, Noémia da Conceição – *Palavras concretas...*, p. 387-388).

⁶⁹ Termo que designa tanto uma espécie de lençol como uma toalha para cobrir altares (MENDES, Noémia da Conceição – *Palavras concretas...*, p. 402-403.). No caso em questão, parece aplicar-se a segunda acepção: *mando que dem a Sancta Maria de Porches bua savaa e vynte soldos pera lavrarem en ela alguma cousa pera frontal* (TEP, p. 587).

Partindo destes pressupostos, chega-se à conclusão de que estes leitos tinham apenas uma única camada de base (composta por *cócedra* ou *almadraque*) e não duas ou três, como seria comum na época, de acordo com Oliveira Marques⁷⁰.

Já no que respeita aos lençóis, que, segundo este mesmo autor, eram considerados objectos de grande luxo e de uso pouco generalizado⁷¹, regista-se o número significativo de doze, referidos sempre aos pares.

Relativamente aos materiais e outros elementos descritivos das peças, as referências são escassas. Contam-se um almadraque, um chumaço, um plumário e duas cócedras de frouxel (penas de aves), uma colcha feita de linho e ainda umas cobertas de burel. Quanto a cores, recolheram-se menções a duas colchas cárdeas e a quatro de cor branca/alva – uma delas com cintas de seda vermelhas. Destacam-se ainda o *tapede e alfambares francigenos* do bispo de Coimbra, D. Pedro Martins (1296-1301†)⁷².

Apesar da aparente modéstia evidenciada no restrito número de colchões, o uso de lençóis, as numerosas referências a almofadas e um ou outro pormenor de qualidade material permitem concluir que as camas destes clérigos apresentavam, na sua generalidade, um nível de conforto bastante razoável para a época.

Peças de vestuário

Passando agora à análise das vestes pessoais (Tabelas 5 e 6), surge uma primeira constatação: a total ausência de roupas interiores. Não se encontrou

⁷⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval...*, p. 77. A cama de D. Vataça era composta por 4 almadraques, dois lençóis, duas colchas, um cabeçal e 4 faceirós; cf. COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina – Os bens de Vataça: visibilidade de uma existência. *Revista de História das Ideias*. 9 (1987) 41. Nos testamentos vimaranenses, a utilização exclusiva da cócedra como colchão parece ser comum à maioria dos casos analisados (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Roupas... 40-42).

⁷¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval...*, p. 77.

⁷² Testamento de D. Pedro Martins, bispo de Coimbra, de 1301 (TEP, p. 372-379). Veja-se o túmulo com jacente deste bispo, no final deste capítulo (Fig. 1).

qualquer menção à camisa – peça que se vestia sobre a pele. Também nos testamentos de Guimarães, relativos a um universo de indivíduos maior e mais heterogéneo, as referências contabilizadas não vão além das duas⁷³. De facto, ontem como hoje, o carácter demasiado íntimo e pessoal das vestes interiores faz com que, na maior parte das vezes, estas não sejam consideradas na hora de distribuir as roupas de um defunto.

Tabela 5 – Número de peças de vestuário (vestes)

<i>Vestes</i>	
Saia ⁷⁴	11
Pelote ⁷⁵	10
Perponto ⁷⁶	1
Túnica	1
Calças ⁷⁷	1
Loriga ⁷⁸	1

Saias e pelotes eram as peças de roupa mais comuns no século XIII, surgindo, por isso, em maior número na amostra analisada. À excepção de um pelote de cendal (seda), estes dois tipos de traje são feitos em tecidos de lã, vários deles importados.

As sobrevestes, que serviam de agasalho, eram também frequentemente

⁷³ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Roupas... 52-53.

⁷⁴ Peça de vestuário que se vestia sobre a camisa. Chegava até à anca e tinha mangas justas (MARTINS, Maria Otília – *Elementos...*, p. 30). *Em comprimento, a saia variou segundo a moda. Ora descia até quase aos pés, ora se mantinha pelos tornozelos, ora subia a três quartos da perna* (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval...*, p. 30).

⁷⁵ Peça de vestuário que se vestia sobre a saia, provavelmente equivalente ao *surcot* francês, com ou sem mangas (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval...*, p. 31). Vejam-se exemplos no final deste capítulo (Figs. 2 e 3).

⁷⁶ Ver nota 40.

⁷⁷ Peça de vestuário do homem que partindo da cintura lhe cobre as nádegas e as pernas separadamente (MARTINS, Maria Otília – *Elementos...*, p. 16).

⁷⁸ Ver nota 41.

deixadas em herança, sobretudo devido à sua enorme utilidade, valor económico e maior durabilidade.

Nos complementos e acessórios, destacam-se as peças para cobrir a cabeça (Fig. 7), os cintos e uma esmoleira.

Como seria de esperar nos testamentos de clérigos, contabilizam-se também algumas vestes litúrgicas (não muitas), que invariavelmente eram doadas a instituições religiosas ou a outros clérigos (Tabela 7).

Tabela 6 – Número de peças de vestuário (sobrevestes e acessórios)

<i>Sobrevestes</i>	
Capa	4
Tabardo ⁷⁹	4
Manto	4
Gardacós ⁸⁰	3
Garnacha ⁸¹	2
<i>Complementos / Acessórios</i>	
Cinta/Cinto	4
Capuz	1
Capeirão ⁸²	1
Esmoleira ⁸³	1

⁷⁹ Casaco amplo com cabeção e mangas que os homens usavam sobre o pelote (MARTINS, Maria Otília – *Elementos...*, p. 32). Espécie de manto que descia até meio da perna, com ou sem mangas, com ou sem capuz, aberto dos lados, de cima a baixo, e que se enfiava pela cabeça (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval...*, p. 42). Veja-se um exemplo no final do capítulo (Fig. 2).

⁸⁰ Aportuguesamento do termo francês *garde-corps*. Tinha a função do actual sobretudo, sendo apertado junto ao corpo, com mangas, gola alta e capuz (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval...*, p. 31). Vejam-se algumas variantes no final do capítulo (Figs. 4, 5 e 6).

⁸¹ Espécie de manto de lã, curto e chegado ao corpo, aberto à frente, com ou sem mangas (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval...*, p. 31-32). Vestimenta solta, ampla, caracterizada pelo corte especialíssimo das suas mangas curtas que formavam corpo com o resto do vestido (MARTINS, Maria Otília – *Elementos...*, p. 23).

⁸² Capuz de ponta comprida, que deixava a descoberto a face; para baixo, o capeirão prolongava-se em pequenina capa que atingia as espáduas (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval...*, p. 44).

⁸³ Pequeno saco ou bolsa para guardar esmolos (MARTINS, Maria Otília – *Elementos...*, p. 66).

Tabela 7 – Número de vestes litúrgicas

<i>Tipo de veste</i>	
<i>Vestimenta</i> ⁸⁴	12
<i>Epitogium</i> ⁸⁵	3
Sobrepeliz ⁸⁶	6
Manípulo ⁸⁷	2
Estola ⁸⁸	2
Amito ⁸⁹	2
Capa de coro	1

Tipos de tecidos

Por fim, importa reflectir sobre as noções qualitativas associadas aos artigos têxteis doados: dá-se o quê e a quem?

Qualificativos como *bom*, *novo*, *velho* e *o melhor* acompanham muitas vezes a descrição do objecto doado; o que permite não só identificá-lo mais facilmente, como também distingue o valor material e simbólico da doação. O cónego Pedro Pais deixa um tabardo ao cónego Vasco Domingues, mas frisa que se trata do

⁸⁴ Conjunto de paramentos que um sacerdote vestia nas celebrações (MENDES, Noémia da Conceição – *Palavras concretas...*, p. 120-122).

⁸⁵ Vestido que se colocava por cima da toga (TORRINHA, Francisco – *Dicionário Latino Português*. Porto: Gráficos Reunidos, 1985, p. 292).

⁸⁶ Peça de linho ou algodão branco, larga, com ou sem mangas, que o sacerdote usa sobre a batina (MENDES, Noémia da Conceição – *Palavras concretas...*, p. 118).

⁸⁷ Espécie de pequena estola (ver nota seguinte) que o sacerdote usa pendente do braço esquerdo, durante a missa (MENDES, Noémia da Conceição – *Palavras concretas...*, p. 116). Pode apresentar um pequeno laço de passamanaria ou fita a unir os dois lados (ALARCÃO, Teresa e PEREIRA, Teresa Pacheco – *Normas de inventário: têxteis*. Lisboa: IPM, 2000, p. 57). Veja-se o exemplo de um manípulo do século XV no final do capítulo (Fig. 8).

⁸⁸ Tira alongada de tecido ou bordado terminando, geralmente, em forma trapezoidal ou semi-circular. Apresenta, em norma, três pequenas cruces ao centro e nas extremidades (ALARCÃO, Teresa e PEREIRA, Teresa Pacheco – *Normas de inventário...*, p. 56). Veja-se o exemplo de uma estola do século XV no final do capítulo (Fig. 8).

⁸⁹ Peça rectangular, de linho branco, usado sob a alva, como um pequeno xaile à volta dos ombros, ajustado ao corpo por fitas e cordões (ALARCÃO, Teresa e PEREIRA, Teresa Pacheco – *Normas de inventário...*, p. 53).

tabardo d'opres (Ypres) *novo que eu nunca visti*⁹⁰. O exemplo do mestre-escola Domingos Peres Vinagre é paradigmático: aos serventes, deixa as suas vestes mais fracas (*flebles*), enquanto as boas (*salvis*) são doadas a clérigos⁹¹.

Tabela 8 – Tipos de tecidos

Nome do tecido	Nº Referências	Beneficiários
Escarlata	1	1 a particulares sem qualificativo
Marvi ⁹²	1	1 a familiares
Solia ⁹³	1	1 a clérigos
Bifa ⁹⁴	4	3 a clérigos 1 a familiares
Brao ⁹⁵	1	1 a particulares sem qualificativo
Ypres	2	1 a particulares sem qualificativo 1 a clérigos
Pano de pena veira ⁹⁶	1	1 a particulares sem qualificativo

⁹⁰ Testamento de Pedro Pais, cónego de Coimbra e da Guarda, de 1295 (*TEP*, p. 348-354).

⁹¹ Testamento de Domingos Peres Vinagre, mestre-escola de Braga, de 1381 (*TEP*, p. 164-170).

⁹² Tecido de lã de qualidade, provavelmente produzido em Lovaina, Bruxelas e Malines (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, Maria del Carmen – *Los nombres de tejidos en castellano medieval*. Granada: Universidad, 1989, p. 121-122).

⁹³ Tecido de qualidade, provavelmente de seda (MENDES, Noémia da Conceição – *Palavras concretas...*, p. 471-473). Na Pragmática de 1340, os panos de solia eram reservados exclusivamente à família real (MARQUES, A. H. de Oliveira – A Pragmática de 1340. In *ENSaios da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Ed. Vega, 1980, p. 111), pelo que se deduz que seria um tecido de luxo.

⁹⁴ Tecido de lã ligeiro, fabricado em França (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, Maria del Carmen – *Los nombres de tejidos...*, p. 35-37). Na Pragmática de 1340 regista-se a menção a bifa de Bruges e de Malines, sendo o seu uso destinado às classes sociais superiores (MARQUES, A. H. de Oliveira – A Pragmática de 1340..., p. 112-113).

⁹⁵ Na Pragmática de 1340, surge a designação de “brou dipre” (Ypres), um tecido relativamente caro e associado às classes sociais superiores (MARQUES, A. H. de Oliveira – A Pragmática de 1340..., p. 112-113). Poderá este termo ser uma corruptela de *blao*, tecido de lã de cor azul (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, Maria del Carmen – *Los nombres de tejidos...*, p. 44-48)?

⁹⁶ Penas veiras (do francês *vair*) eram peles que podiam ornamentar ou forrar os tecidos, que segundo Oliveira Marques eram de esquilo caçado no Verão (MARQUES, A. H. de Oliveira – A Pragmática de 1340..., p. 113).

Nome do tecido	Nº Referências	Beneficiários
Cendal ⁹⁷	6	3 a particulares sem qualificativo 1 a clérigos 1 a familiares 1 a instituições religiosas
Seda	2	2 a particulares sem qualificativo
Abbeville	2	1 a instituições religiosas 1 a familiares
Saint-Omer	2	2 a particulares sem qualificativo
Arras	6	4 a familiares 2 a particulares sem qualificativo
Valenciennes	14	9 a particulares sem qualificativo 2 a criados e serventes 2 a familiares 1 a clérigos
Bruneta ⁹⁸	2	1 a clérigos 1 a particulares sem qualificativo
Linho	2	1 a pobres (caridade-genérico) 1 a instituições religiosas
Sarja ⁹⁹	6	4 a familiares 2 a particulares sem qualificativo
Estamete ¹⁰⁰	1	1 a criados e serventes
Tiritana ¹⁰¹	1	1 a particulares sem qualificativo

⁹⁷ Tratava-se provavelmente de um tecido de seda muito fino, muito embora alguns autores sugiram que também pudesse ser de linho (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, Maria del Carmen – *Los nombres de tejidos...*, p. 386-398).

⁹⁸ Tecido de cor negra, muito escuro, de qualidade diversa (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, Maria del Carmen – *Los nombres de tejidos...*, p. 50-56).

⁹⁹ *Sarja*, em castelhano, designa um tecido de lã grosseiro, barato e de consumo popular (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, Maria del Carmen – *Los nombres de tejidos...*, p. 214).

¹⁰⁰ Espécie de estamena, que designa um tecido de lã delgado e vulgar (SILVA, António Moraes – *Dicionário da língua portuguesa - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1789, p. 771). Veja-se ainda MARTÍNEZ MELÉNDEZ, Maria del Carmen – *Los nombres de tejidos...*, p. 88-93.

¹⁰¹ Tecido misto de lã com linho ou algodão, de pouco valor (MARTÍNEZ MELÉNDEZ, Maria del Carmen – *Los nombres de tejidos...*, p. 464-466).

Nome do tecido	Nº Referências	Beneficiários
Almáfega ¹⁰²	1	1 a criados e serventes
Bragal ¹⁰³	4	4 a pobres (caridade-genérico)
Burel ¹⁰⁴	6	6 a pobres (caridade-genérico)

Um pormenor importante que permite aferir a qualidade da peça é o tipo de tecido de que é feita. Foi possível identificar perto de 70 referências a tecidos, relativos a roupas de cama e do corpo, peças de pano por talhar e também a doações têxteis sob a forma de dinheiro. Uma boa parte deles é importada tomando, por isso, como nome o seu local de produção¹⁰⁵.

Tendo por base os preços médios na época, procurou-se estabelecer uma espécie de hierarquia dos tipos de pano (dos mais caros para os mais baratos), como se pode ver na Tabela 8¹⁰⁶. Salvaguardando as fragilidades que um exercício deste tipo comporta, pode-se, no entanto, considerar legítimo avançar com algumas interpretações. Verifica-se, desde logo, uma maior presença dos tecidos de média qualidade, entre os quais se destaca o de Valenciennes – sem dúvida um dos mais correntes na época. Os tipos de beneficiários dos tecidos da primeira parte da tabela contrastam com os do fim da mesma. Os de mais fraca qualidade,

¹⁰² Tecido de lã grosseiro, de baixa qualidade, que era usado como sinal de luto por pessoas de todas as condições sociais; vid. SEQUEIRA, Joana – Catálogo de tecidos medievais portugueses. In *PRODUÇÃO têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: FLUP/EHESS, 2012, p. 137 (tese de doutoramento policopiada).

¹⁰³ Tecido grosseiro de linho, de qualidade inferior, maioritariamente utilizado na confecção de roupas de cama e roupas íntimas (SEQUEIRA, Joana – Catálogo de tecidos medievais portugueses..., p. 140).

¹⁰⁴ Tecido de lã grosseiro, de qualidade e preço baixos. Era um dos panos mais vulgares e de consumo corrente no Portugal medieval, mas o seu uso associava-se sobretudo aos estratos sociais inferiores. Tal como a almáfega, era também um tecido usado como sinal de luto (SEQUEIRA, Joana – Catálogo de tecidos medievais portugueses..., p. 145).

¹⁰⁵ Para os tecidos com designações menos conhecidas houve o cuidado de fornecer breves descrições (ver notas respectivas).

¹⁰⁶ O estabelecimento desta hierarquia baseou-se nas definições de tecidos recolhidas em obras de especialidade (ver notas respectivas) e nos dados relativos a preços apresentados por FERREIRA, Ana Maria – *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV: 1385 a 1481*. Lisboa: INCM, 1983; e FERREIRA, Sérgio Matos – *Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: FLUP, 2007 (tese de mestrado policopiada).

como o bragal, o burel, a almáfega ou o estamete são exclusivamente atribuídos aos pobres e aos serventes, muitas vezes sob a forma de dinheiro. Os de luxo, como a escarlata, os melhores tecidos de lã flamengos ou as sedas, são reservados a familiares, clérigos e a outros particulares.

Fica assim claro que a distribuição dos legados têxteis se faz segundo escolhas muito criteriosas, conjugando factores tão diversos como o tipo e a qualidade da peça, a forma de legado, as motivações e as intencionalidades do doador e as diferentes categorias sociais dos beneficiários.

Conclusão

Ao longo desta exposição, usou-se, por diversas vezes, o conceito de *grupo* e *grupo social* para designar, no fundo, um conjunto de clérigos bastante heterogéneo. Um raçoeiro ou um cônego não são comparáveis a um bispo, em termos de categoria e prestígio social. Ao considerar apenas os testamentos ignoraram-se outras informações que possibilitariam complementar e perceber melhor os dados recolhidos, contextualizando e particularizando cada caso. De qualquer forma, a análise nestes termos permitiu detectar tendências específicas de um conjunto de indivíduos que têm em comum o facto de serem membros do clero. Como se pôde ver, essas características específicas evidenciam-se na escolha dos beneficiários dos legados e nos tipos de artigos de que eram detentores.

A vida e a carreira destes homens seria por definição espiritual, mas nem por isso eles descuravam a materialidade. É admirável constatar o critério com que distribuem os seus bens e o detalhe técnico com que descrevem cada uma das peças legadas.

Importa ainda salientar que o valor do objecto doado não se resumia àquele que lhe era intrínseco, comportando também a personagem ou o estatuto da pessoa que o oferecia. Em última análise, o objecto é a própria pessoa.

Um artigo têxtil, enquanto bem material, tem uma expressão financeira, um valor de mercado. Mas, ao torná-lo pessoal e ao conferir-lhe carga sentimental, o testador está a atribuir-lhe um *valor acrescentado* – algo que a mera mercadoria não pode oferecer. Reside aqui a grande diferença entre a *gift economy* e a *market economy*, segundo Martha Howell¹⁰⁷. Ao definir detalhadamente os beneficiários e os respectivos bens, o doador está simultaneamente a atribuir um *valor* às suas relações sociais.

A doação de têxteis ultrapassa, assim, o domínio da materialidade, servindo aos testadores de instrumento de modelação da realidade social; uma realidade de que eles já não farão parte, mas na qual não abdicam de se projectar.

¹⁰⁷ HOWELL, Martha – *Commerce before capitalism...*, p. 145-207.



Fig. 1 – Túmulo com jacente de D. Pedro Martins, bispo de Coimbra (1301†). Sé Velha de Coimbra © Anísio M. S. Saraiva. O prelado enverga vestes pontificais sem decoração. No braço esquerdo são visíveis as pontas do manipulo.



Fig. 2 – Juiz laico reencaminha um clérigo para a jurisdição do bispo. *Decretum de Gratianus* (3º quartel séc. XIII) © Bibliothèque Municipale de Reims (ms. 0679, fl. 137). Ao centro, o clérigo da esquerda veste um escapulário com capuz; o da direita enverga apenas um pelote e uma capa redonda. O juiz laico, à direita, veste um tabardo.



Fig. 3 – Conflito entre um bispo e um arcediogo. *Decretum de Gratianus* (3º quartel séc. XIII) © Bibliothèque Municipale d'Autun (ms. 080, fl. 164). O arcediogo enverga a dalmática sobre o pelote.



Fig. 4 – Dois clérigos solicitam autorização ao bispo para se tornarem monges. *Decretum de Gratianus* (3º quartel séc. XIII) © Bibliothèque Municipale d'Autun (ms. 080, fl. 160). Os clérigos apresentam-se com gardacós de amplas mangas, pendentes.



Fig. 5 – Bispo herético destitui dois clérigos. *Decretum de Gratianus* (3º quartel séc. XIII) © Bibliothèque Municipale d'Autun (ms. 080, fl. 188). O prelado enverga dalmática e capa, enquanto os clérigos se apresentam com amplos gardacós sem mangas, com aberturas para os braços e capuz.



Fig. 6 – Clérigo junto de um doente. *Decretum de Gratianus* (1314) © Bibliothèque Nationale de France (Latin 3893, fl. 223v). O clérigo veste um gardacós de mangas curtas, bastante abertas.



Fig. 7 – Ofício fúnebre. *Livro de Horas da Rainha D. Leonor* (c. 1450-1475), pormenor © Biblioteca Nacional de Portugal, IL. 165, fl. 114v. Nesta iluminura com a representação da celebração de um ofício fúnebre são visíveis vários clérigos que envergam touca ou capuz.



Fig. 8 – *Estola e manipulo* (séc. XV). Museu Alberto Sampaio © José Pessoa. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática. Estas peças litúrgicas, de possível origem florentina, são feitas em veludo carmim e bordadas a fio e lâmina de metal dourado.

As vestes funerárias episcopais de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga (1348†)

Teresa ALARCÃO

Um conservador, por definição, dá uma atenção prioritária ao objecto para o conservar, investigar, divulgar. Como conservadora de museus que sou, por formação e vocação, é nessa perspectiva que me coloco ao apresentar um conjunto de objectos muito particular: as vestes funerárias encontradas no túmulo de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga (1326-1348†)¹ (Fig. 1).

Destas peças conservou-se o que foi possível retirar do túmulo, insistindo-se no seu tratamento e restauro. Fez-se uma primeira divulgação da sua descoberta numa comunicação por mim apresentada no 20º Encontro do *Centre International d'Étude des Textiles Anciens* (CIETA), que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian em 2003, e entretanto publicada na *Archaeological Textiles Newsletter*². Quanto à investigação, para lá da que já foi feita e da que está em vias de se fazer, abrem-se amplas possibilidades dentro de uma abordagem pluridisciplinar.

Aquando da abertura do túmulo, em 1992, fui chamada de urgência a Braga. Não tendo sido antecipadamente prevenida e dispondo de muito pouco

¹ D. Gonçalo Pereira foi tumulado na capela de Nossa Senhora da Glória que fundou na Sé de Braga, a 27 de Abril de 1334; sobre esta instituição e a importante acção deste prelado na história política e eclesiástica portuguesa da primeira metade do século XIV, vid. COELHO, Maria Helena da Cruz – O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga*. Actas. Vol. 2. Braga: UCP-FTB-CMPB, 1990, p. 389-462.

² ALARCÃO, Teresa – L'ornement funèbre de D. Gonçalo Pereira. *Archaeological Textiles Newsletter*. 39 (2004) 15-19.

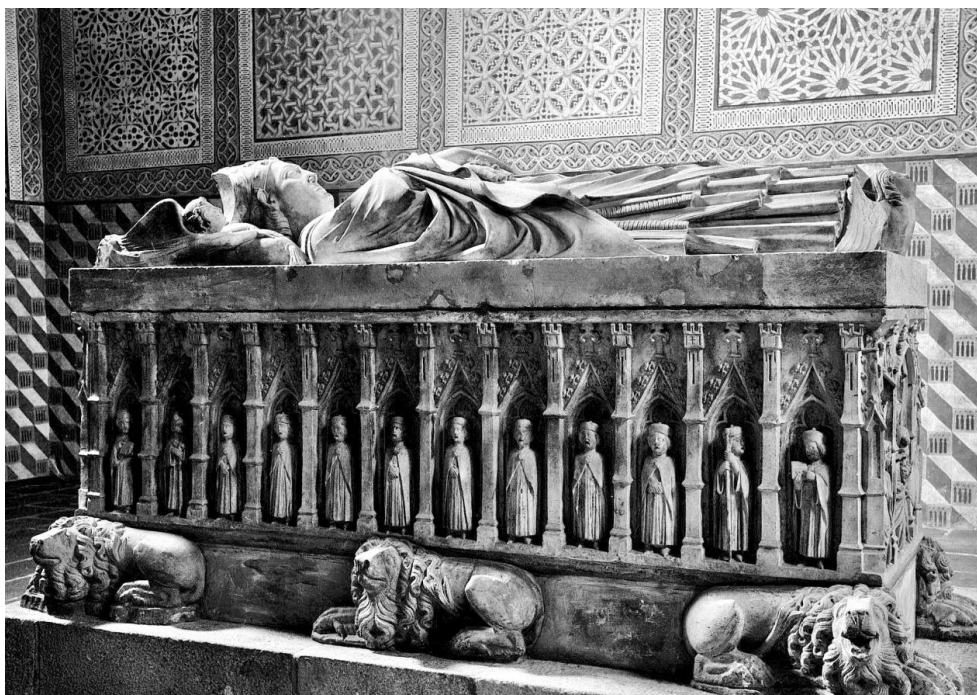


Fig. 1 – Sé de Braga. Túmulo do arcebispo D. Gonçalo Pereira. Capela de Nossa Senhora da Glória © IHRU/SIPA.

tempo, porque os responsáveis da Sé queriam voltar a encerrar o sarcófago, fiz uma observação limitada por não dispor dos meios técnicos apropriados. Utilizei uma lupa com magnificação de 30 X, e obtive alguma documentação fotográfica que com o passar dos anos já revela perda de qualidade (Fig. 2). Foram então retiradas algumas peças, as que nos pareceram mais significativas e que nos foi permitido levantar, e recolheram-se amostras dos vários elementos constitutivos, para estudos posteriores. Por conseguinte, não houve lugar a um levantamento nem a um registo científico sistemático do espólio.

As peças retiradas foram, ou estão em vias de ser, objecto de acções de conservação, estudo e publicação. Duas delas, a mitra e as luvas pontificais encontram-se já em exposição no renovado Museu do Tesouro da Sé de Braga. Decidi, espero que com alguma lógica, fazer incidir esta apresentação, não apenas sobre essas peças, absolutamente notáveis, que estão expostas ou disponíveis para

observação, mas prioritariamente sobre aquelas que ficaram no túmulo. São essas que nos permitirão recolher elementos para o conhecimento do vestuário fúnebre episcopal, cuja composição e elevado nível de qualidade aparece abundantemente citado e descrito em múltiplas fontes documentais, inventários, inquirições, contratos de encomenda, doações e disposições testamentárias da época³.



Fig. 2 – Interior do túmulo do arcebispo D. Gonçalo Pereira © Carlos Beloto.

³ Ver, por exemplo, as informações deste tipo que constam dos testamentos publicados em *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*. Coord. Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Lisboa: CEHR, 2010.

O túmulo de D. Gonçalo Pereira apresentava indícios de já ter sido aberto em data desconhecida e possivelmente saqueado, encontrando-se desprovido de objectos valiosos com a excepção de um alfinete de ouro oculto nas costas do prelado. Contudo, as vestes estavam em notável estado de conservação, mantendo a textura e a cromia dos tecidos e bordados. A observação foi feita apenas na parte superior do corpo, e na zona das pernas e pés, mantendo-se as mortalhas na parte intermédia. Verificou-se a existência de duas mortalhas, uma de tecido mais grosseiro, outro mais fino, sujeitadas por cordas, que envolviam todo o corpo, incluindo a cabeça, tendo-se encontrado vestígios aderentes à mitra.



Fig. 3 – *Cabeça do arcebispo D. Gonçalo Pereira* © Carlos Beloto.

A cabeça do arcebispo repousava numa almofada de tecido lavrado, que conservava ainda uma borla e o recheio de penas, apresentando-se envolta num

tecido de seda lavrada, rematado por um botão e uma pequena argola. Poderia tratar-se de um *cucullus*, peça destinada a proteger a cabeça. A mitra apresentava-se descaída, dobrada sobre si própria e os pendentes situados mais longe, enovelados, entre vários detritos (Fig. 3).



Fig. 4 – *A mitra do arcebispo D. Gonçalo Pereira* © Teresa Alarcão.

A **mitra** aqui encontrada, além de ser uma peça absolutamente relevante e da maior importância para o património têxtil em Portugal, constitui também uma notável referência internacional, dada a sua qualidade e a raridade da sua tipologia (Fig. 4). Por esse motivo foi submetida em 2000 a acções de conservação e restauro na *Abegg-Stiftung Foundation*, na Suíça, tendo já sido publicado um estudo complementar da autoria de Caroline Vogt, conservadora-restauradora que se

ocupou desta peça⁴. Trata-se, com efeito, de uma mitra de seda branca, neste caso seda lavrada, bordada a fio metálico e seda pela técnica designada por ouro estendido retirado, que representa nas duas faces, respectivamente, o martírio de S. Lourenço e o martírio de Santo Estêvão, com a mão de Deus, saindo de uma nuvem no *apex* da mitra, a apontar as inscrições identificativas dos nomes destes santos mártires. O *circulus* é preenchido com desenho geométrico e nos pendentes surgem figuras sem nimbo (Fig. 5). Datável do primeiro quartel do século XIII,

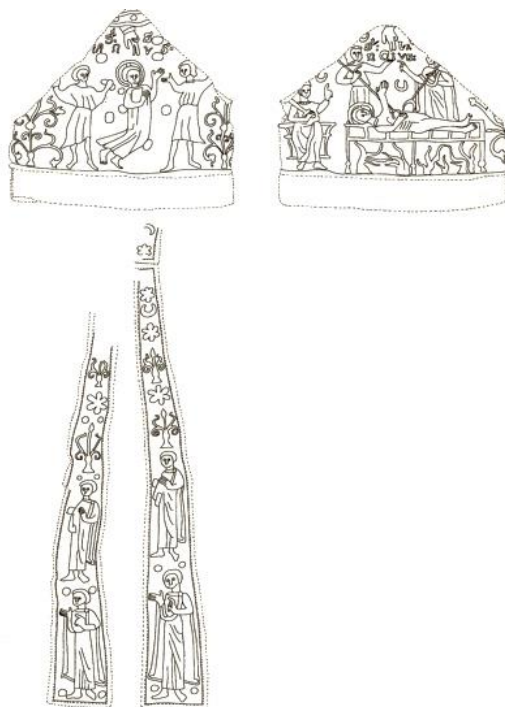


Fig. 5 – Reconstituição dos motivos decorativos da mitra do arcebispo D. Gonçalo Pereira
© Caroline Vogt⁵.

esta mitra de D. Gonçalo Pereira remete-nos para um pequeno número de cinco peças semelhantes, ainda conservadas, do final do século XII e início do XIII,

⁴ VOGT, Caroline – Episcopal self-fashioning: the Thomas Becket mitres. In *ICONOGRAPHY of liturgical textiles in the Middle Ages*. Ed. Evelin WETTER. Riggisberg: Abegg-Stiftung, 2010, p. 117-128.

⁵ VOGT, Caroline – Episcopal self-fashioning: the Thomas Becket mitres..., p. 117-128.

provenientes das oficinas de bordado inglesas (*opus anglicanum*), então no seu máximo esplendor, comumente designadas por Mitras de S. Thomas Becket, dado três delas evocarem explicitamente o martírio deste bispo inglês, usualmente associado a S. Lourenço de Huesca e a Santo Estêvão, primeiro mártir do cristianismo (Fig. 6). Digno de nota é o facto desta mitra de Braga e a mitra do famoso Bernat d'Olivella, arcebispo de Tarragona tumultado, em 1287, na capela de Santa Tecla “a velha” desta catedral aragonesa, serem as únicas que apenas



Fig. 6 – Exemplos das designadas mitras de S. Thomas Becket, com a representação do seu martírio associado ao de Sto. Estêvão © Caroline Vogt⁶ e A. Grace Christie⁷.

representam estes dois santos diáconos. O que nos pode levar a considerar que provenham das mesmas oficinas embora, no caso de Braga, de uma produção mais tardia.

⁶ VOGT, Caroline – Episcopal self-fashioning: the Thomas Becket mitres..., p. 117-128.

⁷ CHRISTIE, A. Grace – *English Medieval Embroidery*. Oxford: Clarendon Press, 1938.

Atendendo à evolução formal das mitras ao longo da Idade Média, podemos verificar que este exemplar bracarense se insere na tipologia evolutiva dos séculos XII e XIII, sem paralelo com as mitras do século XIV, mais altas e mais ornamentadas. O problema mais interessante, e que continua em aberto, é determinar o motivo por que foi escolhida para a exumação de D. Gonçalo Pereira, dado que se trata de uma peça de feitura muito anterior à data da sua morte. Sabemos, por fontes documentais, do enorme apreço do clero português por estes bordados que figuravam frequentemente nos inventários episcopais, nomeadamente no período do papado de Avinhão⁸. Recordemos também a devoção especial do arcebispo a S. Lourenço, a quem dedicou um dos quatro altares da sua capela funerária⁹ e que, provavelmente, também poderá constar da iconografia hagiográfica da matriz sigilar que usou enquanto arcebispo de Braga¹⁰.

Consideremos seguidamente as peças que permaneceram no túmulo.

Foi possível observar de imediato uma primeira veste, que se presume ser uma **casula**, de forma ampla, executada num tecido leve, seda lavrada, que se coaduna com a evolução formal das casulas, que no século XIV se apresentavam em forma circular, com abertura para a cabeça. O tecido poderá ser um samito, técnica bastante complexa que foi predominante na produção têxtil medievla. De cariz monocromático, apresenta uma decoração em linhas incisais, com o módulo ornamental definido por suásticas. Pelo fragmento deste tecido que foi retirado, poder-se-ão definir as suas características formais e mesmo a sua proveniência, tratando-se, eventualmente, de uma seda oriental, talvez chinesa (Fig. 7).

⁸ Atente-se, por exemplo, nos inventários que têm vindo a ser publicados por SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364†): notas de investigação. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 419-438; O processo de inquirição dos bens de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372†). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 197-228; e em colaboração com SANTOS, Ana Paula Figueira – O património da Sé de Viseu segundo um inventário de 1331. *Revista Portuguesa de História*. 32 (1997-1998) 95-148.

⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz – O arcebispo D. Gonçalo Pereira..., p. 425-462.

¹⁰ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Sigilografia heráldica eclesiástica medieval portuguesa no *Archivo Histórico Nacional* de Espanha. In *ESTUDOS de heráldica medieval*. Coord. Miguel Metelo de SEIXAS e Maria de Lurdes ROSA. Lisboa: IEM/CLEGH/Caminhos Romanos, 2012, p. 114-115.

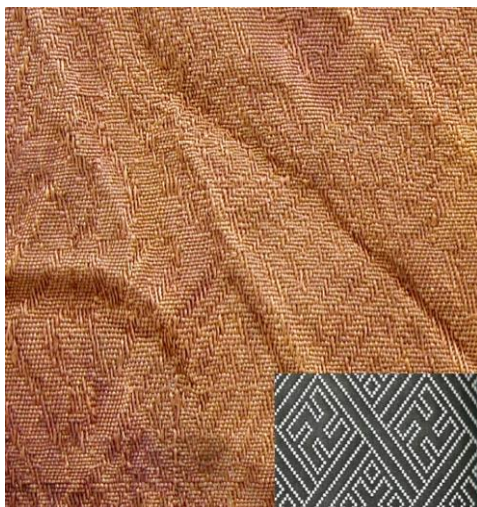


Fig. 7 – Pormenor do tecido da casula do arcebispo D. Gonzalo Pereira © DGPC/Divisão de Conservação e Restauro.



Fig. 8 – O sebasto, tal como foi encontrado no túmulo do arcebispo D. Gonzalo Pereira © Carlos Beloto.

O **sebasto**, estreito, é bordado com representação de imagética, figuras em busto com filactera, dentro de quadrifólios, que pela inscrição se conclui representar os profetas. Poderá tratar-se igualmente de um bordado a sedas e fio metálico de produção inglesa ou com características anglicizantes (Figs. 8 e 9).



Fig. 9 – Pormenor do sebasto do arcebispo D. Gonçalo Pereira e fragmento de bordado retirado do túmulo  Teresa Alarcão.

Um elemento de grande importância pelo seu significado iconográfico é uma **gola alta** que apresenta uma teoria de escudetes tangenciais, com as armas de D. Gonçalo Pereira, compostas pela cruz vazada e floreada do emblema heráldico dos Pereira (Fig. 10). Evidencia-se, assim, tratar-se de uma

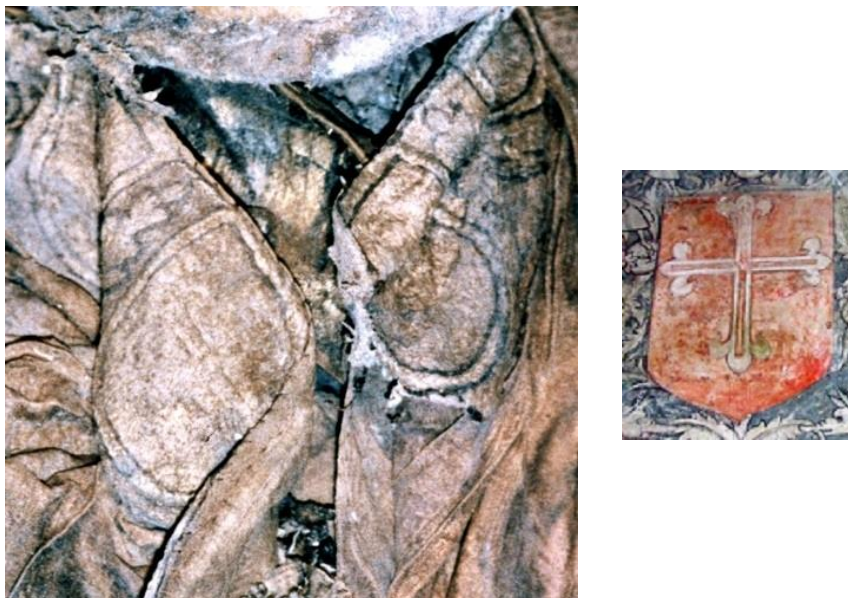


Fig. 10 – Pormenor da gola alta com as armas do arcebispo D. Gonçalo Pereira © Carlos Beloto.

encomenda específica, uso muito frequente entre os altos dignitários da Igreja, reveladora da personalização dos seus bens. As costas desta veste, depois de desdobrada uma massa amalgamada, apresentavam um formato pouco definido, sendo contudo perceptível um sebasto cruciforme, deformado pela posição e deterioração. Com representação iconográfica formalmente semelhante ao sebasto frontal, surge Cristo ao centro, ladeado pela Virgem e S. João. Seguem-se outros Apóstolos.

A leitura e identificação das inscrições aqui apresentadas foram realizadas pelo Dr. Manuel Real a partir da documentação fotográfica:

Sebasto

Frente:	Costas:
1. Escudete	1. Escudetes
2. ...(FV)	2. IONANS
3. DANIEL	3. PETRU(S)
4. AVON ou DUM...	4. escudete (?), escudete
5. ISAIAS	5. IOHA...
6. JACOB...	6. (sem legenda)
7. (M)...EUS	7. VIRGO

Outro elemento, de certo modo excepcional, é a colocação, nas costas, de um alfinete de ouro sujeito por três pequenas tiras de tecido, tal como encontramos no jacente funerário do papa Honório IV (1287†), na Basílica de Santa Maria in Aracoeli, em Roma, onde se observa um alfinete colocado lateralmente no que parece ser o *pallio*, ou seja, a longa faixa de uso reservado aos papas e arcebispos (Fig. 11).

Numa enunciação sumária de outras vestes, assinalámos pelo menos mais duas peças de seda lavrada, sobrepostas por debaixo da casula. A primeira, cremos tratar-se de uma **dalmática**. Do mesmo tecido da casula, como é usual, parecia ter mangas curtas amplas, ornadas de galões tecidos, de fio metálico muito oxidado, ornamentados com animais fantásticos. Outros galões do mesmo tipo, mas mais estreitos, mostram uma ornamentação geometrizada. A dalmática, sendo a veste própria dos diáconos, colocada imediatamente por baixo da casula, assume contudo um significado honorífico quando usada por prelados, sendo comum nos enterramentos, mesmo dos papas. A segunda peça poderá ser uma **tunicela** ou **dalmaticella**. Com uma forma semelhante à dalmática, era usada por bispos e cardeais, sobre a alva e a túnica. O tecido utilizado nesta peça seria uma

seda lavrada, com fio metálico, mais pesada que as anteriores. Parecia ter longas mangas estreitas. Assinale-se ainda a existência de uma peça interior, de tecido fino, possivelmente linho. Seria uma **alva** ou **roquete**, contudo, pela dificuldade da observação, não podemos assegurar a diferenciação completa das diferentes vestes.

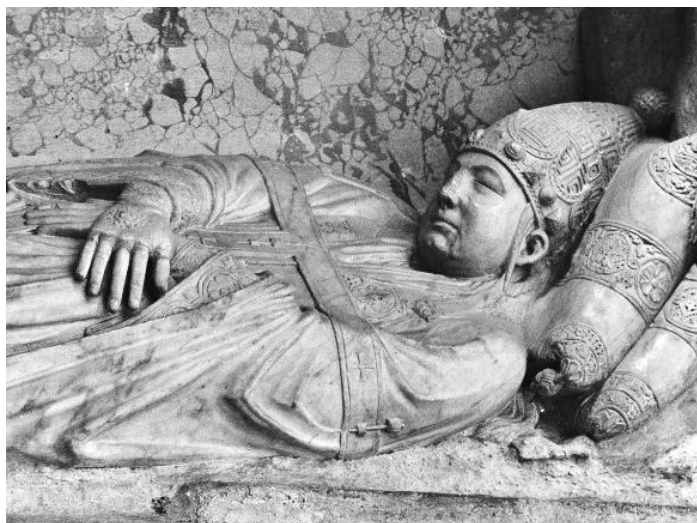


Fig. 11 – Basílica de Santa Maria in Aracoeli, Roma. *Pormenor do jacente do papa Honório IV, onde se observa o alfinete colocado lateralmente.* Arnolfo di Cambio, 1287 © Courtauld Institute of Art.

Encontravam-se visíveis dois tipos de **punhos**, sendo uns deles de tecido fino, talvez linho. Estreitos, com falsos botões, estavam ligados a uma manga da veste interior, em tecido semelhante. Os outros punhos, de tecido lavrado, mais largos, acharam-se destacados colocados junto às luvas e fariam parte, muito provavelmente, da tunicela (Fig. 12). As **luvas episcopais**, datáveis do século XIV, que hoje se encontram em exposição no Museu do Tesouro da Sé de Braga, constituem outra notável peça de paramentaria (Fig. 13), executadas em malha de seda, tricot obtido por meio de pequeno gancho (*coptic knitting*), procedimento, aliás, muito comum à época. O punho é ornamentado com bordados contendo imágética. As acções de restauro a que foram sujeitas, tal como a mitra, na *Abbeg-*

-*Stiftung Foundation*, tornaram ainda mais evidentes os vestígios de uma aplicação, porventura de materiais preciosos, que foi retirada numa das prováveis incursões de que o túmulo terá sido alvo ao longo do tempo. Através das várias imagens recolhidas identificámos ainda a existência da **estola**, cruzada na parte superior do corpo, e continuando ao longo deste. Apresentava um tecido lavrado, com fios metálicos, e vestígios de franja, vermelha.



Fig. 12 – Dois tipos de punho, em tecido (à esq.) e em bordado (à dir.) © Carlos Beloto, Teresa Alarcão.



Fig. 13 – *Luvas do arcebispo D. Gonçalo Pereira após o restauro (à dir.) e a sua representação no jacente (à esq.)* © Maria Fernanda Barbosa.

Mas um dos objectos mais interessantes que permaneceram no túmulo foi um **cíngulo**, a peça que cinge a alva. Usou-se inicialmente uma faixa de tecido que, no século XIV, foi substituída por um elaborado trabalho de passamanaria. Executado com cordão e nós, de cromia alternada, ainda se distinguia uma complexa rede, terminada em franja, que apresentava um excelente estado de conservação (Fig. 14).



Fig. 14 – *Cíngulo usado pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira* © Carlos Beloto, Teresa Alarcão.

A parte inferior do corpo de D. Gonçalo Pereira foi muito mais difícil de observar, com tecidos confundidos e peças pouco definidas. Contudo, verificou-se a existência de uma peça interior de linho (**bragas?**) e uma peça que envolvia as pernas, de tecido lavrado, presa a dois níveis por cordões. Poderemos consider -la como c ligas, calçado e meias episcopais? Foi também encontrada uma sola (de cabedal?) com vestígios da mesma seda, não tendo sido possível determinar se a peça das pernas se prolongava até ao p  ou se existiam sandálias ou sapatos que a complementassem (Fig. 15).



Fig. 15 – Fragmentos de vestes amalgamados, na parte inferior do corpo do arcebispo (  esq.); exemplo de c ligas restauradas (  dir.)   Carlos Beloto e Mateo Mancini¹¹.

¹¹ *Vestiduras ricas: el monasterio de las Huelgas y su época 1170-1340*. Coord. Mateo MANCINI. [Madrid]: Patrimonio Nacional, 2005.

Finalmente, importa referir um notável tecido que envolvia transversalmente as pernas, que faz parte do conjunto actualmente em tratamento de restauro e investigação, no âmbito de um projecto sobre têxteis medievais, a cargo de Madalena Serro e Paula Monteiro, da Divisão de Conservação e Restauro da Direcção-Geral do Património Cultural¹². Dada a sua dimensão, tornou-se possível determinar o módulo ornamental, de que apenas se mostra um dos motivos, Cão – Leão – *Schizigan*, executado em seda e fio metálico, que pelas suas características formais e técnicas se pode considerar como de produção médio-oriental, ou mesmo oriental (China?) (Fig. 16). Outro tecido, tecnicamente muito semelhante mas com ornamentação distinta, observável na estola, poderá ter a mesma origem de fabrico.



Fig. 16 – Fragmento de tecido e levantamento de um motivo, *Schizigan* (à dir.)
© DGPC/Divisão de Conservação e Restauro.

¹² MONTEIRO, Paula e SERRO, Madalena – Lampasso medieval: estudo e conservação de fragmentos têxteis pertencentes ao túmulo do arcebispo D. Gonçalo Pereira. In *ACTAS I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro*. Ed. Gonçalo Vasconcelos e SOUSA, Eduarda VIEIRA. Porto: Escola das Artes/UCP, 2012, p. 63-67 [disponível em http://artes.ucp.pt/citar/actasrestauro/05_lampasso%20medieval.pdf].

O conjunto de peças retiradas do túmulo inclui, além das peças principais já citadas, um conjunto de fragmentos diversos, bordados e tecidos avulsos, cordas, penas do recheio da almofada e uma sola de couro. Da análise e investigação de todo este acervo, que implicará necessariamente um contributo pluridisciplinar, poder-se-á retirar um grande número de elementos enriquecedores do conhecimento da época e das circunstâncias que rodearam a tumulação desta figura ímpar do episcopado português de Trezentos que foi D. Gonçalo Pereira.

O clero secular e a ourivesaria da Sé de Coimbra entre os séculos XIV-XVI

Pedro Miguel FERRÃO

1. O clero secular como mediador entre o sagrado e o profano

O homem medieval vivia *esmagado* pelo peso das suas fraquezas e pelo remorso resultante dos seus actos. Segundo Georges Duby, ao intervir como um órgão de “compensação espiritual”, o clero *captava o perdão divino e distribuía-o em seu redor*¹.

Desempenhando o papel de mediadores entre o divino e o humano, os homens guardiães do sagrado tinham, igualmente, a missão de ordenadores da obra de arte. O clero intervinha, também, nas suas diversas formas de produção; desde logo porque se apresentava como o seu principal cliente, além de se constituir como um agente que descodificava a simbólica inerente à arte medieval. Numa sociedade fortemente dominada pelas estruturas de parentesco, o alto clero reflectia essa tendência, ao promover a escolha dos seus maiores dignitários no seio das famílias da nobreza ou da burguesia urbana, inclusive quando a sua nomeação era exercida, por direito próprio, pela pessoa do rei. De facto, o bispo e os cónegos diocesanos comportavam-se como grandes senhores e, no território confinado à sua jurisdição eclesiástica, eram responsáveis tanto pela administração do espiritual, como pelos rendimentos provindos dos seus domínios temporais.

¹ DUBY, Georges – *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade: 980/1420*. Lisboa: Estampa, 1979, p. 67.

Diversas foram as fontes de riqueza que alimentaram o esplendor e a grandeza catedralícia. Os réditos provinham, em especial, dos negócios efectuados na transacção de produtos agrícolas dos seus domínios, para além da cobrança de impostos e de rendas. Ao mesmo tempo, o tesouro episcopal aumentava exponencialmente com os proventos de grandes doações e legados de peso, a que acresciam as esmolos dos mais devotos fiéis da comunidade.

A partir dos seus vastos rendimentos, a diocese coimbrã procedeu ao embelezamento da sua catedral. Ergueu-a sólida e poderosa, procurando, ao mesmo tempo, que deslumbrasse e comovesse. Todas as obras de arte criadas, de que a igreja é a principal, propõem que vivam nelas o esplendor e a gloriosa luz de Deus. No entanto, as iniciativas episcopais têm uma dupla leitura, esta outra mais humana e menos espiritual. Na realidade, elas afirmavam também o poder pessoal e celebravam o nome dos prelados para a posteridade. Com efeito, *na arte como na vida, os desejos humanos dividem-se entre a imitação de Cristo e a possessão do mundo*².

O tesouro da Sé de Coimbra foi-se constituindo por sucessivas heranças, reunidas através de importantes aquisições do cabido e numerosas doações dos seus fiéis, muitos deles ilustres nomes do seu tempo e da própria corporação canonical. Chegada a sua hora, os diversos beneméritos pretendiam oferecer parte do seu valioso espólio, de modo a “comprar o perdão de Deus” e obter, deste modo, um lugar no Paraíso, o repouso final entre os justos.

Em termos sociais, o clero secular surge como um dos grupos mais representativos em doações ou legados *post mortem*. Entre outros, discriminam-se subdiáconos, diáconos, presbíteros e os próprios bispos, para além de vários *físici* (médicos) e dignitários catedralícios. Estes ofereciam em testamento somas avultadas em dinheiro ou os seus objectos de culto pessoais – cruzes, vasos de prata, cibórios e cálices, ou ainda as suas vestes, os livros sagrados ou alfaias de uso litúrgico.

² DUBY, Georges – *O tempo das catedrais...*, p. 217.

No caso do tesouro catedralício de Coimbra existem documentos escritos que permitem saber, na sua quase totalidade, a dimensão e a variedade do acervo. O seu registo foi efectuado no conhecido *Livro das Kalendas*, que contém registos que vão desde 1062 a 1445, e em cinco inventários – respectivamente dos anos de 1393, 1492, 1517, 1546 e 1610 –, o que nos possibilita conhecer melhor a composição do tesouro da Sé conimbricense (Fig. 1)³.

Neste livro, e nos subsequentes inventários, é de realçar o registo de todas as peças pertencentes à catedral e confiadas à guarda do seu tesoureiro. Para além das obras de arte de ourivesaria, o tesouro era constituído por diversas peças de mobiliário, marfim, tapeçarias, paramentaria e outros tecidos, bem como alfaías de culto no campo da torêutica, de uso corrente e em materiais menos nobres – como o cobre ou o ferro.

Cotejando as informações que nos dá esta documentação, observamos que a origem destas peças relacionava-se, sobretudo, com o território nacional. No entanto, existiam outras com as proveniências mais díspares. Isto devia-se, em grande medida, à troca mútua de ofertas, às aquisições em viagens efectuadas pelos bispos e por outros membros do clero diocesano conimbricense ou ainda devido à importação de peças de outros centros produtores de ourivesaria. Com efeito, ao longo dos séculos XIV a XVI, os sucessivos tesoureiros da Sé de Coimbra foram registando todo o tipo de observações nas descrições anotadas nos seus inventários, como os vários objectos de ourivesaria existentes, a sua função e localização, além daqueles que estavam encarregados de manusear no quotidiano da prática litúrgica da catedral.

³ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. 38 (1983) 1-224.

2. As peças de ourivesaria medieval do tesouro da Sé de Coimbra

Associada à incorruptibilidade, à raridade e ao brilho do ouro, da prata e das pedras preciosas, a arte da ourivesaria foi-se consolidando como símbolo de fé e de poder, ajudando à afirmação do prestígio social dos seus proprietários. Em Coimbra engrandeceu palácios e residências de nobres, prelados e burgueses, deslumbrando no interior de igrejas, nas festas e procissões da cidade⁴.

Durante a Idade Média, o tesouro da Sé de Coimbra atingiu uma grande dimensão, de cujo antigo esplendor o legado actual é apenas um pálido reflexo. Para isso concorreram diversos factores: o roubo e o saque de guerra, devido ao uso de materiais nobres; momentos de crise financeira, em que estes tesouros religiosos e civis constituíram importante reserva económica; a moda, que contribuiu para que muitas peças fossem transformadas, no desejo de corresponder a um novo padrão artístico. Associado a este aspecto, está o facto de algumas obras de ourivesaria terem sido submetidas a um constante desgaste, devido ao seu uso corrente ou a acidentes que as inutilizaram de todo. Assim, refundidos e reutilizados, renovavam-se antigos ornamentos, conferindo-lhes nova função utilitária ou devocional. Na realidade, estas circunstâncias podem ser comprovadas nas sete peças remanescentes do denominado Tesouro da Sé de Coimbra, que foram integradas na colecção de ourivesaria do Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC)⁵.

⁴ ALVES, Fernanda e FERRÃO, Pedro – Coimbra medieval e a arte da ourivesaria. In *TESOUROS da ourivesaria medieval em Coimbra* [Catálogo da exposição]. Coord. Adília ALARCÃO, Berta DUARTE e Isabel GASPAR. Coimbra: Câmara Municipal, 2004, p. 14.

⁵ Sobre este assunto consultar as seguintes obras: GONÇALVES, António Nogueira – *Museu Machado de Castro: secção de Ourivesaria. Catálogo-Guia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1940; *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro: ourivesaria séculos XVI e XVII*. Lisboa: IPM, 1992; *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro: colecção de ourivesaria medieval: séculos XII- XV*. Coord. Adília ALARCÃO. [Lisboa]: IPM, cop. 2003.

A variedade da colecção de ourivesaria abrangia peças destinadas à celebração litúrgica e outras que adornavam o interior da catedral. Neste vasto acervo são de destacar os numerosos cálices, custódias, cruzes de altar e processionais, galhetas ou turíbulos que vêm mencionados nos diversos inventários. Igualmente ganham importância as imagens de culto e os relicários de santos, quer pela sua simbologia, quer ainda pela sua qualidade estética.

O tesouro incluía um número maior de peças em prata – atingindo a sua quota máxima de 101 objectos entre o século XI e o terceiro quartel do século XV –, enquanto as obras de arte em ouro ou com pedrarias aplicadas surgiam em menor quantidade – com a sua maior dimensão alcançada em igual período, mas registando somente sete peças. No último quartel do século XV verificou-se um depauperamento acentuado do número de peças de ourivesaria, em virtude da requisição forçada da prata por D. Afonso V, de modo a fazer face às avultadas despesas decorrentes da guerra com Castela⁶.

Para o século XIV e até meados do seguinte, o *Livro das Kalendas* regista onze benfeitores. Porventura podem não estar registadas todas as ofertas ao tesouro da Sé, não se conhecendo o volume de doações para além do ano de 1445. Seja como for, a documentação revela-nos alguns dados substanciais para aquilatar da importância do tesouro da Sé neste período.

Em 1301 morreu o bispo conimbricense D. Pedro Martins (1296-1301†), que legou à Sé, ainda em vida, uma importante quantia em moedas de prata e ouro, dinheiro com o qual mandou fazer e dourar a tábua do sobrefrontal do altar-mor, decorada com episódios da vida da Virgem. Mais deixou, também em vida, quatro báculos de prata, uma caldeira do mesmo metal com o seu hissope, dois cálices, uma lâmpada e duas âmbulas de prata e ainda três castiçais pequenos

⁶ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 48-50; FERRÃO, Pedro – A espiritualidade da arte medieval e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XIII a XV. In *INVENTÁRIO do Museu Nacional de Machado de Castro: ourivesaria...*, p.70-71.

de Limoges⁷ (Fig. 1). Em 1324 ocorreu o óbito de D. Raimundo I d'Ébrard, igualmente bispo da Sé conimbricense desde 1319, que doou ao tesouro catedralício duas bacias, dois candelabros, uma cruz com cinco pedras preciosas, uma arca do Corpo de Cristo, um vaso e uma caldeira com hissope, todos em prata⁸. Nos anos subsequentes, outros legados enriqueceram a catedral, nomeadamente através de doações realizadas por D. Vataça Lascaris, aia da Rainha Santa Isabel, ou pelo cónego da Sé D. Galhardo⁹. O espólio deixado por estes benfeitores, tal como os anteriormente mencionados, fornecem uma ideia da generosidade das peças legadas.

Do século XIV subsistem dois relicários que preservam as relíquias dos santos – vestígios corpóreos ou objectos de uso pessoal – que habitam no interior desses “templos” amovíveis e simbólicos. Comungando desse espírito assinala-se o **relicário** cilíndrico do século XIV (Fig. 2), possivelmente fabricado numa oficina da cidade. Todo em prata dourada, a sua parte superior guardava as relíquias de santos num cilindro horizontal, formado por motivos arquitectónicos vazados de janelões e rosáceas. A sobrepujá-lo está a representação de um calvário, enquadrado por estrutura triangular trilobada. Lateralmente, no enfiamento dos colunelos, encontram-se aplicadas duas pequenas figuras alusivas ao episódio da Anunciação. As placas laterais são preenchidas com as imagens de S. Pedro e S. Paulo, sob as quais se erguem dois leões rampantes. Se se considerar o relicário como uma representação, em escala reduzida, de um túmulo onde se guardam as relíquias de uma personalidade santificada, então a presença dos leões adquire aqui o sentido de vigília daquele que já morreu, ao mesmo tempo que se revelam o símbolo da ressurreição.

⁷ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG/FCT, 2010, p. 161-162.

⁸ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 71-72, nº 62; e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: CEHR, 2005, p. 84-86.

⁹ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 72-73, nº 65.



Fig. 2 – *Relicário* (sécs. XIV-XVI). Museu Nacional Machado de Castro [MNMC6076] © José Pessoa. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.



Fig. 3 – *S. Nicolau* (séc. XIV). Museu Nacional Machado de Castro [MNMC6039] © José Pessoa. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

Infelizmente, a estrutura da peça – ao nível da base, do nó, da haste e das placas frontais – foi totalmente modificada em pleno século XVI, adulterando-lhe a leitura artística inicial. A parte refeita – de linhas geométricas rigorosas e com um nó em forma de urna – apresenta uma profusa ornamentação incisa, sobre fundo puncionado, de enrolamentos fitomórficos, ovados, rótulos e ainda aplicações de querubins e mascarões, própria da gramática decorativa maneirista.

No inventário de 1492 regista-se a informação sobre a sua localização, afirmando que este *serve à Epistolla*¹⁰, onde actualmente se localiza a capela do Santíssimo Sacramento, enquanto o inventário de 1610 nos dá a notícia de que este relicário *serue ao subdiacono*¹¹.

Outro exemplar interessante de relicário, datável da segunda metade do século XIV, é a **imagem de S. Nicolau** (Fig. 3). Feita de prata dourada, representa o santo em pontifical, ostentando mitra e báculo. O peso desta escultura de prata era de doze marcos e seis onças – o equivalente a 2,932 kg. O inventário de 1517 regista que a imagem de S. Nicolau contém *certas relíquias, que parecem ossos*¹², enquanto o de 1610 afirma que a imagem *serve nas procissões solenes*¹³. Incisa a pontilhado na parte interna da base está a palavra *Reliquajro*. Por vezes, os corpos dos santos assumem a forma do fragmento corpóreo, podendo, inclusivamente, transformar-se em estátuas, como sucede no caso desta escultura. Pouco harmoniosa nas suas linhas de modelação e desproporcionada anatomicamente, a imagem revela-se importante pela raridade da escultura de vulto pleno, no universo da ourivesaria portuguesa medieval.

Para o século XV assinala-se o legado do bispo D. Fernando Coutinho (1419-1429†) materializado na concepção de uma **cruz processional** (Fig. 4), que

¹⁰ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 143, n.º 32.

¹¹ GONÇALVES, António Nogueira – *Estudos de ourivesaria*. Porto: Paisagem Editora, 1984, p. 362, n.º 114.

¹² COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 159, n.º 7.

¹³ GONÇALVES, António Nogueira – *Estudos de ourivesaria*..., p. 347-348, n.º 87.



Fig. 4 – *Cruz Processional*. Séc. XV [1429-1443]. Museu Nacional Machado de Castro [MNMC6078]
© José Pessoa. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

representa a peça de ourivesaria sacra quatrocentista de maior aparato do antigo tesouro catedralício conimbricense e que sobreviveu ao desgaste do tempo e às arbitrariedades humanas. Esta obra de arte encontra-se bem documentada, através de diversos inventários e de um estudo fundamental elaborado por Nogueira Gonçalves¹⁴. A sua identificação foi conseguida tendo em consideração o seu peso, a notícia do legado testamentário deste bispo e ainda os aspectos formais aduzidos em inventários ulteriores. Com efeito, anos depois da morte de D. Fernando Coutinho, grande benemérito da Sé pelos bens e ornamentos que destinou à sua catedral, o cabido estabeleceu a realização de uma missa anual em sua memória, no dia de aniversário da sua morte. O registo capitular, datado de 15 de Julho de 1443, realça que este prelado *deu a esta see e por LXX^{ta}. e tantos marcos de prata que por sua morte ficarão, da qual prata foy feita a mais nobre cruz que aqui ha*¹⁵, permitindo-nos assim saber que esta cruz processional, com o peso total de 16,100 kg, estava já concluída no ano de 1443.

No entanto, a prata legada por este bispo não esteve isenta de controvérsia. Por uma carta de D. Afonso V, datada de 28 de Setembro de 1441¹⁶, tomamos conhecimento que D. Fernando Coutinho tinha contraído uma dívida com João Álvares Alvernaz pelo fretamento de uma barca. Não tendo sido pago o serviço, este homem apelou ao corregedor de Coimbra para que a dívida fosse saldada com a prata deixada pelo bispo à Sé, sendo-lhe favorável esta pretensão em primeira instância. Contudo, o cabido interpôs recurso da sentença, tendo o rei determinado a anulação da decisão, considerando que a prata legada pelo prelado não servia como amortização da dívida, ressalvando, no entanto, que os seus testamentários teriam de a pagar por outros meios.

¹⁴ GONÇALVES, António Nogueira – Identificação duma peça de ourivesaria do século XV. *Revista de História das Ideias*. 8 (1986) 567-577.

¹⁵ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 73, nº 67.

¹⁶ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 200, doc. 4.

Toda dourada e rendilhada, com os seus enormes terminais em flor-de-lis, nascidos de medalhões de esmalte polícromo, esta cruz processional é ao mesmo tempo suporte e auréola resplandecente de Cristo crucificado ou da Virgem com o Menino que, sob baldaquino, lhe ocupavam a frente e as costas, respectivamente. Em termos formais e técnicos, esta peça inscreve-se claramente no gótico flamejante. São elementos típicos as terminações flordelisadas, a combinação dinâmica de ornatos vegetalistas e geométricos, as rosáceas, os arcos ogivais, os triângulos e losangos; os medalhões quadrilobados; as proporções alongadas da Virgem e do Menino, a sua posição frontal algo rígida, a biqueira dos sapatos à vista; as figuras sagradas representadas, alusivas ao calvário; a ressurreição simbólica de Cristo, os Evangelistas e a Anunciação.

Vertida em arte, esta escrita simbólica dirige-se a uma comunidade de crentes, na sua esmagadora maioria iletrados, reforçando assim a palavra contida no Novo Testamento – de que Cristo e a Virgem são os protagonistas centrais, cabendo aos quatro evangelistas a missão de a escreverem e divulgarem. O inventário de 1610 refere que esta cruz tinha a função de servir *nos pontificalas, & nos officios dos defuntos, dos prelados, & dos conegos*, anotando ainda que existia *um pao, grande, & grosso, que serue na cruz grande, quando vai para fora*¹⁷. Este pau era revestido de prata, como se conclui de um apontamento escrito no inventário de 1635: *he cuberto de prata com quatro canos da mesma prata*¹⁸.

Destes dados pode-se inferir que a cruz processional possuía um nó arquitectural, actualmente inexistente, grandioso e de complexa elaboração. Este nó, a ausência da figura do crucificado e algumas mutilações, ocorridas pelo difícil manuseamento de uma peça tão pesada, contribuíram para uma diminuição do peso actual. Com a função de lhe conferir estabilidade, foi encomendada à ourives Ana Albuquerque a criação de um suporte para a cruz, tomando como modelo

¹⁷ GONÇALVES, António Nogueira – *Estudos de ourivesaria...*, p. 329-330, nº 61.

¹⁸ GONÇALVES, António Nogueira – *Estudos de ourivesaria...*, p. 330, nº 61.

peças idênticas que conservam ainda o nó e a haste que as ligavam à vara processional, projecto este concretizado em 2011. Recentemente, ao ser desmontada para trabalhos de conservação na Divisão de Conservação e Restauro da Direcção Geral do Património Cultural, efectuados pela técnica Belmira Maduro, foi descoberta no seu interior uma nota de despesa de um ourives que a consertou no ano de 1697 (Fig. 5).

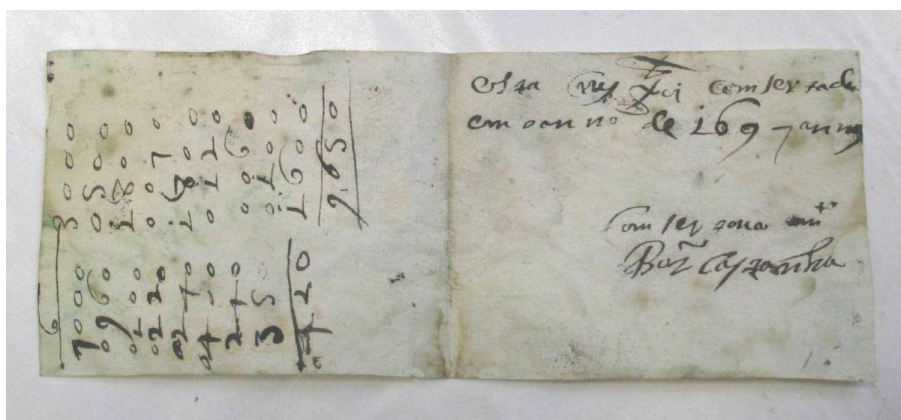


Fig. 5 – Nota de despesa do ourives que consertou a cruz processional [MNMC6087] no ano de 1697
© MNMC.

Ainda do segundo quartel do século XV é o **relicário** do deão João (Fig. 6). A legenda, em caracteres góticos, diz-nos que nele se encontra um pedaço do véu da Virgem Maria e um fragmento da cruz de Cristo. A inscrição prossegue, desta feita em latim, acrescentando que João, deão da Sé de Coimbra e médico do infante D. Pedro – duque de Coimbra e regente do reino (1438-1449†) na menoridade do seu sobrinho, o futuro rei D. Afonso V – consagrara este relicário à Virgem Maria, padroeira da catedral. Pelo inventário de 1492 somos informados que este relicário estava colocado no lado do Evangelho da Sé, na capela colateral sul, dedicada a S. Pedro. Em 1517, ao fazer-se outro arrolamento do tesouro, classifica-se a arca do relicário como sendo uma sepultura, revelando-se, pela primeira vez, o seu peso – seis marcos e cinco onças,



Fig. 6 – *Relicário*. Séc. XV [1425-1450]. Museu Nacional Machado de Castro [MNMC6077]
© José Pessoa. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

o equivalente a 1,521 kg¹⁹. Em 1610, acrescenta-se que este relicário *serue ao diacono quando se diz a missa conventual*²⁰.

Em termos formais, esta peça adopta uma linguagem ornamental influenciada pelo gótico radiante, caso da decoração vazada que preenche a parte inferior do relicário, das arcarias trilobadas ou do rendilhado inferior da cobertura. Também a escultura de cariz funerário terá influenciado a configuração das arcadas vazadas deste relicário, remetendo para a solução dos nichos ogivais de alguma tumulária quatrocentista e reforçando a simbólica deste relicário como reprodução, em escala reduzida e idealizada, de um monumento funerário. Este relicário do deão da catedral conimbricense guardava ainda, na zona inferior da arca tumular, uma intrigante e inédita marca puncionada²¹, identificada como sendo o rosto de uma figura feminina coroada, estando o seu perímetro envolvente incompleto. Os traços da figura delineada apontam para um punção de formas góticas quatrocentistas (Fig. 7).

Numa primeira análise, pensou-se estar em presença do primeiro contraste municipal de ourives da cidade de Coimbra. Deste modo, confrontou-se a marca de prata com o busto feminino presente no selo mais antigo que se conhece do concelho de Coimbra, datado de 1205²², percebendo-se entre as duas figuras semelhanças ao nível da coroa aberta, do véu e das linhas do rosto. No entanto, a figura feminina das armas da cidade surge em busto, o que não sucede com a marca da peça de ourivesaria da Sé, apenas com o contorno do seu rosto.

¹⁹ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 159, nº 11.

²⁰ GONÇALVES, António Nogueira – *Estudos de ourivesaria...*, p. 361-362, nº 113.

²¹ No último trabalho de inventariação da colecção de ourivesaria medieval do MNMC foi detectada, pela primeira vez, uma marca incisa na parte inferior da arca-tumular deste relicário. Esta descoberta inédita e surpreendente deveu-se ao labor conjunto de toda a equipa de inventariantes deste programa sediada em Coimbra, com destaque especial para as minhas colegas Fernanda Alves e Mariana Mora. Recolhida a marca, de acordo com os procedimentos habituais, esta foi enviada ao Sr. Eng^o Moitinho de Almeida. No entanto, a sua identificação por este especialista na leitura de marcas e contrastes de ourivesaria não foi conclusiva, dado não se enquadrar em qualquer contraste municipal de ourives conhecido em Portugal.

²² GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. 2ª ed. Coimbra: FLUC, 2012, p. 276.

Por outro lado, nenhum dos outros símbolos das primeiras armas de Coimbra – os escudos nacionais ou a serpente – estavam presentes na marca do relicário. Mais, caso esta marca fosse o primeiro contraste municipal, ela teria de ser secundada pela marca do ourives que fabricara a peça. O que não acontece neste caso.



Fig. 7 – *Marca puncionada no fundo do túmulo do relicário do deão João* [MNMC6077]
© MNMC.

Pensamos estar perante uma marca de posse particular, pertencente à catedral de Coimbra, mas não deixa de ser intrigante porque é que só esta peça de ourivesaria da Sé apresenta a marca do seu possuidor. Seja como for, o confronto do rosto feminino da marca de prata com outros que surgem em selos de cera do século XIII, autenticando documentos da catedral conimbricense, clarifica a sua proveniência e identificação. Isto apesar das naturais diferenças de estilo e de material, dado existir um longo intervalo de tempo entre a marca de prata e aquelas que foram gravadas na heráldica sigilográfica – respectivamente dos anos de 1240 e de 1244, mais rudes e arcaizantes²³. Ambas apresentam atributos

²³ ABRANTES, Marquês de – *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1983, p. 170 e 173-174, nº 145 e 152.

identificadores de certas representações da iconografia mariana. Recordemos que a Sé de Coimbra tem como sua padroeira a Virgem Maria, figura, aliás, presente em todas as matrizes dos selos capitulares desta igreja usados na Idade Média²⁴, que tem a sua correspondência na cabeça feminina coroada e toucada puncionada neste relicário.

Será ainda na centúria de Quatrocentos que se assinala um dos episódios que mais concorreu para o súbito depauperamento do tesouro da Sé, que só voltou a registar uma retoma favorável no dealbar do século XV, em grande medida devido à acção mecenática do bispo D. Jorge de Almeida (1482-1543†) e, subsequentemente, dos seus pares que se lhe seguiram no governo da diocese. Referimo-nos à tomada da prata do tesouro catedralício e de outras instituições religiosas nacionais, registada em 1476²⁵. Este “empréstimo” forçado a mando de D. Afonso V consumou-se em virtude das despesas decorrentes do conflito por este encetado com Castela. De modo a reequilibrar as finanças nacionais, exauridas pelo esforço de guerra, o rei confiscou parte da prata de todas as catedrais, igrejas e mosteiros do reino, mandando-a fundir e reduzi-la a moeda, de maneira a pagar o soldo a todos aqueles que participaram na guerra. A diocese de Coimbra e o seu território de Leiria não constituíram excepção.

De acordo com o mandado régio, em cada igreja devia ficar apenas a prata sagrada e a outra indispensável aos actos de culto, devendo toda a restante ser pesada e avaliada no seu labor artístico, para oportunamente vir a ser paga.

Com efeito, a ordem efectiva-se entre 16 de Dezembro de 1475 e 27 de Janeiro de 1476, não sem antes ser alvo de enorme contestação por parte do cabido conimbricense. Após troca de correspondência entre o filho de D. Afonso V, o futuro rei D. João II, que se encontrava na Guarda, e o

²⁴ Como se pode verificar, desde logo, nas suas seis primeiras matrizes estudadas por MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria...*, p. 657-665.

²⁵ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 48-50 e 201-210, docs. 5 a 10.

representante do monarca em Coimbra, a espoliação torna-se irreversível, a ponto do contador régio em Coimbra, João Rodrigues, forçar a entrada no tesouro da Sé, abrir os seus armários e mandar despregar as tábuas de prata dos retábulos do altar, bem como outros objectos do mesmo metal, fazendo com que algumas obras de maior valia acabassem por sofrer o mesmo o destino de outras menos elaboradas.

Devido a esta acção de enorme impacto, o cabido apresentou um protesto por escrito, acusando a violência e o desrespeito cometidos para com a casa de Deus, requerendo ao contador real uma resposta efectiva, de modo a salvaguardar os direitos da Sé e obter a garantia da futura restituição da prata – quer quanto ao seu peso, quer ainda em relação ao valor do seu feitio. João Rodrigues respondeu ao cabido procurando justificar a atitude do rei e a sua, afirmando só ter retirado a prata menos valiosa e comum, preservando todas as alfaias de culto e litúrgicas de maior valor.

Contudo, esta justificação não corresponde, de modo algum, ao que sucedeu na realidade. Peças de valor incalculável foram incluídas neste rol de obras “mais vulgares”, como os retábulos do altar-mor com as figuras de santos e apóstolos ou a antiga imagem de Nossa Senhora com o Menino. Em nossa opinião, esta actuação só ocorreu porque o cabido terá ocultado parte do seu tesouro e dificultado a entrada ao representante do rei. O que, aliás, e em nosso entender, se infere pelo extracto de uma carta enviada pelo infante D. João ao ouvidor do conde de Penela: *e ora nos escreveo como o cabiido da See e todollos outros rectores e beneficiados, vigairos, guardiãaes e abbadessas, prior e conegos de Sancta Cruz lbe nom quiserom dar e emtregar a dicta prata e, allem de lba nom quererem dar, se meteram em feiçom de lba defenderem e esconderem, o que nos ouvemos por muy mal e sobrello enviamos ao dicto contador huum mandado nosso sobre a tomada da dicta prata, que a tome per força*²⁶. Por outro lado, entre o início desta medida e a sua execução efectiva mediou cerca de

²⁶ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 203, doc. 7.

mês e meio, intervalo de tempo suficiente para proceder a uma escolha mais criteriosa das peças.

Quando se observam os pesos da prata tomada e da restante que permaneceu na Sé, esta tese ganha maior consistência. De facto, o contador régio registou a posse de prata com o peso global de 46,780 kg, tendo deixado somente 14,030 kg²⁷, o que não podia corresponder à realidade, uma vez que só o peso da maior cruz da catedral – fabricada na década de quarenta do século XV com a prata legada pelo bispo D. Fernando Coutinho – contém 70 marcos de prata, equivalente a 16,100 kg²⁸, pesando esta cruz mais do que o total da prata alegadamente deixada na catedral; existe, por conseguinte, uma óbvia discrepância no registo de pesos.

A atitude de força e de profanação protagonizada por João Rodrigues e pelos seus homens pode-se explicar pelo facto destes se terem apercebido de que não tinham o peso em prata pretendido, sabendo ao mesmo tempo da grande riqueza possuída pela catedral. Por esse motivo, o contador do rei deu ordem para confiscar a prata da imagem da padroeira e das placas dos retábulos do altar, de grande peso, não se apercebendo da antiguidade e da sacralidade destas peças de excepção. Para aquele oficial régio, também estas obras de arte seriam “vulgares e comuns”, pois esteticamente estariam ultrapassadas e não provocariam admiração a homem algum do século XV.

Anos mais tarde foi encetada, progressivamente, a reconstituição do tesouro catedralício. O cabido apenas recuperou metade do peso da prata levada, já que a restante seria perdoadada ao rei português pelo papa. Contudo, o tesouro ficou irremediavelmente mais pobre em termos artísticos, pois algumas das obras de arte mais antigas e de maior significado não tiveram restituição possível. No inventário de 1492 já são mencionadas mais de cinquenta alfaias de culto para,

²⁷ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 50.

²⁸ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 42.

posteriormente, o inventário de 1517 registar um peso total de 87,750 kg²⁹. Esta recuperação, em número de espécimes e no seu peso efectivo, deveu-se à restituição de parte da prata, à inclusão das peças escondidas durante a sua requisição em 1476 e, também, às benfeitorias realizadas pelo bispo D. Jorge de Almeida, de grande generosidade nas ofertas que destinou à sua catedral³⁰.

Integrando já o universo da arte manuelina, o **cálice** (Fig. 8), dos princípios do século XVI, caracteriza-se por um excesso decorativo de elementos colhidos na natureza que revestem a quase totalidade da peça, numa sensibilidade de verdadeiro horror ao vazio. O nó simula elementos arquitectónicos miniaturais ogivais. A falsa copa e a base polilobada são preenchidas com cenas bíblicas ou figuras hagiográficas inscritas em medalhões. Datada do mesmo período é uma bela **cruz de altar** (Fig. 9). Esta peça impressiona pelo contraste entre a exuberância ornamental da base, ainda apegada aos modelos do gótico final, e o sóbrio naturalismo da cruz, simulando galhos de ramos cortados e prestes a florir, numa alusão à redenção depois do pecado original.

Embora já não se enquadre inteiramente no universo mental e artístico da Idade Média, a **custódia** de D. Jorge de Almeida (Fig. 10) comunga ainda do seu espírito e transporta os derradeiros sinais de uma arte sumptuária e solene. Esta assombrosa peça, realizada em 1527, apresenta uma estrutura de elementos arquitectónicos própria da linguagem do gótico final, ao mesmo tempo que a

²⁹ COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 51.

³⁰ No dia 14 de Julho de 1522, D. Jorge de Almeida doou à Sé diversas obras de arte sagradas, entre as quais contam-se algumas peças de ourivesaria: *Item. Hum caleç com sua patena de prata, que pesa omze marcos. E a prata dele era da dita See e o senhor bispo tinha posto em elle o gasto do feitio e o ouro, que d'ouro tem vinte e cinco cruzados e de feitio avaliado a mill e quinhentos rs. por marco. (...) Item. Hua cruz de corall que tem a imagem de Nossa Senhora de hua banda e Christo crucificado da outra, com quatro castões d'ouro, que foy avalliaada em oito mill rs. (...) Item. Mais duas pastas de prata grandes e hua pequena, que pesaram trinta marcos de prata, que o dito senhor deu a dita Se pera se fazer hua custodia. A prata acima mencionada corresponde à que se destinou ao fabrico da denominada custódia de D. Jorge de Almeida e que ainda subsiste nas colecções do MNMC, com o número de inventário 6091 (Fig. 8). Posteriormente, a 20 de Fevereiro de 1523, este bispo fez nova doação, agora de uma jóia particular: *Item. Hum anell d'ouro do pontifficall com sete pedras emcastoadas em elle, que sam duas esmeraldas e quatro robis e hua çafira, que foy avaliado em cinguenta crusados e o deu sua senhoria em coremta cruzados*; vid. COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra... 213-219, docs. 13 e 14.*



Figs. 8 e 9 – *Cálice*. Séc. XVI [1500-1520]; e *Cruz de altar*. Séc. XVI. Museu Nacional Machado de Castro [MNMCM 6083 e 6084] © Manuel Palma. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.



Fig. 10 – *Custódia do bispo D. Jorge de Almeida*. Séc. XVI [1527]. Museu Nacional Machado de Castro [MNMCM 6091] © Manuel Palma. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

profusa decoração inclui já ornatos classicistas, como sejam o escudo brasonado, os leões heráldicos da base ou a sucessão de motivos de cariz vegetal. D. Jorge de Almeida era irmão do 1º Vice-Rei da Índia, D. Francisco de Almeida, e foi o bispo que mais tempo governou a diocese de Coimbra, durante 61 anos, entre 1482-1543. Mais do que as suas acções doutrinárias, o seu nome sobreviveu e perpetuou-se nas obras que patrocinou em vida³¹.

Ainda que de forma incompleta, este núcleo ilustra o brilho e o esplendor da ourivesaria existente no tesouro da Sé de Coimbra, durante a Idade Média, cumprindo, assim, uma finalidade utilitária e prática, ao mesmo tempo que foi veículo da manifestação do espírito e da mensagem do Criador. Iluminadas pela transcendência da palavra divina, nelas sobressaem, com maior esplendor, o brilho das matérias preciosas deste mundo, pedaços da criação eterna onde se condensa a claridade de Deus.

³¹ CRAVEIRO, Maria de Lurdes – D. Jorge de Almeida (1482-1543): renovação espiritual e reconstrução da antiguidade na diocese de Coimbra. *INVENIRE*. 6 (2013) 6-19; SANTOS, Marta Manuel Gomes dos – *Heráldica eclesiástica: brasões de armas de bispos-condes*. Coimbra: FLUC, 2010, p. 59-67, 120-128 (tese de mestrado policopiada); SOROMENHO, Miguel – D. Jorge de Almeida. In *INVENTÁRIO do Museu Nacional de Machado de Castro: ourivesaria séculos XVI e XVII*. Lisboa: IPM, 1992; e FERRÃO, Pedro – A espiritualidade da arte medieval e o tesouro da Sé de Coimbra..., p. 77.



Culturas

Cultura Intelectual



Nesta página e na anterior:
S. Pedro (pormenor do livro). Vasco Fernandes (1530). Museu de Grão Vasco
© José Pessoa. DGPC-Divisão de Documentação, Comunicação e Informática.

La enseñanza en las catedrales hispanas

Susana GUIJARRO GONZÁLEZ¹

Las catedrales hispanas, al igual que sus homólogas en el Occidente medieval, hicieron de la liturgia y la enseñanza sus funciones principales. Sin embargo, no se han conservado testimonios directos sobre la organización de las mismas durante la Alta Edad Media. Solamente a partir del siglo XIII algunas fuentes normativas (constituciones y estatutos) nos informan de las funciones de la figura del maestrescuela (*magister scholarum*) y, más tarde, en los siglos XIV y XV, de la existencia de “escuelas de gramática”. Entre ambos límites cronológicos median siglos durante los cuales la actividad escolar se desarrolló en una perfecta simbiosis con la práctica litúrgica en lo que se refiere a la etapa formativa básica. Tampoco las fuentes son generosas a la hora de aportar datos sobre lo que hoy entenderíamos como un programa escolar. En otras palabras, hemos de buscar la estructura invisible de las escuelas catedralicias en instrumentos y funciones no específicamente diseñados para ellas. Nuestros instrumentos principales de búsqueda para tratar de reconstruir los programas escolares han sido los inventarios de bibliotecas y las menciones a libros que circulaban entre el clero y eran utilizados para el culto divino. En cambio, para esbozar la gestión y material humano de las escuelas ha sido preciso perseguir las escasas huellas que han dejado maestros y estudiantes en la documentación catedralicia.

¹ En este trabajo se han utilizado información elaborada en el contexto del desarrollo del Proyecto de Investigación HARD2010/19636 (Ministerio de Economía y Competitividad), titulado *Cultura, poder y redes sociales: el obispo Acuña y el cabildo de Burgos: 1400-1495*, del cual la autora es investigadora principal.

La cronología de aparición de los testimonios indirectos a los que acabamos de referirnos ha determinado nuestra decisión de establecer dos periodos en la evolución de las escuelas catedralicias hispanas. El primero de ellos, entre los siglos XI y primera mitad del siglo XIII, estaría marcado por la figura omnipresente del *magister* y la del cantor, protagonistas de una enseñanza cuyos fundamentos reposaban en la gramática y en la música. El segundo período se percibe desde la segunda mitad del siglo XIII y, tras un proceso gradual, culmina en los que hemos calificado de institucionalización de la escuela y apertura de la misma al mundo urbano.

1. El maestro hace la escuela (siglos XI al XIII)

La cultura escrita que en los siglos medievales transmitieron las escuelas es indisociable de la evolución y estructura de la Iglesia latino-romana en los reinos hispano-cristianos. A su vez, como es bien conocido, la invasión musulmana del siglo VIII y el proceso de reconquista y reorganización de los territorios ocupados desestabilizó la organización diocesana y el funcionamiento de las sedes episcopales y sus catedrales, tal y como se había conocido durante la monarquía visigótica².

Los estudios del Profesor Díaz y Díaz sobre la circulación de manuscritos y las bibliotecas hispanas de los siglos IX al XII, unidos a los resultados de mi investigación sobre los maestros y las bibliotecas eclesiásticas desde el siglo XI al siglo XIII en las diócesis castellano-leonesas, me han conducido a sostener dos

² Salvo algunas excepciones (León, Palencia, Salamanca y Zamora) los cabildos catedralicios de los reinos de Castilla y León optaron por la vida en común de sus clérigos. A lo largo de la segunda mitad del siglo XII puede documentarse la secularización de los cabildos catedralicios cuando sus miembros comienzan a disfrutar de beneficios eclesiásticos de forma individual. Vid. la evolución de las diócesis en SÁNCHEZ HERRERO, José; LÓPEZ BAHAMONDE, Rosario – Geografía eclesiástica de Castilla y León: siglos XIII al XV. In *EL PASADO histórico de Castilla y León*. Vol. 1: *Edad Media*. Burgos: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1983, p. 295-313.

Dos tradiciones convergen en lo que ha dado en llamarse programa escolar isidoriano. De un lado, la experiencia de la vida en común en el *presbiterium* de las primitivas iglesias cristianas que desde el siglo IV incluyó escuelas para formar a sus ministros. De otro lado, la experiencia de la escuela romana, vivida por San Isidoro en Sevilla, del gramático y el retórico. La fusión de ambas proporcionaba a los futuros clérigos y monjes una formación ascética y espiritual a la par que las habilidades en la gramática y la retórica requeridas para una óptima predicación⁴. Esta doble formación que recibieron los clérigos y monjes que convivían junto al obispo en las sedes episcopales hispano-visigóticas (Braga, Mérida, Toledo, Sevilla y Zaragoza) capacitaba para desenvolverse en los círculos eclesiásticos y políticos. Por su parte, el monacato benedictino, aún cuando aspiraba a la perfección espiritual de la persona, acercaba a los monjes cotidianamente al mundo de la palabra escrita y pronunciada en voz alta. Los monjes ponían en práctica sus destrezas gramaticales y musicales en el canto de los salmos y las oraciones de los oficios monásticos. Además, dedicaban unas horas a la lectura en comunidad (*lectio divina*) y a la lectura individual en silencio de manuscritos que generalmente contenían los libros de la Biblia, obras de los Padres de la Iglesia y hagiografías. Lecturas que se completaban con la *meditatio* o reflexión sobre los textos leídos con el objeto de ser memorizados⁵.

Creemos que el programa isidoriano continuó siendo el sustrato de la enseñanza escrita en los reinos hispano-cristianos hasta el siglo XII. De este sustrato participó también el denominado *Renacimiento carolingio* al que se atribuye la creación del *corpus cultural cristiano* que dominó durante la Alta y la Plena Edad

⁴ FONTAINE, Jacques – Fins et moyens de l'enseignement ecclésiastique dans l'Espagne Wisigothique. In *LA SCUOLA nell'Occidente latino dell'Alto Medioevo*. Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 1972, p. 150 y 173.

⁵ LECLERCQ, Jean – *L'amour des lettres et le désir de Dieu: initiation aux auteurs monastiques*. Paris: Le Cerf, 1957.

Media⁶. Por ello, los autores y obras carolingias del siglo IX y X (Juan Escoto Eriúgena, Teodulfo de Orléans, Smaragdo, etc.) que fueron copiadas y enseñadas en los reinos hispanos hasta el siglo XII no eran del todo ajenos a la cultura de raíces visigóticas que habían preservado los monasterios y catedrales. Tras la invasión musulmana de la Península Ibérica en el siglo VIII la vida de las sedes episcopales se interrumpió o sufrió alteraciones periódicas. De hecho, la mayoría de las sedes episcopales no fueron restauradas de un modo efectivo hasta bien entrado el siglo XII. Por su parte, el pontificado, inmerso en la “reforma gregoriana” desde mediados del siglo XI, promovió la observancia de la vida regular en los cabildos de clérigos, ensalzando el modelo de la Regla de San Agustín⁷. Ese modelo permitía conjugar la vida en comunidad propia de los monasterios con las funciones litúrgicas y pastorales del clero⁸.

En los reinos cristianos del noreste peninsular el movimiento de regularizaciones que siguió a la reforma gregoriana llegó más temprano que en los reinos occidentales (Fig. 2). En Aragón y Navarra, las catedrales (Jaca, Roda, Huesca y Zaragoza) adoptaron la regla de San Agustín en las dos últimas décadas del siglo XI y primeras del XII⁹. En Cataluña fue muy anterior pues, debido a su encuadramiento político en los territorios francos, la cultura carolingia comenzó a asimilarse desde el siglo IX. Prueba de ello es que en Santa María de Ripoll se encontraba la biblioteca más rica documentada para el siglo XI. Aunque el 70% de la misma estaba constituido por libros litúrgicos y de las Sagradas Escrituras,

⁶ MCKITTERICK, Rosamond – *The Carolingians and the written word*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

⁷ La implantación de la vida regular en los cabildos catedralicios, tomando como modelo la regla de San Agustín, se documenta con intensidad en Cataluña. Vid. ZARAGOZA PASCUAL, Ernesto – Los monasterios de canónigos regulares de San Agustín en Cataluña. *Revista Agustiniiana*. 37/113 (1996) 661-721.

⁸ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – *Ecce quam bonum et quam iocundum habitare frates in unum*. Vida regular y secular de las catedrales hispanas llegado el siglo XI. *Anuario de Estudios Medievales*. 30/2 (2000) 757-805.

⁹ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – *Ecce quam bonum...* 776-777 y 791.

homilias y Teología patristica, es su colección de obras de autores clásicos y relativas a las materias del *Trivium* (lógica de Aristóteles y los comentarios de Boecio) y el *Quadrivium* (medicina greco-árabe) lo que la hace sobresalir en el



Fig. 2 – Obras de Santo Martino de León. Canónigo regular (códice s. XII)
© San Isidoro de León.

panorama de los fondos escolares peninsulares del momento¹⁰. Al frente del Monasterio de Ripoll se encontraba a comienzos del siglo XI uno de los abades-

¹⁰ A finales del siglo X el monasterio contaba con 121 códices. Tras la muerte del abad Oliba, en 1046 se realizó un inventario de la biblioteca del monasterio ripollés que registra unos 250 ejemplares, conteniendo en muchos casos más de un título. BEER, Rudolf – *Die Handschriften des Klosters Santa María de Ripoll*. Wien: A. Hölder, 1907-1908, p. 101-109; IBARBURU ASURMENDI, Maria Eugenia – L'escriptori de Santa Maria de Ripoll i els seus manuscrits. In *CATALUNYA romànica*. Dir. Jordi VIGUÉ. Vol. 10: *El Ripollés*. Barcelona: Fundació Enciclopèdia Catalana, 1987, p. 276-334.

-obispos que dirigieron la vida eclesiástica en los siglos XI y XII, el abad Oliba (¿976?-1046†): impulsó el *scriptorium*, adquirió libros en Francia e Italia, fundó el monasterio de Montserrat (1023) y dejó algunas obras escritas. Otro de estos monjes-obispos, San Oleguer (1060-1137†), obispo de Barcelona, restauró la sede arzobispal de Tarragona, de la que llegó a ser arzobispo (1118-1137)¹¹. Hasta la primera mitad del siglo XIII continuó en Cataluña la ola de fundaciones y reformas bajo el sello de los canónigos regulares de San Agustín. Las catedrales de Vic, Gerona y Barcelona fueron los focos de este movimiento reformador. La actividad escolar de las mismas queda reflejada en la presencia entre los miembros de sus cabildos a lo largo del siglo XII de gramáticos, capiscoles y la figura del *preceptor*, relacionada desde época visigoda con labores docentes¹². A lo largo del siglo XII, los cabildos de las catedrales de Barcelona, Lérida y la Seo de Urgel abandonaron la vida en común, uniéndose a ese movimiento de secularización que recorrió también las catedrales castellano-leonesas por el mismo periodo. El inventario de la biblioteca de la Seo de Urgel de 1147 muestra la pervivencia y más que probable uso de esos fondos escolares que respondían al canon de autores carolingios: autores clásicos (Virgilio, Homero, Horacio, Salustio, Terencio y Cicerón), lógica (Porfirio), glosarios y libros de gramática¹³.

En los reinos del norte y centro peninsular (Castilla y León fueron reinos separados salvo durante el periodo de 1037 a 1157 hasta su definitiva unión en 1230), ocupados hasta el siglo XIII en la defensa frente a los musulmanes y su expulsión del territorio hispano, los monasterios benedictinos jugaron hasta el siglo XII un papel primordial en la preservación de la cultura escrita y la enseñanza. Los concilios de Coyanza (1055) en León y Santiago (1056)

¹¹ GONZALVO I BOU, Gener – *Sant Oleguer (1060-1137): església i poder en la Catalunya naixent*. Barcelona: Rafael Dalmau, 1998, p. 8-14 y 41-43.

¹² ALTURO I PERUCHO, Jesús – El sistema educativo en la Cataluña altomedieval. *Memoria Ecclesiae*. 12 (1998) 52.

¹³ ALTURO I PERUCHO, Jesús – *Història del llibre manuscrit a Catalunya*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2003, p. 129.

sincretizaron los contenidos de la formación de los clérigos y monjes que vivían en comunidad¹⁴. El primero de ellos señalaba de modo escueto que deberían prepararse en el canto, los salmos y los himnos. El segundo, Concilio de Santiago (1056), ampliaba el *curriculum* a las Sagradas Escrituras y cánones. Tras la vaga apariencia de estos campos se ocultaba el programa de las disciplinas del *Trivium* (gramática, retórica y lógica) y los rudimentos jurídicos, como tendremos oportunidad de deducir de los libros mencionados en los documentos eclesiásticos de los reinos occidentales cristianos hasta el siglo XII. Amparado en el empeño que la reforma gregoriana puso en mejorar la formación de los clérigos y su moralidad, el Concilio de Roma (1079) prescribió para los obispos la obligación de establecer escuelas en sus diócesis. La multiplicación de escuelas se evidencia a mediados del siglo XII, culminando a finales del mismo con las primeras asociaciones o *universitas* de estudiantes y maestros (Bolonia, París y Oxford). Sin embargo, el aumento de número de maestros planteó problemas de organización y contradicciones doctrinales a la Iglesia. En relación con los primeros, el pontífice Alejandro III (1159-1181†) reguló las concesiones de licencias para ejercer la enseñanza (*licentia docendi*) y evitar abusos de simonía con las mismas. La propia documentación del siglo XII hace uso de los términos *magister* y *magister scholarum*, aludiendo presumiblemente el primero a miembros de los cabildos catedralicios capacitados para el ejercicio de la docencia, y el segundo a la persona que dirigía y en la práctica enseñaba en la escuela catedralicia. En mi estudio sobre las escuelas de las catedrales castellanos-leonesas documenté 333 referencias a miembros de los cabildos con el título de *magister* entre 1011 y 1200. La cifra no es desdeñable si la comparamos con la media de 300 a 600 maestros que Nicholas Orme calculó para los cabildos ingleses durante el mismo periodo.

¹⁴ GARCÍA GALLO, Alfonso – El Concilio de Coyanza. Contribución al estudio del Derecho Canónico en la Alta Edad Media. *Anuario de Historia del Derecho Español*. 20 (1950) 275-633; MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – El Concilio compostelano del reinado de Fernando I. *Anuario de Estudios Medievales*. 1 (1964) 121-138.

Desde luego, no concuerda del todo con el retrato de canónigos iletrados e ignorantes que el legado pontificio Juan de Abbeville dibujó de los cabildos castellanos en 1228. Sin embargo, ha de matizarse con la constatación de que solo a 37 de estas personas se les atribuía el título completo de *magister scholarum*, un término que traduce con mayor fiabilidad el ejercicio práctico de la enseñanza¹⁵.

No existen testimonios de la concesión de la *licentia docendi* en los documentos y legislación de las catedrales castellanas. La hipótesis de una ausencia de competitividad lo suficientemente importante como para hacer obligatoria una licencia o autorización eclesiástica para enseñar no es del todo convincente. En Inglaterra y Francia sí fue obligatoria. Nos encontramos en este punto con la coexistencia de vocablos diferentes para denominar a los maestros y los que estaban capacitados para enseñar. En ciudades cuyas escuelas abocaron en universidades como Oxford, Montpellier y Bolonia la figura del *magister scholarum*, convertido en canciller de sus universidades, no apareció hasta el primer cuarto del siglo XIII. En las diócesis de Castilla y León el uso del vocablo *magister* como título otorgado a personas que habían completado cierto ciclo de estudios, al igual que en Francia, Inglaterra o los territorios germanos, es ya una realidad a mediados del siglo XII¹⁶. Sin embargo, este vocablo simple de *magister* coexistió con vocablos de tradición visigótica y monástica relativos a la enseñanza. Así, los vocablos *precentor/preceptor*, *caput scholae/capiscol* se utilizaban todavía por entonces en los cabildos catedralicios (iglesia colegial de Valladolid, Ávila, Burgo de Osma y Burgos). Dichos términos aludían en la tradición monástica al maestro de la música o cantor pero a menudo se les confunde con la figura del *magister scholarum*. No se trata solo de una confusión terminológica sino que denota una difusa

¹⁵ ORME, Nicholas – *Education and society in Medieval and Renaissance England: 1066-1548*. London-Ron-ceverte: Hambledon Press, 1973, p. 50.

¹⁶ BARROW, Julia – Education and recruitment of cathedral canons in England and Germany: 1100-1125. *Viator*. 20 (1989) 118-119.

delimitación de las funciones del cantor y del maestro de gramática en la práctica. Es muy posible que el cantor desempeñara ambas pues la enseñanza de las letras era un paso previo para iniciar a los niños del coro en la liturgia¹⁷ (Fig. 3).

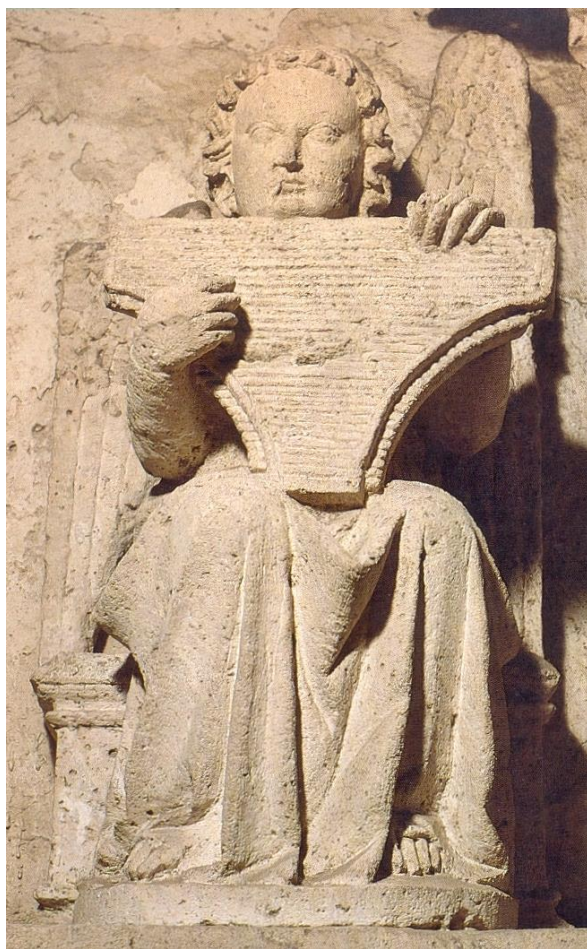


Fig. 3 – *Ángel con salterio*. Capilla de los Condestables (s. XIV)
© Catedral de Burgos.

Toda esta confusión se ha difuminado a mediados del siglo XIII cuando las constituciones otorgadas a diferentes cabildos catedralicios dieron forma escrita a

¹⁷ GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – El oficio de cantor en las catedrales de la Castilla medieval (siglos X-XIII). *Memoria Ecclesiae*. 31 (2008) 109-124.

la estructura de estas instituciones y a las funciones de sus miembros. La versión castellana de “maestrescuela” sustituye a la de *magister scholarum* pero para entonces, éste se ha convertido ya en una de las dignidades de los cabildos catedralicios y actúa más como gestor de la escuela que como docente: habrá de supervisar los libros del coro y la liturgia, nombrar maestro de la gramática y actuar como canciller del cabildo¹⁸. No en todos los cabildos se convirtió en una dignidad, el caso de Burgos es paradigmático, dado que la maestrescolía se instituyó oficialmente en 1458 (por bula de Nicolás IV), pero el incumplimiento de las condiciones de este mandato papal por parte del cabildo, condujo a un prolongado conflicto (1456-1472) entre el maestrescuela López de Béjar y la institución¹⁹. En cualquier caso, los cánones referentes a las escuelas y a la formación del clero de los Concilios Lateranense III (1179) y IV (1215) se convirtieron en el marco de referencia legal para la institución y funcionamiento de las escuelas catedralicias y diocesanas. El Concilio Lateranense III (1179) exigió la enseñanza gratuita por parte de los maestros a clérigos y a escolares pobres²⁰. Esta exigencia iba a encontrarse con la paradoja del aumento de la demanda de educación en los núcleos urbanos y del número de maestros que acabaron cobrando a sus estudiantes para sobrevivir. El beneficio eclesiástico derivado de la renta de los bienes inmuebles de las iglesias que recibía todo aquel que accedía al estado clerical no era suficiente en todos los casos. De este modo, el viejo ideal del conocimiento como un don divino que debía transmitirse gratuitamente chocaba con la realidad que imponía la economía y vida urbana. Las disposiciones lateranenses relativas a la enseñanza se trasladaron a los cabildos catedralicios a

¹⁸ QUINTANA PRIETO, Augusto – Constituciones capitulares de los cabildos españoles del siglo XIII. *Anthologica Annua*. 28-29 (1981-1982) 484-529.

¹⁹ La evolución de este conflicto puede verse en GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – Antigüedad, costumbre y exenciones frente a innovación en una institución medieval: el conflicto entre el maestrescuela y el cabildo de la Catedral de Burgos (1456-1472). *Hispania Sacra*. 60/121 (2008) 67-94.

²⁰ III Concilio de Letrán, año 1179: MANSI, Johannes Dominicus – *Sacrorum Conciliorum nova et amplissima Collectio*. Vol. 22. Graz: Akademische Druck, 1960-1962, c. 18, p. 227-228. Y IV Concilio de Letrán, año 1215: MANSI, Johannes Dominicus – *Sacrorum Conciliorum...*, c. 11, p. 999.

través de las constituciones concedidas por los legados pontificios a los mismos durante el siglo XIII; así como de los concilios provinciales (Concilio de Valladolid de 1228, Concilios Tarraconenses de 1239 y 1293) y sínodos (Sínodo de Santiago de 1229)²¹.

Si identificar a los miembros de los cabildos catedralicios que realizaban funciones docentes y definir su estatus es laborioso, la tarea de reconstruir los programas de las escuelas es, además, compleja. Dada la ausencia de documentos o estatutos sobre los programas escolares de las escuelas catedralicias hispanas de los siglos X al XIII, hemos de recurrir a las noticias sobre inventarios de bibliotecas y menciones a libros en los documentos para intentar reconstruir, a partir de los mismos, los contenidos de la enseñanza. Desgraciadamente, son pocos los inventarios de catedrales y monasterios que se han conservado del siglo XIII y los del siglo XII son, además, en los reinos de Castilla y León inexistentes como tales. El inventario de la Catedral de la Seo de Urgel (Lérida) comentado anteriormente sería una excepción.

En general, las referencias a libros en los documentos catedralicios antes del siglo XIII son escasas. El mayor número de ellas se localizan en el reino de León, un territorio que se convirtió tras la invasión musulmana de la Península Ibérica en encrucijada de las tradiciones culturales visigóticas y la cultura franca que llegaba desde el otro lado de los Pirineos. Al mismo tiempo, se benefició del bagaje que traían las gentes que emigraban del Sur, bajo dominio musulmán, hacia el norte. Las bibliotecas catedralicias de las sedes episcopales restauradas o de nueva creación de los reinos cristianos hasta el siglo XII se nutrieron fundamentalmente de los monasterios. Son bien conocidos los

²¹ Concilio Provincial de Valladolid, año 1218: TEJADA Y RAMIRO, Juan – *Colección de cánones y de todos los concilios de la Iglesia de España y América*. 2ª ed. Vol. 3. Madrid: Imprenta de D. Pedro Montero, 1864, p. 325. Concilios provinciales tarraconenses, Lérida, año 1229, c. 6: PONS GURI, Josep Maria – *Constituciones conciliares tarraconenses (1229-1330)*. *Analecta Sacra Tarraconensia*. 47 (1974) 64-65; y año 1293, c. 1: PONS GURI, Josep Maria – *Constituciones conciliares...* 110. Sínodo de Santiago, año 1229: *Synodicon Hispanum*. Vol. 1: *Galicia*. Dir. Antonio GARCÍA Y GARCÍA. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1981, p. 264.

legados que algunos monjes-obispos hicieron en el siglo X a la Catedral de León²². En estos legados se encontraban las obras de Isidoro de Sevilla (*Etimologías* y *De viris illustribus*) y Casiodoro (*Institutiones*) que sirvieron de guías bibliográficas en las escuelas carolingias. La gran aportación del denominado Renacimiento cultural carolingio fue la creación de un canon de autores que se convirtió en el *corpus* cultural cristiano por excelencia de los siglos medievales posteriores. Algunos de estos autores pasaron a formar parte del *curriculum* escolar carolingio, base de la enseñanza escolar hasta el siglo XIII²³. Los maestros carolingios integraron la lectura de los autores clásicos en el programa de las Artes Liberales (*Trivium* y *Quadrivium*). Rábano Mauro (856†) dio un paso adelante al adaptar la figura del orador ciceroniano a la del predicador cristiano. La sabiduría y las virtudes cristianas deberían equipararse en la persona del predicador²⁴. En un tiempo de integración del poder político y religioso, el *curriculum* carolingio preparaba a los clérigos para servir con igual destreza en los claustros que en las cortes. Sabemos que la Reforma gregoriana abrió una brecha en la simbiosis del poder político y del poder religioso en el siglo XI. Por ello, otro de los aspectos a investigar es la incidencia real que esta política pontificia tuvo en las escuelas hispanas. La reforma abogaba por una escuela centrada en las disciplinas religiosas, lo cual se traducía en un repliegue de las escuelas a su propio ámbito. Se ha dicho que este cambio tuvo sus efectos en el curriculum de las mismas: seguirían manteniendo la enseñanza del *Trivium* como preparación para el conocimiento de las Sagradas Escrituras pero los autores paganos caían bajo sospecha. El legado pontificio y cardenal Pedro Damiano (1072†) escribía a fines

²² El abad Inquilano (917), el obispo Cixila (927), fundador del monasterio de Abellar (León), el obispo Genadio de Astorga (920), el obispo Fruminio (928) y el obispo Oveco (950); vid. DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio – *Códices visigóticos de la monarquía leonesa*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1983, p. 154-178.

²³ MCKITTERICK, Rosamond – *The Carolingian world...*, p. 208.

²⁴ CONTRENI, John J. – Education and learning in the Early Middle Ages: new perspectives and old problems. In *CAROLINGIAN learning, masters and manuscripts*. [Aldershot]: Variorum, 1992, p. 4-15.

del siglo XI sobre los peligros de “la gramática que comentaba a Virgilio, la arrogancia de la dialéctica, los clérigos que se dedicaban a ser funcionarios mientras los claustros se quedaban vacíos”²⁵. Además, según el planteamiento de C. Stephen Jaeger, la integración de las disciplinas del *Trivium* y la ética, *mores* en el lenguaje escrito del periodo, impulsó una pedagogía carismática en la cual el ejemplo de vida y virtudes del maestro eran más valoradas que sus conocimientos o producción intelectual. La ética se configuró como un campo intermedio entre el *Trivium* y la Teología que no se adquiría únicamente leyendo a determinados autores sino también a través de la ejemplaridad del maestro²⁶.

Si atendemos a las bibliotecas de monasterios y catedrales, así como a los libros que circulaban entre el clero entre los siglos XI y XIII, no se puede afirmar que los clásicos desaparecieran. Desde el siglo VII se conservó en Toledo una importante colección de autores clásicos que sirvió de modelo a las bibliotecas eclesiásticas del norte peninsular. En las bibliotecas del siglo XIII de importantes monasterios (Santo Domingo de Silos y San Salvador de Oña) y catedrales (Toledo, Oviedo, Santiago, Salamanca, Zamora, Burgo de Osma, Seu de Urgell y Vic) se encontraban obras de Virgilio, Salustio, Juvenal, Terencio, Estacio, Plinio y Catón. Sin embargo, su presencia es menor que en los siglos anteriores y estaba lejos de emular a la de otras catedrales europeas²⁷. Se podría argumentar que tenían ya a su disposición herramientas de trabajo como los florilegios y vocabularios que les aportaban citas y nociones de los autores clásicos pero no es una explicación del todo satisfactoria. Paradójicamente, las gramáticas de la Tardoantigüedad (*Ars Minor* de Donato y las *Institutiones grammaticae* de

²⁵ RICHE, Pierre – Les écoles en Italie avant les universités. In LUOGHI *e metodi di insegnamento nell'Italia medioevale (secoli XII-XIV)*. A cura di Luciano GARGAN e Oronzo LIMONE. Galatina: Congedo Editore, 1989, p. 13.

²⁶ JAEGER, C. Stephen – *The envy of angels. Cathedral schools and social ideas in Medieval Europe: 950-1200*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994, p. 34.

²⁷ Vid. referencias documentales en GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – *Maestros, escuelas y libros: el universo cultural de las catedrales en la Castilla medieval*. Madrid: Universidad Carlos III/Editorial Dykinson, 2004, p. 285; y en ALTURO I PERUCHO, Jesús – *Història del llibre manuscrit...*, p. 100 y 109.

Priscinano), las composiciones de los poetas cristianos (Alcimus Avitus, Prudencio, Draconcio del siglo IV; Audax, Sergius, Pompeyo del siglo V, Adelmo de Malmesbury del siglo VII), junto con la retórica de Cicerón, continuaban siendo manuales básicos en la enseñanza de la gramática en los siglos XII y XIII. Es cierto también que las gramáticas de nueva generación en verso del siglo XIII (*Graecismus*, el *Doctrinale* y el *Vebiginale*, éste último compuesto en el entorno de la escuela de Palencia) se encontraban en las bibliotecas monásticas (Santo Domingo de Silos y San Salvador de Oña) y parece que, en menor medida, en las catedralicias (Santiago y Oviedo) durante dicha centuria²⁸. Los gramáticos monopolizaron la enseñanza de la retórica. En el siglo XII la retórica ciceroniana proporcionaba terminología y herramientas para la argumentación en las escuelas. Sin embargo, en el siglo XIII, a diferencia de lo que ocurrió en las escuelas del norte de Europa, en las escuelas hispanas el estudio de la retórica estuvo muy ligado al derecho. Por ello, se interesaron por el *ars dictaminis* o arte de redactar cartas y documentos, una parte práctica de la retórica²⁹.

La lógica, tercera de las disciplinas del *Trivium*, no hay que olvidar que se hallaban ligadas por la argumentación y la ética, tiene una presencia muy escasa en los testimonios librísticos conservados. Nada semejante a las nueve obras de la lógica vieja de Aristóteles en la biblioteca catalana de Santa María de Ripoll vuelve a encontrarse. Aunque en la Catedral de Segovia del siglo XIII se conserva un manuscrito con los comentarios a las obras lógicas de Aristóteles³⁰.

Ignoramos si en las escuelas catedralicias del siglo XIII los estudiantes que habían alcanzado un cierto nivel en la lectura y uso de la gramática latina adquirirían conocimientos de las disciplinas superiores, la Teología y el Derecho a través de

²⁸ GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – *Maestros, escuelas y libros...*, p. 281-286.

²⁹ FREDBORG, Karin Margarita – Ciceronian rethoric and the schools. In *LEARNING institutionalized: teaching in the Medieval universities*. Ed. John VAN ENGEL. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2000, p. 21-41.

³⁰ Archivo de la Catedral de Segovia, Códice B-301, siglo XIII: *Comentarios a Porfirio y a los Tópicos de Cicerón*.

determinados autores. Desde luego, los inventarios de las bibliotecas del siglo XIII de las sedes episcopales antiguas (Toledo, León, Palencia, Santiago y Burgos) y de las de nueva creación (Salamanca y Zamora) reúnen autores y obras tanto de la tradición visigótica, franca, italiana y anglosajona hasta el siglo X, como de las producciones teológicas o sumas del siglo XII (Anselmo de Laon, Pedro Lombardo, Honorio de Autun, etc.), autores cistercienses (Bernardo de Claraval), autores de las escuelas francas de San Víctor (Hugo de San Víctor) y Chartres (Gilberto de la Porrée). Así como obras de importantes representantes de las Órdenes de Predicadores y Mendicantes. Igualmente, disponían de las colecciones del *Corpus Iuris Canonici* y del *Corpus Iuris Civilis*, con los principales comentadores de las mismas del siglo XIII³¹. Como demostrara Antonio García y García en sus estudios sobre los manuscritos jurídicos medievales conservados en España y confirman las referencias que hemos extraído de la documentación de los cabildos catedralicios hispanos, las colecciones legales dependientes de la Reforma gregoriana (*Panormia* de Ivo de Chartres, *Diversorum Patrum Sententiae*, etc.) penetraron lentamente en los reinos ibéricos hasta mediados del siglo XII. Sin embargo, las colecciones de derecho canónico que siguieron al Decreto de Graciano (ca. 1140-1150) fueron recibidas al mismo tiempo que en el resto de Europa³².

Otra de las cuestiones a las que los medievalistas han de continuar ofreciendo respuestas es a la discreta aparición de las obras relacionadas con el *Quadrivium*. Los estudiantes adquirirían competencias en cómputo y aritmética por

³¹ En el campo de derecho canónico destaca la presencia de significativos comentadores del *Decreto* de Graciano (Iohannes Faventinus, Bernardo de Pavía, Sicardo de Cremona y Iohannes Teutonicus) y de las *Decretales* de Gregorio IX (Godofredo de Trani y Bernardo de Palma, además de los Papas Inocencio IV y Alejandro III). En el campo del derecho civil la presencia de comentadores es escasa (Azo y Franciscus Accursius). Vid. referencias concretas en GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – Libraries and books used by the cathedral clergy in Castile during the thirteenth century. *Hispanic Research Journal*. 2/3 (2001) 195-196 y 200-204.

³² GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – *Derecho común en España: los juristas y sus obras*. Murcia: Universidad, 1991, p. 65.

lo que asumimos que podrían acceder en algún grado a las disciplinas del *Quadrivium*. Sin duda, la colección científica del inventario del monasterio catalán de Santa María de Ripoll (1046) es extraordinaria para su época y evidencia el papel jugado por Cataluña y las tierras del Valle del Ebro durante los siglos IX y X en la transmisión de la ciencia greco-árabe al latín. Pero tras esta inestimable manifestación de inquietud cultural hemos de esperar al siglo XIII para encontrar testimonios sino iguales similares en el ámbito de las catedrales. Paradójicamente, en el espacio europeo donde se produjo el mayor y más fértil movimiento de traducciones del saber greco-árabe al latín entre los siglos X y XIII y, posteriormente a las lenguas vernáculas, solamente en la Catedral de Burgo de Osma y en el entorno de la Catedral de Toledo hallamos importantes fondos de libros de astronomía, aritmética (Boecio), geometría, música y medicina. Tras la permisividad que los arzobispos de Toledo (Sancho de Aragón, 1266-1275† y Gonzalo García de Gudiel, 1280-1299†) mostraron ante las traducciones de la filosofía greco-árabe se esconde la influencia de los clérigos de origen franco que formaron parte del cabildo de Toledo pero también la de los clérigos descendientes de mozárabes que conservaron sus propias parroquias con escuelas en la ciudad (caso del Gonzalo García de Gudiel)³³.

Resta aún por aclarar el grado de penetración de las ideas aristotélicas en los géneros escritos de los siglos XII y XIII. Es cierto que la versión averroísta surgida en suelo hispano de la Física o Filosofía natural de Aristóteles fue condenada por la Universidad de París, en 1216, pero no lo es menos que las doctrinas filosófico-naturales se manifiestan en obras cumbre de la literatura castellana (*Libro del Buen Amor* y *La Celestina*)³⁴ y que la medicina académica tuvo como fundamentos teóricos las obras de Galeno y sus comentadores árabes,

³³ Vid. GONZÁLEZ, Ramón – *Hombres y libros en Toledo (1086-1300)*. Madrid: Fundación Ramón Areces, 1997, p. 303-305.

³⁴ MARTÍNEZ CASADO, Ángel – Aristotelismo hispano en la primera mitad del siglo XIII. *Estudios Filosóficos*. 33 (1984) 59-75.

convirtiéndose desde el siglo XIII la Física de Aristóteles en su soporte teórico. No hay que pasar por alto las pruebas conservadas de la importancia de la Física de Aristóteles en las escuelas conventuales de franciscanos y dominicos, así como en los círculos judíos y mudéjares³⁵. El fondo médico de la Catedral de Burgo de Osma contenía, según el inventario del siglo XIII, nada menos que traducciones de obras médicas realizadas en el gran centro del saber médico italiano (Salerno)³⁶.

2. La institucionalización de las escuelas en la Baja Edad Media

Un gran salto adelante se vislumbra a partir de la segunda mitad del siglo XIII en la evolución de las escuelas hispanas que culminará en lo que hemos interpretado como su institucionalización. El surgimiento por impulso de los monarcas de las tres primeras universidades (Palencia, de vida efímera, ca. 1208-1214; Salamanca, ca. 1218; Valladolid en la segunda mitad del siglo XIII) no minimizó el papel de las escuelas en las villas³⁷. Aunque los gobiernos municipales de las ciudades de la Corona de Aragón fueron mucho más dinámicos que los de Castilla en la promoción de las escuelas laicas que convivirían en la Baja Edad Media con las escuelas catedralicias. De hecho, participaron también, a pesar de las reticencias iniciales a la autonomía de las universidades, en la creación y gobierno de los Estudios Generales en la Corona de Aragón (Lérida en 1300, Gerona en 1446, Huesca en 1354, Barcelona ca. 1450 y Valencia a comienzos del

³⁵ GARCÍA BALLESTER, Luis – Naturaleza y ciencia en la Castilla del siglo XIII: los orígenes de una tradición: los *Studia* franciscano y dominico de Santiago de Compostela. *Arbor. Ciencia, pensamiento y cultura*. 604-605 (1996) 69-126.

³⁶ Las traducciones médicas realizadas en la escuela de Salerno (Italia) en el siglo XI (el *Viaticum*, el *Liber Pantegni*, el *Isagoge*, el *Liber experimentorum*, etc.) fueron la base de la enseñanza médica en las universidades por ser más accesibles para los estudiantes. Vid. GARCÍA BALLESTER, Luis – El papel de las instituciones de consumo en la difusión de la ciencia médica en la Castilla del siglo XIII: el monasterio, la catedral y la universidad. *Dynamis*. 4 (1984) 33-63.

³⁷ GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – La Universidad en la España Medieval. In *UNIVERSIDAD, sociedad y territorio*. Coord. Pedro REQUES VELASCO. Santander: Universidad de Cantabria/Banco Santander, 2009, p. 36-38.

siglo XVI) a partir del siglo XIV³⁸. No obstante, las villas de la Corona de Aragón con cierta entidad contaron con escuelas menores y los denominados “Estudios de Artes” que fueron, en algunos casos, el resultado de la fusión de las escuelas menores de estas villas.

Las escasas noticias conocidas de la participación de los gobiernos municipales castellanos en la creación de escuelas laicas plantean otra de las cuestiones aún sin resolver satisfactoriamente por la historiografía medieval española. Se ha documentado el pago de salario a un maestro por parte de algunos concejos de villas castellanas (Madrigal, Soria, Sepúlveda, Ayllón, Cuéllar, Burgos y Belorado) pero nada comparable a lo que sucedía en Valencia, por ejemplo³⁹. Tampoco está claro que en los casos citados de las ciudades castellanas pueda hablarse con rigor de escuelas laicas pues, en el caso de Burgos, área de mis investigaciones recientes, el maestro que contrató el concejo de la ciudad era el mismo que regía la escuela de gramática dependiente de la catedral⁴⁰. Es muy

³⁸ FALCÓN, María Isabel [et al.] – Las universidades del reino de Aragón (Huesca y Zaragoza) y de Lérida en la Edad Media. In *ESTUDIOS sobre los orígenes de las universidades españolas: homenaje de la Universidad de Valladolid a la de Bolonia*. Valladolid: Universidad, 1988, p. 85-95; y CLARAMUNT RODRÍGUEZ, Salvador – Orígenes de las universidades catalanas medievales. In *ESTUDIOS sobre los orígenes...*, p. 97-111.

³⁹ En Valencia el Consell o gobierno municipal promovió la creación de una escuela mayor para la ciudad regida por maestros desvinculados del poder eclesiástico. El interés de las élites urbanas por articular una enseñanza bajo el control del poder municipal es un fenómeno perceptible en muchas ciudades del Mediterráneo en la Baja Edad Media. Cf. CRUSELLES GÓMEZ, José María – *Escuela y sociedad en la Valencia bajomedieval*. Valencia: Diputación, 1997, p. 46-62. Lamentablemente, la ausencia de protocolos notariales del siglo XV en los archivos castellanos continúa siendo un obstáculo para determinar si el fenómeno de apropiación del control de la enseñanza por los gobiernos y oligarquías urbanas se produjo con la misma intensidad. Hasta ahora los datos y análisis publicados no permiten afirmarlo. Vid. referencias documentales a escuelas de gramática en ciudades castellanas en GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – Los centros de cultura urbana en el siglo XV: las escuelas de gramática castellano-leonesas. In *1490: EN EL UMBRAL de la modernidad: el Mediterráneo europeo y las ciudades en el tránsito de los siglos XV-XVI*. Coord. Jesús PRADELLES NADAL y José Ramón HINOJOSA MONTALVO. Valencia: Generalitat Valenciana, 1994, p. 244-248.

⁴⁰ Archivo Municipal de Burgos, Sección Histórica, n° 2978, año 1401 y n° 678, año 1402: el concejo de la villa de Burgos contrata un maestro para que enseñe derecho a los hijos de los *omes buenos onrrados e ofiçiales della çibdad*, asignándosele por mandato real un salario de 4.000 maravedíes anuales a cargo de las rentas regias. El concejo de Burgos pagaba también el salario de un maestro de gramática, asistido por un bachiller en su labor. Este maestro era a finales del siglo XIV el mismo que regía las escuelas de gramática dependientes del cabildo catedralicio; cf. Archivo Municipal de Burgos, Libro de Actas, año 1388, fl. 9 y Libro de Actas, año 1398, fl. 19.

posible que hubiese más gobiernos de villas castellanas que contrataron maestros pero la inexistencia de una fuente tan crucial como los protocolos notariales antes del siglo XVI nos impide saberlo. Por otra parte, si que están documentados “Estudios de Artes”, también llamados particulares (Fig. 4), que no alcanzaron el rango de universidades pero que impartirían un programa similar al de las facultades de Artes de las universidades existentes: estos son los casos del de Sevilla (1254), Córdoba (1313), Segovia (1466) y en algunas ocasiones los documentos del siglo XV denominan estudios a las escuelas de Burgos y Palencia en el siglo XV⁴¹.

En este contexto urbano de villas y ciudades bajomedievales las catedrales hispanas continuaron manteniendo sus escuelas. En algún momento entre mediados del siglo XIII y el siglo XIV, éstas debieron abandonar los claustros de las catedrales e instalarse en casas propiedad de los cabildos catedralicios y pasar a llamarse “escuelas de gramática” o “escuelas de artes”, en alusión al programa de las artes liberales que impartían. El Concilio de Valladolid de 1322 sentó las bases legales de la política educativa de las catedrales en los siglos XIV y XV. En primer lugar, se permitió la creación de escuelas en las villas importantes de cada diócesis, además de en la catedral; y, en segundo lugar, se instó a los cabildos catedralicios a conceder licencias y preservar los beneficios eclesiásticos de aquellos clérigos que fuesen seleccionados para ir a las escuelas y

⁴¹ SÁNCHEZ HERRERO, José – El Estudio de San Miguel de Sevilla durante el siglo XV. *Historia. Instituciones. Documentos*. 10 (1983) 297-324. ESCOBAR CAMACHO, José María – La educación en Córdoba durante la Baja Edad Media: la enseñanza primaria. *INBACO*. 5 (1984) 40. En Burgos el cabildo de la catedral ordenó restaurar los suelos del (Estudio) General, es decir, del Estudio de Artes de la plaza del Sarmental, en 1488; cf. Archivo de la Catedral de Burgos, Libro de Registros 27, fl. 385v, año 1488. En Palencia, a finales del siglo XV se utiliza también el nombre de “Estudio” para referirse a las escuelas de gramática dependientes del cabildo catedralicio. El programa de este “Estudio de gramática” en el siglo XVI es un ejemplo de lo que debieron ser estos Estudios de Artes de las villas medievales hispanas en la Baja Edad Media; cf. Archivo de la Catedral de Palencia, Libro de los Estatutos (1544), fl. 379, Estudio de gramática, año 1529. En Segovia y por iniciativa del rey Enrique IV se funda en 1466 un “Estudio de gramática, lógica y filosofía” que dependerá del concejo de la villa pero será el obispo quien tenga la potestad de nombrar a los maestros y suponemos que de supervisar el programa docente. Vid. el privilegio real en M. Q. – Estudio de gramática, lógica y Filosofía. *Estudios Segovianos*. 3 (1951) 234-246.

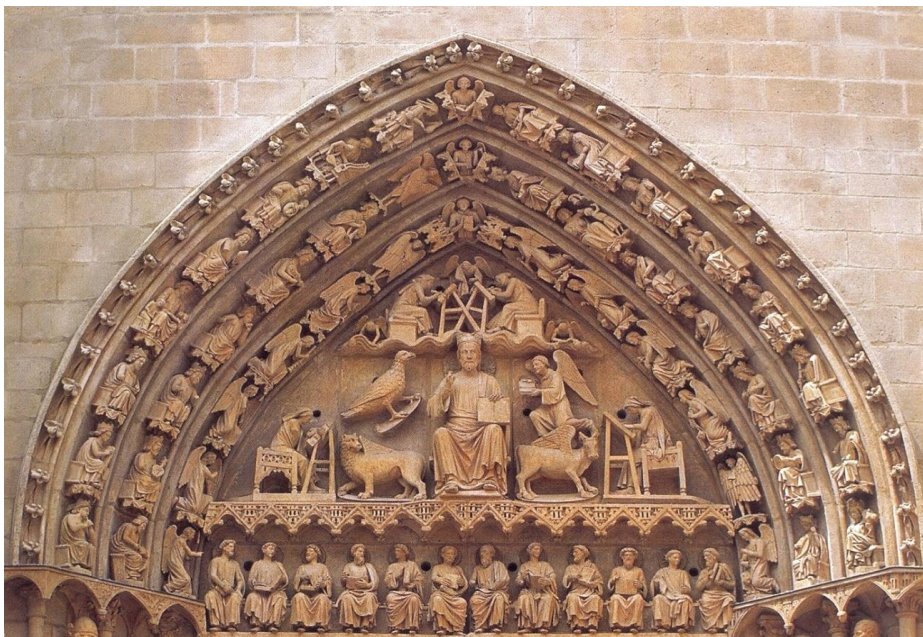


Fig. 4 – *Escuela de gramática del Sarmental*. Portada del Sarmental: Cristo muestra el Libro de la Ley, los apóstoles están sentados en pupitres (s. XIII) © Catedral de Burgos.

universidades⁴². Era de esperar que la concesión de beneficios eclesiásticos se convirtiera en la base del sistema educativo, una vez que los cabildos catedralicios se secularizaron y sus miembros pudieron disponer de estos beneficios de forma individual.

En cualquier caso y a pesar de las diferencias de patrimonio entre unos cabildos y otros, lo cierto es que los efectos de la política educativa se dejaron sentir en el siglo XIV y, de forma más intensa, en el siglo XV. Entre los cabildos castellano-leoneses que estudié, las catedrales con mayor patrimonio (Palencia, Burgos, Salamanca y León) dispusieron de un mayor número de clero con grados universitarios (bachiller, licenciado y doctor). Pero no siempre se cumplía la ecuación mayor patrimonio igual a mayor número de titulados universitarios entre sus miembros. Cabildos compuestos de entre 40-60 miembros (Salamanca y

⁴² Concilio Provincial de Valladolid, año 1322: TEJADA Y RAMIRO, Juan – *Colección de cánones...*, tit. XXI, p. 498.

Segovia) sobrepasaron los 100 titulados en el siglo XV. Cabildos de entre 60 y 80 miembros (Burgos y Palencia) alcanzarían las 200 menciones a titulados. En cambio, las catedrales de León y Zamora que destacaron antes hasta el siglo XIII por la presencia de titulados como maestros entre sus miembros, decayeron en la Baja Edad Media, a pesar de mantener cabildos de entre 70 y 100 miembros⁴³. Hubo otros factores que contribuyeron al aumento de la formación cultural del clero catedralicio, tales como la presencia en los mismos de prelados de peso en las Coronas de Castilla y Aragón, la presencia de miembros de los mismos en la Corte pontificia como he comprobado en el caso de Burgos; y la proximidad geográfica a las universidades⁴⁴. Podría decirse que las catedrales hispanas mantuvieron dos rasgos comunes con sus homólogas europeas: las dignidades y más de la mitad de los canónigos, núcleo de los cabildos catedralicios, poseían grados académicos, prevaleciendo el peso de la formación jurídica durante el siglo XV.

Aumentó el número de escuelas, también los maestros y, por supuesto, los libros. Algunas catedrales reunieron suficientes libros como para planificar y construir bibliotecas en las últimas décadas del siglo XV (Ávila, Salamanca, Palencia, León y Burgos). Por otra parte, las catedrales fueron asumiendo el concepto de biblioteca como soporte de los estudios que habían promovido las Órdenes de Predicadores y Mendicantes⁴⁵. El préstamo de libros a clérigos e

⁴³ Vid. referencias concretas en GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – Las escuelas y la formación del clero de las catedrales en las diócesis castellano-leonesas. In *LA ENSEÑANZA en la Edad Media*. X Semana de Estudios Medievales, Nájera, 1999. Coord. José-Ignacio DE LA IGLESIA DUARTE. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2000, p. 93.

⁴⁴ GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – Jerarquía y redes sociales en la Castilla medieval: la provisión de beneficios eclesiásticos en el cabildo de la Catedral de Burgos (1390-1440). *Anuario de Estudios Medievales*. 38/1 (2008) 271-299.

⁴⁵ El vocablo utilizado para señalar el espacio destinado a la biblioteca en las catedrales hispanas es el de “librería”. En la Catedral de Ávila se destinó una casa adosada al claustro para librería; cf. Archivo Histórico Nacional, Sección Clero, Libro 815, año 1490, fl. 10v. En la Catedral de Salamanca se habilitó la capilla de Santa Catalina como librería durante el siglo XIV. Más tarde fue ampliada en 1483 y en 1486-1487, cf. Archivo de la Catedral de Salamanca, Caja 44, legajo 2, n° 26; Actas Capitulares, año 1483, fls. 16 y 16v; Actas Capitulares, año 1486-1487, fls. 27-28. En la Catedral de Palencia la primera noticia

instituciones contribuyó a la circulación de los libros. Dignidades, canónigos y algunos veces beneficiados inferiores poseían libros de las bibliotecas capitulares, adquirirían libros que legaban a la catedral a su muerte o a parientes clérigos. Entre estos libros destacaban las colecciones de los *corpora* de derecho canónico y civil, los canonistas y civilistas de los siglos XIII y XIV, es decir, los más útiles para la administración capitular y diocesana, además de los litúrgicos necesarios para los oficios divinos. En cambio, las obras patrísticas y la producción teológica de los siglos XIII y XV se hallaban en mayor medida en los anaqueles de las bibliotecas, según los inventarios de las mismas. Por su parte, los fondos con libros de las Artes Liberales tenían una representación minoritaria⁴⁶.

De nuevo, es a partir de las menciones documentales a obras de las Artes Liberales como he tratado de reconstruir el *curriculum* escolar de las escuelas de gramática dependientes de los cabildos catedralicios en los siglos XIV y XV. La gramática continuó siendo la disciplina fundacional de las Artes Liberales como revela la denominación común de “escuelas de gramática”. En los niveles iniciales los escolares continuaron aprendiendo el alfabeto y la sintaxis latina con las gramáticas de Donato y Prisciano. En las bibliotecas de Palencia y Burgos disponían, ahora sí, de las gramáticas producidas entre los siglos XI y XIII (*Elementarium doctrina rudimentum* de Papías y el *Catholicon* de Iohannes Balbus)⁴⁷.

sobre la construcción de un espacio destinado a librería específicamente se documenta en 1446-1447; cf. Archivo de la Catedral de Palencia, Actas Capitulares, años 1446-1447, fl. 5. En la Catedral de León se documenta la ampliación del espacio dedicado a una librería anterior en 1491 y 1498; cf. Archivo de la Catedral de León, año 1491, fl. 19 y año 1498, fl. 13. En la Catedral de Burgos las primeras menciones a una librería se documentan entre 1435 y 1445, ubicada sobre unas tiendas colindantes al claustro nuevo; cf. Archivo de la Catedral de Burgos, Libro de Registros 8, año 1435, fl. 216 y en Volumen 43/1, año 1445.

⁴⁶ Un análisis detallado de los inventarios de las bibliotecas y de los libros que circularon entre el clero de las catedrales de las diócesis castellano-leonesas pueden encontrarse en GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – *Maestros, escuelas y libros...*, p. 164-199.

⁴⁷ Catedral de Burgos, inventario del siglo XV: MANSILLA REOYO, Demetrio – *Catálogo de los Códices de la Catedral de Burgos*. Madrid: Publicaciones del Instituto Enrique Flórez, 1952, p. 155-186, n° 42: “un libro que se llama de Elementario rudimento”. Testamento del obispo Acuña de Burgos, 1496: LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – La Biblioteca de Don Luis de Acuña en 1496. *Hispania*. 78 (1960) 85-97, n° 157: “Papías vocabulista”. Catedral de Palencia, inventario de 1481: RUÍZ ASENCIO, José Manuel – Documentos sobre los manuscritos medievales de la Catedral de Palencia. In *ACTAS del II Congreso de*

En cambio, solo entre los libros del obispo Luis de Acuña y Osorio de Burgos (1456-1495†) se encontraban las gramáticas humanistas de Guarino de Verona (1460†) y Antonio Nebrija (1522†)⁴⁸. Todas ellas se utilizarían en un nivel intermedio o avanzado hasta alcanzar la suficiencia necesaria en la lectura y composición gramatical que permitiese a los estudiantes introducirse en la retórica y en la lógica.

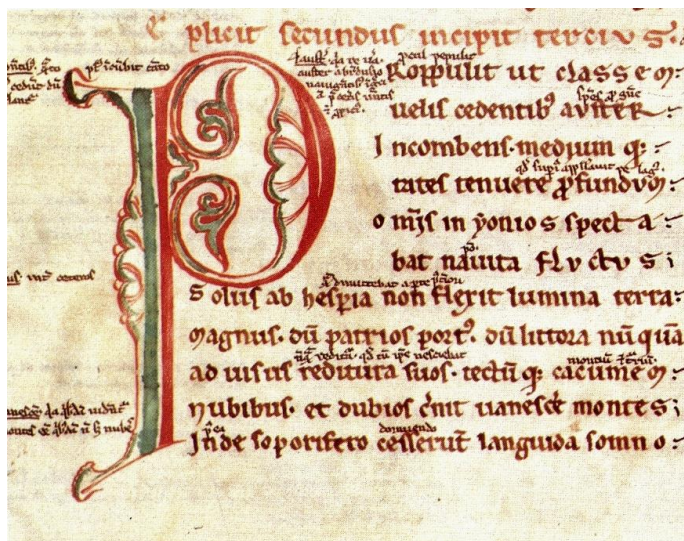


Fig. 5 – *Retórica de Cicerón* (códice s. XII). Santa María de Ripoll (?)
© Catedral de Burgo de Osma.

Además de la retórica de Cicerón (Fig. 5), se utilizó en las escuelas bajomedievales la retórica de Aristóteles, lo cual se tradujo en una valoración moral de las cuestiones tratadas y no solamente en el aprendizaje de las técnicas de la oratoria. Tanto para la enseñanza de la gramática como la retórica, autores como Catón, Séneca y Virgilio continuaron proporcionando conocimientos lingüísticos y moral práctica. Todos ellos formaban parte del programa de los *Studia humanitatis* italianos. Pero quizá el aspecto más renovador de la utilización

Historia de Palencia. Vol. 2. Coord. María Valentina CALLEJA GONZÁLEZ. Palencia: Diputación Provincial, 1990, n° 33: “Papías”.

⁴⁸ LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – La Biblioteca de Don Luis de Acuña..., n° 341 y 346.

académica de los clásicos se produjo en el creciente interés por la historia. La historia había proporcionado siempre figuras y mitos a los maestros medievales pero las escuelas de gramática de los siglos XIV y XV centraron su atención en los historiadores de la Antigüedad (Salustio y Flavio Josefo) sin desechar el género de las Crónicas que había iluminado el periodo altomedieval. En estrecha conexión con estas obras y autores, el género de los “espejos del príncipes” (*De regimine principum*) y las “Sumas de vicios y virtudes” completaron el programa escolar que trataba de imitar lo que en el modelo de los *Studia humanitatis* se conoció como filosofía moral. No se trataba de una disciplina concreta sino de lecciones morales extraídas de todos los autores manejados en las disciplinas del *Trivium*. Eugenio Garín defendió que a fines del siglo XIV se produjo una ruptura de la pedagogía moralizante que había dominado hasta el siglo XIII⁴⁹. Sin embargo, en las escuelas de gramática hispanas creo que siguió enfatizándose la formación ética de los estudiantes a través del lenguaje. Después de todo, la tradición moralizante de influencia oriental difundida por la literatura sapiencial y la literatura de los *exempla* o ejemplos perduró en la Baja Edad Media, haciendo de la moral un conjunto de reglas a seguir tanto de forma individual como colectiva. No ha de extrañar que el poder político tratase de encarnar la dimensión colectiva de esta moral práctica. El peso de esta tradición moral orientalizante ha llevado a algunos especialistas a afirmar que la Ética de Aristóteles apenas tuvo cabida en los centros culturales hispanos antes del siglo XV⁵⁰. El impacto de la Ética de Aristóteles en las escuelas hispanas bajomedievales es otra más de esas cuestiones por precisar pero en la Catedral de Toledo durante el siglo XIII el arzobispo Gonzalo García de Gudiel disponía de esta obra (1274), de la que se dice, además, que había sido traducida de un ejemplar en romance⁵¹.

⁴⁹ GARÍN, Eugenio – *La educación en Europa: 1400-1600*. Barcelona: Ed. Crítica, 1987 (ed. italiana, 1957).

⁵⁰ HEUSCH, Charles – Entre didactismo y heterodoxia: vicisitudes del estudio de la ética aristotélica en la España escolástica (siglos XIII-XIV). *La Corónica*. 19/2 (1990-1991) 89-99.

⁵¹ GONZÁLEZ, Ramón – *Hombres y libros en Toledo...*, p. 433-435.

3. Conclusiones

La historiografía española se halla aún lejos de poder establecer conclusiones definitivas sobre la evolución de la enseñanza en los siglos medievales. Existe unanimidad sobre el papel determinante que jugaron las catedrales en los reinos hispanos a partir del siglo XI en la producción, conservación y transmisión de la cultura escrita. Pero aún hay cuestiones sobre las que seguir profundizando. Hoy, sabemos más acerca del número de maestros existentes, de sus funciones y del proceso de institucionalización que condujo en la Baja Edad Media a la consolidación de las escuelas de gramática o artes en las ciudades de las Coronas de Castilla y Aragón. Sin embargo, resta mucho camino por recorrer en lo que se refiere al conocimiento del contenido de los programas escolares, los métodos de enseñanza y la condición de estudiante. El estudio de las bibliotecas y los libros utilizados como manuales escolares ha permitido constatar la permanencia de la gramática como eje vertebrador de la enseñanza durante los siglos bajomedievales, así como la simbiosis operada entre la gramática y la ética. Este fenómeno cultural adquiere una trascendencia social cuando comprobamos que el poder político y, más en concreto, las oligarquías urbanas hicieron suyos los valores éticos que transmitían los programas de las escuelas dependientes de los cabildos catedralicios, los cuales emularon las escuelas promovidas por los gobiernos municipales.

En definitiva, hemos de continuar investigando para determinar con mayor precisión las claves y fases de ese crucial recorrido que partiendo de las escuelas catedralicias culminó con la creación de una cultura cívica en los siglos finales del Medievo.

Vestígios da cultura na antecâmara da morte. O caso das livrarias de mão do clero medieval português nos testamentos catedralícios

Armando NORTE¹

A recente publicação de um considerável *corpus* documental, formado pelos testamentos do clero catedralício português, sob o título *Testamenta Ecclesiae Portugaliae*², oferece, entre outros méritos, o indiscutível interesse de permitir uma apreciação dos interesses intelectuais e do nível de formação dos religiosos seculares, assim como dos seus hábitos e atitudes culturais, em particular no que diz respeito à relação com os livros, enquanto objectos de expressão da cultura material e de maturidade intelectual.

Heterogéneos na forma ou dimensão, variando no grau, no número e no género das doações produzidas, muito díspares no que se refere às riquezas que testemunham, os testamentos dos clérigos seculares começam por iluminar, em maior ou menor escala, sobre os contextos culturais em que foram produzidos, as características da *intelligentsia* outorgante e a qualidade das elites envolvidas no acto da sua produção material – chanceleres, notários eclesiásticos, tabeliães. Do que decorre a conveniência de implicar este tipo específico de documentos na

¹ O conteúdo desta investigação foi integrado em capítulo da tese de doutoramento desenvolvida pelo autor, intitulada *Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII-XIII)* (Lisboa: FLUL, 2013) e parcialmente dedicada às livrarias medievais portuguesas dos séculos XII e XIII.

² O corpo de fontes incluído nos *Testamenta Ecclesiae Portugaliae*, cuja edição aqui se saúda, pela sua oportunidade, serviu de ponto de partida e de suporte a esta investigação. Vid. *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Coord. Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Lisboa: CEHR, 2010 (doravante designado TEP).

interpretação e reconstituição de quadros culturais, valorizando as características que os tornam particularmente aptos para esse fim, e a sua, por regra, abundância informativa, quando comparados com outras fontes.

Formalmente, na qualidade de documentos escritos e atendendo às características externas apresentadas, os testamentos revelam-se de enorme interesse para aferir a expressão escrita dos indivíduos implicados na sua redacção, ao mesmo tempo que validam variáveis tão diversas como o maior ou menor domínio da língua de expressão, a utilização feita de formulários e protocolos ou a permeabilidade a fórmulas e expressões usadas em outros tipos de documentação. Servem ainda, e sobretudo, para certificar os recursos e limites expressivos – gramaticais, vocabulares, caligráficos ou estilísticos – apresentados pelos produtores da escrita na tarefa da sua execução. No extremo, a própria escolha da língua em que eram vertidos estes actos – latina ou romance –, a par do uso de uma determinada escrita, constituem indícios significativos sobre a qualidade da produção intelectual, ao mesmo tempo que servem para sinalizar tendências e ambientes culturais, desse modo reflectindo os paradigmas linguísticos e literários vigentes, ou em transformação, e as influências culturais a que estavam sujeitos os seus produtores.

Numa outra perspectiva, a par dessas características documentais externas, os testamentos de clérigos oferecem enorme utilidade para a reconstituição dos trajectos biográficos dos eclesiásticos letrados, e até para a sua identificação enquanto tal, ainda que variando imenso, em substância, as informações prestadas. Em muitos desses actos jurídicos produzem-se informações com apreciável grau de detalhe sobre os percursos de membros da elite cultural. Nestes casos, com a vantagem, nada irrelevante, de se tratar de informação produzida na primeira pessoa, em contraste com o que acontece na maior parte das outras fontes, onde são terceiros a prestar informações, por vezes muito diferidas no

tempo e no espaço, com frequência afectando a sua fiabilidade e o seu valor probatório, como ocorre, por exemplo, com a cronística.

Os testamentos são, nesse sentido, férteis em informações de tipo onomástico, cronológico, geográfico, académico, bibliográfico e patrimonial, as quais convivem, frequentemente, com outras sobre parentesco, redes clientelares e ligações institucionais. Numa rápida panorâmica, desagregando os dados onomásticos disponíveis, estes incluem, como é óbvio, nomes próprios, e em menor número patronímicos, mas também, embora bastante mais esparsas, referências a alcunhas e locativos³. Quanto às informações cronológicas, resumem-se, na maioria das ocasiões, a datas de óbito, quando esse dado é fornecido em públicas-formas destes documentos; enquanto os dados geográficos, bem mais variáveis, incluem indícios sobre locais de nascimento, de património herdado e de sepultura, bem como datas tópicas referentes à redacção e lavra notarial, localizações de património, lugares de serviço religioso ou passagens pelo exterior do reino, só para citar as mais pertinentes. Em relação aos dados escolares, é possível encontrar indicações sobre graus académicos obtidos, conteúdos estudados, instâncias de ensino frequentadas e notícias sobre a posse de manuscritos, assim como preocupações relacionadas com o dinheiro para financiar os estudos. São, todavia, de outra proveniência as informações disponíveis sobre a produção bibliográfica de alguns dos testadores, até porque, de um modo geral, seria ao que parece muito escassa. Existem, ainda assim, referências residuais nos testamentos a obras produzidas por outros clérigos ligados ao reino⁴. No plano patrimonial, os bens – móveis e imóveis – que

³ A título de exemplo, conhece-se a alcunha do mestre-escola da Sé de Braga Domingos Peres, dito Vinagre. Por seu turno, João Paris, cônego desta mesma arquidiocese, parece constituir um caso óbvio de alguém que viu um topónimo transformado em antropónimo. Vid. *TEP*, 1.31, 1.38.

⁴ São referidas no testamento de João Martins de Soalhães duas Sumas, com aparatos, cuja atribuição é feita a mestre João de Deus, que foi arcediogo da Sé de Lisboa, e a mestre Vicente, chanceler do rei e bispo da Guarda (vid. *TEP*, 2.35). Por intermédio de documentação exterior ao corpo de fontes é possível reconstituir alguns dados sobre a produção bibliográfica de alguns dos doadores de manuscritos. Por exemplo, ao arcebispo D. Silvestre Godinho têm sido atribuídas várias obras, nomeadamente sob a

constituíram o objecto das transmissões, ainda que variando em dimensão, ajudam a perceber o nível de riqueza acumulado por esses elementos da elite cultural, permitindo, em consequência, especular sobre possíveis relações entre o enriquecimento e arrecadação patrimonial face ao nível de formação. Já sobre as parentelas, é frequente achar nas disposições sucessórias a nomeação de ascendentes, descendentes e colaterais, mencionados a propósito da atribuição de benesses, ou como formas de referenciação de indivíduos. Algo que se passa de modo muito idêntico em relação ao círculo de dependentes, também mencionados com regularidade nos testamentos, grupo onde se inscrevem *clientes*, *protegidos*, *nutridos* e *serviçais*. Por seu turno, a vinculação institucional dá conta do serviço eclesiástico dessa elite, clarificando os seus laços com as instituições religiosas, designadamente a natureza dos cargos ocupados, as funções exercidas e as ordens sacras recebidas. Ocasionalmente, os testamentos denunciam ou deixam inferir a implicação no serviço régio de alguns dos letrados que os ditaram, como aconteceu com o arcebispo de Braga D. Silvestre Godinho (1229-1244†), que alude expressamente a um prestimónio recebido do rei⁵.

Numa perspectiva eminentemente cultural, há que sublinhar as notícias relativas à educação proporcionadas pelos testamentos da clerezia, em termos do desenho de percursos formativos e da reconstituição do nível de literacia de alguns dos testadores ou de certos indivíduos que com eles se relacionaram. De facto, e como referido, convergem em vários testamentos dados sobre aspectos

forma de glosas visando o *Decreto*, de Graciano, as 1^a e 3^a *Compilações Antigas*, a compilação feita por Alano Anglico e a decretal *Pastoralis officii*, de Inocêncio III (cf. GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1976, p. 106-108). Por sua vez, o deão da Guarda e cónego de Braga, João Domingues, também conhecido por João Egitanense, parece ter sido o autor de um *Comentário ao Arbor actionum*, de João Bassiano e de um outro ao *Arbores consanguinitatis et affinitatis* (GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – *Estudios sobre la canonística...*, p. 118-120). Quanto a mestre Julião Juliães, deão da Sé de Coimbra, é o putativo autor de um livro de costumes designado pelo nome comum de “Costume de mestre Julião” (vid. NOGUEIRA, José Artur Duarte – *Sociedade e direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade*. Lisboa: [s. n.], 1994, p. 507-508).

⁵ Vid. TEP, 1.20.

culturalmente tão relevantes e diversificados como graus académicos, frequência de níveis de ensino, de cursos e de lugares de estudo, desempenho de funções docentes, posse de obras e de manuais de ensino, formas de financiamento e subvenção a estudos, etc. São sintomáticas disso mesmo as referências a títulos académicos, magistrais e doutorais⁶; as indicações sobre a frequência de escolas⁷; as alusões, directas ou indirectas, a conhecimentos no campo do Direito⁸, da Teologia⁹, da Medicina¹⁰, da Gramática¹¹, da Lógica¹², da Música¹³; as passagens efectivas ou hipotéticas por universidades, como Bolonha¹⁴, Paris¹⁵, Montpellier¹⁶ ou Salamanca¹⁷; as práticas de concessão de bolsas de estudo e da dispensa de manuais didácticos, como formas de incentivo e de apoio à escolaridade, para benefício de familiares, protegidos ou clientes dos doadores¹⁸; e as transmissões de manuscritos, envolvendo volumes médicos¹⁹, doutrinários²⁰, jurídicos²¹,

⁶ Vid. *TEP*, 1.1, 1.4, 1.8, 1.9, 1.10, 1.11, 1.12, 1.16, 1.17, 1.20, 1.23, 1.24, 1.26, 1.27, 1.28, 1.29, 1.31, 1.32, 1.33, 1.34, 1.35, 1.36, 1.38, 1.39, 1.40, 1.43, 1.47, 1.48, 2.3, 2.7, 2.8, 2.11, 2.14, 2.17, 2.19, 2.20, 2.21, 2.22, 2.24, 2.25, 2.26, 2.27, 2.28, 2.29, 2.32, 2.33, 2.38, 2.41, 2.43, 2.45, 2.48, 2.50, 2.53, 4.2, 4.3, 5.3, 6.1, 7.1, 7.2, 7.4, 7.5, 7.6, 7.9, 8.1, 9.5, 9.6, 9.12, 9.15, 9.16,

⁷ De novo, o testamento de mestre Silvestre Godinho, arcebispo de Braga, oferece informações de grande interesse cultural, neste caso bastante raras, nomeadamente sobre os estudos realizados na escola paroquial de S. Paio da Pousada, a duração desses estudos e qual a obra usada com propósitos pedagógicos: “... Sancto Pelagio de Pousada ubi fui nutritus per trienium et legi psalterium...”. Vid. *TEP*, 1.20.

⁸ Vid. *TEP*, 1.4, 1.9, 1.10, 1.12, 1.21, 1.23, 1.25, 1.26, 1.27, 1.28, 1.30, 1.33, 1.38, 1.48, 1.49, 2.16, 2.28, 2.35, 2.41, 2.42, 2.47, 2.50, 2.52, 2.53, 2.54, 3.2, 4.1, 4.3, 4.4, 7.1, 7.3, 7.4, 7.8, 7.9, 8.2, 9.15.

⁹ Vid. *TEP*, 1.38, 2.47, 7.8.

¹⁰ Vid. *TEP*, 2.35, 2.41, 2.46.

¹¹ Vid. *TEP*, 1.38.

¹² Vid. *TEP*, 1.38.

¹³ Vid. *TEP*, 1.38.

¹⁴ Vid. *TEP*, 1.27.

¹⁵ Vid. *TEP*, 1.31, 1.38.

¹⁶ Vid. *TEP*, 2.28.

¹⁷ Vid. *TEP*, 1.30, 2.28, 2.54, 5.2, 7.6, 7.9, 9.3.

¹⁸ Vid. *TEP*, 1.4, 1.10, 1.28, 1.40, 1.48, 2.28, 2.42, 2.47, 2.50, 2.53.

¹⁹ Vid. *TEP*, 2.35, 2.41, 2.46.

²⁰ Vid. *TEP*, 1.38, 2.47, 7.8.

²¹ Vid. *TEP*, 1.4, 1.9, 1.10, 1.12, 1.21, 1.23, 1.25, 1.26, 1.27, 1.28, 1.30, 1.33, 1.38, 1.48, 1.49, 2.16, 2.28, 2.35, 2.41, 2.42, 2.47, 2.50, 2.52, 2.53, 2.54, 3.2, 4.1, 4.3, 4.4, 7.1, 7.3, 7.4, 7.8, 7.9, 8.2, 9.15.

litúrgicos²², religiosos²³, hagiográficos²⁴ ou artes liberais²⁵, bem como tratadística diversa²⁶.

Tudo considerado, resulta claro que os testamentos são documentos prosopograficamente ricos, e contribuem, com dados, em regra abundantes, para a catalogação, crítica e sistemática, dos membros das elites culturais e, até, para a sua própria identificação como letrados. E na exacta medida em que proporcionam uma mais eficaz e completa caracterização desses elementos, individualmente considerados, possibilitam, por extensão, uma melhor caracterização do grupo, tomado no seu conjunto. Por conseguinte, são um óptimo barómetro para aferir o posicionamento social e institucional do estrato mais culto da sociedade, permitindo conjecturas e conclusões sobre a gestão de carreira dos elementos pertencentes a essa franja, as suas preferências disciplinares e o impacto da sua exposição à cultura em termos da acumulação patrimonial e da mobilidade social. Enfim, dados que contribuem para perceber qual o lugar reservado pela sociedade aos letrados do tempo. Uma informação deveras relevante face a um sistema de ordens, por definição, bastante hermético e estanque, logo de difícil permeabilização, onde o acesso e a posse do saber vêm sendo revelados, a pouco e pouco, como um dos raros factores de ascensão social da época, mesmo que nem sempre totalmente eficiente. É absolutamente decisiva a presença das informações anteriores nos testamentos, e de outras análogas, para reconhecer os indivíduos que as exibem como membros da elite cultural do tempo, a partir do mais insuspeito dos critérios: o seu contacto com o saber.

²² Vid. *TEP*, 1.3, 1.18, 1.25, 1.28, 1.29, 1.31, 1.38, 1.39, 1.40, 2.7, 2.18, 2.22, 2.28, 2.35, 2.38, 2.40, 2.41, 2.42, 2.46, 2.54, 3.2, 7.1, 7.3, 7.7, 7.8, 7.9, 7.11, 9.13, 9.14, 9.17.

²³ Vid. *TEP*, 1.10, 7.8.

²⁴ Vid. *TEP*, 1.28, 1.38, 7.8.

²⁵ Vid. *TEP*, 1.38.

²⁶ Vid. *TEP*, 1.10, 2.41, 2.54.

Importa ainda chamar a atenção para o fenómeno da abundância informativa que, por norma, caracteriza as notícias biográficas encontradas nas doações sucessórias. Os informes fornecidos são quase sempre mais numerosos do que se constata em outros tipos de documentos, na sua maior parte algo estéreis no tocante a informações sobre percursos pessoais.

Na verdade, talvez os únicos documentos capazes de rivalizarem, em quantidade e qualidade, com a informação biográfica contida nos testamentos sejam os inventários, os cartulários, os livros de óbitos, os livros de aniversários e os calendários, produzidos e mantidos pelas instituições eclesiásticas, e nos quais também é possível identificar, com certa regularidade, averbamentos contendo informação suficientemente satisfatória para a recomposição de trajectórias individuais²⁷.

As livrarias de mão do clero catedralício medieval português

Entre os diversos vestígios culturais identificáveis nos testamentos, para os quais se pretendeu chamar a atenção, assumem particular interesse e protagonismo os factos relacionados com a posse e transmissão de espécies manuscritas, por serem reveladores dos perfis dos doadores, dos seus interesses intelectuais e da sua adesão, ou não, às tendências culturais dominantes. O exame das livrarias privadas dos eclesiásticos diocesanos, que possibilita essa análise, é também de indiscutível utilidade na medida em que permite produzir um quadro

²⁷ São óptimos exemplos dessa documentação específica, todos editados: o censal do cabido da Sé do Porto (*Censal do cabido da Sé do Porto: código membrânico existente na Biblioteca do Porto*. Ed. João GRAVE. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1924); o cartulário Baio-Ferrado do mosteiro de Grijó (*Le cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó: XI^e-XIII^e siècles*. Ed. Robert DURAND. Paris: FCG/CCP, 1971); o *Livro das Kalendas* da Sé de Coimbra (*Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbricensis: Livro das Kalendas*. Ed. Pierre DAVID e Torquato de Sousa SOARES. 2 vols. Coimbra: Universidade, 1949-1953); o *Liber Fidei* da Sé de Braga (*Liber fidei sanctae Bracarensis ecclesiae*. Ed. Avelino de Jesus da COSTA. 3 vols. Braga: Junta Distrital, 1965); ou o obituário de S. Vicente de Fora (*Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo*. Ed. Maria José Azevedo SANTOS. Lisboa: APH, 2008).

esclarecedor e compreensivo, mesmo que aproximativo e lacunar, de alguns dos processos que colaboraram na selecção, composição, acumulação e transmissão dos núcleos bibliográficos constituídos individualmente pelos religiosos das catedrais – fossem eles simples clérigos, cónegos, dignitários capitulares ou bispos²⁸.

Parece útil acompanhar o esforço de reconstituição dos *armarii* clericais por uma tentativa de perceber e contextualizar os referidos processos à luz do clima de renovação intelectual experimentado pela Cristandade no século XII, que teve reflexos assinaláveis no desenvolvimento dos ramos do saber e na epistemologia na centúria seguinte²⁹. Fazê-lo, ajuda a melhor compreender os fenómenos de aquisição de manuscritos a partir do horizonte da sua conjuntura, pontuada pela emergência de novas realidades socioculturais, nomeadamente a fundação das primeiras universidades³⁰ e a construção de carreiras eclesiásticas, estruturadas sobre percursos académicos³¹.

Com esse objectivo em vista, metodologicamente, procedeu-se a um levantamento exaustivo das entradas referentes a manuscritos constantes nos

²⁸ No que respeita a livrarias diocesanas e de membros do clero catedralício do período, apesar de escassearem monografias sobre o assunto, vale a pena consultar alguns artigos e entradas de obras de referência, que focam, ou pelo menos afloram, o tema. Assim, vid. GOMES, Saul António – Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188. *Humanitas*. 54 (2002) 269-281; MARQUES, A. H. de Oliveira – Meios e agentes de cultura: o livro manuscrito. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal*. Vol. 5: *Portugal do Renascimento à crise dinástica*. Coord. João Alves DIAS. Lisboa: Presença, 1998, p. 461-463; PEREIRA, Isaiás da Rosa – Escolas e livros na Idade Média em Portugal. In *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Actas. Vol. 1. Coimbra: Com. Org. Congresso, 1991, p. 55-69 e Livros de direito na Idade Média: I e II. *Lusitania Sacra*. 7 (1964-1966) 7-60 e 8 (1967-1969) 81-96; COSTA, Avelino Jesus da – A biblioteca e o tesouro da sé de Coimbra nos sécs. XI a XVI. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. 38 (1983) 1-224; NASCIMENTO, Aires Augusto – Circulação do livro manuscrito. In *DICIONÁRIO de Literatura medieval galega e portuguesa*. Dir. Giulia LANCIANI, Giuseppe TAVANI. Lisboa: Caminho, 1993, p. 155-159; MATTOSO, José – Condições económicas e sociais da circulação de códices da Península Ibérica e Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII. In *PORTUGAL medieval: novas interpretações*. 2ª ed. Lisboa: INCM, 1992, p. 347-364 e 225-239.

²⁹ Cf. LE GOFF, Jacques – *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Estúdios Cor, 1973 e BROCCIERI, Mariateresa Fumagalli Beonio – O intelectual. In *O HOMEM medieval*. Dir. Jacques LE GOFF. Lisboa: Presença, 1989.

³⁰ VERGER, Jacques – Modelos. In *UMA HISTÓRIA da Universidade na Europa*. Dir. Walter RÜEGG. Vol. 1. Coord. Hilde de RIDDER-SYMOENS. Lisboa: INCM, 1996, p. 33.

³¹ MORAW, Peter – Carreiras profissionais dos diplomados pelas universidades. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 253-254.

testamentos publicados nos *Testamenta Ecclesiae Portugaliae*³² e à elaboração de um questionário, constituído por vários pontos, cujos objectivos se procurarão resumir de seguida. Em primeiro lugar, relacionaram-se os proprietários de códices com a sua filiação religiosa, na expectativa de indagar se a angariação de livros reflectia o ambiente cultural das diferentes dioceses do reino, nesse sentido favorecendo ou penalizando as práticas individuais de apropriação bibliográfica. Num segundo momento, sondaram-se os cargos eclesiásticos exercidos pelos titulares dos manuscritos, com a intenção de determinar eventuais nexos entre o exercício de funções capitulares e os hábitos de aquisição de livros, sobretudo nos ofícios que implicavam uma maior proximidade com o livro, ou seja, as dignidades de mestre-escola, chantre e tesoureiro, que eram, respectivamente, responsáveis pela docência nas escolas diocesanas, pelo ofício litúrgico e pela aquisição e conservação patrimonial³³. Não foi descurada, neste particular, a consistente ligação entre os bispos e a posse de obras.

Depois, procedeu-se a uma análise da distribuição cronológica das referências aos manuscritos, no sentido de tentar fazer sobressair a sua incidência ao longo do período e traçar, mesmo que grosseiramente, os ritmos de recepção de manuscritos no território português. Noutra direcção, examinaram-se os volumes transmitidos nos testamentos para determinar os respectivos títulos e autorias, e por extensão, tipificá-los de acordo com tipologias, nas circunstâncias em que se revelaram viáveis tais atribuições, com o que se visou obter um quadro coerente dos hábitos culturais do clero das catedrais e estabelecer os interesses intelectuais dos seus membros. Uma medida que, ao mesmo tempo, permite estabelecer conjecturas e propostas sobre o nível da educação dos proprietários e dos seus percursos formativos.

³² Vid. em anexo: Quadro resumo – *Livrarias de mão do clero medieval português nos testamentos catedrais*.

³³ RODRIGUES, Ana Maria – Dignidades capitulares. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira AZEVEDO. Vol. C-I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 67-68.

Foram ainda objecto de escrutínio as atitudes exibidas nas doações de manuscritos, ao nível da transmissão, alienação, aquisição, devolução, empréstimo e usufruto de livros, no sentido de verificar as regularidades desses comportamentos e, mais significativamente, as suas motivações, que aparecem, por vezes, esclarecidas em cláusulas impostas pelos doadores.

Finalmente, também foi considerado o valor dos volumes, visto que o seu custo e desvalorização se repercutiam, como é óbvio, nos processos aquisitivos e de dispensa de livros, determinando o ritmo das compras e das cedências bibliográficas. Actos com impactos económicos apreciáveis, mensuráveis a partir dos preços de custo das obras, das cauções estabelecidas e da facilidade de converter os manuscritos em liquidez, ou do recurso a mecanismos alternativos, como a penhora. Enfim, das respostas a essas questões se dá conta em seguida, não sem antes se estabelecer, brevemente, o objecto de estudo.

Importa sublinhar, desde logo, que determinar a extensão exacta de muitas destas livrarias eclesiásticas se revelou com frequência difícil, quando não irrealizável, tendo em atenção o uso reiterado de fórmulas genéricas e abstractas na nomeação dos livros e a frequente ausência de quantificação em muitas das doações que envolveram vários manuscritos. Tal circunstância cancelou, à partida, qualquer tentativa sustentável de proceder a tratamentos mais exaustivos, de tipo quantitativo, sobre os volumes, no sentido de determinar rigorosamente o universo de exemplares angariados, ou de estimar, com total fidelidade, o número médio de espécies bibliográficas admitidas nas livrarias particulares.

Na sequência dessas dificuldades, e em função das circunstâncias, optou-se, em alternativa, por usar como critério de contabilização o número de testamentos com manuscritos identificados ou, então, o número de transmissões bibliográficas, independentemente de serem compostas por livros únicos ou por doações plurais. Por essa razão, os resultados apresentados são sobretudo indiciários, e devem ser temperados pela consulta do quadro final, onde constam

todas as entradas de livros referenciadas, acompanhadas pela indicação sobre o número de exemplares envolvidos em cada uma das doações ou referências a livros, sempre que possível expressa em números ou, nas situações inconclusivas, sistematizada na expressão “vários”. Em todo o caso, onde a contabilização efectiva de manuscritos foi viável, apuraram-se lotes bibliográficos de dimensão muito variável, oscilando entre a posse, aparente, de exemplares únicos e colecções particulares que ultrapassavam claramente a dezena de obras, quantitativo bastante apreciável para o período³⁴.

O corpo de fontes reunido, que serve de base às conclusões adiante apresentadas, integra no total um conjunto de 151 testamentos. Um núcleo distribuído de forma assimétrica pelos séculos XII, XIII e pelo primeiro quartel do século XIV, e que se encontra repartido, também de forma muito irregular, pelas nove dioceses medievais de Portugal: Braga, Coimbra, Évora, Guarda, Lamego, Lisboa, Porto, Silves e Viseu.

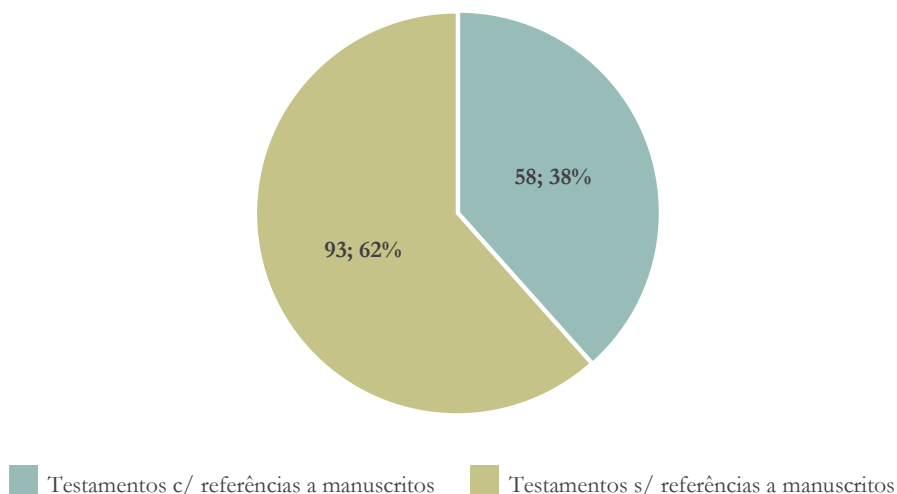
Deste conjunto documental, cerca de 1/3, mais concretamente 58 dos testamentos, apresentam referências, directas ou indirectas, a manuscritos, a primeira das quais consta de um testamento não datado, mas que parece ter sido redigido pouco antes de 1176, reportando-se a última ao ano de 1325 (Gráfico 1).

A esmagadora maioria das referências inventariadas relaciona-se com doações de obras, visíveis em 53 dos testamentos, com o objectivo da sua transmissão ou alienação, perfazendo, por junto, um somatório de 208 entradas, na maior parte correspondentes a doações singulares, mas, ainda assim, com um número significativo de doações plurais, nem sempre quantificadas. Também é possível encontrar alusões à devolução de manuscritos, sendo, no entanto, claramente residuais, mas com o interesse inegável de alertarem para a prática de empréstimos bibliográficos. Resumem-se a três testamentos, nos quais se podem

³⁴ Vid. *TEP*, 1.28, 1.29, 2.28, 2.35, 2.54, 3.2, 7.1, 7.8.

escrutar duas devoluções de vários livros, a par de uma outra envolvendo um único manuscrito³⁵.

Gráfico 1 – Testamentos com referências a manuscritos



Igualmente modestas são as menções a livros fora do âmbito das doações ou das devoluções, justificadas por razões diversas, com ocorrência em nove testamentos, para um somatório total de onze referências, todas envolvendo exemplares únicos³⁶. Finalmente, há ainda a considerar as doações de bens – móveis ou imóveis – com a intenção de serem investidas na futura aquisição de obras, embora sob reserva em alguns casos, que surgem em 14 dos testamentos³⁷, significando 23 referências (Tabela 1).

Do total de testamentos com manuscritos arrolados, o interesse converge nos 53 testamentos com doações contabilizadas, pois são estas cedências que permitem identificar os proprietários de livrarias e reconstituir, na medida do

³⁵ Vid. *TEP*, 1.28, 1.42, 7.8.

³⁶ Vid. *TEP*, 1.33, 2.18, 2.22, 2.40, 2.41, 2.54, 3.2, 4.4, 7.9.

³⁷ Vid. *TEP*, 1.6, 1.18, 1.25, 1.29, 1.31, 1.40, 2.18, 2.22, 2.35, 2.53, 7.4, 7.11, 9.15, 9.17.

possível, os respectivos fundos librários, assim como conhecer melhor os processos de transmissão de códices que colaboravam na constituição dos *armarii*, privados ou institucionais, para onde eram direccionadas as obras.

Tabela 1 – Referências a manuscritos por catedral

Catedral	Nº de Testamentos	Ref. a Manuscritos	Doações de Manuscritos	Devoluções de Manuscritos	Outras ref. a Manuscritos	Doações para a aquisição de livros
Braga	49	23	22	2	1	6
Coimbra	57	18	16	0	5	4
Évora	2	1	1	0	1	0
Guarda	4	3	2	0	1	0
Lamego	6	0	0	0	0	0
Lisboa	2	0	0	0	0	0
Porto	12	8	7	1	1	2
Silves	2	1	1	0	0	0
Viscu	17	4	4	0	0	2
Total	151	58	53	3	9	14

Cargos eclesiásticos dos proprietários de manuscritos

Olhando para a distribuição espacial dos doadores de livros, e abstraído dos fenómenos frequentes de acumulação de prebendas canónicas, nem sempre fáceis de captar ou reconstituir³⁸, a maioria dos titulares de obras estavam

³⁸ Como é óbvio, o momento da redacção dos testamentos cristaliza um determinado instante da vida dos doadores, razão porque, sem recurso a documentação adicional, não é possível detectar fenómenos como o da acumulação de prebendas, nem fazer uma reconstituição plena das trajectórias, passadas ou futuras, dos seus protagonistas. No entanto, há estudos contendo elementos prosopográficos significativos, vindos a público nos últimos anos, onde se podem encontrar informações mais detalhadas sobre alguns destes doadores, vid. BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. 2 vols. Lisboa: Universidade Aberta,

vinculados às catedrais de Braga e de Coimbra, sobretudo à arquidiocese bracarense, seguidos, a larga distância, por eclesiásticos da Sé do Porto. São, no conjunto, muito residuais os casos de capitulares de Viseu, da Guarda, de Évora e de Silves para os quais se pode reconstituir a existência de livrarias particulares; com a curiosidade de não ser visível nenhum membro do cabido de Lamego na posse de livros. Por contraste, três dos clérigos com obras anotadas entre os seus bens apresentam nos respectivos testamentos ligações a duas dioceses³⁹ (Gráfico 2).

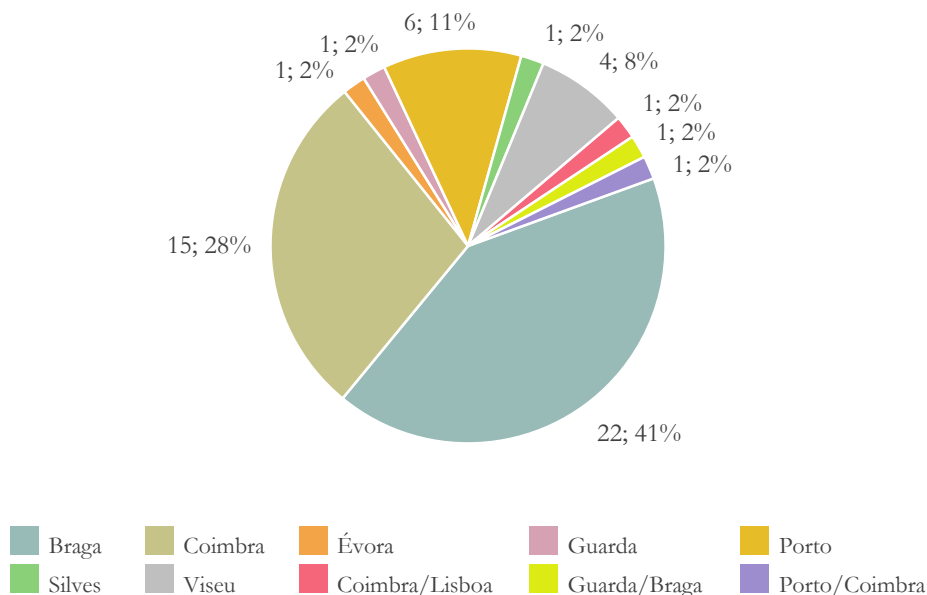
Esta informação, reflectindo, sem dúvida, a desigual documentação para cada diocese no corpo documental, não deixa de conferir com o que se sabe da importância dada às escolas nas catedrais do reino⁴⁰. Do que se infere, sem surpresas, uma relação clara entre o contacto com instituições com preocupações culturais e uma predisposição para compra de manuscritos por parte dos elementos expostos a esses ambientes.

1999 (tese de doutoramento policopiada); CUNHA, Maria Cristina Almeida – *A chancelaria arquiépiscopal de Braga: 1071-1244*. Noia: Toxosoutos, 2005; FARELO, Mário – *O cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos: 1277-1377*. 2 vols. Lisboa: FLUL, 2003 (dissertação de mestrado policopiada); GOMES, Saul António – In limine conscriptionis: *documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Viseu: Palimage, 2007; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa, FCG/FCT, 2010 e *La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles*. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: CEHR, 2005, p. 77-91; NOGUEIRA, José Artur Duarte – *Sociedade e direito em Portugal...*; NORTE, Armando – *Letrados e cultura letrada em Portugal: séculos XII-XIII*. Lisboa: FLUL, 2013 (tese de doutoramento policopiada); RODRIGUES, Ana Maria [et al.] – *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*. Lisboa: CEHR, 2005; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349*. Leiria: Magno, 2003; SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores: a produção documental da sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008; VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999.

³⁹ Encontram-se nessa situação João Martins de Soalhães, cônego das sés de Coimbra e de Lisboa, mestre João, apresentado como deão da Guarda e cônego de Braga, e Gonçalo Gonçalves, referido na condição simultânea de chantre das Sés do Porto e de Coimbra. Vid. TEP, 2.35, 4.3 e 7.6, respectivamente.

⁴⁰ Sobre este ponto constituem obras de referência: CAEIRO, Francisco da Gama – *As escolas capitulares no primeiro século da nacionalidade portuguesa. Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 1/2 (1966) 5-47; COSTA, A. Domingues de Sousa – *Escolas episcopais e paroquiais*. In *DICIONÁRIO de história de Portugal*. Dir. Joel SERRÃO. Vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 75; PEREIRA, Isaías da Rosa – *Escolas e livros na Idade Média...*

Gráfico 2 – Proprietários de manuscritos por catedral



Por outro lado, observando a apropriação de manuscritos em termos do *cursus honorum* eclesiástico, sobressai a importância de arcebispos e bispos no conjunto dos proprietários de livros, quando comparados com outros cargos e funções da hierarquia religiosa. A ligação entre prelados e manuscritos parece ser, nessa medida, bastante estreita e incontornável. Um predomínio que se reflecte quer no número de proprietários de livros, quer, sobretudo, ao nível do quantitativo de obras cedidas ou recebidas. Dito de outra forma, no interior das dioceses do reino, de uma forma geral, eram os prelados, mais do que os dignitários capitulares, os principais proprietários de livros, reunindo, quase sempre, os lotes de obras mais significativos. O que encontra justificação, em parte, numa maior disponibilidade financeira do episcopado, mas que deve ser explicado, no essencial, pelas habilitações literárias e pela maior erudição dos bispos face aos restantes diocesanos, que ao longo do seu percurso eclesiástico terão tido oportunidade de acumular várias obras. Argumentos, de resto,

invocados, por norma, para a sua elevação às cátedras⁴¹. De forma sumária, entre os bispos proprietários de manuscritos, e face aos dados que transparecem dos testamentos, parecem ter predominado os ocupantes das Sés bracarense e portuense sobre os bispos de Coimbra, Évora e Guarda, num alinhamento muito tangencial ao observado quanto à distribuição genérica dos manuscritos por catedrais.

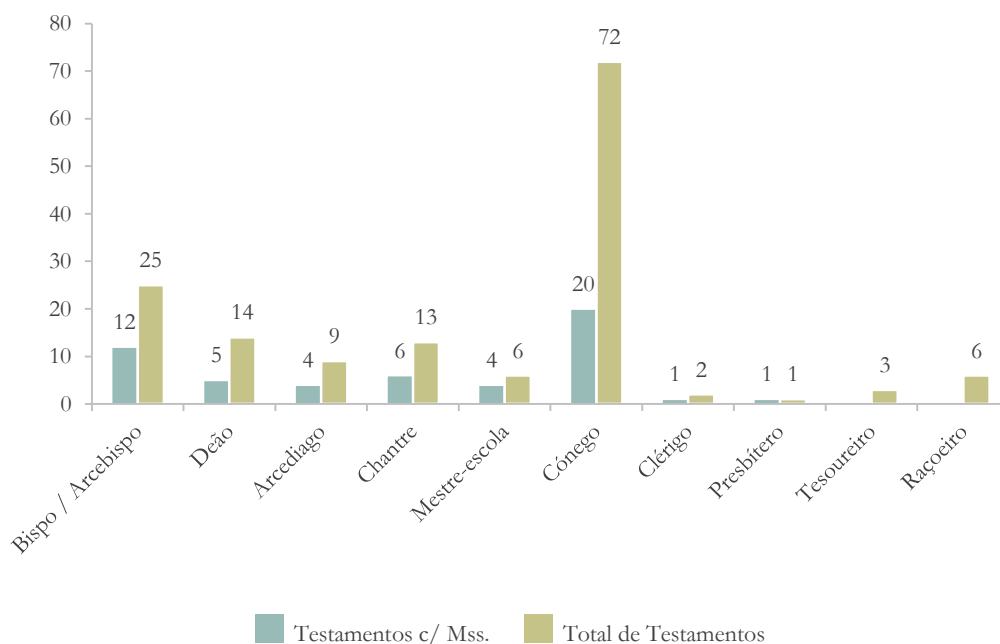
Uma quantidade bastante apreciável de cónegos tinha códices entre os bens transmitidos, da mesma forma que vários foram beneficiados com eles. Com a significativa diferença, em relação aos bispos e outros dignitários, de, na maioria das ocasiões, terem sido mobilizados poucos exemplares nesses legados. Uma regra que admitiu, todavia, excepções. De novo, sem causar surpresa, foram os cónegos ligados a Braga e Coimbra a prevalecer face aos demais clérigos, enquanto proprietários de livros (Gráfico 3).

Por seu turno, no que se refere às dignidades capitulares, encontraram-se deões, arcediagos, chantres e mestres-escola a envolverem-se em compras e doações de livros. Fizeram-no, ao que parece, em número muito paritário entre si, mas que se torna, por comparação, surpreendentemente baixo no caso dos mestres-escola, considerando a dimensão pedagógica das funções que lhes estavam cometidas no interior do cabido, que sugeriam um maior ímpeto aquisitivo e acumulador, mesmo que recorressem aos livros existentes nas catedrais para o seu ofício docente, mas que está longe de se encontrar reflectido na documentação. Foram maioritariamente os mestres-escolas de Braga que apareceram a transmitir livros, excepção feita a um mestre-escola de Coimbra. No conjunto formado pelos deões, há representantes das dioceses de Braga, Guarda, Silves e Coimbra, com destaque para esta última catedral, a única que repetiu elementos do deado entre os proprietários de livros. Quanto aos arcediagos com manuscritos, procederam todos da arquidiocese bracarense, ao

⁴¹ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder...*, p. 105-106.

passo que os chantres doadores de obras se distribuíram por quatro dioceses: Coimbra, Porto, Braga e Viseu, por número descendente de peças reportadas. Por outro lado, não se registaram quaisquer menções a tesoureiros entre o conjunto dos doadores, apesar de aparecerem citados, episodicamente, na condição de legatários de obras.

Gráfico 3 – Proprietários de manuscritos por categoria eclesiástica



Fora dos respectivos corpos capitulares, e de forma que se pode adivinhar um pouco accidental, aparecem ainda como titulares de livros um clérigo de missa, com ligações à Sé de Viseu, e um presbítero, oriundo de Coimbra.

Quanto ao nível de erudição do grupo possuidor de obras, não é irrelevante que uma porção significativa dos doadores exiba, com frequência, o grau de mestre nos testamentos ou em outra documentação, apontando para um contacto dos titulares com estudos avançados, previsivelmente de tipo

universitário⁴². Segundo se consegue apurar, pelo menos 13 dos 53 indivíduos recenseados como doadores de manuscritos, ou seja, cerca de 1/4 dos doadores de obras, estavam nestas circunstâncias. Encontravam-se distribuídos pelas catedrais de Braga, Coimbra, Porto, Guarda e Viseu, exercendo funções de arcebispo/bispo, deão, arcediago, mestre-escola ou cônego (Tabela 2).

⁴² O título de *magister*, enquanto forma de identificação de letrados com estudos superiores, é um critério muito discutido na historiografia. Os protestos dos autores mais hesitantes em relação ao seu uso, como por exemplo, Francisco Gama Caeiro, surgem motivados, sobretudo, devido à ambivalência da utilização do vocábulo “mestre”, que designou realidades muito díspares no período em apreço (vid. CAEIRO, Francisco da Gama – *As escolas capitulares...*, p. 1-8.). Com efeito, nos séculos XII e XIII, surgem debaixo dessa nomenclatura, pelo menos os seguintes grupos de indivíduos: membros de ordens religioso-militares (1), confessores privados (2), artesãos com grande grau de especialização e perícia (3), escolares graduados por estudos gerais (4). Isto sem descartar ainda a possibilidade, muito plausível, do emprego do termo na qualidade de título honorífico e simbólico (5). Contudo, a apreciação do uso contextual da expressão é muitas vezes suficiente para identificar o seu uso como sinal do reconhecimento aos seus portadores de uma licença universal para o exercício do ensino, conferida pelas instâncias universitárias – a *licentia ubique docendi*. Mesmo assim, o critério continua a merecer reservas a outros autores, como Artur Moreira de Sá, inclinados em considerar uma utilização mais lata do conceito, consistindo no seu emprego em contexto docente, mas sem implicar necessariamente a posse de um grau académico pelos titulares, vid. SÁ, Artur Moreira de – Primórdios da cultura portuguesa. *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 1/1 (1967) 5-10. Para estes autores, a designação de mestre conformaria menos um grau do que um título, aproximando-se a noção notavelmente do desempenho das funções de mestre-escola das catedrais ou colegiadas. Algumas objecções podem, no entanto, ser anotadas a esta interpretação que, em qualquer caso, e a ser válida, colhe melhor para o século XII do que para o seguinte, olhando à evolução histórica do conceito. A expressão *magister* começou por ser aplicada, num sentido comum, para épocas anteriores ao século XII, como forma de referir os professores em geral, independentemente das suas qualificações. Mas, daí em diante, o termo adquiriu um uso oficial, sistematizado pelas universidades, com um conteúdo bem preciso, descrito e delimitado com grande minúcia. A mais notável daquelas objecções é a nítida separação entre os dois conceitos na mentalidade dos homens da época – o de *magister* e o de *magister scholarum* – para que apontam os documentos das chancelarias eclesiásticas e régias portuguesas, pois não é inédita a identificação de um único indivíduo ao mesmo tempo como mestre e mestre-escola, visível, por exemplo, em relação a um certo mestre Miguel ligado à catedral bracarense, que seria dispensável, porque redundante, no caso de traduzirem conceitos idênticos. Também há casos em que são indicados vários clérigos como mestres, nem todos sendo mestres-escola; portanto, mestre será um título, não uma função. Seja como for, mesmo admitindo, à luz desta interpretação, a hipótese de nem todos os indivíduos designados como mestres disporem de formação universitária, é razoável presumir a passagem da maior parte dos *magistri* por instâncias de ensino destacadas, mesmo que não homologadas oficialmente como estudos gerais. Escolas onde esses indivíduos poderiam angariar uma formação avançada, que os prepararia, pelo menos, com conhecimentos alargados nas áreas do Trívio e do Quadrívio. Significa isso que, mesmo aligeirando o emprego do conceito, sem o vincular a uma preparação de tipo universitária, a qual, no entanto, se afigura como certa, ou muito provável, para a maioria dos casos dos indivíduos recenseados como mestres no território português para o período (como vai emergindo gradualmente da prosopografia que consta como anexo à tese de doutoramento desenvolvida pelo autor), o título magistral afigura-se como um filtro suficientemente robusto para reconhecer os intitulado desse modo como detentores de uma forte preparação cultural e intelectual.

Tabela 2 – Mestres cujos testamentos incluem a doação de manuscritos

Nº do Testamento	Título	Nome	Categoria
1.09	Mestre *	Domingos	Arcediago de Braga ⁴³
1.12	Mestre	Nicolau	Cónego de Braga
1.29	Mestre *	Estêvão Eanes	Arcediago de Braga ⁴⁴
1.33	Mestre *	Fernando Eanes de Portocarreiro	Deão de Braga ⁴⁵
1.38	Mestre *	Domingos Peres Vinagre	Mestre-escola de Braga ⁴⁶
2.28	Mestre *	Egas Fafes	Bispo de Coimbra ⁴⁷
2.35	Mestre *	João Martins de Soalhães	Cónego de Coimbra e Lisboa ⁴⁸
2.41	Mestre *	Pedro Martins	Bispo de Coimbra ⁴⁹
2.46	Mestre	Gonçalo	Cónego de Coimbra
4.03	Mestre	João	Deão da Guarda
7.08	Mestre *	Vicente Mendes	Bispo do Porto ⁵⁰
7.09	Mestre *	Sancho Peres	Bispo do Porto ⁵¹
9.14	Mestre	Martinho	Cónego de Viseu

* Indivíduos referidos como mestres em outras fontes documentais, extra testamentárias

⁴³ SÁ, Artur Moreira de – Primórdios da cultura portuguesa..., p. 42-43, nº 43.

⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso III: Livro I*. Vol. 1. Ed. Leontina VENTURA, António Resende de OLIVEIRA. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 446-447, doc. 389.

⁴⁵ Na documentação escrutinada não foi possível encontrar Fernando Eanes de Portocarreiro nomeado como mestre. Ao invés, exibiu quase sempre a dignidade de deão como forma de identificação. No entanto, a sua presença no Estudo Geral de Salamanca, onde foi nomeado membro da Junta Universitária de Justiça da universidade, em conjugação com outros indícios, como a sua estadia na cidade, sugerem a frequência de altos estudos, aí obtidos. A posse de numerosas obras jurídicas, deixadas em testamento, aponta precisamente na mesma direcção. Vid. NORTE, Armando – *Letrados e cultura letrada em Portugal...* Vol. 2: *Anexos*, p. 89-90; ANTUNES, José – Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca. *Revista de História das Ideias*. 12 (1990) 23-24 e O testamento de Fernando Joanes de Portocarreiro deão da sé de Braga e prior de Guimarães: de 1272). *Theologica*. 28/2 (1993) 407-431.

⁴⁶ Vid. TEP, 1.20.

⁴⁷ Arquivo Distrital de Braga (ADB), Gaveta dos Prazos do Cabido, nº 22.

⁴⁸ A passagem de João Martins de Soalhães por Paris, em estudos, permite adivinhar-lhe a titularidade do grau de mestre (vid. JORGE, Ana Maria [et al.] – La dimension européenne du clergé de Lisbonne: 1147-1325. In *A IGREJA e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: CEHR, 2005, p. 39). Terá, todavia, feito desse título um uso bastante parcimonioso, pois não se regista na documentação.

⁴⁹ *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbriensis...* Vol. 2, p. 233-237.

⁵⁰ *Chancelaria de D. Afonso III: Livro I...* Vol. 1, p. 279, doc. 257.

⁵¹ Não se encontra na documentação o grau de mestre associado ao nome de Sancho Peres, mas a sua graduação é inquestionável. Foi comprovadamente escolar no Estudo Geral de Salamanca, onde terá recebido a *licentia ubique docendi*, acompanhada pelo título magistral que identificava os licenciados em universidades. Vid. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Portugueses no Estudo de Salamanca: 1250-1550*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1962, p. 23-24.

A este número de indivíduos é possível somar um conjunto de outros, também detentores do título magistral, entre os receptores das obras. Estas constatações têm a virtude de sublinhar o impulso para a organização de livrarias particulares por parte de escolares com passagens por altos estudos. Aliás, é bastante verosímil supor que a origem, reforço ou constituição de vários dos núcleos bibliográficos em grande parte beneficiasse da passagem dos proprietários de livros por *studia* conceituados ou por *studia generalia*, onde contactariam com numerosos manuscritos identificados nos testamentos, muitos dos quais foram usados reconhecidamente em contexto universitário, fazendo-se depois acompanhar por eles no seu regresso às regiões de origem ou levando-os para os locais onde vieram a exercer os seus serviços eclesiásticos⁵².

A presença de um tão elevado número de mestres no contingente de possuidores de livros, além de sinalizar a previsível relação entre a posse de manuscritos e o nível de escolaridade dos seus titulares, é ainda relevante ao fornecer pistas sobre os interesses intelectuais desta elite cultural, a partir do conhecimento do seu contexto educativo.

De outro modo, indicia necessariamente a estadia da quase totalidade desses indivíduos em espaços de ensino além-fronteiriços, tendo em conta que a entrada em funcionamento do estudo geral português apenas ocorreu no final do século XIII, numa data que persiste ainda por afinar, mas que se estima situada algures entre 1288 e 1290⁵³.

Distribuição cronológica dos testamentos com manuscritos

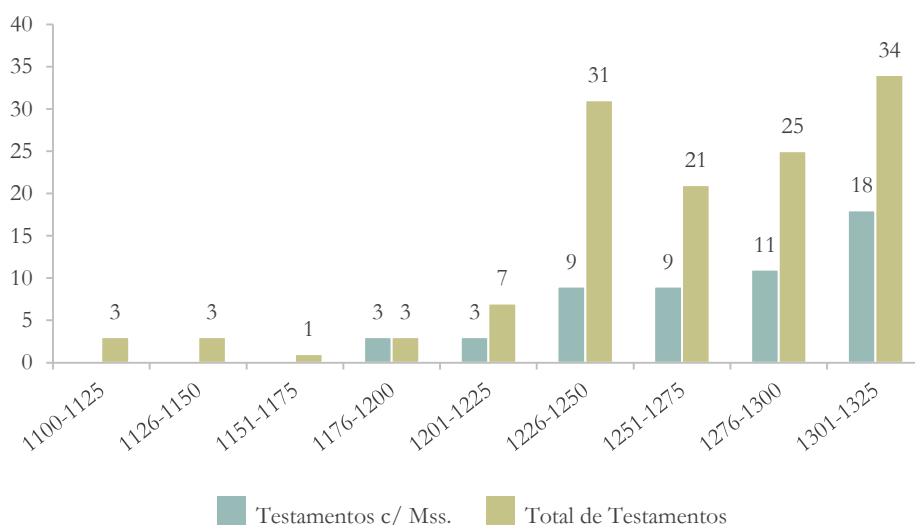
Mudando da perspectiva espacial para a temporal, e considerando a incidência cronológica dos testamentos com obras transmitidas, verifica-se um

⁵² RIDDER-SYMOENS, Hilde de – A mobilidade. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 302.

⁵³ ANTUNES, José – *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV: juristas e teólogos*. Coimbra: [FLUC], 1995, p. 480-481 (dissertação de doutoramento policopiada).

aumento gradual, ao longo do tempo. A frequência dos testamentos eclesiásticos que denunciam a existência de livrarias particulares é bastante baixa no final do século XI e em inícios do século XII, sofrendo um incremento no século seguinte. Uma tendência para a subida que se manteve com a aproximação do final da centúria ducentista, e que teve, depois, um grande acréscimo de vigor no princípio do século XIV (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Distribuição cronológica de testamentos com doações de manuscritos⁵⁴



Apesar do mero valor indicativo destes números, dada, por um lado, a impossibilidade de se determinar com rigor a data de obtenção dos manuscritos, que pode ter antecipado muito ou pouco as referências testamentárias, e, por outro lado, tendo em conta as dificuldades na contabilização de muitos dos lotes bibliográficos transmitidos, o ritmo desta progressão não deixa, todavia, de ser significativo. Isto porque a distribuição cronológica dos testamentos com manuscritos cedidos encontra absoluta sintonia com a marcha dos fenómenos de

⁵⁴ Apenas foram considerados, para efeitos de análise, os testamentos com data precisa.

produção, cópia e circulação de manuscritos atestados para a Europa do tempo, que apresentam um padrão semelhante, caracterizado precisamente por um crescimento marcado a partir do século XII, progressivamente intensificado nos seguintes, e pontuado por momentos de rápida expansão do livro daí em diante⁵⁵.

Com efeito, a subida das taxas de alfabetização e de literacia das populações⁵⁶, a crescente importância cometida ao livro na baixa medievalidade⁵⁷, a abertura de novas vias de circulação de pessoas e bens⁵⁸, a relativa difusão da cultura escrita, gradualmente mais aberta às camadas laicas da população⁵⁹, a diversificação dos processos de cópia⁶⁰ e a multiplicação da rede escolar, com o aparecimento, em especial, das instituições universitárias e de escolas que deixavam de estar dependentes unicamente da Igreja e da formação de futuros eclesiásticos⁶¹, factores essencialmente urbanos, na base da expansão bibliográfica europeia nesses séculos, parecem, de algum modo, ter-se repercutido no reino português, considerando a distribuição temporal das referências a livros nos testamentos de religiosos seculares.

⁵⁵ GOMES, Saul António – In *limine conscriptionis...*, p. 185.

⁵⁶ SANTOS, Maria José Azevedo – A evolução da língua e da escrita. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal*. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Coord. Maria Helena COELHO e Armando L. de Carvalho HOMEM. Lisboa: Presença, 1996, p. 604-634.

⁵⁷ Uma obra de referência relativamente recente, em matéria do livro medieval, abrangendo em profundidade as questões da edição, circulação e recepção dos textos é *Lo spazio letterario del Medioevo*. Dir. Guglielmo CAVALLO, Claudio LEONARDI, Enrico MENESTÒ. 5 vols. Roma: Salerno, 1992-1998.

⁵⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel; AGUIRRE, Ruiz de – Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa medieval. In *VIAJEROS, peregrinos, mercaderes en el Occidente medieval*. Navarra: Gobierno de Navarra, 1992, p. 15-52.

⁵⁹ VAUCHEZ, André – Les laïcs au Moyen Âge: pratiques et expériences religieuses. Paris: Le Cerf, 1987, p. 139.

⁶⁰ SAENGER, Paul – Book production. In *A HISTORY of reading in the West*. Ed. Guglielmo CAVALLO, Roger CHARTIER. Cambridge: Polity Press, 1999, p. 128-129.

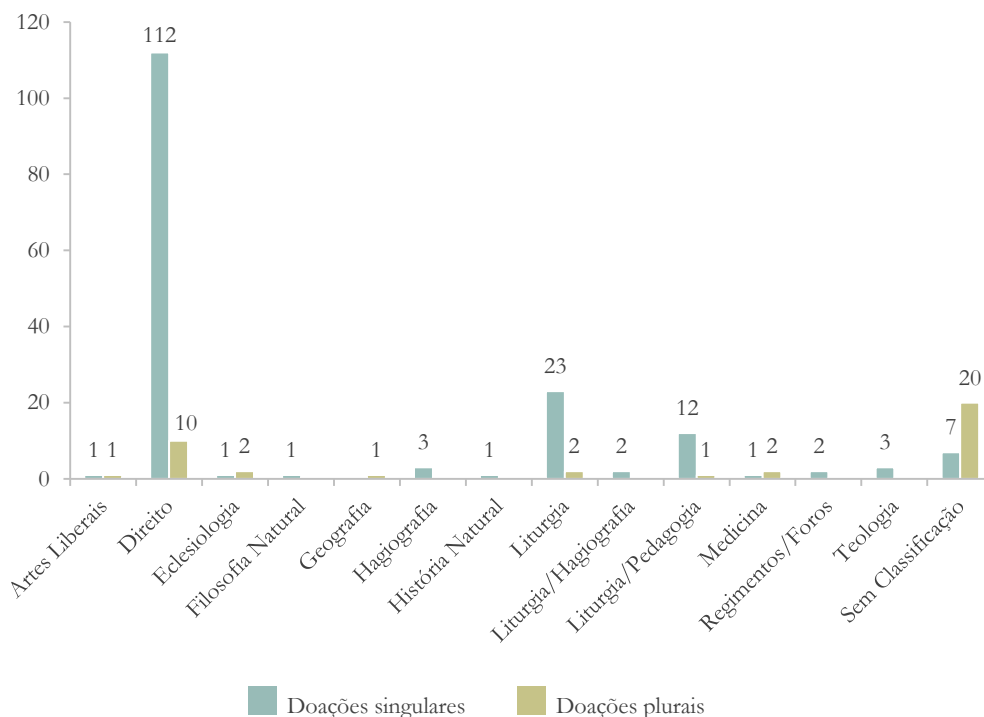
⁶¹ RÜEGG, Walter – Temas. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 8-13.

Interesses intelectuais dos proprietários de manuscritos: Obras, autores e géneros literários

Quanto ao recenseamento de títulos e de autorias das obras doadas, temas que se ligam com a definição dos tipos de livros, factores decisivos para estabelecer as preferências e os interesses intelectuais dos diocesanos portugueses, importa reiterar a complexidade do processo. Com efeito, as referências genéricas que prejudicam a contagem do número de volumes constantes nos testamentos impedem ou dificultam a atribuição autoral e a determinação de títulos, que muitas vezes se quedam pouco pacíficas ou seguras. Mesmo nos casos em que as obras aparecem individualizadas ou contabilizadas com exactidão, é comum a sua invocação de forma não discriminada, através de referências avulsas ao autor ou de indicações minimalistas sobre os seus conteúdos; ou, então, mediante pequenos descritivos, usados para proporcionar identificações positivas; ou mesmo recorrendo ao próprio *incipit* dos códices, como forma de fazer o seu reconhecimento. Tudo procedimentos que, somados, em muito penalizam as atribuições indisputadas, dificultando-as ou tornando-as inconclusivas, por conseguinte, turvando a visão sobre a atenção concedida aos campos do saber pelos clérigos das catedrais portuguesas e o peso relativo que concediam a cada ramo do conhecimento.

Feitas estas ressalvas, mas procurando, apesar dos evidentes constrangimentos, efectuar uma taxonomia de temáticas, com base nos títulos, autores e designações usados para a nomeação dos livros, emerge uma muito larga prevalência dos volumes jurídicos em relação às restantes espécies identificadas, que, por seu turno, se podem arrumar, por comodidade, em obras religiosas, litúrgicas, hagiográficas, teológicas, médicas e pedagógicas, tratados de Filosofia Natural e de História Natural, itinerários e regimentos urbanos (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Manuscritos doados por tipologias



No que se refere aos manuscritos de Direito doados, que ultrapassam a centena, entre cedências singulares e plurais, parece ter havido, genericamente, uma maior propensão para a aquisição de escritos do ramo Canónico do que do ramo Civil. Efectivamente, há um grande número de referências nos testamentos a vários dos livros fundamentais do catálogo do *Corpus Iuris Canonici*⁶², a saber: o *Decreto*, de Graciano, de que há vários exemplares mencionados⁶³; a colecção formada pelas cinco *Decretais Antigas*, citada no seu conjunto, mas também nas suas várias partes constituintes⁶⁴; as *Decretais*, de Gregório IX, alvo de alusões

⁶² Sobre a composição do Corpo de Direito Canónico, vid. PEREIRA, Isaiás da Rosa – Livros de direito na Idade Média: I... 10-11.

⁶³ Vid. TEP, 1.4, 1.9, 1.10, 1.25, 1.28, 1.33, 2.16, 2.35, 2.54, 3.2, 4.1, 7.1, 7.9, 8.2.

⁶⁴ Vid. TEP, 1.10, 1.25, 1.48, 1.49, 2.35, 2.52.

frequentes nos legados⁶⁵; e o *Livro Sexto das Decretais*, ordenado por Bonifácio VIII, que aparece apenas de forma esporádica⁶⁶. Ao longo do tempo, todas estas compilações canónicas foram sujeitas a numerosas glosas e comentários, alguns dos quais também constam nas doações, com destaque para o aparato feito por Inocêncio IV às *Decretais*. A esta obra devem-se juntar as várias glosas às *Decretais* da autoria de João Teutónico, Bernardo de Pavia, Bernardo de Parma, Godofredo de Trano, Henrique de Susa, Hugúcio de Pisa e João de Gales, eméritos canonistas, na sua maioria ligados aos estudos jurídicos bolonheses⁶⁷. Um contingente integrado ainda pelos mestres portugueses João de Deus e Vicente Hispano, cujas obras também estão abonadas nos testamentos⁶⁸.

No campo do Direito Romano, é seguro creditar aos eclesiásticos das catedrais portuguesas o conhecimento integral do *Corpus Iuris Civilis* consagrado pela tradição⁶⁹. A par de algumas referências testamentárias ao núcleo de Direito Civil, em bloco, surgem enunciados, em números muito desiguais, os textos autónomos que o compunham: o *Digesto*, formado pelo *Digesto Velho*, pelo *Digesto Novo* e pelo *Esforçado*⁷⁰; as *Instituições*⁷¹; as *Novelas*⁷²; e o *Código* de Justiniano, aquele que terá sido, de longe, o mais requerido dos títulos de Direito Civil pelo clero catedralício português, num reconhecimento evidente da sua importância⁷³. Como aconteceu com as obras de Direito Canónico, também os textos de Direito Romano foram objecto de comentários, alguns dos quais se tornaram bastante influentes e difundidos. Veja-se, por exemplo, o sucedido com as glosas

⁶⁵ Vid. TEP, 1.9, 1.12, 1.21, 1.23, 1.25, 1.27, 1.28, 1.30, 1.48, 2.16, 2.35, 2.41, 2.50, 2.53, 3.2, 4.1, 4.4, 7.4, 7.8, 7.9, 8.2, 9.15.

⁶⁶ Vid. TEP, 2.50.

⁶⁷ Vid. TEP, 1.10, 2.28, 2.35, 2.54, 4.3, 7.8.

⁶⁸ Vid. TEP, 2.35, 3.2.

⁶⁹ PEREIRA, Isaiás da Rosa – Livros de direito na Idade Média: I... p. 11-12.

⁷⁰ Vid. TEP, 1.9, 1.27, 2.28, 2.35, 2.54, 7.1, 7.8, 7.9.

⁷¹ Vid. TEP, 1.9, 1.10, 1.25, 2.28, 3.2, 7.1.

⁷² Vid. TEP, 7.1.

⁷³ Vid. TEP, 1.9, 1.10, 1.27, 2.28, 2.35, 2.54, 7.1, 7.4, 7.8.

elaboradas pelos jusperitos Acúrsio⁷⁴ e Azo⁷⁵, da escola dos glosadores de Bolonha, de quem os clérigos portugueses também adquiriram obras, como se observa pela leitura das últimas vontades de alguns⁷⁶.

A aparente prioridade concedida nos *armarii* privados aos livros de Direito Canónico em comparação com os de Direito Romano é bastante plausível, considerando a maior flexibilidade e contemporaneidade oferecidas pelas colecções de *Decretais* face aos códigos civis⁷⁷, cujas versões inalteradas remontavam na sua origem ao final do império romano, na sua maioria coligidas no tempo do imperador Justiniano, ou seja, algures durante o primeiro terço do século VI⁷⁸. Ao mesmo tempo, e acentuando essa preferência, o espectro de aplicação do Direito Canónico era muito mais amplo do que o Civil, não se limitando o seu uso à averiguação de matérias de foro eclesiástico, mas servindo também como fonte de Direito para a emissão de juízos em questões seculares⁷⁹.

⁷⁴ Acúrsio de Bolonha (c. 1182-1263†), civilista, nascido na Toscana, foi discípulo do jurista Azo em Bolonha, onde também ensinou. Destacou-se como glosador do *Corpus Iuris Civilis*, mandado compilar pelo imperador Justiniano. Os comentários que deixou ao direito imperial ficaram conhecidos por *Glossa ordinaria*, também referida, por vezes, como *Glossa magistralis*. Vid. WEIMAR, Peter – Accursius. In *JURISTEN: ein biographisches Lexikon; von der Antike bis zum 20. Jahrhundert*. Ed. Michael STOLLEIS. München: Beck C. H., 2001.

⁷⁵ Azo (1230†) nasceu em Bolonha, algures pela segunda metade do século XII. Destacou-se na qualidade de comentador do direito romano imperial, tendo estudado nas escolas legais de Bolonha sob a direção de João Bassiano, com quem aprendeu a fazer uma interpretação estrita da lei. Ensinou no mesmo local, conseguindo larga reputação e um conjunto de discípulos muito importantes, entre os quais Acúrsio, Tiago de Balduíno, Martinho de Fano, Rofredo, Tiago de Ardizzone, Godofredo de Trano, João Teutónico e talvez Sinibaldo Flisco, que ficou conhecido como papa Inocência IV. Foi autor da *Summa codicis*, que alcançou grande difusão em toda a Europa cristã, e que serviu em parte como fonte da *Glossa ordinaria* de Acúrsio e da *Summa institutionis*. Vid. LANGE, Hermann – Azón (Azzone; Azo; Azo Porcius). In *JURISTAS universales*. Vol. 1: *Juristas antiguos*. Ed. Rafael DOMINGO. Madrid: Marcial Pons, 2004, p. 380-384.

⁷⁶ Vid. TEP, 2.28, 2.35.

⁷⁷ O uso das colecções de Decretais na Idade Média foi muito flexível, ao ponto de serem admitidas também como fonte de Direito para a apreciação das matérias de natureza civil, pois estavam em conformidade com as novas formas de organização social, que a rigidez do Direito imperial e a sua transposição, mais ou menos cega, para uma realidade separada por vários séculos não poderia igualar. Vid. GIGANTE, José António Martins – *Instituições de direito canónico*. 2 vols. 2ª ed. Braga: [s.n.], 1951.

⁷⁸ GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – As faculdades de Direito. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 394-395.

⁷⁹ BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos...* Vol. 1, p. 559.

Independentemente do peso relativo ocupado por cada um dos troncos jurídicos no conjunto das obras elencadas, nada muda no que se refere à inclinação dos clérigos seculares portugueses pelo campo do Direito, em profundo contraste com o interesse manifestado por outras disciplinas e áreas de estudo. A razão dessa preferência não é inédita, mas importa retomá-la: decorria, sobretudo, das exigências da época, pautada por constantes querelas entre as dioceses e outros poderes – opondo-as aos soberanos, em razão das numerosas disputas patrimoniais e usurpações de direitos que se verificavam⁸⁰; no interior da própria rede diocesana, afectada por frequentes litigâncias jurisdicionais entre as catedrais⁸¹; em enfrentamentos com instituições eclesiásticas regulares, sobre matérias de direitos eclesiásticos, palco de repetidos e gravosos conflitos⁸²; tendo como outros protagonistas as municipalidades, num antagonismo crescente, que acompanhou a expansão do movimento concelhio⁸³; e, até, envolvidas em confrontos entre a monarquia portuguesa e a Santa Sé, durante longo tempo separadas por interesses conflitantes, que o clero catedralício era muitas vezes chamado a arbitrar, advogar ou testemunhar⁸⁴. Grande parte dos conflitos mais acesos em que o clero diocesano se implicou resultou das tentativas de reorganização do reino e do seu aparelho burocrático e de justiça, conduzidas por parte dos monarcas portugueses do período, indeligiáveis do fenómeno de afirmação do poder régio, então emergente⁸⁵. Às razões políticas, administrativas e religiosas, devem-se somar ainda outras de cariz intelectual e societário,

⁸⁰ MATTOSO, José – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325*. Vol. 2: *Oposição*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, p. 104-109.

⁸¹ BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos...* Vol. 1, p. 90-92.

⁸² MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de – A centralização. In *HISTÓRIA de Portugal*. Vol. 2: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Coord. José MATTOSO. Lisboa: Estampa, 1993, p. 434-437.

⁸³ MATTOSO, José – *Identificação de um País...* Vol. 2, p. 425-427.

⁸⁴ ERDMANN, Carl – *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade, 1935, p. 3-78.

⁸⁵ MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de – A centralização..., p. 280-296; BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos...* Vol. 1, p. 559-605.

transversais ao mundo medieval cristão, e que se estendiam à elite do reino estabelecida nas catedrais. As primeiras relacionadas, em grande parte, com o vigor testemunhado no ensino e estudo do Direito, irradiado desde o século XII a partir da citada universidade de Bolonha, que foi frequentada desde muito cedo e durante longo tempo pelo clero catedralício português⁸⁶; enquanto as segundas se podem resumir na progressiva complexificação da sociedade coeva, que exigia uma maior intervenção do Direito como forma de estruturar uma crescente e cada vez mais intrincada plêiade de relações individuais, grupais e institucionais⁸⁷.

De facto, a forte recepção de obras jurídicas no mundo catedralício português, que se comprova pela leitura dos testamentos, concorda em absoluto com os dados biográficos estabelecidos para grande parte dos letrados portugueses dos séculos XII e XIII, no sentido da sua ligação ao mundo legal⁸⁸. Informações que conferem, por seu lado, com os dados extraídos do *Chartularium Universitatis Portugalensis* relativos a escolares e professores do final do século XIII e do conjunto do XIV, onde se materializa o mesmo tipo de preferências dos letrados portugueses por matérias jurídicas⁸⁹.

Em profundo contraste com a profusão de menções a obras jurídicas, rareiam nos testamentos as referências a livros de Medicina, de Teologia e de Artes Liberais, conjunto de disciplinas que, a par do Direito, formavam os campos do saber reconhecidos tradicionalmente na medievalidade, e que eram, no todo ou em parte, objecto de ensino nos estudos gerais do período⁹⁰. Mesmo admitindo a hipótese de vários dos numerosos livros indiscriminados ou por quantificar se enquadrarem neste conjunto de saberes, dificilmente afectariam o

⁸⁶ GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1976, p. 71.

⁸⁷ NOGUEIRA, José Artur Duarte – *Sociedade e direito em Portugal...*, p. 199.

⁸⁸ NORTE, Armando – *Letrados e cultura letrada em Portugal...*, p. 155-182.

⁸⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*. Vols. 1-2. Org. de Artur Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1996.

⁹⁰ VERGER, Jacques – Modelos. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 37-38.

peso específico e a representatividade dos manuscritos jurídicos no universo das doações. A surpresa, neste caso, é, portanto, menos de espécie do que de grau. Ou seja, a admiração não resulta tanto da predominância de volumes jurídicos em detrimento das obras médicas, teológicas ou artísticas, pelas razões que se vêm expondo; mas do baixo número de manuscritos referenciados relativos a estas categorias do conhecimento. Uma escassez que se torna ainda mais premente e menos explicável no contexto das Artes Liberais e das ciências médicas do que na Teologia, dado o espectro de aplicação desta última ser muito mais reduzido e especializado.

Descontando a Bíblia, estão anotados apenas três exemplares que podem ser enquadrados sem discussão no campo teológico: um manuscrito que se deve identificar com o *Livro das Sentenças*, também conhecido por *Sentenciário*, da autoria de Pedro Lombardo, consistindo numa enorme Suma com ampla divulgação medieval e renascentista, usada como manual de ensino universitário nas faculdades de Teologia, de que era possuidor Francisco Peres, cónego da sé de Coimbra; a *Cidade de Deus*, obra maior de Santo Agostinho, versando a exposição da doutrina católica e a concepção escatológica do pensamento cristão, guiada pela noção de um processo histórico linear, de todo central para o pensamento teológico, na posse do bispo do Porto Vicente Mendes (1260-1296†); e um exemplar do que parece ser, com grande probabilidade, a Suma teológica rubricada pelo Doutor da Igreja Santo Alberto Magno, que se encontrava nas mãos de Domingos Peres Vinagre, mestre-escola da Sé de Braga, pelo próprio designado como “meum Albertrandum”⁹¹. É de supor que este aparente défice de obras de Teologia para que apontam as livrarias dos eclesiásticos fosse parcialmente compensado pelas colecções reunidas pelos tesouros das sés mais destacadas, mas tal não passa de mera conjectura, por comprovar.

⁹¹ Vid. *TEP*, 2.47, 7.8, 1.38, respectivamente.

Na verdade, o número reduzidíssimo de escritos doutrinários concorda, pelo menos enquanto tendência geral, com as preferências apontadas para os clérigos das catedrais portuguesas da época, que parecem ter sido pouco entusiastas de estudos teológicos, apesar da importância teórica atribuída à Teologia na hierarquia dos saberes, em função da natureza sagrada do seu objecto de estudo. O pouco apelo do estudo da doutrina para o clero das catedrais encontra-se bem espelhado no diminuto número de capitulares para os quais é possível detectar estudos superiores nessa matéria, aparentemente muito reduzido face aos que terão optado pela aprendizagem do Direito⁹². Uma atitude bastante divergente dos hábitos e práticas manifestados pelo clero regular do reino, sobretudo de inspiração mendicante, como os dominicanos e franciscanos, congregações que asseguraram o ensino teológico no território, às quais estavam ligados vários monges que se sabe terem frequentado e leccionado cátedras de Teologia além-fronteiras⁹³. O interesse dos mendicantes pela ciência teológica foi antecedido, e mais tarde acompanhado, por cistercienses e regrantes, como se infere do recheio das grandes bibliotecas das casas alcobacense e de Santa Cruz de Coimbra, onde existiam numerosas obras de cariz teológico⁹⁴, e das peregrinações escolares conhecidas, ou estimadas, de vários membros dessas comunidades religiosas, que apontaram a *studia* onde se ministrava Teologia, figurando Paris como destino primordial das romagens académicas, tanto de crúzios⁹⁵ como de monges brancos⁹⁶.

⁹² NORTE, Armando – *Letrados e cultura letrada em Portugal...*, p. 155-182.

⁹³ GOMES, Saul – A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira AZEVEDO. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 339-421.

⁹⁴ Sobre a composição das livrarias monásticas dos monges de Alcobaça e dos cônegos regrantes de Santa Cruz, vid. respectivamente *INVENTÁRIO dos códices alcobacenses*. 6 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930-1978; e *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Coord. Aires Augusto NASCIMENTO e José MEIRINHOS. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997.

⁹⁵ SÁ, Artur Moreira – *Primórdios da cultura portuguesa...* 9.

⁹⁶ CAEIRO, Francisco da Gama – *Santo António de Lisboa*. Vol. 1: *Introdução ao estudo da obra antoniana*. Lisboa: INCM, 1995, p. 58.

Apesar do manifesto desinteresse do clero secular por matérias doutrinárias, as obras teológicas achadas nos armários privados, embora muitíssimo escassas, não deixam de revelar mérito qualitativo: pela importância intrínseca dos títulos identificados, mas também porque fazem eco dos hábitos europeus do tempo, mostrando Portugal, de algum modo, como uma câmara de ressonância dos grandes movimentos e correntes culturais irradiados pelos principais pólos europeus, que tinham nos escolares universitários os agentes dessa transmissão⁹⁷. Um postulado que vai ao encontro da tese que advoga a existência de um cânone literário pan-europeu, comum, disseminado a partir dos principais núcleos académicos para toda a Cristandade, assente na mobilidade de escolares e mestres e favorecido pela ortodoxia eclesiástica, interessada em veicular nesses circuitos as obras mais conformes aos seus interesses⁹⁸. Uma circulação codicológica que, todavia, não deixaria de se ressentir das especificidades e condicionalismos regionais.

No domínio da Medicina, é virtualmente impossível identificar os títulos das obras presentes nos testamentos ou os seus autores, assim como estimar o número exacto de volumes em causa, pois duas das únicas três referências achadas dizem respeito a vários volumes, por elencar ou contabilizar⁹⁹. Não obstante o anonimato que recai sobre tais obras, pode-se especular com a possibilidade de se reportarem a livros mergulhados na tradição clássica ou árabe, provavelmente de autores como Galeno, Hipócrates ou Avicena, que constituíam, *grosso modo*, o cânone consensual das obras médicas do período, ao ponto de figurarem como manuais de estudo nas instâncias universitárias, e não só, conhecendo ampla divulgação por toda a Cristandade, ao longo de uma larga diacronia¹⁰⁰. Algumas dessas universidades, reconhecidas pela qualidade do ensino

⁹⁷ RIDDER-SYMOENS, Hilde de – A mobilidade. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 302

⁹⁸ NARDI, Paolo – Relações com as autoridades. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 75-104.

⁹⁹ Vid. *TEP*, 2.35, 2.41, 2.46.

¹⁰⁰ SIRAISSI, Nancy – A faculdade de Medicina. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 377-379.

médico, como Montpellier e Paris, foram frequentadas, com aparente regularidade, pelo clero secular português¹⁰¹, o que asseguraria teoricamente o acesso a esses manuais de Medicina, desse modo imitando o que acontecia em relação a Bolonha e aos livros de leis, no caso dos juristas licenciados pelo estudo transalpino¹⁰². Convergingo com essa suspeita, fontes extra testamentárias parecem desmentir a escassez de obras médicas para que apontam os testamentos que subsistem, e que deverão ter sido bem mais comuns junto do clero secular do que emerge da leitura desses documentos¹⁰³.

Do mesmo modo, os títulos ligados com as Artes Liberais parecem estar sub-representados nas mandas do clero diocesano português. A sua referência nestes documentos afigura-se bastante espúria, reduzida como está a um lote de livros de Gramática e de Lógica, por sinal sem qualquer discriminação de títulos ou autores; e, porventura, a um livro de Aristóteles, também sem designação¹⁰⁴. Um conjunto pouco extenso, mesmo que se lhes somem dois outros tratados, versando a História Natural e a Filosofia Natural, dedicados respectivamente à natureza dos animais e à origem dos ventos – o primeiro, talvez, da autoria de Cláudio Eliano; o segundo de provável proveniência aristotélica¹⁰⁵. Em qualquer

¹⁰¹ Sobre a presença do clero catedralício nas universidades de Paris e Montpellier, *vide*, respectivamente os trabalhos de FARELO, Mário – *La peregrinatio academica portugaise vers l'Alma Mater parisienne (XII^e-XV^e siècles)*. Montréal: Université, 1999 (dissertação de mestrado policopiada); SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Les Portugais à l'Université de Montpellier: XII^e-XVII^e siècles*. Paris: FCG/Centro Cultural Português, 1971.

¹⁰² PEREIRA, Isaías da Rosa – Livros de Direito... 13.

¹⁰³ É útil invocar o exemplo do averbamento de óbito de mestre Martinho, que foi cónego de Coimbra no século XII e apontado como antigo estudante na universidade de Paris, considerado proprietário de uma biblioteca de grande modernidade para a sua época, contendo várias obras sobre a prática médica. Cf. *Liber anniversariorum*... Vol. 1, p. 79: *Era M.^a CC.^a XIII.^a. Parisius, obitus magistri Martini presbiteri canonici qui dedit canonicis librum sermonum et partem epistolarum Pauli in vii.^m caternos, Cantica Canticorum, Genesim, librum Isidori de expositione historie, praticam de medicinis, librum de astronomia, Philosophiam magistri Vilielmi, librum de defloratione misse, librum Gerlandi, librum questionum, dietas particulares, librum arismetice, Abacum, librum Constantini, alias dietas, librum de medicinis, librum super Matheum; et pro anniuersario unam vineam cum suo oliveto in Villa Franca sicut sonat in carta sui testamenti.*

¹⁰⁴ Vid. TEP, 1.38.

¹⁰⁵ Vid. TEP, 2.54, 2.41. É possível que o livro descrito no testamento de João Gomes, cónego de Coimbra, como *liber in vulgari castellano de origine ventorum* se reporte ao *Ventorum Situs*, um trabalho de Aristóteles (384-322† a.C.) bem conhecido na época medieval, o qual se refere a situações e nomes dos

caso, à semelhança do feito para a Medicina, também nas Artes Liberais é possível trabalhar de modo especulativo e presumir que os *armarii* particulares de eclesiásticos não ignorariam algumas obras fundamentais do género, como as produzidas por Donato, Prisciano, Cícero ou Boécio, autores que constituíram, durante grande parte da Idade Média (alta e baixa), o principal travejamento do saber em disciplinas não mecânicas, inclusivamente em círculos universitários¹⁰⁶. Em reforço desta tese, sabe-se que textos desses mesmos autores eram recebidos, pela mesma época, em bibliotecas monásticas, como as de São Vicente de Fora, em Lisboa¹⁰⁷, Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça¹⁰⁸, e que, portanto, circulavam e eram conhecidos no território português (Fig. 1).

A aparente baixa quantidade de obras gramaticais visível no património dos membros do clero catedralício português talvez possa, no entanto, ser matizada, considerando o grande número de saltérios presentes nas doações, referidos em várias ocasiões¹⁰⁹. Na origem e na essência obras litúrgicas, os livros de salmos eram considerados como sucedâneos eficazes dos manuais de Gramática, pelo menos em instâncias de estudos mais rudimentares¹¹⁰. Uma aptidão para o ensino que foi sublinhada, de resto, em vários dos testamentos, nos quais se dispôs sobre o uso específico dos saltérios em contexto docente, e em que se celebraram, em algumas ocasiões, as suas virtudes pedagógicas¹¹¹. Seja como for, o reconhecimento da utilidade gramatical dos saltérios, podendo camuflá-la, não

ventos. Vid. ROSS, David – *Aristóteles*. Lisboa: D. Quixote, 1987, p. 24. Por outro lado, a obra encontrada no mesmo testamento sob o título latino *Librum de Naturis Animalium* deve-se tratar com grande probabilidade do trabalho assim intitulado devido a Cláudio Eliano (175-235†), também de ampla divulgação na Idade Média. Vid. Aelian. In *The New Encyclopaedia Britannica*. Vol. 1: *Micropaedia*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1993, p. 117.

¹⁰⁶ LEFF, Gordon – A Faculdade de Artes: o Trivium e as três filosofias. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 311-316.

¹⁰⁷ NASCIMENTO, Aires – Livros e claustros no século XIII em Portugal: o Inventário da Livraria de S. Vicente de Fora em Lisboa. *Didaskalia*. 15 (1985) 229-242.

¹⁰⁸ Vid. *supra* nota 38.

¹⁰⁹ Vid. *TEP*, 1.25, 1.28, 1.29, 1.39, 1.40, 2.28, 2.42, 2.54, 3.2, 7.1, 7.3, 7.9, 9.13, 9.14, 9.17.

¹¹⁰ CAEIRO, Francisco da Gama – As escolas capitulares... 43-44.

¹¹¹ Vid. *TEP*, 1.20.

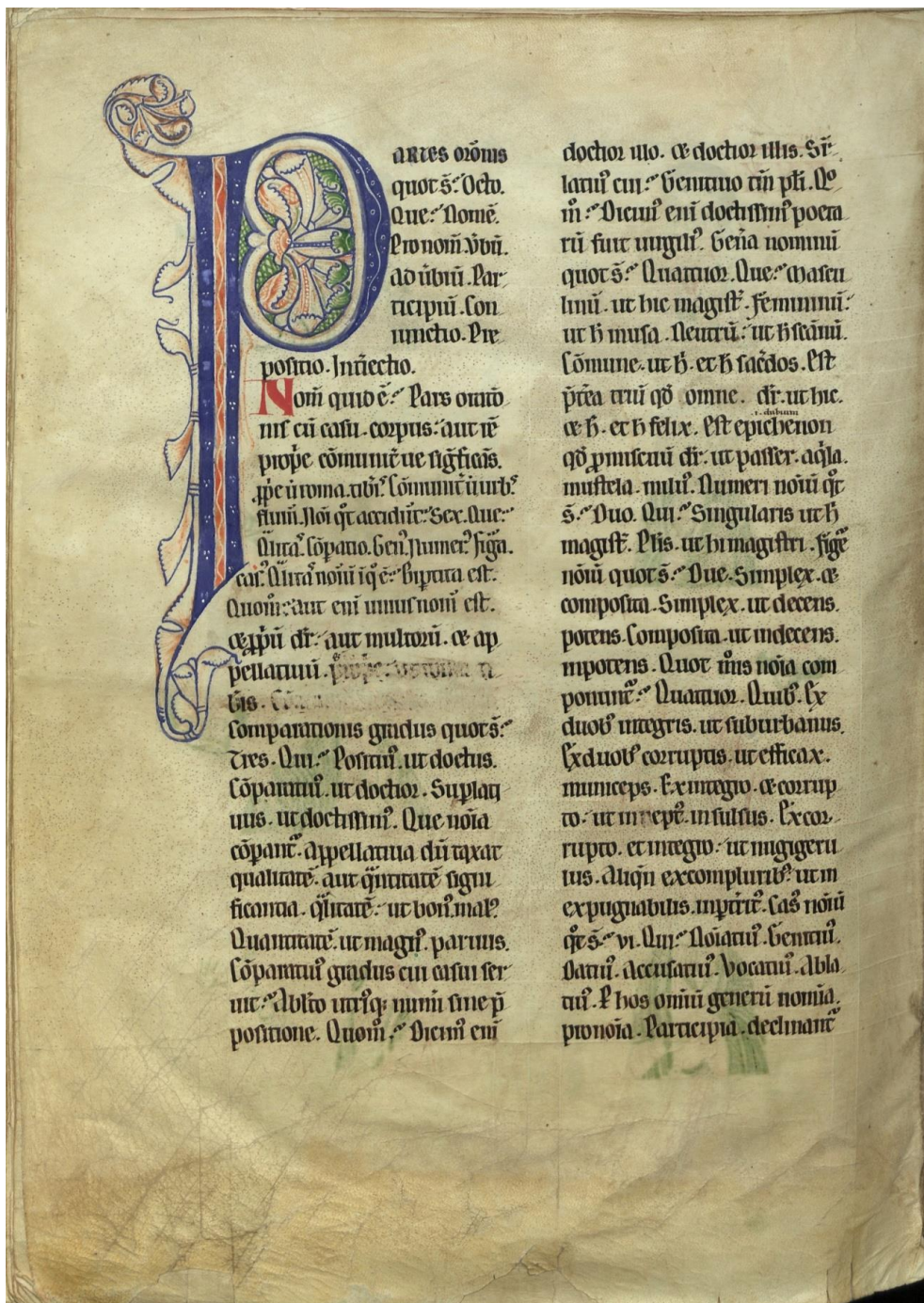


Fig. 1 – *Ars Grammatica*, de Donato (1176) © Biblioteca Nacional de Portugal, ALC. 426, fl. 506.

chega para ocultar a escassez de obras em Artes Liberais reflectida pelos documentos em análise.

A estranheza provocada pela insuficiência de manuscritos desse teor reside, em grande parte, no facto do Trívio e do Quadrívio, categorias em que se decompunha a tradicional divisão programática das Artes Liberais, terem inegável importância nos níveis básicos e avançados de aprendizagem do período medieval, justificando uma presença mais pujante e regular de obras dessa natureza nas livrarias privadas dos eclesiásticos. A importância do Trívio, formado pela Gramática, Lógica e Retórica, era superlativa: constituía a base estruturante do saber da época, em conjunto com a Aritmética (Fig. 2), necessária para o simples cômputo como para os bem mais complexos cálculos exigidos pela Geometria e pela Astronomia.

A Gramática tinha proveito a vários níveis: numa perspectiva mais elementar, permitia o domínio das regras da linguagem, e, numa óptica mais avançada, servia de instrumento de pesquisa intelectual, como sucedeu num período específico e mais tardio da vida da escolástica, onde foram sublimadas as suas qualidades especulativas e se valorizaram os seus aspectos filosóficos¹¹².

Por sua vez, a Lógica, ou Dialéctica, enquanto arte por excelência do raciocínio, assente na análise das proposições e dos seus componentes, era o vértice angular das disputas que sustentavam o método escolástico, que escorava todo o sistema educativo europeu (e, por arrastamento, o português), fornecendo-lhe as técnicas argumentativas¹¹³.

O interesse da Retórica, por seu turno, radicava no domínio de um conjunto de regras que apontavam à eloquência, sendo a sua prática exercitada quer no plano da oralidade, onde aspirava à perfeição discursiva, de acordo com o uso preceituado de fórmulas; quer no plano da expressão escrita, implicada nos

¹¹² LEFF, Gordon – A Faculdade de Artes..., p. 312-313.

¹¹³ LEFF, Gordon – A Faculdade de Artes..., p. 313-314.

ut solus. atē. ut alī. & cetera. Sūt
item numeri multiplicatiui. ut
simplex. duplex. triplex. qua-
druplex. & cetera. Sunt item ad-
iunctiue prolati. ut simplicitē. du-
plicitē. triplicitē. quadruplicitē. & inq-
plicitē. & cetera. Sunt alie species

dirivatorum numerorum a su-
prioribus dirivare. ut ē singul-
dualis. ternarius. quaternari-
quinarī. senari-
septenarius.
octonari-
nonari-
denarius.
undenari-
duodenari-
trece-
nari-
& cetera. Item. assis. uel
dasis. dipondi. tressis. quadra-
sis. quinquis. sexis. Septasis.
octasis. et c. e. t. e. r. a.



Fig. 2 – *De numeris*, de Rabanus Maurus (1176) © Biblioteca Nacional de Portugal, ALC. 426, fl. 504.

mais variados géneros literários¹¹⁴. A sua natureza persuasiva tornava-a particularmente aplicável em textos doutriniais, sermonísticos, normativos, cronísticos e hagiográficos, mas também em escritos didácticos e pedagógicos e, até, em manifestações de índole mais poética¹¹⁵.

À margem dos livros relacionados com os tradicionais campos de conhecimento e estudo medievais, merece realce o grande afluxo de manuscritos litúrgicos às bibliotecas particulares do clero catedralício, que apenas é suplantado pela bibliografia jurídica, numa demonstração inequívoca da importância concedida pelos homens do clero aos actos devocionais e sacramentais. Os manuscritos litúrgicos configuram uma extensa e heterogénea família, onde se enquadram os vários saltérios e breviários encontrados nos testamentos, assim como os menos abundantes dominicais e santorais, além de todos os epistolários, evangeliários, leccionários, missais e antifonários neles mencionados, ou adivinhados a partir de várias referências a orações¹¹⁶. A conveniência deste tipo de obras para os clérigos era evidente, e prendia-se com o ofício divino, ou seja, com as leituras das missas, com a salmodia, com as orações das horas canónicas, com o canto coral, com a comemoração de festas e de dias santos, ou outras actividades afins, ligadas com observâncias ao ritual.

Muito menos abundantes do que os textos litúrgicos nos testamentos foram os escritos hagiográficos, referidos apenas em casos muito raros. O destaque neste capítulo vai para o que parece ser uma alusão ao *Livro dos Diálogos*, de S. Gregório Magno, papa e doutor da Igreja, colecção hagiográfica alvo de grande acolhimento popular (Fig. 3)¹¹⁷.

¹¹⁴ LEFF, Gordon – A Faculdade de Artes ..., p. 314-315.

¹¹⁵ CURTIUS, Ernst Robert – *Literatura europeia e Idade Média latina*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957, p. 78.

¹¹⁶ Vid. *TEP*, 1.3, 1.18, 1.25, 1.28, 1.29 1.31, 1.38, 1.39, 1.40, 2.7, 2.18, 2.22, 2.28, 2.35, 2.38, 2.40, 2.41, 2.42, 2.46, 2.54, 3.2, 7.1, 7.3, 7.7, 7.8, 7.9, 7.11, 9.13, 9.14, 9.17.

¹¹⁷ Vid. *TEP*, 1.28. Sobre a popularidade das obras de Gregório Magno, vid. RUSH, A. C. – Gregory I, Pope, St. In *NEW CATHOLIC Encyclopedia*. Vol. 6. New-York: McGraw-Hill, 1967-1979, p. 766-770.

leirou omudo e neo
 morar acherino. **P**is
 ajuda de murtas ma
 uilhas e milags ato
 tolos aqles q aa juda
 do sco home veem de
 mada: **Contou aju
 da sam gg. e disse:**
Eoutor dia acote
 ceo q hua molher em
 sande ceo. e andana e
 assi de dia como de
 norte p mutes e p ua
 les e per matos e per
 capos. e mui folgama
 saluo qndo afferun
 ra era tamanha q
 no podia ia mais an
 dar. Eacontece hui
 dia q ement assi an
 daua p mutes e p ua
 les. lro aaqla coua
 enq pmerant mo
 rara sam lreco. e hy
 folgon toda aqla no
 yte sem o saler q ela
 ouesse dos milags
 q hy os fazia pelo glo
 noso sam lreco. **E de**

pis se leuato na ma
 nhaa e achou se saa
 e salua e co toco seu en
 tedimento e toda sua
 vida. **Entom disse offe
 religo dom pedro:**
Que he padre oq nec
 mos q murtas nega
 das acotece q os scos
 faze murtos milags
 naqles logeres onde
 som as suas velhas
 ou onde faze os seus
 ossos. **E sam gg. respo
 ceo. Capitulo. rrrr. viij**
Non he duvida
 pedro q os scos
 podem fazer murtos
 milagres. alhy onde os
 seu corpos faze. E cer
 tamt alhy faze aq
 les q puras vntades
 ham. **M**ais porq aqles
 q som de pagna se poe
 tovidar q os scos non
 the socorre alhy onde os
 seu corpos no fazem.
Epor ta to fets metter
 aas uezes pa tolher

Fig. 3 – *Livro dos Diálogos*, de Gregório Magno (Séc. XIV) © Biblioteca Nacional de Portugal, ALC. 182, fl. 13v.

Além desta obra, há remissões em testamentos para outras duas hagiografias, nomeadamente um relato dos milagres de S. Rosendo, bem conhecido no mundo monástico hispânico¹¹⁸, e um livro dedicado às vidas dos santos, de autoria incerta¹¹⁹. O elenco de manuscritos do género fica completo com dois santorais, também chamados santais, sendo que nestes casos provavelmente terão pesado mais na sua aquisição os respectivos atributos litúrgicos e a função como calendários de festas do que o interesse pelo conhecimento das vidas lendárias dos santos e dos seus episódios miraculosos, já que o ofício litúrgico era uma exigência ligada com a prática quotidiana e o hábito da leitura edificante das *Vitae* e *Flos Sanctorum* foi um fenómeno com manifestações mais tardias¹²⁰.

São igualmente pouco numerosas as obras religiosas, em sentido estrito do termo, que se observam a transitar de mãos. Nestas condições apenas estão recensados dois lotes, a par de uma Bíblia, descrita como portátil¹²¹. De modo surpreendente, é a única referência a uma Bíblia – o supremo livro religioso – achada nos testamentos. Uma possível explicação para tal singularidade passa por admitir que a maioria dos exemplares bíblicos disponíveis estaria confiada à guarda das Sés, e não na posse individual de clérigos, mas trata-se de uma asserção discutível, que, todavia, pode ajudar a explicar essa ausência¹²². Quanto aos dois lotes referidos, um era genérico, pelo que sobre o seu conteúdo pouco ou nada é possível conjecturar¹²³; e o outro era formado por um conjunto de pequenos livros, de algum modo ligados ao Evangelho de S. Mateus, muito naturalmente

¹¹⁸ Vid. *TEP*, 1.38. Sobre o culto de S. Rosendo no espaço peninsular, vid. MATTOSO, José – S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época. In *OBRAS completas*. Vol. 9. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, p. 20-34.

¹¹⁹ Vid. *TEP*, 7.8.

¹²⁰ SOBRAL, Cristina – *Adições portuguesas no Flos Sanctorum de 1513*. Lisboa: [s.n.], 2000 (tese de doutoramento policopiada).

¹²¹ Vid. *TEP*, 7.8.

¹²² NORTE, Armando – *Letrados e cultura letrada em Portugal...*, p. 315-554.

¹²³ Vid. *TEP*, 1.10.

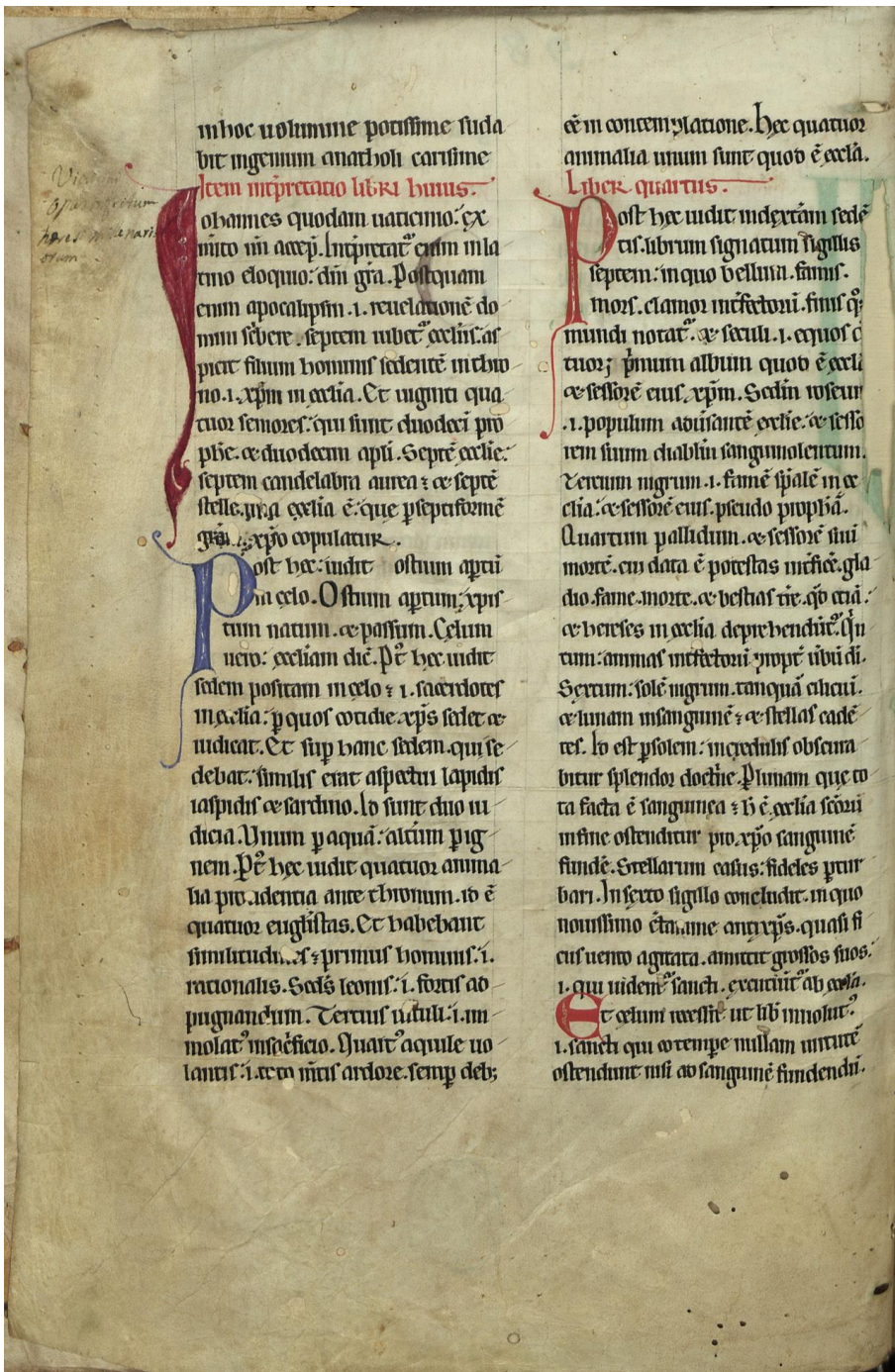


Fig. 4 – *Commentarium in Apocalypsin*, de Beato de Liébana (Séc. XIII) © Biblioteca Nacional de Portugal, ALC. 247, fl. 1v.

comentários ou glosas relativos ao texto do evangelista, referidos como *libellos parvos ... apud Mathews*¹²⁴ (Fig. 4).

São presenças bem mais inusitadas nas livrarias eclesiásticas, por se afigurarem como bastante excêntricas aos hábitos de recolha bibliográfica clericais, dois textos regulando aspectos da vida urbana das populações, designadamente uma carta do foro de Leão e um costumeiro antigo da cidade de Coimbra, na posse do mesmo indivíduo: João Gomes, cónego da Sé de Coimbra e reitor da igreja de S. Julião de Portunhos¹²⁵. Sobre essa presença, sobram, acima de tudo, interrogações.

Resta, por fim, um conjunto de manuscritos, referidos genericamente como *itinerarios*, que se apresentam de difícil catalogação, tudo levando a crer tratar-se de mapas ou roteiros de viagem, sem excluir a possibilidade de serem itinerários de tipo espiritual¹²⁶.

Doações de manuscritos: transmissões directas e alienações

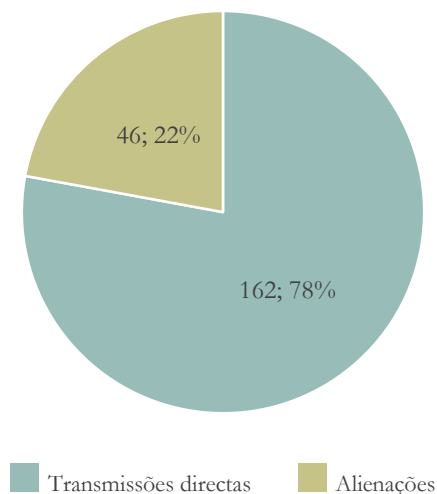
Desviando a atenção do programa intelectual do clero catedralício para as formas de doação das peças bibliográficas, são detectáveis duas atitudes típicas, por parte dos testadores: a transmissão directa de livros e a sua transmissão prevendo a respectiva alienação, nestes casos motivada por propósitos muito diversificados. Se a transmissão directa de obras pode ser considerada a norma, não eram, de facto, incomuns as dádivas de lotes bibliográficos com indicações explícitas para a sua venda, que aconteceram em cerca de um terço dos legados, afectando 46 dos conjuntos de livros transmitidos (Gráfico 6).

¹²⁴ Vid. *TEP*, 1.4.

¹²⁵ Vid. *TEP*, 2.54.

¹²⁶ Vid. *TEP*, 1.10.

Gráfico 6 – Doação de manuscritos



Os elevados valores atingidos pelos manuscritos, em função da sua raridade, dos altos custos de produção incorporados e do labor intelectual posto na sua confecção, somados à capacidade de que dispunham para se transformarem em liquidez, tornavam-nos objectos bastante preciosos, facilmente valorizáveis, e convertíveis em moeda sem dificuldade¹²⁷. Por isso, permitiam garantir, sem demasiadas complicações, as disponibilidades financeiras necessárias para responder a vários dos encargos previstos nos testamentos da clerezia, onde figuravam como mais comuns os gastos com execuções testamentárias, o pagamento de exéquias e a comemoração de aniversários, o financiamento de sufrágios, a quitação de dívidas, as aquisições de propriedades e a compra de alfaia litúrgicas.

A este conjunto diversificado de gastos, há que juntar as preocupações, reveladas por alguns dos testadores, como o deão bracarense Pedro Gonçalves,

¹²⁷ Sobre o valor dos manuscritos, existem, por exemplo, vários testamentos que estabelecem quantias destinadas à aquisição de manuscritos (vid. *TEP*, 1.6, 1.18, 1.25, 1.29, 1.31, 1.40, 2.18, 2.22, 2.35, 7.4, 7.11, 9.17); enquanto outros especificam cauções que devem rodear a sua utilização (vid. *TEP*, 1.33, 2.28) ou referem valores de penhoras (vid. *TEP*, 2.47).

o arcebispo Martinho Geraldês, o mestre-escola de Coimbra João Peres e o bispo Egas Fafes da mesma diocese, em patrocinar os estudos de clientes, familiares ou favoritos, que, por regra, significavam elevados custos, os quais se pretendiam ver cobertos, em todo ou em parte, pelos rendimentos provenientes das vendas de códices¹²⁸. Em especial quando se tratava do acesso a níveis de ensino mais avançados, como os praticados em estudos gerais, onde concorriam o preço de livros, as deslocações e os alojamentos, além do pagamento de taxas e outras despesas afins, por períodos necessariamente longos¹²⁹.

A todas essas motivações para a venda de manuscritos acrescem ainda as alienações com o objectivo da compra de outros livros. Um fenómeno relevante para a análise dos processos de constituição de fundos librários, traduzindo a vontade de alguns doadores, quase sempre no sentido da substituição de livros jurídicos por livros litúrgicos, mas também por obras religiosas, como o fizeram Pedro Peres, Mateus Domingues, Pedro Pais Eixegas, Estêvão Eanes, João Paris e Estêvão Pais, da Sé de Braga; João Domingues, João Martins de Soalhães e Pedro Martins, do cabido de Coimbra; Julião Fernandes e Vicente Domingues, da diocese do Porto; e Lourenço Esteves ou João Esteves de Arouca, de Viseu¹³⁰.

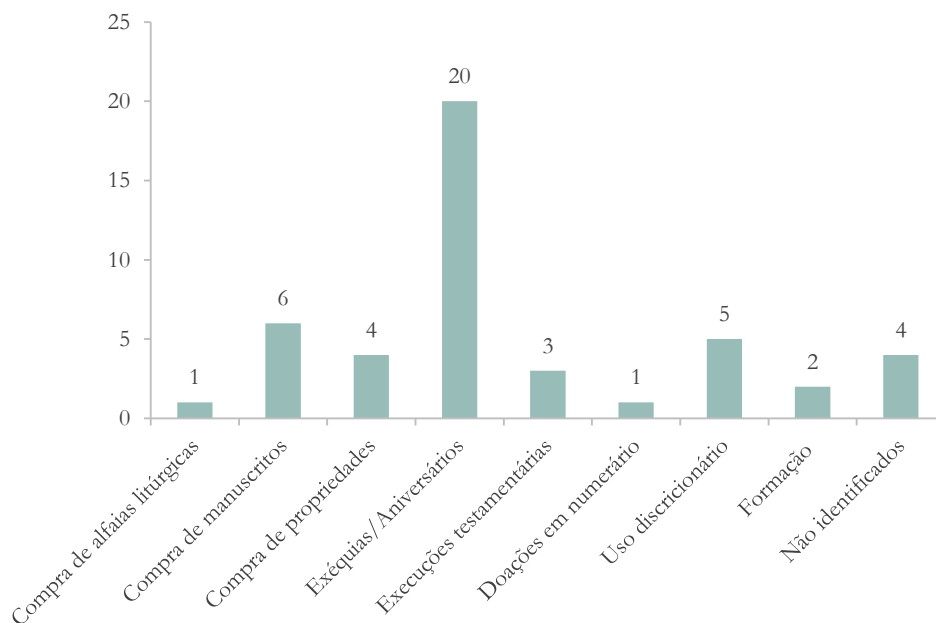
Podendo exprimir tão-somente situações pontuais e vontades individuais, não se deve deixar de colocar a hipótese de se tratar de um indicador mais geral, ocasionado por um eventual *deficit* de obras de teor litúrgico nas bibliotecas das catedrais ou das igrejas paroquiais, que os doadores procuravam compensar com as suas disposições testamentárias (Gráfico 7).

¹²⁸ Vid. *TEP*, 1.1, 1.32, 2.28, 2.42.

¹²⁹ SCHWINGES, Rainer Christoph – Formação dos estudantes e vida estudantil. In *UMA HISTÓRIA da Universidade...*, p. 234-238.

¹³⁰ Vid. *TEP*, 1.6, 1.18, 1.25, 1.29, 1.31, 1.40, 2.18, 2.22, 2.35, 2.53, 7.4, 7.11, 9.15, 9.17.

Gráfico 7 – Motivos invocados para a alienação de manuscritos

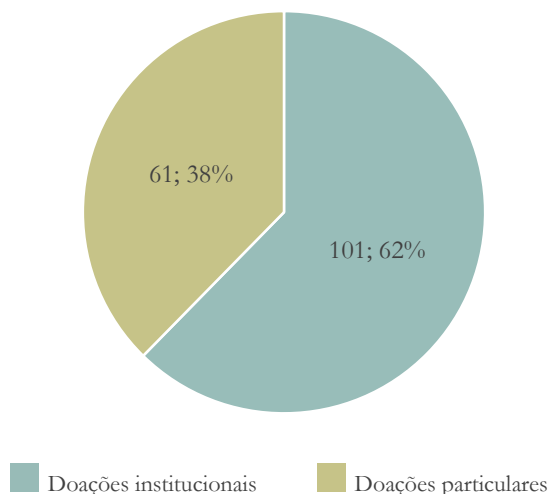


Na perspectiva das obras transmitidas directamente, representando 162 dos 208 lotes de livros doados, sobre as quais não se encontraram quaisquer cláusulas prevendo a futura dispensa ou venda, parece útil classificá-las do ponto de vista da natureza dos destinatários, na medida em que permitem distinguir entre doações institucionais e individuais (Gráfico 8).

As transmissões institucionais, dominantes em relação às particulares, visaram, na sua maioria, as Sés a que pertenciam os testadores, apontando, quase sempre, aos tesouros das catedrais, mas também às mesas episcopais e capitulares, chegando a ser direccionadas para sítios tão específicos como altares, coros ou capelas existentes nas sés. As grandes beneficiárias destas doações foram as catedrais de Braga, Porto, Coimbra e Évora, por ordem decrescente de legados de livros. De forma bem mais residual, as igrejas de Silves e Lamego não deixaram, porém, de receber peças bibliográficas. Só ocasionalmente este tipo de doações

teve como destinatários pequenas igrejas paroquiais e conventos de monges regulares, privilegiando-se, entre os últimos, os frades pregadores da ordem de S. Domingos.

Gráfico 8 – Doações de manuscritos por destinatários



Quanto às transmissões individuais, foram bem mais diversificadas do que as institucionais. De uma forma quase universal, mas sem surpresas, foram homens a serem beneficiados com livros; na sua maioria, clérigos. Há, contudo, pelo menos uma presença feminina anotada entre os favorecidos com manuscritos: Maria Freire, a quem foi doado um saltério por Estêvão Soares, cônego da Sé de Braga¹³¹. É de supor, todavia, que o número de eclesiásticos fosse ainda mais expressivo do que é possível contabilizar, pois nem sempre os donatários eram referidos pela sua condição eclesiástica, mas simplesmente pelos seus nomes ou, então, acompanhados por indicações sobre parentesco ou clientelas, assim permitindo a respectiva identificação individual, tornando

¹³¹ Vid. *TEP*, 1.28.

dispensável o anúncio dos vínculos eclesiásticos. De maneira geral, destacam-se as doações particulares feitas em intenção de familiares, com um favorecimento massivo dos sobrinhos dos doadores, algo que se pode explicar pela interdição ao matrimónio dos clérigos, impedindo a transmissão patrimonial por linha directa. Algumas dessas doações previam a tramitação das obras ao longo da linha sucessória familiar durante várias gerações, a partir de ligações colaterais, denunciando a importância concedida à consanguinidade pelos proprietários das obras. Ilustram esse fenómeno concreto os casos do arcebispo Estêvão Soares da Silva, do deão de Braga Fernando Eanes de Portocarreiro, do arcediogo de Barroso João Vicente, do deão de Coimbra Guilherme de Saint-Géry e do bispo de Coimbra Egas Fafes¹³².

Para além dos laços familiares, outras relações e tipos de redes justificaram as doações de livros, como aconteceu com clientes e protegidos de autores dos testamentos eleitos como receptores desses bens. De forma semelhante, embora em número muito menor, criados e serviçais também não deixaram de ser contemplados com códices, grupo onde se podem incluir camareiros e capelães, por corresponderem a formas de serviço, apesar de muito específicas. Todavia, a maioria dos manuscritos transmitidos foram canalizados para membros do cabido ou para bispos, revelando um sistema endogâmico em perfeito funcionamento, capaz de assegurar a retenção do património bibliográfico no interior da esfera eclesiástica, à imagem do que se observa para outros tipos de bens.

Outras doações (com impacto na aquisição de manuscritos)

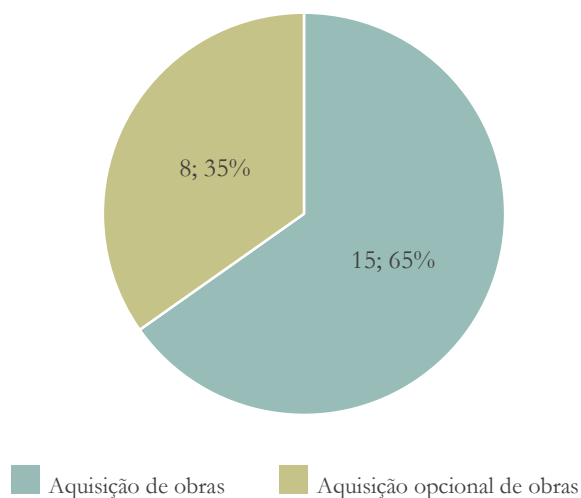
Ao lado das citadas doações de manuscritos, destinadas à simples transmissão directa ou a vendas posteriores, ocorreu outro tipo de ofertas, na essência de carácter financeiro, com o objectivo de serem aplicadas na aquisição,

¹³² Vid. *TEP*, 1.10, 1.33, 1.48, 2.28 e 2.50.

firme ou opcional, de futuras obras¹³³. Essa intenção, no sentido da compra de livros, encontra-se manifestada por 14 eclesiásticos, perfazendo 23 legados no total, com a curiosidade de nem todos os clérigos que optaram por este tipo de dádivas figurarem nos respectivos testamentos como proprietários de manuscritos.

Nestas doações, a aquisição de livros foi na maioria das ocasiões prescritiva e vinculativa, mas nem sempre. Houve ocasiões em que as cedências contemplavam, como alternativa à compra de obras, a aquisição de objectos litúrgicos, nomeadamente cálices para officiar ou ornamentos para o altar¹³⁴. Quando tal sucedeu, a decisão foi transferida do doador para os executores testamentários, assim incumbidos de avaliar sobre a bondade e oportunidade das compras, ou para os destinatários finais, que depois decidiriam de acordo com o seu livre arbítrio, em função dos interesses momentâneos (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Doações contemplando a aquisição de obras



¹³³ Vid. *TEP*, 1.6, 1.18, 1.25, 1.29, 1.31, 1.40, 2.18, 2.22, 2.35, 2.53, 7.4, 7.11, 9.15, 9.17.

¹³⁴ Vid. *TEP*, 1.29

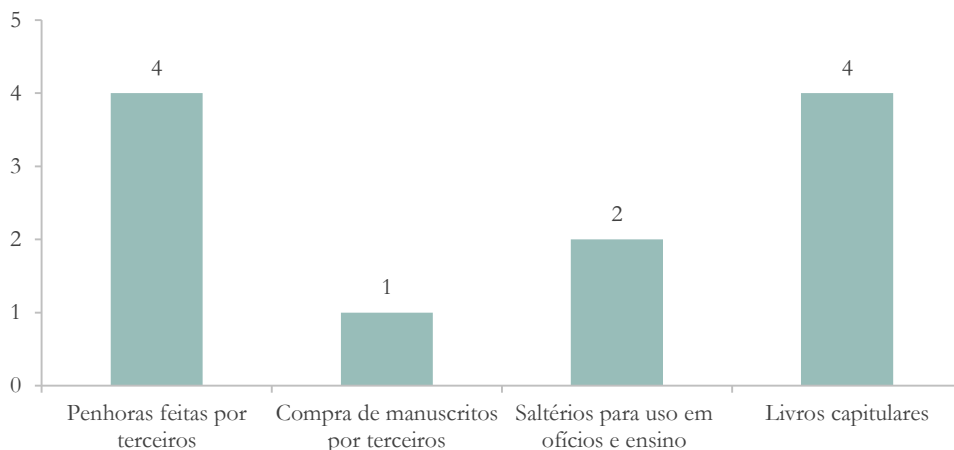
No caso de se terem chegado a concretizar, a maior parte das doações destinadas à aquisição posterior de livros terá influído na constituição e recomposição de um grupo medianamente dimensionado de *armarii* particulares e institucionais, com relevo para os últimos. Com efeito, por intermédio dessas cedências de dinheiro, os doadores pretenderam, sobretudo, o apetrechamento de pequenas igrejas com obras litúrgicas e a supressão de lacunas bibliográficas identificadas nas bibliotecas das sés, mas também o municiamento de instituições e de particulares com textos didáticos e litúrgicos, com preponderância para os saltérios, indispensáveis à condução dos ofícios quotidianos e à introdução aos primeiros estudos nas escolas catedralícias e capitulares.

Outras referências a manuscritos

Enfim, para finalizar o elenco de manuscritos referidos nos testamentos, há ainda a registar um pequeno conjunto de obras que se encontravam na posse de instituições ou de terceiros não identificados, e que, por esse motivo, não podem ser consideradas como parte integrante das livrarias dos doadores. São onze referências a livros, presentes em nove testamentos, citados a propósito de diversos pretextos¹³⁵. A maioria dessas alusões respeitava a livros capitulares, acompanhadas pela indicação de neles se reproduzirem as disposições testamentárias, o que sugere tratarem-se de livros de aniversários ou outros de espécie análoga, como calendários ou obituários. O grupo de menções fica completo com um pequeno lote de obras penhoradas, mais um livro jurídico e alguns saltérios, referidos a propósito da obrigatoriedade do seu uso nos ofícios divinos (Gráfico 10).

¹³⁵ Vid. *TEP*, 1.33, 2.18, 2.22, 2.40, 2.41, 2.54, 3.2, 4.4, 7.9.

Gráfico 10 – Outras referências a manuscritos



Empréstimos e usufruto de manuscritos

Por entre as variadas alusões a manuscritos encontradas nos testamentos, pontuam indicações sobre o empréstimo de livros, presentes em mais de uma dezena de actos¹³⁶. Em três deles, o empréstimo fica claro pela necessidade protestada pelos testadores de devolverem livros na sua posse aos *armarii* dos legítimos proprietários, após a sua morte¹³⁷. Nos restantes casos, trata-se da situação oposta: livros pertencentes aos próprios testadores que tinham sido entretanto emprestados, e em relação aos quais são estabelecidas condições sobre a sua entrega definitiva. Sem nenhuma surpresa, as cedências temporárias de manuscritos envolveram em especial livros de Direito, nos casos em que foi possível certificar a natureza ou autoria das obras emprestadas.

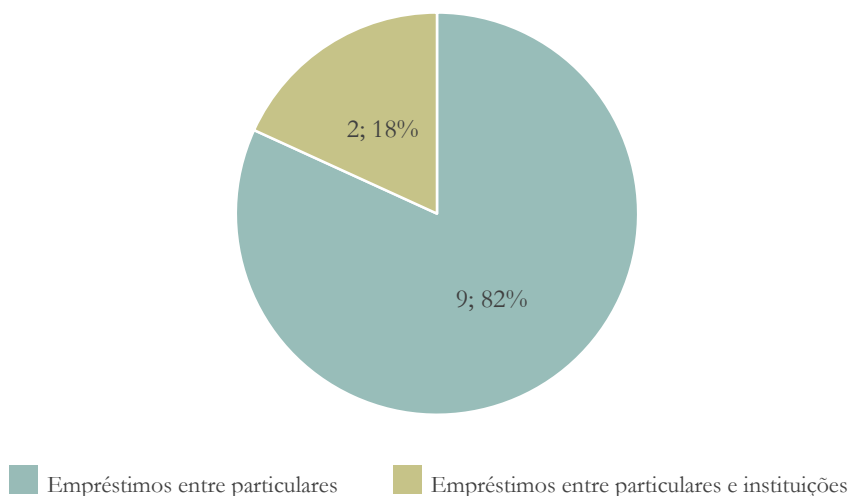
Como se percebe da assiduidade das notícias, os empréstimos não eram infrequentes, e processavam-se quer a nível particular, entre indivíduos, quer entre

¹³⁶ Vid. *TEP*, 1.4, 1.28, 1.38, 1.40, 1.42, 1.48, 2.46, 2.53, 7.7, 7.8, 7.9.

¹³⁷ Vid. *TEP*, 1.28, 1.42, 7.8.

particulares e instituições. Neste último caso com destaque para as sés, naturalmente mais bem apetrechadas com manuscritos do que as pequenas igrejas, e, por conseguinte, com maior capacidade de os dispensar (Gráfico 11). É aceitável presumir também a prática de empréstimos entre instituições, apesar de não estar certificada por este corpo documental.

Gráfico 11 – Referências ao empréstimo de manuscritos



Deveria existir, no entanto, um enorme cuidado a rodear os empréstimos, em consequência do alto valor dos livros e da sua escassez, justificando a aplicação de cauções, como o fez Egas Fafes, arcebispo de Compostela e antigo bispo da sé de Coimbra (1247-1267)¹³⁸. Não era invulgar que as cedências temporárias de obras se transformassem mais tarde em definitivas, como aconteceu por vontade de vários dos beneficiários, mesmo que fosse, previsivelmente, mais usual a reintegração dos livros no património original do proprietário, a partir de onde seriam depois canalizados para outros fins ou

¹³⁸ Vid. *TEP*, 2.28.

indivíduos. Nem sempre são explicitadas nos testamentos as razões que motivaram os empréstimos, mas quando tal sucedeu, com frequência, obedeceram a estratégias de apoio ao ensino, em analogia com o que se verificava nas práticas de usufruto. Assim acontece, por exemplo, no testamento de João Vicente, arcediogo de Barroso na Sé de Braga e cónego de Évora, onde se refere uma obra que tinha sido emprestada a um tal Afonso Fernandes para efeitos de estudo¹³⁹.

O usufruto de livros, prescrito em oito dos testamentos, compreendendo várias obras individuais e não poucos lotes de manuscritos, num total de 23 referências contabilizadas, salvaguardava o direito de determinados indivíduos, apontados pelos mandantes, disporem do acesso a títulos específicos, em circunstâncias bem identificadas, com cláusulas, muitas vezes, severas a rodear os procedimentos¹⁴⁰.

Na generalidade, os usufrutos estabelecidos apresentavam as seguintes características: visavam a formação escolar; tinham por objecto obras jurídicas e eram ditados por prelados e altos dignitários dos cabidos. Do outro lado do compromisso, os usufrutuários, na sua larga maioria, eram constituídos por familiares dos doadores, clérigos com grande probabilidade. Muito relevante, quase sempre, os destinatários finais das doações eram grandes instituições religiosas, sobretudo sés.

Sob esses traços mais comuns, havia, no entanto, espaço para algumas disparidades e discrepâncias. Em particular quanto à extensão dos privilégios de usufruto, alternando entre períodos fixos, pré-estabelecidos e de curta duração, e situações em que o exercício desse direito era prolongado por várias gerações, nalguns casos estendendo-se tão longe quanto a décima, como entendeu dispor o

¹³⁹ Vid. *TEP*, 1.48.

¹⁴⁰ Vid. *TEP*, 1.4, 1.10, 1.40, 2.28, 2.32, 3.2, 7.6, 7.8.

bispo D. Egas Fafes¹⁴¹. Os receios sobre eventuais danos infligidos a obras cedidas nesse regime, à sua alienação ou penhora, resultavam, por vezes, em tentativas de os proteger, motivando também o estabelecimento de elevadas cauções, por parte dos doadores. Veja-se o caso de Fernando Eanes de Portocarreiro, deão de Braga, que em 1272 estabeleceu uma caução de 150 morabitos velhos para os casos de venda, penhora ou alienação de um Decreto, e de 100 morabitos velhos, para circunstância idêntica, em relação a cada uma das suas obras de Direito Canónico e Civil¹⁴². Um outro exemplo é dado pelo citado bispo D. Egas Fafes, que caucionou por 100 libras um Decreto e por valor igual umas Decretais, atribuindo ainda a fiança de 20 libras a umas *Raciones* e de 40 libras a uma Suma¹⁴³.

A concluir, inspeccionar os conteúdos das livrarias privadas do clero secular português, a partir dos testamentos lavrados pelos seus membros, como se pretendeu aqui fazer, parece ser um exercício altamente produtivo, nada espúrio, e capaz de fornecer pistas valiosas para melhor apreender os fenómenos relacionados com o livro no período medieval, quer no plano cultural (ao nível das estratégias de uso, formação e contacto com os saberes), quer no plano patrimonial (envolvendo as práticas de aquisição, dispensa, devolução, empréstimo, usufruto e entesouramento). De facto, na verdade, é o livro, mais do que qualquer outro objecto, que documenta, de um ponto de vista material, a influência de autores em cada época e o leque de interesses dos seus proprietários, permitindo entrever o clima cultural vigente. Como é nele, objecto de múltiplas valências – repositório de informação, agente divulgador, guardião da memória, manual de ensino, peça de prestígio, sinal exterior de riqueza –, que se expressam

¹⁴¹ Vid. *TEP*, 2.28.

¹⁴² Vid. *TEP*, 1.33.

¹⁴³ Vid. *TEP*, 2.28.

os factos, as preocupações, as sensibilidades e os pensamentos dos que com ele alguma vez se relacionaram. No passado, como hoje.

Livrarias de mão do clero medieval português nos testamentos catedralícios – Quadro resumo

Fonte: *Testamenta Ecclesiae Portugaliae* (TEP)

Id. Testamento	Testador	Manuscrito	Nº	Autor	Tipologia													Acção							
					Artes Liberais	Livros Capitulares	Direito	Eclesiologia	Filosofia Natural	Geografia	Hagiografia	Hist. Natural	Liturgia	Pedagogia	Medicina	Regimentos/Foros	Teologia	S/ Classificação	Doações Mss.	Outras Doações	Devoluções Mss.	Outras refer.	Empréstimo	Usufruto	Formação
1.3	Nuno Forjaz, mestre-escola de Braga	<i>Missalem</i>	1	-																					
1.4	D. Pedro Mendes, arcebispo eleito de Braga	«Libellos parvos (...) Matheus»	var	-				•																	
		<i>Decreta</i>	1	[Graciano]			•															•	•	•	
1.6	Pedro Peres, chantre de Braga	«Librum»	1	-																					
		«Librum»	1	-																					
		«Libri»	var	-																					
1.9	Domingos, arcediogo de Braga	<i>Codicem</i>	1	[Justiniano]			•																		
		<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•																		
		<i>Decreta</i>	1	[Graciano]			•																		
		<i>Digestum</i>	1	-			•																		•
		<i>Instituta</i>	1	-			•																		•
1.10	D. Estêvão Soares da Silva, arcebispo de Braga	«Libros (...) ecclesiasticos»	var	-				•																	
		«Tria paria» <i>Decretorum</i>	3	[Graciano]			•																•	•	
		«Codicem»	1	[Justiniano]			•																		
		«Institutam»	1	-			•																		
		<i>Decretales primas</i>	1	Bernardo de Pavia			•																		
		<i>Decretales (...) medias</i>	1	João de Gales			•																		
		«[Libros] itinerarios»	var	-					•																
		«[Libros] minore.»	var	-																					
1.12	Mestre Nicolau, cónego de Braga	<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•																		
1.18	Mateus Domingues, cónego de Braga	<i>Lectionarium</i>	1	-																					
1.21	Martinho Gonçalves, cónego e diácono de Braga	<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•																		
1.23	Pedro Gonçalves de Barbudo, cónego de Braga	<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•																		
1.25	Pedro Pais Eixegas, cónego de Braga	<i>Psalterium</i>	1	-																					
		<i>Decreto</i>	1	[Graciano]			•																		
		<i>Decretales Novas</i>	1	[Gregório IX?]			•																		
		<i>Decretales (...) Veteres</i>	1	-			•																		

Id. Testamento	Testador	Manuscrito	Nº	Autor	Tipologia														Acção						
					Artes Liberais	Livros Capitulares	Direito	Eclesiologia	Filosofia Natural	Geografia	Hagiografia	Hist. Natural	Liturgia	Pedagogia	Medicina	Regimentos/Foros	Teologia	S/ Classificação	Doações Mss.	Outras Doações	Devoluções Mss.	Outras refer.	Empréstimo	Usufruto	Formação
		<i>Institutam</i>	1	-			•											•							
		«Alios libelos»	var	-														•	•						
1.26	D. João Viegas, arcebispo de Braga	«Juris Civilis Augustis»	var	Var			•												•						
1.27	Pedro Moniz, mestre-escola de Braga	<i>Codicem</i>	1	[Justiniano]			•												•						
		<i>Inforciatum</i>	1	-			•												•						
		<i>Digestum Vetus</i>	1	-			•													•					
		<i>Digestum Novum</i>	1	-			•													•					
		<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•													•					
		<i>Volumine</i>	1	-			•													•					
1.28	Estêvão Soares, cónego de Braga	<i>Decretum</i>	1	[Graciano]			•													•					
		<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•													•					
		<i>Salterium</i>	1	-								•	•							•				•	
		<i>Librum (...) Dialogorum</i>	1	[Gregório Magno]							•									•					
		<i>Psalterium</i> «(...) parvum»	1	-									•	•						•					
		<i>Decreta</i>	1	[Graciano]			•													•					
		«Summis»	var	-																•	•				
		«Libris»	var	-																•	•				
		«Librum (...) qui incipit “In hoc libro”»	1	-																•	•				
		«Libri»	var	-																•			•		
1.29	Estêvão Eanes, arcediogo de Braga	«Librum (...) missale magnum»	1	-									•							•					
		«Librum»	1	-																•	•				
		«Librum»	1	-																•	•				
		«Librum»	1	-																•	•				
		<i>Psalterium</i>	1	-										•	•						•				
		<i>Psalterium</i>	1	-										•	•						•				
		«Librum»	1	-																•	•				
		«Unum de » <i>psalteriis</i>	1	-										•	•						•				
		«Librum»	1	-																•	•				
		«Libro»	1	-																•	•				
		<i>Breviarium</i>	1	-										•							•				
		1.30	João Fernandes, cónego de Braga	<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•													•			
1.31	João Paris, cónego de Braga	«Ad opus librorum»	var	-															•	•					

Id. Testamento	Testador	Manuscrito	Nº	Autor	Tipologia													Acção							
					Artes Liberais	Livros Capitulares	Direito	Eclesiologia	Filosofia Natural	Geografia	Hagiografia	Hist. Natural	Liturgia	Pedagogia	Medicina	Regimentos /Foros	Teologia	S/ Classificação	Doações Mss.	Outras Doações	Devoluções Mss.	Outras refer.	Empréstimo	Usufruto	Formação
		<i>Breviarium (...) de horis</i>	1	-																					
1.33	Fernando Eanes de Portocarreiro, deão de Braga	<i>Decreto</i>	1	[Graciano]			•																		•
		«Libros (...) omnes jures canonici et civilis»	var	-			•																		•
		«Libro capituli»	1	-			•																		•
1.38	Domingos Peres Vinagre, mestre-escola de Braga	<i>Breviarium</i>	1	-																					
		«Aristatili»	1	Aristóteles	•																				
		«Albertrandum»	1	Alberto [Magno?]																					
		«Raciones»	1	-			•																		
		«Casus (...)» <i>Decretalium</i>	1	-			•																		
		«Summam»	1	-																					
		<i>Libello Rausedi</i>	1	-																					
		«Omnis libros (...) gramaticales et logicales»	var	-			•																		
«Libri»	var	-																							
1.39	Geraldo Peres, arceidiago do Couto na Sé de Braga	<i>Psalteria</i>	2	-																					
		«Librum (...) de missis»	1	-																					
		«Librum per quem cotidie dicat missam»	1	-																					
1.40	Estêvão Pais, cônego de Braga	<i>Psalterium</i>	1	-																					
		<i>Psalterium</i>	1	-																					
		«Libros»	var	-																					
		«Librum pro anima mea»	1	-																					
		«Libros»	var	-																					
1.42	D. Martinho Pires de Oliveira, arcebispo de Braga	«Livros»	var	-																					
		«Livros»	var	-																					
1.48	João Vicente, arceidiago de Barroso na Sé de Braga	<i>Degreataes grossas</i>	1	[Gregório IX]			•																		
		<i>Capiosa</i>	1	[Henrique de Susa]			•																		
		«Innocencio»	1	[Inocêncio IV?]			•																		
		«Ostiense en leytura sobrellas» <i>Novellas</i>	1	Henrique de Susa			•																		
		<i>Especulo</i>	1	[Guilherme Durand]			•																		
		«Libros»	1	-																					
		<i>Degreataes</i>	1	[Gregório IX]			•																		•

Id. Testamento	Testador	Manuscrito	Nº	Autor	Tipologia														Acção					
					Artes Liberais	Livros Capitulares	Direito	Eclesiologia	Filosofia Natural	Geografia	Hagiografia	Hist. Natural	Liturgia	Pedagogia	Medicina	Regimentos/Foros	Teologia	S/ Classificação	Doações Mss.	Outras Doações	Devoluções Mss.	Outras refer.	Empréstimo	Usufruto
1.49	Martinho Eanes Barrosas, cônego de Braga	«Librum Innocenci»	1	[Inocêncio IV?]			•										•							
2.7	Cipriano Clemente, presbítero da Sé de Coimbra	<i>Evangeliorum</i>	1	-									•				•							
2.11	Martim Martins, cônego de Coimbra	«Libros»	var	-													•	•						
2.16	João [Eanes], chantre de Coimbra	<i>Decreta</i>	1	[Graciano]			•											•						
		<i>Decretalis</i>	1	[Gregório IX]			•											•						
2.18	João Domingues, cônego de Coimbra	«Librum Mysticum»	1	-									•						•					•
		«Libro capituli»	1	-		•															•			•
2.22	João Domingues, tesoureiro de Coimbra	«Librum mysticum»	1	-									•						•					•
		«Libro capituli»	1	-		•															•			•
2.28	D. Egas Fafes, arcebispo de Compostela	<i>Digestum novum</i> «cum tribus partibus»	1	-			•											•						
		<i>Digestum vetus</i>	1	-			•												•					
		<i>Codex</i>	1	[Justiniano]			•												•					
		<i>Institutionibus</i>	1	-			•												•					
		<i>Decretum</i> «cum aparatu Johannis»	1	João Teutónico			•												•				•	•
		<i>Decretales</i> «cum aparatu Bernaldi»	1	Bernardo [de Parma]			•												•				•	•
		«Raciones juris canonici»	1	-			•												•				•	•
		«Suma Huguitionis super» <i>Decreto</i>	1	Hugúcio de Pisa			•												•				•	•
		<i>Digestum vetus</i>	1	-			•												•				•	•
		<i>Codex</i>	1	-			•												•				•	•
		<i>Institutiones</i> «cum aparatu domni Acursii»	1	Acúrsio			•												•				•	•
		<i>Digestum novum</i>	1	-			•												•				•	•
		<i>Outenticum</i> «sine aparatu»	1	-			•												•				•	•
		<i>Psalterium</i> «(...) glosatum»	1	-										•	•				•					•
		<i>Breviarium</i> «vetus nostrum»	1	-										•					•					
2.32	João Gonçalves Chancinho, cônego de Coimbra	«Livros»	var	-														•	•					
		«Livros»	var	-														•	•			•		
2.35	João Martins de Soalhães, cônego de Coimbra e Lisboa	<i>Decretales</i> «(...) meliores»	1	[Gregório IX]			•											•						
		<i>Codicem</i> «(...) apparatus»	1	[Justiniano]			•											•						

Id. Testamento	Testador	Manuscrito	Nº	Autor	Tipologia														Acção							
					Artes Liberais	Livros Capitulares	Direito	Eclesiologia	Filosofia Natural	Geografia	Hagiografia	Hist. Natural	Liturgia	Pedagogia	Medicina	Regimentos /Foros	Teologia	S/ Classificação	Doações Mss.	Outras Doações	Devolções Mss.	Outras refer.	Empréstimo	Usufruto	Formação	Outros
		<i>Digestum</i> «(...) aparatos»	1	-			•											•								
		«Questiones (?)»	1	-			•											•								
		<i>Dominicales</i>	1	-									•					•								
		<i>Libellum magistr[i]</i> [...] [...]	1	-														•	•							
		«Summas»	var	-														•	•							
		<i>Decretum</i>	1	[Graciano]			•												•							
		<i>Decretales antique</i> «aparte»	1	-			•												•							
		«Summe apparatus magistri Johannis de Deo (...)»	1	João de Deus (mestre)			•												•							
		«Summe apparatus (...) magistri Vincenci»	1	mestre Vicente			•												•							
		<i>Decretales</i> «(...) sine apparatus»	1	Vicente (mestre)			•												•							
		«Apparatus Hostiensis»	1	Henrique de Susa			•												•							
		<i>Speculum Judiciale</i>	1	[Guilherme Durand]			•												•							
		«Sumam Hostiensem que dicitur» <i>Copiosa</i>	1	Henrique de Susa			•												•							
		«Libri medicine»	var	-															•							
		«Libris»	var	-															•		•					
		«Summa Aconis»	1	Azon			•													•						
		«Summe super» <i>Decreto</i>	2	[Graciano]			•													•						
2.38	Pedro Martins, cónego de Coimbra	<i>Breviarium</i>	1	-										•				•								
2.40	Vasco Domingues, cónego de Coimbra	<i>Missal</i> «pequeno»	1	-										•				•						•		
		«Livro dos Aniversarios»	1	-		•															•			•		
2.41	D. Pedro Martins, bispo de Coimbra	<i>Missale</i>	1	-										•				•								
		«Librum epistolarum»	1	-										•				•								
		«Libros (...) medicinales»	var	-														•								
		<i>Librum de Naturis Animalium</i>	1	[Claudio Eliano?] / [Aristóteles?]									•						•							
		«Libros (...) minutos»	var	-														•	•							
		<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•															•				
2.42	João Peres, mestre-escola de Coimbra	«Libri (...) qui sunt de jure»	var	-			•											•								
		<i>Breviarius</i>	1	-										•				•						•		

Id. Testamento	Testador	Manuscrito	Nº	Autor	Tipologia														Acção							
					Artes Liberais	Livros Capitulares	Direito	Eclesiologia	Filosofia Natural	Geografia	Hagiografia	Hist. Natural	Liturgia	Pedagogia	Medicina	Regimentos /Foros	Teologia	S/ Classificação	Doações Mss.	Outras Doações	Devoluções Mss.	Outras refer.	Empréstimo	Usufruto	Formação	Outros
		«Libris»	var	-												•	•							•		
		<i>Psalterium</i>	1	-								•	•				•							•		
2.46	Mestre Gonçalo, cônego de Coimbra	«Livro da arte da Medicina»	1	-									•				•									
		<i>Briviaro</i>	1	-							•						•									
		«Livros»	var	-													•	•				•				
2.47	Francisco Peres, cônego de Coimbra	<i>Livros das Sentenças</i>	1	[Pedro Lombardo]												•		•								
		«Livros»	var	-														•	•							
		<i>Degredo</i>	1	-			•											•						•		
2.50	Guilherme de Saint-Géry, deão de Coimbra	«Corpus Juris Civilis»	var	-			•											•						•		
		«Duo raria» <i>Decretalium</i>	2	[Gregório IX?]			•												•						•	
		<i>Sextum Librum</i>	1	[Bonifácio VIII]			•												•						•	
		<i>Decretales</i> «in duobus voluminibus»	1	Gregório IX			•												•							
2.52	Aimerico de Crégol, deão de Coimbra	«Duo paria» <i>Decretalium</i> «apparatum Innocentii»	2	[Inocêncio IV]			•												•							
		«Libros»	2	-															•	•						
2.53	Pedro Martins, chantre de Coimbra	<i>Decretales (...) novae</i>	1	[Gregório IX?]			•												•							
		<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX?]			•												•			•				
		«Libris»	var	-															•	•					•	
2.54	João Gomes, cônego de Coimbra	<i>Primo Decretum</i>	1	[Graciano]			•												•							
		<i>Digesto Veteri</i>	1	-			•												•						•	
		<i>Codice</i>	1	[Justiniano]			•													•						
		<i>Digesto Novo</i>	1	-			•													•						
		<i>Infortiatio</i>	1	-			•													•						
		<i>Parvo volumine</i>	1	-			•													•						
		«Ugucione»	1	-			•													•						
		<i>Salterium</i>	1	-									•	•						•						
		«Liber orarum Beate Virginis Marie»	1	-									•							•						
		<i>Decretum</i>	1	[Graciano]			•													•						
		«Antiqua consuetudine civitatis Colimbriensis»	1	-													•			•						
		«Liber (...) de foro Legionis»	1	-														•		•						
		<i>Breviarium</i>	1	-									•							•						
		<i>Liber (...) de origine</i>	1	[Aristóteles?]					•											•						

Id. Testamento	Testador	Manuscrito	Nº	Autor	Tipologia														Acção								
					Artes Liberais	Livros Capitulares	Direito	Eclesiologia	Filosofia Natural	Geografia	Hagiografia	Hist. Natural	Liturgia	Pedagogia	Medicina	Regimentos/Foros	Teologia	S/ Classificação	Doações Mss.	Outras Doações	Devoluções Mss.	Outras refer.	Empréstimo	Usufruto	Formação	Outros	
		<i>rentorum</i>																									
		«Summa Gauffredi»	1	Godofredo [de Trano]			•													•							
		«Libri parvuli de canto»	var	-																							
3.2	D. Fernando Martins, bispo de Évora	<i>Decretum</i> «glosatum»	1	[Graciano]			•													•			•	•	•		
		«Apparatum Innocentii»	1	Inocêncio [IV]			•														•			•	•	•	
		«Postillas cum casibus super» <i>Decretis</i>	1	[Benecasa de Arezzo?]			•														•			•	•	•	
		«Summulis cum eisdem Postillis et Casibus»	var	-			•														•			•	•	•	
		<i>Institutiones</i> «glosatas»	1	-			•														•			•	•	•	
		«Summam Goufridi»	1	Godofredo de Trano			•															•			•	•	•
		«Summulis»	var	-																	•	•			•	•	•
		«Apparatum Ostiensis in duobus voluminibus»	1	Henrique de Susa			•															•			•	•	•
		<i>Psalterii</i>	1	-																					•		
		<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•															•				•	
		«Summam Goufridi»	1	Godofredo de Trano			•																•			•	
		«Casibus magistri Johannis de Deo»	1	João de Deus			•																•			•	
4.1	D. Martinho Pais, bispo da Guarda	<i>Decreta</i>	1	[Graciano]			•														•						
		<i>Decretalia</i>	1	[Gregório IX]			•															•					
4.3	Mestre João, deão da Guarda e cónego de Braga	«Summa de Uchione»	1	Hugúcio de Pisa			•															•					
		«Libros»	var	-																	•	•					
4.4	D. Vasco Martins [de Alvelos], bispo da Guarda	<i>Decretalis</i>	1	[Gregório IX]			•																•		•		
		<i>Speculum Juris</i>	1	[Guilherme Durand]			•																	•		•	
		<i>Sextum Librum»</i>	1	-			•																	•		•	
7.1	D. Fernando Martins, bispo do Porto	<i>Decreta</i>	1	[Graciano]			•															•					
		<i>Institutiones</i>	1	-			•																•				
		<i>Autenticam</i>	1	-			•																•				
		<i>Novellam</i>	1	-			•																	•			
		«Summam» <i>Decretorum</i>	1	[Graciano]			•																	•			
		<i>Institutionum</i>	1	-			•																	•			
		<i>Codicis</i>	1	-			•																	•			

Id. Testamento	Testador	Manuscrito	Nº	Autor	Tipologia														Acção							
					Artes Liberais	Livros Capitulares	Direito	Eclesiologia	Filosofia Natural	Geografia	Hagiografia	Hist. Natural	Liturgia	Pedagogia	Medicina	Regimentos/Foros	Teologia	S/ Classificação	Doações Mss.	Outras Doações	Devoluções Mss.	Outras refer.	Empréstimo	Usufruto	Formação	Outros
		<i>Codicem</i>	1	-				•										•								
		<i>Digestum Vetus</i>	1	-				•										•								
		<i>Digestum (...) Norum</i>	1	-				•										•								
		<i>Isforciato</i>	1	-				•										•								
		<i>Psalterium</i> «glosulatum»	1	-														•								
7.3	D. Pedro Salvadores, bispo do Porto	«Omnes libros (...) tam legales quam canónicos»	var	-				•										•								
		<i>Psalterium</i> «grossatum»	1	-														•								
7.4	D. Julião Fernandes, bispo do Porto	<i>Codicem</i> «legalem»	1	[Justiniano]				•											•							
		<i>Decretalium</i>	1	[Gregório IX]				•											•							
7.6	Gonçalo Gonçalves, chantre do Porto e de Coimbra	«Librum»	1	-														•	•							
		«Libris»	var	-														•	•					•		
7.7	Abril Peres, cônego do Porto e abade de Cedofeita	<i>Briviayro</i>	1	-														•						•		
7.8	D. Vicente Mendes, bispo do Porto	<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]				•											•						•	
		<i>Digestum</i> «nostrum» <i>Vetus</i>	1	-				•											•							
		<i>Sental</i>	1	-															•							
		<i>Dominical</i>	1	-															•							
		<i>Sfortiatum</i>	1	-				•											•							
		«Uguicium sive Guichum»	1	Hugúcio de Pisa				•											•							
		«Librum de vita sanctorum»	1	-															•							
		<i>Bibham</i> «[manualem (...)]»	1	-															•					•		
		<i>Librum de Civita[te Dei]</i>	1	[Santo Agostinho]															•	•						
		<i>Codicem</i>	1	[Justiniano]				•												•			•			
		<i>Concordancias</i>	1	-				•											•							
7.9	D. Sancho Peres, bispo do Porto	<i>Psalterium</i>	1	-														•						•		
		<i>Decretales</i> «cum earum casibus»	1	[Gregório IX]				•											•						•	
		<i>Decretum</i>	1	[Graciano]				•											•				•			
		<i>Digestum</i>	1	-				•											•						•	
		<i>Decretum</i>	1	[Graciano]				•											•						•	
		<i>Breviarium</i>	1	-															•						•	
7.11	Vicente Domingues, chantre do	<i>Missal</i>	1	-													•									

Id. Testamento	Testador	Manuscrito	Nº	Autor	Tipologia														Acção						
					Artes Liberais	Livros Capitulares	Direito	Eclesiologia	Filosofia Natural	Geografia	Hagiografia	Hist. Natural	Liturgia	Pedagogia	Medicina	Regimentos/Foros	Teologia	S/ Classificação	Doações Mss.	Outras Doações	Devoluções Mss.	Outras refer.	Empréstimo	Usufruto	Formação
	Porto	«Livros»	var	-													•		•						
8.2	Geraldo Pais, deão de Silves	<i>Degretaaes</i>	1	[Gregório IX]			•											•							
		<i>Degredo</i>	1	[Graciano]			•												•						
9.13	Martim Peres, cónego de Viseu e abade de Burgães	<i>Domingal</i>	1	-													•		•						
		<i>Salteiro</i>	1	-													•	•		•					
		<i>Santal</i>	1	-														•		•					
9.14	Codicilo de mestre Martinho, cónego de Viseu	<i>Salteiro</i>	1	-													•	•		•					
9.15	Lourenço Esteves, chantre de Viseu e cónego de Coimbra	«Librum»	1	-														•	•						
		<i>Decretales</i>	1	[Gregório IX]			•													•					
9.17	João Esteves de Arouca, coreiro da Sé de Viseu	<i>Salteiros</i>	var	-													•	•		•					
		«Livros»	var	-															•	•					

Os arquivos capitulares.

Formas de representação e preservação da memória documental: o caso de Évora no início de Trezentos

Hermínia Vasconcelos VILAR

Em 1341 o cabido de Évora mandava elaborar um inventário da documentação guardada nas suas arcas e coligida ao longo dos anos. A memória deste inventário recuaria até ao início do século XIII e à carta elaborada durante o governo do bispo D. Paio (1180-1204†), a qual consagrava a criação das mesas episcopal e capitular, entregando à órbita e gestão de dezoito cônegos um terço do património existente e do que viesse a existir. Estava então criada a divisão das mesas episcopal e capitular, de acordo com um modelo já vigente e aceite em outras dioceses.

Mas, na verdade, como já tivemos ocasião de referir, o Inventário de 1341¹, o primeiro que conhecemos para esta diocese e o último para o qual temos referência até ao início do século XVI, já que o segundo data de 1518², não só não recuou na sua memória documental ao conjunto do século XIII como, muito provavelmente, não se obrigou a inventariar a totalidade do acervo documental³.

¹ No Arquivo do Cabido da Sé de Évora (doravante identificado por ACSE), o códice com o inventário da documentação capitular corresponde ao CEC 2-I A. O conteúdo deste inventário foi parcialmente analisado no nosso estudo intitulado *As Ordens Militares na documentação diocesana de Évora: traços de uma imagem*. In *ORDENS Militares e religiosidade: homenagem ao Professor José Mattoso*. Coord. Isabel Cristina FERNANDES. Palmela: Câmara Municipal, 2010, p. 105-124.

² ACSE, CEC 2- II.

³ Não existem muitos estudos que incidam sobre inventários documentais elaborados no período medieval. Caberá assim realçar o estudo de Filipa Roldão que, embora incida sobre um arquivo e um inventário concelhios, constitui um dos poucos exemplos existentes na nossa historiografia: ROLDÃO,

As explicações para esta escolha, aparentemente selectiva, da memória preservada, podem ser procuradas a diferentes níveis, mas todas elas vão no sentido de indicar que mesmo a construção de uma memória arquivística resulta, na maior parte das vezes, da aplicação de critérios de escolha, critérios que poderão ser valorativos e ligados estritamente à valorização institucional ou social que é feita de um documento, ou estrategicamente selectivos, no sentido da construção de uma memória que se pretendia enaltecadora ou defensora dos privilégios da instituição.

Desta forma, as ausências podem ser quase tão importantes como as presenças, embora elas nos possam igualmente alertar para os diferentes níveis de produção e de arquivo existentes numa instituição⁴.

No caso vertente desta análise, não pretendemos retornar ao referido inventário de 1341 acima mencionado, mas antes interrogar uma outra fonte anterior, resultante, da mesma forma, da acção capitular, ou seja o códice que Henrique da Silva Louro publicou, em 1969, na revista *A Cidade de Évora* e o qual intitulou “O livro mais antigo da Sé de Évora”⁵. E pretendemos interrogá-lo não na perspectiva da análise intrínseca do seu conteúdo, ou seja, das características da informação aí inserida, mas antes no que respeita, por um lado, às razões que terão estado na base da sua elaboração e que, de forma sintética, são mencionadas no início do códice e, por outro, ao seu significado enquanto elemento de preservação documental no contexto da produção de tombos e inventários no cabido de Évora no início de Trezentos.

Mais uma vez, a questão subjacente liga-se à necessidade de conhecimento dos percursos de construção de uma memória documental e a presente análise

Filipa – *A memória da cidade: administração urbana e práticas de escrita em Évora, 1415-1536*. Lisboa: FLUL, 2011 (tese de doutoramento policopiada).

⁴ Sobre a produção e conservação de documentos veja-se o já clássico estudo de CLANCHY, Michael T. – *From memory to written record: England 1066-1307*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

⁵ Esta publicação foi feita, como já referimos, por LOURO, Henrique da Silva – O livro mais antigo da Sé de Évora. *A Cidade de Évora*. 51-52 (1968-1969) 175-192 e 53-54 (1970-1971) 325-348.

repousa no pressuposto prévio de que a construção e sobretudo a constituição destes elementos de recolha e transcrição documental ou informativa⁶ constituem peças centrais no processo de construção de uma memória e de uma identidade institucional, num contexto de crescente domínio do poder da escrita.

1. O *Livro mais antigo de Sé de Évora* de 1321

Em finais dos anos 60 do século XX, o Padre Henrique da Silva Louro dava início à publicação do códice CEC 3-II do Arquivo do Cabido da Sé de Évora, publicação que viria a terminar no ano seguinte e no número posterior da revista *A Cidade de Évora*⁷. Descrevia então o códice publicado como um manuscrito em pergaminho encadernado com madeira forrada de carneira preta, feito em 1321, e a esta descrição juntava um pequeno índice das partes que, a seu ver, constituíam o códice.

Alguns anos antes, em 1946, Carlos da Silva Tarouca mencionava o mesmo códice no seu *Inventário das cartas e manuscritos da Sé de Évora* e descrevia-o como “Tombo das herdades e capelas do Cabido”⁸. Redigido, na sua maior parte, em português, à excepção das cartas originalmente escritas em latim e aqui integradas, este códice compreende 53 fólios, dos quais os últimos seis apresentam acrescentos posteriores feitos numa outra letra e datados, na sua maioria, do século XV⁹.

⁶ Atente-se no que foi referido por Laurent Morelle: *Ce qui fonde la notion de cartulaire, quels que soient les limites et métissages du genre, c'est l'idée de transcription*. Esta ideia desenvolvida num contexto de demonstração da importância da fiabilidade dos cartulários, questão a que voltaremos adiante, vale também pelo facto de evidenciar a importância da cópia de documentos existentes como base de construção dos cartulários ou de outros elementos de recolha semelhantes; ver MORELLE, Laurent – De l'original à la copie: remarques sur l'évaluation des transcriptions dans les cartulaires médiévaux. In *LES CARTULAIRES*. Paris: École des Chartes, 1993, p. 91-102.

⁷ Ver nota 5.

⁸ TAROUCA, Carlos da Silva – *Inventário das cartas e dos códices manuscritos do Arquivo do Cabido da Sé de Évora*. Évora: Ed. Nazareth, 1946, p. 74.

⁹ Trata-se de um conjunto de seis estatutos ou disposições redigidos no decurso do século XV.

Contudo, na publicação que Henrique da Silva Louro fazia no final dos anos 60 realçava-se existir, no início do códice, uma folha posterior e intercalada mas da qual constava uma “Tavoa dos Estatutos deste livro e respectivos capítulos”, ou seja, o elenco de uma das partes que compunha o presente códice. Partes que Carlos da Silva Tarouca, no seu inventário da documentação capitular, se tinha já preocupado em descrever de forma algo detalhada ao realçar a existência da *renembrancha das possissões que há o Cabido de Évora e que sam suas próprias*, da lista das *possissões do bispo e cabido*, da *renembrancha das capelas*, bem como das ordenações, estatutos e costumes da igreja de Évora.

No entanto, o título dado por Carlos da Silva Tarouca que encabeça o resumo coloca a ênfase no facto de estarmos perante um tombo de herdades e capelas e essa parece ter sido igualmente a preocupação do redactor das primeiras linhas originais do códice.

Com efeito, no primeiro fólio do códice encontramos escrito: *O cabido de Evora mandou fazer a D. Martim Eanes, tesoureiro dessa mesma hum livro em que jouvessem todas as possissões e os empraçamentos o qual livro é este*, texto ao qual junta uma especificação ainda mais clara: *esta é a lembrancha das possissões que o cabido de Évora tem e que são suas próprias a que não são teudos por aniversários, nem por capelas, salvo em alguns poucos lugares, como se adeante dirá*¹⁰.

Contudo, o códice de 1321 apresenta uma estrutura bem mais complexa e variada do que estas menções deixam entrever.

É verdade que, numa primeira parte, o que domina é um elenco variado de bens arrumados por diferentes critérios, como iremos ver. Mas, na segunda parte, estamos perante um conjunto de informações que, aparentemente, nada tem a ver com o indicado na folha inicial e que colige um grupo de cartas e estatutos relativamente diversificado, maioritariamente redigido entre as últimas décadas do século XIII e os primeiros anos de Trezentos.

¹⁰ LOURO, Henrique da Silva – O livro mais antigo... 175-176.

Mas detenhamo-nos então um pouco mais sobre a estrutura do códice.

Na verdade, os primeiros sete fólios são dedicados a um elenco, respectivamente, das casas, hortas, ferragiais, vinhas, herdamentos na posse do cabido, com a indicação da sua localização e, por vezes, do nome do foreiro ou da sua proveniência. Estamos perante um conjunto relativamente limitado de bens que se dispersavam por Évora e arredores, estendendo-se até Coruche, Vila Viçosa e Beja, entre outras localidades.

A este rol segue-se o inventário dos bens detidos em comum pelo bispo e pelo cabido, onde as referências apresentam uma estrutura similar, com a indicação da localização da propriedade e ocasionalmente a indicação do seu foreiro ou do seu foro. Nestas menções são registadas informações várias que incluem, em alguns casos, referência à elaboração de outros documentos não transcritos, mas preservados no cabido.

Neste contexto, os primeiros fólios seguem um modelo normal de inventário sintético de propriedades em relação às quais a preocupação dominante parece ir no sentido da definição clara da sua localização e a junção de alguns elementos de carácter variável. Em comum todos têm o facto de se encontrarem na totalidade ou em parte na posse do cabido. Contudo, dois elementos adicionais são ainda de destacar na análise deste texto encadeado. Um tem a ver com a intercalação de documentos. Em alguns casos foram incluídas cópias de actos que normalmente comprovam a origem do bem. É o que ocorre, por exemplo, com um ferragial dado por Mendo Eanes Pestana, vizinho de Évora, em 1275, em troca de uma herdade que lhe fora dada pelo cabido e cujo diploma é copiado na íntegra. O mesmo se passa com a carta de doação de João Fernandes de Estremoz e de sua mulher, responsáveis pela entrega de um herdamento em Évoramonte¹¹.

¹¹ LOURO, Henrique da Silva – O livro mais antigo... 177 e 179-180.

Por entre o encadeado dos bens, surgem ainda referências à existência de cartas, nomeadamente de compra que jaziam na arca do cabido, ou seja, no seu arquivo e que são referidas como prova da origem destes bens. É o caso de uma adegã detida pelo cabido em Beja, na freguesia de Santa Maria, e da qual é dita existir *hũa carta de compra que iaz na archa do cabido*¹².

Estamos, pois, perante duas formas de legitimação de uma posse de bens. Por um lado, a menção à existência de cartas no arquivo capitular e que comprovariam a origem da propriedade – com efeito, se compararmos algumas destas referências com o Inventário de 1341, é possível seguir a sobrevivência de um ou outro documento mencionado¹³. A outra forma passa pela inclusão total da cópia da carta. Curiosamente, estas inclusões correspondem a bens sobre os quais não há menções da existência das cartas na arca do cabido e não se encontram mencionados no inventário, o que leva a pensar que esta cópia intercalada teve como objetivo a inserção de cartas que provassem a origem da posse capitular mas cuja prova não estaria, pelo menos em alguns casos, no arquivo da instituição. Contudo, esta regra, a ter existido para esta parte do documento, não se parece repetir para outras partes subsequentes.

No que se refere especificamente aos bens detidos em comum pelo bispo e cabido, mencionados entre os fólhos 8 e 9, nenhum documento é intercalado, limitando-se o rol a descrever um conjunto relativamente reduzido de bens rurais e algumas casas dispersas por Évora. Na verdade, este modelo de posse e de partilha não era a forma privilegiada de detenção de bens pelo bispo e cabido eborenses, preferindo-se notoriamente a divisão tradicional em partes do patimónio que, entretanto, ia sendo doado, pelo que estes bens deveriam

¹² LOURO, Henrique da Silva – O livro mais antigo... 179.

¹³ É o caso, por exemplo, da referência feita em 1321 de existirem na arca do cabido as cartas de compras dos bens da capela de James Eanes. E, com efeito, algumas cartas de compra dos bens desta capela encontram-se inventariadas em 1341.

representar uma parte residual do património episcopal e capitular¹⁴.

Um segundo capítulo desta primeira parte do código consiste numa lembrança das capelas que o cabido de Évora devia manter. É o primeiro rol ordenado que possuímos para esta instituição e que refere um conjunto de cerca de 15 capelas fundadas antes de 1321, sendo 11 delas de clérigos, na maior parte dos casos ligados à igreja de Évora¹⁵.

Se nas quatro menções iniciais o escrivão se limitou a indicar a obrigação capitular em manter a capela e a enumerar os bens que a suportavam, nos restantes assiste-se à cópia pormenorizada dos documentos de fundação e, em alguns casos, das cartas régias que tinham autorizado o clérigo em causa a comprar bens ou as cartas particulares de doação de bens. A estes dados o escrivão acrescentou, por vezes, que a carta transcrita e outras referentes à mesma capela se encontravam guardadas na arca do cabido e, com efeito, pelo menos doze das quinze capelas são mencionadas no inventário de 1341, o que indica a existência dos seus documentos de fundação nas arcas do arquivo capitular¹⁶.

O que significa que, no caso específico da fundação de capelas e no registo tanto da obrigação capitular em relação à sua manutenção como na prova dos bens que acompanhavam a sua celebração, o escrivão se preocupou em copiar e registar de novo os documentos de fundação. Na verdade, as referências

¹⁴ Não existe até agora um estudo sistemático sobre o património do cabido de Évora neste período, mas, na verdade, este núcleo de bens partilhados surge como pouco importante e residual em termos quantitativos. Não é, contudo, claro se este grupo de bens permaneceu nos moldes indicados por este rol, ao longo dos séculos seguintes.

¹⁵ Entre os clérigos mencionados incluem-se os bispos D. Durando Pais (1267-1283†), D. Domingos Eanes Jardo (1284-1289) e D. Fernando Martins (1297-1311†); os cônegos D. James Eanes (1303-a.1309), Abril Pais (1275-1302) e João Rodrigues (1301-a.1311); Vasco Eanes, chantre (s.d.); Paio Domingues, deão (1289-1308); Gil Nunes, clérigo do coro da Sé; Lourenço Esteves, cônego de Évora e prior de S. Pedro de Elvas (1298-1321); e João Domingues, tesoureiro da colegiada de Santa Maria de Guimarães.

¹⁶ As capelas mencionadas em 1341 e comuns a 1321 são as dos bispos D. Fernando, D. Domingos Eanes Jardo e D. Durando, dos cônegos James Eanes, João Rodrigues, Paio Domingues, Abril Pais e Lourenço Esteves, bem como de alguns particulares, como é o caso de Pedro Durão de Benavente, Gil Amieira de Monforte e D. Constança.

presentes no inventário de 1341 não se parecem reportar às cópias incluídas no códice de 1321, mas antes aos exemplares mencionados em 1321 e que continuariam guardados nas arcas capitulares.

A primeira parte do códice reporta-se, assim, aos diferentes conjuntos de bens detidos pelo cabido de Évora no início do século XIV, independentemente da forma de aquisição que lhes tinha estado subjacente, passados pouco mais de cem anos da criação das mesas episcopal e capitular e da consequente divisão dos bens. Daí a preocupação em enumerar os bens que lhe eram próprios, bem como os que detinham em comum com o bispo e aqueles que lhes vinham da celebração de capelas que tinham sido fundadas nas décadas anteriores.

Assim, este rol multifacetado é, de certa forma, um tombo, mas é, antes de mais, um ponto de situação do património capitular face ao património episcopal. Património que se apresenta não muito extenso e confinado a uma área relativamente reduzida e central da diocese¹⁷. As décadas e o século seguintes trariam uma afluência significativa de bens mas, no início do século XIV, o património parecia não ser ainda muito volumoso, embora nada nos seja dito sobre a sua rendibilidade ou mesmo sobre as formas de exploração da maior parte dos bens mencionados.

Mas a preocupação que perpassa por estes primeiros fólios não é apenas a de identificar e situar os bens mas igualmente a de provar a legitimidade de uma posse e a de coligir os elementos necessários a essa prova, em particular nas áreas ou nos bens onde corresse mais riscos de ser questionada. É talvez esta preocupação que explica as cópias dos documentos de fundação, preservados em paralelo no arquivo capitular, sem que tal tenha implicado, nestes casos, a eliminação do documento isolado.

¹⁷ O grosso do património mencionado situava-se em Évora e no seu termo, seguido de localidades como Alcácer, Coruche e Beja.

Detenhamo-nos ainda naquilo que considerámos ser a segunda parte deste códice e que compreende os fólhos 39 a 50v¹⁸.

Não estamos aqui perante um rol de bens, nem face a um conjunto de doações mas sim perante um grupo de ordenações, estatutos e costumes da igreja de Évora tal como é referido no próprio documento. Em termos práticos, estes fólhos reúnem um texto relativamente longo com ordenações várias relativas à partilha dos rendimentos e direitos religiosos pelos cónegos e dignidades, cuja data de redacção nos é desconhecida mas no início do qual o escrivão se preocupou em juntar uma referência explícita à existência deste documento na arca do cabido¹⁹ e um conjunto de cartas episcopais. Estas incluem espécies tão distintas como a carta de criação das mesas datada de 1200 e do governo de D. Paio (1180-1204†), as constituições dos bispos D. Domingos Eanes Jardo (1284-1289) e D. Martinho Afonso (1341-1347†), cartas de reconhecimento episcopal da partilha de alguns bens em que a terça parte caberia ao cabido, nomeadamente oriundas dos governos de D. Durando Pais (1267-1283†) e de D. Martinho Pires de Oliveira (1237/46-1266†), passando pela partilha das apresentações das igrejas da diocese entre bispo e cabido.

De uma forma geral, todos estes documentos têm como objecto o cabido e bens que acabaram por ficar adstritos aos seus membros, estabelecendo as bases de partilha dos bens, rendimentos e direitos eclesiásticos entretanto doados ou cuja posse tinha sido ditada pelo exercício das funções religiosas, e a sua produção enquadra-se na necessidade de redefinição constante das fronteiras entre o exercício dos dois poderes.

Contudo, não é clara nem a lógica subjacente à sua cópia, nem as razões que ditaram a escolha criteriosa destes documentos, muitos deles, como já

¹⁸ Como já foi referido, os últimos fólhos contêm documentos posteriores redigidos no século XV.

¹⁹ LOURO, Henrique da Silva – O livro mais antigo... 335.

referimos, preservados na arca do arquivo e que aí terão permanecido após a sua cópia, surgindo mencionados, em alguns casos, no inventário de 1341.

O Livro de 1321 parece surgir assim como algo mais ambicioso do que uma simples lembrança dos bens detidos como próprios pelo cabido de Évora no início do século XIV, tal como era anunciado no seu primeiro fólio. Ao hipotético rol original juntaram-se outros diplomas, preocupados essencialmente com o registo das regras que ditavam a partilha dos rendimentos no interior do cabido, com a divisão dos padroados entre bispos e cônegos, com a confirmação de determinados direitos pelos bispos e com a fixação escrita dos estatutos que regulavam a vida capitular.

A iniciativa da sua produção coube indiscutivelmente ao cabido, mas a sua feitura poderá ter correspondido à necessidade de utilizar esta documentação de uma forma mais expedita do que recorrendo à consulta da documentação arquivada e assim corresponder a uma prática mais abrangente de guarda e preservação da documentação. Tal como é afirmado por Dietrich Lohrmann, várias motivações podiam conduzir à elaboração de um cartulário, desde a necessidade de recuperar os bens alienados à de restaurar a ordem dos arquivos, passando pela busca de documentos perdidos ou pelo cumprimento de outros objectivos paralelos e não menos importantes, ligados à comemoração e manutenção da memória dos doadores e fundadores²⁰. Contudo, em muitos casos, responde igualmente a necessidades de utilização regular da documentação²¹.

²⁰ Ver LOHRMANN, Dietrich – Évolution et organisation interne des cartulaires rhénans du Moyen Âge. In *LES CARTULAIRES...*, p. 79-90 e GEARY, Patrick – Entre gestion et gesta. In *LES CARTULAIRES...*, p. 13-26.

²¹ LOHRMANN, Dietrich – Évolution et organisation..., p. 87; e WALKER, David – The organization of material in medieval cartularies. In *THE STUDY of medieval records: essays in honour of Kathleen Major*. Ed. D. A. BULLOUGH and R. L. STOREY. Oxford: Clarendon Press, 1971, p. 132-150.

2. A produção de um códice ou o silêncio do arquivo

1321 não foi um ano pacífico para a igreja de Évora.

A 5 de Março de 1321, D. Geraldo Domingues, bispo de Évora (1313-1321†), era morto pelos partidários do infante Afonso no âmbito da querela que havia de separar D. Dinis de seu filho ao longo dos últimos anos do seu reinado. Claro que a perda repentina de um prelado não era novidade para a diocese. Na verdade, a substituição de bispos por morte ou mudança era frequente e as instituições eclesíásticas encontravam-se preparadas para encararem, com maior ou menor estabilidade e bonomia, os períodos de vacância.

Contudo, o período seguinte não seria um período normal de vacância. A disputa violenta entre os candidatos que se iriam perfilar para o governo da diocese, ou seja Gonçalo Pereira e João Afonso de Brito, iria prolongar-se com várias vicissitudes até cerca de 1322²² e a Sé manter-se-ia num longo período de vacatura.

No caso presente deste livro, a sua produção ou pelo menos a sua encomenda terá tido lugar algures no ano de 1321, mas os dados disponíveis nada aduzem acerca da data exacta da sua elaboração, do seu *terminus*, nem mesmo sobre o tempo que terá demorado a executar esta compilação, embora toda a documentação compilada seja datada dos anos anteriores. Sabemos, contudo, que a sua elaboração ou pelo menos a feitura da primeira parte, correspondente ao tomo dos bens, terá cabido a Martim Eanes Rodes, tesoureiro da Sé até 1323²³.

A sua presença no círculo capitular de Évora é detectável entre 1303 e 1323. Cónego e tesoureiro, terá sido filho de Afonso Eanes Rodes, de quem nada sabemos, e detentor de alguns bens na cidade. Martim Eanes haveria ainda de presenciar a disputa entre Gonçalo Pereira e João Afonso de Brito, deão nos

²² VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999, p. 79-85.

²³ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder...*, p. 328.

últimos anos coincidentes com a presença de Martim Eanes na Sé, e nela terá tomado parte a favor de Gonçalo Pereira. É assim possível que uma parte substancial da produção deste livro tenha tido lugar no decurso do período de vacância. Seria justo e fácil pensar que a recolha destes documentos tivesse sido, de alguma forma, ditada pela necessidade futura de fazer prova dos bens e dos direitos detidos ou do reconhecimento de privilégios outorgados por anteriores prelados, particularmente relevante num contexto de incerteza como foi aquele que marcou os anos iniciais da década de 20 do século XIV, durante os quais se cruzaram os riscos decorrentes do assassinato de D. Geraldo Domingues, tido como favorável ao rei D. Dinis, num período em que a transição entre monarcas se devia já anunciar, com os riscos derivados de uma situação de vacância que se viria a revelar particularmente longa.

Mas antes de aceitarmos este pressuposto como um factor explicativo debrucemo-nos uma vez mais sobre a constituição do livro em causa.

Não obstante ter sido tradicionalmente classificado como um tomo ou uma lembrança dos bens detidos, o códice de 1321 assume-se como algo mais do que um tomo de propriedades. Entre os seus fólios foram coligidos, por esta ordem, diplomas de legitimação da posse dos bens, fundações de capelas, estatutos e ordenações, cartas de doação de bens e privilégios. Da sua leitura global ressalta a imagem de um conjunto de informação coligida não com base em critérios tipológicos mas atendendo às diferentes funcionalidades da documentação.

Em paralelo, esta recolha parece reflectir em parte o arquivo então existente²⁴ e serve-se dele tanto como espaço de preservação da documentação original que, apesar de copiada não terá sido eliminada, como dos documentos

²⁴ Se considerarmos a arrumação que é vertida no Inventário do Cabido, vemos existirem diferentes conjuntos de documentos, entre os quais se realçam o conjunto dos estatutos e ordenações, das *cartas e estormentos das Capelas e dos seus empraçamentos* e das cartas dos bispos e cabido, além de outros conjuntos, onde alguma desta documentação estaria arquivada. Neste contexto, alguns dos núcleos constituintes deste livro repetem a ordenação presente no Inventário e logo no arquivo.

que, embora não transcritos, podiam ser utilizados como prova de corroboração, ao mesmo tempo que o ultrapassa ao coligir e incluir nova informação, que surge assim organizada e perpetuada.

Desta forma, a acessibilidade desta documentação poderá ter sido um dos factores a contribuir para a feitura deste códice. Acessibilidade comprovada pelo amplo conjunto de anotações à margem que patenteia e que indica a continuidade de uma utilização, bem para lá das barreiras cronológicas da sua elaboração²⁵. Mas a escolha documental não é casual. Na verdade, o livro de 1321 é talvez um primeiro cartulário do cabido eborense, onde os documentos de fundação e de legitimação das suas funções e dos seus direitos e as regras iniciais que regiam a vida capitular são preservados. De certa forma, parece anteceder em alguns anos o chamado cartulário da Sé, preservado igualmente no arquivo do cabido mas feito possivelmente na órbita episcopal e não sob a responsabilidade capitular²⁶, tal como a análise do conteúdo deste último códice permite entrever, em especial quando comparado com o Livro de 1321.

Neste contexto é possível que os acontecimentos próximos de 1321 não tenham sido de todo estranhos à sua elaboração. A mudança de bispo, os conflitos travados entre os candidatos, a incerteza da sucessão serão factores a considerar nesta explicação. Como sabemos, nem Gonçalo Pereira nem João Afonso de Brito transitarão então para Évora. O primeiro, à partida pouco interessado na diocese do Sul, seguiu para Lisboa, e João Afonso de Brito manteve-se como deão de Évora sob o governo de um novo bispo, D. Pedro (1322-1340†), vindo de Cuenca. Terá sido este manuscrito o resultado da gestão capitular destes meses que mediarão entre a morte de D. Geraldo Domingues e a eleição de D. Pedro, resultando como tal da influência do grupo capitular que se manteria na diocese? Teria sido a sua produção uma resposta parcial às incertezas

²⁵ Na sua publicação, Henrique da Silva Louro não se preocupou em copiar todas estas menções feitas à margem do texto principal e que estão presentes em quase todos os fólios.

²⁶ Ver nota 1.

que se perfilavam no horizonte sobre a sucessão? De uma forma ou de outra, caberia a um dos defensores da eleição de Gonçalo Pereira a elaboração deste documento.

Com efeito, estas poderão ter sido motivações próximas, mas a sua produção parece igualmente corresponder à necessidade de preservação de um núcleo documental central válido para a vivência capitular, inserindo-se numa linha de continuidade e de difusão de práticas de preservação documental e de identificação do núcleo de diplomas passíveis de serem registados.

Assim, a par das funções de legitimação ou de preservação da memória desempenhadas por este e outros códices semelhantes, a sua importância radica ainda no contributo que fornece para o conhecimento das práticas arquivísticas e de registo múltiplo da documentação produzida ou preservada.

Em si, o códice de 1321 poderá não surgir como um documento particularmente marcante, para lá do carácter pioneiro da sua produção, que determinou que Henrique da Silva Louro o tenha identificado como o mais antigo livro da Sé de Évora. Contudo, a integração da sua feitura no labor documental do arquivo da Évora da primeira metade do século XIV permite-nos alargar o contexto da sua análise e coloca-nos perante práticas diversas mas coevas de registo documental existentes na diocese eborense.

A cronologia de 1321 para este códice ou cartulário capitular, 1329 a 1345 para o chamado cartulário da Sé, 1341 para o primeiro inventário da documentação capitular conhecido, 1345 para o primeiro tombo da mesa episcopal²⁷ mostra-nos uma produção concertada e relativamente próxima no tempo de um conjunto de códices de registo e cópia de uma memória documental, bem como um conjunto relativamente diversificado de centros de escrita.

²⁷ ACSE, CEC 3-III. Publicado por REIS, Sebastião Martins dos – O Livro da Fazenda da mesa episcopal do bispo de Évora nos séculos XIV e XV. *Boletim da Junta Distrital de Évora*. 6 (1965) 1-81.

Na verdade, a diocese de Évora preocupou-se, durante a primeira metade de Trezentos, com a construção de uma memória documental, com a preservação dos seus diplomas, com a sua organização e acessibilidade. A este afã de coligir documentação e de a preservar não terá sido estranha a política régia de D. Dinis e de D. Afonso IV e a necessidade constante de fazer prova dos direitos e privilégios.

Évora preparava-se assim, à imagem e semelhança de outras instituições, para o dirimir de argumentos e para a prova dos seus direitos se necessário fosse. E, na verdade, as décadas centrais e finais de Trezentos viriam a ser profícuas na concretização da necessidade dessa prova.



Catedral y liturgia medievales. La definición funcional del espacio y sus usos

Eduardo CARRERO SANTAMARÍA

La arquitectura de la catedral respondió a unos usos específicos que variaron durante los siglos. Entre estas funciones, la liturgia es uno de los más importantes. Este artículo trata de los problemas de interpretación de la arquitectura catedralicia, de su empleo para objetivos litúrgicos y de la forma en la que esto se llevó a cabo: en épocas diferentes, funciones diferentes, que supusieron modificaciones en la arquitectura y en sus instalaciones litúrgicas a lo largo del tiempo. Asimismo son subrayados los problemas que tiene el análisis de la arquitectura desde una perspectiva litúrgica, básicamente desde la historia del arte, debido a las dificultades de comprensión que el fenómeno litúrgico tiene desde nuestra óptica contemporánea. Si durante más de una década el factor litúrgico es otra perspectiva más para acercarse a la obra de arte, también hemos cometido excesos en su empleo como una excusa por la industria editorial. El texto refleja la bibliografía más reciente y un relatorio de fuentes históricas que permiten un acercamiento a la interpretación funcional de la arquitectura de la catedral, con la referencia particular a la Península Ibérica.

Palabras clave: Catedrales; Arquitectura; Liturgia; Reinos Ibéricos; Historiografía.

Cathedral architecture responded to specific uses that varied over the centuries. Among these, the liturgy is one of the most important. This paper deals with problems of interpretation of cathedral architecture, its use for liturgical purposes and its timing: different times, different uses, which supposed modifications in the architecture and its liturgical installations. Similarly, the troubles that the analysis of architecture has from a liturgical point of view for the history of art are underlined

due to understanding difficulties that the liturgical phenomenon has over time. There is also a reflection on the problem posed by fashions in historic and artistic studies. If, for more than a decade, the liturgical factor is another element to approach the work of art, excesses have also been committed in the use of the liturgical phenomenon as an excuse for the publishing industry. This text reflects the most recent bibliography and a directory of historical sources allowing a functional interpretation of cathedral architecture, with particular reference to the Iberian Peninsula.

Keywords: Cathedrals; Architecture; Liturgy; Iberian Kingdoms; Historiography.

Espaço religioso e transformação. A fundação de capelas na época gótica

Lúcia Maria Cardoso ROSAS

A construção de capelas e/ou espaços funerários nas catedrais portuguesas corresponde a um fenómeno que conheceu um notável incremento na época gótica. Decorrendo de motivações devocionais e simbólicas, e da vontade artística dos seus fundadores, a edificação de capelas e respectivos altares e a encomenda de arcos ou de lápides sepulcrais transformaram os templos e os espaços a eles contíguos. Considerada a investigação sobre a fundação de capelas fúnebres realizada no âmbito da historiografia medieval nos últimos vinte anos, parece-nos que é o momento de serem revistas algumas ideias sobre as práticas e locais de tumulação assim como a cronologia deste fenómeno.

Palavras-chave: Capelas funerárias; Locais de tumulação; Catedrais; Época gótica; Portugal.

The construction of chapels and other funerary spaces in Portuguese cathedrals represents a phenomenon which experienced a remarkable increase in the Gothic period. Deriving from devotional and symbolic motivations and from the artistic will of its founders, the erection of chapels and respective altars and the order of tombs or gravestones transformed the temples and the spaces adjacent to them. With regard to the research on the foundation of funeral chapels conducted in the framework of medieval historiography in the last twenty years, we believe it is now time to review

some ideas about the practices and places of entombment, as well as the chronology of this phenomenon.

Keywords: Funerary chapels; Entombment places; Cathedrals; Gothic period; Portugal.

Liturgia bracarense. Origens, fontes, posteridade

Manuel Pedro FERREIRA

Este texto constitui uma síntese sobre a natureza, as origens e os principais testemunhos históricos do rito bracarense. A conclusão a que chegou António Pereira de Figueiredo em 1770 – de que Braga adoptou no tempo do arcebispo S. Geraldo um rito franco-romano marcado pelos costumes litúrgicos beneditinos, incluindo os de Cluny – é revisitada à luz da investigação posterior. O papel de S. Geraldo é reavaliado a partir de secções do Gradual e do Antifonário. São seguidamente apresentados os principais textos que discorrem sobre a prática litúrgica bracarense: o cerimonial quatrocentista do Breviário “de Valasco” (redescoberto pelo autor), o Regimento do Coro de 1506, a Arte de rezar as horas canónicas de 1521 e o Cerimonial da Missa de 1548. Em conclusão, identificam-se as adições ao costume de Braga nos séculos XV-XVI que mais tempo se conservaram na prática litúrgica, modelando de forma decisiva o culto mariano e as cerimónias da Semana Santa.

Palavras-chave: Rito; Liturgia; Breviário; Braga; Cluny.

This paper consists of a synthesis on the nature, the origins and the main historical witnesses of the Rite of Braga. In 1770 António Pereira de Figueiredo came to the conclusion that, under Archbishop St. Gerald, Braga had adopted a Franco-Roman Rite heavily influenced by Benedictine liturgical customs (including those of Cluny). His conclusion is discussed taking into account later contributions to the debate. The role of St. Gerald is re-evaluated on the basis of the local Gradual and Antiphoner. The most significant texts on Braga liturgical practice are then presented: the 15th-century Ceremonial included in the “Valasco Breviary” (rediscovered by the author), the Choir Regiment of 1506, the *Arte de rezar as horas canonicas* of 1521 and the *Cerimonial da Missa* of 1548. In conclusion, the 15th- and 16th-century additions to the

Braga custom that survived longer in liturgical practice (shaping the Marian cult and the Holy Week ceremonial) are identified.

Keywords: Rite; Liturgy; Breviary; Braga; Cluny.

Les peignes liturgiques. Des objets ecclésiastiques au service de la théologie du rituel

Eric PALAZZO

La présente contribution explore quelques aspects de l'activation d'un type d'objet liturgique particulier : les peignes liturgiques. Au-delà de leur fonctions strictement pratiques et utilitaires, les peignes liturgiques présentent aussi une importante signification théologique en relation directe avec leur usage liturgique durant le rituel, ou, plus précisément, quand ils sont utilisés juste avant la célébration pour mettre de l'ordre dans la chevelure du célébrant. En considérant deux textes essentiels pour la compréhension des peignes liturgiques, le premier, provenant de l'époque carolingienne et écrit par Loup de Ferrières et, le second, écrit au XI^e siècle par Yves de Chartres, j'essaie de comprendre la signification symbolique essentielle des peignes liturgiques en relation avec la théologie de l'Église et de comprendre la façon dont ils étaient activés durant le rite et ce qu'ils activaient. Quelques mots sont dits également au sujet des choix iconographiques opérés pour la décoration des peignes liturgiques, toujours en relation avec leur activation rituelle.

Mots-clés: Liturgie; Peignes liturgiques; Cinq sens; Iconographie; Théologie.

The present contribution explores some aspects of the activation of a particular type of liturgical object: liturgical combs. Beyond their strictly practical and utilitarian functions, liturgical combs also present an important theological meaning in direct relation with their use within the framework of the performance of the liturgical rite, or more exactly when they are used just before the celebration to put order in the celebrant's hair. Considering two essential texts for the understanding of liturgical combs – one from the Carolingian period and attributed to Lupus of Ferrières, and another one written in the 11th century by Yves of Chartres, we try to understand the essential symbolic meaning of liturgical combs, in connection with the theology of the Church, and to understand how they were activated in the rite and, on the other side, what they activated. We also speak about the role of iconographic choices

operated to decorate liturgical combs, always in connection with their ritual activation.

Keywords: Liturgy; Liturgical combs; Five senses; Iconography; Theology.

A Sé do Porto e as intervenções da DGEMN (1929-1982)

Maria Leonor BOTELHO

Pretendemos dar a conhecer, de forma sucinta, o resultado das intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) na Sé do Porto, feitas entre 1929 – ano da criação da DGEMN – e 1982 – ano da criação do Instituto Português do Património Cultural, ao qual passou a estar afecto este monumento. Pudemos, assim, constatar que na origem das transformações sentidas na catedral portuense esteve todo um vasto conjunto de intervenções com vista à sua reabilitação arquitectónica. Estas intervenções apresentaram duas naturezas distintas, decorrentes das teorias e conceitos aplicados nas acções desenvolvidas pela DGEMN, reflexo das mudanças verificadas ao nível do ambiente cultural em torno da consciencialização da salvaguarda do Património Edificado. Assim, e sensivelmente até 1946, seguiu-se uma linha mais próxima da reintegração estilística, concretizada num *restauro*, deveras transformador da fisionomia do próprio monumento. Após esta data, optou-se por seguir uma acção pautada pelos princípios da *conservação*, ou seja, da manutenção do monumento no estado em que este foi encontrado.

Palavras-chave: Sé do Porto; DGEMN; Restauro; Conservação.

We intend to succinctly make known the result of the interventions of the Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) in Porto's Cathedral. These were made between 1929 – year of creation of the DGEMN – and 1982 – year of creation of the Instituto Português do Património Cultural, under which responsibility this monument was put. In the origin of the transformations were a vast number of interventions with the purpose of architectonic rehabilitation of the Cathedral's complex. These interventions had two distinct natures arising from theories and concepts applied in the action taken by the DGEMN, a reflex of the changes that occurred at the level of the cultural environment around the consciousness to safeguard Built Heritage. This way, and until about 1946, a course

close to stylistic reintegration was followed, realized in *restoration*, really transforming the monument's physiognomy. After this date, the main option was to follow an action regulated by the principles of *conservation*, in other words, maintaining the state in which the monument was found.

Keywords: Porto Cathedral; DGEMN; Restoration; Conservation.

Os *Monumentos Nacionais* e a Sé de Viseu: a construção de um desafio para o século XXI

Carlos Filipe ALVES

O presente trabalho pretende dar a conhecer as intervenções de restauro protagonizadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) na catedral de Viseu. Além das alterações físicas efectuadas no templo por este organismo governamental, pretendemos aferir os principais intervenientes no processo e demonstrar como as campanhas de restauro influenciaram a leitura que hoje em dia temos deste edifício. A Sé de Viseu entrou na esfera da DGEMN em 1930, aquando da descoberta de um portal que estabelecia a comunicação entre o adro da Sé e a Praça Camões. A partir desse momento a catedral sofreu um conjunto de remodelações arquitectónicas com vista à sua conservação, que se revelaram preponderantes para a descoberta de elementos artísticos até então desconhecidos, como foi o caso do claustro gótico. No entanto, o projecto de devolver a catedral viseense à sua pureza de estilo colidiu com a diversidade estilística da estrutura do edifício, inviabilizando a concretização desse objectivo. Na perspectiva da história da arte, as campanhas de restauro da DGEMN são fontes de estudo determinantes para aferirmos o estado de conservação do património português na primeira metade do século XX, mas também para conhecermos a sua evolução arquitectónica. Neste caso da Sé de Viseu, a variedade de estilos que a caracteriza inviabiliza uma leitura linear da história do edifício, sendo para isso importante recorrer a metodologias de análise inovadoras e trilhar novos desafios, como a arqueologia da arquitectura, no sentido de nos fornecer mais pistas sobre o passado deste tão enigmático quanto interpelante monumento nacional.

Palavras-chave: Sé de Viseu; DGEMN; Francisco de Almeida Moreira; Restauro; Arqueologia da Arquitectura.

This paper aims to present the restoration interventions carried out by the Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) at the Cathedral of Viseu. In addition to the physical changes made in the temple by this government agency, we intend to assess the key players in the process and demonstrate how the restoration campaigns influenced the current reading we make of this building. Viseu's Cathedral entered the sphere of the DGEMN in 1930, at the time of the discovery of a portal establishing communication between the churchyard of the Cathedral and Camões Square. From that time on the Cathedral has undergone a series of renovations for architectural preservation, which proved to be fundamental for the discovery of hitherto unknown artistic elements, as was the case of the Gothic cloister. However, the project of returning the cathedral to its purity of style clashed with the stylistic diversity of the building's structure, preventing the realization of this purpose. From the perspective of art history, DGEMN restoration campaigns are determining study sources to assess the state of conservation of Portuguese heritage in the first half of the 20th century, but also to know their architectural developments. In this case, the stylistic variety that characterizes Viseu's Cathedral precludes a linear reading of its architectural evolution. It is therefore important to resort to new methods of analysis and embrace new challenges, such as the archaeology of architecture in order to provide new clues about the past of this both enigmatic and challenging building.

Keywords: Viseu Cathedral; DGEMN; Francisco de Almeida Moreira; Restoration; Archaeology of Architecture.

O selo: símbolo de representação e de poder no mundo das catedrais portuguesas

Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO e Anísio Miguel de Sousa SARAIVA

Principal forma de autenticação documental utilizada na Idade Média, os selos constituíam também uma representação daqueles que os utilizavam e, como tal, são considerados como os seus próprios símbolos de identificação e afirmação. Largamente difundidos no mundo das catedrais, onde eram usados por bispos, cabidos, dignidades e cónegos, bem como pelas cúrias episcopais, os selos deste universo eclesiástico são o objecto do presente trabalho, que analisa e salienta essa sua dimensão simbólica e representativa, mostrando a importância primordial dos

selos enquanto elementos iconográficos que permitem compreender melhor o modo como o clero secular e as suas instituições se reconheciam a si próprios e ostentavam o seu poder, assim como o progressivo desenvolvimento da noção de identidade, não apenas de grupo, mas também pessoal, ao longo dos séculos medievais.

Palavras-chave: Sigilografia; Clero secular; Iconografia; Símbolo; Poder.

As the main form of authentication of charters used during the Middle Ages, seals were also a representation of those who owned them and as such are considered as symbols of identification and affirmation on their own. Widely spread in the world of cathedrals, they were used by bishops, chapters, dignitaries and canons, as well as the episcopal *curia*. The seals of this ecclesiastical universe are the subject of this paper, which analyzes and emphasizes its symbolic and representative dimension, showing the paramount importance of seals as iconographic elements that allow us to better understand how the secular clergy and their institutions recognized themselves and showed their power, as well as the progressive development of the notion of identity, not only of the group but also personal, over the medieval centuries.

Keywords: Sigillography; Secular clergy; Iconography; Symbol; Power.

Collégialité et transcendance du corps épiscopal. La cathédrale et la mémoire épigraphique des évêques en France au XIII^e siècle

Vincent DEBIAIS

Le fait graphique suppose l'existence d'un émetteur qui se pense et se manifeste comme tel dans l'acte d'écrire et de diffuser un message grâce à une production écrite, qu'elle soit documentaire, épistolaire ou épigraphique. Cette dernière catégorie, en accordant une dimension publique ou publicitaire au document ainsi généré, transforme l'émission du message en acte d'affirmation, individuelle ou collective; l'inscription exposée à la vue de tous, en milieu rural ou urbain, devient alors un signe militant, la manifestation d'un pouvoir économique, politique, spirituel ou symbolique. À travers le *corpus* particulier des inscriptions mentionnant les évêques, ce travail entend explorer comment la présence physique de l'écriture épigraphique, ses caractères formels (ou visuels) et son contenu parviennent à manifester l'identité de l'émetteur et les circonstances de la création du document; il s'agit de mesurer les

objectifs réels de cet usage singulier de l'écriture médiévale dans le contexte d'une représentation de plus en plus riche, et d'une affirmation du rôle social et symbolique du clergé séculier au cours du Moyen Âge.

Mots-clés: Épigraphie; Épitaphe; Évêque; Sculpture funéraire; Représentation.

The graphic fact supposes the existence of a transmitter which thinks and shows itself as such in the writing act and spreading of a message thanks to a written production which can be diplomatic, documentary, epistolary or epigraphic. By giving a public or advertising dimension to the document, this last category transforms the emission of a message into an act of individual or collective assertion; the exposed inscription in rural or urban areas becomes thus a militant sign, the demonstration of an economic, political, spiritual or symbolic power. Throughout the particular *corpus* of inscriptions mentioning bishops, this paper investigates how physical presence, formal characters and the contents of epigraphic writing make the transmitter's identity and the circumstances of written creation visible. It also tries to measure the purposes of this particular medieval graphic practice in the context of an increasingly rich world of representations, and in the affirmation of the social and symbolic role of the secular clergy in the Middle Ages.

Keywords: Epigraphy; Epitaph; Bishop; Gravestone; Representation.

Heráldica eclesiástica. Entre usos concretos e disposições normativas

Miguel Metelo de SEIXAS

O presente texto visa fornecer uma visão sobre como se articulou, desde a Idade Média até à actualidade, a relação entre, por um lado, os usos concretos de emblemas heráldicos pelos indivíduos ou instituições da Igreja Católica e, por outro, a produção de textos teóricos e normativos sobre a heráldica eclesiástica. O objectivo consiste em procurar definir as características específicas da heráldica eclesiástica em contraposição aos demais tipos de armaria, mostrando como aquela procura espelhar o equilíbrio entre identificação individual e representação da hierarquia da Igreja.

Palavras-chave: Heráldica; Clero; Normas de armaria; Práticas heráldicas; Representação da hierarquia eclesiástica.

This paper wants to show how concrete uses of heraldic emblems by individuals or institutions of the Catholic Church managed to create a complex relationship from the Middle Ages to the present time, with the production of theoretical and normative texts on ecclesiastical heraldry. The aim is to try to define the specific characteristics of ecclesiastical heraldry as opposed to other types of arms, showing how it tries to represent the balance between individual identification and representation of ecclesiastic hierarchy.

Keywords: Heraldry; Clergy; Heraldic rules; Heraldic uses; Representation of ecclesiastic hierarchy.

O fim da linha. Legados têxteis nos testamentos do clero catedralício português (1280-1325)

Joana Isabel SEQUEIRA

Com base nos testamentos do clero catedralício português, no período compreendido entre 1280-1325, faz-se uma análise detalhada sobre as tipologias e características dos legados relativos a objectos têxteis (roupas de cama e de casa, vestuário, tecidos e dinheiro para aquisição de roupa ou de tecidos). Mais do que listar as roupas mencionadas, procura-se perceber os critérios subjacentes à distribuição desses legados, conjugando aspectos como o tipo e a qualidade das peças com as categorias sociais dos beneficiários e as motivações e intencionalidades dos testadores.

Palavras-chave: Testamento; Clero; Têxtil; Vestuário; Tecido.

Through the analysis of the wills of Portuguese cathedral clergy members, between 1280 and 1325, this paper discusses the characteristics and typology of bequests consisting of textile objects (home and bed linen, clothing, fabrics, and money to buy clothing and fabrics). More than creating a list of all the clothes mentioned in those wills, the paper seeks to understand the criteria which conducted the distribution of those bequests, combining key aspects such as the quality and type of item with the recipients' social rank and the testators' intentions and motivations.

Keywords: Testament; Clergy; Textile; Clothing; Fabric.

As vestes funerárias episcopais de D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga (1348†)

Teresa ALARCÃO

Aquando da abertura do túmulo do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira, em 1992, verificou-se que este apresentava vestes em notável estado de conservação. A sua observação, registo e consequente divulgação pode contribuir para o melhor conhecimento do vestuário episcopal, têxteis e bordados, usados no século XIV. D. Gonçalo Pereira (1326-1348†) apresentava-se revestido de riquíssimos e luxuosos paramentos, consentâneos com a sua alta dignidade e função. Retiraram-se do túmulo algumas peças e insígnias, como a mitra bordada a ouro (*opus anglicanum*), provavelmente executada no início do século XIII, um par de luvas bordadas, fragmentos de sedas lavradas e outros tipos de tecido. Estas peças foram objecto de tratamentos de conservação e restauro. Das peças que permaneceram no túmulo foi possível identificar uma casula, dalmáticas, estola e manípulo, com imagética ricamente bordada nos sebastos, um cingulo obtido através de uma rede de nós e vestes de linho.

Palavras-chave: Túmulo; Arcebispo; Vestes; Mitra; Conservação.

In 1992 following the discovery in his tomb of the vestments of Gonçalo Pereira, archbishop of Braga (1326-1348†), it was realised that his garments were remarkably well preserved. The observation, record and dissemination of these garments contribute to the knowledge of episcopal garments, textiles and embroideries of that period. Gonçalo Pereira was clothed in full and rich ornaments, luxury products, appropriate to his position and function. Some *insignia* have been recovered from the tomb, such as a mitre in gold embroidery (*opus anglicanum*), probably from the early 13th century, as well as a pair of embroidered gloves, fragments of patterned silks and other fabrics. They have been preserved and submitted to conservation procedures. Some of the vestments that remained in the tomb were identified, such as a chasuble, dalmatics, stole and maniple, richly embroidered with imagery in orphery bands, a *cingulum* made of knotted net, and linen pieces.

Keywords: Tomb; Archbishop; Ornaments; Mitre; Conservation.

O clero secular e a ourivesaria da Sé de Coimbra entre os séculos XIV-XVI

Pedro FERRÃO

Com o intuito de tornar a casa de Deus mais resplandecente, a ourivesaria revelou-se, ao longo da Idade Média, uma arte de intensa produção e de fausto maior. O tesouro da Sé de Coimbra foi-se constituindo por sucessivas heranças, reunidas através de importantes aquisições do cabido e numerosas doações dos seus fiéis. Entre os seus mais destacados benfeitores contavam-se reis, bispos e clérigos. O seu registo foi efectuado no conhecido *Livro das Kalendas*, que contém anotações que vão desde 1062 a 1445, e em cinco inventários – respectivamente dos anos de 1393, 1492, 1517, 1546 e 1610. Cotejando a variedade destas doações e a diversidade dos homens que as concretizaram, procuraremos neste breve ensaio revelar um pouco mais sobre o tesouro da Sé conimbricense entre os séculos XIV-XVI.

Palavras-chave: Sé de Coimbra; Tesouro; Ourivesaria gótica; Alfaias litúrgicas; Mecenato.

In order to make God's house more resplendent, jewellery has shown to be an art of intense production and great splendour throughout the Middle Ages. The treasure of Coimbra's Cathedral consists of successive inheritances, gathered through key acquisitions and numerous donations from the faithful. Among its most prominent benefactors were kings, bishops and clerics. Their record was made known in the *Livro das Kalendas*, containing notes from 1062 to 1445, and in five inventories – respectively, from years 1393, 1492, 1517, 1546, and 1610. Comparing the variety of these donations and the diversity of the men that made them, this brief essay tries to reveal a little more about the treasure of Coimbra's Cathedral between the 14th and the 16th centuries.

Keywords: Coimbra Cathedral; Treasure; Gothic precious metals; Liturgical vessels; Patronage.

La enseñanza en las catedrales hispanas

Susana GUIJARRO GONZÁLEZ

El presente texto pretende ofrecer una valoración del papel jugado por las catedrales hispanas en la enseñanza medieval. Al mismo tiempo, cuestiona y matiza la visión de pobreza y aislamiento cultural de las escuelas catedralicias difundida por la historiografía tradicional. Ante la inexistencia de evidencias directas sobre el programa escolar se intenta reconstruir el mismo a partir de las referencias a libros halladas en documentos e inventarios de bibliotecas. Asimismo, se esboza la gestión y material humano de dichas escuelas a partir de las escasas huellas que han dejado maestros y estudiantes. Para contextualizar las mencionadas evidencias, distingue tres etapas en la evolución de las escuelas y en las políticas de formación intelectual promovidas por estas instituciones eclesiásticas. La primera etapa (siglos XI al XII) estuvo marcada por la inestabilidad de las sedes episcopales, la vida en común seguida por los cabildos catedralicios y la herencia de la cultura monástica del período visigótico. La segunda fue una etapa de iniciación de la apertura al mundo urbano con la ubicación de escuelas de gramática fuera de la catedral y la recepción de la teología parisina y el derecho bolognés. La tercera etapa (siglos XIV y XV) representa la consolidación institucional de las escuelas catedralicias, responsables, en gran medida, del aumento de clérigos con grados académicos. Al igual que sus homólogos europeos, los clérigos de las catedrales hispanas prefirieron la formación jurídico-canónica.

Palabras clave: Escuelas catedralicias hispanas; Bibliotecas catedralicias; Castilla; Curriculum escolar; España Medieval.

This text offers an assessment of the role played by Spanish cathedrals in Medieval learning, at the same time questioning and clarifying the idea of the cultural poverty and isolation of these cathedral schools supported by traditional historiography. In the absence of direct evidence of the school syllabus, an attempt has been made to rebuild it through references to books found in cathedral documents and library inventories. Besides, the management and human component of these schools have been outlined through the scarce remnants left behind by masters and students. In order to contextualize the aforementioned evidence, this text distinguishes three stages in the development of these schools and in the policies of intellectual training that were promoted by them. The first stage (11th and 12th centuries) was marked by the instability of episcopal sees, by communal life in cathedral chapters and by the

monastic culture inherited from the Visigoth period. The second stage was the beginning of the opening-up to the urban world, with grammar schools being placed outside cathedrals and the reception of the Parisian theology and the Bolognese law. The third stage (14th and 15th centuries) represents the institutional consolidation of cathedral schools, which to a great extent were responsible for the rise of graduated clergymen. Like their European counterparts, the clergymen of Spanish cathedrals preferred Civil and Canon law training.

Keywords: Spanish cathedral schools; Cathedral libraries; Castile; School curriculum; Medieval Spain.

Vestígios da cultura na antecâmara da morte. O caso das livrarias de mão do clero medieval português nos testamentos catedralícios

Armando NORTE

Tendo como limites as fronteiras do reino português e por horizonte temporal os séculos XII, XIII e o primeiro quartel do século XIV, pretende-se neste trabalho analisar a natureza e a composição das livrarias privadas reunidas pelo clero catedralício, a partir de uma fonte informativa privilegiada: os seus testamentos. Procura-se compreender com base nas informações contidas nestes documentos, quais os processos de formação das bibliotecas desses clérigos e os mecanismos de transmissão de manuscritos a que recorriam. Procura-se, ainda, perceber e contextualizar tais processos à luz da renovação intelectual experimentada pela Cristandade no século XII, com reflexos assinaláveis na centúria seguinte, no desenvolvimento dos diferentes ramos do saber e na epistemologia, assim como percepcioná-los em função da emergência de novas realidades socioculturais, nomeadamente a fundação das primeiras universidades e a importância que a formação académica passou a ter na construção das carreiras eclesiásticas.

Palavras-chave: Idade Média; Clero secular; Livrarias; Livros Manuscritos; Testamentos.

Taking as limits the boundaries of the Portuguese kingdom and as time horizon the period from the 12th century to the first quarter of the 14th century, this paper aims to examine the nature and composition of private libraries organized by cathedral

clergymen, using a privileged source of information: their wills. Based on information contained in these documents, we seek to understand which processes these clerics used to form these libraries and which mechanisms they used for manuscript transmission. We also want to understand and contextualize these processes in the light of the intellectual renewal experienced by Christianity in the 12th century, with remarkable reflexes in the following century, the development of different branches of knowledge and epistemology. Finally, we want to perceive them in the context of emerging new sociocultural realities, including the establishment of the first universities and the importance that academic education started to have in the construction of ecclesiastic careers.

Keywords: Middle Ages; Secular clergy; Libraries; Manuscripts; Wills.

Os arquivos capitulares. Formas de representação e preservação da memória documental: o caso de Évora no início de Trezentos

Hermínia Vasconcelos VILAR

A partir de um códice preservado no Arquivo do Cabido da Sé de Évora, publicado por Henrique da Silva Louro e datado de 1321, procura-se contribuir para o estudo da constituição da memória documental do arquivo desta catedral. Produzido numa cronologia que o aproxima de outros inventários e cartulários elaborados na primeira metade de Trezentos em Évora, o estudo deste inventário contribui para uma melhor compreensão dos condicionalismos que determinaram este esforço de produção.

Palavras-chave: Sé de Évora; Arquivo; Memória; Clero secular.

This paper is a contribution to the study of the constitution of the documental memory of the Évora chapter in the 14th century. The basis for this analysis is a codex preserved in the chapter archive of the Évora's Cathedral published by Henrique da Silva Louro and dated from 1321. Produced in a chronology that approaches this codex to other inventories and cartularies created in Évora in the first half of the 14th century, the study of this inventory contributes to a better understanding of the constraints that have determined this production effort.

Keywords: Évora Cathedral; Archive; Memory; Secular clergy.



Biobibliografía dos Autores

Eduardo CARRERO SANTAMARÍA

Profesor titular de Historia del Arte Medieval en la Universitat Autònoma de Barcelona, habiendo impartido docencia previamente en las universidades de Oviedo y de las Islas Baleares desde el año 2006. Se ocupa de distintos aspectos de la arquitectura, la iconografía y la historia de la Edad Media en la Península Ibérica, desde la perspectiva de la interacción de usos y funciones sobre la arquitectura y las imágenes a partir de las necesidades para la vida cotidiana del clero y la liturgia. Ha prestado especial atención a los cabildos catedralicios como entidad eclesiástica y social. Las relaciones entre éstos y la arquitectura de las catedrales han sido su objetivo de investigación más importante, destacando muy especialmente sus aportaciones al conocimiento de la topografía claustral en las catedrales peninsulares, desde los viejos cabildos *sub regula* hasta la secularización, tema del que la historiografía hispanolusa carecía de estudios. También ha realizado estudios sobre la interacción entre iconografía, arquitectura y uso litúrgico y social en piezas de destacada importancia material, como la capilla del Sepulcro de la iglesia parroquial de San Justo de Segovia, la viga de Sant Miquel de Cruïlles (Museu d'Art de Girona), o las portadas de los monasterios de Santa María de Sandoval (León) y Santa Cruz la Real de Segovia.

Ha participado en diferentes proyectos de investigación interdisciplinares sobre arte e historia medievales y, hasta 2012, fue el investigador principal del proyecto *Arquitectura y liturgia: el contexto artístico de las consuetas de la Corona de Aragón* (Ministerio de Ciencia e Innovación). Es académico correspondiente de la Real Academia de Historia y Arte de San Quirce de Segovia y de la Academia Mindoniense-Auriense de San Rosendo.

Selección de sus principales publicaciones: La arquitectura al servicio de las necesidades litúrgicas: los conjuntos de iglesias. *Anales de Historia del Arte*. nº extra (2009) 61-97; Presbiterio y coro en la catedral de Toledo: en busca de unas circunstancias. *Hortus Artium Medievalium*. 15-2 (2009) 125-142; Le sanctuaire de la cathédrale de Saint-Jacques-de-Compostelle à l'épreuve de la liturgie. In *Saint-Martial de Limoges: ambition politique et production culturelle (X^e-XIII^e siècles)*. Dir. C. ANDRAULT-SCHMITT (Limoges-Poitiers, 2006, p. 295-307); *La catedral vieja de Salamanca: vida capitular y arquitectura* (Murcia, 2005); *Las catedrales de Galicia: claustros y entorno urbano* (A Coruña, 2005); *Catedral y ciudad medieval en la Península Ibérica* (Murcia, 2005); *La vita communis en las catedrales peninsulares: del registro diplomático a la evidencia arquitectónica*. In *A Igreja e o clero português no contexto europeu* (Lisboa, 2005, p. 171-194); *El conjunto catedralicio de Oviedo durante la Edad Media* (Oviedo, 2003); *El Santo Sepulcro: imagen y funcionalidad espacial en la capilla de la iglesia de San Justo* (Segovia). *Anuario de Estudios Medievales*. 27/1 (1997) 461-477.

Lúcia Maria Cardoso ROSAS

Professora Associada com Agregação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do CEPESE/UP. Tem centrado a sua investigação na História da Arquitectura Medieval, História da Arte Medieval e na História do Restauro. Integra as equipas científicas dos projectos de investigação: Eurocore *Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destining the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon* (desde 2010); *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional* (desde 2009); e integrou a equipa do projecto *Artistas e Artífices do Norte de Portugal, séc. XII-XX* (2005-2008).

É autora de diversos livros e artigos, entre eles: *O mosteiro de Santa Maria de Pombeiro na Idade Média*. In *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro* (Felgueiras, 2011, p. 13-78); *A documentação das confrarias medievais como fonte para a História da Arte*. In *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*. Coord. Natália Marinho FERREIRA-ALVES (Porto, 2011, p. 315-323); *Arte Românico en Portugal* (Aguilar de Campoo, 2010, em colab.); *Nossa Senhora de*

Guadalupe (Mouços, Vila Real: encomendador e obra). In *A encomenda: o artista, a obra*. Coord. Natália Marinho FERREIRA-ALVES (Porto, 2010, p. 273-277); A génese dos monumentos nacionais. In *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Coord. científica Jorge AUGUSTO (Lisboa, 2010, p. 41-46); O Convento de São Francisco do Porto na Idade Média: arquitectura, liturgia e devoção. In *Os franciscanos no mundo português: artistas e obras I*. Coord. Natália Marinho FERREIRA-ALVES (Porto, 2009, p. 143-150); *Rota do Românico do Vale do Sousa*. Coord. científica e autora de textos sobre arquitectura românica (S./I, 2008); A representação de São Cristovão na pintura mural portuguesa dos finais da Idade Média: crença e magia. In *Crenças, religiões e poderes: dos indivíduos às sociabilidades*. Coord. Vítor Oliveira JORGE e J. M. Costa MACEDO (Porto, 2008, p. 365-373); The restoration of historic buildings between 1835 and 1929: the portuguese taste. *E-Journal of Portuguese History*. 3-1 (2005); *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval, património e restauro: 1835-1928* (Porto, 1995, tese de doutoramento policopiada).

Manuel Pedro FERREIRA

Doutorou-se em Musicologia na Universidade de Princeton, sendo actualmente Professor Associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde lecciona sobre a música da Idade Média e do Renascimento e coordena o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical. Tem-se dedicado também à crítica, à composição e à interpretação musical (dirige desde 1995 o grupo *Vozes Alfonsinas*). É membro eleito da *Academia Europaea* e dirigente da Sociedade Internacional de Musicologia. Como musicólogo, publicou mais de oitenta artigos de investigação. Foi responsável pela publicação facsimilada do *Cancioneiro de Elvas* (Lisboa, 1989) e do *Manuscrito 714 da Biblioteca Pública Municipal do Porto* (Porto, 2001).

O seu livro *O Som de Martin Codax* (Lisboa, 1986) foi premiado pelo Conselho Português da Música. Entretanto escreveu ou coordenou nove outros títulos: *Revisiting the music of medieval France: from Gallican chant to Dufay* (Farnham-Burlington, 2012); *Harmonias do Céu e da Terra: a música nos manuscritos de Guimarães: séculos XII-XVII* (Guimarães-Lisboa, 2012); *Aspectos da música medieval no ocidente peninsular* (2 vols. Lisboa, 2009-2010); *New Music: 1400-1600* (Évora-Lisboa, 2009); *A Sé de Braga: arte,*

liturgia e música, do final do século XI à época tridentina (Lisboa, 2009); *Antologia de música em Portugal na Idade Média e no Renascimento* (2 vols. Lisboa, 2008); *Medieval sacred chant: from Japan to Portugal* (Lisboa, 2008); *Dez compositores portugueses: percursos da escrita musical no século XX* (Lisboa, 2007); e *Cantus coronatus – Sete cantigas d’amor d’El-Rei Dom Dinis* (Kassel, 2005).

Eric PALAZZO

Professeur d’Histoire de l’Art du Moyen Âge à l’Université de Poitiers, membre du Centre d’Études Supérieures de Civilisation Médiévale de l’Université de Poitiers qu’il a dirigé de 2000 à 2007. Il est membre senior de l’Institut Universitaire de France depuis 2011. En 2006-2007, il a été *senior fellow* du Getty Research Institute de la Fondation Getty à Los Angeles. Il est un spécialiste des relations entre art et liturgie dans le christianisme antique et médiéval.

On lui doit de très nombreux articles et livres sur le sujet parmi lesquels: *L’espace rituel et le sacré dans le christianisme: la liturgie de l’autel portatif dans l’Antiquité et au Moyen Âge* (Turnhout, 2008); *Liturgie et société au Moyen Âge* (Paris, 2000); *L’évêque et son image: l’illustration du pontifical au Moyen Âge* (Turnhout, 1999); *Les sacramentaires de Fulda: étude sur l’iconographie et la liturgie à l’époque ottonienne* (Münster, 1994); *Histoire des livres liturgiques : le Moyen Âge, des origines au XIII^e siècle* (Paris, 1993). Il a en préparation un livre sur les relations entre les cinq sens, l’art et la liturgie au Moyen Âge (Éd. Fayard).

Maria Leonor BOTELHO

Licenciada em História, variante de História da Arte (ramo científico) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2001), Mestre em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2004), enquanto Bolseira da FCT, com uma dissertação sobre *As transformações sofridas pela Sé do Porto no século XX: a ação da DGEMN (1929-1982)*, Doutora em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2010), com uma dissertação sobre

A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal: 1870-2010, enquanto bolsista da FCT.

É bolsista de pós-doutoramento da FCT no âmbito do projecto *Enciclopédia do Românico na Península Ibérica – Portugal*, professora auxiliar do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, investigadora integrada do Centro de Estudos de População e Sociedade desta universidade (CEPESE) e do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa (IEM). A sua área de investigação tem-se centrado sobre o estudo da arquitectura da época românica portuguesa, incluindo as vicissitudes porque passou ao longo dos séculos e muito particularmente sobre a história do restauro e da conservação dos edifícios estudados.

Entre as suas publicações contam-se: *A arte românica em Portugal*. Dir. José María PÉREZ GONZÁLEZ. Coord. científica Lúcia ROSAS e Maria Leonor BOTELHO (Aguillar de Campoo, 2012); The study of medieval art. In *The history of medieval Portugal c.1950-2010*. Dir. José MATTOSO (Lisboa, 2011, p.131-151); *A Sé do Porto no Século XX* (Lisboa, 2006); e o conjunto de quatro monografias elaboradas no âmbito do Projecto *O Românico de Felgueiras na Rota do Vale do Sousa*. Mais recentemente, tem integrado a equipa de investigadores-bolsistas ao serviço da Universidade do Porto e da VALSOUSA no âmbito do projeto da *Rota do Românico – Tâmega*.

Carlos Filipe Pereira ALVES

Mestre em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a dissertação *Os «Monumentos Nacionais» e a (des)construção da história: a Sé de Viseu* (2010), é actualmente aluno de doutoramento em História da Arte na Universidade Autónoma de Barcelona, onde desenvolve o seu programa de investigação sobre *A evolução arquitectónica e artística da catedral de Santa Maria de Viseu: desde a Idade Média até à Contemporaneidade*. É, desde 2012, membro integrado do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Até ao presente conta com as seguintes publicações: *Os «Monumentos Nacionais» e a (des)construção da história: a Sé de Viseu* (Viseu, 2011); A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: o alcácer e o castelo de Viseu, séculos XII-XIV. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Vol. 2 (Torres Novas, 2009, p. 77-91).

Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO

Doutora em História da Idade Média e professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Membro integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura. Membro colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa. Membro de diversos organismos científicos, entre os quais se destacam: *APICES Association Paléographique Internationale. Culture, Écriture, Société*; Associação Portuguesa de História Económica e Social; *Commission Internationale de Diplomatie*; Instituto Português de Heráldica; *SIGILLVM: Network for Research Seals and Sealing: History, Art, Preservation*; *Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas*; *Société Française d'Héraldique et Sigillographie*. Principais interesses científicos: história religiosa e social da Idade Média portuguesa (em particular do clero secular e do ramo feminino da Ordem de Cister); paleografia; diplomática; sigilografia; codicologia; história do livro.

Entre as suas principais publicações mais directamente relacionadas com a temática deste livro contam-se: *Mémoire au-delà de la mort: les évêques portugais et leurs monuments tumulaires au Moyen Âge*. In *Identité et mémoire: l'évêque, l'image et la mort: de l'époque paléochrétienne jusqu'à la fin du Moyen Âge* (Roma, 2014, em colab., no prelo); *L'héraldique dans les sceaux du clergé séculier portugais (XIII^e-XV^e siècles)*. In *Héraldique et Numismatique, Moyen Âge - Temps Modernes II* (Le Havre, 2014, em colab., no prelo); A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal. In *Espaço, poder e memória: a catedral de Lamego, sécs. XII a XX* (Lisboa, 2013, p. 15-45); Working with medieval manuscripts and records: paleography, diplomatics, codicology and sigillography. In *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)* (Lisboa, 2012, p. 45-65); Sigilografia e heráldica eclesiástica medieval portuguesa no *Archivo Histórico Nacional* de Espanha. In *Estudos de Heráldica Medieval* (Lisboa, 2012, p. 93-122; em colab.); A sigilografia portuguesa em tempos de D. Afonso Henriques. *Medievalista*. 11 (Janeiro-Junho 2012; disponível em linha);

Les testaments dans la société médiévale portugaise (XII^e-XIV^e siècles). *Archiv für Diplomatik*. 57 (2011) 353-376, em colab.; *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria: 1080-1318* (Lisboa, 2010); *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1080-1325*. Coord. de Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO (Lisboa, 2010); Bispos em tempos de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média* (vol. 1, [Torres Novas], 2009, p. 539-550); O báculo e a coroa na Coimbra medieval. In *Raízes medievais do Brasil moderno* (Lisboa, 2008, p. 43-66); Traditionalisme, régionalisme et innovation dans les chancelleries épiscopales portugaises au Moyen Âge. In *Régionalisme et internationalisme: problèmes de paléographie et de codicologie du Moyen Âge*. (Viena, 2008, p. 299-316, em colab.); Les testaments du clergé de Coimbra: des individus aux réseaux sociaux. In *Carreiras eclesiásticas no Ocidente Cristão, séc. XII-XIV* (Lisboa, 2007, p. 121-138, em colab.); The Coimbra See and its chancery in medieval times. *E-Journal of Portuguese History*. 4:2 (2006; disponível em linha); Os estatutos do cabido da Sé de Coimbra de 1454. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques* (vol. 4, Porto, 2006, p. 85-108); Frontières documentaires: les chartes des chancelleries épiscopales portugaises avant et après le XIII^e siècle (Coimbra et Lamego). In *Frontiers in the Middle Ages* (Louvain-la-Neuve, 2006, p. 441-466, em colab.); A prelazia de Coimbra no contexto de afirmação de um reino. In *Sé Velha de Coimbra: culto e cultura* (Coimbra, 2005, p. 193-222); La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles. In *A Igreja e o clero português no contexto europeu* (Lisboa, 2005, p. 77-91); A clergyman's career in late Medieval Portugal: a prosopographical approach. *Medieval Prosopography*. 25 (2004) 114-144, em colab.

Anísio Miguel de Sousa SARAIVA

Mestre em História da Idade Média pela Universidade de Coimbra. Membro do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR) e investigador colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC), onde prepara o doutoramento sobre *A diocese de Viseu: espaço de religião e de poder na Idade Média: 1147-1425*. Tem centrado a sua investigação no domínio da história religiosa (elites eclesiásticas: episcopado e clero catedralício medieval português) e da história urbana, dedicando-se também à edição de fontes e a estudos no âmbito da sigilografia, diplomática e paleografia. Exerceu

funções docentes na Universidade Católica Portuguesa (1996-1998) e de tutoria na Universidade Aberta (2010-2012). Integrou o projecto de investigação *Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português: 1071-1325* (2002-2006), sendo actualmente investigador dos projectos *SIGILLVM – Corpus dos selos portugueses* (2014-2015); *DEGRUPE – A dimensão europeia de um grupo de poder: o clero e a construção política das monarquias ibéricas, sécs. XIII-XV* (2013-2015); e *EICAM Viseu – Estudo interdisciplinar de comunidades alto medievais (séculos V a XI): o caso de Viseu* (2013-2015). Foi coordenador do projecto de inventariação e classificação do acervo documental do Arquivo do Museu de Grão Vasco (Viseu, 2007). Teve a seu cargo a coordenação científica do catálogo digital desse arquivo, realizado no âmbito da exposição *Monumentos de Escrita: 400 anos de História da Sé e da Cidade de Viseu (1230-1639)* (Viseu, 2007-2008), da qual foi coordenador executivo, científico e autor. É responsável pela investigação do período crono-cultural “Da formação da Nacionalidade ao fim da Idade Média”, do projecto interdisciplinar *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua, na perspectiva do estudo da relação do Homem com o território e a paisagem* (2011-2015). É sócio numerário da *Sociedad Española de Estudios Medievales*, membro da *Associação Portuguesa de História Económica e Social*, da *APICES. Association Paléographique Internationale: Culture, Écriture, Société*, da *SIGILLVM. Network for research Seals and Sealing: history, art, preservation*, da *Sociedad Española de Ciencias e Técnicas Historiográficas*, de *The Medieval Academy of America* e do *Instituto Português de Heráldica*, tendo participado em dezenas de reuniões científicas em Portugal e no estrangeiro.

Entre outros livros e artigos de que é autor ou coordenador, contam-se: *Mémoire au-delà de la mort: les évêques portugais et leurs monuments tumulaires au Moyen Âge*. In *Identité et mémoire: l'évêque, l'image et la mort: de l'époque paléochrétienne jusqu'à la fin du Moyen Âge* (Roma, 2014, em colab., no prelo); *L'héraldique dans les sceaux du clergé séculier portugais (XIII^e-XV^e siècles)*. In *Héraldique et numismatique, Moyen Âge-Temps modernes, n° 2* (Le Havre, 2014, em colab., no prelo); *Espaço, poder e memória: a catedral de Lamego, sécs. XII a XX* (Lisboa, 2013); *Sigilografia heráldica eclesiástica medieval portuguesa no Archivo Histórico Nacional de Espanha*. In *Estudos de heráldica medieval* (Lisboa, 2012, p. 93-122, em colab.); *Metamorfoses da cidade medieval: a coexistência entre a comunidade judaica e a catedral de Viseu*. *Medievalista*. [Em linha] 11 (Jan.-Jun. 2012); *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*. Coord. Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO. Transcr. e rev. transcr. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA [et al.]

(Lisboa, 2010); Traditionalisme, régionalisme et innovation dans les chancelleries épiscopales portugaises au Moyen Âge: les cas de Lamego et Viseu. In *Régionalisme et internationalisme: problèmes de paléographie et de codicologie du Moyen Âge* (Vienne, 2008, p. 304-309); Nepotism, illegitimacy and papal protection in the construction of a career: D. Rodrigo Pires de Oliveira, bishop of Lamego (1311-1330). *E-Journal of Portuguese History*. 6-1 (2008); *Catálogo do Arquivo do Museu de Grão Vasco I* (Viseu, 2007); *Monumentos de escrita: 400 anos da história da Sé e da cidade de Viseu, 1230-1639* (Viseu, 2007); The Viseu and Lamego clergy: clerical wills and social ties. In *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão, sécs. XII-XIV* (Lisboa, 2007, p. 141-149); Frontières documentaires: les chartes des chancelleries épiscopales portugaises avant et après le XIII^e siècle: Coimbra et Lamego. In *Frontiers in the Middle Ages* (Louvain-la-Neuve, 2006, p. 441-466, em colab.); «Clientuli et procuratores» na Avinhão de Clemente VI: segundo as notas de um notário português. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques* (vol. I, Porto, 2006, p. 227-244); D. Vasco Martins, vescovo di Oporto e di Lisbona: una carriera tra Portogallo ed Avignone durante la prima metà del Trecento. In *A Igreja e o clero português no contexto europeu* (Lisboa, 2005, p. 117-136, em colab.); O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364†): notas de investigação. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 419-438; A clergyman's career in late medieval Portugal: a prosopographical approach. *Medieval Prosopography: History and Collective Biography*. 25 (2004) 114-144 (em colab.); A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego. In *Catedral y ciudad medieval en la Península Ibérica* (Murcia, 2004, p. 243-280); *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349* (Leiria, 2003); O processo de inquirição dos bens de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372†). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 197-228; Património da Sé de Viseu: segundo um inventário de 1331. *Revista Portuguesa de História*. 32 (1997-1998) 95-148 (em colab.).

Vincent DEBIAIS

Chargé de recherche première classe (CNRS, section 35) – Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale (CESCM) – UMR 7302 CNRS/Université de Poitiers. A soutenu en 2004 à l'Université de Poitiers une thèse publiée sous le titre *Messages de pierre. La lecture des inscriptions dans la communication médiévale* (Turnhout,

2009). Il est chargé de recherche au CNRS, membre du CESCO et responsable du *Corpus des inscriptions de la France médiévale* et de l'équipe d'épigraphie médiévale du CESCO. Il étudie la culture écrite médiévale, les inscriptions et plus généralement les questions de communication au Moyen Âge et prépare une HDR sur le rôle de l'écriture poétique dans la création visuelle médiévale (*ekphrasis*, *tituli*, inscriptions monumentales).

Responsable de publication d'Art-Hist (A Virtual Symposium on Artistic Creation from Antiquity to Modern Times): <http://art-hist.blogspot.fr/>. Membre élu du conseil de laboratoire du Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale, du programme I+D CIHM, Université de León (Espagne) et des groupes des recherches ARS PICTA et TEMPLA. Co-organisateur du programme intensif ERASMUS ESSEP: <http://sha.univ-poitiers.fr/essep/>.

Parmi ses principales publications, on compte: Lieu d'image et lieu du texte: les inscriptions dans les peintures murales de la voûte de la nef de Saint-Savin. In *L'image médiévale: fonctions dans l'espace sacré et structuration de l'espace culturel*. Dir. E. SPARHUBERT et C. VOYER (Turnhout, 2011); Guillaume Durand. In *Translations médiévales: cinq siècles de traductions en français (XI^e-XV^e siècle). Étude et répertoire*. T. II: Répertoire. Éd. Cl. GALDERISI (Turnhout, 2011); Écrire sur, écrire dans, écrire près de la tombe: les aspects topographiques de l'inscription funéraire (IX^e-XII^e siècle). *Cahiers de Saint-Michel-de-Cuxa*. 42 (2011) 17-28; L'inscription funéraire des XI^e-XII^e siècles et son rapport au corps. *Cahiers de Civilisation Médiévale*. 54 (2011) 337-362; *Corpus des inscriptions de la France médiévale*. T. 24: *Maine-et-Loire, Mayenne, Sarthe* (Paris, 2010); L'écriture dans l'image peinte romane: questions de méthodes et perspectives. *Viator*. 41 (2010) 95-125; *Une société de pierre. Les épitaphes carolingiennes de Melle. Catalogue de l'exposition tenue à Saint-Pierre de Melle* (Melle, 2009), en collaboration; *Messages de pierre: la lecture des inscriptions dans la communication médiévale* (Turnhout, 2009); *Corpus des inscriptions de la France médiévale*. T. 23: *Région Bretagne; Loire-Atlantique et Vendée* (Paris, 2008); L'écrit sur la tombe: entre nécessité pratique, souci pour le salut et élaboration doctrinale. À travers la documentation épigraphique de la Normandie médiévale. *Tabularia*. 7 (2007) 179-202.

Doutor em História pela Universidade Lusíada de Lisboa (2010), onde exerce o cargo de professor auxiliar e dirige desde 1998 o Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos. É desde 2011 bolseiro de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, como investigador integrado do Centro de História de Além-Mar e do Instituto de Estudos Medievais, ambos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com o projecto *A heráldica portuguesa entre os séculos XV e XVIII: uma cultura visual de representação política e social*. Tem leccionado em diversas universidades portuguesas e estrangeiras, com destaque para a Université de Poitiers, a Università degli Studi di Firenze e a Università degli Studi di Viterbo.

Tem desenvolvido trabalho na área da Heráldica considerada como o estudo dos emblemas abstractos ou gráficos usados por indivíduos e instituições como forma de auto-representação e de comunicação. Nesse sentido, as suas investigações têm procurado apresentar a Heráldica como forma de História Social, Cultural e Política, valorizando outrossim a sua ligação a diversificadas áreas do saber, nomeadamente a História da Arte, os Estudos de Património e os Estudos Visuais. O objectivo do trabalho que tem conduzido aponta para uma visão transdisciplinar da Heráldica, não como disciplina autónoma e isolada, mas antes plenamente integrada na multiplicidade do saber histórico.

Está integrado como investigador e consultor em vários projectos, nomeadamente: *BAHLA 16-19. Salvador da Bahia: American, European and African forging of a colonial capital city*, financiado por Marie Curie Actions, com sede no Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL), École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e Universidade Federal da Bahia; *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX)*. *Anatomia dos Interiores*, financiado pela FCT, com sede no Instituto de História da Arte (FCSH/UNL), Centro de Estudos de Artes Decorativas (ESAD/FRESS) e Fundação Rui Barbosa (Rio de Janeiro); *DigiTile Library: Tiles and Ceramics on line*, financiado pela FCT, com sede no Instituto de História da Arte (Universidade de Lisboa) e Fundação Calouste Gulbenkian; e *Na Privança d'el-Rei. Relações Interpessoais e Jogos de Facções em torno de D. Manuel I*, com sede no Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL).

É autor de vasta bibliografia, principalmente sobre temas ligados à heráldica, com destaque para as seguintes publicações: *Estudos de Heráldica Medieval* (coord., 2012); À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sousas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha. In *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha* (2012); A heráldica municipal portuguesa na transição do Antigo Regime para a monarquia constitucional: reflexos revolucionários. In *O Atlântico Revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime* (2012); Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal. In *Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime* (2012); A heráldica nos arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória. In *Arquivos de Família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?* (2012); A heráldica em Portugal no século XIX: sob o signo da renovação. *Análise Social*. 202 (2012); *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilbena Barbosa* (2011); As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência. *Ler História*. 58 (2010); Heráldica eclesiástica na porcelana oriental de importação portuguesa. In *Portugal na porcelana da China: 500 anos de comércio* (2008); *Peregrinações heráldicas olisiponenses: a freguesia de Santa Maria de Belém* (2005); *Heráldica no concelho de Fronteira* (2002); *As Armas do Infante D. Pedro e de Seus Filhos* (1994).

Joana Isabel SEQUEIRA

Doutorou-se em História, em 2012, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, com uma tese sobre a produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média. Foi bolseira de Doutoramento da FCT (SFRH/BD/35775/2007) e é actualmente bolseira de Pós-Doutoramento da mesma instituição (SFRH/BPD/84077/2012), com um projecto sobre a presença da companhia mercantil Salviati-Da Colle em Lisboa no século XV. É investigadora do CHAM (Universidade Nova de Lisboa) e do CITCEM (Universidade do Porto).

No âmbito da história têxtil, destacam-se as seguintes publicações: *Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média* (Porto, 2012; tese de doutoramento policopiada); A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval. *Medievalista* [on-line]. 11 (2012), em colaboração; Construire un glossaire de termes textiles médiévaux

portugais. In *Les mots des vêtements et des textiles: désignation et restitution dans le cadre d'un réseau interdisciplinaire* (Dijon, 2013, no prelo), em colaboração.

Teresa ALARCÃO

Licenciada em História e Filosofia, possui ainda o Curso de Conservador de Museus. Exerceu actividade profissional no ensino e em museus, como conservadora, com particular incidência em áreas ligadas aos têxteis, nomeadamente no Museu Nacional do Traje e no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. Neste museu teve a seu cargo a área de paramentaria e dos tecidos em geral, tendo-se dedicado especialmente às peças produzidas no século XVI. Acompanhou acções de formação de alunos de conservação e restauro na Escola Superior de Conservação e Restauro, em Lisboa, e no Curso de Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde leccionou sobre esta temática.

Colaborou na elaboração de roteiros de museus e outras instituições, públicas e privadas, de catálogos e na organização de exposições. Procedeu ao levantamento de peças de paramentaria existentes em diferentes regiões de Portugal, promovendo e intervindo em acções de sensibilização para entidades responsáveis por esse tipo de peças. Continua a ter intensa colaboração em catálogos de exposições e noutras publicações.

Entre as suas principais publicações, destacam-se: *Colecção têxtil*. In *Roteiro do Museu Alberto Sampaio* (Guimarães, 2005); *Colecção têxtil*. In *Museu de Lamego: roteiro* (Lamego, 1998); *Imagens em paramentos bordados: séculos XIV a XVI* (Lisboa, 1993, em colaboração; esta obra baseou-se no levantamento feito pela autora em Portugal para um *corpus* de paramentaria, com imagética bordada); *Normas de inventário: têxteis* (Lisboa, 1999, em colaboração; procurou-se, pela primeira vez, normalizar conceitos e terminologia têxtil, com vista à inventariação das peças existentes nos museus e colecções privadas).

Licenciado em História, variante de História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi professor em diversas escolas e cursos técnico-profissionais, onde leccionou cadeiras nas áreas da História da Arte, Património Cultural e Museologia. Em 2002 foi professor convidado do curso de História da Arte, da Universidade do Tempo Livre – Associação Nacional de Apoio ao Idoso (ANAI), exercendo idênticas funções, desde 2005, na Associação de Solidariedade Social de Professores (ASSP). Integrou a Equipa Nacional do Inventário do Património Cultural Móvel (1991-1999), onde colaborou no estudo das colecções de ourivesaria e têxteis do Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC), dos acervos patrimoniais dos Arciprestados de Anadia e de Vila Nova de Foz Côa, e do Governo Civil do Distrito de Coimbra. Foi membro do Secretariado do Núcleo Português da Exposição *Feitorias. Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos*, Europália/91. Entre 1991-1993 integrou o corpo redactorial do semanário *Jornal de Coimbra*.

Desde 1999 exerce funções de técnico superior de museologia do MNMC, sendo corresponsável pelas colecções de ourivesaria, metais, têxteis e escultura. Colabora no inventário de colecções, concepção de guiões, montagem de exposições e na elaboração de material relativo às colecções deste museu.

Entre as suas publicações salientam-se: *Normas de inventário: arte, ourivesaria* (Lisboa, 2011, em colaboração); *Manuel Jardim: impressões da Arte Moderna* (Montemor-o-Velho, 2009, em colaboração); *Museu Nacional de Machado de Castro: roteiro* (Lisboa, 2005, em colaboração); Percursos artísticos de Coimbra: as Idades do Ferro. In *As Idades do Fogo: forma e memória das artes e ofícios dos metais* (Lisboa, 2005, em colaboração); A espiritualidade da arte medieval e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XII a XV. In *Ourivesaria Medieval: séculos XII a XV. A colecção do Museu Nacional de Machado de Castro* (Lisboa, 2004); Coimbra medieval e a arte da ourivesaria. In *Tesouros da ourivesaria medieval em Coimbra* (Coimbra, 2004, em colaboração); Colecção de escultura. In *Museu da Guarda: roteiro* (Lisboa, 2004); Misericórdia de Coimbra: devoção e arte. In *Memórias da Misericórdia de Coimbra: documentação e arte* (Coimbra, 2000); A construção da Casa da Livraria das Universidade de Coimbra. In *Actas do Colóquio «A Universidade e a Arte: 1290-1990»* (Coimbra, 1993).

Doctora en Historia (1992) es Profesora Titular de Historia Medieval en Universidad de Cantabria. Fue *Visiting Scholar* en el Departamento de Historia de la University of Michigan, entre 1993 y 1995. Su investigación se ha centrado en la transmisión social del conocimiento (escuelas, universidades y bibliotecas), así como en las carreras eclesiásticas del clero de las catedrales de los reinos de Castilla y León entre los siglos XI y XV. En concreto, ha estudiado la formación del clero de las catedrales castellanas y su relación con las universidades, véase por ejemplo: La formación cultural del clero palentino en la Edad Media (siglo XIV-XV). In *Actas del II Congreso de Historia de Palencia* (Palencia, 1990, p. 651-665); o La formación cultural del clero catedralicio salmantino en la Edad Media: siglos XII-XV. In *Actas del I Congreso de Historia de Salamanca* (Salamanca, 1992, p. 449-460).

Ha abordado también el tema de las bibliotecas a partir de los inventarios conservados de catedrales castellanas y las menciones a libros en la documentación, véase por ejemplo: La circulación de libros entre el clero y la biblioteca de la catedral de Burgos en la Edad Media. *Studium Ovetense*. 27 (1998) 7-28; Libraries and books used by the cathedral clergy in Castile during the Thirteenth Century. *Hispanic Research Journal*. 2/3 (2001) 191-210; o La biblioteca de Santo Domingo de Silos: cultura y enseñanza monástica en la Castilla del siglo XIII. In *Actas del Congreso Internacional Santo Domingo de Silos* (Silos, 2003, p. 555-567). Asimismo, ha estudiado el papel de los maestros, la organización de las escuelas catedralicias y ha intentado reconstruir el contenido de los programas escolares, véase por ejemplo: Masters and schools in the Castilian cathedrals during the spanish Middle Ages. *Medieval History*. 4 (1994) 218-246; La enseñanza en la Edad Media. In *X Semana de Estudios Medievales de Nájera* (Logroño, 2000, p. 61-95); y *Maestros, escuelas y libros: el universo cultural de las catedrales en la Castilla Medieval* (Madrid, 2004).

En los últimos años ha dirigido tres proyectos de investigación financiados por el Ministerio de Educación y Ciencia español – *Cultura, poder y redes sociales en la Castilla medieval: el clero de la Catedral de Burgos, siglos XIV-XV* – en los que estudia las carreras profesionales del clero catedralicio, su religiosidad y mentalidad, así como la relación de los cabildos catedralicios con los resortes de poder de las ciudades castellanas a través de la formación de redes clientelares de sus miembros. Algunos resultados de

estos proyectos pueden verse en: Religiosidad y muerte en el Burgos Medieval: siglos XIII-XIV. *Codex Aquilarensis*. 22 (2006) 43-72; Jerarquía y redes sociales en la Castilla medieval: la provisión de beneficios eclesiásticos en el cabildo de la Catedral de Burgos (1390-1440). *Anuario de Estudios Medievales*. 38/1 (2008) 271-299; Antigüedad, costumbre y exenciones frente a innovación en una institución medieval: el conflicto entre el maestrescuela y el cabildo de la Catedral de Burgos (1456-1472). *Hispania Sacra*. 60 (2008) 67-94; La vida intelectual de las canónicas hispanas en el siglo XII. In *Entre el claustro y el mundo: canónigos regulares y monjes premostratenses en la Edad Media*. Ed. J. A. GARCÍA DE CORTÁZAR y R. TEJA (Aguilar de Campo, 2009, p. 65-83); Disciplina clerical y control social en la Castilla medieval: el estatuto de corrección y punición del cabildo de la Catedral de Burgos (1452). In *Mundos medievales: espacios, sociedades y poder. Homenaje al Profesor García de Cortázar*. Eds. Beatriz ARÍZAGA [et al.] (Santander, 2012, p. 1453-1466); o en The monastic ideal of discipline and the making of clerical rules in late medieval Castile. *Journal of Medieval Monastic Studies*. 2 (2013) 135-150.

Armando NORTE

É licenciado em História pela Universidade de Lisboa (2007) e doutorado pela mesma instituição (2013), com uma tese intitulada *Letrados e cultura letrada em Portugal: séculos XII e XIII*. Pertence ao Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa desde 2007, na qualidade de investigador integrado, associado ao Grupo de Investigação “Modelos Identitários”. No âmbito da atividade científica que desenvolve, tem colaborado na organização de jornadas e seminários, bem como em diversos projectos de investigação. Participa regularmente em seminários e colóquios científicos, tendo assegurado um ciclo de conferências sobre cultura medieval no âmbito dos seminários de Mestrado em História Medieval da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Durante o ano de 2010, co-organizou um seminário sobre *Memórias, Discursos e Práticas Sociais*, patrocinado pelo Centro de História desta mesma Universidade, onde também interveio como comunicante. Os seus principais tópicos de pesquisa dizem respeito a letrados, cultura letrada, história das universidades e história da cidade de Lisboa.

Entre as suas publicações salientam-se: As elites intelectuais e a guerra: manifestações ideológicas e modelos proselitistas na génese do reino português. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Vol. 1 (Torres Novas, 2009, p. 377-391); Lentes, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XIV, e Processos de institucionalização do Estudo Geral português. In *A Universidade medieval em Lisboa* (Lisboa, 2013, p. 89-147 e 149-186, respectivamente).

Hermínia Vasconcelos VILAR

É professora auxiliar com agregação no Departamento de História da Universidade de Évora onde lecciona desde 1989. Apresentou provas de agregação em 2007 e doutorou-se na Universidade de Évora, em 1998, com uma dissertação intitulada *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Tem participado em diferentes projetos com destaque para: *Fasti Ecclesiae Portugaliae (1070-1325)*; *Aux fondements de la modernité étatique en Europe. L'héritage des clercs médiévaux*; *História do Alentejo, séculos XII-XX: aprofundamentos empíricos e a formação das elites e redes clientelares na Baixa Idade Média. Uma observação centrada em Évora*. É membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais. É investigadora integrada do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS) e membro colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR).

É autora de sete livros e de vários artigos publicados em revistas nacionais e internacionais. Entre as publicações mais recentes destacam-se: Território e poder em espaços de fronteira: a construção das unidades diocesanas no Sul de Portugal no século XIII. In *La historia peninsular en los espacios de frontera: las «extremaduras históricas» y la «transierra» (siglos XI-XV)*. Coord. Francisco GARCÍA FITZ e Juan Francisco JIMÉNEZ ALCÁZAR (Cáceres-Murcia, 2012, p. 517-534); Lineage and territory: royal burial sites in the early Portuguese kingdom. In *Death at court*. Ed. Karl-Heinz SPIEB, Immo WARTJES (Greifswald, 2012, p. 159-170); Da vilania à nobreza: trajetórias de ascensão e de consolidação no sul de Portugal (séculos XIII-XIV). In *Categorias Sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média: entre o Islão e a Cristandade*. Ed. Hermínia VILAR e Maria Filomena BARROS (Lisboa, 2012, p. 145-161).

Estudos de História Religiosa

Volumes Publicados

1. Pedro Penteado – *Peregrinos da Memória: o Santuário de Nossa Senhora de Nazaré*
Lisboa, 1998. ISBN: 978-972-8361-12-9
2. Maria Adelina Amorim – *Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos*
Lisboa, 2005. ISBN: 978-972-8361-20-4
3. *Colóquio Internacional A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu – The Church and the Portuguese Clergy in the European Context*
Lisboa, 2005. ISBN: 978-972-8361-21-1
4. António Matos Ferreira – *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*
Lisboa, 2007. ISBN: 978-972-8361-25-9
5. *Encontro Internacional Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (sec. XII-XIV) – Ecclesiastical Careers in Western Christianity (12th-14thc.)*
Lisboa, 2007. ISBN: 978-972-8361-26-6
6. Rita Mendonça Leite – *Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea: da exclusão a liberdade de culto (1852-1911)*
Lisboa, 2009. ISBN: 978-972-8361-28-0
7. Jorge Revez – *Os «Vencidos do Catolicismo»: Militância e atitudes críticas (1958-1974)*
Lisboa, 2009. ISBN: 978-972-8361-29-7
8. Maria Lúcia de Brito Moura – *A «Guerra Religiosa» na I República*
Lisboa, 2010. ISBN: 978-972-8361-32-7
9. Sérgio Ribeiro Pinto – *Separação Religiosa como Modernidade: Decreto-lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*
Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-35-8
10. António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (Coord.) – *Religião e Cidadania: Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*
Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-36-5
11. Ana Isabel López-Salazar Codes – *Inquisición y política: El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*
Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-39-6

12. Daniel Ribeiro Alves – *Os Dízimos no Final do Antigo Regime: Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834)*
Lisboa, 2012. ISBN: 978-972-8361-42-6
13. Hugo Ribeiro da Silva – *O Clero Catedralício Português e os Equilíbrios Sociais do Poder (1564-1670)*
Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-49-5
14. Anísio Miguel de Sousa Saraiva (Coord.) – *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*
Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-57-0
15. Maria João Oliveira e Silva – *A Escrita na Catedral: a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*
Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-54-9
16. Anísio Miguel de Sousa Saraiva e Maria do Rosário Barbosa Morujão (Coord.) – *O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais: Novas Perspectivas e Abordagens*
Lisboa, 2014. ISBN: 978-972-8361-59-4

